PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA/SP
(1º DIA DE PROVAS)

DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)

I
DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados ao Concurso de Provas destinado ao preenchimento de vagas do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Indaiatuba/SP e formação de cadastro reserva, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **Edital**.

II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Agente de Administração Escolar

BRANCA	VERDE
01	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Ao utilizar perguntas para iniciar o texto, a autora se aproxima do leitor, pois desperta sua curiosidade ao abordar questões físicas – dor de barriga, dificuldade de evacuar ou "intestino solto" – ligadas ao emocional – estresse, ansiedade e nervosismo. Tais questões são mencionadas, mesmo que de forma imperceptível, por muitas pessoas, pois afetam diariamente grande parte da população, como mencionado ainda no primeiro parágrafo: "Essa ligação entre emoções e corpo é tão comum e fisiológica que praticamente todo mundo já passou por experiências do tipo. O que muitas vezes não se percebe é que há ciência por trás desses episódios – eles não são fruto de coincidência nem de simples 'mania'." De acordo com o dicionário Michaelis, instigar é "levar uma ou mais pessoas a praticar uma ação". Nesse sentido, como a autora não instiga questionamentos, ela logo os apresenta, a alternativa A é inválida, pois o interlocutor não produz suas próprias perguntas através do que foi explanado.

Fontes:

- https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/instigar/.

BRANCA	VERDE
02	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o texto, os estudos realizados na Universidade de Aarhus, na Dinamarca, liderados pela pesquisadora Leah Banellis, foram "Uma pesquisa recém-publicada na Nature Mental Health amplia essa história ao apurar como essa sensação subjetiva lá na barriga está envolvida nas emoções e se traduz através de medidas objetivas na conversa entre o intestino e o cérebro. O trabalho foi liderado pela pesquisadora Leah Banellis, da Universidade de Aarhus, na Dinamarca. Para investigar o papel do sistema digestivo nessa engrenagem, ela e seus colegas analisaram 243 voluntários." (4º§). Ou seja, foi verificada, como explicitado na alternativa B, "a forma com que as emoções se desencadeiam no eixo intestino-cérebro.". Ressalta-se, ainda, que a afirmativa C restringe o estudo a "sensações emocionais sentidas na barriga", ignorando o cérebro; enquanto o "mapeamento da atividade cerebral" não faz parte direta da pesquisa, ele integra a bateria de testes que foram realizados.

BRANCA	VERDE
05	09

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.
A crase pode ser usada nas seguintes situações: antes de palavras femininas; quando acompanham verbos que indicam destino (ir, voltar, vir); nas locuções adverbiais, prepositivas e conjuntivas; antes dos pronomes demonstrativos aquilo, aquela, aquele; antes da locução "à moda de" quando ela estiver subentendida; na indicação de horas exatas. O uso antes de pronomes demonstrativos é facultativo. No trecho "No dia a dia, costumamos associar o estômago e o intestino ao nervosismo e à ansiedade [...]", o acento indicativo de crase foi utilizado devido à regência do verbo associar, como também pode ser observado em "ao nervosismo". Caso "associar" seja substituído por "vincular", o acento grave será mantido devido à regência do verbo. Caso "ansiedade" seja substituída por "emoções", conforme afirmativa III, o acento grave será mantido, devido à regência do verbo "associar", que pede a preposição "a" (regência) para se ligar ao seu complemento: associar a algo ou alguém. Dessa forma, as afirmativas I, III e IV estão corretas, devendo a opção de resposta ser alterada para letra C.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 40ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2024. p. 337-340.

BRANCA	VERDE
07	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conforme as regras de acentuação, "todas as palavras proparoxítonas devem ser acentuadas graficamente; recebem acento as que têm na antepenúltima sílaba a vogal semiaberta, como é o caso dos vocábulos fisiológica e médicos." As demais palavras são acentuadas devido aos seguintes motivos: "cardíacos" devido ao "i"; "história" devido ao "o" semiaberto; "ciência" devido ao "e" semifechado; "estômago" devido ao "o" semifechado; "gástrico" devido ao "a" aberto; "música" devido ao "u".
Salienta-se, ainda, que, segundo a classificação tradicional, de base fundamentalmente articulatória, as vogais da língua portuguesa (a, e, i, o e u) podem ser, quanto ao grau de abertura, abertas, semiabertas, semifechadas e fechadas.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p.84-88.

BRANCA	VERDE
08	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Em *"Talvez até o contrário: precisaram correr para o banheiro justamente por estarem ansiosos?"* (1º§) os dois-pontos foram utilizados para anunciar um esclarecimento; ou seja, aquilo que é considerado contrário à ideia expressa anteriormente.
Como pode ser observado em *O que acontece nessa "amizade colorida"* (2º§); *[...] basta lembrar de frases como "fiquei com um nó no estômago" ou "deu frio na barriga".* (3º§), empregou-se aspas para fazer sobressair expressões. Enquanto "*mania*" (1º§) e "*piores*" (7º§) realçam ironia, "*causa*" (8º§) e "*conversam*" (6º§) acentuam valor significativo ao contexto.
No trecho *"O que os dados sugerem é que o padrão de comunicação entre estômago e cérebro pode influenciar – para mais ou para menos – como sentimos nossas emoções."* (8º§), os travessões desempenham função análoga à dos parênteses.
Os parênteses do trecho *"Pessoas cujo cérebro estava mais sincronizado com as ondas estomacais (que acontecem a cada 20 segundos, mesmo sem comida envolvida) relataram mais sintomas de ansiedade, depressão, estresse e fadiga."* (7º§) intercalam uma explicação acessória.
No período *"O que muitas vezes não se percebe é que há ciência por trás desses episódios — eles não são fruto de coincidência [...]"* (1º§), o travessão foi utilizado para isolar a última frase, atribuindo ênfase a ela.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 673-683.

BRANCA	VERDE
09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
São nasais as vogais que, em sua produção, ressoam nas fossas nasais. Dígrafo é o encontro de duas letras que formam um único fonema, ou seja, um único som. Dígrafo nasal é a combinação de duas letras que representam um único som nasal na língua portuguesa – como em "am", "em", "im", "om", "um", "an", "en", "in", "on" e "un", justificando, assim, as palavras "importante" e "estressante". Na pronúncia normal brasileira, soam quase sempre como nasais as vogais seguidas de "m", "n" e principalmente "nh". No caso do dígrafo "nh", que se encontra na palavra "banheiro", a combinação de "n" e "h" produz um som palatal nasal característico. Trata-se de um dígrafo fundamental na língua portuguesa, sendo sempre tratado como indivisível na divisão silábica. Sendo assim, a única palavra que não possui dígrafo para representar vogal nasal é "barriga".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2024. p. 75-79.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 60-66.

BRANCA	VERDE
10	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado é enfático ao solicitar a análise do "advérbio". Dessa forma, a palavra destacada "além", advérbio de lugar, indica uma posição ou situação que se encontra fora dos limites de um determinado espaço ou contexto. Exemplificando: ao afirmar que algo está "além do horizonte", estamos nos referindo a algo que não é visível ou que está fora do alcance imediato da visão. Os vocábulos "então" e "agora" possuem a mesma classificação, ambos são

advérbios de tempo. Nos trechos não há advérbio de modo. “tão” é advérbio de intensidade, dessa forma não tem função de comparação.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 555-557.

BRANCA	VERDE
14	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A seguir a resolução da questão, com a resposta correta, conforme gabarito oficial.

Os códigos são múltiplos de 5 e têm 3 ou 4 algarismos distintos. Logo, o último algarismo deve ser 0 ou 5.

Caso 1: Códigos com 3 algarismos (100 a 999)

Forma: ABC, com $A \in \{ 1 , \dots , 9 \}$, $C \in \{ 0 , 5 \}$ C∈{0,5}, e todos os algarismos distintos.

Se C=0:
A: 9 opções (1–9)
B: 8 opções (0–9, exceto A e 0)

9×8=72

Se C=5:
A: 8 opções (1–9, exceto 5)
B: 8 opções (0–9, exceto A e 5)

8×8=64

Total (3 algarismos): 72+64=136

Caso 2: Códigos com 4 algarismos (1000 a 9999)

Forma: ABCD, com $A \in \{ 1 , \dots , 9 \}\}$, $D \in \{ 0 , 5 \}$, e todos os algarismos distintos.

Se D=0:
A: 9 opções (1–9)
B: 8 opções (exclui A e 0)
C: 7 opções (exclui A,B,0)
9×8×7=504

Se D=5:
A: 8 opções (1–9, exceto 5)
B: 8 opções (exclui A e 5)
C: 7 opções (exclui A,B,5)
8×8×7=448

Total (4 algarismos): 504 + 448 = 952

Total geral: 136+952= 1088

BRANCA	VERDE
15	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão trata-se de propriedades básicas de determinante, conforme resolução a seguir.

Como M é uma matriz quadrada de ordem 2 e invertível, $\det M \neq 0$, $\det(aM) = a^2 \det M$ e $\det(M^n) = (\det M)^n$. Assim,

$$2 \cdot \det(2\sqrt{2}x \cdot M) + \det(\sqrt{x} \cdot M^3) = \det M^2 \Leftrightarrow$$
$$2 \cdot (2\sqrt{2}x)^2 \det M + (\sqrt{x})^2 \det M^3 = \det M^2 \Leftrightarrow$$
$$16x^2 \cdot \det M + x \cdot (\det M)^3 = (\det M)^2 \Leftrightarrow$$
$$16 \det M \cdot x^2 + (\det M)^3 \cdot x - (\det M)^2 = 0 \Leftrightarrow$$

Como existe um único x real, tem-se que $\Delta = b^2 - 4 \cdot a \cdot c = 0$, ou seja,

$$((\det M)^3)^2 - 4 \cdot 16 \det M \cdot (-(\det M)^2) = 0$$
$$(\det M)^6 + 64 \cdot (\det M)^3 = 0$$
$$(\det M)^3[(\det M)^3 + 64] = 0 \Rightarrow (\det M)^3 + 64 = 0$$
$$(\det M)^3 = -64$$
$$\det M = \sqrt[3]{-64} = -4$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
16	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Segue a resposta correta, exata, sem arredondamento ou erro de impressão:

A área de um triângulo equilátero de lado l é dada por $\frac{l^2 \cdot \sqrt{3}}{4}$. A sequência infinita das áreas dos triângulos cujos lados foram dados é

$$\left(2^2 \cdot \frac{\sqrt{3}}{4}, \left(\frac{2}{\sqrt{7}}\right)^2 \cdot \frac{\sqrt{3}}{4}, \left(\frac{2}{\sqrt{7^2}}\right)^2 \cdot \frac{\sqrt{3}}{4}, \cdots\right) = \left(\sqrt{3}, \frac{\sqrt{3}}{7}, \frac{\sqrt{3}}{49}, \cdots\right)$$

Que é uma progressão geométrica cujo primeiro termo é $a_1 = \sqrt{3}$ e a razão é $q = \frac{a_2}{a_1} = \frac{\frac{\sqrt{3}}{7}}{\sqrt{3}} = \frac{1}{7}$ com $-1 < q <$ 1. Portando, a soma dos infinitos termos é dada por

$$S_\infty = \frac{a_1}{1-q} = \frac{\sqrt{3}}{1-\frac{1}{7}} = \frac{\sqrt{3}}{\frac{7-1}{7}} = \frac{\sqrt{3}}{\frac{6}{7}} = \frac{7\sqrt{3}}{6}.$$

BRANCA	VERDE
17	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão trata-se da divisão de polinômios, conteúdo do nível fundamental/médio.
Dividindo-se o polinômio P(x) pelo polinômio Q(x), tem-se

$$\begin{array}{r|l} x^3 + a\,x^2 + b\,x + 8 & x^2 - x + 1 \\ \hline -x^3 + x^2 - x & x + (a+1) \\ \hline (a+1)x^2 + (b-1)x + 8 & \\ -(a+1)x^2 + (a+1)x - (a+1) & \\ \hline (a+b)x + 7 - a & \end{array}$$

Como o polinômio P(x) é divisível por Q(x), então devemos igualar o resto ao polinômio nulo, ou seja,

$$\begin{cases} a + b = 0 \\ 7 - a = 0 \end{cases}$$

Portanto, $a = 7$ e $b = -7$. Assim, a soma é $a + b = 7 + (-7) = 0$.

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
19	17

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
O item contém erro técnico de digitação quanto à unidade de medida de área. Portanto faz-se necessária a anulação da questão.

BRANCA	VERDE
26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Indaiatuba/SP. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) A proposta popular deverá ser articulada exigindo-se, para seu recebimento, a identificação dos assinantes e o número do respectivo título eleitoral.
Julgamento: Correto. O art. 50, § 1º, da Lei Orgânica de Indaiatuba, prevê que "A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se, para seu recebimento, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título eleitoral".
B) A proposta não poderia ter sido apresentada, pois a lei exige que, mesmo sendo de iniciativa popular, o projeto deve ser subscrito por pelo menos cinco Vereadores.
Julgamento: Incorreta. O art. 50, por sua vez, prevê que a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação de projeto de lei por "no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado municipal".
O erro da afirmativa está no trecho “pelo menos cinco Vereadores”; tal afirmação não se aplica a projetos de iniciativa popular.
C) A iniciativa popular só pode ser exercida pela apresentação de projeto de lei por, no mínimo, dez por cento do eleitorado municipal, e a Câmara Municipal não pode introduzir emendas ao projeto.
Julgamento: A Lei Orgânica do Município de Indaiatuba exige que a iniciativa popular seja subscrita por "no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado municipal", e não 10%. Além disso, o Art. 50, § 2º, estabelece que a "tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo, estabelecidas nesta lei, podendo receber emendas dos vereadores".
D) O projeto, se for rejeitado na primeira votação, poderá ser objeto de um novo projeto de lei de iniciativa popular na mesma sessão legislativa, desde que seja apresentado pelo dobro de eleitores que subscreveram o projeto inicial.

Julgamento: Incorreta. O art. 52 da Lei Orgânica estabelece que "A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de maioria absoluta dos membros da Câmara". A lei não prevê a reapresentação de um projeto de iniciativa popular rejeitado na mesma sessão legislativa, mesmo que com um número maior de eleitores.
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Indaiatuba. [1990]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-organica. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA	VERDE
28	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 45, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Indaiatuba. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
I. Configura abandono do cargo a ausência injustificada do servidor ao serviço por mais de dez dias consecutivos.
Julgamento: Incorreto, conforme art. 148. Configura abandono do cargo a ausência injustificada do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.
II. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases: instauração, com a publicação do ato que constituir a Comissão; inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório; e julgamento.
Julgamento: Correto, conforme art. 162.
III. A exoneração é uma forma de vacância do cargo público fundamentada na aplicação de sanção ao servidor que praticou condutas irregulares consideradas graves.
Julgamento: Incorreto. A exoneração é uma forma de vacância do cargo público, mas não é uma sanção disciplinar. Conforme art. 34, a exoneração pode ocorrer a pedido do servidor ou de ofício, em casos como inabilitação no estágio probatório ou quando o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido. A aplicação de sanções por condutas irregulares é a demissão, que, ao contrário da exoneração, é uma penalidade disciplinar.
Apenas o item II é verdadeiro.
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Complementar nº 45, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Indaiatuba. [2018]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-complementar/2018/4/45/lei-complementar-n-45-2018-dispoe-sobre-o-regime-juridico-dos-servidores-publicos-do-municipio-de-indaiatuba. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA	VERDE
29	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 45, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Indaiatuba. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) A pena de suspensão não implica a perda da remuneração durante o período de suspensão e tampouco a perda de licença-prêmio.
Julgamento: O Art. 138, § 1º, inciso I, alínea "a" e "d" da Lei Complementar nº 45/2018 estabelece que a pena de suspensão implica a "perda da remuneração durante o período de suspensão" e "na perda da licença prêmio, na forma desta lei complementar".
B) A penalidade de suspensão não pode exceder trinta dias e a conversão desta em multa só é aplicável em casos em que estejam presentes circunstâncias atenuantes.
Julgamento: O Art. 140 da Lei Complementar nº 45/2018 define que a penalidade de suspensão não pode exceder 90 (noventa) dias. Além disso, a lei não condiciona a conversão da suspensão em multa à presença de circunstâncias atenuantes, mas sim à "conveniência para o serviço".
C) A penalidade de suspensão pode ser convertida em multa, na base de cinquenta por cento por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço, caso haja conveniência para a administração.
Julgamento: correto. O Art. 140, § 2º, da Lei Complementar nº 45/2018 prevê que "Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.".
D) A penalidade de suspensão somente pode ser aplicada em casos em que seja configurada reincidência de condutas irregulares do servidor, assim entendida quando é cometida infração antes de decorridos seis meses do término do cumprimento da pena imposta por infração anterior.
Julgamento: A suspensão é aplicada em caso de reincidência de faltas punidas com advertência, mas também é cabível em caso de "violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão". Dá-se a reincidência quando a infração é cometida antes de decorrido um ano do término do cumprimento da pena imposta por infração anterior (art. 137, §5º).
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Complementar nº 45, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Indaiatuba. [2018].

BRANCA	VERDE
30	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei Complementar nº 47, de 20 de dezembro de 2018, que reorganiza o Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal e o Plano de Carreiras e Vencimentos da administração direta e indireta. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) A evolução na carreira de um grau para outro, no mesmo nível, por antiguidade.
Julgamento: Incorreta. Esta é a definição de progressão horizontal, conforme o art. 11, inciso VI. A progressão vertical se dá de um nível para outro e não de um grau para outro.
B) O enquadramento do servidor em uma nova referência e um novo grau, após a conclusão do estágio probatório.
Julgamento: Incorreta. O enquadramento do servidor em uma nova referência e um novo grau não é a definição de progressão vertical. O enquadramento inicial ocorre no nível e grau iniciais da referência da respectiva carreira. A progressão vertical, por sua vez, mantém o mesmo grau e muda o nível.
C) A movimentação do servidor para outro cargo, com vencimento superior, após um período de cinco anos de exercício.
Julgamento: Incorreta. Esta definição não corresponde a nenhum conceito de progressão na carreira conforme a lei. A progressão vertical não resulta em investidura em novo cargo, e os prazos variam de 5 a 7 anos (art. 16).

D) O enquadramento, nas hipóteses em que cabível, do cargo de que é titular o servidor de um nível para outro, imediatamente superior, dentro da respectiva referência, mantido o mesmo grau.
Julgamento: Correto. A progressão vertical é o "enquadramento, nas hipóteses em que cabível, do cargo de que é titular o servidor de um nível para outro, imediatamente superior, dentro da respectiva referência, mantido o mesmo grau" (art. 11, inciso VII).
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Complementar nº 47, de 20 de dezembro de 2018. Reorganiza o Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal e o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da administração direta e indireta do Município, e dá outras providências. [2018].

BRANCA	VERDE
32	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Após a finalização do período de matrícula (renovação e novas), a secretaria deve organizar as turmas, elaborando listas por série, modalidade, turma e turno. Esse procedimento garante que todos os alunos estejam devidamente alocados com base no número final de matriculados.
A) Preencher o histórico escolar do aluno renovado e arquivá-lo na pasta permanente da escola.
Incorreta: O histórico escolar não é parte do processo de renovação de matrícula. Esse documento é exigido, por exemplo, em processos de transferência. A renovação exige uma declaração do responsável e a atualização dos registros na própria escola, não a emissão de histórico.
B) Divulgar o número de vagas remanescentes antes de realizar a renovação de matrícula dos alunos que estão em recuperação.
Incorreta: O número de vagas remanescentes deve ser levantado após a renovação de matrícula, incluindo os alunos em recuperação, pois eles têm direito à renovação. Divulgar as vagas antes desse processo pode comprometer o direito desses alunos de permanecer na escola.
D) Concluir a composição das novas turmas antes de iniciar a renovação de matrícula, para garantir a organização da escola.
Incorreta: As novas turmas só devem ser compostas depois do encerramento do período de matrícula, conforme o texto. Compor turmas antes pode resultar em turmas incompletas ou desorganizadas, pois ainda não se sabe quantos alunos efetivaram a renovação ou a matrícula nova.

BRANCA	VERDE
35	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conforme o disposto no inciso VI do art. 24 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), a aprovação do aluno está condicionada ao cumprimento de frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) do total de horas letivas, sendo este um requisito legal obrigatório e inalterável.
Embora os atestados médicos possam justificar as ausências e evitar que sejam contabilizadas como faltas injustificadas, não têm o efeito de suprimir o requisito legal de frequência mínima para fins de aprovação, salvo se houver previsão expressa em norma do respectivo sistema de ensino que autorize regime de atividades domiciliares ou compensatórias equivalentes, o que não foi demonstrado no presente caso.
Assim, a alegação de que a apresentação de atestados médicos possibilitaria a aprovação com percentual inferior a 75% não encontra amparo na LDB nem nas orientações do Conselho Nacional de Educação, que mantêm a frequência mínima como requisito indispensável à promoção escolar.

BRANCA	VERDE
38	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A utilização de diminutivos como “saidinha” e “recadinho”, ainda que pareçam expressões gentis ou acolhedoras, transmitem uma imagem de descuido, pouca seriedade e excesso de informalidade, o que compromete a credibilidade e o profissionalismo do atendimento. Tais expressões devem ser evitadas no ambiente de trabalho, principalmente quando se trata de atendimento ao público. No contexto de uma escola pública, onde o atendimento administrativo deve prezar por clareza, objetividade e postura profissional, o uso de vocabulário informal pode gerar ruídos na comunicação, prejudicar a imagem institucional da escola e causar interpretações equivocadas sobre a seriedade da equipe. Manter uma linguagem adequada é também uma forma de respeitar o público e demonstrar comprometimento com a função pública. Assim, a forma correta de responder seria dizer apenas “Ele não está”, com tom cordial, e seguir com o registro do recado de forma clara e responsável.

BRANCA	VERDE
40	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Pois de acordo com o Art. 75, os atos normativos do Conselho Municipal de Educação devem ser publicados “no sítio digital da Secretaria Municipal de Educação, em campo específico para informação do Conselho Municipal de Educação”. O termo “sítio” está correto e é amplamente reconhecido na legislação e em documentos oficiais como sinônimo de “site”, sendo a forma aportuguesada e normativa para designar um endereço eletrônico na internet. Assim, o texto utiliza a terminologia técnica adequada ao português formal e jurídico. As demais alternativas estão incorretas, pois não há previsão de divulgação por boletins internos, jornais impressos ou redes sociais, que não constituem meio oficial de publicação dos atos normativos.

Cargo: Agente de Manutenção - Pedreiro

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Desde o título, é possível perceber que Conceição Evaristo acredita que a ocupação de lugares, inclusive na literatura, contribui para a ascensão de pessoas negras. Apesar de ser considerado que deveriam estar em lugares de subalternidade, como foi durante muitos anos, aos poucos outros lugares foram (e estão) sendo ocupados, fato que abriu (e abre) caminhos para outras pessoas. Conforme apresentado no texto, essa ascensão funciona como uma vingança metafórica – “Essa modificação dos papéis, essa modificação dos lugares que podem ser ocupados – e isso a gente vai construindo ao longo da história – é uma vingança que a vida literária produz” (3º§). Salienta-se, também, que a visão da autora não se restringe apenas às mulheres negras. Dessa forma, a opção de resposta correta é a letra A.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Os dois-pontos servem para marcar uma sensível suspensão da voz na melodia de uma frase não concluída. Emprega-se tal pontuação para anunciar uma citação; uma enumeração explicativa; um esclarecimento, uma síntese ou uma consequência do que foi enunciado. No trecho em análise – título do texto – os dois-pontos foram utilizados para anunciar uma síntese do que será abordado. Ou seja, “literatura como vingança simbólica contra a exclusão” é um

resumo da ideia apresentada por Conceição Evaristo que será desenvolvida no texto. Não é possível que o emprego seja considerado esclarecimento, pois a expressão “literatura como vingança simbólica contra a exclusão” não se refere à autora (mas ao que ela acredita) e nem a algo mencionado anteriormente. Dessa forma, a opção de resposta que atende ao enunciado é a alternativa A.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 669-670.

BRANCA
07

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
O sujeito simples é aquele que possui apenas um núcleo, ou seja, uma única palavra principal que indica quem realiza ou sofre a ação na oração. Trata-se de um termo essencial da oração que contém apenas um núcleo. O núcleo pode ser um substantivo, um pronome, um numeral ou até mesmo um substantivo próprio. Dessa forma, na frase “E tudo isso a gente faz com muita competência”, “gente” é o núcleo do sujeito simples. O sujeito, portanto, é “a gente”, que foi grafado incorretamente.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Lições do Português pela análise sintática. 21. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2023. p. 33-34.

Cargo: Agente de Operação e Fiscalização de Trânsito e Transporte

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	06	09	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o texto, os estudos realizados na Universidade de Aarhus, na Dinamarca, liderados pela pesquisadora Leah Banellis, foram “Uma pesquisa recém-publicada na Nature Mental Health amplia essa história ao apurar como essa sensação subjetiva lá na barriga está envolvida nas emoções e se traduz através de medidas objetivas na conversa entre o intestino e o cérebro. O trabalho foi liderado pela pesquisadora Leah Banellis, da Universidade de Aarhus, na Dinamarca. Para investigar o papel do sistema digestivo nessa engrenagem, ela e seus colegas analisaram 243 voluntários.” (4º§). Ou seja, foi verificada, como explicitado na alternativa B, “a forma com que as emoções se desencadeiam no eixo intestino-cérebro.”. Ressalta-se, ainda, que a afirmativa C restringe o estudo a “sensações emocionais sentidas na barriga”, ignorando o cérebro; enquanto o “mapeamento da atividade cerebral” não faz parte direta da pesquisa, ele integra a bateria de testes que foram realizados.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	09	07	06

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.
A crase pode ser usada nas seguintes situações: antes de palavras femininas; quando acompanham verbos que indicam destino (ir, voltar, vir); nas locuções adverbiais, prepositivas e conjuntivas; antes dos pronomes demonstrativos aquilo, aquela, aquele; antes da locução “à moda de” quando ela estiver subentendida; na indicação de horas exatas. O uso antes de pronomes demonstrativos é facultativo. No trecho “No dia a dia, costumamos associar o estômago e o intestino ao nervosismo e à ansiedade [...]”, o acento indicativo de crase foi utilizado devido à regência do verbo

associar, como também pode ser observado em “ao nervosismo”. Caso “associar” seja substituído por “vincular”, o acento grave será mantido devido à regência do verbo. Caso “ansiedade” seja substituída por “emoções”, conforme afirmativa III, o acento grave será mantido, devido à regência do verbo “associar”, que pede a preposição “a” (regência) para se ligar ao seu complemento: associar a algo ou alguém. Dessa forma, as afirmativas I, III e IV estão corretas, devendo a opção de resposta ser alterada para letra C.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 40ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2024. p. 337-340.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	01	10	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conforme as regras de acentuação, “todas as palavras proparoxítonas devem ser acentuadas graficamente; recebem acento as que têm na antepenúltima sílaba a vogal semiaberta, como é o caso dos vocábulos fisiológica e médicos.” As demais palavras são acentuadas devido aos seguintes motivos: “cardíacos” devido ao “i”; “história” devido ao “o” semiaberto; “ciência” devido ao “e” semifechado; “estômago” devido ao “o” semifechado; “gástrico” devido ao “a” aberto; “música” devido ao “u”.
Salienta-se, ainda, que, segundo a classificação tradicional, de base fundamentalmente articulatória, as vogais da língua portuguesa (a, e, i, o e u) podem ser, quanto ao grau de abertura, abertas, semiabertas, semifechadas e fechadas.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p.84-88.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	05	02	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Em *“Talvez até o contrário: precisaram correr para o banheiro justamente por estarem ansiosos?”* (1º§) os dois-pontos foram utilizados para anunciar um esclarecimento; ou seja, aquilo que é considerado contrário à ideia expressa anteriormente.
Como pode ser observado em *O que acontece nessa “amizade colorida”* (2º§); *[...] basta lembrar de frases como "fiquei com um nó no estômago" ou "deu frio na barriga".* (3º§), empregou-se aspas para fazer sobressair expressões. Enquanto “*mania*” (1º§) e “*piores*” (7º§) realçam ironia, “*causa*” (8º§) e “*conversam*” (6º§) acentuam valor significativo ao contexto.
No trecho *“O que os dados sugerem é que o padrão de comunicação entre estômago e cérebro pode influenciar – para mais ou para menos – como sentimos nossas emoções.”* (8º§), os travessões desempenham função análoga à dos parênteses.
Os parênteses do trecho *“Pessoas cujo cérebro estava mais sincronizado com as ondas estomacais (que acontecem a cada 20 segundos, mesmo sem comida envolvida) relataram mais sintomas de ansiedade, depressão, estresse e fadiga.”* (7º§) intercalam uma explicação acessória.
No período *“O que muitas vezes não se percebe é que há ciência por trás desses episódios — eles não são fruto de coincidência [...]”* (1º§), o travessão foi utilizado para isolar a última frase, atribuindo ênfase a ela.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 673-683.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	03	05	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
São nasais as vogais que, em sua produção, ressoam nas fossas nasais. Dígrafo é o encontro de duas letras que formam um único fonema, ou seja, um único som. Dígrafo nasal é a combinação de duas letras que representam um único som nasal na língua portuguesa – como em “am”, “em”, “im”, “om”, “um”, “an”, “en”, “in”, “on” e “un”, justificando, assim, as palavras “importante” e “estressante”. Na pronúncia normal brasileira, soam quase sempre como nasais as vogais seguidas de “m”, “n” e principalmente “nh”. No caso do dígrafo “nh”, que se encontra na palavra “banheiro”, a combinação de “n” e “h” produz um som palatal nasal característico. Trata-se de um dígrafo fundamental na língua portuguesa, sendo sempre tratado como indivisível na divisão silábica. Sendo assim, a única palavra que não possui dígrafo para representar vogal nasal é “barriga”.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2024. p. 75-79.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 60-66.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	04	03	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado é enfático ao solicitar a análise do “advérbio”. Dessa forma, a palavra destacada “além”, advérbio de lugar, indica uma posição ou situação que se encontra fora dos limites de um determinado espaço ou contexto. Exemplificando: ao afirmar que algo está “além do horizonte”, estamos nos referindo a algo que não é visível ou que está fora do alcance imediato da visão. Os vocábulos “então” e “agora” possuem a mesma classificação, ambos são advérbios de tempo. Nos trechos não há advérbio de modo. “tão” é advérbio de intensidade, dessa forma não tem função de comparação.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 555-557.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	20	18	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O recurso não procede. A questão está corretamente formulada e permite interpretação única quanto ao cálculo da probabilidade. O fato de a palavra apresentar letras repetidas não gera ambiguidade, pois é implícito que todos os anagramas possíveis são formados considerando-se as repetições existentes. Assim, a resolução segue o procedimento padrão de permutações com elementos repetidos, não havendo motivo para anulação. A resolução da questão é apresentada a seguir.

A palavra INDAIATUBA tem 10 letras, das quais 4 são consoantes (N-D-T-B) e 6 são vogais (I-A-I-A-U-A), em que a letra I aparece duas vezes e a letra A aparece três vezes. Primeiramente, vamos contar os anagramas que começam e terminam com consoante. Para escolher uma consoante para o início tem-se 4 opções e uma consoante para o fim são 3 opções restantes. Depois basta permutar as 8 letras restantes, com as repetições de A (3x) e I (2x), ou seja,

$$casos\ favoráveis = \frac{4 \cdot 8! \cdot 3}{2! \cdot 3!} = \frac{4 \cdot 8! \cdot 3}{2 \cdot 3 \cdot 2} = 8!$$

O total de anagramas possíveis da palavra INDAIATUBA é dado por:

$$casos\ possíveis = \frac{10!}{2! \cdot 3!} = \frac{10 \cdot 9 \cdot 8!}{2 \cdot 3 \cdot 2} = \frac{5 \cdot 3 \cdot 8!}{2} = \frac{15 \cdot 8!}{2}$$

Portanto, a probabilidade pedida é:

$$P = \frac{casos\ favoráveis}{casos\ possíveis} = \frac{8!}{\frac{15 \cdot 8!}{2}} = 8! \cdot \frac{2}{15 \cdot 8!} = \frac{2}{15}$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	13	12	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A seguir a resolução da questão, com a resposta correta, conforme gabarito oficial.

Os códigos são múltiplos de 5 e têm 3 ou 4 algarismos distintos. Logo, o último algarismo deve ser 0 ou 5.

Caso 1: Códigos com 3 algarismos (100 a 999)

Forma: ABC, com $A \in \{1, \ldots, 9\}$, $C \in \{0, 5\}$ C∈{0,5}, e todos os algarismos distintos.

Se C=0:
A: 9 opções (1–9)
B: 8 opções (0–9, exceto A e 0)

9×8=72

Se C=5:
A: 8 opções (1–9, exceto 5)
B: 8 opções (0–9, exceto A e 5)

8×8=64

Total (3 algarismos): 72+64=136

Caso 2: Códigos com 4 algarismos (1000 a 9999)

Forma: ABCD, com $A \in \{1, \ldots, 9\}$, $D \in \{0, 5\}$, e todos os algarismos distintos.

Se D=0:
A: 9 opções (1–9)
B: 8 opções (exclui A e 0)
C: 7 opções (exclui A,B,0)
9×8×7=504

Se D=5:
A: 8 opções (1–9, exceto 5)
B: 8 opções (exclui A e 5)
C: 7 opções (exclui A,B,5)
8×8×7=448

Total (4 algarismos): 504 + 448 = 952

Total geral: 136+952= 1088

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	12	14	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão trata-se de propriedades básicas de determinante, conforme resolução a seguir.

Como M é uma matriz quadrada de ordem 2 e invertível, $\det M \neq 0$, $\det(aM) = a^2 \det M$ e $\det(M^n) = (\det M)^n$. Assim,

$$2 \cdot \det(2\sqrt{2}x \cdot M) + \det(\sqrt{x} \cdot M^3) = \det M^2 \Leftrightarrow$$
$$2 \cdot (2\sqrt{2}x)^2 \det M + (\sqrt{x})^2 \det M^3 = \det M^2 \Leftrightarrow$$
$$16x^2 \cdot \det M + x \cdot (\det M)^3 = (\det M)^2 \Leftrightarrow$$
$$16 \det M \cdot x^2 + (\det M)^3 \cdot x - (\det M)^2 = 0 \Leftrightarrow$$

Como existe um único x real, tem-se que $\Delta = b^2 - 4 \cdot a \cdot c = 0$, ou seja,

$$((\det M)^3)^2 - 4 \cdot 16 \det M \cdot (-(\det M)^2) = 0$$
$$(\det M)^6 + 64 \cdot (\det M)^3 = 0$$
$$(\det M)^3[(\det M)^3 + 64] = 0 \Rightarrow (\det M)^3 + 64 = 0$$
$$(\det M)^3 = -64$$
$$\det M = \sqrt[3]{-64} = -4$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	14	17	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Segue a resposta correta, exata, sem arredondamento ou erro de impressão:

A área de um triângulo equilátero de lado l é dada por $\frac{l^2 \cdot \sqrt{3}}{4}$. A sequência infinita das áreas dos triângulos cujos lados foram dados é

$$\left(2^2 \cdot \frac{\sqrt{3}}{4}, \left(\frac{2}{\sqrt{7}}\right)^2 \cdot \frac{\sqrt{3}}{4}, \left(\frac{2}{\sqrt{7^2}}\right)^2 \cdot \frac{\sqrt{3}}{4}, \cdots\right) = \left(\sqrt{3}, \frac{\sqrt{3}}{7}, \frac{\sqrt{3}}{49}, \cdots\right)$$

Que é uma progressão geométrica cujo primeiro termo é $a_1 = \sqrt{3}$ e a razão é $q = \frac{a_2}{a_1} = \frac{\frac{\sqrt{3}}{7}}{\sqrt{3}} = \frac{1}{7}$ com $-1 < q <$ 1. Portando, a soma dos infinitos termos é dada por

$$S_\infty = \frac{a_1}{1-q} = \frac{\sqrt{3}}{1-\frac{1}{7}} = \frac{\sqrt{3}}{\frac{7-1}{7}} = \frac{\sqrt{3}}{\frac{6}{7}} = \frac{7\sqrt{3}}{6}.$$

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	11	16	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão trata-se da divisão de polinômios, conteúdo do nível fundamental/médio.
Dividindo-se o polinômio P(x) pelo polinômio Q(x), tem-se

$$\begin{array}{r|l} x^3 + a\,x^2 + b\,x + 8 & x^2 - x + 1 \\ \hline -x^3 + x^2 - x & x + (a+1) \\ \hline (a+1)x^2 + (b-1)x + 8 & \\ -(a+1)x^2 + (a+1)x - (a+1) & \\ \hline (a+b)x + 7 - a & \end{array}$$

Como o polinômio P(x) é divisível por Q(x), então devemos igualar o resto ao polinômio nulo, ou seja,

$$\begin{cases} a + b = 0 \\ 7 - a = 0 \end{cases}$$

Portanto, $a = 7$ e $b = -7$. Assim, a soma é $a + b = 7 + (-7) = 0$.

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	17	13	18

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
O item contém erro técnico de digitação quanto à unidade de medida de área. Portanto faz-se necessária a anulação da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	16	15	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A função $f(x)$ é par, pois $f(-x) = (-x)^2 + 5 = x^2 + 5 = f(x)$ e a função $g(x)$ é ímpar, já que $g(-x) = 8(-x) = -8x = -g(x)$.

I) $g \circ f(-x) = g[f(-x)] = g[f(x)] = g \circ f(x) \Leftrightarrow g \circ f$ é par. ALTERNATIVA FALSA
II) $f \circ g(-x) = f[g(-x)] = f[-g(x)] = f[g(x)] = f \circ g(x) \Leftrightarrow g \circ f$ é par. ALTERNATIVA FALSA
III) $f(-x) \cdot g(-x) = f(x) \cdot [-g(x)] = -f(x) \cdot g(x) \Leftrightarrow f \cdot g$ é ímpar. ALTERNATIVA FALSA

Referências bibliográficas: IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	23	22	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O gabarito da questão deve ser mantido, pois a afirmação de que, de acordo com a contextualização da referida questão, o endereço apresentado é um IP e o navegador converte o nome do site em números por meio do DNS (Domain Name System) está certa. Segundo os autores KUROSE, James F. e ROSS, Keith W. na obra Redes de Computadores: Uma Abordagem Top-Down, 8. ed, Pearson, 2020, "o DNS é responsável por traduzir nomes de domínio legíveis (URL) em endereços IP, permitindo que o navegador localize o servidor na Internet". Logo, o navegador irá localizar o servidor na Internet pelo IP.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	29	30	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Indaiatuba/SP. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) O prefeito não tem competência para expedir decretos de desapropriação, pois essa atribuição é privativa da Câmara Municipal.
Julgamento: Incorreta. O Art. 75, inciso XII, da Lei Orgânica de Indaiatuba, confere ao Prefeito a atribuição de "decretar desapropriações e instituir servidões administrativas". Portanto, a expedição de decretos de desapropriação é uma competência do Prefeito.
B) O veto do prefeito a um projeto de lei aprovado pela Câmara é um ato ilegal, pois só poderá ser aplicado em projetos de iniciativa do próprio Executivo.
Julgamento: O Art. 75, inciso V, da Lei Orgânica estabelece expressamente a competência do Prefeito para "Vetar projetos de lei, total ou parcialmente". A lei não impõe restrição quanto à iniciativa do projeto para a aplicação do veto. O caso hipotético menciona que o projeto é de iniciativa popular, mas a lei não restringe o veto a projetos de iniciativa do próprio Executivo.
C) A atribuição do prefeito de expedir decretos e vetar projetos de lei é uma de suas competências, e ele pode decretar desapropriação, se atendidos os requisitos legais para tanto.
Julgamento: Correto. A Lei Orgânica de Indaiatuba, em seu Art. 75, inciso V, estabelece que compete ao Prefeito "Vetar projetos de lei, total ou parcialmente". O mesmo artigo, no inciso XII, prevê a atribuição de "decretar desapropriações e instituir servidões administrativas".

D) O prefeito somente pode exercer o veto caso fundamente em inconstitucionalidade flagrante; a mera contrariedade ao interesse público não serve de embasamento para vetos a projetos de lei.
Julgamento: Incorreta. O Art. 51, § 2º, da Lei Orgânica de Indaiatuba, prevê que o Prefeito pode vetar um projeto de lei se o considerar "no todo ou em parte, inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público". Portanto, a alegação de contrariedade ao interesse público é um fundamento válido para o veto.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Indaiatuba. [1990]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-organica. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	27	26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 45, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Indaiatuba. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
I. Configura abandono do cargo a ausência injustificada do servidor ao serviço por mais de dez dias consecutivos.
Julgamento: Incorreto, conforme art. 148. Configura abandono do cargo a ausência injustificada do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.
II. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases: instauração, com a publicação do ato que constituir a Comissão; inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório; e julgamento.
Julgamento: Correto, conforme art. 162.
III. A exoneração é uma forma de vacância do cargo público fundamentada na aplicação de sanção ao servidor que praticou condutas irregulares consideradas graves.
Julgamento: Incorreto. A exoneração é uma forma de vacância do cargo público, mas não é uma sanção disciplinar. Conforme art. 34, a exoneração pode ocorrer a pedido do servidor ou de ofício, em casos como inabilitação no estágio probatório ou quando o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido. A aplicação de sanções por condutas irregulares é a demissão, que, ao contrário da exoneração, é uma penalidade disciplinar.
Apenas o item II é verdadeiro.
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Complementar nº 45, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Indaiatuba. [2018]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-complementar/2018/4/45/lei-complementar-n-45-2018-dispoe-sobre-o-regime-juridico-dos-servidores-publicos-do-municipio-de-indaiatuba. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	28	27	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei Complementar nº 47, de 20 de dezembro de 2018, que reorganiza o Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal e o Plano de Carreiras e Vencimentos da administração direta e indireta. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) A evolução na carreira de um grau para outro, no mesmo nível, por antiguidade.
Julgamento: Incorreta. Esta é a definição de progressão horizontal, conforme o art. 11, inciso VI. A progressão vertical se dá de um nível para outro e não de um grau para outro.
B) O enquadramento do servidor em uma nova referência e um novo grau, após a conclusão do estágio probatório.
Julgamento: Incorreta. O enquadramento do servidor em uma nova referência e um novo grau não é a definição de progressão vertical. O enquadramento inicial ocorre no nível e grau iniciais da referência da respectiva carreira. A progressão vertical, por sua vez, mantém o mesmo grau e muda o nível.
C) A movimentação do servidor para outro cargo, com vencimento superior, após um período de cinco anos de exercício.
Julgamento: Incorreta. Esta definição não corresponde a nenhum conceito de progressão na carreira conforme a lei. A progressão vertical não resulta em investidura em novo cargo, e os prazos variam de 5 a 7 anos (art. 16).
D) O enquadramento, nas hipóteses em que cabível, do cargo de que é titular o servidor de um nível para outro, imediatamente superior, dentro da respectiva referência, mantido o mesmo grau.
Julgamento: Correto. A progressão vertical é o "enquadramento, nas hipóteses em que cabível, do cargo de que é titular o servidor de um nível para outro, imediatamente superior, dentro da respectiva referência, mantido o mesmo grau" (art. 11, inciso VII).
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Complementar nº 47, de 20 de dezembro de 2018. Reorganiza o Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal e o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da administração direta e indireta do Município, e dá outras providências. [2018]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-complementar/2018/4/47/lei-complementar-n-47-2018-reorganiza-o-quadro-geral-de-pessoal-da-prefeitura-municipal-e-o-plano-de-cargos-carreiras-e-vencimentos. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	38	39	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão está construída de forma correta, testando o entendimento dos candidatos quanto ao limite da prerrogativa de urgência — que não exime de responsabilidade, apenas autoriza exceções condicionadas à segurança. O motorista da prefeitura (ainda que em serviço de risco) não é dispensado de parar se isso for necessário para evitar acidente. A urgência não é causa excludente de infração, apenas de responsabilidade, se comprovada a diligência e a segurança da manobra (art. 29, §7º, CTB).
A alternativa indicada no gabarito está correta, pois de o art. 208 tipifica expressamente “avançar o sinal de parada obrigatória” como infração gravíssima. O art. 29, VII, não exclui o dever de segurança; ele só permite exceção quando a manobra é segura. Porém, como houve “quase colisão”, há falta de cautela, e, portanto, a conduta permanece infração gravíssima.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	40	38	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda princípios éticos e legais aplicáveis ao motorista de veículo oficial, considerando normas do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e da Constituição Federal (art. 37). O gabarito preliminar indica como correta a alternativa (D) – I, II, III, IV e VI.

O dispositivo legal dispõe no Art. 39. "É assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos". Trata-se, portanto, de transporte coletivo público urbano, de natureza tarifada e aberta ao público. A afirmativa IV apenas reconhece corretamente que essa prerrogativa legal não se aplica aos veículos oficiais de transporte institucional, que são meios administrativos, restritos e não integrantes do sistema de transporte coletivo urbano.
Ou seja, o veículo institucional não integra o serviço público de transporte coletivo urbano, logo não se enquadra no art. 39. O fato de o transporte institucional ser gratuito não decorre da prerrogativa legal de gratuidade prevista no Estatuto da Pessoa Idosa, e sim da natureza administrativa do serviço (apoio a atividades públicas);. Assim, a frase "essa prerrogativa não se aplica a veículos oficiais" não afirma que o idoso perde o direito à gratuidade, mas que o direito previsto no Estatuto do Idoso não se estende a esse tipo de veículo, por se tratar de regime jurídico distinto.
Portanto, a afirmativa IV está correta no plano conceitual e jurídico, pois diferencia o transporte coletivo urbano (abrangido pelo art. 39) do transporte institucional (não abrangido pela gratuidade prevista no Estatuto).
As afirmativas I, II, III e VI também estão corretas, conforme: Art. 41 do Estatuto da Pessoa Idosa e art. 181, XX, do CTB (item I); Art. 136 do CTB e arts. 4º e 70 do ECA (item II); Princípios constitucionais de moralidade e urbanidade (art. 37 da CF e Dec. 1.171/94) (itens III e VI). A única afirmativa incorreta é a V, que nega a prioridade legal de idosos e crianças, contrariando expressamente o art. 40 do Estatuto da Pessoa Idosa e o art. 11 do ECA.
Não há ambiguidade nem fundamento para anulação ou alteração do gabarito. Portanto, o recurso está indeferido. Mantém-se o gabarito oficial da questão: Alternativa (D) – I, II, III, IV e VI.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	31	34	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O conceito do CTB deve ser interpretado de forma sistêmica, e não literal. O Anexo I do CTB define "via coletora" como aquela "destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais". Essa definição não exclui a função de receber o tráfego proveniente de vias locais — pelo contrário, implica essa relação hierárquica, pois é pelas coletoras que os veículos vindos das vias locais acessam as arteriais. Trata-se de um elo intermediário entre vias locais e arteriais, o que é amplamente reconhecido pela engenharia de tráfego e pelos manuais técnicos do próprio DENATRAN/CONTRAN.
As Resoluções e manuais técnicos complementam o conceito legal.
A Resolução CONTRAN nº 693/2017 (que atualiza a classificação funcional das vias urbanas) descreve de forma clara: "Via coletora: destinada a coletar e distribuir o trânsito das vias locais, encaminhando-o às vias arteriais." Portanto, a descrição apresentada na alternativa D está em plena conformidade com o texto regulamentar do CONTRAN, que interpreta e detalha o CTB, nos termos do art. 12, inciso I, do próprio Código.
A menção ao acesso a lotes e edificações não é erro, mas característica reconhecida. A Resolução nº 693/2017, Anexo I, item 3.3, complementa: "As vias coletoras podem permitir acessos a lotes e edificações, desde que compatibilizados com a fluidez e a segurança do trânsito".
Assim, a alternativa D descreve corretamente a natureza mista dessas vias: permitem acesso controlado a propriedades, mas visam também garantir fluidez moderada, compatível com o tráfego urbano intermediário. O erro do recorrente é confundir hierarquia funcional com relação direta exclusiva.
As vias coletoras não se ligam apenas às arteriais ou de trânsito rápido; elas intermedeiam o fluxo entre locais e arteriais, cumprindo função de transição no sistema viário urbano. Essa estrutura é padrão em todos os manuais técnicos de planejamento urbano e trânsito (Ferraz & Torres, Planejamento de Transportes Urbanos, 2004; Vasconcellos, Transporte Urbano e Trânsito, 2012).
A alternativa D está correta, pois: reproduz exatamente a definição funcional da Resolução CONTRAN nº 693/2017; está em conformidade com a hierarquia do sistema viário estabelecida pelo CTB; e reflete com precisão o papel técnico das vias coletoras como elo entre vias locais e arteriais, com controle de acesso compatível e fluidez moderada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	34	31	32

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
A questão em tela apresenta coerência e está conforme ao Edital, porém não apresenta uma resposta correta, pois todas as afirmativas (I aVI) estão corretas.
Sendo assim, a banca entende ser necessário a anulação da questão, por não apresentar uma opção correta de resposta.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	32	33	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão não exige conhecimento fora do edital, pois os conceitos cobrados — integração modal sistema tronco-alimentador, eficiência do transporte público e BRT — são expressamente tratados nas Resoluções do CONTRAN e inerentes à atuação do motorista municipal no apoio ao sistema de transporte coletivo.
De sorte que é preciso compreender que o edital deve ser interpretado de forma sistemática, abrangendo o conteúdo temático de cada item programático, e não apenas as citações literais de leis. O programa previsto para a prova inclui o tema “Resoluções do CONTRAN”, cujo objeto normativo é justamente a regulamentação da política nacional de trânsito e mobilidade urbana, em harmonia com a Lei nº 12.587/2012, o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e demais normas complementares.
A questão não exigiu do candidato conhecimento direto, literal ou específico da Lei nº 12.587/2012, mas apenas conceitos fundamentais de mobilidade, modais e operação de transporte coletivo, amplamente tratados nas Resoluções do CONTRAN, como por exemplo: Resolução CONTRAN nº 918/2022 (competências dos órgãos de trânsito e diretrizes de operação do transporte coletivo); Resolução CONTRAN nº 985/2022 (infraestrutura, planejamento e acessibilidade no transporte urbano); Resolução CONTRAN nº 811/2020 (sistemas de prioridade e integração modal em corredores de transporte).
Esses temas reproduzem conceitos operacionais idênticos aos abordados na questão — como integração tarifária e física, sistemas troncais e modais de transporte (BRT) —, de modo que a questão se insere no conteúdo expresso “Resoluções do CONTRAN” e em sua aplicação prática.
A Lei nº 12.587/2012 é uma lei de referência transversal, que orienta a formulação das resoluções do CONTRAN e das políticas de transporte urbano, constituindo marco normativo complementar e indissociável do tema “trânsito e mobilidade”. Assim, a simples menção indireta a princípios dessa lei não caracteriza extrapolação do edital, mas contextualização necessária para aplicação das normas do CONTRAN, plenamente previstas no conteúdo programático.
Jurisprudência consolidada reconhece que não há violação ao princípio da vinculação ao edital quando a questão aborda conceitos correlatos ou integrados ao conteúdo expressamente previsto, conforme entendimento do próprio STJ (RMS 32.518/RS, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 07/08/2012): “A cobrança de tema conexo ou instrumental ao conteúdo programático não afronta o princípio da legalidade, pois visa aferir a compreensão global do candidato sobre a matéria prevista no edital.”

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	33	35	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A Resolução CONTRAN nº 693, de 27 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 16/10/2017, “estabelece as definições, a classificação funcional e as características geométricas das vias urbanas e rurais integrantes do Sistema Nacional de Trânsito” — ou seja, trata exatamente da matéria mencionada na alternativa B.

Trecho literal do art. 1º da Resolução 693/2017: “Esta Resolução estabelece as definições, a classificação funcional e as características geométricas das vias urbanas e rurais integrantes do Sistema Nacional de Trânsito – SNT, de que trata o art. 60 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (CTB).”
Portanto, a resolução não versa sobre inspeção veicular, e sim sobre classificação funcional de vias, complementando o art. 60 do CTB, exatamente como descrito na alternativa B. A confusão do recorrente decorre da existência de outras resoluções numeradas de forma semelhante (como a Resolução CONTRAN nº 632/2016, sobre CSV), mas a 693/2017 é específica da classificação de vias. Logo, a alternativa B é juridicamente e tecnicamente correta.
O art. 12, inciso I, do CTB confere expressamente ao CONTRAN competência para: “Estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito.” Assim, é função do CONTRAN detalhar e regulamentar dispositivos do CTB, sem se sobrepor à lei, mas complementando-a.
A alternativa B, portanto, traduz corretamente a relação hierárquica e funcional entre o CTB e as Resoluções do CONTRAN: CTB, art. 60: define a classificação das vias (trânsito rápido, arterial, coletora, local); Resolução CONTRAN nº 693/2017: especifica parâmetros técnicos de hierarquização, geometria e controle de acesso; Resolução CONTRAN nº 798/2020: trata de limites de velocidade, conforme complementação da hierarquia de vias definida pela 693/2017.
Dessa forma, o conteúdo da alternativa B está em perfeita consonância com a estrutura normativa do Sistema Nacional de Trânsito, e com a competência regulamentar do CONTRAN prevista no art. 12 do CTB.
Conclui-se que a questão é plenamente válida e juridicamente correta: A, C e D contêm propositalmente erros conceituais (como hierarquia invertida, competência municipal e destinação incorreta de multas); B é a única alternativa tecnicamente correta, pois reflete fielmente a relação entre o CTB (Lei nº 9.503/1997, art. 60) e a Resolução CONTRAN nº 693/2017, que detalha a classificação funcional das vias.

Cargo: Agente de Serviços Administrativos

BRANCA	VERDE
01	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Desde o título, é possível perceber que Conceição Evaristo acredita que a ocupação de lugares, inclusive na literatura, contribui para a ascensão de pessoas negras. Apesar de ser considerado que deveriam estar em lugares de subalternidade, como foi durante muitos anos, aos poucos outros lugares foram (e estão) sendo ocupados, fato que abriu (e abre) caminhos para outras pessoas. Conforme apresentado no texto, essa ascensão funciona como uma vingança metafórica – “Essa modificação dos papéis, essa modificação dos lugares que podem ser ocupados – e isso a gente vai construindo ao longo da história – é uma vingança que a vida literária produz” (3º§). Salienta-se, também, que a visão da autora não se restringe apenas às mulheres negras. Dessa forma, a opção de resposta correta é a letra A.

BRANCA	VERDE
03	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Ditongo é o encontro de uma vogal com uma semivogal ou de uma semivogal com uma vogal na **mesma sílaba**.
Nesse sentido, a palavra “mineira” (mi-n**ei**-ra) é constituída de ditongo, pois a primeira sílaba é composta por uma vogal (e) e uma semivogal (i). As demais palavras apresentam hiato, ou seja, apesar de haver encontro vocálico, elas são separadas em sílabas distintas – patroa (pa-tr**o**-**a**); sociedade (so-c**i**-**e**-da-de); internacional (in-ter-na-c**i**-**o**-nal).

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 60-64.

BRANCA	VERDE
04	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Os dois-pontos servem para marcar uma sensível suspensão da voz na melodia de uma frase não concluída. Emprega-se tal pontuação para anunciar uma citação; uma enumeração explicativa; um esclarecimento, uma síntese ou uma consequência do que foi enunciado. No trecho em análise – título do texto – os dois-pontos foram utilizados para anunciar uma síntese do que será abordado. Ou seja, "literatura como vingança simbólica contra a exclusão" é um resumo da ideia apresentada por Conceição Evaristo que será desenvolvida no texto. Não é possível que o emprego seja considerado esclarecimento, pois a expressão "literatura como vingança simbólica contra a exclusão" não se refere à autora (mas ao que ela acredita) e nem a algo mencionado anteriormente. Dessa forma, a opção de resposta que atende ao enunciado é a alternativa A.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 669-670.

BRANCA	VERDE
05	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conjunção são os vocábulos que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes na mesa oração. Elas se classificam em coordenativas e subordinativas. Essa última ainda pode ser dividida em orações causais, concessivas, condicionais, finais, temporais, comparativas, consecutivas, integrantes, conformativas e proporcionais. No contexto mencionado, "como" é classificada como conjunção conformativa, pois inicia uma oração subordinada em que se exprime a conformidade de um pensamento como da oração principal. É possível, ainda, observar a substituição de "como" por "conforme" – "Casa de Alaíde, conforme explicou Conceição Evaristo, [...]". Conclui-se, portanto, que tal conjunção não tem valor explicativo, pois esse sentido já foi atribuído à palavra "explicou".

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 593-604.

BRANCA	VERDE
06	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Dá-se o nome de dígrafos aos grupos de letras que simbolizam apenas um som, como ocorre em "Gue**rr**a", "mu**lh**eres" e "profe**ss**oras". Os principais dígrafos são: ch, lh, nh, rr, ss, sc (antes de E ou I), sç (antes de A ou O), xc (antes de E ou I), gu (antes de E ou I) e qu (antes de E ou I). "escritoras" possui apenas encontro consonantal. Dessa forma, conforme gabarito preliminar divulgado, a opção de resposta correta é a letra C.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 60-66.

BRANCA	VERDE
07	01

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
O sujeito simples é aquele que possui apenas um núcleo, ou seja, uma única palavra principal que indica quem realiza ou sofre a ação na oração. Trata-se de um termo essencial da oração que contém apenas um núcleo. O núcleo pode ser um substantivo, um pronome, um numeral ou até mesmo um substantivo próprio. Dessa forma, na frase “E tudo isso a gente faz com muita competência”, “gente” é o núcleo do sujeito simples. O sujeito, portanto, é “a gente”, que foi grafado incorretamente.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Lições do Português pela análise sintática. 21. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2023. p. 33-34.

BRANCA	VERDE
08	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Todas as palavras proparoxítonas são acentuadas graficamente. Recebem acento agudo as que têm na antepenúltima sílaba as vogais “a” aberta; “e” ou “o” semiabertas; “i” ou “u”; e recebem acento circunflexo aquelas em que figuram na sílaba predominante as vogais “a”, “e” ou “o” semifechadas. Dessa forma, “vivência” é acentuada devido ao “e” semifechado; “políticas” devido ao “i”; “repúblicas” devido ao “u”. A única palavra que é acentuada de acordo com o enunciado é “médicas”, que recebe o acento agudo devido ao “e” semiaberto. Salienta-se, ainda, que, segundo a classificação tradicional, de base fundamentalmente articulatória, as vogais da língua portuguesa (a, e, i, o e u) podem ser, quanto ao grau de abertura, abertas, semiabertas, semifechadas e fechadas.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 45-59; 84-88.

BRANCA	VERDE
15	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão refere-se ao conteúdo programático “Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença.”.
Como problemática, a questão descreve a situação de uma frota de veículos de determinada prefeitura que conta com automóveis e motocicletas.
O artigo 96 do código de trânsito brasileiro (CTB) divide os veículos em relação a espécie de passageiros em 12 tipos, sendo o 4º as motocicletas e o 7º os automóveis.
A questão fornece as informações de que os automóveis e motocicletas são de cores brancas ou pretas. Além disso, o enunciado informa que a frota possui 50 veículos, sendo 31 automóveis, 22 veículos brancos e 13 motocicletas pretas.
Como comando a questão solicita o número de automóveis pretos na frota de veículos dessa instituição.
Observe que existe um conjunto universo que são os veículos e quatro subconjuntos, sendo: automóveis brancos, automóveis pretos, motocicletas brancas e motocicletas pretas.
No total temos 50 veículos que estão divididos em duas categorias: Automóveis e Motocicletas.
O enunciado disse que do total, 31 são automóveis, ou seja, para completar os 50 veículos, nos resta 19 motocicletas.
Se 13 motocicletas são pretas, podemos concluir que, de um total de 19 motocicletas, apenas 6 motocicletas são brancas.
Como 22 veículos são brancos, e já concluímos que 6 desses veículos brancos são motocicletas, podemos inferir que os 16 veículos brancos restantes são automóveis.

Logo, como a frota conta com 31 automóveis e 16 deles são da cor branca, podemos concluir que o número de automóveis pretos na frota de veículos dessa prefeitura são 15.

Fonte:

- IEZZI, Gelson; Murakami, Carlos. Fundamentos de Matemática Elementar. Vol. 1 - Conjuntos e Funções. 9 ed. São Paulo: Atual, 2013

BRANCA	VERDE
17	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão refere-se ao conteúdo programático "Regra de três".
Como problemática, a questão descreve a situação de uma empreiteira que deve realizar uma obra de construção de uma rodovia em um tempo contratual estipulado de 8 meses.
O enunciado da questão informa que o tempo para finalizar a obra esteja relacionado com a quantidade de operadores de máquinas atuando na construção. Além disso, informa que o número de operadores de máquinas da empresa são 6, os quais finalizariam a obra em 12 meses.
Como comando a questão solicita a quantidade de novos operadores de máquinas, com a mesma produtividade dos já empenhados na obra, a empreiteira deverá adicionar à equipe para que a obra seja finalizada conforme o contrato.
Para resolver a questão devemos entender que: Como a obra deve acabar em menos tempo, então o número de operadores de máquinas deve ser maior, portanto, a relação entre número de operadores de máquinas e tempo para finalizar a obra é inversamente proporcional.
Temos que:

Operadores	Tempo
6	12
X	8

Como a relação é inversamente proporcional devemos multiplicar em linha, ou seja, 8x = 6*12, então, 8x=72, logo, x = 9.
Logo concluímos que são necessários 9 operadores para concluir a obra em 8 meses e, portanto, é necessário adicionar 3 novos operadores à equipe.

Fonte:

- Iezzi, Gelson. *Matemática – Volume Único*. Editora Atual Didáticos

BRANCA	VERDE
19	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão refere-se ao conteúdo programático "Criptografia.".
Como problemática, a questão descreve a situação de uma pessoa que usa uma criptografia de substituição de letras do alfabeto por meio de troca de posição.
A questão fornece as seguintes informações:
Uma tabela para a criptografia e informa que a senha escolhida por Maria foi APROVADO.

Original	A	B	C	…	Y	Z
Criptografado	C	D	E	…	A	B

Como comando a questão solicita a criptografia da senha.
Para resolver a questão devemos entender que cada letra está sendo substituída por outra que está à duas posições a frente, ou seja, podemos completar a tabela fornecida pela tabela abaixo para ilustrar todas as substituições.

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z
C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z	A	B

Concluímos que as seguintes substituições para criptografar foram realizadas:
A será substituído por C
P será substituído por R
R será substituído por T
O será substituído por Q
V será substituído por X
A será substituído por C
D será substituído por F
O será substituído por Q
Ou seja, a criptografia para a senha APROVADO é CRTQXCFQ

BRANCA	VERDE
22	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão em análise não se propõe à situação específica de determinados municípios sobre quem faz a coleta, mas sim ao procedimento correto e completo de gestão dos resíduos sólidos urbanos, ou seja, a forma ideal de fazê-lo conforme as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
De acordo com essa legislação, a gestão adequada do lixo urbano deve envolver todas as etapas: coleta, transporte, tratamento e disposição final ambientalmente adequada, podendo incluir reciclagem e compostagem.
Assim, a alternativa D expressa o procedimento ideal e normativo para a gestão de resíduos, conforme a legislação vigente. As demais alternativas representam práticas incorretas ou incompletas.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Resíduos Sólidos Urbanos – RSU. Brasília, s/d.
- Vertown. O que a legislação diz sobre a gestão dos resíduos sólidos urbanos? [2025].

BRANCA	VERDE
23	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão em análise apresenta enunciado claro e fundamentado na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que define de forma objetiva as diferentes formas de violência contra a mulher. O termo “manipulação”, conforme o art. 7º, inciso II, está inserido no contexto da violência psicológica, descrita como qualquer conduta que cause dano emocional, diminuição da autoestima ou que vise controlar as ações, crenças e decisões da vítima. A interpretação predominante e mais adequada ao enunciado da questão — que cita “danos à autoestima, intimidação e manipulação” — corresponde à violência psicológica, visto que o foco está no abalo emocional e no controle comportamental da vítima. Tais afirmações são encontradas na lei n° 11.340/2006:
O art. 147-B do Código Penal encontra-se no mesmo capítulo e seção do crime de ameaça, tipificando o crime de violência psicológica contra a mulher como sendo o ato de ‘causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação’.
Dessa forma, a alternativa “D) Psicológica” está correta conforme a literalidade, o enunciado da questão e a aplicação da lei. Não há ambiguidade suficiente para anular a questão, pois as demais alternativas não se enquadram integralmente na descrição apresentada.

Fontes:

- AGÊNCIA Brasil. "Avançada", Lei Maria da Penha faz 19 anos, mas violência não diminuiu.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

BRANCA	VERDE
26	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado solicita que se apresente os benefícios da tecnologia 5G. Dessa forma, esta nova modalidade tecnológica não tem por objetivo e nem capacidade de substituir a rede elétrica — trata-se de uma tecnologia de transmissão de dados móveis, não de fornecimento de energia. Além disso, o 5G depende fortemente de infraestrutura física de antenas (células de rádio de alta frequência, inclusive com necessidade de mais torres e pequenas antenas do que o 4G, devido à menor área de cobertura de cada célula). Assim sendo, a alternativa C está incorreta por afirmar que o 5G substitui a rede elétrica e elimina antenas de telecomunicação, o que não condiz com a realidade tecnológica.
Por outro lado, a alternativa D expressa corretamente as vantagens do 5G, que incluem:

- Maior velocidade de conexão (picos teóricos de até 10 Gbps, cerca de 100 vezes mais rápido que o 4G);
- Baixa latência, possibilitando transmissões de dados com menos atrasos;
- Maior estabilidade e capacidade de conexão simultânea de dispositivos.

Essas características correspondem exatamente à descrição "*permitir maior velocidade de internet e menores problemas em transmissões de dados*", resposta apresentada na alternativa D.

Fontes:

- INSTITUTO FEDERAL SANTA CATARINA (IFSC). Que mudanças a tecnologia 5G pode trazer para a sociedade? [2022].
- MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Tecnologia 5G [2021]. Disponível em: https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/5G/tecnologia-5g.

BRANCA	VERDE
27	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado solicita que se apresente uma alternativa que não corresponda a benefícios ambientais diretos da arborização urbana, observado uso do EXCETO ao final da questão, o que se apresenta em um sentindo de "à exceção" e "exclusão" de afirmativa. Dessa forma, ao analisar o enunciado e as alternativas, observa-se que a alternativa B ("Diminuição da poluição sonora") não se enquadra como resposta, uma vez que o plantio de árvores pode, de fato, contribuir para a redução do ruído ambiental, sendo reconhecido como um dos benefícios diretos da arborização urbana. Assim, a alternativa que melhor representa o item "EXCETO" é a letra D, pois o aumento da arborização não eleva, mas reduz a concentração de gases de efeito estufa. Dessa forma, mantém-se o gabarito da questão inalterado, considerando que a alternativa D é a única que não corresponde o que foi solicitado de acordo com o conteúdo técnico e ambiental abordado.

Fontes:

- DEVIDE, Antonio Carlos Pries; GAMA, Frederico Lúcio de Almeida; CARVALHO, Renata Egydio de. Arborização urbana como um corredor ecológico. Engenharia Urbana em Debate, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 257–268, 2020. Disponível em: https://www.engurbdebate.ufscar.br/index.php/engurbdebate/article/view/107/122.
- ISOVER. Árvores auxiliam na redução da poluição sonora em centros urbanos [s/d]. https://www.isover.com.br/blog/arvores-auxiliam-na-reducao-da-poluicao-sonora-em-centros-urbanos.
- Prefeitura Municipal de Indaiatuba. Projeto Click Árvore.
  Disponível em: https://www.indaiatuba.sp.gov.br/urbanismo/projeto-click-arvore/.

BRANCA	VERDE
28	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A Constituição Federal de 1988, em especial nos artigos 231 e 232, é o principal marco legal que assegura os direitos dos povos indígenas, garantindo: O reconhecimento dos direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas; A proteção da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições; O usufruto exclusivo das riquezas naturais existentes em suas terras; E o direito de representação e defesa judicial de suas comunidades. Esses dispositivos tornam a Constituição Federal de 1988 o instrumento jurídico mais abrangente e relevante para a proteção e inclusão dos povos indígenas.

Fontes:

- OLIVEIRA, Cristiane de. Povos Indígenas: conheça os direitos previstos na Constituição [2017]. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/povos-indigenas-conheca-os-direitos-previstos-na-constituicao
- FEIJÓ, Julianne Holder da Câmara Silva. A capacidade civil indígena. Revista Direitos fundamentais e justiça, ano 8, n. 28, 2014. p. 209-228.
  Disponível em: https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/download/203/775/2497.

BRANCA	VERDE
29	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O gabarito oficial apresenta a alternativa D como resposta correta, pois representa o procedimento tecnicamente correto: usar um sistema de validação oficial (como o Verificador de Conformidade ICP-Brasil do Governo Federal) para confirmar a autenticidade de assinaturas digitais. O procedimento mais adequado ao receber um documento sem validação oficial é utilizar o sistema de validação oficial para conferir e registrar o resultado da verificação. A autenticidade de documentos é fundamental para garantir sua validade jurídica. Ao receber um documento sem validação oficial, é crucial verificar sua autenticidade utilizando o sistema oficial disponível para tal fim.
Assim, não há divergência entre o recurso e o gabarito oficial, tornando o pedido prejudicado.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Uso da Assinatura GOV.BR cresce 90% no primeiro semestre de 2025 [2025].
  Disponível em: https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2025/julho/uso-da-assinatura-gov-br-cresce-90-no-primeiro-semestre-de-2025.
- BRASIL. Finanças, Impostos e Gestão Pública. Validar e assinar documentos digitais [2025].
  Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/servicos/validar-e-assinar-documentos-digitais.
- JUSBRASIL. Como autenticar documentos digitais no cartório? [2021].

BRANCA	VERDE
30	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com as informações recentes divulgadas por veículos de imprensa e análises diplomáticas, a crise diplomática entre Brasil e Estados Unidos em 2025 teve como principal causa a adoção de tarifas comerciais unilaterais pelos Estados Unidos (durante o segundo mandato de Donald Trump) sobre produtos agrícolas e industriais brasileiros.

O recurso interposto denuncia que o gabarito da questão 30 consta alternativa A como resposta correta e justifica assim o trâmite legal, solicitando alteração para a alternativa D. No entanto, o gabarito oficial já consta a alternativa D como correta. O recurso não apresenta, portanto, contestação válida, uma vez que o gabarito oficial (letra D) já corresponde à resposta correta defendida pelo recurso. Portanto, não há necessidade de modificação do resultado.

Fontes:

- LÉON, Lucas Pordeus. Tarifaço sobre parte de exportações brasileiras entra em vigor hoje [2025]. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-08/tarifaco-sobre-parte-das-exportacoes-brasileiras-entra-em-vigor-hoje .
- CNN Brasil. Especialistas: relação Brasil-EUA fica abalada, mas taxa pode ser reduzida [2025]. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/especialistas-relacao-brasil-eua-fica-abalada-mas-taxa-pode-ser-reduzida/

Cargo: Agente de Serviços Operacionais - Feminino

BRANCA	VERDE
13	18

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
A banca retornou a questão para análise, a questão apresenta duas compras de cadernos e canetas. Contudo, o segundo valor informado no enunciado (R$ 115,00) contém erro numérico que inviabiliza a solução correta do sistema, levando o valor do caderno a 20,26, valor não coincidente com nenhuma alternativa.
O item apresenta erro material de digitação, comprometendo a validade da resposta. Dessa forma, solicita-se a anulação da questão, por não permitir a obtenção de alternativa correta com base no enunciado apresentado.

BRANCA	VERDE
14	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Produção é proporcional ao número de máquinas e ao tempo, podemos resolver com os seguintes passos:
Primeiro, relação com máquinas (diretamente proporcional):

Se 8 máquinas → 12.000 folhetos
Então 10 máquinas → x folhetos
X =10×12.000/ 8 =15.000

Ou seja, em 6 horas, 10 máquinas fariam 15.000 folhetos.
Agora, relação com o tempo (diretamente proporcional) sabendo a quantidade de folhetos:

Se em 6 horas → 15.000 folhetos
Então em 9 horas → y folhetos
Y = 9×15.000/6 = 22.500

Sendo assim a produção seria de 22.500 folhetos.

Fontes:

- IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar – Vol. 2. Atual, 2018.
- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

BRANCA	VERDE
19	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Perímetro do retângulo original:
O retângulo mede 20 m por 15 m.

P=2×(20+15)=70 m

Efeito do recorte:
Ao retirar um quadrado de 5 m × 5 m de um canto, não diminuímos o perímetro, mas alteramos seu contorno:
O lado de 5 m retirado adiciona dois novos segmentos ao perímetro:

- um de 5 m na vertical
- outro de 5 m na horizontal

mantendo assim os 70 m de perímetro

Fonte**:**

- IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar – Vol. 2. Atual, 2018.
- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

Cargo: Agente de Serviços Operacionais - Masculino

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O conto “Rosas na cabeceira, de Marina Colasanti, interpreta-se como uma reflexão sobre a condição feminina e a busca por autonomia e realização. As rosas representam a beleza, a delicadeza e o universo do feminino, mas também o desejo de transcender as expectativas sociais impostas às mulheres, buscando um lugar próprio e a liberdade de ser. A obra explora o conflito entre o mundo maravilhoso e a realidade, evidenciando a forma como as mulheres lidam com a identidade e o poder em meio a um contexto social que muitas vezes as limita. A autora, através de elementos do maravilhoso, aborda a tensão entre o idealizado (como as rosas representam a beleza e o encanto) e a dura realidade do cotidiano, que pode limitar as aspirações da mulher. O conto, dentro de um contexto de literatura que aborda a feminilidade, tece uma crítica sutil à forma como a sociedade e a cultura impõem modelos e expectativas sobre o que é ser mulher, limitando sua liberdade.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A única informação incorreta é a opção de resposta C, pois a cama estava na família da mulher de cadeiras largas desde a época da sua avó; por isso era tão importante para ela.
As demais opções de respostas estão corretas. Observe:
A profecia da vizinha se realizou, pois o marido da mulher de cadeiras largas derrubou a árvore que nasceu no lugar das moedas, que ela enterrou e, com intenção de dar conforto a ela, fez uma cama e, para agradá-la, entalhou quatro rosas na cabeceira (opção de resposta A).
Em “E a mulher teve outros filhos [...]”, o termo “outros” trata-se de um determinante indefinido, quando antecede o substantivo, tendo valor adjetival (opção de resposta B).
E, por fim, a repetição de palavras em “Definhou, definhou” significa uma redundância proposital com o objetivo específico de enfatizar uma ideia (opção de resposta D).

Fontes:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
"Quatro" é um numeral cardinal, uma classe gramatical que indica a quantidade de um substantivo. No entanto, as demais palavras destacadas se referem a adjetivos. O adjetivo é a palavra que qualifica ou caracteriza o substantivo, atribuindo-lhe um estado, qualidade ou defeito. Observe: "bela" caracteriza o substantivo "cama"; "escura" caracteriza o substantivo "terra"; e "lustrada" caracteriza o substantivo "madeira".

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O pretérito imperfeito é um tempo verbal do modo indicativo que descreve ações passadas, habituais, contínuas, ou que estavam em andamento sem um limite de tempo definido. Ele é usado para criar narrativas e descrições, contrastando com o pretérito perfeito, que indica ações concluídas no passado. São ações verbais que se encontram no pretérito imperfeito: era; infiltravam; e oferecia. A única ação verbal que se encontra no pretérito perfeito é: esperou.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA
13

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
A banca retornou a questão para análise, a questão apresenta duas compras de cadernos e canetas. Contudo, o segundo valor informado no enunciado (R$ 115,00) contém erro numérico que inviabiliza a solução correta do sistema, levando o valor do caderno a 20,26, valor não coincidente com nenhuma alternativa.
O item apresenta erro material de digitação, comprometendo a validade da resposta. Dessa forma, solicita-se a anulação da questão, por não permitir a obtenção de alternativa correta com base no enunciado apresentado.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Vamos analisar todos os momentos apresentados no problema, inicialmente se tem 100 L, sal = 30 L.
1ª retirada (20 L de mistura a 30%): remove 6 L de sal → sobra 24 L de sal em 80 L.
Reposição com 20 L de água → 100 L totais, sal = 24 L ⇒ 24%.
2ª retirada (20 L de mistura a 24%): remove 4,8 L de sal → sobra 19,2 L em 80 L.
Reposição com 20 L de água → 100 L totais, sal = 19,2 L ⇒ 19,2%.
Portanto ao final a concentração de sal no tanque é de 19,2%

Fonte:

- IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar – Vol. 2. Atual, 2018.

Cargo: Analista Ambiental

BRANCA	VERDE
01	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os textos, independentemente do gênero a que pertençam, se constituem de sequências com determinadas características linguísticas, como classe gramatical predominante, estrutura sintática, predomínio de determinados tempos e modos verbais, relações lógicas. Assim, dependendo dessas características, temos os diferentes tipos textuais.

Os gêneros textuais são inúmeros, dependendo da função de cada texto e das diferentes situações comunicacionais. O texto "Entre o bizarro e o extraordinário" se enquadra no gênero "artigo".

Já a dissertação é uma tipologia textual, que pode ser subdividida em expositiva ou argumentativa. A primeira tem como principal característica apresentar dados sobre um determinado assunto. Já a segunda tem como foco, além da exposição de informações, a defesa de um ponto de vista. A dissertação expositiva consiste em demonstrar dados, fatos e interpretações sobre um determinado tema, sem a necessidade de apresentar argumentos que corroboram para um ponto de vista. A dissertação expositiva apenas expõe uma série de elementos que compõem uma ideia, sem posicionamentos.

A dissertação argumentativa possui elementos expositivos que se somam a argumentos em defesa de uma opinião. Ela é muito comum em gêneros como o artigo de opinião e o editorial, em que são apresentados dados que contribuem para a composição de uma tese no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que o objetivo principal do texto é convencer o leitor de que pesquisas aparentemente "inúteis" podem revelar importantes descobertas científicas. Assim, ao mesmo tempo que o texto expõe informações, também tem o objetivo de persuadir. Portanto, o gabarito é a letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais & Ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA	VERDE
03	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Entre os recursos que contribuem para a construção de sentidos no texto, estão os sinais de pontuação. Além de estarem vinculados intimamente à coerência do texto, esses sinais podem acumular outras funções discursivas, como aquelas ligadas à ênfase, à reformulação ou à justificação de certos segmentos. Nessa perspectiva, a pontuação tem de ser vista muito mais além; isto é, não são simples sinais para separar ou marcar segmentos da superfície do texto.
A questão em análise propõe que o candidato verifique a função das aspas no adjetivo "inúteis". No contexto, fica claro que o adjetivo inúteis foi utilizado com um sentido diferente do usual, uma vez que o autor argumenta que algumas pesquisas podem, em um primeiro momento, parecer estranhas ou irrelevantes para a sociedade. No entanto, ao longo da exposição de estudos já realizados, o autor comprova que pesquisas aparentemente absurdas levaram os cientistas a descobertas incríveis. Assim, o uso das aspas em "inúteis" serve para ironizar, ou seja, mostrar que essas pesquisas não são nenhum pouco inúteis; ao contrário, são altamente relevantes e produtivas, pois podem trazer enormes benefícios para a humanidade. Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- _____. Introdução à Semântica: brincando com a gramática. 8ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA	VERDE
04	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Diferentemente do que ocorre na matemática, na língua portuguesa a ordem dos fatores pode alterar o produto. Isso ocorre porque a ordem das palavras no enunciado obedece a princípios de organização do sistema linguístico. Dessa forma, em alguns contextos, a mudança de posição de uma palavra em relação a outra pode provocar mudança de sentido.
Considerando o enunciado original do texto "Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos também podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...", compreende-se que pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem gerar uma variedade de coisas. Além disso, podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...
Seguem as análises dos enunciados das alternativas, de acordo com a posição do termo "também".
A. *Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem também gerar aplicações que vão da psicologia à economia...*
Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos, dentre outras coisas, podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...

B. *Pesquisas estranhas que também tratam de hábitos humanos podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...*
Pesquisas estranhas podem tratar de hábitos humanos e também de outras coisas.
C. *Pesquisas estranhas que tratam de hábitos também humanos podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...*
Pesquisas estranhas tratam de hábitos de outros seres e também de hábitos humanos.
D. *Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem gerar aplicações que também vão da psicologia à economia...*
Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem gerar aplicações em outras áreas da ciência. O foco da informação nesse enunciado está na abrangência de aplicações das pesquisas estranhas, que perpassam os mais diversificados campos da ciência, inclusive o da psicologia e o da economia.
Assim, ao analisar os quatro fragmentos apresentados, apenas em A a mudança de posição da palavra também" não acarretou profunda alteração de sentido em relação ao enunciado original. Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- _____. Introdução à Semântica: brincando com a gramática. 8ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA	VERDE
05	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Convém esclarecer que o enunciado da questão 5 exige a análise do termo "ignóbil" em seu sentido mais básico, literal, ou seja, denotativo e não obrigatoriamente contextualizado no termo "IgNobel" mencionado no texto. Nessa perspectiva, o sentido que mais se aproxima de "ignóbil", de acordo com o dicionário Houaiss, é "indecoroso", que significa "infame", "desprezível", "vergonhoso". Portanto, o gabarito é a letra D.
Em A, "supérfluo" significa "demasiado, exagerado". Em B, estupendo significa "admirável, esplêndido". Em C, excêntrico significa "esquisito, estranho".

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.

- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de. Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA	VERDE
06	03

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.

Essa questão exige o conhecimento sobre o uso dos “porquês”.

No contexto em análise, a expressão “O motivo pelo qual” poderá ser substituída corretamente por “por que”. A frase ficaria: “...por que pica-paus não têm dor de cabeça...”.

Segue uma breve explicação sobre o emprego dos “porquês”.

1. Por que (separado e sem acento)

Usado em perguntas, tanto diretas quanto indiretas. Também pode ser substituído por "pelo qual", "pela qual", "pelos quais", "pelas quais".

Exemplos: Por que você não veio ontem? / Não sei por que ele fez isso. / A estrada por que passamos está em más condições.

2. Por quê (separado e com acento)

Usado no final de frases, indicando pergunta ou dúvida. Também pode ser usado no final de frases com o mesmo sentido de "por qual razão" ou "por qual motivo".

Exemplos: Você não vai à festa, por quê? / Ele não quis sair, por quê?

3. Porque (junto e sem acento)

Usado para responder perguntas, explicar ou dar motivos. Pode ser substituído pela conjunção "pois".

Exemplos: Fui ao médico porque estava doente. / Não fui à festa porque estava cansado. / Ela não veio porque estava doente.

4. Porquê (junto e com acento):

Usado como substantivo, com sentido de "motivo", "razão", "causa". Pode ser precedido por artigo, pronome ou numeral.

Exemplos: Não sei o porquê de tanta confusão. / Quero entender o porquê dessa atitude. / Existem vários porquês para essa decisão.

Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE
09	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A crase é a fusão do "a" preposição com o "a" artigo. Portanto, considerando os casos mais comuns, só há ocorrência de crase quando o verbo ou o nome exigir preposição e o substantivo for feminino, pois poderá ser antecedido por um artigo também feminino. O acento que indica que houve fusão entre o artigo e a preposição é o acento grave (`).
INCORRETO: I. Na passagem "...em algo que à primeira vista não traz retorno..." (1º§), a supressão da crase não altera semanticamente o fragmento.
A supressão do acento grave altera o sentido do enunciado, pois a expressão adverbial de tempo "à primeira vista" passaria a exercer função de sujeito. Com isso, algo que não traria retorno inicialmente, sem o acento grave, daria a ideia de que a primeira vista é que não daria retorno para alguém ou para alguma coisa.
CORRETO: II. No fragmento "...que vão da psicologia à economia..." (7º§), se a preposição "até" for anteposta ao substantivo "economia", a crase será facultativa.
A crase com a preposição "até" será facultativa quando seguida de um termo feminino. Isso significa que tanto a forma com crase ("até à") quanto a forma sem crase ("até a") são consideradas corretas.
Faz-se necessário esclarecer que o foco de análise do excerto II incide sobre a preposição "até" ANTES da palavra "economia" e considerando, é claro, o artigo "a" posposto à preposição "até": "até à economia" ou "até a economia".
CORRETO: III. No excerto "...células que respondiam às cócegas..." (4º§), caso o verbo "responder" fosse substituído por "reagir", o acento grave deveria ser mantido.
Se houvesse substituição do verbo "responder" por "reagir", o acento grave deveria ser mantido porque ambos os verbos apresentam a mesma regência, ou seja, são transitivos indiretos, regidos pela preposição "a". Assim, a crase permaneceria obrigatória: "...células que reagiam às cócegas..."

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE
10	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Orações reduzidas são aquelas que não são introduzidas por conjunções e que possuem verbos nas suas formas nominais: infinitivo, gerúndio e particípio.
São, assim, diferentes das orações desenvolvidas, que são introduzidas por um pronome ou conjunção e que são formadas por um verbo no indicativo ou no subjuntivo.
No período em análise, o sujeito da oração subordinada está implícito – os cientistas –, mas pode ser facilmente recuperado pelo contexto, pois se encontra na oração principal. Esse mesmo sujeito estabelece concordância com o verbo da oração principal, que é "identificaram". Como esse verbo está flexionado no pretérito perfeito do indicativo, quando a oração reduzida é desenvolvida, a forma nominal passa a ser flexionada no mesmo tempo e modo verbal do verbo da oração principal. Dessa forma, o período ficará da seguinte maneira: "Quando investigaram o córtex

somatossensorial dos ratos, responsável por receber e processar informações sensoriais, os cientistas identificaram células que respondiam às cócegas e a outros estímulos, como brincadeiras". Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE
12	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado da questão é claro ao estabelecer que o time deve ter no mínimo 5 especialistas em design, o que, em termos matemáticos, inclui as formações com 5 designers e 1 programador e também com 6 designers e nenhum programador. A expressão "no mínimo" tem interpretação objetiva na análise combinatória, devendo ser entendida como condição numérica, sem implicações sobre a viabilidade prática do grupo. Assim, o número total de formações possíveis é dado por:

$$C_5^7 C_1^5 + C_6^7 = 21 * 5 + 7 = 112$$

BRANCA	VERDE
13	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado da questão afirma que cada um dos três participantes faz uma única declaração e que exatamente uma dessas afirmações é verdadeira, não havendo ambiguidade ou contradição lógica. Suponha cada culpado possível e verifique as declarações: se Rafael foi o culpado, então a afirmação de Rafael ("Sidney apagou") é falsa; a de Sidney ("Tiago não teve culpa") é verdadeira (já que o culpado seria Rafael); a de Tiago ("Eu não apaguei e o Rafael também não apagou") é falsa (porque Rafael apagou). Resultado: exatamente uma afirmação verdadeira — condição satisfeita. Se Sidney fosse o culpado, todas as três afirmações seriam verdadeiras (contradiz a condição). Se Tiago fosse o culpado, nenhuma seria verdadeira (também contradiz). Logo, o único caso consistente é Rafael ter apagado o arquivo.

BRANCA	VERDE
16	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conforme as informações do enunciado, em um campeonato de videogame, vários jogadores competem em três partidas consecutivas. Em cada partida não há empate, e os três melhores pontuadores recebem pontos da seguinte forma: 1º lugar: 5 pontos; 2º lugar: 3 pontos; e 3º lugar: 2 pontos. Os demais jogadores não recebem pontos. Assim, a pontuação máxima para cada jogador é 5+5+5 = 15 e a pontuação mínima é 0+0+0 = 0. Suponha, sem perda de

generalidade, que o jogador A ganhou duas partidas e ficou em terceiro lugar na partida restante. Assim, o jogador A pontuou 5+5+2 = 12 pontos. O máximo que um jogador B pode pontuar é ficar em segundo lugar nas duas partidas vencidas pelo jogador A e ficar em primeiro lugar na partida que não teve o jogador A como vencedor. Assim, o jogador B pontua 3+3+5 = 11. Logo, com 12 pontos tem-se a garantia de terminar o campeonato em primeiro lugar isolado.

BRANCA	VERDE
17	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Escolhas independentes significam que a decisão de um estudante não altera as probabilidades das escolhas dos demais, e isso é explicitamente esclarecido na frase seguinte: "podendo mais de um aluno escolher o mesmo computador". A interpretação correta, portanto, é considerar que cada estudante escolhe aleatoriamente entre 4 computadores, totalizando 4*4*4=64 combinações possíveis. Para que cada estudante utilize um computador diferente, o primeiro tem 4 opções, o segundo 3 e o terceiro 2, resultando em 4×3×2=24 casos favoráveis, o que leva à probabilidade 24/64?=0,375.

BRANCA	VERDE
20	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Embora o enunciado utilize diferentes tempos verbais e mencione que o cliente recebe uma caixa "a cada cinco dias completos", essas características não geram ambiguidades que comprometam a resolução do problema. A interpretação correta do intervalo, "cinco dias completos", indica que após o envio de cada caixa se aguardam cinco dias inteiros antes da próxima entrega, ou seja, o dia do envio anterior não é contado, e o padrão é perfeitamente determinável. Considere o seguinte raciocínio para descobrir quando será enviada a segunda caixa:
Primeira caixa: enviada na segunda-feira (por exemplo, às 10:00).
Contando cinco dias completos após a primeira:

Terça-feira às 10:00 → 1º dia completo
Quarta-feira às 10:00 → 2º dia completo
Quinta-feira às 10:00 → 3º dia completo
Sexta-feira às 10:00 → 4º dia completo
Sábado às 10:00 → 5º dia completo

Então, a segunda caixa é entregue no sábado, porque o sábado é o quinto dia completo após a primeira entrega (segunda-feira não conta como "dia completo").
Esse raciocínio deve ser estendido para o (25-1)*5=120º dia completo. Note que cada dia múltiplo de 7 será em uma segunda-feira. O número mais próximo de 120 que é múltiplo de 7 é 119. Logo, o 119º dia completo é segunda feira e, consequentemente, o 120º dia completo é terça-feira. Portanto, a última caixa será entregue nesse dia.

BRANCA	VERDE
23	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A afirmativa realmente é incorreta, senão vejamos. O caput do artigo 37 da CF/88 define os cinco princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Os princípios possuem conceitos próprios, mas às vezes, nos casos concretos, suas definições "se tocam" no propósito de manter a retidão nos atos de administração pública.
Note-se, nesta assertiva, que é aceitável que Maria França tenha violado a impessoalidade ao não informar o fato à sua chefia, pois tratou seu primo de maneira pessoal e diferente do que teria feito com outro cidadão que não fosse seu parente. Todavia, muito mais a servidora contrariou o princípio da moralidade, pois não comunica o fato à chefia

superior, faltando com a probidade, a lealdade e a honestidade em sua atuação, preceitos éticos obrigatórios para o servidor, em respeito à moralidade administrativa.
O princípio da moralidade obriga os agentes públicos a atuarem em conformidade com os princípios éticos e a legalidade. Faltou à Maria França, pelo menos, a honestidade para com a administração ao deixar de comunicar à chefia o pedido de João Brasil, que teria resultado ilegal caso anuído por Maria França.
A título de reflexão, são largamente praticados nas administrações públicas de todos os entes, em todos os níveis, comportamentos funcionais já normatizados em códigos infralegais deontológicas, pelos quais o servidor público, por exemplo, tem o dever de comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, e exigindo as providências cabíveis. Daí aceitar com clareza que houve, ao menos, desídia de Maria França no que pertine a impessoalidade, dentro de um contexto "macro" de ética profissional.
Mas, a assertiva incluiu no seu texto o princípio da publicidade, tornando-a incorreta. O conceito é totalmente dispare do que afirma a assertiva, estando aí o erro fulcral na alternativa quando afirma que houve violação à publicidade. A finalidade deste princípio é conferir a mais ampla divulgação pública dos atos da Administração Pública, com seus resultados e ações bem acessíveis aos seus administrados. É mecanismo fundamental entre os princípios da administração pública, pois possibilita o controle da legitimidade da conduta dos agentes administrativos, mas não havendo nenhuma correlação com o fato de Maria França não ter comunicado o ocorrido à sua chefia superior.
As demais alternativas são verdadeiras e estão em consonância com as diretrizes constitucionais sobre os princípios da administração pública, razão pela qual não atendem ao enunciado; a saber:
B) "Se Maria França tivesse anuído em atender ao pedido de João Brasil teria violado o princípio da legalidade".
É correta. É cediço que se Maria França aceitasse e reduzisse o valor venal do imóvel, estaria a mesma praticando ato ilegal, logo violando o princípio da legalidade.
C) "O servidor público tem o dever de atuar pautado nos princípios constitucionais da administração pública da publicidade, eficiência, legalidade, moralidade e impessoalidade".
Evidentemente correta, pois o artigo 37, caput da CF/88 define os cinco princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
D) "Sendo o ato de João Brasil contrário ao interesse público, Maria deveria ter comunicado imediatamente o fato à sua chefia, em respeito ao princípio da moralidade que preza pelos valores éticos de probidade e lealdade na administração pública".
Também está correta a afirmação. Como já explicado na justificativa da alternativa correta (A), realmente ocorreu evidente inobservância da moralidade administrativa por parte de Maria França ao evitar comunicar os fatos à chefia superior.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988. Título III – Da Organização do Estado. Capítulo VII – Da Administração Pública. Seção I – Disposições Gerais.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 46 ed. Editora Juspodivm, 2025.
- MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 35 ed. Saraiva Jur, 2019.

BRANCA	VERDE
24	21

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma apresenta erro na redação do comando da questão, a partir do que, passa a haver três alternativas que atendem ao enunciado e comando da questão.
A questão aborda a Constituição da República em seu Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo II – Dos Direitos Sociais. Trata-se de conteúdo programático constante do edital do certame.
No comando da questão 24 deveria constar o critério da "exceção" dentre as afirmativas corretas, de modo que alcançaria a única alternativa que realmente destoa das regras e princípios dos direitos sociais: a alternativa B. Mas, por erro material, o termo "exceto" não constou do comando da questão e a afirmativa B, que deveria formar o

gabarito, se tornou a única que não atende ao enunciado. Desse modo, restaram três respostas corretas que atendem ao enunciado constante da questão (alternativas A, C e D), o que causa inequívoca nulidade da questão.
Assim, a questão de prova não apresenta uma única alternativa que atenda ao seu enunciado e comando, motivo pelo qual delibera-se pela PROCEDÊNCIA dos recursos e consequente anulação da Questão.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988. Título III – Da Organização do Estado. Capítulo VII – Da Administração Pública. Seção I – Disposições Gerais.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 46 ed. Editora Juspodivm, 2025.
- MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 35 ed. Saraiva Jur, 2019.

BRANCA	VERDE
27	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Indaiatuba/SP. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
I. A Câmara Municipal, órgão deliberativo do município, possui, entre outras, a função de fiscalização externa, exercida com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
Julgamento: Correta. A Lei Orgânica de Indaiatuba estabelece que a Câmara Municipal é o "órgão deliberativo do Município" (art. 15). O art. 58 da LOM define que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município "será exercida pela Câmara Municipal mediante controle externo". O § 1º do mesmo artigo complementa que "O controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado".
II. É de competência exclusiva da Câmara sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa.
Julgamento: Correta. Conforme o art. 13, inciso XX. Nota-se, portanto, que a afirmativa é tradução literal e expressa da Lei Orgânica. O termo “competência exclusiva” é aquele expressamente adotado pelo legislador, não havendo irregularidade em tal menção.
III. O mandato da Mesa da Câmara será de dois anos; qualquer componente da Mesa poderá ser destituído quando faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições.
Julgamento: Correta. O art. 27 da Lei Orgânica de Indaiatuba estabelece que o mandato da Mesa da Câmara é de dois anos. O art. 28 da mesma lei prevê que qualquer componente da Mesa pode ser destituído se for "faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições". O procedimento e/ou forma de destituição não são objeto de avaliação da afirmativa.
Todas as afirmativas são corretas, portanto.
Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Indaiatuba. [1990].
  Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-organica. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA	VERDE
31	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A alternativa B menciona corretamente o risco ambiental principal: a infiltração de chorume no solo e a contaminação de aquíferos, que é o impacto mais relevante de aterros mal planejados ou mal gerenciados.

A expressão “quando indevidamente tratado” é tecnicamente interpretada como qualquer inadequação no manejo do chorume, incluindo falhas operacionais, sistemas de coleta insuficientes ou erros na destinação final, o que abrange o conceito de falhas estruturais e de gestão.
A questão visa avaliar o conhecimento conceitual sobre os riscos potenciais do chorume, não exigindo detalhamento das causas específicas (geomembrana rompida, falhas de drenagem etc.).
As demais alternativas apresentam incorreções:
A) Falsa, pois gases gerados nem sempre são totalmente captados;
C) Falsa, pois aterros não aumentam imediatamente a biodiversidade local;
D) Falsa, pois o impacto visual é considerado nos EIA/RIMA.
Portanto, a alternativa B é adequada e expressa de forma clara o risco ambiental relevante, mesmo com a simplificação do termo “quando indevidamente tratado”.

Fontes:

- CETESB. Manual de Aterros Sanitários – 2022. São Paulo: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.
- MMA. Manual de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011.
- ABES. Boas práticas em aterros sanitários urbanos. São Paulo, 2019.
- USEPA. Municipal Solid Waste Landfills – Environmental Impacts. Washington, D.C., 2021.

BRANCA	VERDE
32	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O aspecto ambiental é definido na ISO 14001:2015 como elemento das atividades, produtos ou serviços de uma organização que pode interagir com o meio ambiente.
A alternativa C usa o termo “causa” como simplificação didática, visando estabelecer a cadeia lógica aspecto → risco → impacto. A redação é considerada adequada para avaliação conceitual, mesmo que não empregue o termo técnico literal da norma.
No contexto de gestão ambiental, risco é a combinação da probabilidade e da severidade de efeitos adversos decorrentes de aspectos ambientais. A alternativa C apresenta o conceito técnico aceito, sendo adequada para fins de prova de concurso.
A banca reconhece a atualização normativa, mas entende que o conteúdo exigido reflete conceitos atualmente vigentes (ISO 14001:2015), pertinentes à compreensão da relação aspecto-risco-impacto. A interpretação é coerente com a evolução técnica da norma.
A alternativa A contenha elementos conceitualmente próximos, ela não aborda o risco como combinação de probabilidade e severidade, fator essencial em avaliação de risco ambiental. A alternativa C é, portanto, a mais completa.
No contexto técnico de gestão ambiental, “gravidade” refere-se à severidade do impacto ambiental, sendo uma prática consagrada em literatura especializada e em normas de avaliação de risco (ABNT NBR ISO/IEC 31010:2012; Embrapa, 2025).
A alternativa C, ao combinar probabilidade e gravidade, implícita e convencionalmente se refere à possibilidade de ocorrência de impactos adversos, o que é suficiente para avaliação de concurso público, mantendo coerência técnica

Fontes:

- ABNT. NBR ISO 14001:2015 – Sistemas de Gestão Ambiental: Requisitos com Orientações para Uso. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- ABNT. NBR ISO/IEC 31010:2012 – Gestão de Riscos: Técnicas para o Processo de Avaliação de Riscos. Rio de Janeiro, 2012.
- Embrapa. Avaliação de Risco Ambiental: Conceitos e Aplicações. Brasília, 2025.
- Ortolano, P.I.C.; Saroldi, M.J.L.; Oliveira, E.F. Abordagem de risco na norma ISO 14001:2015: proposta de implementação. Congresso ABES, 2017.

BRANCA	VERDE
37	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A análise técnica, confirma que a alternativa C reflete de forma didática e predominante as principais fontes emissoras típicas de cada poluente, conforme preconizado por órgãos ambientais e pela literatura técnica. A questão não exige a enumeração de todas as fontes possíveis, mas a identificação da principal ou mais característica em contexto urbano, de acordo com o padrão conceitual adotado em manuais de qualidade do ar e diretrizes de monitoramento.
O raciocínio correto é o seguinte:

Poluente	Principal fonte de emissão (contexto urbano)	Fundamentação técnica
Monóxido de carbono (CO)	Emissões veiculares resultantes de combustão incompleta	CETESB, 2023; CPRH, s.d.
Óxidos de nitrogênio (NOx)	Queima de combustíveis fósseis em veículos e processos industriais	MMA, 2011; CETESB, 2023
Compostos Orgânicos Voláteis (COVs)	Evaporação de solventes e combustíveis, inclusive derivados de gasolina	WHO, 2021; USEPA, 2022
Material particulado fino (PM2,5)	Queima de biomassa e ressuspensão de poeira de pavimento urbano	CETESB, Relatório de Qualidade do Ar, 2022

O material particulado fino (PM2,5) de fato pode ter origem múltipla, incluindo emissões veiculares e industriais; porém, a literatura técnica reconhece que, em ambientes urbanos tropicais, a ressuspensão de partículas do pavimento e a queima de biomassa são fontes dominantes de PM2,5 e PM10 (CETESB, 2022; CPRH, s.d.; WHO, 2021). O mesmo raciocínio aplica-se aos COVs, cuja principal fonte típica é a evaporação de solventes e combustíveis, ainda que outras existam. A alternativa correta, portanto, representa a correlação predominante e esperada em provas de nível conceitual e não apresenta erro técnico que justifique anulação.

Fontes:

- CETESB. Relatório de Qualidade do Ar no Estado de São Paulo – 2022. São Paulo: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, 2023.
- CPRH. Poluentes Atmosféricos. Recife: Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco, s.d.
- MMA. Guia de Poluição Atmosférica. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011.
- WHO. Global Air Quality Guidelines: Particulate Matter, Ozone, Nitrogen Dioxide, Sulfur Dioxide and Carbon Monoxide. Geneva: World Health Organization, 2021.
- USEPA. Air Emissions Sources – Criteria Air Pollutants. Washington, D.C., 2022.

BRANCA	VERDE
39	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A análise do enunciado e das alternativas demonstra que o objetivo da questão é avaliar o conhecimento conceitual geral sobre o requisito essencial para enquadramento de um projeto como MDL, e não exigir do candidato a enumeração de todos os procedimentos metodológicos ou etapas de verificação formal.
O artigo 12, parágrafo 5, do Protocolo de Kyoto estabelece que o MDL deve resultar em reduções de emissões de gases de efeito estufa certificadas, reais, mensuráveis e de longo prazo, em relação à situação sem o projeto (baseline). Essa condição é sintetizada justamente na alternativa D, que menciona a necessidade de comprovação técnica de que a intervenção reduz emissões frente ao cenário sem o projeto — expressão que, em linguagem técnica resumida, abrange o conceito de linha de base e adicionalidade.
As demais alternativas apresentam conteúdos incorretos ou incompatíveis com os critérios de elegibilidade do MDL:

A) O MDL não exige exclusividade de capital nacional;
B) Não há obrigatoriedade de aplicação integral das receitas em programas municipais;
C) O Protocolo de Kyoto não impõe restrição quanto à origem da tecnologia empregada.
Ademais, o fato de o Acordo de Paris (2015) ter sucedido o Protocolo de Kyoto não invalida a pertinência da questão, que, conforme o enunciado, explicitamente se refere ao MDL no âmbito do Protocolo de Kyoto, e não ao mecanismo sucessor do Artigo 6 do Acordo de Paris. Portanto, a referência temporal e normativa está adequada ao comando da questão.

Fontes:

- Protocolo de Kyoto (1997) – Art. 12, §5.
- UNFCCC – Clean Development Mechanism (CDM): Modalities and Procedures, Decision 3/CMP.1, Annex, 2005.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. Manual para elaboração de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – Brasília: MMA, 2011.
- SEMIL/SP. O que foi o Protocolo de Quioto e o que é o Acordo de Paris? São Paulo, 2024.

BRANCA	VERDE
40	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A análise técnica da banca confirma que o enunciado do item III está correto do ponto de vista conceitual, considerando a redação da alternativa:
O monóxido de carbono se liga à hemoglobina com afinidade cerca de 250 vezes maior que o oxigênio, formando a carboxi-hemoglobina (COHb).
A presença de COHb reduz a capacidade de transporte de oxigênio no sangue, mesmo em exposições relativamente baixas, conforme apontam WHO (2021), USEPA (2022) e literatura médica (Colacioppo, 1974; Schmidt & Prommer, 2005; Klausen et al., 1983).
A expressão “pode reduzir” utilizada no enunciado reflete condicionalidade de exposição, o que é adequado, pois o efeito depende da concentração de CO e do tempo de exposição. Portanto, não há imprecisão ou erro conceitual que justifique anulação.
Quanto ao item II, que afirma que “A inversão térmica favorece a dispersão dos poluentes atmosféricos”, verifica-se que está incorreto: inversão térmica limita a dispersão de poluentes, favorecendo seu acúmulo próximo ao solo, o que invalida o item II.
O item I está correto, pois o PM2,5 penetra profundamente nos alvéolos pulmonares, sendo mais nocivo que o PM10, de acordo com CETESB, 2022; WHO, 2021.

Fontes:

- CETESB. Relatório de Qualidade do Ar no Estado de São Paulo – 2022. São Paulo: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, 2023.
- WHO. Global Air Quality Guidelines: Particulate Matter, Ozone, Nitrogen Dioxide, Sulfur Dioxide and Carbon Monoxide. Geneva: World Health Organization, 2021.
- USEPA. Health Effects of Carbon Monoxide. Washington, D.C., 2022.
- COLACIOPPO, S. Efeitos sobre o homem das emanações de veículos automotores. Rev. Saúde Pública, 1974.
- KLAUSEN, K. et al. Acute effects of cigarette smoking and inhalation of carbon monoxide. Eur. J. Appl. Physiol, 1983.
- SCHMIDT, W.; PROMMER, N. The optimised CO-rebreathing method. Eur. J. Appl. Physiol, 2005.

Cargo: Analista Clínico

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Os textos, independentemente do gênero a que pertençam, se constituem de sequências com determinadas características linguísticas, como classe gramatical predominante, estrutura sintática, predomínio de determinados tempos e modos verbais, relações lógicas. Assim, dependendo dessas características, temos os diferentes tipos textuais.
Os gêneros textuais são inúmeros, dependendo da função de cada texto e das diferentes situações comunicacionais. O texto "Entre o bizarro e o extraordinário" se enquadra no gênero "artigo".
Já a dissertação é uma tipologia textual, que pode ser subdividida em expositiva ou argumentativa. A primeira tem como principal característica apresentar dados sobre um determinado assunto. Já a segunda tem como foco, além da exposição de informações, a defesa de um ponto de vista. A dissertação expositiva consiste em demonstrar dados, fatos e interpretações sobre um determinado tema, sem a necessidade de apresentar argumentos que corroboram para um ponto de vista. A dissertação expositiva apenas expõe uma série de elementos que compõem uma ideia, sem posicionamentos.
A dissertação argumentativa possui elementos expositivos que se somam a argumentos em defesa de uma opinião. Ela é muito comum em gêneros como o artigo de opinião e o editorial, em que são apresentados dados que contribuem para a composição de uma tese no texto.
Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que o objetivo principal do texto é convencer o leitor de que pesquisas aparentemente "inúteis" podem revelar importantes descobertas científicas. Assim, ao mesmo tempo que o texto expõe informações, também tem o objetivo de persuadir. Portanto, o gabarito é a letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais & Ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Convém esclarecer que o enunciado da questão 5 exige a análise do termo "ignóbil" em seu sentido mais básico, literal, ou seja, denotativo e não obrigatoriamente contextualizado no termo "IgNobel" mencionado no texto. Nessa

perspectiva, o sentido que mais se aproxima de “ignóbil”, de acordo com o dicionário Houaiss, é “indecoroso”, que significa “infame”, “desprezível”, “vergonhoso”. Portanto, o gabarito é a letra D.
Em A, “supérfluo” significa “demasiado, exagerado”. Em B, estupendo significa “admirável, esplêndido”. Em C, excêntrico significa “esquisito, estranho”.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de. Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA
06

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.
Essa questão exige o conhecimento sobre o uso dos “porquês”.
No contexto em análise, a expressão “O motivo pelo qual” poderá ser substituída corretamente por “por que”. A frase ficaria: “...por que pica-paus não têm dor de cabeça...”.
Segue uma breve explicação sobre o emprego dos “porquês”.
1. Por que (separado e sem acento)
Usado em perguntas, tanto diretas quanto indiretas. Também pode ser substituído por "pelo qual", "pela qual", "pelos quais", "pelas quais".
Exemplos: Por que você não veio ontem? / Não sei por que ele fez isso. / A estrada por que passamos está em más condições.
2. Por quê (separado e com acento)
Usado no final de frases, indicando pergunta ou dúvida. Também pode ser usado no final de frases com o mesmo sentido de "por qual razão" ou "por qual motivo".
Exemplos: Você não vai à festa, por quê? / Ele não quis sair, por quê?
3. Porque (junto e sem acento)
Usado para responder perguntas, explicar ou dar motivos. Pode ser substituído pela conjunção "pois".
Exemplos: Fui ao médico porque estava doente. / Não fui à festa porque estava cansado. / Ela não veio porque estava doente.
4. Porquê (junto e com acento):
Usado como substantivo, com sentido de "motivo", "razão", "causa". Pode ser precedido por artigo, pronome ou numeral.
Exemplos: Não sei o porquê de tanta confusão. / Quero entender o porquê dessa atitude. / Existem vários porquês para essa decisão.
Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em análise explora o conhecimento do candidato sobre a substituição de complementos verbais por pronomes, de acordo com a norma culta escrita.

Os pronomes o, a, os e as são empregados como objetos diretos.

Exemplos: Fechou-a e saiu. (fechar algo - objeto direto)

Nunca as vi. (ver alguém - objeto direto)

Às vezes os convidamos para jantar. (convidar alguém - objeto direto)

Os pronomes lhe e lhes são empregados como objetos indiretos. Exemplos:

Devolverei se estas coisas lhes pertencerem. (pertencer a alguém - objeto indireto)

Mandem-lhe o recado. (mandar o recado a alguém - objeto indireto)

Dê-lhes os presentes que pedem. (dar os presentes a alguém - objeto indireto)

Quando seguidos de verbos que terminam em -z, -s ou -r, os pronomes o, a, os, as assumem as formas lo, la, los, las. Neste caso, a terminação verbal é retirada: faz + o = fá-lo, comes + os = comê-los, estudar + a = estudá-la.

Mas, quando seguidos de verbos que terminam em som nasal, os pronomes assumem as formas no, na, nos, nas: leram + o = leram-no, retém + a = retém-na, põe + os = põe-nos, ouvem + as = ouvem-nas.

Assim, as alternativas A, B e C tiveram seus objetos adequadamente substituídos pelos pronomes lhe, la e lo. No entanto, em d, como a forma verbal “compreenderam” termina em som nasal, o pronome adequado para substituir seu objeto é “na” e não “a”. Portanto, o gabarito é a letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A crase é a fusão do "a" preposição com o "a" artigo. Portanto, considerando os casos mais comuns, só há ocorrência de crase quando o verbo ou o nome exigir preposição e o substantivo for feminino, pois poderá ser antecedido por um artigo também feminino. O acento que indica que houve fusão entre o artigo e a preposição é o acento grave (`).
INCORRETO: I. Na passagem "...em algo que à primeira vista não traz retorno..." (1º§), a supressão da crase não altera semanticamente o fragmento.
A supressão do acento grave altera o sentido do enunciado, pois a expressão adverbial de tempo "à primeira vista" passaria a exercer função de sujeito. Com isso, algo que não traria retorno inicialmente, sem o acento grave, daria a ideia de que a primeira vista é que não daria retorno para alguém ou para alguma coisa.
CORRETO: II. No fragmento "...que vão da psicologia à economia..." (7º§), se a preposição "até" for anteposta ao substantivo "economia", a crase será facultativa.
A crase com a preposição "até" será facultativa quando seguida de um termo feminino. Isso significa que tanto a forma com crase ("até à") quanto a forma sem crase ("até a") são consideradas corretas.
Faz-se necessário esclarecer que o foco de análise do excerto II incide sobre a preposição "até" ANTES da palavra "economia" e considerando, é claro, o artigo "a" posposto à preposição "até": "até à economia" ou "até a economia".
CORRETO: III. No excerto "...células que respondiam às cócegas..." (4º§), caso o verbo "responder" fosse substituído por "reagir", o acento grave deveria ser mantido.
Se houvesse substituição do verbo "responder" por "reagir", o acento grave deveria ser mantido porque ambos os verbos apresentam a mesma regência, ou seja, são transitivos indiretos, regidos pela preposição "a". Assim, a crase permaneceria obrigatória: "...células que reagiam às cócegas..."

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado da questão afirma que cada um dos três participantes faz uma única declaração e que exatamente uma dessas afirmações é verdadeira, não havendo ambiguidade ou contradição lógica. Suponha cada culpado possível e verifique as declarações: se Rafael foi o culpado, então a afirmação de Rafael ("Sidney apagou") é falsa; a de Sidney ("Tiago não teve culpa") é verdadeira (já que o culpado seria Rafael); a de Tiago ("Eu não apaguei e o Rafael também não apagou") é falsa (porque Rafael apagou). Resultado: exatamente uma afirmação verdadeira — condição satisfeita. Se Sidney fosse o culpado, todas as três afirmações seriam verdadeiras (contradiz a condição). Se Tiago fosse o culpado, nenhuma seria verdadeira (também contradiz). Logo, o único caso consistente é Rafael ter apagado o arquivo.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão apresenta as afirmativas relacionadas às diretrizes do SUS, em especial à regionalização. A afirmativa II, que indica que "a regionalização refere-se à organização dos serviços de saúde em diferentes níveis de complexidade dentro de uma mesma região geográfica", encontra respaldo na definição tradicional e na legislação vigente, que caracteriza a regionalização como um processo de organização dos serviços em regiões de abrangência definida, promovendo o acesso a diferentes níveis de atenção com foco na integralidade do cuidado.
Segundo o artigo 3º do Pacto de Gestão do SUS, a regionalização tem como princípio a organização dos serviços de saúde em regiões que promovam maior racionalização de recursos, fortalecimento da atenção básica, e uma maior eficiência no acesso aos diferentes níveis de atenção à saúde, incluindo unidades secundárias e terciárias, dentro de uma mesma região ou território.
Dessa forma, a descrição apresentada na afirmativa II é compatível com a definição de regionalização no contexto do SUS, sendo que ela envolve sim a organização dos serviços de saúde em diferentes níveis de complexidade dentro de uma mesma região, adequando-se à sua função de garantir o acesso integral, eficiente e contextualizado no território. Por esse motivo, a alternativa que afirma que "I, II, III e IV estão corretas" é válida, uma vez que todas as afirmativas são compatíveis com o entendimento técnico e legal do sistema, podendo ser consideradas corretas na perspectiva do edital e do enfoque do exame.

- Fontes:
  BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.
  Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
- BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2017.
- Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei Complementar nº 47/2018. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) Exclusivamente aos titulares de cargos efetivos.
Julgamento: correta. O art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº 47/2018, define "evolução funcional" como um mecanismo "destinado exclusivamente aos titulares de cargos efetivos".
B) Exclusivamente aos titulares de cargos em comissão.
Julgamento: A lei não prevê que os titulares de cargos em comissão tenham direito à evolução funcional.
C) Para titulares de cargos em comissão e funções de confiança.
Julgamento: Cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito e as funções de confiança são exercidas por servidores efetivos, mas não participam do processo de evolução funcional.
D) Para titulares de cargos efetivos e de direção, chefia e assessoramento.
Julgamento: Cargos de direção, chefia e assessoramento, que são providos em comissão ou por meio de função de confiança, não se enquadram nessa definição para fins de evolução funcional.

A questão expressamente pede a avaliação “segundo a Lei Complementar nº 47/2018”, de modo que buscou se aferir o conhecimento sobre o texto legal.
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Complementar nº 47, de 20 de dezembro de 2018. Reorganiza o Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal e o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da administração direta e indireta do Município, e dá outras providências. [2018]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-complementar/2018/4/47/lei-complementar-n-47-2018-reorganiza-o-quadro-geral-de-pessoal-da-prefeitura-municipal-e-o-plano-de-cargos-carreiras-e-vencimentos. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda os principais aspectos técnicos do exame parasitológico de sangue e inclui, no enunciado, hematozoários como Plasmodium spp., Trypanosoma cruzi e microfilárias. Assim, a técnica de Knott, citada na alternativa B, é plenamente pertinente, pois trata-se de um método clássico e padronizado para detecção de microfilárias em amostras de sangue, sendo reconhecida como uma das principais técnicas parasitológicas hematológicas. O método consiste na diluição de sangue em formalina a 2%, seguida de agitação e centrifugação, o que resulta em clareamento e ruptura das hemácias, permitindo melhor visualização das microfilárias no sedimento — descrição compatível com o que foi apresentado na alternativa. Ainda que a formalina tenha função fixadora, o conjunto do procedimento (diluição, agitação e centrifugação) promove o efeito prático de lise dos eritrócitos, conforme descrito em protocolos laboratoriais e manuais de diagnóstico. As demais alternativas apresentam erros conceituais: a alternativa A é incorreta porque, embora o esfregaço espesso exija desemoglobinação, ele não preserva a morfologia eritrocitária; a C está incorreta porque a coloração de Ziehl-Neelsen modificada é específica para parasitas ácido-resistentes (como Cryptosporidium e Isospora), e não para hematozoários; e a D é incorreta, pois o método de escolha para detecção de parasitemias baixas é o esfregaço espesso, e não o delgado. Dessa forma, a alternativa B é a única que descreve corretamente um método laboratorial efetivo e tecnicamente consistente para o exame parasitológico de sangue.

Fonte:

- HENRY, J. B.; McPHERSON, R. A.; PINCUS, M. R. Diagnóstico Clínico e Tratamento por Métodos Laboratoriais de Henry, 20ª ed., Manole, 2008; Ministério da Saúde. Guia de Vigilância da Filariose Linfática, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_filariose_linfatica.pdf

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A alternativa D descreve o uso do azul de lactofenol, corante amplamente empregado na micologia diagnóstica, utilizado em preparações microscópicas para evidenciar e preservar estruturas fúngicas, como hifas septadas, conídios e esporos, proporcionando excelente contraste e detalhamento morfológico. Embora o azul de lactofenol também seja utilizado no microcultivo de fungos, sua aplicação não se restringe a esse contexto, podendo ser usado em montagens de observação direta (“a fresco”) para fins demonstrativos e diagnósticos, conforme descrito em manuais de referência. As demais alternativas estão incorretas: a alternativa A é errada porque a simples visualização de estruturas fúngicas ao exame direto não permite identificação definitiva da espécie; a alternativa B está incorreta porque o hidróxido de potássio (KOH) é indicado para digestão de materiais queratinizados, como unhas e cabelos, pois dissolve a queratina e facilita a observação de hifas e esporos; e a alternativa C é incorreta porque, embora

a coloração de Gram não seja método de escolha para diagnóstico micológico, ela pode evidenciar leveduras (como *Candida spp.*) que se coram fortemente em violeta, sendo um exame complementar. Dessa forma, apenas a alternativa D expressa corretamente o princípio e a finalidade técnica de um método aplicável à análise direta de amostras clínicas em micologia.

Fonte:

- ZAITZ, C. et al. *Compêndio de Micologia Médica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012; HENRY, J. B.; McPHERSON, R. A.; PINCUS, M. R. *Diagnóstico Clínico e Tratamento por Métodos Laboratoriais de Henry*. 20ª ed. Barueri: Manole, 2008.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Mantém-se o gabarito da alternativa A, pois todas as afirmativas (I, II, III e IV) estão incorretas. A qPCR realiza a detecção em tempo real por fluorescência, dispensando a eletroforese em gel. O HCV é um vírus de RNA e necessita de transcrição reversa para geração de cDNA. A temperatura de anelamento difere da de desnaturação, sendo ajustada conforme o Tm dos primers.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A afirmativa I está correta: a morfologia do ovo na imagem A, com formato oval e uma extremidade achatada, é característica de Enterobius vermicularis. A afirmativa II está incorreta, pois embora a imagem B represente corretamente o ovo de Trichuris trichiura - com formato alongado e tampões hialinos nas extremidades —, a imagem C não corresponde a Taenia solium, e sim ao ovo de Ascaris lumbricoides, que apresenta casca espessa e camada externa mamelonada (albuminosa). A afirmativa III também é incorreta, pois a imagem D mostra um cisto de Entamoeba coli, reconhecível pelo maior número de núcleos (até 8) e citoplasma mais grosseiro, enquanto Entamoeba histolytica possui cistos com até 4 núcleos e citoplasma mais homogêneo. Ressalta-se que, embora as imagens estejam em escala de cinza, as características morfológicas essenciais, como formato, espessura da parede, presença de tampões polares e número de núcleos, são plenamente visíveis e suficientes para a correta identificação dos parasitas.

Fonte:

- CDC/DPDx – keys e fichas de Enterobius, Trichuris, Ascaris e Entamoeba (DPDx image database); ZEIBIG, E. Parasitologia Clínica: uma abordagem clínico-laboratorial, Elsevier, 2014. HENRY; McPHERSON; PINCUS. Diagnóstico Clínico e Tratamento por Métodos Laboratoriais de Henry, 20. ed. Manole, 2008.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Mantém-se o gabarito da alternativa B, pois todas as demais afirmativas estão corretas conforme as boas práticas de coleta e análise do LCR. A alternativa B é incorreta porque a coleta deve ser realizada em três tubos estéreis, sendo o tubo 1 destinado à bioquímica e imunologia, o tubo 2 à microbiologia, e o tubo 3 à citologia e contagem celular, evitando contaminação cruzada. A afirmativa D está adequada, pois a interpretação da glicose no LCR deve ser feita em relação à glicemia plasmática, sendo a hipoglicorraquia com pleocitose neutrofílica sugestiva de meningite bacteriana. A xantocromia (A) pode variar de rosa-claro a amarelo, e o aumento de eosinófilos (C) ocorre em condições específicas, conforme descrito na literatura.

Fontes:

- HENRY; McPHERSON; PINCUS. Diagnóstico Clínico e Tratamento por Métodos Laboratoriais de Henry, 20. ed. Manole, 2008.
- SBPC/ML. Boas práticas em laboratório clínico. Barueri: Manole, 2020.

Cargo: Analista Cultural

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Entre os recursos que contribuem para a construção de sentidos no texto, estão os sinais de pontuação. Além de estarem vinculados intimamente à coerência do texto, esses sinais podem acumular outras funções discursivas, como aquelas ligadas à ênfase, à reformulação ou à justificação de certos segmentos. Nessa perspectiva, a pontuação tem de ser vista muito mais além; isto é, não são simples sinais para separar ou marcar segmentos da superfície do texto.
A questão em análise propõe que o candidato verifique a função das aspas no adjetivo "inúteis". No contexto, fica claro que o adjetivo inúteis foi utilizado com um sentido diferente do usual, uma vez que o autor argumenta que algumas pesquisas podem, em um primeiro momento, parecer estranhas ou irrelevantes para a sociedade. No entanto, ao longo da exposição de estudos já realizados, o autor comprova que pesquisas aparentemente absurdas levaram os cientistas a descobertas incríveis. Assim, o uso das aspas em "inúteis" serve para ironizar, ou seja, mostrar que essas pesquisas não são nenhum pouco inúteis; ao contrário, são altamente relevantes e produtivas, pois podem trazer enormes benefícios para a humanidade. Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- _____. Introdução à Semântica: brincando com a gramática. 8ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Diferentemente do que ocorre na matemática, na língua portuguesa a ordem dos fatores pode alterar o produto. Isso ocorre porque a ordem das palavras no enunciado obedece a princípios de organização do sistema linguístico. Dessa forma, em alguns contextos, a mudança de posição de uma palavra em relação a outra pode provocar mudança de sentido.

Considerando o enunciado original do texto “Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos também podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...”, compreende-se que pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem gerar uma variedade de coisas. Além disso, podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...

Seguem as análises dos enunciados das alternativas, de acordo com a posição do termo “também”.

A. *Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem também gerar aplicações que vão da psicologia à economia...*

Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos, dentre outras coisas, podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...

B. *Pesquisas estranhas que também tratam de hábitos humanos podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...*

Pesquisas estranhas podem tratar de hábitos humanos e também de outras coisas.

C. *Pesquisas estranhas que tratam de hábitos também humanos podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...*

Pesquisas estranhas tratam de hábitos de outros seres e também de hábitos humanos.

D. *Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem gerar aplicações que também vão da psicologia à economia...*

Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem gerar aplicações em outras áreas da ciência. O foco da informação nesse enunciado está na abrangência de aplicações das pesquisas estranhas, que perpassam os mais diversificados campos da ciência, inclusive o da psicologia e o da economia.

Assim, ao analisar os quatro fragmentos apresentados, apenas em A a mudança de posição da palavra também” não acarretou profunda alteração de sentido em relação ao enunciado original. Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- _____. Introdução à Semântica: brincando com a gramática. 8ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA
06

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.

Essa questão exige o conhecimento sobre o uso dos “porquês”.

No contexto em análise, a expressão “O motivo pelo qual” poderá ser substituída corretamente por “por que”. A frase ficaria: “...por que pica-paus não têm dor de cabeça...”.

Segue uma breve explicação sobre o emprego dos “porquês”.

1. Por que (separado e sem acento)

Usado em perguntas, tanto diretas quanto indiretas. Também pode ser substituído por "pelo qual", "pela qual", "pelos quais", "pelas quais".

Exemplos: Por que você não veio ontem? / Não sei por que ele fez isso. / A estrada por que passamos está em más condições.
2. Por quê (separado e com acento)
Usado no final de frases, indicando pergunta ou dúvida. Também pode ser usado no final de frases com o mesmo sentido de "por qual razão" ou "por qual motivo".
Exemplos: Você não vai à festa, por quê? / Ele não quis sair, por quê?
3. Porque (junto e sem acento)
Usado para responder perguntas, explicar ou dar motivos. Pode ser substituído pela conjunção "pois".
Exemplos: Fui ao médico porque estava doente. / Não fui à festa porque estava cansado. / Ela não veio porque estava doente.
4. Porquê (junto e com acento):
Usado como substantivo, com sentido de "motivo", "razão", "causa". Pode ser precedido por artigo, pronome ou numeral.
Exemplos: Não sei o porquê de tanta confusão. / Quero entender o porquê dessa atitude. / Existem vários porquês para essa decisão.
Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão em análise explora o conhecimento do candidato sobre a substituição de complementos verbais por pronomes, de acordo com a norma culta escrita.
Os pronomes o, a, os e as são empregados como objetos diretos.
Exemplos: Fechou-a e saiu. (fechar algo - objeto direto)
Nunca as vi. (ver alguém - objeto direto)
Às vezes os convidamos para jantar. (convidar alguém - objeto direto)
Os pronomes lhe e lhes são empregados como objetos indiretos. Exemplos:
Devolverei se estas coisas lhes pertencerem. (pertencer a alguém - objeto indireto)
Mandem-lhe o recado. (mandar o recado a alguém - objeto indireto)
Dê-lhes os presentes que pedem. (dar os presentes a alguém - objeto indireto)
Quando seguidos de verbos que terminam em -z, -s ou -r, os pronomes o, a, os, as assumem as formas lo, la, los, las. Neste caso, a terminação verbal é retirada: faz + o = fá-lo, comes + os = comê-los, estudar + a = estudá-la.
Mas, quando seguidos de verbos que terminam em som nasal, os pronomes assumem as formas no, na, nos, nas: leram + o = leram-no, retém + a = retém-na, põe + os = põe-nos, ouvem + as = ouvem-nas.
Assim, as alternativas A, B e C tiveram seus objetos adequadamente substituídos pelos pronomes lhe, la e lo. No entanto, em d, como a forma verbal “compreenderam” termina em som nasal, o pronome adequado para substituir seu objeto é “na” e não “a”. Portanto, o gabarito é a letra D.

Fontes:
ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O intervalo entre o início do primeiro (08:24) e o fim do segundo (09:48) é de 08:24 até 09:48 = 1 hora e 24 minutos = 84 minutos. Esse intervalo corresponde ao tempo de dois painéis, logo cada painel durou 84÷2=42 minutos. O terceiro painel começou imediatamente após o segundo, às 09:48, e durou 42 minutos. Assim, ele terminou as 09:48 + 42 minutos = 10:30

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A afirmativa realmente é incorreta, senão vejamos. O caput do artigo 37 da CF/88 define os cinco princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Os princípios possuem conceitos próprios, mas às vezes, nos casos concretos, suas definições "se tocam" no propósito de manter a retidão nos atos de administração pública.
Note-se, nesta assertiva, que é aceitável que Maria França tenha violado a impessoalidade ao não informar o fato à sua chefia, pois tratou seu primo de maneira pessoal e diferente do que teria feito com outro cidadão que não fosse seu parente. Todavia, muito mais a servidora contrariou o princípio da moralidade, pois não comunica o fato à chefia superior, faltando com a probidade, a lealdade e a honestidade em sua atuação, preceitos éticos obrigatórios para o servidor, em respeito à moralidade administrativa.
O princípio da moralidade obriga os agentes públicos a atuarem em conformidade com os princípios éticos e a legalidade. Faltou à Maria França, pelo menos, a honestidade para com a administração ao deixar de comunicar à chefia o pedido de João Brasil, que teria resultado ilegal caso anuído por Maria França.
A título de reflexão, são largamente praticados nas administrações públicas de todos os entes, em todos os níveis, comportamentos funcionais já normatizados em códigos infralegais deontológicas, pelos quais o servidor público, por exemplo, tem o dever de comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, e exigindo as providências cabíveis. Daí aceitar com clareza que houve, ao menos, desídia de Maria França no que pertine a impessoalidade, dentro de um contexto "macro" de ética profissional.
Mas, a assertiva incluiu no seu texto o princípio da publicidade, tornando-a incorreta. O conceito é totalmente dispare do que afirma a assertiva, estando aí o erro fulcral na alternativa quando afirma que houve violação à publicidade. A finalidade deste princípio é conferir a mais ampla divulgação pública dos atos da Administração Pública, com seus resultados e ações bem acessíveis aos seus administrados. É mecanismo fundamental entre os princípios da administração pública, pois possibilita o controle da legitimidade da conduta dos agentes administrativos, mas não havendo nenhuma correlação com o fato de Maria França não ter comunicado o ocorrido à sua chefia superior.
As demais alternativas são verdadeiras e estão em consonância com as diretrizes constitucionais sobre os princípios da administração pública, razão pela qual não atendem ao enunciado; a saber:
B) "Se Maria França tivesse anuído em atender ao pedido de João Brasil teria violado o princípio da legalidade".

É correta. É cediço que se Maria França aceitasse e reduzisse o valor venal do imóvel, estaria a mesma praticando ato ilegal, logo violando o princípio da legalidade.
C) “O servidor público tem o dever de atuar pautado nos princípios constitucionais da administração pública da publicidade, eficiência, legalidade, moralidade e impessoalidade”.
Evidentemente correta, pois o artigo 37, caput da CF/88 define os cinco princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
D) “Sendo o ato de João Brasil contrário ao interesse público, Maria deveria ter comunicado imediatamente o fato à sua chefia, em respeito ao princípio da moralidade que preza pelos valores éticos de probidade e lealdade na administração pública”.
Também está correta a afirmação. Como já explicado na justificativa da alternativa correta (A), realmente ocorreu evidente inobservância da moralidade administrativa por parte de Maria França ao evitar comunicar os fatos à chefia superior.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988. Título III – Da Organização do Estado. Capítulo VII – Da Administração Pública. Seção I – Disposições Gerais.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 46 ed. Editora Juspodivm, 2025.
- MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 35 ed. Saraiva Jur, 2019.

BRANCA
24

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma apresenta erro na redação do comando da questão, a partir do que, passa a haver três alternativas que atendem ao enunciado e comando da questão.
A questão aborda a Constituição da República em seu Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo II – Dos Direitos Sociais. Trata-se de conteúdo programático constante do edital do certame.
No comando da questão 24 deveria constar o critério da “exceção” dentre as afirmativas corretas, de modo que alcançaria a única alternativa que realmente destoa das regras e princípios dos direitos sociais: a alternativa B. Mas, por erro material, o termo “exceto” não constou do comando da questão e a afirmativa B, que deveria formar o gabarito, se tornou a única que não atende ao enunciado. Desse modo, restaram três respostas corretas que atendem ao enunciado constante da questão (alternativas A, C e D), o que causa inequívoca nulidade da questão.
Assim, a questão de prova não apresenta uma única alternativa que atenda ao seu enunciado e comando, motivo pelo qual delibera-se pela PROCEDÊNCIA dos recursos e consequente anulação da Questão.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988. Título III – Da Organização do Estado. Capítulo VII – Da Administração Pública. Seção I – Disposições Gerais.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 46 ed. Editora Juspodivm, 2025.
- MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 35 ed. Saraiva Jur, 2019.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Consoante informações oficiais constantes do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, na seção destinada às Oficinas Culturais – Corpos Estáveis, verifica-se que os corpos estáveis são compostos, exclusivamente, pelos seguintes grupos artísticos:

Coral Cidade de Indaiatuba
Grupo de Dança da Secretaria da Cultura
Orquestra de Viola Caipira
Orquestra Jovem de Indaiatuba
Corporação Musical Villa-Lobos
Camerata Filarmônica de Indaiatuba
Dessa forma, resta evidente que não há qualquer menção ao denominado “Grupo de Teatro da Secretaria da Cultura” como integrante dos corpos estáveis oficiais.
Assim, a alternativa que indicava o “Grupo de Teatro da Secretaria da Cultura” como corpo estável deve ser considerada incorreta, exatamente como constou no gabarito preliminar.

Fonte:

- Site da Secretaria de Cultura de Indaiatuba: https://www.indaiatuba.sp.gov.br/cultura/oficinas-culturais/corpos-estaveis/ acesso em 17 out. 2025.

Cargo: Arquiteto

BRANCA	VERDE
01	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Os textos, independentemente do gênero a que pertençam, se constituem de sequências com determinadas características linguísticas, como classe gramatical predominante, estrutura sintática, predomínio de determinados tempos e modos verbais, relações lógicas. Assim, dependendo dessas características, temos os diferentes tipos textuais.
Os gêneros textuais são inúmeros, dependendo da função de cada texto e das diferentes situações comunicacionais. O texto “Entre o bizarro e o extraordinário” se enquadra no gênero “artigo”.
Já a dissertação é uma tipologia textual, que pode ser subdividida em expositiva ou argumentativa. A primeira tem como principal característica apresentar dados sobre um determinado assunto. Já a segunda tem como foco, além da exposição de informações, a defesa de um ponto de vista. A dissertação expositiva consiste em demonstrar dados, fatos e interpretações sobre um determinado tema, sem a necessidade de apresentar argumentos que corroboram para um ponto de vista. A dissertação expositiva apenas expõe uma série de elementos que compõem uma ideia, sem posicionamentos.
A dissertação argumentativa possui elementos expositivos que se somam a argumentos em defesa de uma opinião. Ela é muito comum em gêneros como o artigo de opinião e o editorial, em que são apresentados dados que contribuem para a composição de uma tese no texto.
Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que o objetivo principal do texto é convencer o leitor de que pesquisas aparentemente “inúteis” podem revelar importantes descobertas científicas. Assim, ao mesmo tempo que o texto expõe informações, também tem o objetivo de persuadir. Portanto, o gabarito é a letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.

- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais & Ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA	VERDE
06	03

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.

Essa questão exige o conhecimento sobre o uso dos “porquês”.

No contexto em análise, a expressão “O motivo pelo qual” poderá ser substituída corretamente por “por que”. A frase ficaria: “...por que pica-paus não têm dor de cabeça...”.

Segue uma breve explicação sobre o emprego dos “porquês”.

1. Por que (separado e sem acento)

Usado em perguntas, tanto diretas quanto indiretas. Também pode ser substituído por "pelo qual", "pela qual", "pelos quais", "pelas quais".

Exemplos: Por que você não veio ontem? / Não sei por que ele fez isso. / A estrada por que passamos está em más condições.

2. Por quê (separado e com acento)

Usado no final de frases, indicando pergunta ou dúvida. Também pode ser usado no final de frases com o mesmo sentido de "por qual razão" ou "por qual motivo".

Exemplos: Você não vai à festa, por quê? / Ele não quis sair, por quê?

3. Porque (junto e sem acento)

Usado para responder perguntas, explicar ou dar motivos. Pode ser substituído pela conjunção "pois".

Exemplos: Fui ao médico porque estava doente. / Não fui à festa porque estava cansado. / Ela não veio porque estava doente.

4. Porquê (junto e com acento):

Usado como substantivo, com sentido de "motivo", "razão", "causa". Pode ser precedido por artigo, pronome ou numeral.

Exemplos: Não sei o porquê de tanta confusão. / Quero entender o porquê dessa atitude. / Existem vários porquês para essa decisão.

Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE
08	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O termo "que" é um importante recurso para a promoção da coesão textual, pois trabalha para a articulação sintático-semântica dos enunciados em um texto. Ele pode fazer isso de duas maneiras: como pronome relativo ou como conjunção integrante. Se exercer a função de pronome relativo, atuará nos processos de referenciação como um elemento coesivo-remissivo que auxilia na construção de sentido lógico das orações, a partir da retomada do termo anterior. Por isso, todo pronome relativo é considerado um termo anafórico (retoma o elemento antecedente).
Por outro lado, se o "que" atuar como conjunção integrante, não terá a função de retomar nenhum termo anterior, mas estabelecerá a ligação de uma oração com outra (elemento sequenciador).
Cabe destacar que o "que", como pronome relativo, sempre será um elemento coesivo referencial, que recuperará um termo antecedente (coesão anafórica). Como conjunção integrante, será elemento coesivo sequenciador.
Assim, "que" é pronome relativo, ou seja, é um elemento coesivo anafórico, pois retoma, respectivamente, em A, "pesquisadores; em B, "pesquisas aparentemente bizarras" e em D, "pesquisas estranhas". Somente em C "que" é conjunção integrante, pois introduz uma oração subordinada substantiva subjetiva, ou seja, "que" se comporta apenas como elemento de conexão. Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. 2ed. São Paulo: Atual, 2005.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de. Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE
09	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A crase é a fusão do "a" preposição com o "a" artigo. Portanto, considerando os casos mais comuns, só há ocorrência de crase quando o verbo ou o nome exigir preposição e o substantivo for feminino, pois poderá ser antecedido por um artigo também feminino. O acento que indica que houve fusão entre o artigo e a preposição é o acento grave (`).
INCORRETO: I. Na passagem "...em algo que à primeira vista não traz retorno..." (1º§), a supressão da crase não altera semanticamente o fragmento.

A supressão do acento grave altera o sentido do enunciado, pois a expressão adverbial de tempo “à primeira vista” passaria a exercer função de sujeito. Com isso, algo que não traria retorno inicialmente, sem o acento grave, daria a ideia de que a primeira vista é que não daria retorno para alguém ou para alguma coisa.
CORRETO: II. No fragmento “...que vão da psicologia à economia...” (7º§), se a preposição “até” for anteposta ao substantivo “economia”, a crase será facultativa.
A crase com a preposição “até” será facultativa quando seguida de um termo feminino. Isso significa que tanto a forma com crase (“até à”) quanto a forma sem crase (“até a”) são consideradas corretas.
Faz-se necessário esclarecer que o foco de análise do excerto II incide sobre a preposição “até” ANTES da palavra “economia” e considerando, é claro, o artigo “a” posposto à preposição “até”: “até à economia” ou “até a economia”.
CORRETO: III. No excerto “...células que respondiam às cócegas...” (4º§), caso o verbo “responder” fosse substituído por “reagir”, o acento grave deveria ser mantido.
Se houvesse substituição do verbo “responder” por “reagir”, o acento grave deveria ser mantido porque ambos os verbos apresentam a mesma regência, ou seja, são transitivos indiretos, regidos pela preposição “a”. Assim, a crase permaneceria obrigatória: “...células que reagiam às cócegas...”

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE
15	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Em uma escola de música, existem 20 docentes com diferentes cargas semanais: 2, 5 ou 7 aulas. Sabe-se que os professores que dão 2 ou 5 aulas somam 46 aulas por semana e que o total de aulas na escola é 88. Isso significa que os docentes que dão 7 aulas contribuem com 42 aulas, logo são 6 professores nessa categoria. Assim, restam 14 docentes que dão 2 ou 5 aulas. Seja x a quantidade de professores que ministram 2 aulas por semana e y a quantidade de professores que ministram 5 aulas por semana. Com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte sistema linear:

$$\begin{cases} x + y = 14 \\ 2x + 5y = 46 \end{cases}$$

cuja solução é x=8 e y=6. Assim 8 professores dão exatamente 2 aulas.

BRANCA	VERDE
16	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conforme as informações do enunciado, em um campeonato de videogame, vários jogadores competem em três partidas consecutivas. Em cada partida não há empate, e os três melhores pontuadores recebem pontos da seguinte forma: 1º lugar: 5 pontos; 2º lugar: 3 pontos; e 3º lugar: 2 pontos. Os demais jogadores não recebem pontos. Assim, a pontuação máxima para cada jogador é 5+5+5 = 15 e a pontuação mínima é 0+0+0 = 0. Suponha, sem perda de generalidade, que o jogador A ganhou duas partidas e ficou em terceiro lugar na partida restante. Assim, o jogador A pontuou 5+5+2 = 12 pontos. O máximo que um jogador B pode pontuar é ficar em segundo lugar nas duas partidas vencidas pelo jogador A e ficar em primeiro lugar na partida que não teve o jogador A como vencedor. Assim, o jogador B pontua 3+3+5 = 11. Logo, com 12 pontos tem-se a garantia de terminar o campeonato em primeiro lugar isolado.

BRANCA	VERDE
19	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O intervalo entre o início do primeiro (08:24) e o fim do segundo (09:48) é de 08:24 até 09:48 = 1 hora e 24 minutos = 84 minutos. Esse intervalo corresponde ao tempo de dois painéis, logo cada painel durou 84÷2=42 minutos. O terceiro painel começou imediatamente após o segundo, às 09:48, e durou 42 minutos. Assim, ele terminou as 09:48 + 42 minutos = 10:30.

BRANCA	VERDE
22	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações. Trata-se de conteúdo programático constante do edital do certame.
Esta questão de prova utiliza afirmações bem mais simples e diretas, pelas quais facilmente se poderá observar e concluir se as afirmativas sugeridas na questão estão (ou não) de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
Note-se que o enunciado e afirmativas da questão não “cobram” se as competências e atribuições são primordiais, ou se são usadas em regra, ou em situações especiais. O enunciado de forma simples e direta apenas afirma uma clara atribuição legal da Comissão de Contratação “relativa a licitações” em geral. Atribuição legal, pois advém de inequívoco texto de lei, integrante das disposições preliminares da Lei de licitações, em seu Capítulo III – Das Definições; isto pelo artigo 6º, inciso “L” da legislação, a saber:
Art. 6º, “L” - comissão de contratação: conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;
Observe-se que a Comissão não possui apenas a atribuição de agir nos (assim denominados) “procedimentos auxiliares”. Conforme aludido artigo 6º, “L”, in fine, atua a Comissão para examinar e julgar documentos relativos às licitações (e também nos procedimentos auxiliares), sem estar a Comissão legalmente limitada a fases ou a quaisquer análises ou momentos especiais do procedimento licitatório.
Não há proibição legal que impeça a Comissão de Contratação de exercer a atribuição sugerida no enunciado da questão, mas, pelo contrário, há previsão legal permissiva e clara, como já defendido alhures, com fulcro no artigo 6º, inciso “L” da Lei de Licitações. Logo, o enunciado da questão “se comporta” à luz da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
A alternativa correta estabelece que apenas as análises de “Ana e Antônia” estão corretas, senão vejamos.
Ana) “Para definir e dimensionar toda a obra, os elementos necessários e suficientes do projeto básico deverão possuir adequado nível de precisão com base nos estudos técnicos preliminares, de modo a garantir a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento”.

Nas disposições preliminares da Lei Federal nº 14.133/2021, em seu Capítulo III – Das Definições, está a previsão legal que dá base a esta correta análise de Ana. É o artigo 6º, inciso XXV da Legislação, que detalha o conceito de projeto básico e estipula os elementos fundamentais para a sua adequada composição.
Antônia) "Entre outros elementos descritivos legais que devem constar do termo de referência estão a fundamentação da contratação, que é a referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes, e o parâmetro de adequação orçamentária."
O mesmo se vê com relação à análise de Antônia no que diz respeito às definições legais impressas pela Lei Federal nº 14.133/2021. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos define nas alíneas "b" e "j" de seu artigo 6º, inciso XXIII, os parâmetros e elementos descritivos mencionados por Antônia.
A situação hipotética correspondente à análise de Amâncio não retrata a verdade, pois não encontra proteção na legislação em estudo.
Amâncio) "Como base direta do projeto executivo, o estudo técnico preliminar constitui a primeira etapa do planejamento da contratação e, concluindo-se pela viabilidade de ambos os documentos, restará caracterizado o interesse público e autorizado o processo licitatório".
A análise de Amâncio está incorreta, pois está em desacordo com o inciso XX do artigo 6º da Lei de Licitações. Este dispositivo legal define o "estudo técnico preliminar" (ETP) como documento que forma a base do anteprojeto, do termo de referência e do projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação; não sendo o ETP "base direta do projeto executivo", como afirma Amâncio. Vide o artigo 6º, XX da Legislação em comento: "Art. 6º, XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;"

Fonte:

- Licitações e Contratos Administrativos: Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações.

BRANCA	VERDE
23	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A afirmativa realmente é incorreta, senão vejamos. O caput do artigo 37 da CF/88 define os cinco princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Os princípios possuem conceitos próprios, mas às vezes, nos casos concretos, suas definições "se tocam" no propósito de manter a retidão nos atos de administração pública.
Note-se, nesta assertiva, que é aceitável que Maria França tenha violado a impessoalidade ao não informar o fato à sua chefia, pois tratou seu primo de maneira pessoal e diferente do que teria feito com outro cidadão que não fosse seu parente. Todavia, muito mais a servidora contrariou o princípio da moralidade, pois não comunica o fato à chefia superior, faltando com a probidade, a lealdade e a honestidade em sua atuação, preceitos éticos obrigatórios para o servidor, em respeito à moralidade administrativa.
O princípio da moralidade obriga os agentes públicos a atuarem em conformidade com os princípios éticos e a legalidade. Faltou à Maria França, pelo menos, a honestidade para com a administração ao deixar de comunicar à chefia o pedido de João Brasil, que teria resultado ilegal caso anuído por Maria França.
A título de reflexão, são largamente praticados nas administrações públicas de todos os entes, em todos os níveis, comportamentos funcionais já normatizados em códigos infralegais deontológicas, pelos quais o servidor público, por exemplo, tem o dever de comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, e exigindo as providências cabíveis. Daí aceitar com clareza que houve, ao menos, desídia de Maria França no que pertine a impessoalidade, dentro de um contexto "macro" de ética profissional.
Mas, a assertiva incluiu no seu texto o princípio da publicidade, tornando-a incorreta. O conceito é totalmente dispare do que afirma a assertiva, estando aí o erro fulcral na alternativa quando afirma que houve violação à publicidade. A finalidade deste princípio é conferir a mais ampla divulgação pública dos atos da Administração Pública, com seus resultados e ações bem acessíveis aos seus administrados. É mecanismo fundamental entre os princípios da

administração pública, pois possibilita o controle da legitimidade da conduta dos agentes administrativos, mas não havendo nenhuma correlação com o fato de Maria França não ter comunicado o ocorrido à sua chefia superior.
As demais alternativas são verdadeiras e estão em consonância com as diretrizes constitucionais sobre os princípios da administração pública, razão pela qual não atendem ao enunciado; a saber:
B) "Se Maria França tivesse anuído em atender ao pedido de João Brasil teria violado o princípio da legalidade".
É correta. É cediço que se Maria França aceitasse e reduzisse o valor venal do imóvel, estaria a mesma praticando ato ilegal, logo violando o princípio da legalidade.
C) "O servidor público tem o dever de atuar pautado nos princípios constitucionais da administração pública da publicidade, eficiência, legalidade, moralidade e impessoalidade".
Evidentemente correta, pois o artigo 37, caput da CF/88 define os cinco princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
D) "Sendo o ato de João Brasil contrário ao interesse público, Maria deveria ter comunicado imediatamente o fato à sua chefia, em respeito ao princípio da moralidade que preza pelos valores éticos de probidade e lealdade na administração pública".
Também está correta a afirmação. Como já explicado na justificativa da alternativa correta (A), realmente ocorreu evidente inobservância da moralidade administrativa por parte de Maria França ao evitar comunicar os fatos à chefia superior.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988. Título III – Da Organização do Estado. Capítulo VII – Da Administração Pública. Seção I – Disposições Gerais.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 46 ed. Editora Juspodivm, 2025.
- MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 35 ed. Saraiva Jur, 2019.

BRANCA	VERDE
24	21

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma apresenta erro na redação do comando da questão, a partir do que, passa a haver três alternativas que atendem ao enunciado e comando da questão.
A questão aborda a Constituição da República em seu Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo II – Dos Direitos Sociais. Trata-se de conteúdo programático constante do edital do certame.
No comando da questão 24 deveria constar o critério da "exceção" dentre as afirmativas corretas, de modo que alcançaria a única alternativa que realmente destoa das regras e princípios dos direitos sociais: a alternativa B. Mas, por erro material, o termo "exceto" não constou do comando da questão e a afirmativa B, que deveria formar o gabarito, se tornou a única que não atende ao enunciado. Desse modo, restaram três respostas corretas que atendem ao enunciado constante da questão (alternativas A, C e D), o que causa inequívoca nulidade da questão.
Assim, a questão de prova não apresenta uma única alternativa que atenda ao seu enunciado e comando, motivo pelo qual delibera-se pela PROCEDÊNCIA dos recursos e consequente anulação da Questão.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988. Título III – Da Organização do Estado. Capítulo VII – Da Administração Pública. Seção I – Disposições Gerais.

BRANCA	VERDE
25	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), temática constante do conteúdo programático do edital.

A alternativa B é a única assertiva correta, cuja redação é a seguinte:
“No tratamento de dados pessoais, considera-se a primeira pessoa natural como o operador e a segunda pessoa como o encarregado.” G.N.
A assertiva está correta, pois as definições em seu texto, considerando o contexto do enunciado, se adequam perfeitamente à LGPD, no seu artigo 5º, incisos VII e VIII, respectivamente. Ipisis litteris:
“Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se: (...)
VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador; (...)
VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Agência Nacional de Proteção de Dados – ANPD;”
As demais alternativas não retratam a verdade por estarem claramente em desacordo com a LGPD, a saber:
A) “A empresa é o controlador e a segunda pessoa natural é o operador”.
É incorreta. Note-se que a empresa realmente é o controlador (artigo 5º, VI, LGPD), mas a segunda pessoa é o encarregado e não o operador com afirma a assertiva, residindo aí o erro na alternativa (inciso VIII do artigo 5º da Lei).
C) “O órgão da administração pública mencionado é o controlador, e a empresa é a titular para fins da operação de tratamento de dados”.
A alternativa está plenamente incorreta. Na primeira afirmação, o erro está no fato de que o órgão da administração pública responsável por zelar e fiscalizar o cumprimento da LGPD não é o controlador, mas sim a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), conforme artigo 5º, XIX e artigo 55-A e seguintes do Capítulo IX – Seção I – Da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Na segunda afirmação, na verdade, a empresa é o controlador (artigo 5º, VI, LGPD). A empresa não é o titular no tratamento de dados como afirma a assertiva. O titular no tratamento de dados é a pessoa física a quem se referem os dados pessoais, de acordo com o artigo 5º, V, LGPD.
D) “A primeira pessoa natural é o encarregado e o órgão da administração pública é a autoridade nacional, denominada Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)”.
Também está incorreta a afirmação, visto que a primeira pessoa é o operador e não o encarregado como afirma a alternativa (artigo 5º, VII da Lei), estando aí o erro. O órgão da administração pública mencionado no enunciado realmente é a ANPD, conforme artigos 5º, XIX, e 55-A e ss. (Cap. IX – Seção I – Da ANPD).

Fonte:

- Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

BRANCA	VERDE
27	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Indaiatuba/SP. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
I. A Câmara Municipal, órgão deliberativo do município, possui, entre outras, a função de fiscalização externa, exercida com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
Julgamento: Correta. A Lei Orgânica de Indaiatuba estabelece que a Câmara Municipal é o "órgão deliberativo do Município" (art. 15). O art. 58 da LOM define que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município "será exercida pela Câmara Municipal mediante controle externo". O § 1º do mesmo artigo complementa que "O controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado".
II. É de competência exclusiva da Câmara sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa.
Julgamento: Correta. Conforme o art. 13, inciso XX. Nota-se, portanto, que a afirmativa é tradução literal e expressa da Lei Orgânica. O termo “competência exclusiva” é aquele expressamente adotado pelo legislador, não havendo irregularidade em tal menção.

III. O mandato da Mesa da Câmara será de dois anos; qualquer componente da Mesa poderá ser destituído quando faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições.
Julgamento: Correta. O art. 27 da Lei Orgânica de Indaiatuba estabelece que o mandato da Mesa da Câmara é de dois anos. O art. 28 da mesma lei prevê que qualquer componente da Mesa pode ser destituído se for "faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições". O procedimento e/ou forma de destituição não são objeto de avaliação da afirmativa.
Todas as afirmativas são corretas, portanto.
Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Indaiatuba. [1990].
  Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-organica. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA	VERDE
30	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) Exclusivamente aos titulares de cargos efetivos.
Julgamento: correta. O art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº 47/2018, define "evolução funcional" como um mecanismo "destinado exclusivamente aos titulares de cargos efetivos".
B) Exclusivamente aos titulares de cargos em comissão.
Julgamento: A lei não prevê que os titulares de cargos em comissão tenham direito à evolução funcional.
C) Para titulares de cargos em comissão e funções de confiança.
Julgamento: Cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito e as funções de confiança são exercidas por servidores efetivos, mas não participam do processo de evolução funcional.
D) Para titulares de cargos efetivos e de direção, chefia e assessoramento.
Julgamento: Cargos de direção, chefia e assessoramento, que são providos em comissão ou por meio de função de confiança, não se enquadram nessa definição para fins de evolução funcional.
A questão expressamente pede a avaliação “segundo a Lei Complementar nº 47/2018”, de modo que buscou se aferir o conhecimento sobre o texto legal.
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Complementar nº 47, de 20 de dezembro de 2018. Reorganiza o Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal e o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da administração direta e indireta do Município, e dá outras providências. [2018].

BRANCA	VERDE
31	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão trata sobre ocupação do solo conforme zoneamento de Indaiatuba tem como embasamento teórico a Lei Complementar nº 93, de 05 de dezembro de 2022 - Institui a nova Lei de Uso e Ocupação do Solo Município de Indaiatuba que dispõe sobre o ordenamento do uso e da ocupação do solo, e dá outras providências, explicitamente indicada em conteúdo programático de cargo/concurso (item 15).
Cabe ressaltar que este edital não se restringe somente às legislações indicadas. O conteúdo programático engloba legislações e temas e estes temas podem fundamentar-se em legislações para além das indicadas em edital, desde que sejam coerentes com a temática indicada e área de atuação do cargo. Deste modo, o uso do Plano Diretor de Indaiatuba, compreendido como instrumento de política urbana torna-se pertinente para questionamentos e atende

aos itens: 2. Direito Urbanístico; 3. Função social da cidade e da propriedade; 4. Planejamento e política urbana no Brasil (diretrizes, objetivos e princípios) 5. Reforma urbana; 6. Instrumentos de política urbana.

BRANCA	VERDE
32	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O conteúdo programático engloba legislações e temas e estes temas podem fundamentar-se em legislações para além das indicadas em edital, desde que sejam coerentes com a temática indicada e área de atuação do cargo. Deste modo, o uso do Plano Diretor de Indaiatuba, compreendido como instrumento de política urbana, torna-se pertinente para questionamentos e atende aos itens: 2. Direito Urbanístico; 3. Função social da cidade e da propriedade; 4. Planejamento e política urbana no Brasil (diretrizes, objetivos e princípios) 5. Reforma urbana; 6. Instrumentos de política urbana.

BRANCA	VERDE
35	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A não conformidade de uma edificação está estabelecida pela Lei Complementar nº 93, de 05 de dezembro de 2022 - previamente indicada em conteúdo programático.
Em Seção IV constam os artigos 22 e 23 que definem uma edificação não conforme como aquela edificação ou lote que "não obedecem a uma ou mais características de uso e ocupação do solo para a zona de uso onde está localizado o lote". No entanto, há possibilidade de admissão de usos não conforme artigo 23, desde que haja documentação comprobatória emitida pela Prefeitura.
Portanto, o uso "não conforme", conforme questionado em enunciado, é definido por apresentar características distintas daquelas previamente estabelecidas para a zona em que se situa.
Esta é sua definição.
A demolição, ampliação, reforma ou quaisquer outras eventuais intervenções serão definidas conforme cada caso específico, como MANEIRA de se adequar ao projeto e ao zoneamento da área. Destaca-se, portanto, a diferença entre a definição dessa terminologia e as providências a serem tomadas.

BRANCA	VERDE
36	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Fundamentando-se teoricamente na Lei Complementar n.º 93, de 05 de dezembro de 2022 - Institui a nova Lei de Uso e Ocupação do Solo Município de Indaiatuba que dispõe sobre o ordenamento do uso e da ocupação do solo, e dá outras providências, em análise às alternativas, é possível verificar que, considerando a definição de PERICULOSIDADE: associado ao potencial de risco e danos à saúde e ao meio ambiente, em caso de acidente, em função da produção, distribuição, comercialização, uso e estocagem de materiais perigosos: radiação eletromagnética, explosivos, gás liquefeito de petróleo - GLP, inflamáveis, tóxicos e equiparáveis (Anexo VI), a instalação deste tipo de empreendimento compreende determinados parâmetros de modo a garantir a segurança.
Conforme verifica-se em artigo 13:
Somente será concedida a licença para a construção ou instalação de estabelecimento e/ou atividades destinadas a venda de GLP, que estejam em terrenos com área superior a 250,00 m², e somente um estabelecimento no local, exceto na Zona de Desenvolvimento Econômico.
A) É obrigatório que o estabelecimento seja o único na via pública.
Não há, em toda legislação, quaisquer menções ao estabelecimento de determinados comércios ou atividades que necessitem ser o único na via pública. A urbanização da cidade compreende múltiplos usos. O que pode ser

estabelecido é a metragem mínima e os afastamentos visando a segurança às edificações próximas. Logo, alternativa incorreta.
B) O terreno deve ter uma área de, no mínimo, 150 m² e uma testada de 7 m.
O artigo 13 especifica a metragem mínima para terrenos que terão como atividade a venda de GLP, sendo assim, o valor de 150 m² é inferior ao mínimo estabelecido por lei. Logo, alternativa incorreta.
C) O estabelecimento deve estar localizado na Zona de Desenvolvimento Econômico.
Considerando o artigo 13 da LC 93/2022 este tipo de estabelecimento não pode ser instalação nesta zona. Logo, alternativa incorreta.
D) O estabelecimento deve ser o único no local e o terreno deve ter área superior a 250 m².
Alternativa correta. Atende aos critérios indicados no artigo 13 que fornece parâmetros para instalação de atividades de venda de GLP.

BRANCA	VERDE
38	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão pauta-se em uma situação hipotética considerando Antiga Estação Ferroviária Urbana de Indaiatuba considerando sua qualidade enquanto patrimônio histórico municipal.
Centrando-se, portanto, em uma demanda específica do município de Indaiatuba, e considerando as seguintes temáticas presentes em conteúdo programático: Instrumentos de política urbana; Preservação e proteção do patrimônio histórico, cultural, arquitetônico e paisagístico, adotou-se como referencial teórico e legislativo a Lei Complementar nº. 92 de 2022 que institui o novo Plano Diretor do Município de Indaiatuba - PDI e dá outras providências. Cabe ressaltar que os planos diretores são adotados cotidianamente na atuação profissional do arquiteto e urbanista, além de se tratar do instrumento básico da política urbana do município de Indaiatuba. Deste modo, sua coerência é irrefutável.
Com base no exposto, a questão solicita que seja assinalada a afirmativa correta (ou seja, verdadeira) com base nos instrumentos legais que podem ser adotados na situação hipotética.
Ao analisar as afirmativas, considerando o Plano Diretor de Indaiatuba, em atenção ao em Capítulo II - Dos instrumentos fiscais e financeiros:
A) A restauração de um bem histórico é um Projeto de Intervenção Urbana, que deve ser financiado com recursos públicos, sem a participação da iniciativa privada.
Nos termos da legislação municipal, um Projeto de Intervenção Urbana (PIU) "se constitui como uma ferramenta que precede a incidência de outros mecanismos uma vez que parte de uma leitura sócio-territorial e ambiental através do Programa de Interesse Público que intenta garantir a compatibilidade entre os desejos do projeto e a Política Urbana do município". A mesma lei explicita, em artigo 129 § 1º A iniciativa de proposição do PIU poderá provir de iniciativa popular, privada ou pública, podendo esta ser em conjunto entre uma ou mais iniciativas. Deste modo, não há restrição ou obrigatoriedade no financiamento a partir de recursos públicos. Logo, alternativa incorreta.
B) O empreendedor pode obter financiamento através do Fundo Municipal de Meio Ambiente ou do Fundo Municipal de Habitação, desde que o projeto de restauração tenha um componente de sustentabilidade ambiental ou de habitação social.
O Fundo Municipal de Meio Ambiente foi instituído pelo artigo 10 da Lei Municipal nº 4.684/2005 com o objetivo de "a dar suporte financeiro às Políticas Municipais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, regendo-se pelas normas estabelecidas nesta lei". Logo, para este projeto, não há aderência para utilização do FUNDEMA. O Fundo Municipal de Habitação (FUMHABIT) instituído pela Lei Municipal nº 3.919/2000 e suas alterações, vinculado à Secretaria Municipal de Habitação que o destina "a propiciar apoio político, técnico e suporte financeiro à implementação de Programas Habitacionais de Interesse Social, voltados à população de baixa renda, de acordo com as finalidades previstas no artigo 8º desta lei". A situação hipotética prevista em enunciado apresenta um projeto que não tem viés de habitação social, isto é, não há aderência para utilização deste fundo. Logo, alternativa incorreta.
C) Considerando o potencial de valorização do espaço público, o empreendedor poderá solicitar o incentivo financeiro intitulado “contribuição por melhoria” como maneira de reduzir os investimentos privados para execução da obra.
A contribuição por melhoria é um instrumento previsto por legislação federal. No entanto, de acordo com o Plano Diretor, são compreendidas como contribuição por melhoria "I - colocação de guias e sarjetas; II - pavimentação; III -

iluminação pública; IV - construção de passeios públicos; V - construção de rede de água; VI - construção de rede de esgoto; VII - construção de derivação de redes de água e esgoto; VIII - construção de dispositivos de drenagem urbana em áreas verdes ou de lazer, públicas para reservação/contenção de águas pluviais; IX - sistemas de monitoramento se segurança; X - implantação de rede pública de conexão (wi-fi)." Isto é, não há atendimento da situação hipotética. Logo, alternativa incorreta.
D) A restauração deve ser financiada integralmente por recursos próprios do empreendedor ou através de leis de incentivo de outras esferas de governo. A lei não prevê instrumentos fiscais ou financeiros específicos para a preservação do patrimônio histórico, cultural ou arquitetônico.
Alternativa correta. Segue explanação:
O plano diretor, em seu artigo 100 apresenta quais são os Instrumentos Fiscais e Financeiros que visam à indução das ações previstas pelo PDI, com foco na conservação ambiental e na qualificação do meio urbano construído, sendo estes os:
I - Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais (PSA); e
II - Contribuição de melhoria;
III - Contrapartida financeira.
O Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais (PSA) é uma ferramenta para retribuir, de forma monetária ou não, os proprietários ou possuidores de áreas com ecossistemas provedores de serviços ambientais, cujas ações mantêm, restabelecem ou recuperam atividades dispostas na legislação federal, estadual e municipal pertinente. A proposta hipotética não apresenta coerência com esta ferramenta.
A contribuição por melhoria foi abordada anteriormente e não prevê sua utilização para situações como a apresentada em enunciado.
A contrapartida financeira prevê a participação dos empreendimentos imobiliários privados na ampliação e no melhoramento da infraestrutura urbana do município de Indaiatuba, orientados a partir de parâmetros e diretrizes estabelecidas pelo novo PDI. São estes: a implantação de equipamentos de infraestrutura e/ou a execução de programas e projetos de ordenamento e direcionamento da expansão urbana.
Portanto, conforme a legislação municipal, não há previsão de utilização de instrumento fiscal ou financeiro que possa ser adotado especificamente para financiamento da situação hipotética relatada.

BRANCA	VERDE
39	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conforme conteúdo programático publicado em edital de cargo/concurso, a temática 1 corresponde a "Nova Agenda Urbana - NAU/ ONU-HABITAT e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 - ODS 11". A leitura integral do edital cabe ao candidato. Deste modo, a cobrança de tema explicitamente referenciado não pode resultar em anulação.
Portanto, considerando especificamente o ODS 11, que visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, o enunciado recorta o objetivo 11.3 que se refere a capacidade para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos de todos os países.
Assim, são exibidos dois indicadores. O primeiro se refere ao 11.3.1 - Razão da taxa de consumo do solo pela taxa de crescimento da população e corresponde a afirmativa que soluciona corretamente a questão. O segundo indicador se refere a participação popular na gestão urbana. No entanto, a afirmativa não aborda o que torna esse indicador viável, que é quando a participação popular "opera de forma regular e democrática". Sendo assim, a participação popular isolada não é um indicador adotado. A participação popular se torna indicador quando se verifica operação regular e democrática no planejamento e gestão urbana.

BRANCA	VERDE
40	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão possui embasamento teórico conforme a Lei Complementar n.º 93, de 05 de dezembro de 2022 - Institui a nova Lei de Uso e Ocupação do Solo Município de Indaiatuba que dispõe sobre o ordenamento do uso e da ocupação do solo, e dá outras providências (previamente indicada em conteúdo programático de cargo).

No intuito de sanar dúvidas, segue explicação e resolução por afirmativa:
Cabe esclarecer que a zona questionada, Zona de Dinamização Urbana (ZDU), compreende "porções do território consolidadas e com ocupação de média densidade construtiva e demográfica, dotados de infraestrutura urbana e equipamentos sociais. Identifica-se nestas porções territoriais diversidade de usos e potencialidade para qualificação e adensamento em função da capacidade estrutural (LC n.º 93, artigo 35). O enunciado solicita que seja assinalada a afirmativa verdadeira sobre usos e parâmetros estabelecidos para a ZDU.
Sendo assim:
A) Não há coeficiente de aproveitamento mínimo para terrenos situados na zona.
Afirmativa incorreta. Conforme ANEXO II PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO presente na respectiva legislação, o coeficiente de aproveitamento mínimo (CAMi) na ZDU é de 0,1. Portanto, se há um valor indicado para aproveitamento mínimo, esta alternativa está incorreta.
B) A taxa de ocupação na zona é de sessenta por cento para lotes com área inferior a 750 m².
Afirmativa incorreta. Conforme ANEXO II PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO, a taxa de ocupação (TO) na ZDU é de 70%. Logo, o valor de 60%, indicado na afirmativa está incorreto pois é inferior ao parâmetro estabelecido.
C) O uso residencial multifamiliar vertical é proibido na área da zona que incide sobre a Chácara do Trevo.
Afirmativa correta. Conforme art. 35 § 2º Fica proibido o uso Rmv na ZDU que incide sobre a Chácara do Trevo. Cabe explicitar: Rmv = Residencial multifamiliar vertical (art. 7º).
D) O uso residencial multifamiliar vertical é permitido na zona, desde que o sublote tenha, no mínimo, 175 m² e testada mínima de 8 m.
Afirmativa incorreta. Conforme ANEXO II PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO o uso residencial multifamiliar vertical (Rmv) é sim permitido, no entanto, o sublote mínimo tem o parâmetro de 125 m² e a testada é de 7 metros. Logo, os valores indicados na afirmativa como mínimos para este uso na ZDU estão incorretas. É possível sim que haja sublotes de 175m² com 8 m de testada, NO ENTANTO, estes são valores além do mínimo.

Cargo: Assistente de Procuradoria

BRANCA	VERDE
01	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Primeiramente, tem-se que a referida Medida Provisória foi publicada em 17 de setembro de 2025, data posterior a publicação do edital. Além disos, a criação da Agência, em substituição à Autoridade Nacional, não afetou as competências, tampouco a sigla atribuída (a agência é denominada ANPD). Assim, ao se questionar sobre as competências da ANPD, a resposta é a mesma caso se considera a Autoridade Nacionao ou a Agência Reguladora, uma vez que houve só uma substituição das figuras. Nota-se que isso não afeta a resposta da questão, uma vez que todos os itens da pergunta pressupõem as competências da ANPD, estando todas elencadas no artigo 55-J da LGPD.

Fonte:

- artigo 55-J da LGPD.

BRANCA	VERDE
02	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Todos os itens correspondem literalmente à previsão das Súmulas do TCE-SP. Item I (é o teor da Súmula nº 52 do TCE-SP); item II (é o teor da Súmula nº 50 do TCE-SP); item III (é o teor da Súmula nº 15 do TCE-SP). Além disso, a questão pergunta expressamente sobre as Súmulas do TCE-SP, sendo que todas as cobradas na questão ainda estão vigentes e não foram canceladas por eventual desconformidade com novas legislações.

Fonte:

- Súmulas nº 15, 50, 52 do TCE-SP

BRANCA	VERDE
03	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O item "D" é falso (portanto, a que deveria ser assinalada), uma vez que, nos termos do artigo 75, inciso XVII, da Lei de Licitações, somente podem ser contratadas diretamente as entidades sem fins lucrativos (não as com fins lucrativos). Além disso, eventual contexto fático mostra-se irrelevante para a resposta da questão. Outrossim, a alternativa "B" traz hipótese de dispensa prevista no artigo 75, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 2021 (não se trata de inexigibilidade). Os demais incisos trazidos nos recursos não têm relação com a alternativa "D".

Fonte:

- artigo 75, inciso XVII, da Lei de Licitações.

BRANCA	VERDE
04	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O item II é falso, uma vez que contraria a previsão do artigo 35, §3º, da Lei nº 8.987, de 1995: "§ 3º A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis". O item II fala que é defeso (proibido).

Fonte:

- artigo 35, §3º, da Lei nº 8.987, de 1995

BRANCA	VERDE
05	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A alternativa "A" deve ser assinalada, uma vez que contraria a previsão do artigo 4º da Lei nº 4.132, de 1962, que autoriza também a locação ("Os bens desapropriados serão objeto de venda ou locação, a quem estiver em condições de dar-lhes a destinação social prevista"). A alternativa "B" traz a previsão do artigo 3º da Lei nº 4.132, de 1962. Logo, é verdadeira e não deveria ser assinalada. A alternativa "D" traz a previsão do artigo 2º, §2º, da Lei nº 4.132, de 1962, sendo, portanto, verdadeira.

Fonte:

- artigo 3º da Lei nº 4.132, de 1962; artigo 4º da Lei nº 4.132, de 1962; artigo 2º, §2º, da Lei nº 4.132, de 1962.

BRANCA	VERDE
06	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Pela competência constitucional do STF, é possível a apreciação do tema mesmo em face de coisa julgada por juízo estadual.

BRANCA	VERDE
07	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A Emenda Constitucional nº 57/2008 deu nova redação ao art. 18, §4º da Constituição Federal, dispensando a necessidade de lei complementar federal específica para a criação de municípios, não suprimiu a exigência de lei complementar federal para tanto, apenas a tornou dispensável. Tanto é que ela continua prevendo a lei complementar federal em sua redação: Art. 18.§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

BRANCA	VERDE
08	07

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
A questão cobrou conteúdo que não foi suficientemente especificado no enunciado.

BRANCA	VERDE
11	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A correção da resposta encontra-se fundamento na norma do art. 1.026 do Código de Processo Civil: "Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso. § 2º Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa. § 3º Na reiteração de embargos de declaração manifestamente protelatórios, a multa será elevada a até dez por cento sobre o valor atualizado da causa, e a interposição de qualquer recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que a recolherão ao final"

BRANCA	VERDE
12	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A correção jurídica da resposta indicada pelo gabarito encontra fundamento nas normas do art. 534 § 2º e 535 do Código de Processo Civil: Art. 534. No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, o exequente apresentará demonstrativo discriminado e atualizado do crédito contendo: § 2º A multa prevista no § 1º do art. 523 não se aplica à Fazenda Pública. Art. 535. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.
O código de processo civil dispõe de procedimento especial para cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública (Município), estabelecendo prazos e regras especificas. A questão abordou o assunto, justamente por envolver concurso público para ente municipal.

BRANCA	VERDE
13	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A correção jurídica da resposta encontra fundamento na norma do art. 7ª da Lei Federal nº 12.153/2009: "Art. 7º Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive

a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias".

Art. 7º Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1º A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. Art. 224. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

BRANCA	VERDE
14	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A correção jurídica da resposta encontra fundamento na norma do art. 455 § 4º, inciso IV do CPC: "Art. 455. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo. § 4º A intimação será feita pela via judicial quando: IV - a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública".

O autor é representado pela Defensoria Pública o lhe confere o direito de que as testemunhas por ele arroladas sejam intimadas pela via judicial.

Portanto, os recursos devem ser julgados improcedentes, mantendo-se a questão e o seu gabarito.

BRANCA	VERDE
15	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A justificação prévia é uma audiência com específica finalidade de oportunizar ao autor a possibilidade de provar, por meio oral, a presença dos pressupostos para deferimento da tutela provisória de urgência, cuja previsão normativa é o art. 300 § 2º do CPC.

BRANCA	VERDE
16	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A correção jurídica da resposta encontra fundamento nas normas do art. 33 e 34 do Decreto Lei 3.365/1941:

Art. 33. O depósito do preço fixado por sentença, à disposição do juiz da causa, é considerado pagamento prévio da indenização. § 2º O desapropriado, ainda que discorde do preço oferecido, do arbitrado ou do fixado pela sentença, poderá levantar até 80% (oitenta por cento) do depósito feito para o fim previsto neste e no art. 15, observado o processo estabelecido no art. 34.

Art. 34. O levantamento do preço será deferido mediante prova de propriedade, de quitação de dívidas fiscais que recaiam sobre o bem expropriado, e publicação de editais, com o prazo de 10 dias, para conhecimento de terceiros.

A Lei Federal de nº 9.785/1999 não é aplicável ao caso. Embora tenha alterado o Decreto Lei Lei 3.365/1941, não modificou a redação dos art. 33 e 34.

BRANCA	VERDE
17	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão estava inserida no bloco que exigiu do candidato conhecimentos específicos do cargo na área de Direito Tributário, Financeiro E Orçamentário, Ambiental e Urbanístico, tratando do processo judicial tributário e, em especial, da execução fiscal, conforme previsto no Edital. Assim, o comando da questão determinava ao candidato que assinalasse a alterativa INCORRETA sobre a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Tema 1184 sobre o ajuizamento e o prosseguimento de execuções fiscais.
A única afirmativa incorreta é a da alternativa "D", conforme exposto no gabarito preliminar divulgado, pois contraria a tese fixada no julgamento do Tema 1184 do Supremo Tribunal Federal (STF), que expressamente estabelece que deve ser "respeitada a competência constitucional de cada ente federado" para definição do "baixo valor" para fins de Execução Fiscal e não que prevalece o valor menor se fixado por outro ente. Todas a demais afirmativas estão corretas.
A afirmativa "A" está correta, pois em consonância com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Tema 1184 do STF: "O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; (...)". Portanto, conforme já afirmado, a alternativa "D" é a reposta correta, sendo a única afirmativa incorreta. Logo, não há erro na divulgação do gabarito e necessidade alteração da resposta correta ou anulação da questão por falta de uma resposta correta ou existência de mais de uma resposta correta.
Por fim, não há ambiguidade no enunciado, sendo expressamente delimitado que a assertivas deveriam ser analisar de acordo com "a tese fixada pelo STF no julgamento do Tema 1184".

Fonte:

- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tema 1184. Extinção de execução fiscal de baixo valor, por falta de interesse de agir, haja vista modificação legislativa posterior ao julgamento do RE 591.033 (Tema 109), que incluiu as certidões de dívida ativa entre os títulos sujeitos a protesto (Lei 12.767/2012), e a desproporção dos custos de prosseguimento da ação judicial. Leading Case Recurso Extraordinário 1355208. Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA. Brasília, DF: 06 dez. 2021. Disponível em: . Acesso em: 09 ago. 2025.

BRANCA	VERDE
18	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A única afirmativa incorreta é a da alternativa "C", conforme exposto no gabarito preliminar divulgado, pois contraria a tese fixada no julgamento do Tema Repetitivo 444 do STJ, que expressamente estabelece que "a citação positiva do sujeito passivo devedor original da obrigação tributária, por si só, não provoca o início do prazo prescricional quando o ato de dissolução irregular for a ela subsequente". Todas a demais afirmativas estão corretas.

BRANCA	VERDE
19	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A única afirmativa correta é a da alternativa "A", conforme exposto no gabarito preliminar divulgado, pois em consonância com a tese fixada no julgamento do Tema Repetitivo 122 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): "Tanto o promitente comprador (possuidor a qualquer título) do imóvel quanto seu proprietário/promitente vendedor (aquele que tem a propriedade registrada no Registro de Imóveis) são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU". Todas a demais afirmativas estão incorretas.
Não há "ambiguidade insanável", "ambiguidade conceitual", "vício técnico" ou "erro material quanto à definição do contribuinte do IPTU", a afirmativa "A" fundamenta-se na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ (Tema

Repetitivo nº 122 – REsp 1.111.202/SP), como reconhecido pelos próprios recorrentes, que admite a responsabilização tanto o promitente comprador (possuidor a qualquer título) do imóvel quanto seu proprietário/promitente vendedor (aquele que tem a propriedade registrada no Registro de Imóveis). Sendo certo que o item 7.6.1 do Edital expressamente dispõe que "as súmulas, jurisprudências e precedentes dos tribunais superiores poderão ser consideradas para fins de elaboração de questões". Assim, não havendo no comando do enunciado da questão determinação para adoção de interpretação literal de norma legal, deve o candidato avaliar a corretude da assertiva com base em todas as fontes do direito.

BRANCA	VERDE
21	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A única afirmativa incorreta é a da alternativa "A", conforme exposto no gabarito preliminar divulgado, pois contraria a tese fixada no julgamento do Tema Repetitivo 980 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): "o parcelamento de ofício da dívida tributária não configura causa interruptiva da contagem da prescrição, uma vez que o contribuinte não anuiu". Todas a demais afirmativas estão corretas.
O tema abordado na questão estava previsto no conteúdo programático no edital, exigindo especialmente do candidato conhecimentos sobre a extinção das obrigações tributárias pela prescrição, conhecimentos esses, repisa-se, expressamente previstos no Edital. Sendo certo que o item 7.6.1 do Edital expressamente dispõe que "as súmulas, jurisprudências e precedentes dos tribunais superiores poderão ser consideradas para fins de elaboração de questões". Assim, não há que se falar em anulação da questão por suposta ausência de conteúdo programático.
A alternativa "D" está correta, pois em consonância com o Enunciado da Súmula nº 622 do Superior Tribunal de Justiça – STJ: "A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial". Não obstante a alegação de que "não há nenhuma hipótese no Código Tributário de Indaiatuba em que a constituição do crédito do IPTU seja feita mediante auto de infração", todo e qualquer tributo pode ser constituído por meio de auto de infração. Ensina Harada que "O contribuinte deixa de cumprir suas obrigações tributárias por várias razões. Às vezes, porque está em dúvida quanto a sua legalidade ou a seu quantum exigido; outras vezes, porque se encontra em situação de insolvência, e outras vezes, ainda, por razões culposas ou dolosas. Nesses casos, o fisco dá início a atos fiscalizatórios culminando com a lavratura do auto de infração." Nesse sentindo complementa Paulsen "Feita a fiscalização e constatada infração à legislação tributária, é lavrado auto de infração, constituindo o crédito relativo ao tributo e à multa aplicada. O sujeito passivo será notificado, então, para defender-se na esfera administrativa, sendo que, apenas quando julgada sua impugnação e eventual recurso, é que se terá a constituição definitiva do crédito tributário". No caso do IPTU, na situação hipotética do contribuinte de deixar de efetuar a inscrição cadastral do imóvel no Cadastro Fiscal Imobiliário, além da multa prevista no art. 55, inciso I, prevista no Código Tributário do Município de Indaiatuba, será efetuado o lançamento, em ato único, do crédito tributário referente aos exercícios anteriores à inscrição.

Fonte:

- BRASIL. Superior Tribunal Justiça. Tema Repetitivo 980. Leading Case Recurso Especial REsp 1658517/PA. Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Brasília, DF: 21 nov. 2018. Disponível em: . Acesso em: 09 ago. 2025.

BRANCA	VERDE
22	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com os arts. 19, 22 e 59 da LRF, os limites aplicáveis aos Municípios são de 60% (global), 57% (prudencial) e 54% (alerta) da Receita Corrente Líquida. Assim, analisando os dados apresentados na questão, constata-se que: Alfa (49,6%) e Beta (52,4%) permanecem abaixo do limite de alerta (54%), portanto cumprem todos os limites; Gama

(58,3%) ultrapassa o limite prudencial (57%), e Delta (61,8%) supera o limite global (60%). Desse modo, apenas a alternativa A expressa corretamente a situação de cada município.
A alternativa B está incorreta, eis que considera que o município Beta (52,4%) teria ultrapassado o limite de alerta, o que não se sustenta à luz do art. 59, §1º, II, da LRF, que fixa esse patamar em 90% do limite global, ou seja, 54% da Receita Corrente Líquida. Assim, estando Beta abaixo desse percentual, não há descumprimento de qualquer limite legal.
Ademais, não há ambiguidade na expressão "cumpriu todos os limites", que deve ser compreendida, no contexto da questão, como a não extrapolação de nenhum dos patamares de controle legalmente fixados.
Por fim, a ausência dos percentuais no enunciado não configura vício, uma vez que se trata de conteúdo expressamente previsto na LRF e integrante do domínio esperado do candidato.

BRANCA	VERDE
23	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O comando da questão é claro ao exigir do candidato o reconhecimento da situação compatível com a abertura de crédito especial, conforme expressamente indicado no enunciado. A referência a "crédito especial" delimita de forma objetiva o tipo de crédito adicional a ser identificado, afastando qualquer alegação de ambiguidade.
Ademais, o conceito de crédito especial encontra-se definido no art. 41, II, da Lei nº 4.320/1964, como aquele "destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica", hipótese corretamente descrita na alternativa D, que trata da criação de novo programa municipal sem previsão orçamentária.
A alternativa B, por sua vez, descreve situação típica de crédito extraordinário, aplicável a despesas urgentes e imprevistas decorrentes de calamidade pública, nos termos do art. 41, III, da mesma lei, não havendo margem interpretativa que permita confusão entre as espécies de créditos adicionais, uma vez que o enunciado restringiu expressamente a análise ao crédito especial.

BRANCA	VERDE
24	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Para o Supremo Tribunal Federal, o entendimento que fundamenta a exclusão do imposto de renda retido na fonte do limite de despesa de pessoal contraria diretamente o disposto no art. 19 da LRF — que enumera as parcelas não integrantes do referido cálculo —, de forma que manifestações subnacionais em sentido ampliativo usurpam a competência legislativa da União para editar normas gerais sobre direito financeiro (CF/1988, art. 24, I).
Dessa forma, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que as despesas com imposto de renda retido na fonte devem ser incluídas no limite de gastos com pessoal, de modo que a alternativa B está incorreta.
A alternativa C está incorreta, pois o IRRF não se enquadra entre as exceções previstas no art. 19 da LRF, conforme já destacado.
O Tema 1.060 do STF refere-se à controvérsia sobre os critérios e requisitos para restituição de imposto pago a maior no regime de substituição tributária progressiva (art. 150, §7º, da Constituição), e não à composição da despesa total com pessoal. Já o RE 1.066.677 trata do Tema 551, relativo à extensão de direitos dos servidores efetivos a contratados temporariamente, igualmente sem relação com a matéria objeto da questão.
Por derradeiro, quanto às razões recursais que tratam de percentuais de despesa com pessoal e limites de alerta, prudencial e global, observa-se que se referem a outra questão do certame, estando, portanto, prejudicadas. Ainda assim, mesmo nessa perspectiva, o argumento apresentado estaria incorreto, pois considera apenas os limites aplicáveis ao Poder Executivo, enquanto o enunciado da referida questão exigia a análise da despesa total com pessoal abrangendo não só executivo, mas também o Legislativo Municipal.

BRANCA	VERDE
25	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com a Lei Complementar nº 140/2011, a competência para o licenciamento ambiental de empreendimentos localizados integralmente em uma Área de Proteção Ambiental (APA) federal, mas situada totalmente dentro de um único estado, é do órgão ambiental estadual (art. 8º, inciso XIV). A dominialidade da unidade de conservação não define, isoladamente, a competência para o licenciamento, prevalecendo o critério territorial e a extensão dos impactos ambientais.
A fiscalização ambiental, por sua vez, constitui competência comum entre União, Estados e Municípios, conforme o art. 23, incisos VI e VII, da Constituição Federal, e o art. 17 da LC nº 140/2011. Assim, todos os entes federativos podem realizar ações fiscalizatórias e lavrar autos de infração.
Entretanto, para fins de regularização do empreendimento e condução do processo administrativo sancionador, prevalece o auto de infração lavrado pelo órgão licenciador, conforme dispõe o art. 17, §3º, da LC nº 140/2011, entendimento reafirmado pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 4.757/DF. Essa regra visa evitar a dupla punição pelo mesmo fato (bis in idem) e garantir a unicidade do processo administrativo.
Dessa forma, a alternativa D expressa corretamente o ordenamento jurídico ao reconhecer:
a competência estadual para o licenciamento;
a validade da fiscalização exercida por todos os entes federativos;
e a prevalência do auto de infração emitido pelo órgão estadual licenciador.
Mantém-se o gabarito D, por estar em conformidade com a Constituição Federal, a Lei Complementar nº 140/2011 e a jurisprudência do STF.

BRANCA	VERDE
26	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
As alegações apresentadas não procedem. A alternativa B reflete fielmente o texto do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). O art. 2º estabelece que “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as diretrizes gerais fixadas nesta Lei”. O art. 40 dispõe que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, e o art. 42 determina que ele deve conter, “no mínimo, as áreas nas quais será aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios”.
A expressão “no mínimo” indica um requisito obrigatório, sem pretensão de esgotar o rol previsto na lei, não havendo, portanto, vício material ou omissão.
A alegação de ambiguidade com a alternativa A também é improcedente, visto que esta contém erro conceitual ao afirmar que o Plano Diretor é obrigatório para todos os municípios, o que contraria o art. 41 do Estatuto da Cidade, que define hipóteses específicas de obrigatoriedade.
As demais alternativas (C e D) apresentam incorreções quanto aos instrumentos obrigatórios e à periodicidade da revisão do Plano Diretor.
Dessa forma, o gabarito B está juridicamente correto e deve ser mantido.

BRANCA	VERDE
27	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
As razões recursais não merecem acolhimento. A alternativa B reflete de forma precisa a interpretação jurídica correta dos conceitos de validade, vigência e eficácia previstos na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942 – LINDB).

Conforme dispõe o art. 1º da LINDB, *"Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada"*. Quando a própria norma estabelece um prazo diverso — como no caso em análise, em que o art. 25 da Lei nº 15.000/2025 fixa cento e oitenta dias —, esse período é denominado vacatio legis. Durante esse prazo, a lei já existe e é válida, pois foi regularmente publicada, mas ainda não está em vigência, não produzindo, portanto, efeitos jurídicos concretos.
A alternativa B expressa exatamente essa relação: *"A Lei nº 15.000/2025 é válida, mas, por não estar em vigência, não é, ainda, eficaz, pois o prazo de vacatio legis de cento e oitenta dias impede a produção de seus efeitos jurídicos até o seu término."* Trata-se da aplicação direta do dispositivo legal e da doutrina majoritária (TARTUCE, 2025), que considera que vigência e eficácia jurídica estão intrinsecamente ligadas — a lei só se torna eficaz quando entra em vigor, ou seja, ao término da vacatio legis.
Por outro lado, a alternativa C é incorreta, pois incorre em erro material duplo:
Afirma que a lei já estaria em vigência durante o período de vacatio legis, o que contraria o art. 1º da LINDB;
Atribui a ausência de eficácia à falta de regulamentação, quando, no caso hipotético, a ineficácia decorre exclusivamente do prazo de vacância legalmente fixado, e não da necessidade de normas complementares.
A distinção entre ineficácia por ausência de regulamentação e ineficácia por falta de vigência é fundamental, sendo esta última a aplicável ao caso.
Dessa forma, a alternativa B é a única que se coaduna com o texto legal e a doutrina dominante, devendo ser mantida como correta.

Fontes:

- BRASIL. Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. *Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.* Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 set. 1942.
- TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: Lei de Introdução e Parte Geral.* 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.

BRANCA	VERDE
28	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conforme o art. 583 do Código Civil, o comodatário que, em situação de risco, prioriza salvar bem próprio em detrimento do bem emprestado (comodato) responde integralmente pelos danos, ainda que decorrentes de caso fortuito ou força maior. Essa norma é exceção à regra geral do art. 393 do CC, que exclui a responsabilidade por caso fortuito.
A alternativa C, ao afirmar que João não seria responsabilizado, contraria expressamente o art. 583 do CC. Assim, o gabarito oficial está juridicamente correto e deve ser mantido.

BRANCA	VERDE
29	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A alternativa B — Princípio da função social do contrato — é a única que fundamenta corretamente o pedido de revisão judicial formulado por Cláudio. Conforme o art. 421 do Código Civil, a função social impõe limites à autonomia da vontade e garante o equilíbrio e a boa-fé nas relações contratuais.
No caso, a franqueadora violou os fins sociais e o equilíbrio econômico do contrato ao abrir nova unidade próxima, prejudicando o franqueado. Assim, o pedido de Cláudio busca readequar o pacto ao seu propósito social, e não apenas exigir seu cumprimento.
Os princípios da autonomia privada e da obrigatoriedade das convenções tratam da validade e do cumprimento do contrato, não da revisão por desequilíbrio e abuso.

BRANCA	VERDE
30	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conforme consolidado pelo Superior Tribunal Federal (RE 1.014.286) e pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (Tema 278): "na contagem recíproca entre o Regime Geral da Previdência Social – RGPS e o Regime Próprio da União, é possível a conversão de tempo especial em comum, cumprido até o advento da EC nº 103/2019".
Este entendimento foi reafirmado do seguinte modo: "o período até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019, é permitida a conversão do tempo especial em comum, mesmo ao servidor público, com o objetivo de contagem recíproca do tempo de contribuição". Como o tempo especial de João foi cumprido de 2005 a 2015 (antes da EC 103/2019), ele se enquadra nesta exceção.
Logo, antes da emenda supracitada, a conversão era plenamente admitida, sendo, portanto, juridicamente correta a alternativa C, que considera o marco temporal aplicável ao caso. As alternativas B ou A, que se baseiam na proibição da conversão prevista pela EC 103/2019, não se aplicam, pois referem-se exclusivamente a períodos posteriores à sua vigência.
Dessa forma, verifica-se que o recurso carece de fundamento e deve ser indeferido, mantendo-se a alternativa C como correta.

Fonte:

- GARCIA, Gustavo Filipe B. Curso de Direito Previdenciário: Seguridade Social - 9ª Edição 2025. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.674. ISBN 9788553626625.
  Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626625/. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRANCA	VERDE
31	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Diante a literalidade do artigo 3º da Lei nº 9.796/1999, que estabelece de forma clara e precisa que o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), na condição de regime instituidor, tem direito de receber compensação financeira de cada regime de origem. A forma de cálculo é precisamente essa: "Cada regime de origem deve pagar ao Regime Geral de Previdência Social, para cada mês de competência do benefício, o valor resultante da multiplicação da renda mensal do benefício pelo percentual obtido na forma do inciso III [tempo de contribuição no regime de origem]". Ademais, este valor deve ser reajustado nas mesmas datas e pelos mesmos índices de reajustamento do benefício do regime instituidor. No caso concreto apresentado pela questão, a ex-servidora contribuiu para o RPPS municipal e posteriormente se aposentou pelo RGPS, enquadrando-se exatamente na situação prevista no dispositivo legal. A literalidade do artigo 3º afasta qualquer dúvida quanto ao parâmetro de cálculo da compensação, não havendo margem para interpretação alternativa que pudesse gerar ambiguidade ou dúvida razoável. Dessa forma, o enunciado fornece elementos suficientes para a aplicação da norma. Diante do exposto, verifica-se que em razão da literalidade do artigo 3º da Lei nº 9.796/1999, o recurso deve ser indeferido, mantendo-se a alternativa indicada pela banca examinadora como correta.

BRANCA	VERDE
33	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão trata da recusa de um servidor celetista à realocação determinada pelo Município em razão da extinção de uma secretaria, enquadrando-se no contexto do *jus variandi* e das limitações impostas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em especial os arts. 468 e 469.

Em análise as alegações recursais de que a resposta correta deveria ser a alternativa B, ou, alternativamente a anulação da questão em testilha, não merece prosperar, vejamos:

O art. 469, §2º, da CLT, dispõe: "É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado."

Ressaltamos que a expressão "estabelecimento" se refere à unidade econômica ou produtiva do empregador (empresa ou órgão produtivo), e não a uma simples unidade administrativa ou secretaria municipal, cuja extinção não implica o desaparecimento do ente empregador, que permanece ativo.

Nesse sentido é uníssona a jurisprudência, *in verbis:*

TRT-PR-08-06-2010 ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA - EXTINÇÃO DE DEPARTAMENTO OU SETOR - Na hipótese de extinção do estabelecimento em que laborar o empregado, a norma trabalhista considera lícita a transferência (artigo 469, § 2º da CLT), no entanto, não se confunde com fechamento do setor de trabalho. Quando o reclamado se trata de estabelecimento bancário, em que é fato notório a existência de diversas filiais na mesma cidade ou região metropolitana, é necessária prova da inviabilidade da atividade do empregado na localidade original. (TRT-9 23012006513900 PR 2301-2006-513-9-0-0, Relator.: SÉRGIO MURILO RODRIGUES LEMOS, 4A. TURMA, Data de Publicação: 08/06/2010) [Grifo nosso].

Portanto, a situação descrita no enunciado não se enquadra na exceção prevista no §2º do art. 469, sendo aplicáveis, sim, os limites gerais do *jus variandi* do empregador.

Nos termos do art. 468 da CLT, qualquer alteração unilateral que resulte em prejuízo ao empregado é ilícita, conforme entendimento jurisprudencial:

RECURSO ORDINÁRIO. EMPRESA PÚBLICA. ALTERAÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO DO EMPREGADO REABILITADO. ALTERAÇÃO CONTRATUAL ILÍCITA . CLT, ARTS. 468 E 469. TRANSFERÊNCIA. ATO DISCRICIONÁRIO . MOTIVAÇÃO. VINCULAÇÃO. TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES. CONTROLE JUDICIAL . O regramento juslaboral somente considera ilícita a 'transferência', que é a alteração do local de trabalho com a alteração de residência, e não a mera remoção, em que não há alteração domiciliar, nos termos do art. 469, da CLT. Todavia, as circunstâncias do caso concreto revelam que a empresa reclamada ignorou a situação excepcional da reclamante. O 'ius variandi' não é absoluto e encontra limites na função social do contrato, na valorização do trabalho humano e na dignidade do trabalho, enquanto pessoa humana . Considerando que a alteração do local de trabalho trouxe maior agravo à reclamante, seja em sua condição física, seja em deslocamento para o trabalho, não há como se reconhecê-la lícita, por força mesmo da regra geral contida no art. 468 da CLT. Ademais, quando a Administração Pública declara a motivação de um ato administrativo discricionário, a validade do ato fica vinculada à existência e à veracidade dos motivos por ela apresentados como fundamentação. Ainda que a transferência possa ser ato discricionário, ou seja, a critério de conveniência e oportunidade da empresa, na medida em que externa os motivos, fica vinculada aos fundamentos expendidos, o que não ocorreu no caso do autor, já que não restou demonstrada a necessidade de serviço . Recurso a que se nega provimento. (TRT-13 - ROT: 00002599220245130025, Relator.: ANTONIO CAVALCANTE DA COSTA NETO, 1ª Turma - Gabinete da Desembargadora Margarida Alves de Araújo Silva) [Grifo nosso].

ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. MUDANÇA DE DOMICÍLIO. O art. 469 da CLT estabelece que "ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio" . Assim, para que se considere que houve transferência do empregado faz-se necessário que haja mudança de seu domicílio. (TRT-8 - ROT: 00001977220245080128, Relator.: GRAZIELA LEITE COLARES, 1ª Turma - Gab. Des. Graziela Colares) [Grifo nosso].

No caso, a recusa do servidor se torna válida pelo fato da realocação implicar mudança de domicílio ou prejuízo salarial, exatamente como previsto na alternativa D.

Destarte, após análise dos argumentos apresentados pelo recurso, a banca entende que:

A extinção de uma secretaria municipal não se confunde com a extinção do estabelecimento prevista no art. 469, §2º, da CLT.

A realocação dos servidores celetistas, em caráter geral, só é legítima se não implicar prejuízo ao empregado ou mudança de domicílio.

Portanto, a alternativa correta permanece sendo a D, que reflete corretamente a legislação e a jurisprudência aplicáveis.

BRANCA	VERDE
34	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A Lei nº 13.467/2017, ao incluir o art. 484-A na CLT, introduziu a rescisão por acordo mútuo, na qual empregado e empregador podem extinguir o contrato de forma consensual, com pagamento reduzido de verbas e possibilidade de saque parcial do FGTS.
Essa modalidade relativiza, mas não elimina, o princípio da continuidade da relação de emprego, pois ainda pressupõe manifestação livre e bilateral de vontade e preserva o caráter protetivo do vínculo.
A jurisprudência e a doutrina confirmam que o princípio foi mitigado pela reforma trabalhista, sem ser afastado, configurando uma flexibilização legítima dentro da autonomia negocial das partes.
Assim, as afirmativas III e IV estão corretas, e o gabarito D deve ser mantido.

BRANCA	VERDE
36	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) O projeto deverá ser incluído na Ordem do Dia de forma prioritária, sobrestando a deliberação sobre os demais assuntos, para que a votação seja concluída.
Julgamento: correta. Conforme o Art. 46, § 1º, da Lei Orgânica, se o prazo de 45 dias para a deliberação de um projeto de lei de urgência se esgotar, o projeto será "obrigatoriamente incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação".
B) A não deliberação indica a rejeição tácita do projeto pelo Legislativo, ensejando seu arquivamento; a matéria só poderá ser apreciada novamente em uma nova sessão legislativa.
Julgamento: incorreta. A Lei Orgânica de Indaiatuba não prevê a rejeição tácita ou o arquivamento de um projeto de lei por decurso do prazo de urgência. O Art. 46, § 1º, estabelece uma regra específica para quando o prazo de 45 dias é excedido, que é a inclusão compulsória na Ordem do Dia para que a votação seja concluída.
C) O prazo de quarenta e cinco dias é uma mera sugestão do Executivo, e a Câmara, por sua autonomia, pode deliberar sobre a matéria quando julgar conveniente; eventual paralisação no andamento normal do Legislativo acarretaria transgressão ao princípio da separação de poderes.
Julgamento: incorreta. O prazo de 45 dias não é uma sugestão. O Art. 46, § 1º, impõe uma consequência clara para a falta de deliberação nesse período, que é a obrigatoriedade de incluir o projeto na Ordem do Dia, sobrestando as demais deliberações. Isso demonstra que a autonomia da Câmara é limitada nesse caso, sendo uma regra de processo legislativo para garantir a celeridade de matérias relevantes, sem configurar transgressão ao princípio da separação de poderes, mas sim uma regra de harmonia entre eles.
D) Decorrido o prazo de quarenta e cinco dias, o projeto de lei será analisado dentre as prioridades para apreciação no prazo máximo de cento e oitenta dias; tal prioridade, contudo, não será maior do que projetos de codificação previstos na LOM, os quais deverão ser apreciados primeiramente.
Julgamento: incorreta. A Lei Orgânica estabelece o prazo de 180 dias para a apreciação de projetos de lei "sem caráter de urgência" e projetos de codificação. O projeto de urgência, no entanto, tem um tratamento diferente e prioritário, sendo incluído na Ordem do Dia imediatamente após o decurso do prazo de 45 dias, sobrestando as demais matérias.
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Indaiatuba. [1990].
  Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-organica. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA	VERDE
37	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) A LOM veda a anulação de dotações para financiar emendas.
Julgamento: incorreta. Lei Orgânica não proíbe completamente a anulação de dotações. Na verdade, ela permite que os recursos para emendas sejam provenientes de anulação de despesa, exceto em casos específicos. O Art. 112, § 4º, inciso II, afirma que as emendas podem ser aprovadas se "indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa".
B) As emendas que indicam recursos não podem incidir sobre dotações destinadas a despesas com o serviço de dívida municipal, conforme vedação expressa na LOM.
Julgamento: correta. De acordo com o Art. 112, § 4º, as emendas ao projeto do orçamento anual "somente podem ser aprovadas caso" "indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre... serviço de dívida municipal". A anulação de dotações para o serviço da dívida é, portanto, expressamente vedada.
C) A competência para a apresentação de emendas ao projeto do orçamento anual é exclusiva do prefeito, não cabendo à Câmara ou às suas comissões propor modificações.
Julgamento: incorreta. A Lei Orgânica claramente concede à Câmara a competência para propor emendas ao projeto de lei orçamentária. O Art. 112, § 2º, estabelece que "As emendas somente serão apresentados na Comissão de Finanças e Orçamentos, que sobre elas emitirá parecer por escrito".
D) A LOM permite que emendas ao projeto do orçamento anual sejam realizadas pela Comissão de Finanças e Orçamento, sendo regular tal medida, pois a referida Comissão indicou os recursos necessários.
Julgamento: incorreta. Embora a Lei Orgânica permita que emendas sejam apresentadas pela Comissão de Finanças e Orçamento, a alternativa está incorreta ao considerar a medida regular. O Art. 112, § 4º, exige que as emendas indiquem os recursos necessários, mas impõe uma restrição sobre quais dotações podem ser anuladas. A anulação de dotações para o serviço da dívida municipal é expressamente proibida.
As razões recursais se sustentam em um art. 77-A, § 4º, que sequer existe na LOM de Indaiatuba.
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Indaiatuba. [1990]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-organica. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA	VERDE
39	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) O pedido de prova pericial deve ser submetido à apreciação do prefeito municipal, por expressa previsão legal.
Julgamento: A Lei Complementar nº 45/2018 não estabelece que o pedido de prova pericial deva ser apreciado pelo Prefeito. A competência para a análise e eventual denegação do pedido é do Presidente da Comissão processante, conforme o Art. 167, § 1º e § 2º.
B) Malaquias, na condição de acusado, tem o direito de arrolar e reinquirir testemunhas e de produzir provas, mas não tem o direito de requerer prova pericial.
Julgamento: O Art. 167, inciso III, garante ao servidor indiciado o direito de "produzir provas e contraprovas, inclusive formulando quesitos, quando se tratar de prova pericial". Isso demonstra que o direito de requerer prova pericial é um dos direitos do acusado no processo administrativo disciplinar.

Algumas das razões recursais buscam afirmar que tal afirmativa estaria correta pois o pedido de prova pericial pode ser indeferido, contudo tal linha de argumentação não prosperar. A afirmativa trata do direito de requerer, ou seja, pedir/solicitar a perícia; o julgamento de tal pedido pela Comissão não é objeto de análise.
C) A Lei Complementar autoriza a denegação de pedidos de prova pericial, caso a comprovação do fato não dependa de conhecimento técnico-científico específico.
Julgamento: correta. Art. 167, § 2º, da referida lei complementar, é explícito ao afirmar que "Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato não depender de conhecimento técnico-científico específico". Portanto, a decisão da comissão, nesse caso, estaria em total conformidade com a legislação municipal.
D) A legislação assegura ao indiciado o direito de produzir todas as provas e contraprovas admitidas em direito, sendo que eventuais pedidos de produção de provas devem ser automaticamente deferidos pela Comissão.
Julgamento: Embora o Art. 167, inciso III, assegure ao indiciado o direito de "produzir provas e contraprovas, inclusive formulando quesitos, quando se tratar de prova pericial", o Art. 167, § 1º, também concede ao Presidente da Comissão a prerrogativa de "denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos". O parágrafo 2º do mesmo artigo especifica a hipótese em que o pedido de prova pericial pode ser indeferido.
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Complementar nº 45, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Indaiatuba. [2018]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-complementar/2018/4/45/lei-complementar-n-45-2018-dispoe-sobre-o-regime-juridico-dos-servidores-publicos-do-municipio-de-indaiatuba. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA	VERDE
40	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 45, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Indaiatuba. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) A penalidade de suspensão não acarreta a perda da remuneração, pois o servidor não foi demitido, mas resulta a perda, para efeito de antiguidade, dos dias de suspensão, e na perda da licença-prêmio.
Julgamento: A alternativa está incorreta ao afirmar que a penalidade de suspensão "não acarreta a perda da remuneração". A alínea "a" do inciso I do § 1º do Art. 138, da lei complementar, explicitamente prevê "a perda da remuneração durante o período de suspensão".
B) A penalidade de suspensão acarreta a perda da remuneração durante o período de suspensão, a perda da licença-prêmio, e a impossibilidade de evolução na carreira, mas não afeta a contagem do tempo de serviço para efeito de antiguidade.
Julgamento: A alternativa está incorreta ao afirmar que a penalidade de suspensão "não afeta a contagem do tempo de serviço para efeito de antiguidade". O Art. 138, § 1º, inciso I, alínea "b", da lei complementar, expressamente prevê que a pena de suspensão implica na "perda, para efeito de antiguidade, de tantos dias quantos tenha durado a suspensão".
C) A penalidade de suspensão de 30 dias implica a perda da remuneração durante o período de suspensão, a perda de tantos dias quantos tenha durado a suspensão para efeito de antiguidade, e a impossibilidade de evolução na carreira, mas a licença-prêmio não é afetada.
Julgamento: incorreta. A alternativa está incorreta ao afirmar que a licença-prêmio "não é afetada". O Art. 138, § 1º, inciso I, alínea "d", da lei complementar, estabelece que a pena de suspensão implica na "perda da licença prêmio, na forma desta lei complementar".

D) A penalidade de suspensão implica, na forma da legislação aplicável, a perda da remuneração durante o período de suspensão, a perda de tantos dias quantos tenha durado a suspensão para efeito de antiguidade, a impossibilidade de evolução na carreira, a perda da licença-prêmio, bem como a perda do direito à licença para tratar de interesse particular, até um ano depois do término da suspensão.
Julgamento: correta. A alternativa descreve corretamente os efeitos da penalidade de suspensão. O Art. 138, § 1º, inciso I, da lei complementar, detalha as implicações da suspensão, tal qual previsto na alternativa.
Saliente-se que o enunciado informou que o servidor sofreu penalidade de suspensão de trinta e cinco dias. Assim, não há irregularidade no fato de não ter sido mencionada a redação literal do ar. 138, § 1º, inciso I, alínea "e", visto que caberia ao candidato aplicar o conhecimento legal ao caso hipotético narrado no enunciado da questão.
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Complementar nº 45, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Indaiatuba. [2018]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-complementar/2018/4/45/lei-complementar-n-45-2018-dispoe-sobre-o-regime-juridico-dos-servidores-publicos-do-municipio-de-indaiatuba. Acesso em: 16 out. 2025.

Cargo: Assistente de Serviços Administrativos

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	09	06	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O início do texto denota: "Minha querida dona, sei que você anda se queixando de mim, publicamente, até. Você não pode imaginar o sofrimento que isto me causa, mesmo porque você provavelmente acha que rádios são objetos inanimados, sem vida própria". Dessa forma, observa-se que há uma premissa inusitada em que o narrador é um rádio de carro que possui sentimentos e emoções, contrariando a percepção de sua dona de que ele é apenas um objeto inanimado.
As demais opções de respostas apresentam informações com incorreções: uma suposição, fundamentada em evidências imprecisas; um acontecimento que fez o rádio se sentir vivo e despertar sua paixão; e um fato real usado para expressar frustração e ciúmes.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	07	09	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A crônica tem como principais objetivos narrar o cotidiano de forma artística, levando à reflexão e à crítica sobre o mundo. Ela busca entreter, divertir e provocar emoções no leitor, ao mesmo tempo em que o convida a enxergar o ordinário com um olhar diferenciado e crítico. Através do texto, podemos perceber que a personificação de um objeto inanimado com emoções humanas cria uma situação cômica e reflexiva sobre as relações e a negligência afetiva. Uma crónica é um gênero textual curto, de natureza híbrida entre o jornalismo e a literatura, que narra factos do quotidiano de forma reflexiva, crítica ou humorística, usando uma linguagem simples e coloquial. O objetivo principal dessa crônica é: "expor, através da personificação de um objeto, sobre as relações e a negligência afetiva". As demais opções de respostas não condizem com características de crônica, de narrativa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	08	10	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O rádio é uma metáfora para um homem apaixonado que não consegue expressar seus sentimentos de forma convencional, recorrendo à sua natureza (som e onda) para demonstrar emoções. A crônica usa a linguagem das ondas e do rádio para expressar a angústia e a frustração do narrador, como “transmitindo uma mensagem para a sua amada”.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
04	10	02	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Analogia é uma comparação entre duas coisas diferentes para mostrar uma semelhança ou correspondência entre elas. É um recurso utilizado para explicar algo desconhecido ou complexo, comparando-o com algo mais familiar ou conhecido. A analogia é, portanto, uma forma de raciocínio que parte de semelhanças observadas para inferir outras semelhanças. Nesse caso, a analogia criou metáfora e comparação que tornam a linguagem mais expressiva e vívida.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	01	04	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O acento grave, indicador de crase, em “Recorri, então, àquilo que estava a meu alcance: o som” é obrigatório, pois o termo regente do pronome “aquilo” exige a preposição “a”; não se trata do sujeito da ação verbal que, nesse caso, é “o som”. As demais afirmativas dadas para análise estão corretas, sem inadequações.
Quanto à opção de resposta B, “rádio” e “silêncio” são exemplos de palavras paroxítonas terminadas em ditongo oral, por isso são acentuadas. A sílaba tônica é a penúltima, e o final da palavra contém um ditongo (encontro de vogal e semivogal), como "-io" e "-io".
Rádio:
A sílaba tônica é “rá”. A palavra é paroxítona (penúltima sílaba tônica) e termina no ditongo "io".
Silêncio:
A sílaba tônica é “lên”. A palavra é paroxítona e termina no ditongo "io".

Fontes:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	05	01	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
No trecho “Senti um verdadeiro choque, eu que já deveria estar acostumado com eletricidade”, observa-se que a significação correta se trata de uma “redução de eletrochoque” tendo em vista o fragmento “com eletricidade”. Dessa forma, está incoerente indicar “baque” e “esbarrão” como significados, tendo em vista o contexto textual. Os significados corretos são: “eletrochoque” e “descarga”. Os termos indicados para análise estão relacionados à colisão e embate. As demais associações estabelecidas para análise estão corretas, considerando a conjuntura textual; observe: queixando (reclamando; lamentando-se); facultado (permitido; autorizado); e desconfigurado (alterado; modificado).

Fontes:

- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	02	05	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conjunção é um termo que liga duas orações ou duas palavras de mesmo valor gramatical, estabelecendo uma relação entre elas. Conjunções adversativas: mas, porém, contudo, entretanto, no entanto, todavia, não obstante. As conjunções adversativas exprimem oposição, contraste, compensação de pensamentos.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	06	03	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O futuro do pretérito, também conhecido como condicional, é um tempo verbal do modo indicativo que expressa uma ação que poderia ter acontecido no passado, mas não se concretizou, ou indica uma consequência condicionada a algo. Pode também transmitir incerteza, surpresa, indignação e ser usado para fazer pedidos polidos. No trecho "[...] e que você contaria com um som maravilhoso para lhe ajudar no estresse que é esse trânsito", a ação verbal "contaria" indica que a ação se trata de uma possibilidade remota, uma ideia hipotética.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	18	19	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o comando da questão "Um servidor efetivo, que ocupa o cargo de auxiliar administrativo, recebe um reajuste salarial de R$ 80,00 a cada ano. Sabe-se que, em 2021, o salário desse servidor era de R$ 2.000,00. Qual será o salário desse servidor no ano de 2026?" O reajuste é anual portanto o argumento apresentado não possui fundamentação que caracterize erro no enunciado. Segue a resolução da questão.
Solução:
Número de aumentos de 2021 até 2026 = 5 (aplicados em 2022,23,24,25,26). Aumento total = 5 × 80 = 400. Salário = 2000 + 400 = R$ 2.400,00.

Fontes:

- TELLES, Suzana de Abreu Oliveira Souza Seizen Yamashiro Dirceu D. Matemática com aplicações tecnológicas. Vol.1,2. Editora Blucher, 2014. São Paulo.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.
- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Rio de Janeiro. Editora Saraiva, 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	20	18	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Segue a questão para análise "Duas unidades de saúde de determinado município mantêm estoques de máscaras para atender à população. O controle de estoque indica que a soma das máscaras nas duas unidades é 500 e que a diferença entre os estoques das unidades é 100. Sejam x e y as quantidades de máscaras na primeira e na segunda unidade, respectivamente, qual é a quantidade de máscaras em cada unidade?"
O enunciado deixa claro que as quantidades de máscaras devam ser consideradas pelas variáveis x e y "RESPECTIVAMENTE", que deixa claro a ordem das unidades de saúde e o uso das variáveis de forma correta para análise e montagem do desenvolvimento matemático da questão como segue na resolução abaixo.
Solução:
Somando as equações: 2x = 600 → x = 300. Substituindo: 300 + y = 500 → y = 200.
Portanto, a questão foi formulada de forma clara e objetiva para atender ao comando da questão e desenvolvimento correto.

Fontes:

- TELLES, Suzana de Abreu Oliveira Souza Seizen Yamashiro Dirceu D. Matemática com aplicações tecnológicas. Vol.2. Editora Blucher, 2014. São Paulo.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.
- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Rio de Janeiro. Editora Saraiva, 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	13	12	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Segue a resolução da questão,
Solução:
$C(4) = 4^3 - 6 \cdot 4^2 + 11 \cdot 4 + 50 = 64 - 96 + 44 + 50 = 62$ (milhares) → R$ 62.000,00.

Fontes:

- TELLES, Suzana de Abreu Oliveira Souza Seizen Yamashiro Dirceu D. Matemática com aplicações tecnológicas. Vol.1. Editora Blucher, 2014. São Paulo.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.
- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Rio de Janeiro. Editora Saraiva, 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	11	20	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Segue a resolução da questão,
Solução:
Para solução aplica-se a fórmula de combinação:

A fórmula da combinação é usada para calcular o número de maneiras de escolher p elementos de um conjunto com $n$elementos, sem importar a ordem.
Fórmula:

$$C(n,p) = \frac{n!}{p!\,(n-p)!}$$

onde:

- $n!$= fatorial de n;
- $p!$= fatorial de p;
- $(n-p)!$= fatorial da diferença entre n e p.

Logo,

Número de combinações: $C(8,3) = \frac{8!}{3!5!} = \frac{8\times7\times6\times5!}{3\times2\times1!5!} = 56$.

Fontes:

- TELLES, Suzana de Abreu Oliveira Souza Seizen Yamashiro Dirceu D. Matemática com aplicações tecnológicas. Vol.3. Editora Blucher, 2014. São Paulo.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.
- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Rio de Janeiro. Editora Saraiva, 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	12	17	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O resultado apresentado no Gabarito oficial está correto
Segue a resolução da questão,
Lado vertical AB = 9 − 3 = 6. Lado horizontal BC = 8 − 2 = 6. Área = 6 × 6 = 36 m².

Fontes:

- TELLES, Suzana de Abreu Oliveira Souza Seizen Yamashiro Dirceu D. Matemática com aplicações tecnológicas. Vol.3. Editora Blucher, 2014. São Paulo.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.
- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Rio de Janeiro. Editora Saraiva, 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	23	22	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A banca apresenta o racional técnico de cada assertiva:
“O mouse é considerado um dispositivo híbrido devido a sua capacidade de promover a entrada de dados para o computador e a possibilidade de exibir informações ao usuário”
O item é falso, pois o mouse é um dispositivo exclusivo de entrada. O seu funcionamento se resume em capturar as ações do usuário com o posicionamento em tela (através do cursor) convertendo em dados úteis para o processamento de dados.
“A placa-mãe é considerada um hardware interno responsável por conectar os demais componentes internos do computador, permitindo a comunicação entre eles”

O item é verdadeiro, pois a placa-mãe é um componente interno (está acondicionado dentro do computador) que tem a responsabilidade de conectar diversos itens de hardware que são necessários para o funcionamento do computador como disco rígido, memórias e outras placas.
“O cooler é considerado um hardware externo responsável pelo esfriamento de um componente conhecido como disco rígido”
O item é falso, pois o cooler é um hardware interno (está acondicionado dentro do computador) além de geralmente ser utilizado para promover o resfriamento do processador.
Por fim, a banca esclarece que o item aborda os conhecimentos sobre conhecimentos básicos de microcomputadores explorando as características de itens de hardware. Conforme pode ser observado, a única assertiva verdadeira é a II, em conformidade com o gabarito preliminar divulgado, motivo pelo qual a banca julga o recurso improcedente.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	24	21	22

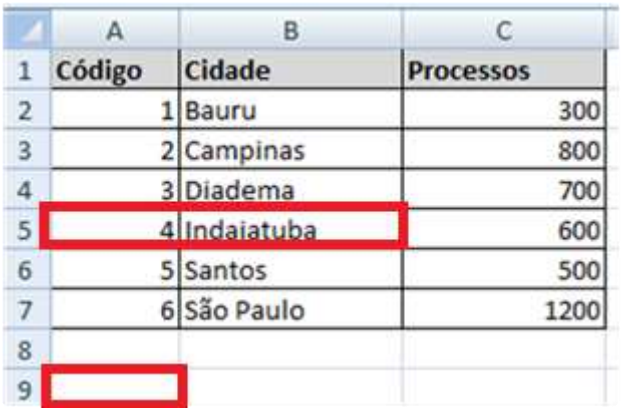
Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
É importante mencionar a clareza apresentada no comando da questão ao abordar o Sistema Operacional Micorosoft Windows 11, especificamente na sua configuração padrão no idioma Português-Brasil, abordando a utilização de teclas de atalho dentro de um escopo limitado, que foi o explorador de arquivos; limitado a esse cenário, definido no comando do item, e a documentação oficial do fabricante do Sistema Operacional (Microsoft), será apresentada em seguida a análise detalhada de cada assertiva:
“Alt + E seleciona a barra de endereços”
Item falso, pois o atalho responsável por selecionar a barra de endereços é Alt + D.
“Alt + P mostra ou oculta o painel de visualização”
Item verdadeiro, pois Alt + P é utilizado para mostrar ou ocultar o painel de visualização.
“Ctrl + N abre uma nova janela”
Item verdadeiro, pois Ctrl + N tem a capacidade de abrir uma nova janela.
Conforme pode-se observar, à luz da documentação oficial, temos apenas as assertivas II e III com teclas de atalho correspondentes as funcionalidades descritas, portanto a banca julga o recurso improcedente mantendo o gabarito preliminar.

Fonte:

- https://support.microsoft.com/pt-br/windows/atalhos-do-teclado-no-windows-dcc61a57-8ff0-cffe-9796-cb9706c75eec

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	21	25	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O item aborda os conhecimentos sobre a utilização de função de pesquisa e referência utilizando a ferramenta Microsoft Office Excel. Para o contexto apresentado na situação hipotética do item é a utilização da fórmula PROCV que possui como parâmetros, respectivamente, o valor a ser procurado, a matriz de pesquisa e o número do índice da coluna a ser retornado.
Nesse sentido, foi apresentada a seguinte imagem da planilha:



	A	B	C
1	Código	Cidade	Processos
2	1	Bauru	300
3	2	Campinas	800
4	3	Diadema	700
5	4	Indaiatuba	600
6	5	Santos	500
7	6	São Paulo	1200
8			
9			

Considerando a explicação técnica da utilização do comando PROCV, com a sua devida carga de parâmetros, e a solicitação do comando da questão de digitar na célula A9 uma fórmula onde seja informado o código de Indaiatuba para que seja retornado o nome desse município, nota-se que a única opção, dentre as alternativas apresentadas como opção de resposta, que realiza corretamente essa operação é a aplicação da fórmula =PROCV(A5;A2:C7;2). A5 recupera o valor 4 da planilha; A2:A7 define a matriz de pesquisa e, por fim, 2 indica que será retornado o valor da segunda coluna que é onde consta os nome do município.
Ao aplicar as outras fórmulas apresentadas nas demais opções de resposta serão obtidos os seguintes resultados:
=PROCV(4;A2:C7;1) => 4
=PROCH(4;A3:C7;2) => 3
=PROCH(A5;A3:C7;1) => 2
É importante ressaltar que outras fórmulas ou mecanismos, que extrapolam as opções apresentadas como alternativas de resposta, não fazem parte do contexto de resolução do item.
Com base nos recursos apresentados a banca julga o recurso improcedente mantendo o gabarito preliminar.

Fonte:

- https://support.microsoft.com/pt-br/office/fun%C3%A7%C3%B5es-do-excel-ordem-alfab%C3%A9tica-b3944572-255d-4efb-bb96-c6d90033e188#bm16

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	22	24	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O item aborda os conhecimentos sobre os conceitos de Intranet que se resume em uma rede privada normalmente utilizada dentro de uma organização. Ao analisar a situação hipotética apresentada, é possível constatar se tratar de uma intranet, pois é afirmado que o portal é de uso exclusivo dos servidores da prefeitura através de autenticação por matrícula/senha sem a possibilidade de disponibilização para internet pública. As demais opções apresentadas são referentes a recursos inexistentes ou recursos que não correspondem ao contexto apresentado.
Com base nos argumentos apresentados a banca julga o recurso improcedente mantendo o gabarito preliminar.

Fonte:

- https://projetoinclusaodigital.com.br/apostilas/modulos/Projeto-Inclusao-Conceitos-Basicos-Internet.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	29	26	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) A CPI não poderia ter sido criada, pois a Lei Orgânica exige o requerimento de, no mínimo, oito vereadores (dois terços do total de vereadores).

Julgamento: incorreta. A Lei Orgânica de Indaiatuba estabelece que as comissões parlamentares de inquérito serão criadas mediante requerimento de "um terço dos seus membros". Com uma Câmara composta por 12 vereadores, um terço seria 4 (12 / 3 = 4). O caso hipotético menciona que 4 vereadores iniciaram a CPI, o que está de acordo com a lei.

B) As conclusões da CPI se equiparam à decisão judicial, de modo que a responsabilidade civil da empresa poderá ser apurada e julgada pela própria Câmara.

Julgamento: incorreta. As conclusões de uma CPI, se for o caso, devem ser "encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores". A Lei Orgânica não confere à Câmara Municipal o poder de julgar e apurar a responsabilidade civil de uma empresa, mas sim o de encaminhar as conclusões da investigação para o órgão competente, no caso o Ministério Público, para que a apuração e o julgamento sejam feitos.

C) A quebra de sigilo bancário determinada pela CPI é um ato ilegal, pois a Lei Orgânica não lhe confere tal poder, e tal medida somente pode ser realizada pelo Poder Judiciário.

Julgamento: incorreta. A Lei Orgânica de Indaiatuba afirma que as comissões parlamentares de inquérito "terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais". Essa disposição legal, embora não cite explicitamente a quebra de sigilo bancário, confere à CPI poderes amplos, semelhantes aos do Poder Judiciário, para conduzir suas investigações. Essa medida também está de acordo com a jurisprudência do STF sobre o assunto (nesse sentido: STF, MS 23452, Rel. Min. CELSO DE MELLO, PLENÁRIO, julgado em 16/09/1999, DJ 12/05/2000).

D) O ato de convocação do Secretário é legítimo, pois, no exercício de suas atribuições, a CPI poderá, por intermédio de seu Presidente, requerer a convocação de Secretário Municipal para prestar informações pessoalmente perante a Comissão.

Julgamento: correta. O Art. 39, § 2º, alínea "b", da Lei Orgânica de Indaiatuba, é claro ao afirmar que as comissões parlamentares de inquérito, por intermédio de seu Presidente, podem "requerer a convocação de Secretário Municipal para prestar informações pessoalmente perante a Comissão". O fato de não haver acusação contra o Secretário não o exime de prestar as informações solicitadas.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Indaiatuba. [1990]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-organica. Acesso em: 16 out. 2025.
- STF, MS 23452, Rel. Min. CELSO DE MELLO, PLENÁRIO, julgado em 16/09/1999, DJ 12/05/2000.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	26	29	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. O estágio probatório para um servidor nomeado em cargo de provimento efetivo, também chamado de período de experiência, tem duração de noventa dias.

Julgamento: incorreto. Conforme o Artigo 20 da Lei Complementar nº 45, de 20 de dezembro de 2018, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo deverá cumprir estágio probatório por um período de 3 (três) anos.

II. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Julgamento: correto, conforme redação do art. 129.

III. Dá-se a reincidência quando a infração disciplinar é cometida antes de decorrido um ano do término do cumprimento da pena imposta por infração anterior.

Julgamento: correto, conforme redação do art. 137, §5º. A inclusão de “disciplinar” após infração em nada desqualifica a assertiva, visto que o dispositivo legal se insere justamente na regulação do regime disciplinar dos servidores; a correspondência literal à lei não é requisito a ser considerado isoladamente para que a afirmativa seja considerada certa ou errada, devendo o candidato se ater às informações trazidas no item.

Fonte:

- Lei Complementar nº 45, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Indaiatuba. [2018]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-complementar/2018/4/45/lei-complementar-n-45-2018-dispoe-sobre-o-regime-juridico-dos-servidores-publicos-do-municipio-de-indaiatuba. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	39	31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão distingue claramente EPIs (proteção individual) de um conjunto de normas e procedimentos voltado à proteção coletiva, envolvendo planejamento, organização, direção e controle das ações preventivas. Essa descrição corresponde unicamente ao Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST), conforme a ABNT NBR ISO 45001:2018, que define a gestão de segurança como processo sistemático de prevenção e melhoria contínua.
Ressalta-se ainda que os demais itens se referem a instrumentos específicos (NR-5, NR-7 e NR-9) e não abrangem a totalidade dos elementos mencionados no enunciado., não havendo ambiguidade ou múltiplas respostas possíveis. Além disso, o conteúdo está alinhado ao edital, pois o tema “Noções de Segurança do Trabalho” inclui a compreensão dos princípios e sistemas que orientam a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.
Portanto, estando a questão está clara, tecnicamente correta e coerente com o conteúdo programático, a questão e o gabarito oficial devem ser mantidos.

Fontes:

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora NR-1 – Disposições Gerais sobre Segurança e Saúde no Trabalho. Brasília: MTE, 2023.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora NR-7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Segurança e Saúde no Trabalho. Brasília: MTE, 2022.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR-9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Brasília: MTE, 2023.
- BRASIL. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. Portaria SEPRT n.º 6.730, de 09 de março de 2020. Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	40	32	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A Afirmativa II está intencionalmente incorreta, pois descreve a delegação como transferência definitiva e com perda da titularidade da função, o que contraria o conceito doutrinário de delegação administrativa, que é ato temporário e precário, mantendo-se a competência com o delegante.
Assim, a afirmativa II é falsa, enquanto as afirmativas I, III e IV estão corretas, conforme os princípios da organização administrativa do Estado:

- I – Correta: descreve adequadamente a descentralização por meio da criação de autarquias, com personalidade jurídica e autonomia administrativa;
- III – Correta: caracteriza corretamente a centralização como concentração decisória na administração direta;
- IV – Correta: define com precisão a desconcentração, que ocorre dentro da mesma pessoa jurídica, entre órgãos e departamentos.

Desse modo, a alternativa C (I, III e IV) é a única sequência coerente com a teoria da administração pública e o padrão conceitual amplamente consolidado em editais e manuais de gestão pública.

Assim a questão está corretamente elaborada, clara e em conformidade com o conteúdo programático, não apresentando vícios ou ambiguidade.

Fontes:

- DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 50. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.
- MELLO, C. B. Curso de Direito Administrativo. 35. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2023.
- BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, arts. 37 e 173.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	31	35	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão foi elaborada justamente para verificar o entendimento do candidato acerca do conceito correto de formalidade na redação oficial.
De fato, a Afirmativa II é falsa, uma vez que o Manual de Redação da Presidência da República (2018) orienta que a linguagem oficial deve ser clara, simples, precisa e objetiva, evitando jargões, rebuscamentos ou construções que dificultem a compreensão do texto. A formalidade, portanto, refere-se ao uso do padrão culto da língua portuguesa, à adequação institucional e à padronização textual, e não ao uso de linguagem hermética.
As demais afirmativas estão adequadamente classificadas:

- I – Verdadeira: expressa corretamente o princípio da impessoalidade, vedando o uso da primeira pessoa do singular;
- III – Verdadeira: descreve corretamente o princípio da padronização, essencial para uniformizar atos administrativos;
- IV – Verdadeira: conceitua com precisão a relação entre clareza, concisão e completude, conforme o Manual.

Assim, a sequência correta é V, F, V, V, correspondente à alternativa D, como consta no gabarito oficial. A questão está tecnicamente correta, coerente com o conteúdo do edital e com as normas do Manual de Redação da Presidência da República (2018). Não há ambiguidade, vício de formulação ou erro conceitual.

Fontes:

- BRASIL. Manual de Redação Oficial da Presidência da República. 2. ed. Brasília, 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 37, caput (princípios da administração pública).
- COBUCCI, S.; COBUCCI, P. Redação oficial: para aprimorar textos profissionais. São Paulo: Contexto, 2022.
- COSTA, V. S. Redação Oficial: fundamentos, normas e práticas. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	35	38	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão apresenta situação didática coerente com a classificação quanto ao conteúdo dos atos administrativos, amplamente reconhecida na doutrina, que compreende as espécies atos normativos, ordinatórios, negociais, enunciativos e punitivos. Tal sistematização, embora de caráter didático, é legítima e usual em provas da área administrativa, não configurando erro conceitual.
O ato administrativo enunciativo tem por finalidade atestação ou manifestação de conhecimento técnico sobre fato ou situação, sem criação de direitos ou imposição de obrigações. Entre seus exemplos clássicos, encontram-se pareceres, certidões, atestados e declarações.
No caso, o enunciado solicita um exemplo de parecer, e a alternativa A — “Emitido pela Procuradoria Jurídica, expressando a opinião técnica sobre a legalidade da contratação de uma empresa” — representa precisamente o

conceito de parecer, definido como manifestação técnica ou jurídica emitida por órgão ou servidor competente para subsidiar decisão administrativa, conforme doutrina de Meirelles e Di Pietro.
As demais alternativas, embora descrevam outros atos enunciativos (como atestado ou certidão), não se enquadram na espécie "parecer", sendo, portanto, incorretas.
A redação preserva clareza e inteligibilidade suficientes para a identificação da resposta correta, não havendo prejuízo à compreensão do candidato.

Fontes:

- BRASIL. Manual de Redação Oficial da Presidência da República. 2. ed. Brasília, 2018.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 50. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.

Cargo: Bibliotecário

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Entre os recursos que contribuem para a construção de sentidos no texto, estão os sinais de pontuação. Além de estarem vinculados intimamente à coerência do texto, esses sinais podem acumular outras funções discursivas, como aquelas ligadas à ênfase, à reformulação ou à justificação de certos segmentos. Nessa perspectiva, a pontuação tem de ser vista muito mais além; isto é, não são simples sinais para separar ou marcar segmentos da superfície do texto.
A questão em análise propõe que o candidato verifique a função das aspas no adjetivo "inúteis". No contexto, fica claro que o adjetivo inúteis foi utilizado com um sentido diferente do usual, uma vez que o autor argumenta que algumas pesquisas podem, em um primeiro momento, parecer estranhas ou irrelevantes para a sociedade. No entanto, ao longo da exposição de estudos já realizados, o autor comprova que pesquisas aparentemente absurdas levaram os cientistas a descobertas incríveis. Assim, o uso das aspas em "inúteis" serve para ironizar, ou seja, mostrar que essas pesquisas não são nenhum pouco inúteis; ao contrário, são altamente relevantes e produtivas, pois podem trazer enormes benefícios para a humanidade. Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- _____. Introdução à Semântica: brincando com a gramática. 8ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA
06

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.
Essa questão exige o conhecimento sobre o uso dos “porquês”.
No contexto em análise, a expressão “O motivo pelo qual” poderá ser substituída corretamente por “por que”. A frase ficaria: “...por que pica-paus não têm dor de cabeça...”.
Segue uma breve explicação sobre o emprego dos “porquês”.
1. Por que (separado e sem acento)
Usado em perguntas, tanto diretas quanto indiretas. Também pode ser substituído por "pelo qual", "pela qual", "pelos quais", "pelas quais".
Exemplos: Por que você não veio ontem? / Não sei por que ele fez isso. / A estrada por que passamos está em más condições.
2. Por quê (separado e com acento)
Usado no final de frases, indicando pergunta ou dúvida. Também pode ser usado no final de frases com o mesmo sentido de "por qual razão" ou "por qual motivo".
Exemplos: Você não vai à festa, por quê? / Ele não quis sair, por quê?
3. Porque (junto e sem acento)
Usado para responder perguntas, explicar ou dar motivos. Pode ser substituído pela conjunção "pois".
Exemplos: Fui ao médico porque estava doente. / Não fui à festa porque estava cansado. / Ela não veio porque estava doente.
4. Porquê (junto e com acento):
Usado como substantivo, com sentido de "motivo", "razão", "causa". Pode ser precedido por artigo, pronome ou numeral.
Exemplos: Não sei o porquê de tanta confusão. / Quero entender o porquê dessa atitude. / Existem vários porquês para essa decisão.
Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A crase é a fusão do “a” preposição com o “a” artigo. Portanto, considerando os casos mais comuns, só há ocorrência de crase quando o verbo ou o nome exigir preposição e o substantivo for feminino, pois poderá ser antecedido por um artigo também feminino. O acento que indica que houve fusão entre o artigo e a preposição é o acento grave (`).
INCORRETO: I. Na passagem “...em algo que à primeira vista não traz retorno...” (1º§), a supressão da crase não altera semanticamente o fragmento.

A supressão do acento grave altera o sentido do enunciado, pois a expressão adverbial de tempo “à primeira vista” passaria a exercer função de sujeito. Com isso, algo que não traria retorno inicialmente, sem o acento grave, daria a ideia de que a primeira vista é que não daria retorno para alguém ou para alguma coisa.
CORRETO: II. No fragmento “...que vão da psicologia à economia...” (7º§), se a preposição “até” for anteposta ao substantivo “economia”, a crase será facultativa.
A crase com a preposição “até” será facultativa quando seguida de um termo feminino. Isso significa que tanto a forma com crase (“até à”) quanto a forma sem crase (“até a”) são consideradas corretas.
Faz-se necessário esclarecer que o foco de análise do excerto II incide sobre a preposição “até” ANTES da palavra “economia” e considerando, é claro, o artigo “a” posposto à preposição “até”: “até à economia” ou “até a economia”.
CORRETO: III. No excerto “...células que respondiam às cócegas...” (4º§), caso o verbo “responder” fosse substituído por “reagir”, o acento grave deveria ser mantido.
Se houvesse substituição do verbo “responder” por “reagir”, o acento grave deveria ser mantido porque ambos os verbos apresentam a mesma regência, ou seja, são transitivos indiretos, regidos pela preposição “a”. Assim, a crase permaneceria obrigatória: “...células que reagiam às cócegas...”

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A afirmativa realmente é incorreta, senão vejamos. O caput do artigo 37 da CF/88 define os cinco princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Os princípios possuem conceitos próprios, mas às vezes, nos casos concretos, suas definições “se tocam” no propósito de manter a retidão nos atos de administração pública.
Note-se, nesta assertiva, que é aceitável que Maria França tenha violado a impessoalidade ao não informar o fato à sua chefia, pois tratou seu primo de maneira pessoal e diferente do que teria feito com outro cidadão que não fosse seu parente. Todavia, muito mais a servidora contrariou o princípio da moralidade, pois não comunica o fato à chefia superior, faltando com a probidade, a lealdade e a honestidade em sua atuação, preceitos éticos obrigatórios para o servidor, em respeito à moralidade administrativa.
O princípio da moralidade obriga os agentes públicos a atuarem em conformidade com os princípios éticos e a legalidade. Faltou à Maria França, pelo menos, a honestidade para com a administração ao deixar de comunicar à chefia o pedido de João Brasil, que teria resultado ilegal caso anuído por Maria França.
A título de reflexão, são largamente praticados nas administrações públicas de todos os entes, em todos os níveis, comportamentos funcionais já normatizados em códigos infralegais deontológicas, pelos quais o servidor público, por exemplo, tem o dever de comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, e exigindo as providências cabíveis. Daí aceitar com clareza que houve, ao menos, desídia de Maria França no que pertine a impessoalidade, dentro de um contexto “macro” de ética profissional.
Mas, a assertiva incluiu no seu texto o princípio da publicidade, tornando-a incorreta. O conceito é totalmente dispare do que afirma a assertiva, estando aí o erro fulcral na alternativa quando afirma que houve violação à publicidade. A

finalidade deste princípio é conferir a mais ampla divulgação pública dos atos da Administração Pública, com seus resultados e ações bem acessíveis aos seus administrados. É mecanismo fundamental entre os princípios da administração pública, pois possibilita o controle da legitimidade da conduta dos agentes administrativos, mas não havendo nenhuma correlação com o fato de Maria França não ter comunicado o ocorrido à sua chefia superior.
As demais alternativas são verdadeiras e estão em consonância com as diretrizes constitucionais sobre os princípios da administração pública, razão pela qual não atendem ao enunciado; a saber:
B) "Se Maria França tivesse anuído em atender ao pedido de João Brasil teria violado o princípio da legalidade".
É correta. É cediço que se Maria França aceitasse e reduzisse o valor venal do imóvel, estaria a mesma praticando ato ilegal, logo violando o princípio da legalidade.
C) "O servidor público tem o dever de atuar pautado nos princípios constitucionais da administração pública da publicidade, eficiência, legalidade, moralidade e impessoalidade".
Evidentemente correta, pois o artigo 37, caput da CF/88 define os cinco princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
D) "Sendo o ato de João Brasil contrário ao interesse público, Maria deveria ter comunicado imediatamente o fato à sua chefia, em respeito ao princípio da moralidade que preza pelos valores éticos de probidade e lealdade na administração pública".
Também está correta a afirmação. Como já explicado na justificativa da alternativa correta (A), realmente ocorreu evidente inobservância da moralidade administrativa por parte de Maria França ao evitar comunicar os fatos à chefia superior.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988. Título III – Da Organização do Estado. Capítulo VII – Da Administração Pública. Seção I – Disposições Gerais.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 46 ed. Editora Juspodivm, 2025.
- MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 35 ed. Saraiva Jur, 2019.

BRANCA
24

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma apresenta erro na redação do comando da questão, a partir do que, passa a haver três alternativas que atendem ao enunciado e comando da questão.
A questão aborda a Constituição da República em seu Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo II – Dos Direitos Sociais. Trata-se de conteúdo programático constante do edital do certame.
No comando da questão 24 deveria constar o critério da "exceção" dentre as afirmativas corretas, de modo que alcançaria a única alternativa que realmente destoa das regras e princípios dos direitos sociais: a alternativa B. Mas, por erro material, o termo "exceto" não constou do comando da questão e a afirmativa B, que deveria formar o gabarito, se tornou a única que não atende ao enunciado. Desse modo, restaram três respostas corretas que atendem ao enunciado constante da questão (alternativas A, C e D), o que causa inequívoca nulidade da questão.
Assim, a questão de prova não apresenta uma única alternativa que atenda ao seu enunciado e comando, motivo pelo qual delibera-se pela PROCEDÊNCIA dos recursos e consequente anulação da Questão.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988. Título III – Da Organização do Estado. Capítulo VII – Da Administração Pública. Seção I – Disposições Gerais.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 46 ed. Editora Juspodivm, 2025.
- MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 35 ed. Saraiva Jur, 2019.

BRANCA
31

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
Realmente a afirmativa A) da questão saiu como uma proposta negativa, ao ter escrita indevidamente a palavra “não”. Portanto, a afirmativa passou a ser incorreta, portanto também havia essa opção para ser assinalada como incorreta, conforme o comando do enunciado.
A questão deve ser anulada.

BRANCA
32

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
O enunciado da questão está correto, refere-se à nº 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Infelizmente, a primeira opção da questão saiu com um dígito incorreto: “Lei nº 12.444/2010”. Essa lei não existe no ordenamento jurídico brasileiro, o que fez a questão ter duas alternativas incorretas.
A questão deve ser anulada.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A organização do acervo segue uma lógica processual. Vamos analisar os passos:
Consulta às normas (Passo 2): Antes de qualquer procedimento, o profissional precisa saber quais regras a biblioteca utiliza. Isso inclui o código de catalogação (como AACR2 ou RDA), o sistema de classificação (CDU, CDD) e o vocabulário controlado (tesauro) para indexação. Este é o ponto de partida para garantir a padronização.
Catalogação (Passo 3): Este é o processo de descrição do item (físico ou digital). Consiste em identificar os metadados (autor, título, editora, ano, número de páginas, etc.) conforme as normas consultadas no passo anterior.
Classificação (Passo 1): Após o item ser descrito (catalogado), ele passa pela análise temática. A classificação identifica o assunto principal da publicação e atribui a ela um código (notação) do sistema de classificação adotado.
Indexação (Passo 4): Este passo complementa a classificação. A indexação define termos (palavras-chave ou descritores baseados em tesauros) que representam o conteúdo da publicação, permitindo uma recuperação mais detalhada do que apenas o código de classificação.
Portanto, a sequência lógica e correta do processo de tratamento técnico é: 2, 3, 1, 4.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O comando da questão pede que a análise da questão seja com base no artigo científico:
SOUZA, Renato Rocha, ALMEIDA, Maurício Barcellos; BARACHO, Renata Maria Abrantes. Ciência da informação em transformação: Big Data, nuvens, redes sociais e Web Semântica. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 42 n. 2, p.159-173, maio/ago., 2013. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1379/1557. Acesso em: 21 out. 2025.
Com base nos autores:
I - O termo “semântica” em “Web Semântica” **não** trata da semântica da linguagem natural, **mas sim** de um subconjunto desta, denominado semântica formal. (página 169)
Para os autores, a “semântica” da Web Semântica não se refere à semântica da linguagem natural, isto é, ao modo humano de atribuir significados contextuais e ambíguos às palavras. Por isso, consideram a semântica formal “um subconjunto da linguagem natural”.

II - As teorias formais têm sido largamente usadas na pesquisa em ontologias no contexto da Web Semântica. (página 169)

As teorias formais — em especial a lógica de predicados, a lógica descritiva e as teorias de conjuntos — são a base conceitual e metodológica da Web Semântica. Essas teorias sustentam o desenvolvimento de ontologias, que estruturam o conhecimento em classes, propriedades e relações que as máquinas podem processar. A Web Ontology Language (OWL), por exemplo, fundamenta-se diretamente na lógica descritiva, permitindo a construção de sistemas de inferência automáticos.

III - A linguagem da Web Semântica permanece ainda restrita a apenas um subconjunto da linguagem natural, composto por sentenças similares à linguagem natural, adequadas para máquinas, mas sem a sua capacidade de comunicação. (página 169)

A linguagem da Web Semântica é um subconjunto da linguagem natural e se baseia em sentenças "similares" à linguagem humana. Isso porque, ela se fundamenta em linguagens formais (como RDF, RDFS, OWL e SPARQL), cuja estrutura é declarativa, lógica e simbólica. Elas são consideradas um subconjunto pelos autores, porque essas linguagens representam um conhecimento que, em algum nível, descreve conceitos do mundo real expressos originalmente em linguagem natural.

IV - Os modelos produzidos via semântica formal **não** são capazes de lidar com linguagem natural utilizada pelas pessoas com propósito de comunicação. (página 169)

De acordo com os autores, os modelos de semântica formal, por si sós, não processam diretamente a linguagem natural, pois operam sobre dados estruturados, formalizados e livres de ambiguidade.

Portanto, a alternativa correta é a letra "B) II e III".

Vale sempre reforçar que todos os artigos da revista "Ciência da Informação", mantidos pelo IBICT estão disponíveis na internet. O artigo em questão pode ser facilmente acessado no link da referência bibliográfica acima. Todos os enunciados da questão foram retirados da página 169.

Fonte:

- SOUZA, Renato Rocha, ALMEIDA, Maurício Barcellos; BARACHO, Renata Maria Abrantes. Ciência da informação em transformação: Big Data, nuvens, redes sociais e Web Semântica. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 42 n. 2, p.159-173, maio/ago., 2013.

Cargo: Dentista

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	09	06	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os textos, independentemente do gênero a que pertençam, se constituem de sequências com determinadas características linguísticas, como classe gramatical predominante, estrutura sintática, predomínio de determinados tempos e modos verbais, relações lógicas. Assim, dependendo dessas características, temos os diferentes tipos textuais.

Os gêneros textuais são inúmeros, dependendo da função de cada texto e das diferentes situações comunicacionais. O texto "Entre o bizarro e o extraordinário" se enquadra no gênero "artigo".

Já a dissertação é uma tipologia textual, que pode ser subdividida em expositiva ou argumentativa. A primeira tem como principal característica apresentar dados sobre um determinado assunto. Já a segunda tem como foco, além da exposição de informações, a defesa de um ponto de vista. A dissertação expositiva consiste em demonstrar dados, fatos e interpretações sobre um determinado tema, sem a necessidade de apresentar argumentos que corroboram para um ponto de vista. A dissertação expositiva apenas expõe uma série de elementos que compõem uma ideia, sem posicionamentos.

A dissertação argumentativa possui elementos expositivos que se somam a argumentos em defesa de uma opinião. Ela é muito comum em gêneros como o artigo de opinião e o editorial, em que são apresentados dados que contribuem para a composição de uma tese no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que o objetivo principal do texto é convencer o leitor de que pesquisas aparentemente "inúteis" podem revelar importantes descobertas científicas. Assim, ao mesmo tempo que o texto expõe informações, também tem o objetivo de persuadir. Portanto, o gabarito é a letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais & Ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	08	09	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Um texto, em geral, traz informações que se situam na sua superfície – e são, assim, explícitas – ou traz informações apenas implícitas ou subentendidas.
Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e identifique informações que constam no texto apenas com uma roupagem diferente, ou seja, a mesma informação veiculada por meio de paráfrases. Nesse sentido, o candidato deve perceber que o adjetivo "bizarro" se refere às pesquisas aparentemente estranhas, incomuns ou mesmo "inúteis" e o adjetivo "extraordinário" se refere às descobertas advindas desses estudos esdrúxulos. Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- _____. Introdução à Semântica: brincando com a gramática. 8ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	07	10	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Entre os recursos que contribuem para a construção de sentidos no texto, estão os sinais de pontuação. Além de estarem vinculados intimamente à coerência do texto, esses sinais podem acumular outras funções discursivas, como aquelas ligadas à ênfase, à reformulação ou à justificação de certos segmentos. Nessa perspectiva, a pontuação tem de ser vista muito mais além; isto é, não são simples sinais para separar ou marcar segmentos da superfície do texto.
A questão em análise propõe que o candidato verifique a função das aspas no adjetivo "inúteis". No contexto, fica claro que o adjetivo inúteis foi utilizado com um sentido diferente do usual, uma vez que o autor argumenta que algumas pesquisas podem, em um primeiro momento, parecer estranhas ou irrelevantes para a sociedade. No entanto, ao longo da exposição de estudos já realizados, o autor comprova que pesquisas aparentemente absurdas levaram os cientistas a descobertas incríveis. Assim, o uso das aspas em "inúteis" serve para ironizar, ou seja, mostrar que essas pesquisas não são nenhum pouco inúteis; ao contrário, são altamente relevantes e produtivas, pois podem trazer enormes benefícios para a humanidade. Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- _____. Introdução à Semântica: brincando com a gramática. 8ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
04	10	07	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Diferentemente do que ocorre na matemática, na língua portuguesa a ordem dos fatores pode alterar o produto. Isso ocorre porque a ordem das palavras no enunciado obedece a princípios de organização do sistema linguístico. Dessa forma, em alguns contextos, a mudança de posição de uma palavra em relação a outra pode provocar mudança de sentido.
Considerando o enunciado original do texto "Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos também podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...", compreende-se que pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem gerar uma variedade de coisas. Além disso, podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...
Seguem as análises dos enunciados das alternativas, de acordo com a posição do termo "também".
A. *Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem também gerar aplicações que vão da psicologia à economia...*
Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos, dentre outras coisas, podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...

B. *Pesquisas estranhas que também tratam de hábitos humanos podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...*
Pesquisas estranhas podem tratar de hábitos humanos e também de outras coisas.
C. *Pesquisas estranhas que tratam de hábitos também humanos podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...*
Pesquisas estranhas tratam de hábitos de outros seres e também de hábitos humanos.
D. *Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem gerar aplicações que também vão da psicologia à economia...*
Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem gerar aplicações em outras áreas da ciência. O foco da informação nesse enunciado está na abrangência de aplicações das pesquisas estranhas, que perpassam os mais diversificados campos da ciência, inclusive o da psicologia e o da economia.
Assim, ao analisar os quatro fragmentos apresentados, apenas em A a mudança de posição da palavra também" não acarretou profunda alteração de sentido em relação ao enunciado original. Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- _____. Introdução à Semântica: brincando com a gramática. 8ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	02	08	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Convém esclarecer que o enunciado da questão exige a análise do termo "ignóbil" em seu sentido mais básico, literal, ou seja, denotativo e não obrigatoriamente contextualizado no termo "IgNobel" mencionado no texto. Nessa perspectiva, o sentido que mais se aproxima de "ignóbil", de acordo com o dicionário Houaiss, é "indecoroso", que significa "infame", "desprezível", "vergonhoso". Portanto, o gabarito é a letra D.
Em A, "supérfluo" significa "demasiado, exagerado". Em B, estupendo significa "admirável, esplêndido". Em C, excêntrico significa "esquisito, estranho".

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.

- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de. Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	01	04	05

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.
Essa questão exige o conhecimento sobre o uso dos “porquês”.
No contexto em análise, a expressão “O motivo pelo qual” poderá ser substituída corretamente por “por que”. A frase ficaria: “...por que pica-paus não têm dor de cabeça...”.
Segue uma breve explicação sobre o emprego dos “porquês”.
1. Por que (separado e sem acento)
Usado em perguntas, tanto diretas quanto indiretas. Também pode ser substituído por "pelo qual", "pela qual", "pelos quais", "pelas quais".
Exemplos: Por que você não veio ontem? / Não sei por que ele fez isso. / A estrada por que passamos está em más condições.
2. Por quê (separado e com acento)
Usado no final de frases, indicando pergunta ou dúvida. Também pode ser usado no final de frases com o mesmo sentido de "por qual razão" ou "por qual motivo".
Exemplos: Você não vai à festa, por quê? / Ele não quis sair, por quê?
3. Porque (junto e sem acento)
Usado para responder perguntas, explicar ou dar motivos. Pode ser substituído pela conjunção "pois".
Exemplos: Fui ao médico porque estava doente. / Não fui à festa porque estava cansado. / Ela não veio porque estava doente.
4. Porquê (junto e com acento):
Usado como substantivo, com sentido de "motivo", "razão", "causa". Pode ser precedido por artigo, pronome ou numeral.
Exemplos: Não sei o porquê de tanta confusão. / Quero entender o porquê dessa atitude. / Existem vários porquês para essa decisão.
Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	03	05	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão em análise explora o conhecimento do candidato sobre a substituição de complementos verbais por pronomes, de acordo com a norma culta escrita.
Os pronomes o, a, os e as são empregados como objetos diretos.
Exemplos: Fechou-a e saiu. (fechar algo - objeto direto)
Nunca as vi. (ver alguém - objeto direto)
Às vezes os convidamos para jantar. (convidar alguém - objeto direto)
Os pronomes lhe e lhes são empregados como objetos indiretos. Exemplos:
Devolverei se estas coisas lhes pertencerem. (pertencer a alguém - objeto indireto)
Mandem-lhe o recado. (mandar o recado a alguém - objeto indireto)
Dê-lhes os presentes que pedem. (dar os presentes a alguém - objeto indireto)

Quando seguidos de verbos que terminam em -z, -s ou -r, os pronomes o, a, os, as assumem as formas lo, la, los, las. Neste caso, a terminação verbal é retirada: faz + o = fá-lo, comes + os = comê-los, estudar + a = estudá-la.
Mas, quando seguidos de verbos que terminam em som nasal, os pronomes assumem as formas no, na, nos, nas: leram + o = leram-no, retém + a = retém-na, põe + os = põe-nos, ouvem + as = ouvem-nas.
Assim, as alternativas A, B e C tiveram seus objetos adequadamente substituídos pelos pronomes lhe, la e lo. No entanto, em d, como a forma verbal "compreenderam" termina em som nasal, o pronome adequado para substituir seu objeto é "na" e não "a". Portanto, o gabarito é a letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	05	03	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O termo "que" é um importante recurso para a promoção da coesão textual, pois trabalha para a articulação sintático-semântica dos enunciados em um texto. Ele pode fazer isso de duas maneiras: como pronome relativo ou como conjunção integrante. Se exercer a função de pronome relativo, atuará nos processos de referenciação como um elemento coesivo-remissivo que auxilia na construção de sentido lógico das orações, a partir da retomada do termo anterior. Por isso, todo pronome relativo é considerado um termo anafórico (retoma o elemento antecedente).
Por outro lado, se o "que" atuar como conjunção integrante, não terá a função de retomar nenhum termo anterior, mas estabelecerá a ligação de uma oração com outra (elemento sequenciador).
Cabe destacar que o "que", como pronome relativo, sempre será um elemento coesivo referencial, que recuperará um termo antecedente (coesão anafórica). Como conjunção integrante, será elemento coesivo sequenciador.
Assim, "que" é pronome relativo, ou seja, é um elemento coesivo anafórico, pois retoma, respectivamente, em A, "pesquisadores; em B, "pesquisas aparentemente bizarras" e em D, "pesquisas estranhas". Somente em C "que" é

conjunção integrante, pois introduz uma oração subordinada substantiva subjetiva, ou seja, “que” se comporta apenas como elemento de conexão. Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. 2ed. São Paulo: Atual, 2005.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de. Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	04	01	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A crase é a fusão do “a” preposição com o “a” artigo. Portanto, considerando os casos mais comuns, só há ocorrência de crase quando o verbo ou o nome exigir preposição e o substantivo for feminino, pois poderá ser antecedido por um artigo também feminino. O acento que indica que houve fusão entre o artigo e a preposição é o acento grave (`).

INCORRETO: I. Na passagem “...em algo que à primeira vista não traz retorno...” (1º§), a supressão da crase não altera semanticamente o fragmento.

A supressão do acento grave altera o sentido do enunciado, pois a expressão adverbial de tempo “à primeira vista” passaria a exercer função de sujeito. Com isso, algo que não traria retorno inicialmente, sem o acento grave, daria a ideia de que a primeira vista é que não daria retorno para alguém ou para alguma coisa.

CORRETO: II. No fragmento “...que vão da psicologia à economia...” (7º§), se a preposição “até” for anteposta ao substantivo “economia”, a crase será facultativa.

A crase com a preposição “até” será facultativa quando seguida de um termo feminino. Isso significa que tanto a forma com crase (“até à”) quanto a forma sem crase (“até a”) são consideradas corretas.

Faz-se necessário esclarecer que o foco de análise do excerto II incide sobre a preposição “até” ANTES da palavra “economia” e considerando, é claro, o artigo “a” posposto à preposição “até”: “até à economia” ou “até a economia”.

CORRETO: III. No excerto “...células que respondiam às cócegas...” (4º§), caso o verbo “responder” fosse substituído por “reagir”, o acento grave deveria ser mantido.

Se houvesse substituição do verbo “responder” por “reagir”, o acento grave deveria ser mantido porque ambos os verbos apresentam a mesma regência, ou seja, são transitivos indiretos, regidos pela preposição “a”. Assim, a crase permaneceria obrigatória: “...células que reagiam às cócegas...”

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	06	02	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Orações reduzidas são aquelas que não são introduzidas por conjunções e que possuem verbos nas suas formas nominais: infinitivo, gerúndio e particípio.
São, assim, diferentes das orações desenvolvidas, que são introduzidas por um pronome ou conjunção e que são formadas por um verbo no indicativo ou no subjuntivo.
No período em análise, o sujeito da oração subordinada está implícito – os cientistas –, mas pode ser facilmente recuperado pelo contexto, pois se encontra na oração principal. Esse mesmo sujeito estabelece concordância com o verbo da oração principal, que é "identificaram". Como esse verbo está flexionado no pretérito perfeito do indicativo, quando a oração reduzida é desenvolvida, a forma nominal passa a ser flexionada no mesmo tempo e modo verbal do verbo da oração principal. Dessa forma, o período ficará da seguinte maneira: "Quando investigaram o córtex somatossensorial dos ratos, responsável por receber e processar informações sensoriais, os cientistas identificaram células que respondiam às cócegas e a outros estímulos, como brincadeiras". Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	12	20	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda o conceito e a aplicação do controle social no SUS, tema amplamente disciplinado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 8.142/1990, que dispõem sobre a participação da comunidade na gestão do SUS por meio dos Conselhos e Conferências de Saúde.

Analisando as afirmativas:
Afirmativa I: “O controle social no SUS é exercido exclusivamente por representantes do governo federal.” Trata-se de afirmação falsa, pois o controle social é caracterizado exatamente pela participação paritária da sociedade civil, incluindo usuários, trabalhadores e gestores do SUS, conforme estabelece a Lei nº 8.142/1990. Assim, não se restringe a representantes do governo federal.
Afirmativa II: “Os Conselhos de Saúde são espaços de participação social compostos por representantes do governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários.”
Essa afirmativa está correta, pois descreve de forma precisa a composição dos Conselhos de Saúde prevista no art. 1º, §2º, da Lei nº 8.142/1990, que determina a participação de representantes do governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários, assegurando a participação social e o controle democrático.
Afirmativa III: “A participação popular no controle social permite apenas a fiscalização dos recursos financeiros, não interferindo na qualidade dos serviços de saúde.”
Essa afirmativa é falsa, pois o controle social abrange não apenas a fiscalização financeira, mas também o planejamento, acompanhamento, avaliação e proposição de políticas públicas, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços ofertados.
Afirmativa IV: “A implementação do controle social no SUS é obrigatória e prevista na Constituição Federal.” Correta a afirmativa, já que o art. 198, inciso III, da Constituição Federal prevê expressamente a participação da comunidade na gestão do SUS, e sua regulamentação pela Lei nº 8.142/1990 torna o controle social um instrumento obrigatório e essencial para a gestão democrática da saúde pública.
Dessa forma, a sequência correta é F, V, F, V, correspondente à alternativa B.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	20	18	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Afirmativa A está incorreta porque “endemia” e “epidemia” não têm o mesmo significado; são conceitos distintos na vigilância epidemiológica.
A afirmativa B está correta, pois define adequadamente que endemia é a presença constante de uma doença em uma população, enquanto epidemia refere-se a um aumento rápido e inesperado do número de casos de uma doença.
A afirmativa C inverte os conceitos, confundindo a definição de epidemia e endemia.
A afirmativa D está incorreta porque a epidemia não ocorre somente quando toda a população mundial é atingida, e o aumento súbito de casos em uma população também caracteriza uma epidemia, independentemente do alcance geográfico.

- Fontes:
  BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- Brasil. REDE Interagencial de Informação para a Saúde Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.349 p.: il.
- Medronho, Roberto A.; Bloch, Kátia Vergetti; Luiz, Ronir Raggio; Werneck, Guilherme Loureiro. Epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	14	11	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão teve por objetivo avaliar o conhecimento atual sobre o perfil epidemiológico das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e sua relação com internações hospitalares evitáveis no contexto brasileiro, com base em

dados oficiais do Ministério da Saúde, do DATASUS e de estudos reconhecidos internacionalmente, como os da Organização Mundial da Saúde.
A alternativa A afirma que as DCNTs são responsáveis por grande parte das internações hospitalares evitáveis e morbidade no país. Essa assertiva encontra respaldo em dados do Ministério da Saúde, que demonstram a elevada contribuição das DCNTs — como hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares — para internações, complicações clínicas e mortalidade, sobretudo na população adulta e idosa.
A alternativa D destaca que doenças respiratórias agudas — como gripe e pneumonia — permanecem entre as principais causas de internações evitáveis, especialmente em grupos vulneráveis, como crianças e idosos. Dados recentes do Vigitel 2023 e do sistema de registros hospitalares (SIH-SUS) confirmam a relevância dessas patologias na morbidade evitável na atenção primária e hospitalar.
Reconhecemos que, no contexto epidemiológico brasileiro, tanto as DCNTs quanto as doenças respiratórias agudas representam causas relevantes de internações evitáveis, cada uma com impacto significativo na saúde da população. No entanto, a questão foi elaborada de modo a que a alternativa correta fosse aquela que mais diretamente abordasse o papel predominante e atual das DCNTs na morbidade e internações evitáveis, de acordo com a tendência epidemiológica do país, que evidencia a elevada prevalência, mortalidade e impacto econômico dessas doenças.
Por esses motivos, a banca mantém o gabarito original, considerando que:
A alternativa A é a resposta mais adequada para a questão, pois reflete a relevância das DCNTs na morbidade e internações evitáveis, como destacado na literatura oficial e pelos dados epidemiológicos mais atuais.
A alternativa D refere-se a um aspecto específico de morbidade por doenças respiratórias, que, apesar de importante, não supre a abrangência do impacto global das DCNTs na morbidade geral do Brasil.
Assim, a questão permanece válida e o gabarito selecionado permanece inalterado.

- Fontes:
  BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- Brasil. REDE Interagencial de Informação para a Saúde Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.349 p.: il.
- Medronho, Roberto A.; Bloch, Kátia Vergetti; Luiz, Ronir Raggio; Werneck, Guilherme Loureiro. Epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	16	14	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Quanto à afirmativa I – Descentralização:
A definição de descentralização como uma “transferência gradual de responsabilidades administrativas, financeiras e técnicas para estados e municípios” é uma descrição que, apesar de não utilizar explicitamente o termo “gradualidade” na legislação, é amplamente aceita na doutrina e na prática administrativa no contexto do SUS. A descentralização, na sua essência, envolve a transferência de responsabilidades de gestão, execução e financiamento de ações e serviços de saúde para os níveis estadual e municipal, buscando maior autonomia e efetividade na administração pública. A cronologia ou a “gradualidade” não são elementos condicionantes na definição jurídica de descentralização; ela pode ocorrer de forma progressiva ou simultânea, mas sua definição principal refere-se à transferência de responsabilidades, o que é corroborado por documentos oficiais, como a Lei nº 8.080/1990.
Quanto à afirmativa II – Regionalização:
A questão apresenta a regionalização como uma organização dos serviços de saúde em regiões específicas, buscando integração, acesso e eficiência, o que está de acordo com a definição do Ministério da Saúde e da legislação vigente. A sua argumentação de que a regionalização “não é uma relação hierárquica entre níveis de atenção, mas de articulação” está correta na sua essência conceitual, pois a regionalização promove a articulação dos serviços, não a hierarquia entre eles. Entretanto, o entendimento comum e oficial é que a regionalização envolve a organização em

regiões de saúde que promovem a integração entre diferentes níveis de atenção, formando uma rede de cuidado que busca a integralidade do processo assistencial. Essa definição é compatível com a descrição de que ela organiza ações e serviços de saúde em uma rede regional, não apenas hierarquicamente.
As definições presentes na questão refletiram conceitos amplamente aceitos na prática e na literatura técnica do SUS. A afirmação I, embora utilize uma expressão que poderia ser interpretada de diferentes formas, está alinhada com a ideia de que a descentralização não se limita a uma transferência pontual, podendo ocorrer de forma gradativa na implementação de políticas públicas. A afirmativa II, descrita como um processo de hierarquização, é uma simplificação, mas que na prática e na legislação, refere-se à organização regional de serviços em uma rede articulada, não como uma mera hierarquia.

- Fontes:
  BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
- BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2017.
  Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	13	15	11

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.
A banca entende que a alternativa B é a mais adequada e correta, considerando o cenário epidemiológico e as políticas públicas vigentes.
Consta na documentação oficial, incluindo a Nota Técnica nº 01/2024, a introdução da vacina Qdenga (TAK-003) no Programa Nacional de Imunizações (PNI) como posicionamento estratégico para o enfrentamento da dengue, sendo considerada a principal medida de prevenção, acima de medidas vetoriais, como a eliminação de criadouros, que permanece como ação complementar, de menor impacto imediato na redução da morbidade.
Assim, a expressão “a eliminação de criadouros é medida secundária” na alternativa B, ao indicar que a vacinação é a principal ação, está alinhada com as políticas atuais.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	24	25	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A enzima COX1 possui efeito citoprotetor gástrico, decorrente do estímulo para a produção de muco protetor da mucosa gastrointestinal sobre as células mucosas. AINES que inativam a cicloxigenase constitutiva (COX1) concorrem para a toxicidade gastrointestinal pela inibição do mucoprotetor. A enzima COX2 não possui efeito sobre a citoproteção da mucosa gástrica. O uso do ácido acetil salicílico é contraindicado na presença de infecções virais pelo risco de desenvolvimento da síndrome de Reye. A Dipirona não concorre para o desenvolvimento da síndrome de Reye. A cicloxigenase 2 é responsável pela proteção fisiológica dos rins. Finalmente, pacientes que utilização antiagregantes plaquetários encobntram-se mais propensos ao desenvolvimento de doenças tromboembólicas. A enzima cocloxigenase 1, produzida pelas plaquetas, possui efeitos agregantes plaquetários e a a enzima cicloxigenase 2, produzida pelas células endoteliais, possuem efeitos antiagregantes plaquetários, portanto a cicloxigenase 2 possui efeito protetor contra eventos tromboembólicos.
Os processos fisiológicos em que a enzima COX2 está envolvida são a regulação renal e o controle da agregação plaquetária. Inibidores de COX2 reduzem as defesas do endotélio vascular contra a agregação plaquetária.

O uso de Coxibes deve ser considerado exclusivamente para pacientes com risco aumentado de sangramento gastrointestinal, mas sem risco aumentado de doença vascular

Fonte:

- Terapêutica medicamentosa em Odontologia. Eduardo Dias de Andrade. Capítulo 6 página 46 e 47

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	23	21	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Infecções odontogênicas são causadas primariamente por cocos aeróbios e anaeróbios gram positivos, além de bastonetes anaeróbios gram negativos, além de bastonetes anaeróbios gram negativos. As bactérias aeróbias mais comumente isoladas das infecções odontogênicas são Streptococcus viridans. Essas bactérias são organismos facultativos que têm a capacidade de sobreviver com ou sem oxigênio. Acredita-se que essas bactérias iniciem a progressão de uma infecção superficial para os tecidos mais profundos.
Metronidazol atinge exclusivamente anaeróbios. Não age contra bactérias aeróbias. Portanto não atuam em bactérias anaeróbioas facultativas, responsáveis pela progressão de uma infecção para planos teciduais mais profundos
As luvas estéreis não possuem benefício, em comparação com as luvas não estéreis, em procedimentos cirúrgicos bucais ambulatoriais.

Fonte:

- Cirurgia Oral e Maxilofacial Contemporânea. 7a edição. Autores James R. Hupp, Edward Elis III, Myron R. Tucker. Editora Guanabara Koogan, Capítulo 16, página 328.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	25	22	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Em geral, é prudente adiar o tratamento odontológico até que uma lesão por herpes vírus esteja com crostas ou completamente cicatrizada. A transmissão para um indivíduo não infectado pode ocorrer durante os períodos de liberação assintomática do vírus ou a partir de lesões ativas. Tanto a mucosa móvel como a aderida podem ser podem ser afetadas pelas lesões. Os anticorpos do HSV se tornam positivos entre 4 e 8 dias após a exposição inicial.

Fonte:

- Patologia Oral e Maxilofacial. 5a edição. Editora Elsevier. Brad W. Neville, Douglas D. Damm, Carl M. Allen, Angela C. Chi. Capítulo 7 229, 224,224, 228

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	22	23	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A panorâmica apresenta como desvantagem a perda de detalhes da crista alveolar. Por ser um cisto de tecido mole, não apresenta imagem radiográfica. Uma vantagem da técnica de radiografia panorâmica é a dose extremamente baixa empregada. O Defeito de Stafne é encontrado como um defeito da cortical lingual da mandíbula, anterior ao ângulo da mesma, entre a base e o canal.

Fonte:

- Fundamentos de Odontologia. Radiologia Odontológica e Imaginologia. 3a edição Marlene Fenyo-Pereira e Oswaldo Crivello Junior. Editora Santos. Capítulo 9 página 85, 207, 85, 207.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	21	24	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Portaria N° 599 de 23 de março de 2006, Art. 1°, §1°: Os CEOs são estabelecimentos de Saúde registrados no cadastro nacional de estabelecimentos de Saúde (CNES) classificados como Tipo Clínica Especializada/Ambulatório de Especialidades, com serviços especializados de Odontologia para realizar, no mínimo, as seguintes atividades: I- diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca, periodontia especializada, cirurgia oral menor nos tecidos moles e duros, endodontia e atendimento a portadores de necessidades especiais. Anexo 1: CEO tipo I 03 consultórios odontológicos completos, CEO tipo II 4 a 6 consultórios odontológicos completos e CEO tipo III 7 ou mais consultórios odontológicos completos

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	28	27	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Dentre os sinais de infecção odontogênica com disseminação regional podem estar o trismo, edema facial ou extrabucal e adenomegalia, com prescrição de antibiótico oral. Em situações clínicas em que, além da presença do edema extrabucal, o paciente apresentar febre persistente, taquicardia, prostração e inapetência o tratamento deverá ser realizado em nível hospitalar para administração de antibiótico endovenoso.
Porém, indica-se apenas o tratamento odontológico sem a prescrição do antibiótico, nos casos de infecção odontogênica contida no tecido pulpar, de forma intrabucal, com a presença de fístula e sem edema de face ou extrabucal.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	29	28	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O ciclo de vida familiar caracteriza os movimentos e transformações que ocorrem ao longo do tempo. O que implica na importância da flexibilização de atuação dos profissionais da ESF durante as ações de saúde bucal.
Assim, o recurso será sustentado em razão dos bebês necessitarem ser incluídos no ciclo de vida pela orientação da amamentação exclusiva nos primeiros 6 meses, introdução alimentar sem açúcar nos primeiros 1000 dias, além das orientações importantes de seu crescimento e desenvolvimento. Desta forma, as equipes da ESF chegam no grupo de adolescentes conseguindo de forma mais assertiva estimulá-los sobre a importância de sua saúde bucal e geral.
Nos adultos as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) são o maior desafio em saúde pública do século XXI, devido ao aumento de suas taxas na população mundial, possuindo uma projeção de ascendência até 2030. As DCNTs incluem as doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2, doenças respiratórias e cânceres. Os profissionais devem estar atentos ao aumento das DCNTs, pelo impacto negativo na saúde bucal, visto que a cárie e a doença periodontal são DCNTs e que devem estar voltadas aos fatores de risco em comum, a sacarose.
Os idosos apresentam modificações bucais morfofuncionais como alterações das papilas linguais, diminuição do fluxo salivar, mucosa bucal mais fina e vulnerável às lesões bucais, desgaste das estruturas linguais, perda da altura da crista alveolar e polpa dentária menos vascularizada, o que necessita de um acompanhamento pela ESF, melhorando a qualidade de vida deste grupo específico da população.
Diante do exposto, os recursos tornam-se improcedentes, mantendo o gabarito oficial.

Fontes:

- MOYSÉS, S.T. et al. Saúde Bucal das Famílias – Trabalhando com Evidências. 1ª Ed. São Paulo: Artes Médicas Editora, 2008, 308p.,65-80.
- RIBEIRO, C.; HADDAD, A. E; OLIVEIRA, A.E. F. et al. Cárie, periodontite e outras doenças não transmissíveis – Abordagem transdisciplinar para o cirurgião-dentista. São Luis: Edufma, 2023, 84p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	27	26	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O princípio mais importante da adesão do CIV à estrutura dentária é química, baseando-se nas ligações iônicas entre os grupos carboxílicos do ácido poliacrílico e os íons cálcio da hidroxiapatita do esmalte e da dentina, não justificando sua adesão micromecânica, pois em algumas condições clínicas não se aplica o ácido poliacrílico previamente à restauração. Em se tratando das propriedades mecânicas, o CIV de alta viscosidade foi desenvolvido para melhorar a resistência ao desgaste e aumentar a longevidade da restauração comparado ao CIV convencional. Porém, em relação às restaurações estéticas, o CIV de alta viscosidade é inferior comparado à resina composta, sendo mais opaco e com menos brilho, o que pode ser desfavorável quando se prioriza a estética.

Fontes:

- IMPARATO, J.C.P et al. Anuário de Odontopediatria Clínica – Integrada e Atual. 1ª Ed. São Paulo: Napoleão, 2013. 196p., p. 120-133.
- IMPARATO, J.C.P et al. Tratamento Restaurador Atraumático (TRA): Técnicas de Mínima Intervenção para o Tratamento da Doença Cárie Dentária. 1ª Ed. Curitiba: Ed. Maio, 2005, 400p., 71-103.
- MONTEIRO C.M. et al. Guia prático sobre cimentos de ionômero de vidro [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Odontologia, Odontopediatria, 2023.
- OLEGÁRIO, I.C. et al. Mechanical Properties of High-Viscosity Glass Ionomer Cement and Nanoparticle Glass Carbomer. Publishing Corporation Journal of Nanomaterials. 2015.
- PARDI M, DA CUNHA B.M., CUNHA H.M., MARQUES M.E.S., RIBEIRO K.L., CRUZ C.E., COSTA C.R., LEPRI C.P., DE CASTRO D.T. Correlation between fluoride release, surface hardness and diametral tensile strength of restorative glass ionomer cements. J Clin Exp Dent. 2024.
- ANPISUT P., MONMATURAPOJ N., SRION A., TONELUCK A., PHANTUMVANIT P. Physical Properties of Glass Ionomer Cement Containing Pre-Reacted Spherical Glass Fillers. Braz Dent J. 2020.
- GE K.X., QUOCK R., CHU C.H., YU O.Y. The preventive effect of glass ionomer cement restorations on secondary caries formation: A systematic review and meta-analysis. Dent Mater. 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	30	30	30

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa A.
De acordo com o Código de Ética Odontológico, aprovado pela Resolução CFO-118/2012, capítulo V, seção I, Art. 11, inciso X, constitui infração ética iniciar qualquer procedimento ou tratamento odontológico sem o consentimento prévio do paciente ou do seu responsável legal, exceto em casos de urgência ou emergência. Entretanto, de acordo com a Nota Técnica nº 02/2017-CGSAJ/DAPES/SAS/MS, o paciente adolescente, de 12 a 18 anos de idade, poderá ser atendido em intervenções pouco complexas, desde que tenha seu próprio consentimento e sem a presença do responsável legal.
Diante do exposto, os recursos tornam-se procedentes, alterando o gabarito oficial para a LETRA A.

Fontes:

- CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (CFO). Legislação e Código de Ética. Disponível em: https://website.cfo.org.br/
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990.
- Nota Técnica nº 02/2017-CGSB/DAET/SAES/MS – Ministério da Saúde

Cargo: Dentista - Buco Maxilo

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância" indica:", a alternativa "A) Termos sintaticamente subordinados." foi adequadamente indicada como correta. Em "O alerta das redes chega ao Congresso", temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, "ao Congresso" exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em "à infância", a expressão é subordinada ao termo "ameaças", exemplificando a regência nominal. A alternativa "B) Equivalência quanto à função sintática." não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância", o termo "à infância" exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo "ameaças" exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição "a" + o artigo definido "a", formando "à". Portanto, "à infância" completa o sentido de "ameaças", sem exercer ação. A alternativa "D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente." não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho "Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet." (1º§), assinale a afirmativa correta.", a alternativa "A) O termo destacado em "É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.", promove sentido equivalente." foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa "D) Produz o mesmo sentido visto em "Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu 'pequeno' império"." não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto

anteriormente. A alternativa “C) Uma opção de reescrita seria: “[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]”” não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. “Convencer quase 6 milhões de inscritos” sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. “Amealhar quase 6 milhões de inscritos” significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com “convencido” destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela “convenceu” milhões a segui-la. A frase com “amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fontes:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” (1º§):”, a alternativa “D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” é possível confirmar a informação da alternativa “D” . O conector adversativo “mas” indica oposição ou contraste em relação à ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com “Mas nada se compara…”, o enunciador introduz um fato novo (“o que ocorreu no último dia 6”); e realça sua importância e impacto (“em termos de alcance e repercussão”). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa “A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior.” não pode ser indicada como correta. O conector “mas” é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, “mas” é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto, esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que “mas” pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) “Ele é rico, mas infeliz.” Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): “Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas.”

A segunda ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: “Mas nada se compara...” introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O “mas” funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: “Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.”, isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho “demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior” porque o “mas” não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante é de ênfase e destaque, não de oposição. “Mas nada se compara...” não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa “C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para a afirmativa anterior.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior.” não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa “B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações.” não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida” (1° parágrafo), “explanou, de forma didática e incisiva” (1° parágrafo), “conteúdos que alimentam...” (1° parágrafo), “ecossistema lucrativo...” (1° parágrafo), “ incendiou as redes sociais” (1° parágrafo), “foi bater forte no Congresso” (1° parágrafo), “onde atropelou...” (1° parágrafo), “na onda da escalada...” (2° parágrafo), “a onda de indignação” (3° parágrafo), “fúria legislativa” (3° parágrafo) e “vista grossa” (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto,

mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: “Vi o homem com o telescópio.”, pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões “colocou o dedo na ferida”, “explanou, de forma didática e incisiva”, “conteúdos que alimentam...”, “ecossistema lucrativo”, “incendiou as redes sociais”, “foi bater forte no Congresso”, “onde atropelou...”, “na onda da escalada”, “a onda de indignação”, “fúria legislativa” e “vista grossa” não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. “Colocou o dedo na ferida” = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. “Explanou, de forma didática e incisiva” Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. “Conteúdos que alimentam...” = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). “Ecossistema lucrativo” = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. “Incendiou as redes sociais” = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. “Foi bater forte no Congresso” = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. “Onde atropelou...” = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. “Na onda da escalada” = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. “A onda de indignação” = Metáfora Movimento coletivo de revolta. “Fúria legislativa” = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. “Vista grossa” = Expressão idiomática. A alternativa “D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto.” não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju:
- 2003.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “ O título atribuído ao texto se relaciona à(ao): I. Tema desenvolvido no texto. II. Posicionamento de entidade pública. III. Possível compreensão de posicionamento do enunciador. IV. Ocorrência de fato de importante repercussão. Está correto o que se afirma em”, a alternativa “C) I, III e IV, apenas.” foi adequadamente indicada como correta. Tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. O item “II. Posicionamento de entidade pública.” é incorreto. O sujeito do enunciado é: “O alerta das redes”, ou seja, o agente da ação (“chega ao Congresso”) e não uma instituição oficial. O verbo “chega” indica movimento simbólico: o debate que começou nas redes passa a alcançar o Congresso. O Congresso aparece como destinatário da ação, não como agente: Ele recebe o alerta, é o

local onde o debate chega. Portanto, o Congresso não se manifesta, não toma posição, nem emite opinião. Não há, portanto, posição institucional expressa por nenhuma entidade pública. O título tem um caráter informativo e avaliativo, típico de manchetes jornalísticas: “O alerta das redes chega ao Congresso” informa que o tema saiu do ambiente digital e alcançou a esfera política. “O urgente debate sobre ameaças digitais à infância” introduz o tema da pauta, reforçando sua relevância e urgência (avaliação do jornalista, não de uma entidade pública). Portanto, o enunciado apenas relata que uma discussão das redes sociais ganhou visibilidade política, sem revelar posição de nenhuma entidade pública.

Fonte:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ática, 2008.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após revisão detalhada do conteúdo normativo, das referências oficiais e dos documentos do Ministério da Saúde, a banca confirma a sua decisão original de manter a alternativa D como correta.

Conforme a Portaria GM/MS nº 399/2006, os três pactos (Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS e Pacto de Gestão) possuem suas definições específicas, que orientam as ações estratégicas do sistema de saúde. A alternativa D caracteriza de forma mais precisa o Pacto de Gestão, ao estabelecer responsabilidades e critérios de gestão compartilhada entre as esferas de governo, buscando racionalizar recursos, evitar duplicidades e fortalecer a coordenação do sistema.

No que tange aos demais pactos, a alternativa D também reflete corretamente o objetivo de reafirmar princípios fundamentais do SUS (universalidade, integralidade e equidade) e de estabelecer metas de enfrentamento às prioridades de saúde da população.

A questão, portanto, foi elaborada para avaliar conhecimentos e interpretações acerca desses instrumentos de gestão, e a resposta adotada encontra respaldo na legislação e na documentação oficial publicada pelo Ministério da Saúde.

Assim, a banca reafirma sua decisão de manter a alternativa D como a resposta correta, visando assegurar a validade do certame e a coerência com as orientações normativas.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do referido pacto. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 fev. 2006.
- Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 76 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Após avaliação rigorosa do conteúdo normativo, da literatura de referência e dos documentos oficiais, a banca examinadora reafirma seu entendimento e manteve o gabarito em letra B.
O conceito de DSS, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) e pela Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS, Brasil, 2008), abrange um amplo conjunto de fatores que influenciam o estado de saúde e o bem-estar das populações. Essa definição inclui condições sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais, psicológicas e comportamentais — abrangendo indicadores como renda, nível de escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, fatores ambientais, além de comportamentos ligados à alimentação, atividade física e uso de serviços de saúde e vacinação.
A alternativa B, ao citar influências como renda, escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, além de gênero e etnia, alinhando-se às referências oficiais, contempla fatores diretamente relacionados à estrutura social e econômica que moldam a saúde da população, como destacado nos documentos do Ministério da Saúde e da OMS.
A alternativa A, embora também reconheça fatores ambientais, educação, alimentação, trabalho, atividade física e vacinação, apresenta-se de modo mais abrangente, porém, ela não captura toda a dimensão dos determinantes sociais estruturais, aspectos que os principais documentos reconhecem como essenciais na compreensão do tema.
Assim, a decisão da banca de manter o gabarito na letra B baseia-se na reputação das referências oficiais, que atribuem primordialidade aos determinantes econômicos e sociais, e na interpretação do conteúdo programático como prioridade, especialmente pelos critérios de objetividade e alinhamento às fontes protocoladas.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O mixoma odontogénico produz imagem radiolícida com septos intra-ósseos em ángulos retos paralelos entre si, lembrando raquete de tênis. Fundamentos de Odontologia.

Fonte:

- Radiologia Odontológica e Imaginologia. 3a edição Marlene Fenyo-Pereira e Oswaldo Crivello Junior. Editora Santos. Capítulo 23, página 215.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Portaria N° 599 de 23 de março de 2006. Dispor dos equipamentos e dos recursos mínimos exigidos nesta portaria que estejam exclusivamente a serviço do SUS e dos serviços mínimos exigidos nesta portaria. O gestor municipal ou estadual interessado em implantar CEO ou em credenciar algum estabelecimento de saúde deverá apresentar sua proposta à Comissão intergestores Bipartite (CIB) do respectivo Estado, indicando se o pleito é para o CEO Tipo 1, CEO tipo 2 ou CEO tipo 3. Somente as Unidades de Saúde de natureza jurídica pública, universidades de qualquer natureza jurídica, consórcios públicos de saúde de qualquer natureza jurídica e serviços sociais autônomos poderão credenciar-se como CEOs. O gestor municipal ou estadual interessado em implantar CEO ou em credenciar algum estabelecimento de saúde deverá apresentar sua proposta à Comissão intergestores Bipartite (CIB) do respectivo Estado, indicando se o pleito é para o CEO Tipo 1, CEO tipo 2 ou CEO tipo 3.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Os compósitos fotopolimerizáveis devem ser colocados de forma incremental quando o volume exceder aproximadamente de 2 a 3mm devido à profundidade limitada de penetração da luz. As resinas de fotopolimerização dual apresentam a desvantagem, em relação às resinas de fotopolimerização exclusiva, de maior porosidade profundidade de polimerização. Compósitos *bulk-fill* possuem profundidade de polimerização aumentada. As resinas duais apresentam menor estabilidade de cor, quando comparadas as resinas de fotopolimerização exclusiva, como resultado dos aceleradores de aminas aromáticas.

Fonte:

- Materiais Dentários Phillips. Shen Chiayi, Raws H. Ralph e Esquivel-Upshaw. Editora Guanabara Koogan. 130 edição.Capítulo 5, páginas 96, 98,104,88.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Para prevenir a quebra da agulha durante o bloqueio do nervo alveolar inferior não se deve usar agulhas de calibre 30 em pacientes adultos e crianças. Em casos em que o nervo lingual está envolvido pela parestesia, o sentido do paladar, via nervo da corda do tímpano, também pode ser prejudicado. Se houver hematoma durante a administração de anestésico local não se deve aplicar calor na área por pelo menos 4 a 6 horas após o incidente. O calor produz vasodilatação, o que pode aumentar ainda mais o tamanho do hematoma, se aplicado muito cedo.

Fontes:

- Manual de Anestesia Local. Autor Stanley F. Malamed. Editora Guanabara Koogan 2021. Capítulo 17, páginas 276, 279, 286. Patologia Oral e Maxilofacial. 5a edição. Editora Elsevier. Brad W. Neville, Douglas D. Damm, Carl M. Allen, Angela C. Chi. Capítulo 11, página 466.
- A sialometaplasia necrosante pode ser ocasionada pelo uso indevido de anestesia no palato.
- Patologia Oral & Maxilofacial. 5a edição Brad Neville; Douglas Damm, Carl Allen e Angela Chi. Guanabara Koogan

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Biópsia incisional é utilizada quando a lesão for maior que 1 cm. Na biópsia excisional é recomendável, para amostras suspeitas de malignidade, acrescentar mais 2 a 3 mm de margem tecidual normal. Há dois tipos de biópsia por aspiração: 1) Biópsia para aspirar células visando diagnóstico e 2) Biópsia para explorar se a lesão contém fluido. Para descartar se a lesão pode ser de origem vascular e para definir se é cística ou sólida. A amostra removida deve ser imediatamente colocada em um frasco de vidro que contenha quantidade de solução de formaldeído a 10%, que seja equivalente a, pelo menos, 20 vezes o volume da amostra.
Importante lembrar que nem toda lesão suspeita de maligna apresenta grandes dimensões.

Fonte:

- Cirurgia Oral e Maxilofacial Contemporânea. 7a edição. Autores James R. Hupp, Edward Elis III, Myron R. Tucker. Editora Guanabara Koogan, Capítulo 22, páginas 450, 452, 452, 457.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A técnica de ressecção parcial da mandíbula interrompe a continuidade da mandíbula. Comportamento agressivo do tumor odontogênico adenomatoide não tem sido documentado. Cirurgia Oral e Maxilofacial Contemporânea. 7a edição. Autores James R. Hupp, Edward Elis III, Myron R. Tucker. Editora Guanabara Koogan, Capítulo 23, páginas 476. O tratamento do fibroma ameloblástico é excisão local simples ou curetagem. A excisão cirúrgica agressiva deve ser reservada para casos redicivantes. No tumor odontogênico adenomatoide a recidiva pós enucleação, se ocorrer é rara. Importante lembrar que o fibrioma ameloblástico é uma lesão sólida, não cística.

Fonte:

- Patologia Oral e Maxilofacial. 5a edição. Editora Elsevier. Brad W. Neville, Douglas D. Damm, Carl M. Allen, Angela C. Chi. Capítulo 15 página 708, 699,704

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O epitélio das glândulas salivares tem taxa de renovação lenta. Desse modo, é de se esperar, que as glândulas salivares sejam radioresistentes. No entanto, devido a destruição da microvascularização pela radiação**,** as glândulas salivares apresentam danos consideráveis com atrofia, fibrose e degeneração. Manter um dente totalmente impactado dentro do osso é a decisão mais segura e rápida do que removê-lo previamente a radioterapia. Nenhuma reação tecidual adversa deverá ser esperada após a colocação de implantes em mandíbula que foi reconstruída com enxerto microvascular no qual o suprimento sanguíneo para o osso tenha sido trazido de uma fonte distante.

Fonte:

- Cirurgia Oral e Maxilofacial Contemporânea. 7a edição. Autores James R. Hupp, Edward Elis III, Myron R. Tucker. Editora Guanabara Koogan, Capítulo 19, páginas 382, 384, 386, 388.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O artigo 23 do Código de Ética Odontológico (2012) em artigo 23 dispõe que: "o especialista, atendendo a paciente encaminhado por cirurgião-dentista, atuará somente na área de sua especialidade requisitada". De forma complementar o parágrafo único desse artigo é claro que ao afirmar que: "após o atendimento, o paciente será, com os informes pertinentes, restituído ao cirurgião-dentista que o encaminhou". De forma contrária aos argumentos apresentados nesse recurso o artigo 8 do Código de Ética em questão não faz nenhuma menção a consentimento informado por parte do paciente. Sendo assim, essa banca decide pela improcedência do recurso.

Fonte:

- Conselho Federal de Odontologia. Código de Ética Odontológico, 2012.

Cargo: Dentista - Endodontista

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "O termo "adultização" (4º§) equivale, de acordo com o texto, a:" a alternativa "D) Práticas que envolvem crianças e adolescentes em exposição em ambiente virtual de forma inadequada." foi adequadamente indicada como correta de acordo com o trecho ""As plataformas fazem vista grossa para conteúdos problemáticos que elas têm condição de detectar, desmonetizar e tirar do ar, mas não o fazem porque não são obrigadas", afirma Débora Salles, coordenadora do NetLab UFRJ. Em junho, o STF avançou na regulação ao tornar as big techs responsáveis por pornografia infantil e sexualização de menores, mas a norma se restringe aos casos flagrantemente ilegais e não abrange práticas mais subjetivas, como a "adultização", termo usado para definir a superexposição de uma criança na internet. "É necessária uma legislação mais explícita", defende Alexandre Pacheco, doutor em política científica e tecnológica e professor da FGV." A alternativa "B) Procedimentos que normatizam excessos expostos na internet por crianças e adolescentes." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "A) Pornografia infantil explícita e sexualização de menores." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente, por não haver especificação quanto ao ambiente da internet, conforme citado no texto. A alternativa "C) Plataformas virtuais cuja monetização é uma das principais motivações para suas atividades." não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente, não há especificação quanto a referência a crianças.
Fonte:

- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância" indica:", a alternativa "A) Termos sintaticamente subordinados." foi adequadamente indicada como correta. Em "O alerta das redes chega ao Congresso", temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, "ao Congresso" exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em "à infância", a expressão é subordinada ao termo "ameaças", exemplificando a regência nominal. A alternativa "B) Equivalência quanto à função sintática." não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância", o termo "à infância" exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo "ameaças" exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição "a" + o artigo definido "a", formando "à". Portanto, "à infância" completa o sentido de "ameaças", sem exercer ação. A alternativa "D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente." não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho “Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet.” (1º§), assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “A) O termo destacado em “É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.”, promove sentido equivalente.” foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa “D) Produz o mesmo sentido visto em “Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu ‘pequeno’ império”.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Uma opção de reescrita seria: “[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]”” não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. “Convencer quase 6 milhões de inscritos” sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. “Amealhar quase 6 milhões de inscritos” significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com “convencido” destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela “convenceu” milhões a segui-la. A frase com “amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fontes:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “É possível identificar, entre os fragmentos destacados a seguir, trecho de caráter subjetivo, diferentemente dos demais, indicado em:”, a alternativa “A) “[...] a partir do vídeo de Felca denunciando o problema resultou em uma fúria legislativa sem precedentes.” (3º§)”” foi adequadamente indicada como correta. O trecho tem caráter subjetivo porque traz uma avaliação pessoal e um juízo de valor sobre o fato narrado. O termo “fúria legislativa” apresenta conotação emocional e crítica, sugerindo que os legisladores reagiram de forma exagerada, impulsiva ou desmedida; e não apenas que “aprovaram muitos projetos” ou “iniciaram um debate intenso”. A frase não se limita a informar um fato, mas também interpreta o comportamento dos agentes políticos, atribuindo reprovação. O trecho é subjetivo porque o autor expressa uma opinião ao empregar uma linguagem figurada (“fúria legislativa”), em vez de apenas relatar os fatos de forma neutra. A alternativa “C) “A ONG SaferNet, que há tempos monitora a questão, recebeu 1.651 novos relatos em apenas uma semana, [...]” (2º§)” não pode ser considerada correta. O trecho não tem caráter subjetivo porque apresenta dados e informações verificáveis, sem emitir opiniões, julgamentos ou emoções. O enunciado comunica um fato concreto, a quantidade de relatos recebidos pela ONG, sem recorrer a adjetivos avaliativos ou metáforas. A informação “1.651 novos relatos em apenas uma semana” é quantitativa, o que reforça o caráter objetivo e impessoal da frase. O autor não expressa juízo de valor sobre o número de relatos nem sobre a atuação da ONG; apenas relata o acontecimento sendo a função do trecho informar o leitor sobre um fato, não convencê-lo de um ponto de vista. Assim, o trecho é objetivo, pois comunica um dado factual e verificável, sem uso de termos avaliativos, figurativos ou expressivos que indiquem a subjetividade do autor. A alternativa “D) “[...] a norma se restringe aos casos flagrantemente ilegais e não abrange práticas mais subjetivas, como a ‘adultização’ [...]” (4º§)” não pode ser indicada como correta. O trecho apresenta uma análise descritiva e informativa sobre o alcance da norma, sem expressar opinião pessoal ou julgamento de valor do autor. O autor usa termos próprios do discurso jurídico e analítico (“norma”, “casos flagrantemente ilegais”, “abrange práticas”), o que mostra intenção de explicar um fato normativo, não de avaliá-lo. O trecho informa os limites de aplicação da norma, o que ela cobre e o que não cobre, de forma descritiva e objetiva. Embora mencione o termo “subjetivas”, o autor o utiliza no sentido técnico (isto é, “de interpretação pessoal”), não como forma de julgar a norma ou criticar seu conteúdo. Não há adjetivos opinativos, metáforas nem expressões de emoção. O trecho é objetivo porque descreve limites e características de uma norma jurídica, sem expressar juízo de valor. A linguagem é informativa e técnica, não opinativa.

Fonte:

- FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” (1º§):”, a alternativa “D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” é possível confirmar a informação da alternativa “D” . O conector adversativo “mas” indica oposição ou contraste em relação à ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com “Mas nada se compara…”, o enunciador introduz um fato novo (“o que ocorreu no último dia 6”); e realça sua importância

e impacto (“em termos de alcance e repercussão”). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa “A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior.” não pode ser indicada como correta. O conector “mas” é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, “mas” é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto, esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que “mas” pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) “Ele é rico, mas infeliz.” Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): “Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas.”
A segunda ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: “Mas nada se compara...” introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O “mas” funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: “Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.”, isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho “demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior” porque o “mas” não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante é de ênfase e destaque, não de oposição. “Mas nada se compara...” não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa “C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para a afirmativa anterior.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior.” não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode

virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa “B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações.” não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida” (1° parágrafo), “explanou, de forma didática e incisiva” (1° parágrafo), “conteúdos que alimentam...” (1° parágrafo), “ecossistema lucrativo...” (1° parágrafo), “ incendiou as redes sociais” (1° parágrafo), “foi bater forte no Congresso” (1° parágrafo), “onde atropelou...” (1° parágrafo), “na onda da escalada...” (2° parágrafo), “a onda de indignação” (3° parágrafo), “fúria legislativa” (3° parágrafo) e “vista grossa” (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: “Vi o homem com o telescópio.”, pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões “colocou o dedo na ferida”, “explanou, de forma didática e incisiva”, “conteúdos que alimentam...”, “ecossistema lucrativo”, “incendiou as redes sociais”, “foi bater forte no Congresso”, “onde atropelou...”, “na onda da escalada”, “a onda de indignação”, “fúria legislativa” e “vista grossa” não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. “Colocou o dedo na ferida” = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. “Explanou, de forma didática e incisiva” Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. “Conteúdos que alimentam...” = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). “Ecossistema lucrativo” = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. “Incendiou as redes sociais” = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. “Foi bater forte no Congresso” = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. “Onde atropelou...” = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. “Na onda da escalada” = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. “A onda de indignação” = Metáfora Movimento coletivo de revolta. “Fúria legislativa” = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. “Vista grossa” = Expressão idiomática. A alternativa “D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto.” não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju:
- 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.

- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão " O título atribuído ao texto se relaciona à(ao): I. Tema desenvolvido no texto. II. Posicionamento de entidade pública. III. Possível compreensão de posicionamento do enunciador. IV. Ocorrência de fato de importante repercussão. Está correto o que se afirma em", a alternativa "C) I, III e IV, apenas." foi adequadamente indicada como correta. Tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. O item "II. Posicionamento de entidade pública." é incorreto. O sujeito do enunciado é: "O alerta das redes", ou seja, o agente da ação ("chega ao Congresso") e não uma instituição oficial. O verbo "chega" indica movimento simbólico: o debate que começou nas redes passa a alcançar o Congresso. O Congresso aparece como destinatário da ação, não como agente: Ele recebe o alerta, é o local onde o debate chega. Portanto, o Congresso não se manifesta, não toma posição, nem emite opinião. Não há, portanto, posição institucional expressa por nenhuma entidade pública. O título tem um caráter informativo e avaliativo, típico de manchetes jornalísticas: "O alerta das redes chega ao Congresso" informa que o tema saiu do ambiente digital e alcançou a esfera política. "O urgente debate sobre ameaças digitais à infância" introduz o tema da pauta, reforçando sua relevância e urgência (avaliação do jornalista, não de uma entidade pública). Portanto, o enunciado apenas relata que uma discussão das redes sociais ganhou visibilidade política, sem revelar posição de nenhuma entidade pública.

Fonte:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ática, 2008.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado descreve que o CONASS "reúne e representa os gestores estaduais e do Distrito Federal, atuando como fórum permanente de articulação, formulação e disseminação de políticas de saúde no SUS." Essa descrição está alinhada ao que dispõe o Estatuto Social do próprio CONASS (art. 2º), que caracteriza a entidade como uma organização de direito privado, sem fins lucrativos, cuja missão é promover a articulação, a formulação e a disseminação de políticas públicas de saúde no âmbito do SUS.
Além disso, o CONASS atua como um fórum permanente de diálogo, troca de experiências e apoio técnico para os gestores estaduais, contribuindo de maneira decisiva na atuação em políticas públicas de saúde, reafirmando a sua função de formulação e disseminação de recomendações e diretrizes, embora não possua atribuições executivas ou

normativas vinculantes, o que é compatível com o caráter consultivo e deliberativo previsto em sua regulamentação e na legislação vigente (Lei nº 8.080/1990 e Decreto nº 7.508/2011).
Portanto, dentro do escopo de uma avaliação de conhecimentos sobre as funções do CONASS, a alternativa D retrata de forma adequada suas atribuições, incluindo sua atuação como fórum de articulação e formulação de políticas, sem pretensão de delimitar suas funções extensivamente além do que é previsto na sua estrutura organizacional e estatuto.
Assim, manter a alternativa D como resposta correta é justificável, pois ela reflete criteriosamente as atribuições e o papel do CONASS, de acordo com sua própria configuração institucional e legislação aplicável.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 31 dez. 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. O que é Controle Social em Saúde? Brasília: Ministério da Saúde, 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Regulação Assistencial e Controle. Curso I : Regulação de Sistemas de Saúde do SUS : módulo 1 : Política Nacional de Regulação do SUS [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, Departamento de Regulação Assistencial e Controle. – 1. ed. rev. –Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 30 p. : il. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/modulo1_politica_nacional_regulacao_sus.pdf

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Embora o enunciado da questão 13 descreva diretrizes do SUS estabelecidas na Lei nº 8.080/1990, incluindo universalidade, equidade e integralidade, e cite a intenção da secretaria de saúde municipal de ampliar o horário de atendimento em UBS e implantar serviços de saúde mental na Atenção Primária, a alternativa C (Integralidade da assistência) é a mais diretamente relacionada à medida proposta. A integralidade da assistência, conforme definido pelo SUS, implica em uma visão abrangente do indivíduo e de suas necessidades de saúde, buscando oferecer um cuidado contínuo e articulado em todos os níveis de atenção.
A ampliação do horário de atendimento das UBS e a integração de serviços de saúde mental na Atenção Primária visam, justamente, ampliar o acesso da população a serviços de saúde mais próximos de suas necessidades, oferecendo um cuidado mais completo e abrangente. Embora nem todas as ações e serviços de saúde mental necessariamente abranjam desde a prevenção até a reabilitação em sua totalidade, a *intenção* de integrar esses serviços à Atenção Primária é promover um cuidado mais integral, que considere as necessidades de saúde mental da população em todas as fases do ciclo de vida e em todos os níveis de complexidade.
Ainda que a descentralização político-administrativa (alternativa A) seja uma diretriz importante do SUS, a medida descrita no enunciado não se refere à transferência da gestão das UBS, mas sim à ampliação do horário de funcionamento e à integração de serviços. Portanto, a integralidade da assistência é o conceito mais diretamente relacionado à ação proposta pela secretaria de saúde municipal. A integralidade busca garantir que o usuário receba um cuidado que considere todas as suas necessidades, incluindo a saúde mental, e que esse cuidado seja oferecido de forma contínua e articulada. Ao integrar a saúde mental na atenção primária, o município busca oferecer um cuidado mais completo e integral à população.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 31 dez. 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. O que é Controle Social em Saúde? Brasília: Ministério da Saúde, 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Regulação Assistencial e Controle. Curso I : Regulação de Sistemas de Saúde do SUS : módulo 1 : Política Nacional de Regulação do SUS [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, Departamento de Regulação Assistencial e Controle. – 1. ed. rev. –Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 30 p. : il. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/modulo1_politica_nacional_regulacao_sus.pdf

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Após avaliação rigorosa do conteúdo normativo, da literatura de referência e dos documentos oficiais, a banca examinadora reafirma seu entendimento e manteve o gabarito em letra B.
O conceito de DSS, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) e pela Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS, Brasil, 2008), abrange um amplo conjunto de fatores que influenciam o estado de saúde e o bem-estar das populações. Essa definição inclui condições sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais, psicológicas e comportamentais — abrangendo indicadores como renda, nível de escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, fatores ambientais, além de comportamentos ligados à alimentação, atividade física e uso de serviços de saúde e vacinação.
A alternativa B, ao citar influências como renda, escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, além de gênero e etnia, alinhando-se às referências oficiais, contempla fatores diretamente relacionados à estrutura social e econômica que moldam a saúde da população, como destacado nos documentos do Ministério da Saúde e da OMS.
A alternativa A, embora também reconheça fatores ambientais, educação, alimentação, trabalho, atividade física e vacinação, apresenta-se de modo mais abrangente, porém, ela não captura toda a dimensão dos determinantes sociais estruturais, aspectos que os principais documentos reconhecem como essenciais na compreensão do tema.
Assim, a decisão da banca de manter o gabarito na letra B baseia-se na reputação das referências oficiais, que atribuem primordialidade aos determinantes econômicos e sociais, e na interpretação do conteúdo programático como prioridade, especialmente pelos critérios de objetividade e alinhamento às fontes protocoladas.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O mixoma odontogénico produz imagem radiolícida com septos intra-ósseos em ángulos retos paralelos entre si, lembrando raquete de tênis. Fundamentos de Odontologia.

Fonte:

- Radiologia Odontológica e Imaginologia. 3a edição Marlene Fenyo-Pereira e Oswaldo Crivello Junior. Editora Santos. Capítulo 23, página 215.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Portaria N° 599 de 23 de março de 2006. Dispor dos equipamentos e dos recursos mínimos exigidos nesta portaria que estejam exclusivamente a serviço do SUS e dos serviços mínimos exigidos nesta portaria. O gestor municipal ou estadual interessado em implantar CEO ou em credenciar algum estabelecimento de saúde deverá apresentar sua proposta à Comissão intergestores Bipartite (CIB) do respectivo Estado, indicando se o pleito é para o CEO Tipo 1, CEO tipo 2 ou CEO tipo 3. Somente as Unidades de Saúde de natureza jurídica pública, universidades de qualquer natureza jurídica, consórcios públicos de saúde de qualquer natureza jurídica e serviços sociais autônomos poderão credenciar-se como CEOs. O gestor municipal ou estadual interessado em implantar CEO ou em credenciar algum estabelecimento de saúde deverá apresentar sua proposta à Comissão intergestores Bipartite (CIB) do respectivo Estado, indicando se o pleito é para o CEO Tipo 1, CEO tipo 2 ou CEO tipo 3.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Os compósitos fotopolimerizáveis devem ser colocados de forma incremental quando o volume exceder aproximadamente de 2 a 3mm devido à profundidade limitada de penetração da luz. As resinas de fotopolimerização dual apresentam a desvantagem, em relação às resinas de fotopolimerização exclusiva, de maior porosidade profundidade de polimerização. Compósitos *bulk-fill* possuem profundidade de polimerização aumentada. As resinas duais apresentam menor estabilidade de cor, quando comparadas as resinas de fotopolimerização exclusiva, como resultado dos aceleradores de aminas aromáticas.

Fonte:

- Materiais Dentários Phillips. Shen Chiayi, Raws H. Ralph e Esquivel-Upshaw. Editora Guanabara Koogan. 130 edição.Capítulo 5, páginas 96, 98,104,88.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Para prevenir a quebra da agulha durante o bloqueio do nervo alveolar inferior não se deve usar agulhas de calibre 30 em pacientes adultos e crianças. Em casos em que o nervo lingual está envolvido pela parestesia, o sentido do paladar, via nervo da corda do tímpano, também pode ser prejudicado. Se houver hematoma durante a administração de anestésico local não se deve aplicar calor na área por pelo menos 4 a 6 horas após o incidente. O calor produz vasodilatação, o que pode aumentar ainda mais o tamanho do hematoma, se aplicado muito cedo.

Fontes:

- Manual de Anestesia Local. Autor Stanley F. Malamed. Editora Guanabara Koogan 2021. Capítulo 17, páginas 276, 279, 286. Patologia Oral e Maxilofacial. 5a edição. Editora Elsevier. Brad W. Neville, Douglas D. Damm, Carl M. Allen, Angela C. Chi. Capítulo 11, página 466.
- A sialometaplasia necrosante pode ser ocasionada pelo uso indevido de anestesia no palato.
- Patologia Oral & Maxilofacial. 5a edição Brad Neville; Douglas Damm, Carl Allen e Angela Chi. Guanabara Koogan

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Testes laboratoriais demonstram que o hipoclorito de sódio apresenta ação frente a bactérias, fungos e esporos. O digliconato de clorexidina 2% foi utilizado como alternativa ao hiplocorito de sodio por apresentar menor citotoxicidade. Uma vez que não apresenta capacidade de dissolução tecidual, a clorexidina não atua sobre o tecido pulpar. A molécula de clorexidina, por apresentar carga positiva, se liga à dentina e é liberada gradualmente em concentrações terapêuticas por até 90 dias.
Fonte:

- Lenita Wannamacher e Cassiano Kuchenbecker Rosing. Editora Guanabara Koogan Capítulo 34. Página 245, 245, 245, 245.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O uso de antibióticos sistêmicos está indicado em casos de avulsão e reimplante, o que reduz significantemente o risco de eventos reabsortivos. A International Association for Dental Traumatology não indicou prescrição de antibacterianos sistêmicos em casos de fraturas dentais, concussão, subluxação e luxações. Lenita Wannamacher e Cassiano Kuchenbecker Rosing. Editora Guanabara Koogan Capítulo 34, página 248. O uso profilático de antibióticos é contraindicado nos pacientes imunocompetentes sem sinais sistêmicos de infecção. A administração de anestésicos locais de ação prolongada, por bloqueio anestésico, reduz a dor pós-tratamento. Uma combinação de paracetamol-opioide forneceu uma analgesia significantemente maior que o AINE em monoterapia.

Fonte:

- Cohen Caminhos da Polpa 12ª edição. Editora Guanabara Koogan. Louis H. Berman e Kenneth M. Hargreaves. Capítulo 6, página 179, 179,179.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A curvatura da raiz, as raízes adicionais e as anomalias dentro dos próprios canais se tornam mais aparentes quando todos os três planos anatômicos de seção estão disponíveis para revisão, especialmente com a capacidade de estreitar a espessura de corte para pouco, como 0,075mm**.** A reabsorção externa inflamatoria, resultante da necrose pulpar, é radiograficamente caracterizada por escavações cóncavas e ocasionalmente irregulares de baixa densidade, que afetam a superficie da raíz e do osso de suporte. No exame radiográfico, a reabsorção cervical externa está localizada na superfície externa da raiz, mostrando uma parede intacta do canal radicular, enquanto na reabsorção radicular interna é contínua com a parede do canal. A tomografia computadorizada de feixe cônico (TCFC) não deve ser usada rotineiramente para o diagnóstico endodôntico, nem para fins de triagem na ausência de sinais e sintomas clínicos. Os clínicos devem usar a TCFC apenas quando a necessidade de imagem não pode ser atendida por radiografia bidimensional (2D) de dose baixa.

Fonte:

- Cohen Caminhos da Polpa 12ª edição. Editora Guanabara Koogan. Louis H. Berman e Kenneth M. Hargreaves. Capítulo 2, páginas 46, 61, 61. Capítulo 3, página 78

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Atualmente, os materiais biocerâmicos são considerados os agentes de capeamento pulpar de escolha. O MTA tem um alto Ph, semelhante ao do hidróxido de cálcio, quando não alcança a presa, e, após a presa cria uma excelente vedação à prova de bactérias. A principal desvantagem do hidróxido de cálcio é que ele não sela a superfície fraturada. Portanto um material adicional deve ser usado para garantir que as bactérias não contaminem a polpa.

Fonte:

- Cohen Caminhos da Polpa 12ª edição. Editora Guanabara Koogan. Louis H. Berman e Kenneth M. Hargreaves. Capítulo 21, página 797.

Cargo: Dentista - Especialista em Pacientes Especiais

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância” indica:”, a alternativa “A) Termos sintaticamente subordinados.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O alerta das redes chega ao Congresso”, temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, “ao Congresso” exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em “à infância”, a expressão é subordinada ao termo “ameaças”, exemplificando a regência nominal. A alternativa “B) Equivalência quanto à função sintática.” não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância”, o termo “à infância” exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo “ameaças” exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição “a” + o artigo definido “a”, formando “à”. Portanto, “à infância” completa o sentido de “ameaças”, sem exercer ação. A alternativa “D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente.” não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho “Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet.” (1º§), assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “A) O termo destacado em “É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.”, promove sentido equivalente.” foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa “D) Produz o mesmo sentido visto em “Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu ‘pequeno’ império”.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Uma opção de reescrita seria: “[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]”” não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. “Convencer quase 6 milhões de inscritos” sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. “Amealhar quase 6 milhões de inscritos” significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com “convencido” destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela “convenceu” milhões a segui-la. A frase com “amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fontes:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos.

É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa “B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações.” não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida” (1° parágrafo), “explanou, de forma didática e incisiva” (1° parágrafo), “conteúdos que alimentam...” (1° parágrafo), “ecossistema lucrativo...” (1° parágrafo), “ incendiou as redes sociais” (1° parágrafo), “foi bater forte no Congresso” (1° parágrafo), “onde atropelou...” (1° parágrafo), “na onda da escalada...” (2° parágrafo), “a onda de indignação” (3° parágrafo), “fúria legislativa” (3° parágrafo) e “vista grossa” (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: “Vi o homem com o telescópio.”, pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões “colocou o dedo na ferida”, “explanou, de forma didática e incisiva”, “conteúdos que alimentam...”, “ecossistema lucrativo”, “incendiou as redes sociais”, “foi bater forte no Congresso”, “onde atropelou...”, “na onda da escalada”, “a onda de indignação”, “fúria legislativa” e “vista grossa” não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. “Colocou o dedo na ferida” = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. “Explanou, de forma didática e incisiva” Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. “Conteúdos que alimentam...” = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). “Ecossistema lucrativo” = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. “Incendiou as redes sociais” = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. “Foi bater forte no Congresso” = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. “Onde atropelou...” = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. “Na onda da escalada” = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. “A onda de indignação” = Metáfora Movimento coletivo de revolta. “Fúria legislativa” = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. “Vista grossa” = Expressão idiomática. A alternativa “D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto.” não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju:
- 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.

- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão " O título atribuído ao texto se relaciona à(ao): I. Tema desenvolvido no texto. II. Posicionamento de entidade pública. III. Possível compreensão de posicionamento do enunciador. IV. Ocorrência de fato de importante repercussão. Está correto o que se afirma em", a alternativa "C) I, III e IV, apenas." foi adequadamente indicada como correta. Tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. O item "II. Posicionamento de entidade pública." é incorreto. O sujeito do enunciado é: "O alerta das redes", ou seja, o agente da ação ("chega ao Congresso") e não uma instituição oficial. O verbo "chega" indica movimento simbólico: o debate que começou nas redes passa a alcançar o Congresso. O Congresso aparece como destinatário da ação, não como agente: Ele recebe o alerta, é o local onde o debate chega. Portanto, o Congresso não se manifesta, não toma posição, nem emite opinião. Não há, portanto, posição institucional expressa por nenhuma entidade pública. O título tem um caráter informativo e avaliativo, típico de manchetes jornalísticas: "O alerta das redes chega ao Congresso" informa que o tema saiu do ambiente digital e alcançou a esfera política. "O urgente debate sobre ameaças digitais à infância" introduz o tema da pauta, reforçando sua relevância e urgência (avaliação do jornalista, não de uma entidade pública). Portanto, o enunciado apenas relata que uma discussão das redes sociais ganhou visibilidade política, sem revelar posição de nenhuma entidade pública.

Fonte:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ática, 2008.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Após avaliação rigorosa do conteúdo normativo, da literatura de referência e dos documentos oficiais, a banca examinadora reafirma seu entendimento e manteve o gabarito em letra B.
O conceito de DSS, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) e pela Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS, Brasil, 2008), abrange um amplo conjunto de fatores que influenciam o estado de saúde e o bem-estar das populações. Essa definição inclui condições sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais, psicológicas e comportamentais — abrangendo indicadores como renda, nível de escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, fatores ambientais, além de comportamentos ligados à alimentação, atividade física e uso de serviços de saúde e vacinação.

A alternativa B, ao citar influências como renda, escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, além de gênero e etnia, alinhando-se às referências oficiais, contempla fatores diretamente relacionados à estrutura social e econômica que moldam a saúde da população, como destacado nos documentos do Ministério da Saúde e da OMS. A alternativa A, embora também reconheça fatores ambientais, educação, alimentação, trabalho, atividade física e vacinação, apresenta-se de modo mais abrangente, porém, ela não captura toda a dimensão dos determinantes sociais estruturais, aspectos que os principais documentos reconhecem como essenciais na compreensão do tema.
Assim, a decisão da banca de manter o gabarito na letra B baseia-se na reputação das referências oficiais, que atribuem primordialidade aos determinantes econômicos e sociais, e na interpretação do conteúdo programático como prioridade, especialmente pelos critérios de objetividade e alinhamento às fontes protocoladas.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Portaria N° 599 de 23 de março de 2006. Dispor dos equipamentos e dos recursos mínimos exigidos nesta portaria que estejam exclusivamente a serviço do SUS e dos serviços mínimos exigidos nesta portaria. O gestor municipal ou estadual interessado em implantar CEO ou em credenciar algum estabelecimento de saúde deverá apresentar sua proposta à Comissão intergestores Bipartite (CIB) do respectivo Estado, indicando se o pleito é para o CEO Tipo 1, CEO tipo 2 ou CEO tipo 3. Somente as Unidades de Saúde de natureza jurídica pública, universidades de qualquer natureza jurídica, consórcios públicos de saúde de qualquer natureza jurídica e serviços sociais autônomos poderão credenciar-se como CEOs. O gestor municipal ou estadual interessado em implantar CEO ou em credenciar algum estabelecimento de saúde deverá apresentar sua proposta à Comissão intergestores Bipartite (CIB) do respectivo Estado, indicando se o pleito é para o CEO Tipo 1, CEO tipo 2 ou CEO tipo 3.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Os compósitos fotopolimerizáveis devem ser colocados de forma incremental quando o volume exceder aproximadamente de 2 a 3mm devido à profundidade limitada de penetração da luz. As resinas de fotopolimerização dual apresentam a desvantagem, em relação às resinas de fotopolimerização exclusiva, de maior porosidade profundidade de polimerização. Compósitos *bulk-fill* possuem profundidade de polimerização aumentada. As resinas duais apresentam menor estabilidade de cor, quando comparadas as resinas de fotopolimerização exclusiva, como resultado dos aceleradores de aminas aromáticas.

Fonte:

- Materiais Dentários Phillips. Shen Chiayi, Raws H. Ralph e Esquivel-Upshaw. Editora Guanabara Koogan. 130 edição.Capítulo 5, páginas 96, 98,104,88.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Para prevenir a quebra da agulha durante o bloqueio do nervo alveolar inferior não se deve usar agulhas de calibre 30 em pacientes adultos e crianças. Em casos em que o nervo lingual está envolvido pela parestesia, o sentido do paladar, via nervo da corda do tímpano, também pode ser prejudicado. Se houver hematoma durante a administração de anestésico local não se deve aplicar calor na área por pelo menos 4 a 6 horas após o incidente. O calor produz vasodilatação, o que pode aumentar ainda mais o tamanho do hematoma, se aplicado muito cedo.

Fontes:

- Manual de Anestesia Local. Autor Stanley F. Malamed. Editora Guanabara Koogan 2021. Capítulo 17, páginas 276, 279, 286. Patologia Oral e Maxilofacial. 5a edição. Editora Elsevier. Brad W. Neville, Douglas D. Damm, Carl M. Allen, Angela C. Chi. Capítulo 11, página 466.
- A sialometaplasia necrosante pode ser ocasionada pelo uso indevido de anestesia no palato.
- Patologia Oral & Maxilofacial. 5a edição Brad Neville; Douglas Damm, Carl Allen e Angela Chi. Guanabara Koogan

Cargo: Dentista - Implantodontista

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância" indica:", a alternativa "A) Termos sintaticamente subordinados." foi adequadamente indicada como correta. Em "O alerta das redes chega ao Congresso", temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, "ao Congresso" exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em "à infância", a expressão é subordinada ao termo "ameaças", exemplificando a regência nominal. A alternativa "B) Equivalência quanto à função sintática." não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância", o termo "à infância" exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo "ameaças" exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição "a" + o artigo definido "a", formando "à". Portanto, "à infância" completa o sentido de "ameaças", sem exercer ação. A alternativa "D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente." não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.
Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho “Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet.” (1º§), assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “A) O termo destacado em “É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.”, promove sentido equivalente.” foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa “D) Produz o mesmo sentido visto em “Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu ‘pequeno’ império”.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Uma opção de reescrita seria: “[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]”” não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. “Convencer quase 6 milhões de inscritos” sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. “Amealhar quase 6 milhões de inscritos” significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com “convencido” destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela “convenceu” milhões a segui-la. A frase com “amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fontes:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “É possível identificar, entre os fragmentos destacados a seguir, trecho de caráter subjetivo, diferentemente dos demais, indicado em:”, a alternativa “A) “[...] a partir do vídeo de Felca denunciando o problema resultou em uma fúria legislativa sem precedentes.” (3º§)”” foi adequadamente indicada como correta. O trecho tem caráter subjetivo porque traz uma avaliação pessoal e um juízo de valor sobre o fato narrado. O termo “fúria legislativa” apresenta conotação emocional e crítica, sugerindo que os legisladores reagiram de forma exagerada, impulsiva ou desmedida; e não apenas que “aprovaram muitos projetos” ou “iniciaram um debate intenso”. A frase não se limita a informar um fato, mas também interpreta o comportamento dos agentes políticos, atribuindo reprovação. O trecho é subjetivo porque o autor expressa uma opinião ao empregar uma linguagem figurada (“fúria legislativa”), em vez de apenas relatar os fatos de forma neutra. A alternativa “C) “A ONG

SaferNet, que há tempos monitora a questão, recebeu 1.651 novos relatos em apenas uma semana, [...]" (2º§)" não pode ser considerada correta. O trecho não tem caráter subjetivo porque apresenta dados e informações verificáveis, sem emitir opiniões, julgamentos ou emoções. O enunciado comunica um fato concreto, a quantidade de relatos recebidos pela ONG, sem recorrer a adjetivos avaliativos ou metáforas. A informação "1.651 novos relatos em apenas uma semana" é quantitativa, o que reforça o caráter objetivo e impessoal da frase. O autor não expressa juízo de valor sobre o número de relatos nem sobre a atuação da ONG; apenas relata o acontecimento sendo a função do trecho informar o leitor sobre um fato, não convencê-lo de um ponto de vista. Assim, o trecho é objetivo, pois comunica um dado factual e verificável, sem uso de termos avaliativos, figurativos ou expressivos que indiquem a subjetividade do autor. A alternativa "D) "[...] a norma se restringe aos casos flagrantemente ilegais e não abrange práticas mais subjetivas, como a 'adultização' [...]" (4º§)" não pode ser indicada como correta. O trecho apresenta uma análise descritiva e informativa sobre o alcance da norma, sem expressar opinião pessoal ou julgamento de valor do autor. O autor usa termos próprios do discurso jurídico e analítico ("norma", "casos flagrantemente ilegais", "abrange práticas"), o que mostra intenção de explicar um fato normativo, não de avaliá-lo. O trecho informa os limites de aplicação da norma, o que ela cobre e o que não cobre, de forma descritiva e objetiva. Embora mencione o termo "subjetivas", o autor o utiliza no sentido técnico (isto é, "de interpretação pessoal"), não como forma de julgar a norma ou criticar seu conteúdo. Não há adjetivos opinativos, metáforas nem expressões de emoção. O trecho é objetivo porque descreve limites e características de uma norma jurídica, sem expressar juízo de valor. A linguagem é informativa e técnica, não opinativa.

Fonte:

- FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Pode-se afirmar que o período "Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção." (1º§):", a alternativa "D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior." foi adequadamente indicada como correta. Em "O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção." é possível confirmar a informação da alternativa "D". O conector adversativo "mas" indica oposição ou contraste em relação à ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com "Mas nada se compara…", o enunciador introduz um fato novo ("o que ocorreu no último dia 6"); e realça sua importância e impacto ("em termos de alcance e repercussão"). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa "A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior." não pode ser indicada como correta. O conector "mas" é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, "mas" é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto, esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que "mas" pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) "Ele é rico, mas infeliz." Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): "Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas."

A segunda ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta

que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: “Mas nada se compara...” introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O “mas” funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: “Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.”, isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho “demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior” porque o “mas” não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante é de ênfase e destaque, não de oposição. “Mas nada se compara...” não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa “C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para a afirmativa anterior.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior.” não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa “B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações.” não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida” (1° parágrafo), “explanou, de forma didática e incisiva” (1° parágrafo), “conteúdos que alimentam...” (1° parágrafo), “ecossistema lucrativo...” (1° parágrafo), “ incendiou as redes sociais” (1° parágrafo), “foi bater forte no Congresso” (1° parágrafo), “onde atropelou...” (1° parágrafo), “na onda da escalada...” (2° parágrafo), “a onda de indignação” (3° parágrafo), “fúria legislativa” (3° parágrafo) e “vista grossa” (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada

de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: “Vi o homem com o telescópio.”, pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões “colocou o dedo na ferida”, “explanou, de forma didática e incisiva”, “conteúdos que alimentam...”, “ecossistema lucrativo”, “incendiou as redes sociais”, “foi bater forte no Congresso”, “onde atropelou...”, “na onda da escalada”, “a onda de indignação”, “fúria legislativa” e “vista grossa” não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. “Colocou o dedo na ferida” = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. “Explanou, de forma didática e incisiva” Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. “Conteúdos que alimentam...” = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). “Ecossistema lucrativo” = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. “Incendiou as redes sociais” = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. “Foi bater forte no Congresso” = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. “Onde atropelou...” = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. “Na onda da escalada” = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. “A onda de indignação” = Metáfora Movimento coletivo de revolta. “Fúria legislativa” = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. “Vista grossa” = Expressão idiomática. A alternativa “D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto.” não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju:
- 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão " O título atribuído ao texto se relaciona à(ao): I. Tema desenvolvido no texto. II. Posicionamento de entidade pública. III. Possível compreensão de posicionamento do enunciador. IV. Ocorrência de fato de importante repercussão. Está correto o que se afirma em", a alternativa "C) I, III e IV, apenas." foi adequadamente indicada como correta. Tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. O item "II. Posicionamento de entidade pública." é incorreto. O sujeito do enunciado é: "O alerta das redes", ou seja, o agente da ação ("chega ao Congresso") e não uma instituição oficial. O verbo "chega" indica movimento simbólico: o debate que começou nas redes passa a alcançar o Congresso. O Congresso aparece como destinatário da ação, não como agente: Ele recebe o alerta, é o local onde o debate chega. Portanto, o Congresso não se manifesta, não toma posição, nem emite opinião. Não há, portanto, posição institucional expressa por nenhuma entidade pública. O título tem um caráter informativo e avaliativo, típico de manchetes jornalísticas: "O alerta das redes chega ao Congresso" informa que o tema saiu do ambiente digital e alcançou a esfera política. "O urgente debate sobre ameaças digitais à infância" introduz o tema da pauta, reforçando sua relevância e urgência (avaliação do jornalista, não de uma entidade pública). Portanto, o enunciado apenas relata que uma discussão das redes sociais ganhou visibilidade política, sem revelar posição de nenhuma entidade pública.

Fonte:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ática, 2008.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Embora a ação de ampliar o horário de funcionamento das UBS e integrar serviços de saúde mental à Atenção Primária possa, de fato, estar relacionada à diretriz da Descentralização, conforme bem demonstrado no recurso, a banca considera que a Integralidade da assistência é o princípio do SUS que mais diretamente se relaciona à medida proposta.
A integralidade da assistência, conforme preconizada na Lei nº 8.080/90, pressupõe a oferta de um cuidado abrangente e contínuo aos usuários do SUS, considerando todas as suas necessidades de saúde, em todos os níveis de atenção. A ampliação do horário de funcionamento das UBS e a integração de serviços de saúde mental à Atenção Primária visam justamente ampliar o acesso da população a serviços de saúde mais próximos de suas necessidades, oferecendo um cuidado mais completo e coordenado.
O fato de a medida ser implementada em nível municipal, com autonomia para adaptação às necessidades locais, não invalida a sua relação intrínseca com a integralidade da assistência. A descentralização é um meio para alcançar a integralidade, permitindo que os municípios planejem e executem ações de saúde que atendam às particularidades de suas populações.
Ademais, a integração dos serviços de saúde mental à Atenção Primária representa um avanço na garantia do cuidado integral à saúde, uma vez que reconhece a importância da saúde mental como parte integrante da saúde geral dos indivíduos. Essa integração permite que os usuários do SUS tenham acesso a serviços de saúde mental mais próximos de suas casas e de suas comunidades, facilitando o acesso ao tratamento e promovendo a reabilitação.

Em resumo, a banca entende que, embora a Descentralização seja uma diretriz fundamental do SUS e possa estar relacionada à medida descrita na questão, a Integralidade da assistência é o princípio que mais diretamente se relaciona à ação proposta, justificando a manutenção do gabarito oficial na alternativa C.

Fonte:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.
- BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2017.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A alternativa considerada correta no gabarito oficial não afirma que o distrito sanitário se limita à APS, nem que o SISAB tem finalidade de arrecadação. A alternativa correta aborda aspectos relacionados à organização e gestão do distrito sanitário em consonância com as diretrizes do SUS, sem incorrer em imprecisões ou contradições com a legislação vigente.
A Lei nº 8.080/1990 define o distrito sanitário como um espaço geográfico de planejamento e gestão em saúde, onde se busca a integração das ações e serviços de saúde para atender às necessidades da população. Essa definição não exclui a APS, mas também não a limita, reconhecendo a importância da articulação entre os diferentes níveis de atenção.
Da mesma forma, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) de 2017 e o SISAB são instrumentos importantes para a organização e o funcionamento da APS, mas não se restringem a ela. O SISAB é utilizado para coletar e analisar dados da APS, com o objetivo de monitorar e avaliar o desempenho das equipes de saúde e subsidiar o planejamento e a gestão do SUS, em todos os seus níveis.
Portanto, a banca entende que a questão, em sua formulação original, não apresenta vícios que justifiquem a sua anulação. A alternativa considerada correta no gabarito oficial está em consonância com a legislação do SUS e aborda aspectos relevantes para a compreensão da organização e gestão do sistema de saúde.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 31 dez. 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. O que é Controle Social em Saúde? Brasília: Ministério da Saúde, 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão, em sua formulação original, não apresenta tais restrições ou atribuições equivocadas. A alternativa considerada correta no gabarito oficial não afirma que o distrito sanitário se limita à APS, nem que o SISAB tem finalidade de arrecadação. A alternativa correta aborda aspectos relacionados à organização e gestão do distrito sanitário em consonância com as diretrizes do SUS, sem incorrer em imprecisões ou contradições com a legislação vigente.

A Lei nº 8.080/1990 define o distrito sanitário como um espaço geográfico de planejamento e gestão em saúde, onde se busca a integração das ações e serviços de saúde para atender às necessidades da população. Essa definição não exclui a APS, mas também não a limita, reconhecendo a importância da articulação entre os diferentes níveis de atenção.
Da mesma forma, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) de 2017 e o SISAB são instrumentos importantes para a organização e o funcionamento da APS, mas não se restringem a ela. O SISAB é utilizado para coletar e analisar dados da APS, com o objetivo de monitorar e avaliar o desempenho das equipes de saúde e subsidiar o planejamento e a gestão do SUS, em todos os seus níveis.
Portanto, a banca entende que a questão, em sua formulação original, não apresenta vícios que justifiquem a sua anulação. A alternativa considerada correta no gabarito oficial está em consonância com a legislação do SUS e aborda aspectos relevantes para a compreensão da organização e gestão do sistema de saúde.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.
- Diário Oficial da União, Brasília, 31 dez. 1990.
  Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm
- BRASIL. Ministério da Saúde. O que é Controle Social em Saúde? Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/o-que-e-controle-social-na-saude.pdf/view
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_2017.pdf.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Regulação Assistencial e Controle. Curso I : Regulação de Sistemas de Saúde do SUS : módulo 1 : Política Nacional de Regulação do SUS [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, Departamento de Regulação Assistencial e Controle. – 1. ed. rev. –Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 30 p. : il.Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/modulo1_politica_nacional_regulacao_sus.pdf

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Após revisão detalhada do conteúdo normativo, das referências oficiais e dos documentos do Ministério da Saúde, a banca confirma a sua decisão original de manter a alternativa D como correta.
Conforme a Portaria GM/MS nº 399/2006, os três pactos (Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS e Pacto de Gestão) possuem suas definições específicas, que orientam as ações estratégicas do sistema de saúde. A alternativa D caracteriza de forma mais precisa o Pacto de Gestão, ao estabelecer responsabilidades e critérios de gestão compartilhada entre as esferas de governo, buscando racionalizar recursos, evitar duplicidades e fortalecer a coordenação do sistema.
No que tange aos demais pactos, a alternativa D também reflete corretamente o objetivo de reafirmar princípios fundamentais do SUS (universalidade, integralidade e equidade) e de estabelecer metas de enfrentamento às prioridades de saúde da população.
A questão, portanto, foi elaborada para avaliar conhecimentos e interpretações acerca desses instrumentos de gestão, e a resposta adotada encontra respaldo na legislação e na documentação oficial publicada pelo Ministério da Saúde.
Assim, a banca reafirma sua decisão de manter a alternativa D como a resposta correta, visando assegurar a validade do certame e a coerência com as orientações normativas.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do referido pacto. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 fev. 2006.
- Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 76 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Após avaliação rigorosa do conteúdo normativo, da literatura de referência e dos documentos oficiais, a banca examinadora reafirma seu entendimento e manteve o gabarito em letra B.
O conceito de DSS, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) e pela Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS, Brasil, 2008), abrange um amplo conjunto de fatores que influenciam o estado de saúde e o bem-estar das populações. Essa definição inclui condições sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais, psicológicas e comportamentais — abrangendo indicadores como renda, nível de escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, fatores ambientais, além de comportamentos ligados à alimentação, atividade física e uso de serviços de saúde e vacinação.
A alternativa B, ao citar influências como renda, escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, além de gênero e etnia, alinhando-se às referências oficiais, contempla fatores diretamente relacionados à estrutura social e econômica que moldam a saúde da população, como destacado nos documentos do Ministério da Saúde e da OMS.
A alternativa A, embora também reconheça fatores ambientais, educação, alimentação, trabalho, atividade física e vacinação, apresenta-se de modo mais abrangente, porém, ela não captura toda a dimensão dos determinantes sociais estruturais, aspectos que os principais documentos reconhecem como essenciais na compreensão do tema.
Assim, a decisão da banca de manter o gabarito na letra B baseia-se na reputação das referências oficiais, que atribuem primordialidade aos determinantes econômicos e sociais, e na interpretação do conteúdo programático como prioridade, especialmente pelos critérios de objetividade e alinhamento às fontes protocoladas.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O mixoma odontogénico produz imagem radiolícida com septos intra-ósseos em ángulos retos paralelos entre si, lembrando raquete de tênis. Fundamentos de Odontologia.

Fonte:

- Radiologia Odontológica e Imaginologia. 3a edição Marlene Fenyo-Pereira e Oswaldo Crivello Junior. Editora Santos. Capítulo 23, página 215.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Portaria N° 599 de 23 de março de 2006. Dispor dos equipamentos e dos recursos mínimos exigidos nesta portaria que estejam exclusivamente a serviço do SUS e dos serviços mínimos exigidos nesta portaria. O gestor municipal ou estadual interessado em implantar CEO ou em credenciar algum estabelecimento de saúde deverá apresentar sua

proposta à Comissão intergestores Bipartite (CIB) do respectivo Estado, indicando se o pleito é para o CEO Tipo 1, CEO tipo 2 ou CEO tipo 3. Somente as Unidades de Saúde de natureza jurídica pública, universidades de qualquer natureza jurídica, consórcios públicos de saúde de qualquer natureza jurídica e serviços sociais autônomos poderão credenciar-se como CEOs. O gestor municipal ou estadual interessado em implantar CEO ou em credenciar algum estabelecimento de saúde deverá apresentar sua proposta à Comissão intergestores Bipartite (CIB) do respectivo Estado, indicando se o pleito é para o CEO Tipo 1, CEO tipo 2 ou CEO tipo 3.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Os compósitos fotopolimerizáveis devem ser colocados de forma incremental quando o volume exceder aproximadamente de 2 a 3mm devido à profundidade limitada de penetração da luz. As resinas de fotopolimerização dual apresentam a desvantagem, em relação às resinas de fotopolimerização exclusiva, de maior porosidade profundidade de polimerização. Compósitos *bulk-fill* possuem profundidade de polimerização aumentada. As resinas duais apresentam menor estabilidade de cor, quando comparadas as resinas de fotopolimerização exclusiva, como resultado dos aceleradores de aminas aromáticas.

Fonte:

- Materiais Dentários Phillips. Shen Chiayi, Raws H. Ralph e Esquivel-Upshaw. Editora Guanabara Koogan. 130 edição.Capítulo 5, páginas 96, 98,104,88.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Para prevenir a quebra da agulha durante o bloqueio do nervo alveolar inferior não se deve usar agulhas de calibre 30 em pacientes adultos e crianças. Em casos em que o nervo lingual está envolvido pela parestesia, o sentido do paladar, via nervo da corda do tímpano, também pode ser prejudicado. Se houver hematoma durante a administração de anestésico local não se deve aplicar calor na área por pelo menos 4 a 6 horas após o incidente. O calor produz vasodilatação, o que pode aumentar ainda mais o tamanho do hematoma, se aplicado muito cedo.

Fontes:

- Manual de Anestesia Local. Autor Stanley F. Malamed. Editora Guanabara Koogan 2021. Capítulo 17, páginas 276, 279, 286. Patologia Oral e Maxilofacial. 5a edição. Editora Elsevier. Brad W. Neville, Douglas D. Damm, Carl M. Allen, Angela C. Chi. Capítulo 11, página 466.
- A sialometaplasia necrosante pode ser ocasionada pelo uso indevido de anestesia no palato.
- Patologia Oral & Maxilofacial. 5a edição Brad Neville; Douglas Damm, Carl Allen e Angela Chi. Guanabara Koogan

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O anestésico local que apresenta maior ação vasodilatadora é a bupivacaína.

Fonte:

- Manual de Anestesia Local. Autor Stanley F. Malamed. Editora Guanabara Koogan 2021. Capítulo Capítulo 2, Página 24.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A invasão do implante do canal do nervo alveolar inferior pode resultar em disestesia, alteração em que o paciente sente dor e desconforto. Capítulo 14, página 266. Em indivíduos saudáveis, o valor de referencia da relação normalizada internacional é de 0,8 a 1. Terapêutica Medicamentosa em Odontologia- Fundamentos e aplicabilidade. Lenita Wannamacher e Cassiano Kuchenbecker Rosing. Editora Guanabara Koogan capítulo 37, página 277. A profilaxia antibiótica não é importante para a prevenção de infecção pós-operatória de colocação de implantes.

Fonte:

- Lenita Wannamacher e Cassiano Kuchenbecker Rosing. Editora Guanabara Koogan Capítulo 36, página 271. Dados atuais não indicam a necessidade de suspensão do uso de antiplaquetários. Lenita Wannamacher e Cassiano Kuchenbecker Rosing. Editora Guanabara Koogan Capítulo 37, página 277.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A) A falta de um ligamento periodontal e a incapacidade dos implantes de se movimentarem contraindicam sua utilização em indivíduos em crescimento. Se colocados antes da conclusão do crescimento, os implantes podem ocasionar desarmonias oclusais;
B) A ausência do ligamento periodontal ao redor do implante reduz a sensibilidade tátil da área e a função reflexa em razão da falta do ligamento periodontal;
C) A ausência do ligamento periodontal ao redor do implante resulta em nenhuma conexão resiliente entre o implante e o osso de suporte, os implantes não podem intruir ou migrar para compensar a presença de um contato oclusal prematuro;
D) A sobrecarga oclusal em implantes podem causar microtrincas e microfraturas no osso e resultar em perda óssea e na formação de um tecido inflamatório fibroso na interface do implante.

Fonte:

- Periodontia Clínica**.** Newman e Carranza 13°ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2020. página 782.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Uma perda óssea marginal de 1,2mm durante o primeiro ano do implante, seguida de perda de 0,1mm por ano posteriormente é esperado dentro da normalidade.

Fonte:

- Newman e Carranza. Periodontia Clínica. 13°ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2020. página 808.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O artigo 23 do Código de Ética Odontológico (2012) em artigo 23 dispõe que: "o especialista, atendendo a paciente encaminhado por cirurgião-dentista, atuará somente na área de sua especialidade requisitada". De forma

complementar o parágrafo único desse artigo é claro que ao afirmar que: "após o atendimento, o paciente será, com os informes pertinentes, restituído ao cirurgião-dentista que o encaminhou". De forma contrária aos argumentos apresentados nesse recurso o artigo 8 do Código de Ética em questão não faz nenhuma menção a consentimento informado por parte do paciente. Sendo assim, essa banca decide pela improcedência do recurso.

Fonte:

- Conselho Federal de Odontologia. Código de Ética Odontológico, 2012.

Cargo: Dentista - Odontopediatra

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância” indica:”, a alternativa “A) Termos sintaticamente subordinados.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O alerta das redes chega ao Congresso”, temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, “ao Congresso” exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em “à infância”, a expressão é subordinada ao termo “ameaças”, exemplificando a regência nominal. A alternativa “B) Equivalência quanto à função sintática.” não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância”, o termo “à infância” exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo “ameaças” exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição “a” + o artigo definido “a”, formando “à”. Portanto, “à infância” completa o sentido de “ameaças”, sem exercer ação. A alternativa “D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente.” não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho “Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em

seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet.” (1º§), assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “A) O termo destacado em “É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.”, promove sentido equivalente.” foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa “D) Produz o mesmo sentido visto em “Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu ‘pequeno’ império”.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Uma opção de reescrita seria: “[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]”” não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. “Convencer quase 6 milhões de inscritos” sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. “Amealhar quase 6 milhões de inscritos” significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com “convencido” destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela “convenceu” milhões a segui-la. A frase com “amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fontes:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa “B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações.” não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar

mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida" (1° parágrafo), "explanou, de forma didática e incisiva" (1° parágrafo), "conteúdos que alimentam..." (1° parágrafo), "ecossistema lucrativo..." (1° parágrafo), " incendiou as redes sociais" (1° parágrafo), "foi bater forte no Congresso" (1° parágrafo), "onde atropelou..." (1° parágrafo), "na onda da escalada..." (2° parágrafo), "a onda de indignação" (3° parágrafo), "fúria legislativa" (3° parágrafo) e "vista grossa" (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: "Vi o homem com o telescópio.", pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões "colocou o dedo na ferida", "explanou, de forma didática e incisiva", "conteúdos que alimentam...", "ecossistema lucrativo", "incendiou as redes sociais", "foi bater forte no Congresso", "onde atropelou...", "na onda da escalada", "a onda de indignação", "fúria legislativa" e "vista grossa" não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. "Colocou o dedo na ferida" = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. "Explanou, de forma didática e incisiva" Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. "Conteúdos que alimentam..." = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). "Ecossistema lucrativo" = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. "Incendiou as redes sociais" = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. "Foi bater forte no Congresso" = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. "Onde atropelou..." = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. "Na onda da escalada" = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. "A onda de indignação" = Metáfora Movimento coletivo de revolta. "Fúria legislativa" = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. "Vista grossa" = Expressão idiomática. A alternativa "D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto." não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju:
- 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando as estruturas linguísticas destacadas a seguir, assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “**B)** Em “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, [...]” (1º§), o termo destacado se deve à exigência de “compara”.”, foi adequadamente considerada correta. O termo “a” (“ao”) em “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6” se deve, gramaticalmente, à regência verbal do verbo comparar-se. O verbo comparar, quando usado na forma pronominal (comparar-se), exige preposição “a” para introduzir o termo de comparação: comparar-se + a + termo comparado. Na frase: “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6” temos: Verbo: compara; Pronome reflexivo: se; Complemento verbal: ao que ocorreu no último dia 6. O “a” vem da regência do verbo (compara-se a algo). O “o” é o artigo definido que antecede “que ocorreu...”. A fusão de a + o forma a contração “ao”. O termo “a (ao)” é exigido pela regência do verbo “comparar-se”, que pede complemento preposicionado com “a”. Portanto, a forma correta é “compara-se a algo”, e não “compara-se algo”. A alternativa “**C)** Em “[...] mobilizou gente da esquerda à direita e foi bater forte no Congresso, [...]” (1º§), o termo destacado demonstra obrigatoriedade de crase considerando-se o termo regente “esquerda”.” não pode ser indicada como correta. A expressão “da esquerda à direita” é uma locução adverbial feminina de lugar. Usa-se crase nas locuções adverbiais femininas (de tempo, lugar ou modo) iniciadas por “a”. Exemplos: à tarde, à noite, à esquerda, à direita, às pressas, à distância. Portanto, o “à” é usado porque se trata de uma locução adverbial feminina de lugar, formada por substantivos femininos precedidos de artigo “a”. O termo “esquerda” não exige preposição “a” — o que confirma que a crase não decorre da regência, mas da formação da locução adverbial. A alternativa “**D)** Em “[...] mostrando como o vídeo serviu para reforçar junto à sociedade [...]” (2º§), o termo destacado poderia ser substituído por “a”, demonstrando ser facultativo o emprego do acento nesse caso.” não pode ser indicada como correta. O uso de “à” em “junto à sociedade” é obrigatório, pois decorre da regência de “junto”, que exige preposição “a”. A fusão da preposição com o artigo definido “a” do substantivo “sociedade” gera o acento grave indicativo de crase.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O atendimento especializado ambulatorial, como o de ortopedia, integra a atenção secundária e é regulado pelo sistema de referência e contrarreferência, portanto a resposta correta permanece letra C.
A UBS faz parte da atenção primária, porta de entrada preferencial do SUS.O atendimento ambulatorial especializado (ortopedia) é atenção secundária, acessado por referência da atenção primária e regulado. Visita domiciliar é ação da atenção primária, não terciária. Encaminhamentos seguem fluxos e protocolos de regulação, não são diretos para alta complexidade sem avaliação prévia.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 31 dez. 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. O que é Controle Social em Saúde? Brasília: Ministério da Saúde, 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Regulação Assistencial e Controle. Curso I : Regulação de Sistemas de Saúde do SUS : módulo 1 : Política Nacional de Regulação do SUS [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, Departamento de Regulação Assistencial e Controle. – 1. ed. rev. –Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 30 p. : il.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A alternativa correta é:
D) Reúne e representa os gestores estaduais e do Distrito Federal, atuando como fórum permanente de articulação, formulação e disseminação de políticas de saúde no SUS.
Essa descrição está de acordo com as atribuições do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), que tem como objetivo principal representar e fortalecer a gestão estadual no SUS, atuando como fórum de articulação, formulação e disseminação de políticas de saúde.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.
- BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2017.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Embora o enunciado da questão 13 descreva diretrizes do SUS estabelecidas na Lei nº 8.080/1990, incluindo universalidade, equidade e integralidade, e cite a intenção da secretaria de saúde municipal de ampliar o horário de atendimento em UBS e implantar serviços de saúde mental na Atenção Primária, a alternativa C (Integralidade da assistência) é a mais diretamente relacionada à medida proposta. A integralidade da assistência, conforme definido pelo SUS, implica em uma visão abrangente do indivíduo e de suas necessidades de saúde, buscando oferecer um cuidado contínuo e articulado em todos os níveis de atenção.
A ampliação do horário de atendimento das UBS e a integração de serviços de saúde mental na Atenção Primária visam, justamente, ampliar o acesso da população a serviços de saúde mais próximos de suas necessidades, oferecendo um cuidado mais completo e abrangente. Embora nem todas as ações e serviços de saúde mental necessariamente abranjam desde a prevenção até a reabilitação em sua totalidade, a *intenção* de integrar esses serviços à Atenção Primária é promover um cuidado mais integral, que considere as necessidades de saúde mental da população em todas as fases do ciclo de vida e em todos os níveis de complexidade.
Ainda que a descentralização político-administrativa (alternativa A) seja uma diretriz importante do SUS, a medida descrita no enunciado não se refere à transferência da gestão das UBS, mas sim à ampliação do horário de funcionamento e à integração de serviços. Portanto, a integralidade da assistência é o conceito mais diretamente relacionado à ação proposta pela secretaria de saúde municipal. A integralidade busca garantir que o usuário receba um cuidado que considere todas as suas necessidades, incluindo a saúde mental, e que esse cuidado seja oferecido de forma contínua e articulada. Ao integrar a saúde mental na atenção primária, o município busca oferecer um cuidado mais completo e integral à população.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 31 dez. 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. O que é Controle Social em Saúde? Brasília: Ministério da Saúde, 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Regulação Assistencial e Controle. Curso I : Regulação de Sistemas de Saúde do SUS : módulo 1 : Política Nacional de Regulação do SUS [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, Departamento de Regulação Assistencial e Controle. – 1. ed. rev. –Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 30 p. : il. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/modulo1_politica_nacional_regulacao_sus.pdf

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
As ações 1, 2 e 4 compreendem estratégias de controle de fatores ambientais e comportamentais que evitam a proliferação do agente (roedores) e reduzem o contato da população com áreas de risco, sendo medidas efetivas e recomendadas pelo Ministério da Saúde para o controle da leptospirose.
A ação 3, que consiste na distribuição de antimicrobianos para toda a população, não é uma estratégia recomendada, pois o tratamento preventivo com antibióticos generalizados não é indicado para leptospirose. Além disso, a ação 5, que sugere suspender a busca ativa de casos, contraria as recomendações de vigilância epidemiológica, que preconizam o monitoramento contínuo para controle eficaz.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Ações Estratégicas de Epidemiologia e Vigilância em Saúde e Ambiente. Guia de vigilância em saúde : volume 1 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de Ações Estratégicas de Epidemiologia e Vigilância em Saúde e Ambiente. – 6. ed. rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2024. 3 v. : il.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O Pacto de Gestão do SUS, estabelecido pela Portaria nº 399/2006, define as principais diretrizes para fortalecer a gestão do sistema. Seus objetivos incluem a descentralização, permitindo maior autonomia aos níveis de gestão, a regionalização, que organiza o sistema de saúde de forma a garantir acesso equitativo, o financiamento adequado, o planejamento participativo, o controle social como mecanismo de participação da sociedade na gestão, e a gestão do trabalho voltada para a melhoria contínua dos processos de trabalho no SUS.
Essa combinação de objetivos visa promover uma gestão mais eficiente, participativa e articulada do SUS, fortalecendo o sistema de saúde em todas as suas dimensões.

Fonte:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.
- BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2017.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A alternativa considerada correta no gabarito oficial não afirma que o distrito sanitário se limita à APS, nem que o SISAB tem finalidade de arrecadação. A alternativa correta aborda aspectos relacionados à organização e gestão do distrito sanitário em consonância com as diretrizes do SUS, sem incorrer em imprecisões ou contradições com a legislação vigente.
A Lei nº 8.080/1990 define o distrito sanitário como um espaço geográfico de planejamento e gestão em saúde, onde se busca a integração das ações e serviços de saúde para atender às necessidades da população. Essa definição não exclui a APS, mas também não a limita, reconhecendo a importância da articulação entre os diferentes níveis de atenção.
Da mesma forma, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) de 2017 e o SISAB são instrumentos importantes para a organização e o funcionamento da APS, mas não se restringem a ela. O SISAB é utilizado para coletar e analisar dados da APS, com o objetivo de monitorar e avaliar o desempenho das equipes de saúde e subsidiar o planejamento e a gestão do SUS, em todos os seus níveis.
Portanto, a banca entende que a questão, em sua formulação original, não apresenta vícios que justifiquem a sua anulação. A alternativa considerada correta no gabarito oficial está em consonância com a legislação do SUS e aborda aspectos relevantes para a compreensão da organização e gestão do sistema de saúde.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 31 dez. 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. O que é Controle Social em Saúde? Brasília: Ministério da Saúde, 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Regulação Assistencial e Controle. Curso I : Regulação de Sistemas de Saúde do SUS : módulo 1 : Política Nacional de Regulação do SUS [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, Departamento de Regulação Assistencial e Controle. – 1. ed. rev. –Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 30 p. : il.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A abordagem integral e contínua das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) na Atenção Primária à Saúde, conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e do Protocolo de Linha de Cuidado, enfatiza a necessidade de ações que promovam a participação ativa do indivíduo e da comunidade no cuidado à saúde, integrando ações educativas, prevenções, monitoramento e acompanhamento clínico.

A realização de grupos educativos e ações comunitárias permite promover autonomia, mudanças de comportamento e adesão ao tratamento, além de fortalecer o vínculo com a equipe de saúde. Essas ações promovem um cuidado contínuo e multiprofissional, essenciais na gestão de DCNT, sobretudo em condições como hipertensão e diabetes, que requerem monitoramento constante e ações de promoção da saúde.
A) Apesar de importante, o acompanhamento periódico deve ser realizado de forma planejada e contínua, e priorizar pacientes de maior risco, embora essencial, não contempla totalmente a dimensão comunitária e educativa fundamental na abordagem das DCNT.
B) O rastreamento na população idosa é relevante, mas isoladamente não garante o cuidado integral, principalmente em populações mais jovens ou com múltiplos fatores de risco.
C) Acesso a medicamentos e renovação de receitas são aspectos importantes, porém, sem ações educativas e de acompanhamento, não se garante uma abordagem completa e eficaz na gestão das DCNT.
Assim, a alternativa D foi selecionada por refletir a estratégia mais alinhada à abordagem integral, contínua e participativa preconizada na atenção às doenças crônicas na APS.
Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021. 118 p. : il.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Após revisão detalhada do conteúdo normativo, das referências oficiais e dos documentos do Ministério da Saúde, a banca confirma a sua decisão original de manter a alternativa D como correta.
Conforme a Portaria GM/MS nº 399/2006, os três pactos (Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS e Pacto de Gestão) possuem suas definições específicas, que orientam as ações estratégicas do sistema de saúde. A alternativa D caracteriza de forma mais precisa o Pacto de Gestão, ao estabelecer responsabilidades e critérios de gestão compartilhada entre as esferas de governo, buscando racionalizar recursos, evitar duplicidades e fortalecer a coordenação do sistema.
No que tange aos demais pactos, a alternativa D também reflete corretamente o objetivo de reafirmar princípios fundamentais do SUS (universalidade, integralidade e equidade) e de estabelecer metas de enfrentamento às prioridades de saúde da população.
A questão, portanto, foi elaborada para avaliar conhecimentos e interpretações acerca desses instrumentos de gestão, e a resposta adotada encontra respaldo na legislação e na documentação oficial publicada pelo Ministério da Saúde.
Assim, a banca reafirma sua decisão de manter a alternativa D como a resposta correta, visando assegurar a validade do certame e a coerência com as orientações normativas.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do referido pacto. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 fev. 2006.
- Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 76 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Após avaliação rigorosa do conteúdo normativo, da literatura de referência e dos documentos oficiais, a banca examinadora reafirma seu entendimento e manteve o gabarito em letra B.
O conceito de DSS, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) e pela Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS, Brasil, 2008), abrange um amplo conjunto de fatores que influenciam o estado de saúde e o bem-estar das populações. Essa definição inclui condições sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais, psicológicas e comportamentais — abrangendo indicadores como renda, nível de escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, fatores ambientais, além de comportamentos ligados à alimentação, atividade física e uso de serviços de saúde e vacinação.
A alternativa B, ao citar influências como renda, escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, além de gênero e etnia, alinhando-se às referências oficiais, contempla fatores diretamente relacionados à estrutura social e econômica que moldam a saúde da população, como destacado nos documentos do Ministério da Saúde e da OMS.
A alternativa A, embora também reconheça fatores ambientais, educação, alimentação, trabalho, atividade física e vacinação, apresenta-se de modo mais abrangente, porém, ela não captura toda a dimensão dos determinantes sociais estruturais, aspectos que os principais documentos reconhecem como essenciais na compreensão do tema.
Assim, a decisão da banca de manter o gabarito na letra B baseia-se na reputação das referências oficiais, que atribuem primordialidade aos determinantes econômicos e sociais, e na interpretação do conteúdo programático como prioridade, especialmente pelos critérios de objetividade e alinhamento às fontes protocoladas.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Portaria N° 599 de 23 de março de 2006. Dispor dos equipamentos e dos recursos mínimos exigidos nesta portaria que estejam exclusivamente a serviço do SUS e dos serviços mínimos exigidos nesta portaria. O gestor municipal ou estadual interessado em implantar CEO ou em credenciar algum estabelecimento de saúde deverá apresentar sua proposta à Comissão intergestores Bipartite (CIB) do respectivo Estado, indicando se o pleito é para o CEO Tipo 1, CEO tipo 2 ou CEO tipo 3. Somente as Unidades de Saúde de natureza jurídica pública, universidades de qualquer natureza jurídica, consórcios públicos de saúde de qualquer natureza jurídica e serviços sociais autônomos poderão credenciar-se como CEOs. O gestor municipal ou estadual interessado em implantar CEO ou em credenciar algum estabelecimento de saúde deverá apresentar sua proposta à Comissão intergestores Bipartite (CIB) do respectivo Estado, indicando se o pleito é para o CEO Tipo 1, CEO tipo 2 ou CEO tipo 3.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Os compósitos fotopolimerizáveis devem ser colocados de forma incremental quando o volume exceder aproximadamente de 2 a 3mm devido à profundidade limitada de penetração da luz. As resinas de fotopolimerização dual apresentam a desvantagem, em relação às resinas de fotopolimerização exclusiva, de maior porosidade profundidade de polimerização. Compósitos *bulk-fill* possuem profundidade de polimerização aumentada. As resinas duais apresentam menor estabilidade de cor, quando comparadas as resinas de fotopolimerização exclusiva, como resultado dos aceleradores de aminas aromáticas.

Fonte:

- Materiais Dentários Phillips. Shen Chiayi, Raws H. Ralph e Esquivel-Upshaw. Editora Guanabara Koogan. 130 edição.Capítulo 5, páginas 96, 98,104,88.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Para prevenir a quebra da agulha durante o bloqueio do nervo alveolar inferior não se deve usar agulhas de calibre 30 em pacientes adultos e crianças. Em casos em que o nervo lingual está envolvido pela parestesia, o sentido do paladar, via nervo da corda do tímpano, também pode ser prejudicado. Se houver hematoma durante a administração de anestésico local não se deve aplicar calor na área por pelo menos 4 a 6 horas após o incidente. O calor produz vasodilatação, o que pode aumentar ainda mais o tamanho do hematoma, se aplicado muito cedo.

Fontes:

- Manual de Anestesia Local. Autor Stanley F. Malamed. Editora Guanabara Koogan 2021. Capítulo 17, páginas 276, 279, 286. Patologia Oral e Maxilofacial. 5a edição. Editora Elsevier. Brad W. Neville, Douglas D. Damm, Carl M. Allen, Angela C. Chi. Capítulo 11, página 466.
- A sialometaplasia necrosante pode ser ocasionada pelo uso indevido de anestesia no palato.
- Patologia Oral & Maxilofacial. 5a edição Brad Neville; Douglas Damm, Carl Allen e Angela Chi. Guanabara Koogan

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Mesmo com vasoconstritores, os agentes anestésicos são considerados seguros durante a gravidez**.** O paracetamol é o analgésico de eleição, primeira escolha, para pacientes grávidas, porque apresenta mínimo a nenhum risco teratogênico. Os anti-inflamatórios não esteroides não são contraindicados na lactação, pois se encontram em quantidades insignificantes no leite. A claritromicina não é indicada durante a gestação e amamentação.

Fonte:

- Terapêutica Medicamentosa em Odontologia- Fundamentos e aplicabilidade. Lenita Wannamacher e Cassiano Kuchenbecker Rosing. Editora Guanabara Koogan Capítulo 17, páginas 197, 197, 197, 197.

BRANCA
27

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
Scarparo cita como características da hipomineralização de molares decíduos: " Opacidade demarcada, Branca, creme, amarela e/ou marrom assimétrica. A alternativa descreve quase todas essas características, mas cita a lesão como sendo simétrica. Sendo assim, após análise da questão, essa banca decide pelo deferimento do recurso com anulação da questão pois todos as alternativas estão incorretas.

Fonte:

- SCARPARO, Ângela. Odontopediatria: bases teóricas para uma prática clínica de excelência. Barueri: Manole, 2020.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda o atendimento dentro da política nacional de humanização no SUS. O uso de sedação, contenção ou anestesia geral são métodos mais radicais. Além disso, a sedação e a anestesia geral não seriam realizadas em uma UBS (Unidade Básica de Saúde) ensejando assim um novo agendamento. A contenção poderia ser realizada na UBS mas devido aos possíveis traumas que ela poderia causar a criança, é dentro da odontopediatria, a última opção. Sendo assim, a opção correta a essa questão é o condicionamento da criança com técnicas de comunicação, dizer-mostrar-fazer e controle de voz. O reagendamento, que poderia contrariar a fala da mãe no enunciado, também não é uma certeza. Nesses casos o reagendamento acontece quando depois de tentado o condicionamento não é possível terminar o procedimento na mesma sessão ou a criança ainda demonstra um comportamento desfavorável. Mesmo assim é melhor usar mais sessões de condicionamento do que partir de imediato para os outros métodos mais radicais.

BRANCA
29

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.
A pulpectomia caracteriza-se pela remoção total da polpa viva e está indicada para dentes decíduos anteriores e posteriores com pulpite aguda, como é o caso apresentado no enunciado. Nesses casos o o material recomendado como agente capeador, e como material de preenchimento em tratamento pulpar de dentes decíduos, é a pasta Guedes-Pinto. Sendo assim, a banca decide pelo deferimento dos recursos com alteração de gabarito para a letra B.

Fonte:

- GUEDES-PINTO, Antonio C. Odontopediatria, 9ª edição. Rio de Janeiro: Santos, 2016.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A técnica de Clarck é um princípio de localização (regra do objeto vestibular ou SLOB) que requer duas radiografias periapicais com angulações horizontais diferentes. Seu propósito é determinar a posição vestíbulo-palatina exata do dente incluso. Para o planejamento cirúrgico preciso do dente supranumerário, Clarck oferece a informação tridimensional de localização, enquanto a oclusal modificada oferece uma visão de mapeamento do campo. Sendo assim, a banca decide pela improcedência do recurso.

Fonte:

- MALLYA, Sanjay M. White & Pharoah Radiologia Oral - Princípios e Interpretação. 8. ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2020.

Cargo: Dentista - Periodontista

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância”

indica:", a alternativa "A) Termos sintaticamente subordinados." foi adequadamente indicada como correta. Em "O alerta das redes chega ao Congresso", temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, "ao Congresso" exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em "à infância", a expressão é subordinada ao termo "ameaças", exemplificando a regência nominal. A alternativa "B) Equivalência quanto à função sintática." não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância", o termo "à infância" exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo "ameaças" exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição "a" + o artigo definido "a", formando "à". Portanto, "à infância" completa o sentido de "ameaças", sem exercer ação. A alternativa "D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente." não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho "Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet." (1º§), assinale a afirmativa correta.", a alternativa "A) O termo destacado em "É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.", promove sentido equivalente." foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa "D) Produz o mesmo sentido visto em "Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu 'pequeno' império"." não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "C) Uma opção de reescrita seria: "[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]"" não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. "Convencer quase 6 milhões de inscritos" sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. "Amealhar quase 6 milhões de inscritos" significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com "convencido" destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela "convenceu" milhões a segui-la. A frase com

“amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fontes:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa “B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações.” não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida” (1° parágrafo), “explanou, de forma didática e incisiva” (1° parágrafo), “conteúdos que alimentam...” (1° parágrafo), “ecossistema lucrativo...” (1° parágrafo), “ incendiou as redes sociais” (1° parágrafo), “foi bater forte no Congresso” (1° parágrafo), “onde atropelou...” (1° parágrafo), “na onda da escalada...” (2° parágrafo), “a onda de indignação” (3° parágrafo), “fúria legislativa” (3° parágrafo) e “vista grossa” (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: “Vi o homem com o telescópio.”, pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões “colocou o dedo na ferida”, “explanou, de forma didática e incisiva”, “conteúdos que alimentam...”, “ecossistema lucrativo”, “incendiou as redes sociais”, “foi bater forte no Congresso”, “onde atropelou...”, “na onda da escalada”, “a onda de indignação”, “fúria legislativa” e “vista grossa” não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. “Colocou o dedo na ferida” = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. “Explanou, de forma didática e incisiva” Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. “Conteúdos que alimentam...” = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). “Ecossistema lucrativo” = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas

que geram lucro. “Incendiou as redes sociais” = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. “Foi bater forte no Congresso” = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. “Onde atropelou...” = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. “Na onda da escalada” = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. “A onda de indignação” = Metáfora Movimento coletivo de revolta. “Fúria legislativa” = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. “Vista grossa” = Expressão idiomática. A alternativa “D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto.” não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “ O título atribuído ao texto se relaciona à(ao): I. Tema desenvolvido no texto. II. Posicionamento de entidade pública. III. Possível compreensão de posicionamento do enunciador. IV. Ocorrência de fato de importante repercussão. Está correto o que se afirma em”, a alternativa “C) I, III e IV, apenas.” foi adequadamente indicada como correta. Tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. O item “II. Posicionamento de entidade pública.” é incorreto. O sujeito do enunciado é: “O alerta das redes”, ou seja, o agente da ação (“chega ao Congresso”) e não uma instituição oficial. O verbo “chega” indica movimento simbólico: o debate que começou nas redes passa a alcançar o Congresso. O Congresso aparece como destinatário da ação, não como agente: Ele recebe o alerta, é o local onde o debate chega. Portanto, o Congresso não se manifesta, não toma posição, nem emite opinião. Não há, portanto, posição institucional expressa por nenhuma entidade pública. O título tem um caráter informativo e avaliativo, típico de manchetes jornalísticas: “O alerta das redes chega ao Congresso” informa que o tema saiu do ambiente digital e alcançou a esfera política. “O urgente debate sobre ameaças digitais à infância” introduz o tema da pauta, reforçando sua relevância e urgência (avaliação do jornalista, não de uma entidade pública). Portanto, o

enunciado apenas relata que uma discussão das redes sociais ganhou visibilidade política, sem revelar posição de nenhuma entidade pública.

Fonte:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ática, 2008.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Após revisão detalhada do conteúdo normativo, das referências oficiais e dos documentos do Ministério da Saúde, a banca confirma a sua decisão original de manter a alternativa D como correta.
Conforme a Portaria GM/MS nº 399/2006, os três pactos (Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS e Pacto de Gestão) possuem suas definições específicas, que orientam as ações estratégicas do sistema de saúde. A alternativa D caracteriza de forma mais precisa o Pacto de Gestão, ao estabelecer responsabilidades e critérios de gestão compartilhada entre as esferas de governo, buscando racionalizar recursos, evitar duplicidades e fortalecer a coordenação do sistema.
No que tange aos demais pactos, a alternativa D também reflete corretamente o objetivo de reafirmar princípios fundamentais do SUS (universalidade, integralidade e equidade) e de estabelecer metas de enfrentamento às prioridades de saúde da população.
A questão, portanto, foi elaborada para avaliar conhecimentos e interpretações acerca desses instrumentos de gestão, e a resposta adotada encontra respaldo na legislação e na documentação oficial publicada pelo Ministério da Saúde.
Assim, a banca reafirma sua decisão de manter a alternativa D como a resposta correta, visando assegurar a validade do certame e a coerência com as orientações normativas.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do referido pacto. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 fev. 2006.
- Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 76 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Após avaliação rigorosa do conteúdo normativo, da literatura de referência e dos documentos oficiais, a banca examinadora reafirma seu entendimento e manteve o gabarito em letra B.
O conceito de DSS, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) e pela Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS, Brasil, 2008), abrange um amplo conjunto de fatores que influenciam o estado de saúde e o bem-estar das populações. Essa definição inclui condições sociais, econômicas,

culturais, étnico-raciais, psicológicas e comportamentais — abrangendo indicadores como renda, nível de escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, fatores ambientais, além de comportamentos ligados à alimentação, atividade física e uso de serviços de saúde e vacinação.
A alternativa B, ao citar influências como renda, escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, além de gênero e etnia, alinhando-se às referências oficiais, contempla fatores diretamente relacionados à estrutura social e econômica que moldam a saúde da população, como destacado nos documentos do Ministério da Saúde e da OMS.
A alternativa A, embora também reconheça fatores ambientais, educação, alimentação, trabalho, atividade física e vacinação, apresenta-se de modo mais abrangente, porém, ela não captura toda a dimensão dos determinantes sociais estruturais, aspectos que os principais documentos reconhecem como essenciais na compreensão do tema.
Assim, a decisão da banca de manter o gabarito na letra B baseia-se na reputação das referências oficiais, que atribuem primordialidade aos determinantes econômicos e sociais, e na interpretação do conteúdo programático como prioridade, especialmente pelos critérios de objetividade e alinhamento às fontes protocoladas.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O mixoma odontogénico produz imagem radiolícida com septos intra-ósseos em ângulos retos paralelos entre si, lembrando raquete de tênis. Fundamentos de Odontologia.
Fonte:

- Radiologia Odontológica e Imaginologia. 3a edição Marlene Fenyo-Pereira e Oswaldo Crivello Junior. Editora Santos. Capítulo 23, página 215.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Portaria N° 599 de 23 de março de 2006. Dispor dos equipamentos e dos recursos mínimos exigidos nesta portaria que estejam exclusivamente a serviço do SUS e dos serviços mínimos exigidos nesta portaria. O gestor municipal ou estadual interessado em implantar CEO ou em credenciar algum estabelecimento de saúde deverá apresentar sua proposta à Comissão intergestores Bipartite (CIB) do respectivo Estado, indicando se o pleito é para o CEO Tipo 1, CEO tipo 2 ou CEO tipo 3. Somente as Unidades de Saúde de natureza jurídica pública, universidades de qualquer natureza jurídica, consórcios públicos de saúde de qualquer natureza jurídica e serviços sociais autônomos poderão credenciar-se como CEOs. O gestor municipal ou estadual interessado em implantar CEO ou em credenciar algum estabelecimento de saúde deverá apresentar sua proposta à Comissão intergestores Bipartite (CIB) do respectivo Estado, indicando se o pleito é para o CEO Tipo 1, CEO tipo 2 ou CEO tipo 3.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Os compósitos fotopolimerizáveis devem ser colocados de forma incremental quando o volume exceder aproximadamente de 2 a 3mm devido à profundidade limitada de penetração da luz. As resinas de fotopolimerização dual apresentam a desvantagem, em relação às resinas de fotopolimerização exclusiva, de maior porosidade profundidade de polimerização. Compósitos *bulk-fill* possuem profundidade de polimerização aumentada. As resinas duais apresentam menor estabilidade de cor, quando comparadas as resinas de fotopolimerização exclusiva, como resultado dos aceleradores de aminas aromáticas.

Fonte:

- Materiais Dentários Phillips. Shen Chiayi, Raws H. Ralph e Esquivel-Upshaw. Editora Guanabara Koogan. 130 edição.Capítulo 5, páginas 96, 98,104,88.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado da questão deixa claro o questionamento sobre a estrutura responsável pela união entre o dente e a gengiva. A literatura de forma incontestável é clara ao afirmar que essa união é feita pelo epitélio juncional. Sendo assim, essa banca decide pela improcedência do recurso.

Fonte:

- BERGLUNDH, Tord; GIANNOBILE, William V.; Niklaus P. Lang; et al. Lindhe Tratado de Periodontia Clinica e Implantologia Oral. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.

BRANCA
27

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
Em uma parte do enunciado está escrito que a margem gengival está localizada 2mm coronalmente à junção cemento-esmalte. Dessa forma essa margem estaria recobrindo 2mm da coroa do dente. Em outra parte do enunciado está dizendo que a junção está claramente visível. Essas duas informações são contraditórias e impedem a resolução da questão. Sendo assim, essa banca decide pela procedência dos recursos com anulação da questão.

Fonte:

- BERGLUNDH, Tord; GIANNOBILE, William V.; Niklaus P. Lang; et al. Lindhe Tratado de Periodontia Clinica e Implantologia Oral. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado afirma que durante o exame periodontal foram encontradas bolsas periodontais com profundidade de 5 a 8mm em molares superiores e inferiores. Isso caracteriza a presença de periodontite estágio III. O índice de perda óssea / idade é calculado a partir do exame radiográfico e neste caso teve o valor de 1,7. Esse valor caracteriza o grau como C. Dessa maneira a banca decide pela improcedência dos recursos.

Fonte:

- BERGLUNDH, Tord; GIANNOBILE, William V.; Niklaus P. Lang; et al. Lindhe Tratado de Periodontia Clinica e Implantologia Oral. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Não há evidências na literatura atual para afirmar que o tratamento periodontal previne de forma defintiva eventos cardiovasculares. Sendo assim, a banca decide pela improcedência do recurso.

Fonte:

- BERGLUNDH, Tord; GIANNOBILE, William V.; Niklaus P. Lang; et al. Lindhe Tratado de Periodontia Clinica e Implantologia Oral. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.

Cargo: Engenheiro - Agrimensor

BRANCA
06

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.

Essa questão exige o conhecimento sobre o uso dos “porquês”.

No contexto em análise, a expressão “O motivo pelo qual” poderá ser substituída corretamente por “por que”. A frase ficaria: “...por que pica-paus não têm dor de cabeça...”.

Segue uma breve explicação sobre o emprego dos “porquês”.

1. Por que (separado e sem acento)

Usado em perguntas, tanto diretas quanto indiretas. Também pode ser substituído por "pelo qual", "pela qual", "pelos quais", "pelas quais".

Exemplos: Por que você não veio ontem? / Não sei por que ele fez isso. / A estrada por que passamos está em más condições.

2. Por quê (separado e com acento)

Usado no final de frases, indicando pergunta ou dúvida. Também pode ser usado no final de frases com o mesmo sentido de "por qual razão" ou "por qual motivo".

Exemplos: Você não vai à festa, por quê? / Ele não quis sair, por quê?

3. Porque (junto e sem acento)

Usado para responder perguntas, explicar ou dar motivos. Pode ser substituído pela conjunção "pois".

Exemplos: Fui ao médico porque estava doente. / Não fui à festa porque estava cansado. / Ela não veio porque estava doente.

4. Porquê (junto e com acento):

Usado como substantivo, com sentido de "motivo", "razão", "causa". Pode ser precedido por artigo, pronome ou numeral.

Exemplos: Não sei o porquê de tanta confusão. / Quero entender o porquê dessa atitude. / Existem vários porquês para essa decisão.

Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A crase é a fusão do "a" preposição com o "a" artigo. Portanto, considerando os casos mais comuns, só há ocorrência de crase quando o verbo ou o nome exigir preposição e o substantivo for feminino, pois poderá ser antecedido por um artigo também feminino. O acento que indica que houve fusão entre o artigo e a preposição é o acento grave (`).
INCORRETO: I. Na passagem "...em algo que à primeira vista não traz retorno..." (1º§), a supressão da crase não altera semanticamente o fragmento.
A supressão do acento grave altera o sentido do enunciado, pois a expressão adverbial de tempo "à primeira vista" passaria a exercer função de sujeito. Com isso, algo que não traria retorno inicialmente, sem o acento grave, daria a ideia de que a primeira vista é que não daria retorno para alguém ou para alguma coisa.
CORRETO: II. No fragmento "...que vão da psicologia à economia..." (7º§), se a preposição "até" for anteposta ao substantivo "economia", a crase será facultativa.
A crase com a preposição "até" será facultativa quando seguida de um termo feminino. Isso significa que tanto a forma com crase ("até à") quanto a forma sem crase ("até a") são consideradas corretas.
Faz-se necessário esclarecer que o foco de análise do excerto II incide sobre a preposição "até" ANTES da palavra "economia" e considerando, é claro, o artigo "a" posposto à preposição "até": "até à economia" ou "até a economia".
CORRETO: III. No excerto "...células que respondiam às cócegas..." (4º§), caso o verbo "responder" fosse substituído por "reagir", o acento grave deveria ser mantido.
Se houvesse substituição do verbo "responder" por "reagir", o acento grave deveria ser mantido porque ambos os verbos apresentam a mesma regência, ou seja, são transitivos indiretos, regidos pela preposição "a". Assim, a crase permaneceria obrigatória: "...células que reagiam às cócegas..."

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações. Trata-se de conteúdo programático constante do edital do certame.
Esta questão de prova utiliza afirmações bem mais simples e diretas, pelas quais facilmente se poderá observar e concluir se as afirmativas sugeridas na questão estão (ou não) de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
Note-se que o enunciado e afirmativas da questão não "cobram" se as competências e atribuições são primordiais, ou se são usadas em regra, ou em situações especiais. O enunciado de forma simples e direta apenas afirma uma clara atribuição legal da Comissão de Contratação "relativa a licitações" em geral. Atribuição legal, pois advém de inequívoco texto de lei, integrante das disposições preliminares da Lei de licitações, em seu Capítulo III – Das Definições; isto pelo artigo 6º, inciso "L" da legislação, a saber:
Art. 6º, "L" - comissão de contratação: conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

Observe-se que a Comissão não possui apenas a atribuição de agir nos (assim denominados) “procedimentos auxiliares”. Conforme aludido artigo 6º, “L”, in fine, atua a Comissão para examinar e julgar documentos relativos às licitações (e também nos procedimentos auxiliares), sem estar a Comissão legalmente limitada a fases ou a quaisquer análises ou momentos especiais do procedimento licitatório.
Não há proibição legal que impeça a Comissão de Contratação de exercer a atribuição sugerida no enunciado da questão, mas, pelo contrário, há previsão legal permissiva e clara, como já defendido alhures, com fulcro no artigo 6º, inciso “L” da Lei de Licitações. Logo, o enunciado da questão “se comporta” à luz da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
A alternativa correta estabelece que apenas as análises de “Ana e Antônia” estão corretas, senão vejamos.
Ana) “Para definir e dimensionar toda a obra, os elementos necessários e suficientes do projeto básico deverão possuir adequado nível de precisão com base nos estudos técnicos preliminares, de modo a garantir a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento”.
Nas disposições preliminares da Lei Federal nº 14.133/2021, em seu Capítulo III – Das Definições, está a previsão legal que dá base a esta correta análise de Ana. É o artigo 6º, inciso XXV da Legislação, que detalha o conceito de projeto básico e estipula os elementos fundamentais para a sua adequada composição.
Antônia) “Entre outros elementos descritivos legais que devem constar do termo de referência estão a fundamentação da contratação, que é a referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes, e o parâmetro de adequação orçamentária.”
O mesmo se vê com relação à análise de Antônia no que diz respeito às definições legais impressas pela Lei Federal nº 14.133/2021. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos define nas alíneas “b” e “j” de seu artigo 6º, inciso XXIII, os parâmetros e elementos descritivos mencionados por Antônia.
A situação hipotética correspondente à análise de Amâncio não retrata a verdade, pois não encontra proteção na legislação em estudo.
Amâncio) “Como base direta do projeto executivo, o estudo técnico preliminar constitui a primeira etapa do planejamento da contratação e, concluindo-se pela viabilidade de ambos os documentos, restará caracterizado o interesse público e autorizado o processo licitatório”.
A análise de Amâncio está incorreta, pois está em desacordo com o inciso XX do artigo 6º da Lei de Licitações. Este dispositivo legal define o “estudo técnico preliminar” (ETP) como documento que forma a base do anteprojeto, do termo de referência e do projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação; não sendo o ETP “base direta do projeto executivo”, como afirma Amâncio. Vide o artigo 6º, XX da Legislação em comento: “Art. 6º, XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;”

Fonte:

- Licitações e Contratos Administrativos: Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações.

BRANCA
24

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma apresenta erro na redação do comando da questão, a partir do que, passa a haver três alternativas que atendem ao enunciado e comando da questão.
A questão aborda a Constituição da República em seu Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo II – Dos Direitos Sociais. Trata-se de conteúdo programático constante do edital do certame.
No comando da questão 24 deveria constar o critério da “exceção” dentre as afirmativas corretas, de modo que alcançaria a única alternativa que realmente destoa das regras e princípios dos direitos sociais: a alternativa B. Mas, por erro material, o termo “exceto” não constou do comando da questão e a afirmativa B, que deveria formar o gabarito, se tornou a única que não atende ao enunciado. Desse modo, restaram três respostas corretas que atendem ao enunciado constante da questão (alternativas A, C e D), o que causa inequívoca nulidade da questão.

Assim, a questão de prova não apresenta uma única alternativa que atenda ao seu enunciado e comando, motivo pelo qual delibera-se pela PROCEDÊNCIA dos recursos e consequente anulação da Questão.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988. Título III – Da Organização do Estado. Capítulo VII – Da Administração Pública. Seção I – Disposições Gerais.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 46 ed. Editora Juspodivm, 2025.
- MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 35 ed. Saraiva Jur, 2019.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O julgamento na elaboração das questões leva em consideração conceitos e estudos realizados dentro do conteúdo programático proposto. Aprecio os recursos apresentados, entretanto, quando o problema não informa N, adota-se explicitamente (ou por convenção) N=0 para fins de cálculo, isto é, considera-se que geóide e elipsóide coincidem na ordem de grandeza relevante para a questão. Essa é uma aproximação largamente aceita em exercícios básicos de redução de distâncias. Vale salientar que, esse ajuste não altera a alternativa correta, pois as opções diferem entre si por dezenas de centímetros a metros. Além disso, a única alternativa que casa exatamente com D_h e D_g calculados é a B. Portanto, não há ambiguidade capaz de invalidar a questão, a informação fornecida é suficiente dentro das aproximações explícitas e usuais para esse nível de prova, e conduz certamente para à alternativa B.

Cargo: Especialista em Comunicação

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Os textos, independentemente do gênero a que pertençam, se constituem de sequências com determinadas características linguísticas, como classe gramatical predominante, estrutura sintática, predomínio de determinados tempos e modos verbais, relações lógicas. Assim, dependendo dessas características, temos os diferentes tipos textuais.
Os gêneros textuais são inúmeros, dependendo da função de cada texto e das diferentes situações comunicacionais. O texto “Entre o bizarro e o extraordinário” se enquadra no gênero “artigo”.
Já a dissertação é uma tipologia textual, que pode ser subdividida em expositiva ou argumentativa. A primeira tem como principal característica apresentar dados sobre um determinado assunto. Já a segunda tem como foco, além da exposição de informações, a defesa de um ponto de vista. A dissertação expositiva consiste em demonstrar dados, fatos e interpretações sobre um determinado tema, sem a necessidade de apresentar argumentos que corroboram para um ponto de vista. A dissertação expositiva apenas expõe uma série de elementos que compõem uma ideia, sem posicionamentos.
A dissertação argumentativa possui elementos expositivos que se somam a argumentos em defesa de uma opinião. Ela é muito comum em gêneros como o artigo de opinião e o editorial, em que são apresentados dados que contribuem para a composição de uma tese no texto.
Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que o objetivo principal do texto é convencer o leitor de que pesquisas aparentemente “inúteis” podem revelar importantes descobertas científicas. Assim, ao mesmo tempo que o texto expõe informações, também tem o objetivo de persuadir. Portanto, o gabarito é a letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais & Ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Diferentemente do que ocorre na matemática, na língua portuguesa a ordem dos fatores pode alterar o produto. Isso ocorre porque a ordem das palavras no enunciado obedece a princípios de organização do sistema linguístico. Dessa forma, em alguns contextos, a mudança de posição de uma palavra em relação a outra pode provocar mudança de sentido.

Considerando o enunciado original do texto “Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos também podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...”, compreende-se que pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem gerar uma variedade de coisas. Além disso, podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...

Seguem as análises dos enunciados das alternativas, de acordo com a posição do termo “também”.

A. *Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem também gerar aplicações que vão da psicologia à economia...*

Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos, dentre outras coisas, podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...

B. *Pesquisas estranhas que também tratam de hábitos humanos podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...*

Pesquisas estranhas podem tratar de hábitos humanos e também de outras coisas.

C. *Pesquisas estranhas que tratam de hábitos também humanos podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...*

Pesquisas estranhas tratam de hábitos de outros seres e também de hábitos humanos.

D. *Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem gerar aplicações que também vão da psicologia à economia...*

Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem gerar aplicações em outras áreas da ciência. O foco da informação nesse enunciado está na abrangência de aplicações das pesquisas estranhas, que perpassam os mais diversificados campos da ciência, inclusive o da psicologia e o da economia.

Assim, ao analisar os quatro fragmentos apresentados, apenas em A a mudança de posição da palavra também” não acarretou profunda alteração de sentido em relação ao enunciado original. Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- _____. Introdução à Semântica: brincando com a gramática. 8ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Convém esclarecer que o enunciado da questão 5 exige a análise do termo “ignóbil” em seu sentido mais básico, literal, ou seja, denotativo e não obrigatoriamente contextualizado no termo “IgNobel” mencionado no texto. Nessa perspectiva, o sentido que mais se aproxima de “ignóbil”, de acordo com o dicionário Houaiss, é “indecoroso”, que significa “infame”, “desprezível”, “vergonhoso”. Portanto, o gabarito é a letra D.

Em A, “supérfluo” significa “demasiado, exagerado”. Em B, estupendo significa “admirável, esplêndido”. Em C, excêntrico significa “esquisito, estranho”.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de. Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA
06

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.
Essa questão exige o conhecimento sobre o uso dos “porquês”.
No contexto em análise, a expressão “O motivo pelo qual” poderá ser substituída corretamente por “por que”. A frase ficaria: “...por que pica-paus não têm dor de cabeça...”.
Segue uma breve explicação sobre o emprego dos “porquês”.
1. Por que (separado e sem acento)
Usado em perguntas, tanto diretas quanto indiretas. Também pode ser substituído por "pelo qual", "pela qual", "pelos quais", "pelas quais".
Exemplos: Por que você não veio ontem? / Não sei por que ele fez isso. / A estrada por que passamos está em más condições.
2. Por quê (separado e com acento)
Usado no final de frases, indicando pergunta ou dúvida. Também pode ser usado no final de frases com o mesmo sentido de "por qual razão" ou "por qual motivo".
Exemplos: Você não vai à festa, por quê? / Ele não quis sair, por quê?
3. Porque (junto e sem acento)
Usado para responder perguntas, explicar ou dar motivos. Pode ser substituído pela conjunção "pois".
Exemplos: Fui ao médico porque estava doente. / Não fui à festa porque estava cansado. / Ela não veio porque estava doente.
4. Porquê (junto e com acento):
Usado como substantivo, com sentido de "motivo", "razão", "causa". Pode ser precedido por artigo, pronome ou numeral.
Exemplos: Não sei o porquê de tanta confusão. / Quero entender o porquê dessa atitude. / Existem vários porquês para essa decisão.
Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão em análise explora o conhecimento do candidato sobre a substituição de complementos verbais por pronomes, de acordo com a norma culta escrita.
Os pronomes o, a, os e as são empregados como objetos diretos.
Exemplos: Fechou-a e saiu. (fechar algo - objeto direto)
Nunca as vi. (ver alguém - objeto direto)

Às vezes os convidamos para jantar. (convidar alguém - objeto direto)
Os pronomes lhe e lhes são empregados como objetos indiretos. Exemplos:
Devolverei se estas coisas lhes pertencerem. (pertencer a alguém - objeto indireto)
Mandem-lhe o recado. (mandar o recado a alguém - objeto indireto)
Dê-lhes os presentes que pedem. (dar os presentes a alguém - objeto indireto)
Quando seguidos de verbos que terminam em -z, -s ou -r, os pronomes o, a, os, as assumem as formas lo, la, los, las. Neste caso, a terminação verbal é retirada: faz + o = fá-lo, comes + os = comê-los, estudar + a = estudá-la.
Mas, quando seguidos de verbos que terminam em som nasal, os pronomes assumem as formas no, na, nos, nas: leram + o = leram-no, retém + a = retém-na, põe + os = põe-nos, ouvem + as = ouvem-nas.
Assim, as alternativas A, B e C tiveram seus objetos adequadamente substituídos pelos pronomes lhe, la e lo. No entanto, em d, como a forma verbal "compreenderam" termina em som nasal, o pronome adequado para substituir seu objeto é "na" e não "a". Portanto, o gabarito é a letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A crase é a fusão do "a" preposição com o "a" artigo. Portanto, considerando os casos mais comuns, só há ocorrência de crase quando o verbo ou o nome exigir preposição e o substantivo for feminino, pois poderá ser antecedido por um artigo também feminino. O acento que indica que houve fusão entre o artigo e a preposição é o acento grave (`).
INCORRETO: I. Na passagem "...em algo que à primeira vista não traz retorno..." (1º§), a supressão da crase não altera semanticamente o fragmento.
A supressão do acento grave altera o sentido do enunciado, pois a expressão adverbial de tempo "à primeira vista" passaria a exercer função de sujeito. Com isso, algo que não traria retorno inicialmente, sem o acento grave, daria a ideia de que a primeira vista é que não daria retorno para alguém ou para alguma coisa.
CORRETO: II. No fragmento "...que vão da psicologia à economia..." (7º§), se a preposição "até" for anteposta ao substantivo "economia", a crase será facultativa.
A crase com a preposição "até" será facultativa quando seguida de um termo feminino. Isso significa que tanto a forma com crase ("até à") quanto a forma sem crase ("até a") são consideradas corretas.
Faz-se necessário esclarecer que o foco de análise do excerto II incide sobre a preposição "até" ANTES da palavra "economia" e considerando, é claro, o artigo "a" posposto à preposição "até": "até à economia" ou "até a economia".
CORRETO: III. No excerto "...células que respondiam às cócegas..." (4º§), caso o verbo "responder" fosse substituído por "reagir", o acento grave deveria ser mantido.
Se houvesse substituição do verbo "responder" por "reagir", o acento grave deveria ser mantido porque ambos os verbos apresentam a mesma regência, ou seja, são transitivos indiretos, regidos pela preposição "a". Assim, a crase permaneceria obrigatória: "...células que reagiam às cócegas..."

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Orações reduzidas são aquelas que não são introduzidas por conjunções e que possuem verbos nas suas formas nominais: infinitivo, gerúndio e particípio.
São, assim, diferentes das orações desenvolvidas, que são introduzidas por um pronome ou conjunção e que são formadas por um verbo no indicativo ou no subjuntivo.
No período em análise, o sujeito da oração subordinada está implícito – os cientistas –, mas pode ser facilmente recuperado pelo contexto, pois se encontra na oração principal. Esse mesmo sujeito estabelece concordância com o verbo da oração principal, que é "identificaram". Como esse verbo está flexionado no pretérito perfeito do indicativo, quando a oração reduzida é desenvolvida, a forma nominal passa a ser flexionada no mesmo tempo e modo verbal do verbo da oração principal. Dessa forma, o período ficará da seguinte maneira: "Quando investigaram o córtex somatossensorial dos ratos, responsável por receber e processar informações sensoriais, os cientistas identificaram células que respondiam às cócegas e a outros estímulos, como brincadeiras". Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado da questão afirma que cada um dos três participantes faz uma única declaração e que exatamente uma dessas afirmações é verdadeira, não havendo ambiguidade ou contradição lógica. Suponha cada culpado possível e verifique as declarações: se Rafael foi o culpado, então a afirmação de Rafael ("Sidney apagou") é falsa; a de Sidney

(“Tiago não teve culpa”) é verdadeira (já que o culpado seria Rafael); a de Tiago (“Eu não apaguei e o Rafael também não apagou”) é falsa (porque Rafael apagou). Resultado: exatamente uma afirmação verdadeira — condição satisfeita. Se Sidney fosse o culpado, todas as três afirmações seriam verdadeiras (contradiz a condição). Se Tiago fosse o culpado, nenhuma seria verdadeira (também contradiz). Logo, o único caso consistente é Rafael ter apagado o arquivo.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conforme as informações do enunciado, em um campeonato de videogame, vários jogadores competem em três partidas consecutivas. Em cada partida não há empate, e os três melhores pontuadores recebem pontos da seguinte forma: 1º lugar: 5 pontos; 2º lugar: 3 pontos; e 3º lugar: 2 pontos. Os demais jogadores não recebem pontos. Assim, a pontuação máxima para cada jogador é 5+5+5 = 15 e a pontuação mínima é 0+0+0 = 0. Suponha, sem perda de generalidade, que o jogador A ganhou duas partidas e ficou em terceiro lugar na partida restante. Assim, o jogador A pontuou 5+5+2 = 12 pontos. O máximo que um jogador B pode pontuar é ficar em segundo lugar nas duas partidas vencidas pelo jogador A e ficar em primeiro lugar na partida que não teve o jogador A como vencedor. Assim, o jogador B pontua 3+3+5 = 11. Logo, com 12 pontos tem-se a garantia de terminar o campeonato em primeiro lugar isolado.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O intervalo entre o início do primeiro (08:24) e o fim do segundo (09:48) é de 08:24 até 09:48 = 1 hora e 24 minutos = 84 minutos. Esse intervalo corresponde ao tempo de dois painéis, logo cada painel durou 84÷2=42 minutos. O terceiro painel começou imediatamente após o segundo, às 09:48, e durou 42 minutos. Assim, ele terminou as 09:48 + 42 minutos = 10:30.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Lei de Acesso à Informação (LAI), temática constante do conteúdo programático do edital.
A alternativa B é a única assertiva correta, com fulcro no parágrafo único do artigo 21 da LAI – Lei de Acesso à informação, *ex vi*:
“As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso”.
As demais alternativas não retratam a verdade por estarem em desacordo com a Lei de Acesso à Informação, a saber:
A) “O acesso à informação necessária à tutela administrativa de direitos fundamentais só poderá ser negado nos casos que tramitem em ações judiciais com segredo de justiça”.
É incorreta ao deturpar a diretriz legal do artigo 21, caput da Lei que determina que “não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais”.
C) “A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como indisponível, secreta e reservada”.
Está incorreta, pois a classificação legal é “ultrassecreta, secreta e reservada”, não havendo a previsão legal para a mencionada classificação de informação “indisponível”; ausente da classificação do artigo 24, caput da LAI.
D) “Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério mais restritivo possível, considerando-se, especialmente, a gravidade do risco ou dano aos direitos individuais do cidadão”.

Também está incorreta, contrariando o artigo 25, §5º, I da LAI que, em verdade, define o critério menos restritivo possível para a classificação da informação, considerando o dano à segurança da sociedade e do Estado, e não com foco especial aos direitos individuais do cidadão.
Referências: Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Lei de Acesso à Informação (LAI).

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações. Trata-se de conteúdo programático constante do edital do certame.
Esta questão de prova utiliza afirmações bem mais simples e diretas, pelas quais facilmente se poderá observar e concluir se as afirmativas sugeridas na questão estão (ou não) de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
Note-se que o enunciado e afirmativas da questão não "cobram" se as competências e atribuições são primordiais, ou se são usadas em regra, ou em situações especiais. O enunciado de forma simples e direta apenas afirma uma clara atribuição legal da Comissão de Contratação "relativa a licitações" em geral. Atribuição legal, pois advém de inequívoco texto de lei, integrante das disposições preliminares da Lei de licitações, em seu Capítulo III – Das Definições; isto pelo artigo 6º, inciso "L" da legislação, a saber:
Art. 6º, "L" - comissão de contratação: conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;
Observe-se que a Comissão não possui apenas a atribuição de agir nos (assim denominados) "procedimentos auxiliares". Conforme aludido artigo 6º, "L", in fine, atua a Comissão para examinar e julgar documentos relativos às licitações (e também nos procedimentos auxiliares), sem estar a Comissão legalmente limitada a fases ou a quaisquer análises ou momentos especiais do procedimento licitatório.
Não há proibição legal que impeça a Comissão de Contratação de exercer a atribuição sugerida no enunciado da questão, mas, pelo contrário, há previsão legal permissiva e clara, como já defendido alhures, com fulcro no artigo 6º, inciso "L" da Lei de Licitações. Logo, o enunciado da questão "se comporta" à luz da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
A alternativa correta estabelece que apenas as análises de "Ana e Antônia" estão corretas, senão vejamos.
Ana) "Para definir e dimensionar toda a obra, os elementos necessários e suficientes do projeto básico deverão possuir adequado nível de precisão com base nos estudos técnicos preliminares, de modo a garantir a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento".
Nas disposições preliminares da Lei Federal nº 14.133/2021, em seu Capítulo III – Das Definições, está a previsão legal que dá base a esta correta análise de Ana. É o artigo 6º, inciso XXV da Legislação, que detalha o conceito de projeto básico e estipula os elementos fundamentais para a sua adequada composição.
Antônia) "Entre outros elementos descritivos legais que devem constar do termo de referência estão a fundamentação da contratação, que é a referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes, e o parâmetro de adequação orçamentária."
O mesmo se vê com relação à análise de Antônia no que diz respeito às definições legais impressas pela Lei Federal nº 14.133/2021. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos define nas alíneas "b" e "j" de seu artigo 6º, inciso XXIII, os parâmetros e elementos descritivos mencionados por Antônia.
A situação hipotética correspondente à análise de Amâncio não retrata a verdade, pois não encontra proteção na legislação em estudo.
Amâncio) "Como base direta do projeto executivo, o estudo técnico preliminar constitui a primeira etapa do planejamento da contratação e, concluindo-se pela viabilidade de ambos os documentos, restará caracterizado o interesse público e autorizado o processo licitatório".
A análise de Amâncio está incorreta, pois está em desacordo com o inciso XX do artigo 6º da Lei de Licitações. Este dispositivo legal define o "estudo técnico preliminar" (ETP) como documento que forma a base do anteprojeto, do

termo de referência e do projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação; não sendo o ETP "base direta do projeto executivo", como afirma Amâncio. Vide o artigo 6º, XX da Legislação em comento: "Art. 6º, XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;"

Fonte:

- Licitações e Contratos Administrativos: Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa realmente é incorreta, senão vejamos. O caput do artigo 37 da CF/88 define os cinco princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Os princípios possuem conceitos próprios, mas às vezes, nos casos concretos, suas definições "se tocam" no propósito de manter a retidão nos atos de administração pública.

Note-se, nesta assertiva, que é aceitável que Maria França tenha violado a impessoalidade ao não informar o fato à sua chefia, pois tratou seu primo de maneira pessoal e diferente do que teria feito com outro cidadão que não fosse seu parente. Todavia, muito mais a servidora contrariou o princípio da moralidade, pois não comunica o fato à chefia superior, faltando com a probidade, a lealdade e a honestidade em sua atuação, preceitos éticos obrigatórios para o servidor, em respeito à moralidade administrativa.

O princípio da moralidade obriga os agentes públicos a atuarem em conformidade com os princípios éticos e a legalidade. Faltou à Maria França, pelo menos, a honestidade para com a administração ao deixar de comunicar à chefia o pedido de João Brasil, que teria resultado ilegal caso anuído por Maria França.

A título de reflexão, são largamente praticados nas administrações públicas de todos os entes, em todos os níveis, comportamentos funcionais já normatizados em códigos infralegais deontológicas, pelos quais o servidor público, por exemplo, tem o dever de comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, e exigindo as providências cabíveis. Daí aceitar com clareza que houve, ao menos, desídia de Maria França no que pertine a impessoalidade, dentro de um contexto "macro" de ética profissional.

Mas, a assertiva incluiu no seu texto o princípio da publicidade, tornando-a incorreta. O conceito é totalmente dispare do que afirma a assertiva, estando aí o erro fulcral na alternativa quando afirma que houve violação à publicidade. A finalidade deste princípio é conferir a mais ampla divulgação pública dos atos da Administração Pública, com seus resultados e ações bem acessíveis aos seus administrados. É mecanismo fundamental entre os princípios da administração pública, pois possibilita o controle da legitimidade da conduta dos agentes administrativos, mas não havendo nenhuma correlação com o fato de Maria França não ter comunicado o ocorrido à sua chefia superior.

As demais alternativas são verdadeiras e estão em consonância com as diretrizes constitucionais sobre os princípios da administração pública, razão pela qual não atendem ao enunciado; a saber:

B) "Se Maria França tivesse anuído em atender ao pedido de João Brasil teria violado o princípio da legalidade".

É correta. É cediço que se Maria França aceitasse e reduzisse o valor venal do imóvel, estaria a mesma praticando ato ilegal, logo violando o princípio da legalidade.

C) "O servidor público tem o dever de atuar pautado nos princípios constitucionais da administração pública da publicidade, eficiência, legalidade, moralidade e impessoalidade".

Evidentemente correta, pois o artigo 37, caput da CF/88 define os cinco princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

D) "Sendo o ato de João Brasil contrário ao interesse público, Maria deveria ter comunicado imediatamente o fato à sua chefia, em respeito ao princípio da moralidade que preza pelos valores éticos de probidade e lealdade na administração pública".

Também está correta a afirmação. Como já explicado na justificativa da alternativa correta (A), realmente ocorreu evidente inobservância da moralidade administrativa por parte de Maria França ao evitar comunicar os fatos à chefia superior.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988. Título III – Da Organização do Estado. Capítulo VII – Da Administração Pública. Seção I – Disposições Gerais.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 46 ed. Editora Juspodivm, 2025.
- MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 35 ed. Saraiva Jur, 2019.

BRANCA
24

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma apresenta erro na redação do comando da questão, a partir do que, passa a haver três alternativas que atendem ao enunciado e comando da questão.
A questão aborda a Constituição da República em seu Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo II – Dos Direitos Sociais. Trata-se de conteúdo programático constante do edital do certame.
No comando da questão 24 deveria constar o critério da "exceção" dentre as afirmativas corretas, de modo que alcançaria a única alternativa que realmente destoa das regras e princípios dos direitos sociais: a alternativa B. Mas, por erro material, o termo "exceto" não constou do comando da questão e a afirmativa B, que deveria formar o gabarito, se tornou a única que não atende ao enunciado. Desse modo, restaram três respostas corretas que atendem ao enunciado constante da questão (alternativas A, C e D), o que causa inequívoca nulidade da questão.
Assim, a questão de prova não apresenta uma única alternativa que atenda ao seu enunciado e comando, motivo pelo qual delibera-se pela PROCEDÊNCIA dos recursos e consequente anulação da Questão.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988. Título III – Da Organização do Estado. Capítulo VII – Da Administração Pública. Seção I – Disposições Gerais.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 46 ed. Editora Juspodivm, 2025.
- MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 35 ed. Saraiva Jur, 2019.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), temática constante do conteúdo programático do edital.
A alternativa B é a única assertiva correta, cuja redação é a seguinte:
"No tratamento de dados pessoais, considera-se a primeira pessoa natural como o operador e a segunda pessoa como o encarregado." G.N.
A assertiva está correta, pois as definições em seu texto, considerando o contexto do enunciado, se adequam perfeitamente à LGPD, no seu artigo 5º, incisos VII e VIII, respectivamente. Ipisis litteris:
"Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se: (...)
VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador; (...)
VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Agência Nacional de Proteção de Dados – ANPD;"
As demais alternativas não retratam a verdade por estarem claramente em desacordo com a LGPD, a saber:
A) "A empresa é o controlador e a segunda pessoa natural é o operador".

É incorreta. Note-se que a empresa realmente é o controlador (artigo 5º, VI, LGPD), mas a segunda pessoa é o encarregado e não o operador com afirma a assertiva, residindo aí o erro na alternativa (inciso VIII do artigo 5º da Lei).
C) "O órgão da administração pública mencionado é o controlador, e a empresa é a titular para fins da operação de tratamento de dados".
A alternativa está plenamente incorreta. Na primeira afirmação, o erro está no fato de que o órgão da administração pública responsável por zelar e fiscalizar o cumprimento da LGPD não é o controlador, mas sim a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), conforme artigo 5º, XIX e artigo 55-A e seguintes do Capítulo IX – Seção I – Da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Na segunda afirmação, na verdade, a empresa é o controlador (artigo 5º, VI, LGPD). A empresa não é o titular no tratamento de dados como afirma a assertiva. O titular no tratamento de dados é a pessoa física a quem se referem os dados pessoais, de acordo com o artigo 5º, V, LGPD.
D) "A primeira pessoa natural é o encarregado e o órgão da administração pública é a autoridade nacional, denominada Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)".
Também está incorreta a afirmação, visto que a primeira pessoa é o operador e não o encarregado como afirma a alternativa (artigo 5º, VII da Lei), estando aí o erro. O órgão da administração pública mencionado no enunciado realmente é a ANPD, conforme artigos 5º, XIX, e 55-A e ss. (Cap. IX – Seção I – Da ANPD).

Fonte:

- Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Indaiatuba/SP. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
I. A Câmara Municipal, órgão deliberativo do município, possui, entre outras, a função de fiscalização externa, exercida com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
Julgamento: Correta. A Lei Orgânica de Indaiatuba estabelece que a Câmara Municipal é o "órgão deliberativo do Município" (art. 15). O art. 58 da LOM define que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município "será exercida pela Câmara Municipal mediante controle externo". O § 1º do mesmo artigo complementa que "O controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado".
II. É de competência exclusiva da Câmara sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa.
Julgamento: Correta. Conforme o art. 13, inciso XX. Nota-se, portanto, que a afirmativa é tradução literal e expressa da Lei Orgânica. O termo "competência exclusiva" é aquele expressamente adotado pelo legislador, não havendo irregularidade em tal menção.
III. O mandato da Mesa da Câmara será de dois anos; qualquer componente da Mesa poderá ser destituído quando faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições.
Julgamento: Correta. O art. 27 da Lei Orgânica de Indaiatuba estabelece que o mandato da Mesa da Câmara é de dois anos. O art. 28 da mesma lei prevê que qualquer componente da Mesa pode ser destituído se for "faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições". O procedimento e/ou forma de destituição não são objeto de avaliação da afirmativa.
Todas as afirmativas são corretas, portanto.
Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Indaiatuba. [1990].
  Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-organica. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) Exclusivamente aos titulares de cargos efetivos.
Julgamento: correta. O art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº 47/2018, define "evolução funcional" como um mecanismo "destinado exclusivamente aos titulares de cargos efetivos".
B) Exclusivamente aos titulares de cargos em comissão.
Julgamento: A lei não prevê que os titulares de cargos em comissão tenham direito à evolução funcional.
C) Para titulares de cargos em comissão e funções de confiança.
Julgamento: Cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito e as funções de confiança são exercidas por servidores efetivos, mas não participam do processo de evolução funcional.
D) Para titulares de cargos efetivos e de direção, chefia e assessoramento.
Julgamento: Cargos de direção, chefia e assessoramento, que são providos em comissão ou por meio de função de confiança, não se enquadram nessa definição para fins de evolução funcional.
A questão expressamente pede a avaliação “segundo a Lei Complementar nº 47/2018”, de modo que buscou se aferir o conhecimento sobre o texto legal.
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.
Fonte:

- Lei Complementar nº 47, de 20 de dezembro de 2018. Reorganiza o Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal e o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da administração direta e indireta do Município, e dá outras providências. [2018].

Cargo: Fisioterapeuta

BRANCA	VERDE
02	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância” indica:”, a alternativa “A) Termos sintaticamente subordinados.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O alerta das redes chega ao Congresso”, temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, “ao Congresso” exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em “à infância”, a expressão é subordinada ao termo “ameaças”, exemplificando a regência nominal. A alternativa “B) Equivalência quanto à função sintática.” não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância”, o termo “à infância” exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo “ameaças” exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição “a” + o artigo definido “a”, formando “à”. Portanto, “à infância” completa o sentido de “ameaças”, sem exercer ação. A alternativa “D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente.” não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA	VERDE
03	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Considerando o conteúdo e a estrutura textual apresentados, pode-se afirmar que a intenção comunicativa predominante do texto está indicada em:", a alternativa "A) Expor informações sobre o assunto abordado para informar o seu interlocutor." foi adequadamente indicada como correta. A reportagem é um gênero textual jornalístico não literário veiculado nos meios de comunicação: jornais, revistas, televisão, internet, rádio, dentre outros. Esse tipo de texto tem o intuito de informar, ao mesmo tempo que prevê criar uma opinião nos leitores. Portanto, ela possui uma função social muito importante como formadora de opinião. Embora a reportagem possa ser expositiva, informativa, descritiva, narrativa ou opinativa, ela não deve ser confundida com a notícia ou os artigos opinativos. Assim, uma reportagem é expositiva e informativa, pois tem o propósito de expor informações sobre um determinado assunto para informar o leitor. Vale lembrar que o repórter é a pessoa que está responsável por apresentar a reportagem que aborda temas da sociedade em geral. A reportagem, gênero textual cujas esferas de circulação são jornais, revistas (impresso ou digital), portais na internet, tem como objetivo informar fatos de interesse público. Para isso, as reportagens são escritas com base em diferentes tipos de informação e podem ser aprofundadas por meio de entrevistas, gráficos, infográficos, tabelas, para apresentar versões ou informações sobre um mesmo fato, de modo a orientar e contribuir para formar a opinião do leitor. A alternativa "C) Alertar adolescentes e jovens sobre os perigos da internet na contemporaneidade." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- Disponível em: http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/generos-do-discurso
- Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=21372
- Disponível em: https://www.infoescola.com/jornalismo/reportagem/
- Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/7726/como-ensinar-os-alunos-a-escrever-de-verdade

BRANCA	VERDE
04	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho "Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet." (1º§), assinale a afirmativa correta.", a alternativa "A) O termo destacado em "É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.", promove sentido equivalente." foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de

Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa "D) Produz o mesmo sentido visto em "Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu 'pequeno' império"." não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "C) Uma opção de reescrita seria: "[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]"" não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. "Convencer quase 6 milhões de inscritos" sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. "Amealhar quase 6 milhões de inscritos" significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com "convencido" destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela "convenceu" milhões a segui-la. A frase com "amealhado" muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela "juntou" milhões de seguidores, mas não necessariamente os "conquistou". A alternativa "B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet." não pode ser indicada como correta. O termo "amealhado" não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre "atividades desprovidas de normatização").
Fontes:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA	VERDE
05	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "É possível identificar, entre os fragmentos destacados a seguir, trecho de caráter subjetivo, diferentemente dos demais, indicado em:", a alternativa "A) "[...] a partir do vídeo de Felca denunciando o problema resultou em uma fúria legislativa sem precedentes." (3º§)"" foi adequadamente indicada como correta. O trecho tem caráter subjetivo porque traz uma avaliação pessoal e um juízo de valor sobre o fato narrado. O termo "fúria legislativa" apresenta conotação emocional e crítica, sugerindo que os legisladores reagiram de forma exagerada, impulsiva ou desmedida; e não apenas que "aprovaram muitos projetos" ou "iniciaram um debate intenso". A frase não se limita a informar um fato, mas também interpreta o comportamento dos agentes políticos, atribuindo reprovação. O trecho é subjetivo porque o autor expressa uma opinião ao empregar uma linguagem figurada ("fúria legislativa"), em vez de apenas relatar os fatos de forma neutra. A alternativa "C) "A ONG SaferNet, que há tempos monitora a questão, recebeu 1.651 novos relatos em apenas uma semana, [...]" (2º§)" não pode ser considerada correta. O trecho não tem caráter subjetivo porque apresenta dados e informações verificáveis, sem emitir opiniões, julgamentos ou emoções. O enunciado comunica um fato concreto, a quantidade de relatos recebidos pela ONG, sem recorrer a adjetivos avaliativos ou metáforas. A informação "1.651 novos relatos em apenas uma semana" é quantitativa, o que reforça o caráter objetivo e impessoal da frase. O autor não expressa juízo de valor sobre o número de relatos nem sobre a atuação da ONG; apenas relata o acontecimento sendo a função do trecho informar o leitor sobre um fato, não convencê-lo de um ponto de vista. Assim, o trecho é objetivo, pois comunica um dado factual e verificável, sem uso de termos avaliativos, figurativos ou expressivos que indiquem a subjetividade do autor. A alternativa "D) "[...] a norma se restringe aos casos flagrantemente ilegais e não abrange práticas mais subjetivas, como a 'adultização' [...]" (4º§)" não pode ser indicada como correta. O trecho apresenta uma análise

descritiva e informativa sobre o alcance da norma, sem expressar opinião pessoal ou julgamento de valor do autor. O autor usa termos próprios do discurso jurídico e analítico (“norma”, “casos flagrantemente ilegais”, “abrange práticas”), o que mostra intenção de explicar um fato normativo, não de avaliá-lo. O trecho informa os limites de aplicação da norma, o que ela cobre e o que não cobre, de forma descritiva e objetiva. Embora mencione o termo “subjetivas”, o autor o utiliza no sentido técnico (isto é, “de interpretação pessoal”), não como forma de julgar a norma ou criticar seu conteúdo. Não há adjetivos opinativos, metáforas nem expressões de emoção. O trecho é objetivo porque descreve limites e características de uma norma jurídica, sem expressar juízo de valor. A linguagem é informativa e técnica, não opinativa.

Fonte:

- FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BRANCA	VERDE
06	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” (1º§):”, a alternativa “D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” é possível confirmar a informação da alternativa “D” . O conector adversativo “mas” indica oposição ou contraste em relação à ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com “Mas nada se compara…”, o enunciador introduz um fato novo (“o que ocorreu no último dia 6”); e realça sua importância e impacto (“em termos de alcance e repercussão”). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa “A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior.” não pode ser indicada como correta. O conector “mas” é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, “mas” é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto, esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que “mas” pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) “Ele é rico, mas infeliz.” Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): “Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas.” A segunda ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: “Mas nada se compara...” introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O “mas” funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: “Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.”, isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho “demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior” porque o “mas” não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante é de ênfase e destaque, não de oposição. “Mas nada se compara...” não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa “C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para a afirmativa anterior.” não

pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior.” não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA	VERDE
07	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa “B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações.” não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida” (1° parágrafo), “explanou, de forma didática e incisiva” (1° parágrafo), “conteúdos que alimentam...” (1° parágrafo), “ecossistema lucrativo...” (1° parágrafo), “ incendiou as redes sociais” (1° parágrafo), “foi bater forte no Congresso” (1° parágrafo), “onde atropelou...” (1° parágrafo), “na onda da escalada...” (2° parágrafo), “a onda de indignação” (3° parágrafo), “fúria legislativa” (3° parágrafo) e “vista grossa” (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: “Vi o homem com o telescópio.”, pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões “colocou o dedo na ferida”, “explanou, de forma didática e incisiva”, “conteúdos que alimentam...”, “ecossistema lucrativo”, “incendiou as redes sociais”, “foi bater forte no Congresso”, “onde atropelou...”, “na onda da escalada”, “a onda de indignação”, “fúria legislativa” e “vista grossa” não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. “Colocou o dedo na ferida” = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. “Explanou, de forma didática e incisiva” Valor avaliativo, explicou com clareza

e força argumentativa. “Conteúdos que alimentam...” = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). “Ecossistema lucrativo” = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. “Incendiou as redes sociais” = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. “Foi bater forte no Congresso” = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. “Onde atropelou...” = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. “Na onda da escalada” = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. “A onda de indignação” = Metáfora Movimento coletivo de revolta. “Fúria legislativa” = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. “Vista grossa” = Expressão idiomática. A alternativa “D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto.” não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

BRANCA	VERDE
08	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando as estruturas linguísticas destacadas a seguir, assinale a afirmativa correta.”, a altenativa “B) Em “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, [...]” (1º§), o termo destacado se deve à exigência de “compara”.”, foi adequadamente considerada correta. O termo “a” (“ao”) em “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6” se deve, gramaticalmente, à regência verbal do verbo comparar-se. O verbo comparar, quando usado na forma pronominal (comparar-se), exige preposição “a” para introduzir o termo de comparação: comparar-se + a + termo comparado. Na frase: “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6” temos: Verbo: compara; Pronome reflexivo: se; Complemento verbal: ao que ocorreu no último dia 6. O “a” vem da regência do verbo (compara-se a algo). O “o” é o artigo definido que antecede “que ocorreu...”. A fusão de a + o forma a contração “ao”. O termo “a (ao)” é exigido pela regência do verbo “comparar-se”, que pede complemento

preposicionado com “a”. Portanto, a forma correta é “compara-se a algo”, e não “compara-se algo”. A alternativa “C) Em “[...] mobilizou gente da esquerda à direita e foi bater forte no Congresso, [...]” (1º§), o termo destacado demonstra obrigatoriedade de crase considerando-se o termo regente “esquerda”.” não pode ser indicada como correta. A expressão “da esquerda à direita” é uma locução adverbial feminina de lugar. Usa-se crase nas locuções adverbiais femininas (de tempo, lugar ou modo) iniciadas por “a”. Exemplos: à tarde, à noite, à esquerda, à direita, às pressas, à distância. Portanto, o “à” é usado porque se trata de uma locução adverbial feminina de lugar, formada por substantivos femininos precedidos de artigo “a”. O termo “esquerda” não exige preposição “a” — o que confirma que a crase não decorre da regência, mas da formação da locução adverbial. A alternativa “D) Em “[...] mostrando como o vídeo serviu para reforçar junto à sociedade [...]” (2º§), o termo destacado poderia ser substituído por “a”, demonstrando ser facultativo o emprego do acento nesse caso.” não pode ser indicada como correta. O uso de “à” em “junto à sociedade” é obrigatório, pois decorre da regência de “junto”, que exige preposição “a”. A fusão da preposição com o artigo definido “a” do substantivo “sociedade” gera o acento grave indicativo de crase.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

BRANCA	VERDE
09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “ O título atribuído ao texto se relaciona à(ao): I. Tema desenvolvido no texto. II. Posicionamento de entidade pública. III. Possível compreensão de posicionamento do enunciador. IV. Ocorrência de fato de importante repercussão. Está correto o que se afirma em”, a alternativa “C) I, III e IV, apenas.” foi adequadamente indicada como correta. Tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. O item “II. Posicionamento de entidade pública.” é incorreto. O sujeito do enunciado é: “O alerta das redes”, ou seja, o agente da ação (“chega ao Congresso”) e não uma instituição oficial. O verbo “chega” indica movimento simbólico: o debate que começou nas redes passa a alcançar o Congresso. O Congresso aparece como destinatário da ação, não como agente: Ele recebe o alerta, é o local onde o debate chega. Portanto, o Congresso não se manifesta, não toma posição, nem emite opinião. Não há, portanto, posição institucional expressa por nenhuma entidade pública. O título tem um caráter informativo e avaliativo, típico de manchetes jornalísticas: “O alerta das redes chega ao Congresso” informa que o tema saiu do ambiente digital e alcançou a esfera política. “O urgente debate sobre ameaças digitais à infância” introduz o tema da pauta, reforçando sua relevância e urgência (avaliação do jornalista, não de uma entidade pública). Portanto, o enunciado apenas relata que uma discussão das redes sociais ganhou visibilidade política, sem revelar posição de nenhuma entidade pública.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ática, 2008.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA	VERDE
13	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Como o exercício 8 é obrigatório, resta ao aluno escolher mais 4 exercícios dentre os 7 restantes (1 a 7), e como a ordem não importa, trata-se de uma combinação de 7 elementos tomados 4 a 4, ou seja,

$$C_4^7 = \frac{7!}{4!3!} = 35$$

;
Portanto, há 35 conjuntos distintos de exercícios possíveis.

BRANCA	VERDE
18	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A medida de ampliar o horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e integrar os serviços de saúde mental à Atenção Primária está diretamente relacionada ao princípio da Integralidade da assistência, previsto na Lei nº 8.080/1990 e nas diretrizes do SUS. Ao oferecer atendimento ampliado e consolidar a atenção às diversas necessidades de saúde do usuário, a estratégia promove ações articuladas que abrangem a prevenção, o tratamento e a reabilitação de forma contínua.
A ampliação do horário possibilita maior acessibilidade e acompanhamento sistemático dos usuários, essenciais para o cuidado integral. A inclusão dos serviços de saúde mental na atenção primária garante uma abordagem mais abrangente às questões psiquiátricas, integrando cuidado preventivo, assistência e reabilitação em um só espaço, promovendo redução de barreiras ao acesso.
Portanto, a proposta reflete de forma clara e direta a implementação do princípio da Integralidade da assistência, que é um dos pilares do SUS, e que visa assegurar ações coordenadas, completas e contínuas no cuidado à saúde da população, em consonância com as orientações nacionais.
O gabarito correto é: C) Integralidade da assistência, porque promove ações articuladas que abrangem a prevenção, o tratamento e a reabilitação.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021. 118 p. : il. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRANCA	VERDE
25	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) compreendem fatores que estão ligados às condições sociais, econômicas, culturais e ambientais que influenciam a saúde da população. Essas condições explicam grande parte das desigualdades em saúde, incluindo o acesso aos serviços, as oportunidades de promoção da saúde e a ocorrência de doenças e mortes.

A alternativa B) destaca fatores estruturais como renda, escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, além de aspectos de gênero e etnia. Esses fatores representam elementos essenciais que moldam a condição de saúde de diferentes grupos populacionais, influenciando desde o determinismo social até o padrão de morbidade e mortalidade.
Os demais itens listados nas outras opções, embora relevantes para a compreensão da saúde individual ou de fatores comportamentais, não abrangem de forma integral e estruturada os fatores sociais que explicam desigualdades em saúde, que é o foco do conceito de DSS.
Portanto, a alternativa B reflete com precisão a definição de fatores que influenciam a saúde da população sob o prisma dos Determinantes Sociais da Saúde, conforme estabelecido na literatura e na Política Nacional de Saúde.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.358, de 23 de junho de 2006. Aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 jun. 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1358_23_06_2006.html.
- WHO – World Health Organization. Social determinants of health. Geneva: WHO, 2008. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/social-determinants-of-health.
- BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYXxNKhm/?lang=pt.

BRANCA	VERDE
28	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei Complementar nº 47/2018. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
I. As funções de confiança serão exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, mediante designação e dispensa pelo prefeito, observadas as designações privativas previstas em lei.
Julgamento: Correta, conforme redação do art. 2º, § 4º.
II. A evolução na carreira dos titulares de cargos de provimento efetivo dar-se-á por meio de progressão horizontal e vertical, conforme o caso, após o cumprimento do estágio probatório, por antiguidade e por merecimento, respectivamente.
Julgamento: Correta, conforme redação do art. 13.
III. Considera-se “grupo funcional” o agrupamento de cargos, de assemelhada qualificação profissional ou nível de complexidade de atribuições, para fins de evolução funcional.
Julgamento: Correta, conforme redação do art. 11, IX.
Todas as afirmativas são corretas, portanto.
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Complementar nº 47, de 20 de dezembro de 2018. Reorganiza o Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal e o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da administração direta e indireta do Município, e dá outras providências. [2018]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-complementar/2018/4/47/lei-complementar-n-47-2018-reorganiza-o-quadro-geral-de-pessoal-da-prefeitura-municipal-e-o-plano-de-cargos-carreiras-e-vencimentos. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA	VERDE
29	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 45, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Indaiatuba. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) A servidora terá direito a 180 dias de licença-maternidade, mas, durante o afastamento, a remuneração será reduzida em 30% e o período não será contado para fins de evolução na carreira.
Julgamento: A Lei Complementar nº 45/2018, em seu Art. 88, garante a licença-maternidade "sem prejuízo da remuneração". Portanto, a remuneração não pode ser reduzida. Além disso, o período da licença é considerado de efetivo exercício, o que não acarreta prejuízo para a evolução na carreira.
B) A licença-maternidade terá duração de 180 dias, mas o período de afastamento não será considerado de efetivo exercício, o que acarretará a perda de dias para fins de férias e licença-prêmio.
Julgamento: A afirmativa contraria o Art. 107, inciso V, alínea "a", da Lei Complementar nº 45/2018, que expressamente inclui a licença-maternidade como um afastamento de "efetivo exercício". A consideração do período como de efetivo exercício garante que não haverá perda de dias para fins de férias e licença-prêmio, o que torna a alternativa incorreta.
C) A servidora terá direito a 180 dias consecutivos de licença-maternidade, e o período de afastamento não implicará prejuízo na remuneração, sendo considerado como de efetivo exercício para todos os efeitos.
Julgamento: correta. O Art. 88 da Lei Complementar nº 45/2018, com a redação dada pela Lei Complementar nº 67/2020, prevê que a servidora gestante terá direito a "licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos sem prejuízo da remuneração". Além disso, o Art. 107, em seu inciso V, alínea "a", considera a licença-maternidade como um afastamento de "efetivo exercício". Desse modo, a servidora não sofre prejuízos em sua remuneração e o período é contado para todos os efeitos legais.
D) A licença-maternidade será de 120 dias, com a possibilidade de prorrogação por igual período, a critério da autoridade competente, e o período será considerado de efetivo exercício, mas haverá a perda de dias para efeito de antiguidade.
Julgamento: O Art. 88 da Lei Complementar nº 45/2018, na redação atual, estabelece 180 dias de licença-maternidade, e não 120 dias, com a possibilidade de prorrogação. A afirmativa também erra ao mencionar a perda de dias para efeito de antiguidade, pois o Art. 107, inciso V, alínea "a", considera a licença-maternidade como de efetivo exercício.
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:
- Lei Complementar nº 45, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Indaiatuba. [2018].

BRANCA	VERDE
30	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Indaiatuba/SP. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) Correta, pois a aprovação de leis que impactam a utilização de bens públicos, como parques e praças, exige o voto de dois terços dos membros da Câmara.

Julgamento: A LOM exige o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara para matérias específicas, listadas no Art. 54. A proibição da venda de bebidas em parques e praças não se enquadra nessa lista.
B) Correta, pois projetos de lei de iniciativa popular, que tratam de matéria de relevante interesse público, exigem a aprovação da maioria absoluta dos vereadores para sua validade.
Julgamento: A LOM não exige quórum de maioria absoluta para a aprovação de leis ordinárias de iniciativa popular. O Art. 45 da LOM estabelece que as leis ordinárias exigem o voto da maioria simples dos membros da Câmara, ressalvados os casos previstos nos Artigos 54 e 55. O Art. 50, § 2º, por sua vez, afirma que a tramitação de projetos de lei de iniciativa popular "obedecerá às normas relativas ao processo legislativo, estabelecidas nesta lei". A matéria em questão não se enquadra nas exceções que exigem maioria absoluta.
C) Incorreta, pois a Lei Orgânica não prevê quórum qualificado para a aprovação de projetos de lei ordinária, ainda que de iniciativa popular, e a aprovação se dá por maioria simples.
Julgamento: correto. O Art. 45 da LOM determina que as leis ordinárias exigem para sua aprovação o voto da maioria simples dos membros da Câmara. O projeto em questão, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em parques e praças, é uma lei ordinária e não se encaixa nas exceções previstas nos Artigos 54 e 55 da LOM, que exigem quórum qualificado. Além disso, a lei não faz distinção de quórum para projetos de iniciativa popular, submetendo-os às regras gerais do processo legislativo. Portanto, a decisão da Mesa está incorreta.
D) Incorreta, pois a recusa em promulgar o projeto configura uma usurpação do poder popular, devendo o projeto ser automaticamente promulgado, independentemente do quórum de votação e sem possibilidade de eventual veto pelo Executivo.
Julgamento: A recusa da Mesa em promulgar o projeto, sob a alegação de vício de quórum, realmente configura uma usurpação de poder. No entanto, a justificativa da alternativa está incorreta ao sugerir que a promulgação seria "automática". O Art. 51, § 7º, da LOM estabelece o procedimento a ser seguido caso o Prefeito (após sanção tácita ou rejeição do veto) ou o Presidente da Câmara não promulguem a lei no prazo de 48 horas: "caberá ao Vice-Presidente fazê-lo". Portanto, a LOM prevê um rito para a promulgação, mas não uma "promulgação automática". Além disso, um projeto de lei aprovado pela Câmara, ainda que de iniciativa popular, está sujeito à sanção ou veto do Prefeito, nos termos do Art. 51 da LOM.
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:
- Lei Orgânica do Município de Indaiatuba. [1990]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-organica. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA	VERDE
31	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A Questão exige que o candidato demonstre conhecimento sobre a evidência científica comparativa mais recente no manejo da dor cervical. O estudo de Hao et al. (2025), publicado em um periódico de alto impacto (*European Spine Journal*), oferece a síntese mais atualizada por meio de uma meta-análise em rede.
A alternativa A está em consonância com o ranking de eficácia comparativa estabelecido pela evidência mais recente, que posiciona HILT e ESWT como as opções com maior P-score.
As alternativas B, C e D contêm erros técnicos ou generalizações que são refutadas pelos resultados específicos da meta-análise em rede (Hao et al., 2025).
Dessa forma, a alternativa A é a única afirmativa sustentada pela evidência científica mais atualizada e pertinente ao questionamento proposto.

Fonte:
- Hao J, He Z, Huang B, Li Y, Remis A, Yao Z, Tang Y, Sun Y, Wu K. Comparative effectiveness of six biophysical agents on neck pain rehabilitation: a systematic review and network meta-analysis. *European Spine Journal* (2025) 34:2183–2200. https://doi.org/10.1007/s00586-025-08812-1.

BRANCA	VERDE
33	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A Alternativa A é a única que engloba os três critérios de alta confiabilidade utilizados conjuntamente para a estratificação inicial de risco de quedas em idosos, conforme amplamente preconizado na literatura científica (histórico de quedas, medo de cair e velocidade da marcha). As demais alternativas descrevem componentes da avaliação clínica aprofundada ou de intervenções que são aplicadas *após* a triagem positiva.

Fonte:

- Colón-Emeric CS, McDermott CL, Lee DS, Berry SD. Risk Assessment and Prevention of Falls in Older Community-Dwelling Adults: A Review. *JAMA*. 2024;331(16):1397-1406. doi:10.1001/jama.2024.1416.

BRANCA	VERDE
34	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão pede a abordagem inicial de avaliação fundamental do fisioterapeuta para identificar fatores de risco e a necessidade de intervenções em um caso de suspeita de LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos / Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho).
A opção D é a correta porque descreve os pilares de uma avaliação fisioterapêutica e ergonômica inicial:
Investigar o histórico detalhado (Anamnese): Entender a fundo os sintomas (dor, formigamento), sua localização, intensidade, frequência e fatores de melhora ou piora é o primeiro passo de qualquer avaliação de saúde.
Identificar a exposição (Frequência e duração): Quantificar o tempo de uso do computador (8-10 horas/dia) é essencial para estabelecer a relação entre o trabalho e os sintomas.
Observar padrões de movimento e postura (Avaliação Funcional/Ergonômica): Este é um ponto-chave. O fisioterapeuta precisa observar João *em seu ambiente de trabalho* (ou simulando-o) para identificar os fatores de risco biomecânicos específicos (postura inadequada da cadeira, do teclado, movimentos repetitivos do mouse, etc.) que estão causando e agravando o problema.
Somente após essa avaliação completa é que o profissional poderá traçar um plano de tratamento e intervenções preventivas adequadas (como pausas, exercícios, e orientações ergonômicas).
Por que as outras opções estão incorretas:
A) Recomendar o uso imediato de talas e analgésicos: Isso é uma *intervenção/tratamento*, e não uma *avaliação*. Prescrever qualquer tratamento sem uma avaliação prévia detalhada é inadequado.
B) Realizar uma avaliação postural e prescrever exercícios: Embora a avaliação postural seja parte do processo, esta opção já "pula" para uma *prescrição imediata* de exercícios cervicais, sem antes entender completamente a causa raiz do problema, que parece começar nos punhos e antebraços.
C) Solicitar exames de imagem: Exames como ressonância magnética ou ultrassonografia são complementares. Eles não são a abordagem *inicial* de avaliação do fisioterapeuta. A avaliação clínica (histórico e exame físico/funcional), como descrita na opção D, é soberana e é o que direciona a necessidade (ou não) de exames de imagem.

BRANCA	VERDE
35	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A Alternativa D abrange os dois pilares fundamentais da intervenção comportamental no manejo de fluidos: (1) a redução gradual de irritantes vesicais (cafeína) e (2) a manutenção de uma hidratação basal adequada, evitando a restrição hídrica geral. Esta abordagem é a mais completa e tecnicamente correta, podendo ser responsabilidade do fisioterapeuta fornecer tais orientações como parte do tratamento comportamental e do seu plano terapêutico.

Dessa forma, a Alternativa D é a única afirmativa que está em conformidade com as diretrizes de tratamento conservador baseadas em evidências para incontinência urinária em mulheres idosas que foi referência para esta questão.

Fonte:

- Goode, P. S., Burgio, K. L., Richter, H. E., & Markland, A. D. (2010). Incontinence in Older Women. *JAMA*, 303(21), 2172–2181. doi:10.1001/jama.2010. 749..

BRANCA	VERDE
36	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A alternativa A está correta, pois o Teste de Caminhada de 6 Minutos (TC6M) é um dos testes mais utilizados para avaliar a capacidade funcional como evidenciado em vários estudos clínicos e na metanálise de referência que avaliou a capacidade funcional de exercício em pacientes com Condição Pós-COVID-19 (CPC), e é uma medida de funcionalidade física indicada para ser utilizada no contexto da prática clínica por ser simples de ser realizada e requerer poucos recursos. As intervenções de reabilitação foram associadas a melhorias significativas nesta medida.
B) Incorreta. A Medida de Independência Funcional (MIF) é uma escala mais ampla de avaliação de independência em atividades diárias, não sendo o foco principal na capacidade de exercício.
C) Incorreta. A dinamometria de preensão manual avalia a força global ou da mão, mas não é o método primário para mensurar a capacidade funcional de exercício global conforme o texto.
D) Incorreta. A eletromiografia de superfície avalia a atividade elétrica muscular, mas não a capacidade funcional de exercício de forma integrada.

BRANCA	VERDE
37	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Embora a segurança do paciente seja primordial, o Art. 41, inciso VI, do Código de Ética afirma que o fisioterapeuta deve "denunciar ao Conselho Regional de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional qualquer fato que caracterize o exercício ilegal da profissão pelo acadêmico ou sujeição do acadêmico a situações que não garantam a qualificação técnico-científica do mesmo". Assumir a responsabilidade direta sem ser a supervisora formalmente designada e sem cumprir as proporções legais pode gerar uma responsabilidade indevida para a Dra. Ana Paula e não resolve a raiz do problema sistêmico da IES. A argumentação utilizada de que o fisioterapeuta deva assumir temporariamente a supervisão direta dos estagiários, não encontra sustentação no Art. 10 inciso 1 indicado, uma vez que no caso clínico da questão não foi indicada nenhuma situação de emergência, mas apenas uma situação rotineira de estágio.

BRANCA	VERDE
39	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A Alternativa D é a única que engloba as diretrizes fundamentais para o tratamento motor precoce em bebês de alto risco de PC (início imediato, treinamento ativo e tarefa-específico, capacitação parental e ambiente enriquecido), todas classificadas com Força Forte (Strong For) nas recomendações para o domínio motor.

BRANCA	VERDE
40	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A Alternativa D, ao sintetizar a necessidade de uma avaliação funcional global (AVDs/AIVDs) e a intervenção sobre a fraqueza muscular, a marcha e o equilíbrio, está em plena concordância com as recomendações de cuidado para o paciente idoso complexo com DPOC avançada. Esta abordagem é a mais adequada para cumprir o objetivo de maximizar a capacidade funcional e prevenir declínios, indo além do foco em componentes respiratórios isolados, que, embora importantes (Alternativa A), não representam a estratégia *mais adequada* para lidar com a complexidade geriátrica.
Dessa forma, a Alternativa D é a resposta que melhor reflete a abordagem prioritária baseada na evidência para este perfil de paciente.

Fonte:
- Fried, TR, Vaz Fragoso, CA, & Rabow, MW. Caring for the Older Person With Chronic Obstructive Pulmonary Disease. *JAMA*, 2012; 308 (12): 1254–1263. (Excerto: "idoso DPOC.pdf").

Cargo: Fonoaudiólogo

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância” indica:”, a alternativa “A) Termos sintaticamente subordinados.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O alerta das redes chega ao Congresso”, temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, “ao Congresso” exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em “à infância”, a expressão é subordinada ao termo “ameaças”, exemplificando a regência nominal. A alternativa “B) Equivalência quanto à função sintática.” não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância”, o termo “à infância” exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo “ameaças” exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição “a” + o artigo definido “a”, formando “à”. Portanto, “à infância” completa o sentido de “ameaças”, sem exercer ação. A alternativa “D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente.” não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:
- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
É importante esclarecer que a descrição apresentada no item III está em total conformidade com o conceito fundamental e amplamente aceito das Emissões Otoacústicas Produto de Distorção. Elas são, de fato, geradas no sistema auditivo interno quando dois tons puros (f1 e f2) com frequências e intensidades diferentes (L1 e L2) são apresentados simultaneamente no meato acústico externo.
Esta definição é corroborada pela literatura científica na área [1,2] , em que é explicitado que: "As Emissões Otoacústicas Produto de Distorção (EOAPD ou DPOAEs) são aquelas evocadas por dois estímulos de tons puros, com frequências (f1 e f2) e intensidades (L1 e L2) diferentes, apresentados simultaneamente no meato acústico externo".
A especificidade sugerida no recurso — "semelhantes desde que analisados na mesma banda de frequência" — é verdadeira em análises mais aprofundadas do fenômeno das DPOAEs. No entanto, a sua omissão não compromete a exatidão da descrição fundamental do mecanismo de evocação das DPOAEs, conforme apresentada na questão. A afirmativa III descreve o pré-requisito para a ocorrência do fenômeno, e não uma condição de análise ou semelhança específica dos tons.

Fonte:

- Marques, GHA. Estudo das Emissões Otoacústicas Produto de Distorção (EOAPD) em Crianças com Implante Coclear [Tese de Mestrado]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2003.
- Oliveira PF de, Novais AC, Reis LF, Santos RL dos, Santos ME de A, Andrade IVV de, Santos GLC, Oliveira OMS de. Otoemissões acústicas como indicador precoce de lesão coclear oculta induzida por quimioterapia com platina. Braz. J. Hea. Rev. [Internet]. 2025 Jun. 10;8(3):e80314. Available from: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/80314

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
É imperioso ressaltar que a literatura especializada[1,2] estabelece distinções claras entre eles:
Ponte de mucosa: eixo de tecido conjuntivo frouxo, teoricamente idêntico ao presente da lâmina própria, revestido pelo mesmo tipo de tecido estratificado que envolve a prega vocal. Pode se localizar em qualquer porção da prega vocal, sendo mais comum no terço médio da prega vocal.
Microdiafragma laríngeo: membrana que une a região anterior das pregas vocais, de forma triangular, com a inserção na comissura anterior. Geralmente passam desapercebidas por não causarem alterações mais expressivas do que uma freqüência fundamental ligeiramente aguda. Quando sua localização é subglótica, reduz a extensão da porção vibrante da prega vocal, interferindo no ajuste fonatório, contribuindo para o desenvolvimento de lesões secundárias como leucoplasias e nódulos vocais. Quando necessário o tratamento é cirúrgico.
Essa distinção anatômica é crucial para a compreensão precisa das alterações estruturais mínimas. A questão, ao descrever uma "pequena membrana mucosa na comissura anterior das pregas vocais ", encaixa-se especificamente na definição e características que a literatura associa ao microdiafragma laríngeo.
Portanto, a afirmativa de sinonímia absoluta e intercambialidade dos termos, como sugerido no recurso, não se sustenta quando analisada sob a perspectiva da precisão anatômica e histológica que a literatura especializada frequentemente adota para diferenciar essas condições. A alternativa D) Microdiafragma laríngeo permanece como a resposta mais precisa para a descrição fornecida na questão.

Fonte:

- Behlau M, Pontes P, Brasil O. Disfonias Funcionais. In: Behlau M. Voz: o livro do especialista. Rio de Janeiro: Revinter; 2001. P 247-93
- Braga NJ, Domingos SFO, Atherino CCT, Schott TCA, Silva JS. Nódulos Vocais: análise anátomo-funcional. Rev CEFAC. 2006;8(2):223-9

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A avaliação da psicodinâmica vocal se concentra primariamente no impacto psicológico, social e emocional que a qualidade da voz de um indivíduo gera no ouvinte e no próprio falante. Ela busca compreender como a voz é percebida em termos de personalidade, emoção e aceitação/rejeição social, e como esses aspectos influenciam a comunicação interpessoal. Ou seja, trata do impacto transmitido pela voz em si e seus aspectos emocionais.
Por outro lado, a análise da integração corpo-voz, a comunicação não verbal expressa pela postura corporal e a consciência das regiões corporais envolvidas na produção vocal são aspectos que pertencem à avaliação corporal, da postura. Esta avaliação explora como o corpo, em sua totalidade (respiração, postura, tônus muscular, gestos), interage e influencia a produção vocal. Pacientes com disfonia podem, de fato, apresentar alterações na consciência corporal, impactando a coordenação pneumofonoarticulatória, mas essa análise é parte da avaliação miofuncional ou corporal da voz, e não da psicodinâmica vocal.
Embora seja possível estabelecer uma inter-relação entre os aspectos psicológicos e corporais na voz, a afirmativa D estabelece uma conexão direta e exclusiva da avaliação da psicodinâmica vocal com a "comunicação não verbal" *através da postura corporal* e a "integração corpo-voz" *relacionada à consciência das regiões corporais*. Esta associação é imprecisa. A avaliação da psicodinâmica vocal, embora possa tangenciar aspectos não verbais da comunicação, tem como foco principal o significado psicológico e social da voz.
Dessa forma, a afirmativa D atribui à avaliação da psicodinâmica vocal funções que são mais características da avaliação corporal, tornando-a conceitualmente incorreta no contexto da questão.
Diante do exposto e com base na fundamentação técnico-científica[1], considera-se IMPROCEDENTE o recurso, mantendo o gabarito original da Questão 38.

Fonte:

- Behlau M, Madazio G, Feijó D, Pontes P. Avaliação da voz. In: Behlau M. Voz: o livro do especialista. Rio de Janeiro: Revinter; 2001. P 296-327

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
As técnicas de empuxo são exercícios que visam aumentar a força de adução das pregas vocais, geralmente indicadas para casos de hipoadução glótica, para aumentar a intensidade vocal. No entanto, a descrição "diante da hiperadução glótica" (excesso de fechamento) é contraditória com o objetivo de "diminuição da voz comprimida e estrangulada". Uma voz comprimida e estrangulada já indica um quadro de tensão excessiva ou hiperadução. Aplicar técnicas de empuxo em um cenário de hiperadução glótica tenderia a agravar a compressão e o estrangulamento, não a diminuí-los. Portanto, a descrição apresentada na alternativa B é conceitualmente inconsistente.
Sobre a Alternativa C (Considerada Correta - Alvo do Recurso): "Técnicas de resistência glótica, vocal fry ou empuxo podem ser utilizadas em disfunções velofaríngeas associadas a quadros hipocinéticos por aumentar a amplitude dos movimentos dos músculos envolvidos no fechamento velofaríngeo."
É fundamental distinguir entre insuficiência velofaríngea (que envolve um déficit estrutural e geralmente requer correção cirúrgica) e incompetência velofaríngea (que se refere a um déficit motor ou neurológico, como frequentemente ocorre na disartria hipocinética em Parkinson).

No contexto da disartria hipocinética, a hipernasalidade resultante da disfunção velofaríngea é, muitas vezes, atribuída à incompetência velofaríngea, caracterizada por fraqueza e reduzida amplitude de movimento dos músculos do palato mole e da faringe. Terapias de voz e fala para disartria hipocinética, como a Terapia de Voz Lee Silverman (LSVT LOUD) e outras abordagens que visam aumentar o esforço vocal e a amplitude dos movimentos do sistema fonatório como um todo, podem ter um efeito generalizado.
Técnicas que promovem maior esforço glótico e aumento da pressão subglótica (como as que envolvem resistência glótica ou empuxo moderado, dentro de um contexto terapêutico de aumento de loudness e esforço) podem indiretamente fortalecer e melhorar a coordenação muscular de toda a região orofaríngea e velofaríngea. Ao estimular um maior recrutamento muscular e a ampliação dos movimentos de todo o trato vocal, é razoável considerar que a amplitude dos movimentos dos músculos envolvidos no fechamento velofaríngeo também possa ser beneficiada em casos de incompetência velofaríngea de origem neurológica. A afirmativa usa o termo "podem ser utilizadas" e "por aumentar a amplitude", indicando uma possibilidade terapêutica e não uma única alternativa. Não há menção de que tais exercícios geram resultados positivos somente para o fechamento velofaríngeo, mas que podem ajudar a aumentar a amplitude dos movimentos musculares dessa região.
Portanto, no contexto da reabilitação da disartria hipocinética, a alternativa C descreve uma estratégia terapêutica plausível, cujo objetivo é o aprimoramento da amplitude dos movimentos musculares, incluindo os do fechamento velofaríngeo.

Fontes:

- Carrara-De Angelis E, Barros APB. Reabilitação das Disartrofonias. In: Ortiz KZ. Distúrbios neurológicos adquiridos: fala e deglutição. 2. Barueri: Ed. Manole; 2006. p 54-71.
- Theodoros DG, Murdoch BE. Disartria hipocinética. In Murdoch be. Disartria: uma abordagem fisiológica para avaliação e tratamento. São Paulo: Ed. Lovise; 2005. P 299-350.

Cargo: Historiador

BRANCA
06

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.
Essa questão exige o conhecimento sobre o uso dos “porquês”.
No contexto em análise, a expressão “O motivo pelo qual” poderá ser substituída corretamente por “por que”. A frase ficaria: “...por que pica-paus não têm dor de cabeça...”.
Segue uma breve explicação sobre o emprego dos “porquês”.
1. Por que (separado e sem acento)
Usado em perguntas, tanto diretas quanto indiretas. Também pode ser substituído por "pelo qual", "pela qual", "pelos quais", "pelas quais".
Exemplos: Por que você não veio ontem? / Não sei por que ele fez isso. / A estrada por que passamos está em más condições.
2. Por quê (separado e com acento)
Usado no final de frases, indicando pergunta ou dúvida. Também pode ser usado no final de frases com o mesmo sentido de "por qual razão" ou "por qual motivo".
Exemplos: Você não vai à festa, por quê? / Ele não quis sair, por quê?
3. Porque (junto e sem acento)
Usado para responder perguntas, explicar ou dar motivos. Pode ser substituído pela conjunção "pois".
Exemplos: Fui ao médico porque estava doente. / Não fui à festa porque estava cansado. / Ela não veio porque estava doente.
4. Porquê (junto e com acento):
Usado como substantivo, com sentido de "motivo", "razão", "causa". Pode ser precedido por artigo, pronome ou numeral.

Exemplos: Não sei o porquê de tanta confusão. / Quero entender o porquê dessa atitude. / Existem vários porquês para essa decisão.
Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A crase é a fusão do "a" preposição com o "a" artigo. Portanto, considerando os casos mais comuns, só há ocorrência de crase quando o verbo ou o nome exigir preposição e o substantivo for feminino, pois poderá ser antecedido por um artigo também feminino. O acento que indica que houve fusão entre o artigo e a preposição é o acento grave (`).
INCORRETO: I. Na passagem "...em algo que à primeira vista não traz retorno..." (1º§), a supressão da crase não altera semanticamente o fragmento.
A supressão do acento grave altera o sentido do enunciado, pois a expressão adverbial de tempo "à primeira vista" passaria a exercer função de sujeito. Com isso, algo que não traria retorno inicialmente, sem o acento grave, daria a ideia de que a primeira vista é que não daria retorno para alguém ou para alguma coisa.
CORRETO: II. No fragmento "...que vão da psicologia à economia..." (7º§), se a preposição "até" for anteposta ao substantivo "economia", a crase será facultativa.
A crase com a preposição "até" será facultativa quando seguida de um termo feminino. Isso significa que tanto a forma com crase ("até à") quanto a forma sem crase ("até a") são consideradas corretas.
Faz-se necessário esclarecer que o foco de análise do excerto II incide sobre a preposição "até" ANTES da palavra "economia" e considerando, é claro, o artigo "a" posposto à preposição "até": "até à economia" ou "até a economia".
CORRETO: III. No excerto "...células que respondiam às cócegas..." (4º§), caso o verbo "responder" fosse substituído por "reagir", o acento grave deveria ser mantido.
Se houvesse substituição do verbo "responder" por "reagir", o acento grave deveria ser mantido porque ambos os verbos apresentam a mesma regência, ou seja, são transitivos indiretos, regidos pela preposição "a". Assim, a crase permaneceria obrigatória: "...células que reagiam às cócegas..."

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.

- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conforme as informações do enunciado, em um campeonato de videogame, vários jogadores competem em três partidas consecutivas. Em cada partida não há empate, e os três melhores pontuadores recebem pontos da seguinte forma: 1º lugar: 5 pontos; 2º lugar: 3 pontos; e 3º lugar: 2 pontos. Os demais jogadores não recebem pontos. Assim, a pontuação máxima para cada jogador é 5+5+5 = 15 e a pontuação mínima é 0+0+0 = 0. Suponha, sem perda de generalidade, que o jogador A ganhou duas partidas e ficou em terceiro lugar na partida restante. Assim, o jogador A pontuou 5+5+2 = 12 pontos. O máximo que um jogador B pode pontuar é ficar em segundo lugar nas duas partidas vencidas pelo jogador A e ficar em primeiro lugar na partida que não teve o jogador A como vencedor. Assim, o jogador B pontua 3+3+5 = 11. Logo, com 12 pontos tem-se a garantia de terminar o campeonato em primeiro lugar isolado.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A afirmativa realmente é incorreta, senão vejamos. O caput do artigo 37 da CF/88 define os cinco princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Os princípios possuem conceitos próprios, mas às vezes, nos casos concretos, suas definições "se tocam" no propósito de manter a retidão nos atos de administração pública.
Note-se, nesta assertiva, que é aceitável que Maria França tenha violado a impessoalidade ao não informar o fato à sua chefia, pois tratou seu primo de maneira pessoal e diferente do que teria feito com outro cidadão que não fosse seu parente. Todavia, muito mais a servidora contrariou o princípio da moralidade, pois não comunica o fato à chefia superior, faltando com a probidade, a lealdade e a honestidade em sua atuação, preceitos éticos obrigatórios para o servidor, em respeito à moralidade administrativa.
O princípio da moralidade obriga os agentes públicos a atuarem em conformidade com os princípios éticos e a legalidade. Faltou à Maria França, pelo menos, a honestidade para com a administração ao deixar de comunicar à chefia o pedido de João Brasil, que teria resultado ilegal caso anuído por Maria França.
A título de reflexão, são largamente praticados nas administrações públicas de todos os entes, em todos os níveis, comportamentos funcionais já normatizados em códigos infralegais deontológicas, pelos quais o servidor público, por exemplo, tem o dever de comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, e exigindo as providências cabíveis. Daí aceitar com clareza que houve, ao menos, desídia de Maria França no que pertine a impessoalidade, dentro de um contexto "macro" de ética profissional.
Mas, a assertiva incluiu no seu texto o princípio da publicidade, tornando-a incorreta. O conceito é totalmente dispare do que afirma a assertiva, estando aí o erro fulcral na alternativa quando afirma que houve violação à publicidade. A finalidade deste princípio é conferir a mais ampla divulgação pública dos atos da Administração Pública, com seus resultados e ações bem acessíveis aos seus administrados. É mecanismo fundamental entre os princípios da administração pública, pois possibilita o controle da legitimidade da conduta dos agentes administrativos, mas não havendo nenhuma correlação com o fato de Maria França não ter comunicado o ocorrido à sua chefia superior.
As demais alternativas são verdadeiras e estão em consonância com as diretrizes constitucionais sobre os princípios da administração pública, razão pela qual não atendem ao enunciado; a saber:
B) "Se Maria França tivesse anuído em atender ao pedido de João Brasil teria violado o princípio da legalidade".
É correta. É cediço que se Maria França aceitasse e reduzisse o valor venal do imóvel, estaria a mesma praticando ato ilegal, logo violando o princípio da legalidade.
C) "O servidor público tem o dever de atuar pautado nos princípios constitucionais da administração pública da publicidade, eficiência, legalidade, moralidade e impessoalidade".

Evidentemente correta, pois o artigo 37, caput da CF/88 define os cinco princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
D) “Sendo o ato de João Brasil contrário ao interesse público, Maria deveria ter comunicado imediatamente o fato à sua chefia, em respeito ao princípio da moralidade que preza pelos valores éticos de probidade e lealdade na administração pública”.
Também está correta a afirmação. Como já explicado na justificativa da alternativa correta (A), realmente ocorreu evidente inobservância da moralidade administrativa por parte de Maria França ao evitar comunicar os fatos à chefia superior.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988. Título III – Da Organização do Estado. Capítulo VII – Da Administração Pública. Seção I – Disposições Gerais.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 46 ed. Editora Juspodivm, 2025.
- MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 35 ed. Saraiva Jur, 2019.

BRANCA
24

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma apresenta erro na redação do comando da questão, a partir do que, passa a haver três alternativas que atendem ao enunciado e comando da questão.
A questão aborda a Constituição da República em seu Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo II – Dos Direitos Sociais. Trata-se de conteúdo programático constante do edital do certame.
No comando da questão 24 deveria constar o critério da “exceção” dentre as afirmativas corretas, de modo que alcançaria a única alternativa que realmente destoa das regras e princípios dos direitos sociais: a alternativa B. Mas, por erro material, o termo “exceto” não constou do comando da questão e a afirmativa B, que deveria formar o gabarito, se tornou a única que não atende ao enunciado. Desse modo, restaram três respostas corretas que atendem ao enunciado constante da questão (alternativas A, C e D), o que causa inequívoca nulidade da questão.
Assim, a questão de prova não apresenta uma única alternativa que atenda ao seu enunciado e comando, motivo pelo qual delibera-se pela PROCEDÊNCIA dos recursos e consequente anulação da Questão.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988. Título III – Da Organização do Estado. Capítulo VII – Da Administração Pública. Seção I – Disposições Gerais.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 46 ed. Editora Juspodivm, 2025.
- MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 35 ed. Saraiva Jur, 2019.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), temática constante do conteúdo programático do edital.
A alternativa B é a única assertiva correta, cuja redação é a seguinte:
“No tratamento de dados pessoais, considera-se a primeira pessoa natural como o operador e a segunda pessoa como o encarregado.” G.N.
A assertiva está correta, pois as definições em seu texto, considerando o contexto do enunciado, se adequam perfeitamente à LGPD, no seu artigo 5º, incisos VII e VIII, respectivamente. Ipisis litteris:
“Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se: (...)

VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador; (...)
VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Agência Nacional de Proteção de Dados – ANPD;"
As demais alternativas não retratam a verdade por estarem claramente em desacordo com a LGPD, a saber:
A) "A empresa é o controlador e a segunda pessoa natural é o operador".
É incorreta. Note-se que a empresa realmente é o controlador (artigo 5º, VI, LGPD), mas a segunda pessoa é o encarregado e não o operador com afirma a assertiva, residindo aí o erro na alternativa (inciso VIII do artigo 5º da Lei).
C) "O órgão da administração pública mencionado é o controlador, e a empresa é a titular para fins da operação de tratamento de dados".
A alternativa está plenamente incorreta. Na primeira afirmação, o erro está no fato de que o órgão da administração pública responsável por zelar e fiscalizar o cumprimento da LGPD não é o controlador, mas sim a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), conforme artigo 5º, XIX e artigo 55-A e seguintes do Capítulo IX – Seção I – Da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Na segunda afirmação, na verdade, a empresa é o controlador (artigo 5º, VI, LGPD). A empresa não é o titular no tratamento de dados como afirma a assertiva. O titular no tratamento de dados é a pessoa física a quem se referem os dados pessoais, de acordo com o artigo 5º, V, LGPD.
D) "A primeira pessoa natural é o encarregado e o órgão da administração pública é a autoridade nacional, denominada Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)".
Também está incorreta a afirmação, visto que a primeira pessoa é o operador e não o encarregado como afirma a alternativa (artigo 5º, VII da Lei), estando aí o erro. O órgão da administração pública mencionado no enunciado realmente é a ANPD, conforme artigos 5º, XIX, e 55-A e ss. (Cap. IX – Seção I – Da ANPD).

Fonte:

- Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) O retorno do servidor à atividade é ilegal, pois a lei proíbe a reversão, independentemente do motivo.
Julgamento: A Lei Complementar nº 45/2018 não proíbe a reversão. Pelo contrário, ela a regulamenta nos Artigos 23 e 24, e o Art. 23, I, estabelece que a reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando a junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria. Portanto, a afirmativa de que a lei proíbe a reversão é falsa.
B) Trata-se, nesse caso, do instituto da reintegração, uma vez que sua demissão foi invalidada por decisão administrativa.
Julgamento: Incorreta. O Art. 25 da Lei Complementar nº 45/2018 define reintegração como a "reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, com ressarcimento de todas as vantagens". O caso hipotético trata de um servidor aposentado por invalidez, e não demitido, o que torna a reintegração inaplicável.
C) O servidor poderá retornar à atividade, mas não para o mesmo cargo, pois isso somente seria permitido se a aposentadoria tivesse sido voluntária, o que não é o caso.
Julgamento: O Art. 23 da Lei Complementar nº 45/2018 prevê a reversão tanto para aposentadorias por invalidez quanto para as voluntárias. Portanto, a afirmativa de que a reversão só seria permitida se a aposentadoria fosse voluntária está errada.
D) O retorno do servidor à atividade, nesse caso, é denominado reversão, e deve ser feito no mesmo cargo que ele ocupava ou em um cargo resultante de sua transformação.

Julgamento: correta. O Art. 23, I, da Lei Complementar nº 45/2018, define a reversão como o "retorno à atividade de servidor aposentado: I - por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria". O § 1º do mesmo artigo complementa que "A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação". Portanto, o retorno do servidor à atividade é chamado de reversão e ocorrerá no mesmo cargo ou em um cargo transformado.

Fonte:

- Lei Complementar nº 45, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Indaiatuba. [2018]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-complementar/2018/4/45/lei-complementar-n-45-2018-dispoe-sobre-o-regime-juridico-dos-servidores-publicos-do-municipio-de-indaiatuba. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado da questão aponta que entre o final do século XV e o início do século XVI, a Espanha constituiu na América um imenso império colonial, no qual a sociedade colonial se apresentava rigidamente hierarquizada. A posição social do indivíduo era definida pelo nascimento, tradição e riqueza. O comando da questão requer que o candidato relacione a primeira coluna com a segunda, e marque a alternativa que apresenta a sequência correta. O enunciado está claro, embora tenha uma palavra trocada, não prejudica a compreensão da questão, visto que as razões recursais inclusive dispõem sobre o tema tratar claramente da divisão da sociedade colonial, e a explica de forma que justifique o gabarito oficial. Dessa forma a banca compreende que o candidato teve condições de resolver a questão sem interferências. O recurso é improcedente.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Consideramos que a questão apresentada está bem fundamentada, pois aborda aspectos históricos de uma sociedade complexa, pluriétnica e de grande porte, distanciando-se de narrativas simplistas ou idealizadas. O Quilombo de Palmares foi o mais duradouro e o maior quilombo da história do Brasil. O número de 20.000 é frequentemente utilizado para demonstrar a sua magnitude. Embora as estimativas variem, o número de vinte mil habitantes é citado e considerado pela historiografia para o período de auge do Quilombo. Embora os números exatos possam ser objeto de debate, muitas hipóteses consideram essa estimativa. Da forma como foi redigida a terceira afirmativa da questão, podemos atentar para a palavra "estima-se", na qual deixa subentendido que existe uma projeção, e não uma certeza sobre a informação apresentada. A palavra evita apresentar o número de 20.000 como um fato histórico inquestionável e absoluto, o que seria incorreto. Ela mostra que a afirmação se baseia em uma projeção de magnitude, mas não em uma contagem precisa e única. Nesse sentido, o recurso é considerado improcedente e permanece o gabarito.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O Estuário do Rio da Prata (que é o local onde os rios Paraná e Uruguai se encontram com o Oceano Atlântico, entre Argentina e Uruguai) contribuía de uma forma estratégica para a ligação entre Mato Grosso e o Rio de Janeiro, especialmente na segunda metade do século XIX. O Estuário era o centro das disputas diplomáticas e militares do Império Brasileiro. Ao garantir o livre trânsito no Estuário e nos rios que a ele afluem (uma política central do Império, que culminou na Guerra do Paraguai), o Brasil assegurava que a província de Mato Grosso não ficasse isolada e pudesse

ser integrada à defesa nacional. Nesse sentido, ao analisar as afirmativas, consideramos que a afirmativa mencionada no recurso está correta, o gabarito é mantido.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A criação de clubes vinculados à empresas que recrutavam operários para seus times afrontava as barreiras sociais existentes no futebol. De certo modo pode se pensar que futebol tornou-se um dos primeiros e mais significativos exemplos de incorporação desses setores populares numa sociedade caracterizada pela cidadania restritiva. Dessa forma, um dos principais motivos que levaram os setores populares a criar times de futebol no Brasil é representação da existência negada em outros campos sociais. Gabarito mantido, recurso improcedente.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O Brasil é um Estado laico, com a adesão à ideia de secularização. Ainda assim, a religião não deixou de estar presente na política doméstica e nacional. A predominância do pluralismo cristão brasileiro, convive com outras religiosidades universais, de menor representatividade como a Espírita, Judaica, Hindu, Budista, Islâmica, etc. Além destas, podem-se destacar às religiosidades de matriz africana/afroreligiosidades ou religiões afrobrasileiras, como Candomblé, Umbanda, Quimbanda, Batuque, entre outras. O batuque, também conhecido como "nação", é uma religião afro-brasileira, conhecida no território nacional. Acreditamos que a compreensão da diversidade religiosa e cultural que permeia o Brasil é essencial para qualificar o trabalho de historiadores. A alternativa que melhor representa o batuque se refere a diversidade de populações de origem africana, proporcionou a sua divisão em diferentes "modalidades de culto", ou "lados", ou "nações". A questão se relaciona com o conteúdo programático. O gabarito é mantido. Recurso Improcedente.

Fonte:
- CARDOSO, Danilo José. "A minha nação é nagô": a influência do batuque sobre a construção do habitus de jovens da classe média. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010

Cargo: Médico - Anestesista

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância" indica:", a alternativa "A) Termos sintaticamente subordinados." foi adequadamente indicada como correta. Em "O alerta das redes chega ao Congresso", temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, "ao Congresso" exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em "à infância", a expressão é subordinada ao termo "ameaças", exemplificando a regência nominal. A alternativa "B) Equivalência quanto à função sintática." não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais

à infância", o termo "à infância" exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo "ameaças" exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição "a" + o artigo definido "a", formando "à". Portanto, "à infância" completa o sentido de "ameaças", sem exercer ação. A alternativa "D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente." não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Embora a ação de ampliar o horário de funcionamento das UBS e integrar serviços de saúde mental à Atenção Primária possa, de fato, estar relacionada à diretriz da Descentralização, conforme bem demonstrado no recurso, a banca considera que a Integralidade da assistência é o princípio do SUS que mais diretamente se relaciona à medida proposta.

A integralidade da assistência, conforme preconizada na Lei nº 8.080/90, pressupõe a oferta de um cuidado abrangente e contínuo aos usuários do SUS, considerando todas as suas necessidades de saúde, em todos os níveis de atenção. A ampliação do horário de funcionamento das UBS e a integração de serviços de saúde mental à Atenção Primária visam justamente ampliar o acesso da população a serviços de saúde mais próximos de suas necessidades, oferecendo um cuidado mais completo e coordenado.

O fato de a medida ser implementada em nível municipal, com autonomia para adaptação às necessidades locais, não invalida a sua relação intrínseca com a integralidade da assistência. A descentralização é um meio para alcançar a integralidade, permitindo que os municípios planejem e executem ações de saúde que atendam às particularidades de suas populações.

Ademais, a integração dos serviços de saúde mental à Atenção Primária representa um avanço na garantia do cuidado integral à saúde, uma vez que reconhece a importância da saúde mental como parte integrante da saúde geral dos indivíduos. Essa integração permite que os usuários do SUS tenham acesso a serviços de saúde mental mais próximos de suas casas e de suas comunidades, facilitando o acesso ao tratamento e promovendo a reabilitação.

Em resumo, a banca entende que, embora a Descentralização seja uma diretriz fundamental do SUS e possa estar relacionada à medida descrita na questão, a Integralidade da assistência é o princípio que mais diretamente se relaciona à ação proposta, justificando a manutenção do gabarito oficial na alternativa C.

Fonte:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

- BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2017.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Após avaliação rigorosa do conteúdo normativo, da literatura de referência e dos documentos oficiais, a banca examinadora reafirma seu entendimento e manteve o gabarito em letra B.
O conceito de DSS, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) e pela Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS, Brasil, 2008), abrange um amplo conjunto de fatores que influenciam o estado de saúde e o bem-estar das populações. Essa definição inclui condições sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais, psicológicas e comportamentais — abrangendo indicadores como renda, nível de escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, fatores ambientais, além de comportamentos ligados à alimentação, atividade física e uso de serviços de saúde e vacinação.
A alternativa B, ao citar influências como renda, escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, além de gênero e etnia, alinhando-se às referências oficiais, contempla fatores diretamente relacionados à estrutura social e econômica que moldam a saúde da população, como destacado nos documentos do Ministério da Saúde e da OMS.
A alternativa A, embora também reconheça fatores ambientais, educação, alimentação, trabalho, atividade física e vacinação, apresenta-se de modo mais abrangente, porém, ela não captura toda a dimensão dos determinantes sociais estruturais, aspectos que os principais documentos reconhecem como essenciais na compreensão do tema.
Assim, a decisão da banca de manter o gabarito na letra B baseia-se na reputação das referências oficiais, que atribuem primordialidade aos determinantes econômicos e sociais, e na interpretação do conteúdo programático como prioridade, especialmente pelos critérios de objetividade e alinhamento às fontes protocoladas.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
a questão é clara ao solicitar que sejam seguidas as orientações da Diretriz da Sociedade Brasileira de Diabetes (2023) sobre as recomendações específicas para o uso adequado de diferentes tipos de insulina.
Este documento é voltado à prática clínica e não restrito ao contexto de políticas públicas ou protocolos do SUS. O PCDT do Ministério da Saúde (2022), citado pelo recorrente, tem natureza distinta: trata-se de um protocolo de custeio e padronização terapêutica para o SUS, que prioriza custo-efetividade e disponibilidade na rede pública, e não recomendações clínicas individualizadas — escopo claramente diferente daquele previsto na questão.
A própria SBD reconhece que, embora as insulinas humanas (NPH e regular) apresentem eficácia comparável quanto ao controle da glicemia, os análogos de insulina são superiores, pois:
apresentam perfil de ação mais fisiológico,
menor variabilidade de absorção,
reduzem episódios de hipoglicemia, especialmente noturna,
e favorecem melhor controle glicêmico pós-prandial e adesão terapêutica.
Na diretriz citada, é exposto, ipsis litteris: "Apesar das insulinas NPH e regular terem menor custo, os análogos de insulina são superiores em farmacocinética e apresentam menor risco de hipoglicemia, melhor controle pós-prandial e maior adesão. Deve-se priorizar análogos sempre que possível."
Embora estudos demonstrem controle glicêmico semelhante (HbA1c) entre insulinas humanas e análogas quando bem ajustadas, o risco de hipoglicemia e a variabilidade glicêmica são parâmetros clínicos relevantes e repetidamente destacados nas diretrizes como favoráveis aos análogos.
Assim, não se trata apenas de eficácia metabólica, mas de segurança e adesão, que são determinantes na escolha terapêutica em DM1.

A afirmativa III afirma categoricamente que as insulinas NPH e regular “devem ser preferidas” aos análogos. Tal expressão contraria a recomendação das principais diretrizes clínicas, que indicam o uso preferencial dos análogos em condições ideais e não o inverso.
A questão avalia corretamente o conhecimento sobre o uso clínico individualizado da insulinoterapia intensiva, conforme preconizado pela SBD 2023–2024.
A afirmativa III contém erro conceitual, pois inverte a prioridade recomendada entre análogos e insulinas humanas.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
As TG18 definem os critérios diagnósticos de colangite aguda organizados em três grupos:
A – Inflamação sistêmica: febre/tremeores e/ou evidência laboratorial de resposta inflamatória (p.ex., leucócitos <4.000 ou >10.000; PCR elevada).
B – Colestase: icterícia (BT ≥ 2 mg/dL) e/ou enzimas hepáticas colestáticas/hepáticas >1,5× LSN (ALP, GGT, AST/ALT).
C – Imagem: dilatação biliar e/ou evidência etiológica (cálculo, estenose, stent).
De acordo com as TG18, o diagnóstico definitivo requer obrigatoriamente a presença de pelo menos um critério em cada um dos três grupos (A + B + C); já o “suspeito” requer A + (B ou C).
O comando solicitou expressamente: “Segundo os critérios diagnósticos dos Guidelines de Tokyo 2018… qual alternativa configura corretamente a *combinação mínima* de critérios exigida para um *diagnóstico definitivo* de colangite aguda?”
O termo “diagnóstico definitivo” é nomenclatura técnica padronizada nas TG18, distinta de “suspeito”, e remete de forma objetiva ao arranjo A + B + C. Não há exigência de que o enunciado reproduza a tabela ou rotule “A/B/C” dentro das alternativas, pois a prova avalia se o candidato reconhece, na prática, quais achados pertencem a cada grupo. As alternativas foram redigidas com itens clínico-laboratoriais e de imagem concretos, permitindo o mapeamento inequívoco aos grupos das TG18. Logo, não há ambiguidade: o comando delimita a fonte (TG18), o desfecho (“diagnóstico definitivo”) e solicita a combinação mínima, que nas TG18 é A + B + C.
O comando foi objetivo ao ancorar-se nas TG18 e ao empregar a expressão técnica “diagnóstico definitivo”, que vincula-se de forma inequívoca ao arranjo A + B + C nas diretrizes. As alternativas permitem o mapeamento direto aos grupos A/B/C. Apenas a alternativa D contempla um critério de cada grupo com os cortes corretos, exatamente como preconizam as TG18.Portanto, não há ambiguidade redacional capaz de justificar anulação.

Fonte:

- Kiriyama S, Takada T, Strasberg SM, Solomkin JS, Mayumi T, Pitt HA, et al. Tokyo Guidelines 2018: diagnostic criteria and severity grading of acute cholangitis (with videos). *J Hepatobiliary Pancreat Sci*. 2018;25(1):17–30. doi:10.1002/jhbp.512

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado delimita claramente o foco da pergunta:
“... durante a fase de manutenção anestésica, sob anestesia geral venosa total com propofol e remifentanil...”
Esse ponto é fundamental: a questão não aborda a indução, o despertar nem os estados extremos de depressão cortical, mas sim o padrão eletroencefalográfico típico da manutenção anestésica, em níveis de profundidade progressiva e controlada.
Portanto, o objetivo da questão é avaliar se o candidato reconhece as alterações esperadas do EEG durante a manutenção anestésica.
As fases do EEG durante a anestesia geral são descritas de forma didática, agrupando achados eletroencefalográficos em quatro estágios progressivos de profundidade anestésica (fases 1 a 4).
Fase 1 – anestesia leve: ocorre redução da atividade β (rápida) e aumento da atividade α e δ.

Fase 2 – intermediária: há diminuição adicional da β e predomínio das ondas α e δ.
Fase 3 – profunda: padrão de alta amplitude e baixa frequência, podendo evoluir para surtos e supressão.
Fase 4 – isoelétrica, representando depressão cortical extrema.
Assim, a alternativa A reflete fielmente o padrão da fase 1. A presença de pequenas componentes delta nessa fase não é incompatível com anestesia leve, pois a transição entre os padrões é gradual e dependente do agente anestésico, especialmente sob uso de propofol, que induz ondas alfa e lentas frontais desde níveis leves de hipnose. A presença de ondas delta em estágios leves não significa que elas sejam o padrão predominante.
A alternativa D afirma:
"Na fase 4, com o aumento da profundidade anestésica, observa-se atividade elétrica de baixa amplitude em frequência alta, apresentando padrão de surtossupressão."
De fato, a descrição não corresponde ao padrão clássico de *burst-suppression*, que é caracterizado por surtos de alta amplitude e baixa frequência alternados com períodos de supressão isoelétrica.
A fase 4 é caracterizada predominantemente por EEG isoelétrico, o que torna o conteúdo da alternativa D incompatível com a descrição clássica da fase 4, reforçando que ela não poderia ser considerada correta.
Cabe salientar que o EEG isoelétrico é o padrão mais esperado na fase 4 (anestesia extremamente profunda), mas não obrigatório, pois pode haver transições com períodos de *burst-suppression* antes da completa supressão elétrica. Assim, a questão não incorre em erro conceitual — apenas descreve o padrão esperado mais comumente associado à fase final da manutenção anestésica profunda.
O *Tratado de Anestesiologia SAESP (2024)* utiliza uma classificação sem correspondência direta com as quatro fases. No SAESP, o termo "anestesia geral leve" descreve o início da hipnose, ainda sem ondas lentas predominantes.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O artigo 73 do Código de Ética Médica (CEM), da Resolução CFM nº 2.217/2018, estabelece:
"É vedado ao médico: revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por justa causa, dever legal ou autorização expressa do paciente."
Parágrafo único: "Permanece essa proibição:
b) quando de seu depoimento como testemunha.
Nessa hipótese, o médico comparecerá perante a autoridade e declarará seu impedimento."
Além disso, o art. 89 do CEM reforça que o médico deve manter o sigilo mesmo após a morte do paciente, evidenciando o caráter absoluto e protetivo dessa obrigação ética.
O enunciado descreve de forma inequívoca que o médico foi convocado a depor como testemunha e que, durante a audiência, o juiz solicita verbalmente informações do prontuário.
Portanto, o contexto apresentado não se refere a uma ordem judicial formal por escrito, mas sim a uma solicitação oral imediata em audiência — o que se enquadra exatamente na situação prevista no artigo 73, parágrafo único, alínea "b".
Nessa hipótese, o CEM é expresso e taxativo: o médico deve comparecer e declarar seu impedimento, mantendo o sigilo profissional.

Cargo: Médico - Cardiologista

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância" indica:", a alternativa "A) Termos sintaticamente subordinados." foi adequadamente indicada como correta. Em "O

alerta das redes chega ao Congresso", temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, "ao Congresso" exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em "à infância", a expressão é subordinada ao termo "ameaças", exemplificando a regência nominal. A alternativa "B) Equivalência quanto à função sintática." não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância", o termo "à infância" exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo "ameaças" exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição "a" + o artigo definido "a", formando "à". Portanto, "à infância" completa o sentido de "ameaças", sem exercer ação. A alternativa "D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente." não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho "Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet." (1º§), assinale a afirmativa correta.", a alternativa "A) O termo destacado em "É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.", promove sentido equivalente." foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa "D) Produz o mesmo sentido visto em "Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu 'pequeno' império"." não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "C) Uma opção de reescrita seria: "[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]"" não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. "Convencer quase 6 milhões de inscritos" sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. "Amealhar quase 6 milhões de inscritos" significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com "convencido" destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela "convenceu" milhões a segui-la. A frase com "amealhado" muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de

persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fonte:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa “B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações.” não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida” (1° parágrafo), “explanou, de forma didática e incisiva” (1° parágrafo), “conteúdos que alimentam...” (1° parágrafo), “ecossistema lucrativo...” (1° parágrafo), “ incendiou as redes sociais” (1° parágrafo), “foi bater forte no Congresso” (1° parágrafo), “onde atropelou...” (1° parágrafo), “na onda da escalada...” (2° parágrafo), “a onda de indignação” (3° parágrafo), “fúria legislativa” (3° parágrafo) e “vista grossa” (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: “Vi o homem com o telescópio.”, pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões “colocou o dedo na ferida”, “explanou, de forma didática e incisiva”, “conteúdos que alimentam...”, “ecossistema lucrativo”, “incendiou as redes sociais”, “foi bater forte no Congresso”, “onde atropelou...”, “na onda da escalada”, “a onda de indignação”, “fúria legislativa” e “vista grossa” não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. “Colocou o dedo na ferida” = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. “Explanou, de forma didática e incisiva” Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. “Conteúdos que alimentam...” = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). “Ecossistema lucrativo” = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. “Incendiou as redes sociais” = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate.

“Foi bater forte no Congresso” = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. “Onde atropelou...” = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. “Na onda da escalada” = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. “A onda de indignação” = Metáfora Movimento coletivo de revolta. “Fúria legislativa” = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. “Vista grossa” = Expressão idiomática. A alternativa “D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto.” não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju:
- 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “ O título atribuído ao texto se relaciona à(ao): I. Tema desenvolvido no texto. II. Posicionamento de entidade pública. III. Possível compreensão de posicionamento do enunciador. IV. Ocorrência de fato de importante repercussão. Está correto o que se afirma em”, a alternativa “C) I, III e IV, apenas.” foi adequadamente indicada como correta. Tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. O item “II. Posicionamento de entidade pública.” é incorreto. O sujeito do enunciado é: “O alerta das redes”, ou seja, o agente da ação (“chega ao Congresso”) e não uma instituição oficial. O verbo “chega” indica movimento simbólico: o debate que começou nas redes passa a alcançar o Congresso. O Congresso aparece como destinatário da ação, não como agente: Ele recebe o alerta, é o local onde o debate chega. Portanto, o Congresso não se manifesta, não toma posição, nem emite opinião. Não há, portanto, posição institucional expressa por nenhuma entidade pública. O título tem um caráter informativo e avaliativo, típico de manchetes jornalísticas: “O alerta das redes chega ao Congresso” informa que o tema saiu do ambiente digital e alcançou a esfera política. “O urgente debate sobre ameaças digitais à infância” introduz o tema da pauta, reforçando sua relevância e urgência (avaliação do jornalista, não de uma entidade pública). Portanto, o

enunciado apenas relata que uma discussão das redes sociais ganhou visibilidade política, sem revelar posição de nenhuma entidade pública.

Fonte:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ática, 2008.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Após avaliação rigorosa do conteúdo normativo, da literatura de referência e dos documentos oficiais, a banca examinadora reafirma seu entendimento e manteve o gabarito em letra B.
O conceito de DSS, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) e pela Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS, Brasil, 2008), abrange um amplo conjunto de fatores que influenciam o estado de saúde e o bem-estar das populações. Essa definição inclui condições sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais, psicológicas e comportamentais — abrangendo indicadores como renda, nível de escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, fatores ambientais, além de comportamentos ligados à alimentação, atividade física e uso de serviços de saúde e vacinação.
A alternativa B, ao citar influências como renda, escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, além de gênero e etnia, alinhando-se às referências oficiais, contempla fatores diretamente relacionados à estrutura social e econômica que moldam a saúde da população, como destacado nos documentos do Ministério da Saúde e da OMS.
A alternativa A, embora também reconheça fatores ambientais, educação, alimentação, trabalho, atividade física e vacinação, apresenta-se de modo mais abrangente, porém, ela não captura toda a dimensão dos determinantes sociais estruturais, aspectos que os principais documentos reconhecem como essenciais na compreensão do tema.
Assim, a decisão da banca de manter o gabarito na letra B baseia-se na reputação das referências oficiais, que atribuem primordialidade aos determinantes econômicos e sociais, e na interpretação do conteúdo programático como prioridade, especialmente pelos critérios de objetividade e alinhamento às fontes protocoladas.

Cargo: Médico - Cirurgião Geral

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância” indica:”, a alternativa “A) Termos sintaticamente subordinados.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O alerta das redes chega ao Congresso”, temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, “ao Congresso” exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em “à infância”, a expressão é subordinada ao termo “ameaças”, exemplificando a regência

nominal. A alternativa “B) Equivalência quanto à função sintática.” não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância”, o termo “à infância” exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo “ameaças” exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição “a” + o artigo definido “a”, formando “à”. Portanto, “à infância” completa o sentido de “ameaças”, sem exercer ação. A alternativa “D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente.” não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa “B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações.” não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida” (1° parágrafo), “explanou, de forma didática e incisiva” (1° parágrafo), “conteúdos que alimentam...” (1° parágrafo), “ecossistema lucrativo...” (1° parágrafo), “ incendiou as redes sociais” (1° parágrafo), “foi bater forte no Congresso” (1° parágrafo), “onde atropelou...” (1° parágrafo), “na onda da escalada...” (2° parágrafo), “a onda de indignação” (3° parágrafo), “fúria legislativa” (3° parágrafo) e “vista grossa” (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: “Vi o homem com o telescópio.”, pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões “colocou o dedo na ferida”, “explanou, de forma didática e incisiva”, “conteúdos que alimentam...”, “ecossistema lucrativo”, “incendiou as redes sociais”, “foi bater forte no Congresso”, “onde atropelou...”, “na onda da escalada”, “a onda de indignação”, “fúria

legislativa” e “vista grossa” não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. “Colocou o dedo na ferida” = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. “Explanou, de forma didática e incisiva” Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. “Conteúdos que alimentam...” = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). “Ecossistema lucrativo” = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. “Incendiou as redes sociais” = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. “Foi bater forte no Congresso” = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. “Onde atropelou...” = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. “Na onda da escalada” = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. “A onda de indignação” = Metáfora Movimento coletivo de revolta. “Fúria legislativa” = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. “Vista grossa” = Expressão idiomática. A alternativa “D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto.” não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju:
- 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

BRANCA
26

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

Após análise técnica detalhada pela comissão de especialistas, constatou-se que a questão apresenta inconsistência com as diretrizes médicas atualizadas e referências técnicas reconhecidas.

A presença de bloqueio de ramo esquerdo (BRE) no ECG de repouso torna inviável a interpretação adequada do teste ergométrico convencional para avaliação de isquemia miocárdica, conforme estabelecido pela Diretriz ACC/AHA 2024;

O paciente do caso clínico apresenta múltiplos fatores de risco (idade > 65 anos e doença coronariana estabelecida), classificando-o como alto risco pelo Revised Cardiac Risk Index (RCRI);

A conduta de realizar o procedimento cirúrgico sem investigação complementar desconsidera as recomendações atuais de estratificação de risco perioperatória;
A alternativa tecnicamente correta seria a realização de teste funcional com imagem (cintilografia miocárdica), conforme recomendado pelas diretrizes citadas.
Diante da comprovada inconsistência técnica e da violação a diretrizes médicas reconhecidas, a Banca Examinadora DECIDE por MUDAR O GABARITO para letra B.

BRANCA
27

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.
Após análise técnica detalhada pela comissão de especialistas, constatou-se que a questão apresenta inconsistência com protocolos de segurança e diretrizes terapêuticas reconhecidas nacional e internacionalmente.
A alternativa D, proposta como correta no gabarito preliminar, apresenta risco potencial à segurança do paciente ao recomendar infusão de KCl a 40 mEq/h, velocidade que excede o limite máximo de segurança estabelecido por protocolos de referência (10-20 mEq/h);
O uso de Ringer lactato é contraindicado em contexto de hipernatremia (Na+ = 148 mEq/L), pois sua composição contém ~130 mEq/L de sódio, podendo agravar o distúrbio hidroeletrolítico;
A alternativa C apresenta conduta tecnicamente correta e segura, compatível com as melhores práticas clínicas, ao prescrever:
· Solução hipotônica (SF 0,45%) para correção gradual da hipernatremia;
· Reposição de potássio em velocidade segura (10 mEq/h);
· Hidratação adequada ao estado de volume.

Diante da inconsistência técnica, a Banca Examinadora DECIDE por ALTERAR O GABARITO OFICIAL da questão para a ALTERNATIVA C.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O artigo 73 do Código de Ética Médica (CEM), da Resolução CFM nº 2.217/2018, estabelece:
“É vedado ao médico: revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por justa causa, dever legal ou autorização expressa do paciente.”
Parágrafo único: “Permanece essa proibição:
b) quando de seu depoimento como testemunha.
Nessa hipótese, o médico comparecerá perante a autoridade e declarará seu impedimento.”
Além disso, o art. 89 do CEM reforça que o médico deve manter o sigilo mesmo após a morte do paciente, evidenciando o caráter absoluto e protetivo dessa obrigação ética.
O enunciado descreve de forma inequívoca que o médico foi convocado a depor como testemunha e que, durante a audiência, o juiz solicita verbalmente informações do prontuário.
Portanto, o contexto apresentado não se refere a uma ordem judicial formal por escrito, mas sim a uma solicitação oral imediata em audiência — o que se enquadra exatamente na situação prevista no artigo 73, parágrafo único, alínea “b”.
Nessa hipótese, o CEM é expresso e taxativo: o médico deve comparecer e declarar seu impedimento, mantendo o sigilo profissional.

Cargo: Médico - Cuidados Paliativos

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância" indica:", a alternativa "A) Termos sintaticamente subordinados." foi adequadamente indicada como correta. Em "O alerta das redes chega ao Congresso", temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, "ao Congresso" exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em "à infância", a expressão é subordinada ao termo "ameaças", exemplificando a regência nominal. A alternativa "B) Equivalência quanto à função sintática." não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância", o termo "à infância" exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo "ameaças" exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição "a" + o artigo definido "a", formando "à". Portanto, "à infância" completa o sentido de "ameaças", sem exercer ação. A alternativa "D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente." não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Pode-se afirmar que o período "Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção." (1º§):", a alternativa "D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior." foi adequadamente indicada como correta. Em "O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção." é possível confirmar a informação da alternativa "D" . O conector adversativo "mas" indica oposição ou contraste em relação à ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de

algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com “Mas nada se compara…”, o enunciador introduz um fato novo (“o que ocorreu no último dia 6”); e realça sua importância e impacto (“em termos de alcance e repercussão”). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa “A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior.” não pode ser indicada como correta. O conector “mas” é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, “mas” é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto, esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que “mas” pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) “Ele é rico, mas infeliz.” Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): “Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas.” A segunda ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: “Mas nada se compara...” introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O “mas” funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: “Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.”, isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho “demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior” porque o “mas” não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante é de ênfase e destaque, não de oposição. “Mas nada se compara...” não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa “C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para a afirmativa anterior.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior.” não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da

prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa "B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações." não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida" (1° parágrafo), "explanou, de forma didática e incisiva" (1° parágrafo), "conteúdos que alimentam..." (1° parágrafo), "ecossistema lucrativo..." (1° parágrafo), " incendiou as redes sociais" (1° parágrafo), "foi bater forte no Congresso" (1° parágrafo), "onde atropelou..." (1° parágrafo), "na onda da escalada..." (2° parágrafo), "a onda de indignação" (3° parágrafo), "fúria legislativa" (3° parágrafo) e "vista grossa" (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: "Vi o homem com o telescópio.", pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões "colocou o dedo na ferida", "explanou, de forma didática e incisiva", "conteúdos que alimentam...", "ecossistema lucrativo", "incendiou as redes sociais", "foi bater forte no Congresso", "onde atropelou...", "na onda da escalada", "a onda de indignação", "fúria legislativa" e "vista grossa" não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. "Colocou o dedo na ferida" = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. "Explanou, de forma didática e incisiva" Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. "Conteúdos que alimentam..." = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). "Ecossistema lucrativo" = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. "Incendiou as redes sociais" = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. "Foi bater forte no Congresso" = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. "Onde atropelou..." = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. "Na onda da escalada" = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. "A onda de indignação" = Metáfora Movimento coletivo de revolta. "Fúria legislativa" = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. "Vista grossa" = Expressão idiomática. A alternativa "D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto." não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju:
- 2003.

- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A medida de ampliar o horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e integrar os serviços de saúde mental à Atenção Primária está diretamente relacionada ao princípio da Integralidade da assistência, previsto na Lei nº 8.080/1990 e nas diretrizes do SUS. Ao oferecer atendimento ampliado e consolidar a atenção às diversas necessidades de saúde do usuário, a estratégia promove ações articuladas que abrangem a prevenção, o tratamento e a reabilitação de forma contínua.

A ampliação do horário possibilita maior acessibilidade e acompanhamento sistemático dos usuários, essenciais para o cuidado integral. A inclusão dos serviços de saúde mental na atenção primária garante uma abordagem mais abrangente às questões psiquiátricas, integrando cuidado preventivo, assistência e reabilitação em um só espaço, promovendo redução de barreiras ao acesso.

Portanto, a proposta reflete de forma clara e direta a implementação do princípio da Integralidade da assistência, que é um dos pilares do SUS, e que visa assegurar ações coordenadas, completas e contínuas no cuidado à saúde da população, em consonância com as orientações nacionais.

A ampliação do horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a integração dos serviços de saúde mental à Atenção Primária representam ações que se alinham diretamente ao princípio da Integralidade da assistência, conforme previsto na Lei nº 8.080/1990 e nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Integralidade refere-se à necessidade de oferecer ações de saúde que abrangem todos os níveis de atenção (primária, secundária e terciária) e que sejam articuladas de forma a atender às diversas necessidades do usuário, incluindo prevenção, tratamento, reabilitação e promoção da saúde.

Ao ampliar o horário de funcionamento, a Unidade de Saúde passa a oferecer maior acessibilidade, possibilitando acompanhamento contínuo e de qualidade à população, especialmente as que possuem maior vulnerabilidade ou dificuldades de acesso em horários restritos. A integração dos serviços de saúde mental na atenção primária garante uma abordagem mais abrangente e integral às questões de saúde mental, promovendo a atenção precoce, a redução do estigma, e a possibilidade de ações interdisciplinares coordenadas para promoção do bem-estar.

Portanto, essa estratégia evidencia o compromisso com a oferta de uma assistência mais completa, coordenada e contínua, características essenciais do princípio da integralidade do SUS, que busca garantir um cuidado de saúde que considere todas as dimensões do indivíduo, articulando ações de prevenção, tratamento e reabilitação de forma integrada.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021. 118 p. : il. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Os princípios bioéticos são:

· autonomia: garantir o direito do paciente esclarecido a participar de decisões a respeito do seu plano de cuidados.
· beneficência: maximizar o bem que se pode fazer ao paciente.
· não maleficência: não causar danos, não fazer o mal.
· justiça: tratar o outro de maneira justa utilizando os recursos de forma equitativa.

Portanto, no caso em questão, considerando a refratariedade ao tratamento e funcionalidade prévia, foi optado por não iniciar antibioticoterapia e oferecer cuidados e medicações para alívio dos sintomas em detrimento de medidas de prolongamento artificial de vida com objetivo de prover o conforto do paciente, o princípio abordado foi de beneficência.

Fonte:

- Manual de cuidados paliativos / Maria Perez Soares D'Alessandro (ed.) ... [et al.]. – 2. ed. São Paulo: Hospital Sírio-libanês; Ministério da Saúde, 2023.

BRANCA
29

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
A redação e a ambiguidade conceitual comprometem a validade da questão. Uma questão de múltipla escolha não deve exigir que o candidato adivinhe a intenção por trás de uma frase mal construída.

BRANCA
30

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
Recurso procedente por falha na digitação da unidade do fentanil transdérmico. A alternativa deveria informar 25 mcg/h em detrimento de mg/dia.

Fonte:

- Manual de cuidados paliativos / Maria Perez Soares D'Alessandro (ed.) ... [et al.]. – 2. ed. Sa~o Paulo: Hospital Si´rio-Libane^s; Ministe´rio da Sau´de, 2023

Cargo: Médico - Especialista Necrópsia

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância" indica:", a alternativa "A) Termos sintaticamente subordinados." foi adequadamente indicada como correta. Em "O alerta das redes chega ao Congresso", temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, "ao Congresso" exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência

verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em “à infância”, a expressão é subordinada ao termo “ameaças”, exemplificando a regência nominal. A alternativa “B) Equivalência quanto à função sintática.” não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância”, o termo “à infância” exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo “ameaças” exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição “a” + o artigo definido “a”, formando “à”. Portanto, “à infância” completa o sentido de “ameaças”, sem exercer ação. A alternativa “D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente.” não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho “Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet.” (1º§), assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “A) O termo destacado em “É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.”, promove sentido equivalente.” foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa “D) Produz o mesmo sentido visto em “Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu ‘pequeno’ império”.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Uma opção de reescrita seria: “[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]”” não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. “Convencer quase 6 milhões de inscritos” sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. “Amealhar quase 6 milhões de inscritos” significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com “convencido” destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela “convenceu” milhões a segui-la. A frase com “amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na

internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fonte:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” (1º§):”, a alternativa “D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” é possível confirmar a informação da alternativa “D” . O conector adversativo “mas” indica oposição ou contraste em relação à ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com “Mas nada se compara…”, o enunciador introduz um fato novo (“o que ocorreu no último dia 6”); e realça sua importância e impacto (“em termos de alcance e repercussão”). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa “A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior.” não pode ser indicada como correta. O conector “mas” é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, “mas” é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto, esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que “mas” pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) “Ele é rico, mas infeliz.” Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): “Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas.” A segunda ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: “Mas nada se compara...” introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O “mas” funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: “Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.”, isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho “demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior” porque o “mas” não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante é de ênfase e destaque, não de oposição. “Mas nada se compara...” não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa “C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para a afirmativa anterior.” não

pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior.” não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa “B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações.” não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida” (1° parágrafo), “explanou, de forma didática e incisiva” (1° parágrafo), “conteúdos que alimentam...” (1° parágrafo), “ecossistema lucrativo...” (1° parágrafo), “ incendiou as redes sociais” (1° parágrafo), “foi bater forte no Congresso” (1° parágrafo), “onde atropelou...” (1° parágrafo), “na onda da escalada...” (2° parágrafo), “a onda de indignação” (3° parágrafo), “fúria legislativa” (3° parágrafo) e “vista grossa” (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: “Vi o homem com o telescópio.”, pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões “colocou o dedo na ferida”, “explanou, de forma didática e incisiva”, “conteúdos que alimentam...”, “ecossistema lucrativo”, “incendiou as redes sociais”, “foi bater forte no Congresso”, “onde atropelou...”, “na onda da escalada”, “a onda de indignação”, “fúria legislativa” e “vista grossa” não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. “Colocou o dedo na ferida” = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. “Explanou, de forma didática e incisiva” Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. “Conteúdos que alimentam...” = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo

(ideias, comportamentos). “Ecossistema lucrativo” = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. “Incendiou as redes sociais” = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. “Foi bater forte no Congresso” = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. “Onde atropelou...” = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. “Na onda da escalada” = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. “A onda de indignação” = Metáfora Movimento coletivo de revolta. “Fúria legislativa” = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. “Vista grossa” = Expressão idiomática. A alternativa “D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto.” não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju:
- 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão é clara ao solicitar que sejam seguidas as orientações da Diretriz da Sociedade Brasileira de Diabetes (2023) sobre as recomendações específicas para o uso adequado de diferentes tipos de insulina.
Este documento é voltado à prática clínica e não restrito ao contexto de políticas públicas ou protocolos do SUS. O PCDT do Ministério da Saúde (2022), citado pelo recorrente, tem natureza distinta: trata-se de um protocolo de custeio e padronização terapêutica para o SUS, que prioriza custo-efetividade e disponibilidade na rede pública, e não recomendações clínicas individualizadas — escopo claramente diferente daquele previsto na questão.
A própria SBD reconhece que, embora as insulinas humanas (NPH e regular) apresentem eficácia comparável quanto ao controle da glicemia, os análogos de insulina são superiores, pois:
apresentam perfil de ação mais fisiológico,
menor variabilidade de absorção,
reduzem episódios de hipoglicemia, especialmente noturna,

e favorecem melhor controle glicêmico pós-prandial e adesão terapêutica.
Na diretriz citada, é exposto, ipsis litteris: "Apesar das insulinas NPH e regular terem menor custo, os análogos de insulina são superiores em farmacocinética e apresentam menor risco de hipoglicemia, melhor controle pós-prandial e maior adesão. Deve-se priorizar análogos sempre que possível."
Embora estudos demonstrem controle glicêmico semelhante (HbA1c) entre insulinas humanas e análogas quando bem ajustadas, o risco de hipoglicemia e a variabilidade glicêmica são parâmetros clínicos relevantes e repetidamente destacados nas diretrizes como favoráveis aos análogos.
Assim, não se trata apenas de eficácia metabólica, mas de segurança e adesão, que são determinantes na escolha terapêutica em DM1.
A afirmativa III afirma categoricamente que as insulinas NPH e regular "devem ser preferidas" aos análogos. Tal expressão contraria a recomendação das principais diretrizes clínicas, que indicam o uso preferencial dos análogos em condições ideais e não o inverso.
A questão avalia corretamente o conhecimento sobre o uso clínico individualizado da insulinoterapia intensiva, conforme preconizado pela SBD 2023–2024.
A afirmativa III contém erro conceitual, pois inverte a prioridade recomendada entre análogos e insulinas humanas.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
As TG18 definem os critérios diagnósticos de colangite aguda organizados em três grupos:
A – Inflamação sistêmica: febre/tremeores e/ou evidência laboratorial de resposta inflamatória (p.ex., leucócitos <4.000 ou >10.000; PCR elevada).
B – Colestase: icterícia (BT ≥ 2 mg/dL) e/ou enzimas hepáticas colestáticas/hepáticas >1,5× LSN (ALP, GGT, AST/ALT).
C – Imagem: dilatação biliar e/ou evidência etiológica (cálculo, estenose, stent).
De acordo com as TG18, o diagnóstico definitivo requer obrigatoriamente a presença de pelo menos um critério em cada um dos três grupos (A + B + C); já o "suspeito" requer A + (B ou C).
O comando solicitou expressamente: "Segundo os critérios diagnósticos dos Guidelines de Tokyo 2018… qual alternativa configura corretamente a *combinação mínima* de critérios exigida para um *diagnóstico definitivo* de colangite aguda?"
O termo "diagnóstico definitivo" é nomenclatura técnica padronizada nas TG18, distinta de "suspeito", e remete de forma objetiva ao arranjo A + B + C. Não há exigência de que o enunciado reproduza a tabela ou rotule "A/B/C" dentro das alternativas, pois a prova avalia se o candidato reconhece, na prática, quais achados pertencem a cada grupo. As alternativas foram redigidas com itens clínico-laboratoriais e de imagem concretos, permitindo o mapeamento inequívoco aos grupos das TG18. Logo, não há ambiguidade: o comando delimita a fonte (TG18), o desfecho ("diagnóstico definitivo") e solicita a combinação mínima, que nas TG18 é A + B + C.
O comando foi objetivo ao ancorar-se nas TG18 e ao empregar a expressão técnica "diagnóstico definitivo", que vincula-se de forma inequívoca ao arranjo A + B + C nas diretrizes. As alternativas permitem o mapeamento direto aos grupos A/B/C. Apenas a alternativa D contempla um critério de cada grupo com os cortes corretos, exatamente como preconizam as TG18.Portanto, não há ambiguidade redacional capaz de justificar anulação.

Fonte:

- Kiriyama S, Takada T, Strasberg SM, Solomkin JS, Mayumi T, Pitt HA, et al. Tokyo Guidelines 2018: diagnostic criteria and severity grading of acute cholangitis (with videos). *J Hepatobiliary Pancreat Sci*. 2018;25(1):17–30. doi:10.1002/jhbp.512

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Entretanto, conforme as diretrizes da ESC (2021), AHA/ACC/HFSA (2022) e revisões da Cochrane (2019), a conduta inicial mais apropriada para o EAP cardiogênico hipertensivo é a ventilação não invasiva (CPAP ou BiPAP) associada a nitroglicerina intravenosa titulada e diurético intravenoso. Essa abordagem reduz significativamente a necessidade de intubação e a mortalidade.
O uso de oxigênio de baixo fluxo isolado ou o atraso no início do vasodilatador IV, como descrito, não representa a conduta inicial ideal. A intubação orotraqueal só é indicada se houver falha ou contraindicação à VNI, o que não é o caso do enunciado.
Assim, não há ambiguidade: apenas a alternativa A contempla o manejo completo e imediato recomendado para o quadro descrito.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Na investigação criminal, as evidências periciais possuem um papel crucial na reconstrução do evento delitivo. A presença de marcas de estrangulamento manual sugere um ato de violência física potencialmente letal ou que implica impacto na dinâmica do crime, enquanto as lesões genitais relacionadas à agressão sexual indicam uma tentativa de coação ou violação, além de fornecer informações importantes sobre o contexto e a intenção do agressor.
A análise combinada dessas evidências permite ao perito e à investigação entender melhor a sequência dos fatos, a intensidade da violência, a autoria, além de corroborar a versão apresentada pela vítima ou suspeitos, contribuindo para estabelecer o nexo causal e a dinâmica do crime.
Assim, a união desses achados é de fundamental importância para a compreensão do evento, reforçando a necessidade de uma abordagem integrada na análise pericial, que seja capaz de fornecer elementos que sustentem as conclusões jurídicas e criminais.

Fontes:

- PRESTES JUNIOR, Luiz Carlos Leal; ANCILLOTTI, Roger Vinicius (ed.). Manual de técnicas em necropsia médico-legal. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2019. 162 p.
- NETTER, Frank H. Atlas de Anatomia Humana. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. Edição em português.
- CONNOLLY, Andrew J.; FINKBEINER, Walter E.; URSELL, Philip C.; DAVIS, Richard L. Autopsy Pathology: A Manual and Atlas. 3rd ed. Elsevier, 2015. 400 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.764, de 29 de julho de 2021. Institui a Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito e Esclarecimento da Causa Mortis (RNSVO). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jul. 2021. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt1764_30_07_2021.html.
- MUÑOZ, Daniel Romero; MUÑOZ, Daniele (editores). Coordenação de série: AULER JUNIOR, Jose Otavio Costa; YU, Luis. Medicina legal e perícia médica. 1. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2025.

Cargo: Médico - Ginecologista

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância”

indica:", a alternativa "A) Termos sintaticamente subordinados." foi adequadamente indicada como correta. Em "O alerta das redes chega ao Congresso", temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, "ao Congresso" exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em "à infância", a expressão é subordinada ao termo "ameaças", exemplificando a regência nominal. A alternativa "B) Equivalência quanto à função sintática." não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância", o termo "à infância" exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo "ameaças" exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição "a" + o artigo definido "a", formando "à". Portanto, "à infância" completa o sentido de "ameaças", sem exercer ação. A alternativa "D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente." não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho "Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet." (1º§), assinale a afirmativa correta.", a alternativa "A) O termo destacado em "É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.", promove sentido equivalente." foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa "D) Produz o mesmo sentido visto em "Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu 'pequeno' império"." não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "C) Uma opção de reescrita seria: "[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]"" não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. "Convencer quase 6 milhões de inscritos" sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. "Amealhar quase 6 milhões de inscritos" significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com "convencido" destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela "convenceu" milhões a segui-la. A frase com

“amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fonte:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “ O título atribuído ao texto se relaciona à(ao): I. Tema desenvolvido no texto. II. Posicionamento de entidade pública. III. Possível compreensão de posicionamento do enunciador. IV. Ocorrência de fato de importante repercussão. Está correto o que se afirma em”, a alternativa “C) I, III e IV, apenas.” foi adequadamente indicada como correta. Tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. O item “II. Posicionamento de entidade pública.” é incorreto. O sujeito do enunciado é: “O alerta das redes”, ou seja, o agente da ação (“chega ao Congresso”) e não uma instituição oficial. O verbo “chega” indica movimento simbólico: o debate que começou nas redes passa a alcançar o Congresso. O Congresso aparece como destinatário da ação, não como agente: Ele recebe o alerta, é o local onde o debate chega. Portanto, o Congresso não se manifesta, não toma posição, nem emite opinião. Não há, portanto, posição institucional expressa por nenhuma entidade pública. O título tem um caráter informativo e avaliativo, típico de manchetes jornalísticas: “O alerta das redes chega ao Congresso” informa que o tema saiu do ambiente digital e alcançou a esfera política. “O urgente debate sobre ameaças digitais à infância” introduz o tema da pauta, reforçando sua relevância e urgência (avaliação do jornalista, não de uma entidade pública). Portanto, o enunciado apenas relata que uma discussão das redes sociais ganhou visibilidade política, sem revelar posição de nenhuma entidade pública.

Fonte:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ática, 2008.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão solicita a identificação da afirmativa INCORRETA sobre a Síndrome dos Ovários Policísticos (SOP), com base nas orientações da FEBRASGO.

A) Correta. A fisiopatologia da SOP envolve um aumento na frequência dos pulsos do hormônio liberador de gonadotrofinas (GnRH) pelo hipotálamo. Isso leva a uma resposta desproporcional da hipófise, que passa a secretar mais Hormônio Luteinizante (LH) em relação ao Hormônio Folículo-Estimulante (FSH). Essa hipersecreção de LH estimula as células da teca dos ovários a produzirem mais androgênios e contribui para a parada do desenvolvimento folicular, resultando em anovulação crônica.
B) Incorreta. Esta afirmativa está incorreta porque o exame de triagem recomendado para excluir a forma não clássica da Hiperplasia Adrenal Congênita (HAC) como causa de hiperandrogenismo não é a dosagem de DHEA-S, mas sim a dosagem da 17-hidroxiprogesterona (17-OHP) basal. A HAC é causada por uma deficiência enzimática (mais comumente a 21-hidroxilase), que leva ao acúmulo de 17-OHP. Embora o DHEA-S seja um androgênio de origem adrenal, sua dosagem é mais útil na investigação de tumores adrenais virilizantes (quando seus níveis estão muito elevados).
C) Correta. A irregularidade menstrual é um dos critérios diagnósticos da SOP (Critérios de Rotterdam). A definição clínica de oligoamenorreia (ciclos infrequentes) ou amenorreia (ausência de menstruação) está corretamente descrita como menos de 9 ciclos por ano ou ausência de menstruação por 90 dias ou mais.
D) Correta. Na SOP, existe um grande número de folículos antrais nos ovários. Este conjunto de folículos produz níveis elevados de inibina B. A inibina B exerce um feedback negativo seletivo na hipófise, suprimindo a secreção de FSH. Por isso, é característico que pacientes com SOP apresentem níveis de FSH normais ou no limite inferior da normalidade, o que, em conjunto com o LH elevado (descrito na alternativa A), contribui para a dificuldade de seleção e maturação de um folículo dominante.

Cargo: Médico - Hematopediatra

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância” indica:”, a alternativa “A) Termos sintaticamente subordinados.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O alerta das redes chega ao Congresso”, temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, “ao Congresso” exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em “à infância”, a expressão é subordinada ao termo “ameaças”, exemplificando a regência nominal. A alternativa “B) Equivalência quanto à função sintática.” não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância”, o termo “à infância” exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo “ameaças” exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição “a” + o artigo definido “a”, formando “à”. Portanto, “à infância” completa o sentido de “ameaças”, sem exercer ação. A alternativa “D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente.” não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Pode-se afirmar que o período "Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção." (1º§):", a alternativa "D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior." foi adequadamente indicada como correta. Em "O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção." é possível confirmar a informação da alternativa "D" . O conector adversativo "mas" indica oposição ou contraste em relação à ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com "Mas nada se compara…", o enunciador introduz um fato novo ("o que ocorreu no último dia 6"); e realça sua importância e impacto ("em termos de alcance e repercussão"). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa "A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior." não pode ser indicada como correta. O conector "mas" é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, "mas" é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto, esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que "mas" pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) "Ele é rico, mas infeliz." Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): "Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas."

A segunda ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: "Mas nada se compara..." introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O "mas" funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: "Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.", isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho "demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior" porque o "mas" não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante é de ênfase e destaque, não de oposição. "Mas nada se compara..." não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa "C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para a afirmativa anterior." não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior." não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

Cargo: Médico - Infectologista

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância” indica:”, a alternativa “A) Termos sintaticamente subordinados.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O alerta das redes chega ao Congresso”, temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, “ao Congresso” exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em “à infância”, a expressão é subordinada ao termo “ameaças”, exemplificando a regência nominal. A alternativa “B) Equivalência quanto à função sintática.” não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância”, o termo “à infância” exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo “ameaças” exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição “a” + o artigo definido “a”, formando “à”. Portanto, “à infância” completa o sentido de “ameaças”, sem exercer ação. A alternativa “D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente.” não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho “Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet.” (1º§), assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “A) O termo destacado em “É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.”, promove sentido equivalente.” foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa “D) Produz o mesmo sentido visto em “Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu ‘pequeno’ império”.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Uma opção de reescrita seria: “[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]”” não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. “Convencer quase 6 milhões de inscritos” sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. “Amealhar quase 6 milhões de inscritos” significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com “convencido” destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela “convenceu” milhões a segui-la. A frase com “amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fonte:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” (1º§):”, a alternativa “D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” é possível confirmar a informação da alternativa “D” . O conector adversativo “mas” indica oposição ou contraste em relação à

ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com “Mas nada se compara…”, o enunciador introduz um fato novo (“o que ocorreu no último dia 6”); e realça sua importância e impacto (“em termos de alcance e repercussão”). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa “A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior.” não pode ser indicada como correta. O conector “mas” é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, “mas” é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto, esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que “mas” pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) “Ele é rico, mas infeliz.” Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): “Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas.” A segunda ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: “Mas nada se compara...” introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O “mas” funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: “Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.”, isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho “demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior” porque o “mas” não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante é de ênfase e destaque, não de oposição. “Mas nada se compara...” não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa “C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para a afirmativa anterior.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior.” não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal

pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa "B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações." não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida" (1° parágrafo), "explanou, de forma didática e incisiva" (1° parágrafo), "conteúdos que alimentam..." (1° parágrafo), "ecossistema lucrativo..." (1° parágrafo), " incendiou as redes sociais" (1° parágrafo), "foi bater forte no Congresso" (1° parágrafo), "onde atropelou..." (1° parágrafo), "na onda da escalada..." (2° parágrafo), "a onda de indignação" (3° parágrafo), "fúria legislativa" (3° parágrafo) e "vista grossa" (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: "Vi o homem com o telescópio.", pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões "colocou o dedo na ferida", "explanou, de forma didática e incisiva", "conteúdos que alimentam...", "ecossistema lucrativo", "incendiou as redes sociais", "foi bater forte no Congresso", "onde atropelou...", "na onda da escalada", "a onda de indignação", "fúria legislativa" e "vista grossa" não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. "Colocou o dedo na ferida" = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. "Explanou, de forma didática e incisiva" Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. "Conteúdos que alimentam..." = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). "Ecossistema lucrativo" = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. "Incendiou as redes sociais" = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. "Foi bater forte no Congresso" = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. "Onde atropelou..." = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. "Na onda da escalada" = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. "A onda de indignação" = Metáfora Movimento coletivo de revolta. "Fúria legislativa" = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. "Vista grossa" = Expressão idiomática. A alternativa "D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto." não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: 2003.

- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A medida de ampliar o horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e integrar os serviços de saúde mental à Atenção Primária está diretamente relacionada ao princípio da Integralidade da assistência, previsto na Lei nº 8.080/1990 e nas diretrizes do SUS. Ao oferecer atendimento ampliado e consolidar a atenção às diversas necessidades de saúde do usuário, a estratégia promove ações articuladas que abrangem a prevenção, o tratamento e a reabilitação de forma contínua.

A ampliação do horário possibilita maior acessibilidade e acompanhamento sistemático dos usuários, essenciais para o cuidado integral. A inclusão dos serviços de saúde mental na atenção primária garante uma abordagem mais abrangente às questões psiquiátricas, integrando cuidado preventivo, assistência e reabilitação em um só espaço, promovendo redução de barreiras ao acesso.

Portanto, a proposta reflete de forma clara e direta a implementação do princípio da Integralidade da assistência, que é um dos pilares do SUS, e que visa assegurar ações coordenadas, completas e contínuas no cuidado à saúde da população, em consonância com as orientações nacionais.

A ampliação do horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a integração dos serviços de saúde mental à Atenção Primária representam ações que se alinham diretamente ao princípio da Integralidade da assistência, conforme previsto na Lei nº 8.080/1990 e nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Integralidade refere-se à necessidade de oferecer ações de saúde que abrangem todos os níveis de atenção (primária, secundária e terciária) e que sejam articuladas de forma a atender às diversas necessidades do usuário, incluindo prevenção, tratamento, reabilitação e promoção da saúde.

Ao ampliar o horário de funcionamento, a Unidade de Saúde passa a oferecer maior acessibilidade, possibilitando acompanhamento contínuo e de qualidade à população, especialmente as que possuem maior vulnerabilidade ou dificuldades de acesso em horários restritos. A integração dos serviços de saúde mental na atenção primária garante uma abordagem mais abrangente e integral às questões de saúde mental, promovendo a atenção precoce, a redução do estigma, e a possibilidade de ações interdisciplinares coordenadas para promoção do bem-estar.

Portanto, essa estratégia evidencia o compromisso com a oferta de uma assistência mais completa, coordenada e contínua, características essenciais do princípio da integralidade do SUS, que busca garantir um cuidado de saúde que considere todas as dimensões do indivíduo, articulando ações de prevenção, tratamento e reabilitação de forma integrada.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021. 118 p. : il. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf

- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_2017.pdf

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O PCDT 2024 recomenda genotipagem pré-tratamento em virgens de TARV que "tenham se infectado com parceria em uso atual ou prévio de TARV" — exatamente o enunciado do item II. Trata-se de indicação de solicitação (critério de *quem deve ser testado*), não de garantia de que o exame será tecnicamente executável em toda circunstância laboratorial.
O fato de a paciente ser controladora de elite com CV indetectável não torna o item II falso. A diretriz segue válida: há indicação de genotipagem para esse perfil; se a viremia for insuficiente para amplificação do RNA, o serviço pode não conseguir processar o teste, mas isso não invalida a recomendação clínica — e, de todo modo, não se deve postergar o início da TARV aguardando resultados.
Desta forma, o item II expressa fielmente a indicação de genotipagem prevista no PCDT; a eventual inviabilidade técnica diante de CV indetectável não descaracteriza a recomendação nem torna o item incorreto. Como I, II e III estão alinhados ao PCDT 2024, mantém-se o gabarito oficial.

Fonte:
- Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos : Módulo 1 : Tratamento / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. – Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O artigo 73 do Código de Ética Médica (CEM), da Resolução CFM nº 2.217/2018, estabelece:
"É vedado ao médico: revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por justa causa, dever legal ou autorização expressa do paciente."
Parágrafo único: "Permanece essa proibição:
b) quando de seu depoimento como testemunha.
Nessa hipótese, o médico comparecerá perante a autoridade e declarará seu impedimento."
Além disso, o art. 89 do CEM reforça que o médico deve manter o sigilo mesmo após a morte do paciente, evidenciando o caráter absoluto e protetivo dessa obrigação ética.
O enunciado descreve de forma inequívoca que o médico foi convocado a depor como testemunha e que, durante a audiência, o juiz solicita verbalmente informações do prontuário.
Portanto, o contexto apresentado não se refere a uma ordem judicial formal por escrito, mas sim a uma solicitação oral imediata em audiência — o que se enquadra exatamente na situação prevista no artigo 73, parágrafo único, alínea "b".
Nessa hipótese, o CEM é expresso e taxativo: o médico deve comparecer e declarar seu impedimento, mantendo o sigilo profissional.

Cargo: Médico - Intensivista UTI

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância” indica:”, a alternativa “A) Termos sintaticamente subordinados.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O alerta das redes chega ao Congresso”, temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, “ao Congresso” exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em “à infância”, a expressão é subordinada ao termo “ameaças”, exemplificando a regência nominal. A alternativa “B) Equivalência quanto à função sintática.” não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância”, o termo “à infância” exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo “ameaças” exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição “a” + o artigo definido “a”, formando “à”. Portanto, “à infância” completa o sentido de “ameaças”, sem exercer ação. A alternativa “D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente.” não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho “Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet.” (1º§), assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “A) O termo destacado em “É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.”, promove sentido equivalente.” foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa “D) Produz o mesmo sentido visto em “Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu ‘pequeno’ império”.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto

anteriormente. A alternativa “C) Uma opção de reescrita seria: “[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]”” não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. “Convencer quase 6 milhões de inscritos” sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. “Amealhar quase 6 milhões de inscritos” significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com “convencido” destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela “convenceu” milhões a segui-la. A frase com “amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fonte:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” (1º§):”, a alternativa “D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” é possível confirmar a informação da alternativa “D” . O conector adversativo “mas” indica oposição ou contraste em relação à ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com “Mas nada se compara…”, o enunciador introduz um fato novo (“o que ocorreu no último dia 6”); e realça sua importância e impacto (“em termos de alcance e repercussão”). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa “A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior.” não pode ser indicada como correta. O conector “mas” é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, “mas” é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto, esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que “mas” pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) “Ele é rico, mas infeliz.” Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): “Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas.” A segunda

ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: “Mas nada se compara...” introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O “mas” funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: “Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.”, isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho “demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior” porque o “mas” não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante é de ênfase e destaque, não de oposição. “Mas nada se compara...” não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa “C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para a afirmativa anterior.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior.” não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa “B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações.” não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida” (1° parágrafo), “explanou, de forma didática e incisiva” (1° parágrafo), “conteúdos que alimentam...” (1° parágrafo), “ecossistema lucrativo...” (1° parágrafo), “ incendiou as redes sociais” (1° parágrafo), “foi bater forte no Congresso” (1° parágrafo), “onde atropelou...” (1° parágrafo), “na onda da escalada...” (2° parágrafo), “a onda de indignação” (3°

parágrafo), “fúria legislativa” (3° parágrafo) e “vista grossa” (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: “Vi o homem com o telescópio.”, pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões “colocou o dedo na ferida”, “explanou, de forma didática e incisiva”, “conteúdos que alimentam...”, “ecossistema lucrativo”, “incendiou as redes sociais”, “foi bater forte no Congresso”, “onde atropelou...”, “na onda da escalada”, “a onda de indignação”, “fúria legislativa” e “vista grossa” não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. “Colocou o dedo na ferida” = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. “Explanou, de forma didática e incisiva” Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. “Conteúdos que alimentam...” = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). “Ecossistema lucrativo” = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. “Incendiou as redes sociais” = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. “Foi bater forte no Congresso” = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. “Onde atropelou...” = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. “Na onda da escalada” = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. “A onda de indignação” = Metáfora Movimento coletivo de revolta. “Fúria legislativa” = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. “Vista grossa” = Expressão idiomática. A alternativa “D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto.” não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju:
- 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando as estruturas linguísticas destacadas a seguir, assinale a afirmativa correta.”, a altenativa “B) Em “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, [...]” (1º§), o termo destacado se deve à exigência de “compara”.”, foi adequadamente considerada correta. O termo “a” (“ao”) em “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6” se deve, gramaticalmente, à regência verbal do verbo comparar-se. O verbo comparar, quando usado na forma pronominal (comparar-se), exige preposição “a” para introduzir o termo de comparação: comparar-se + a + termo comparado. Na frase: “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6” temos: Verbo: compara; Pronome reflexivo: se; Complemento verbal: ao que ocorreu no último dia 6. O “a” vem da regência do verbo (compara-se a algo). O “o” é o artigo definido que antecede “que ocorreu...”. A fusão de a + o forma a contração “ao”. O termo “a (ao)” é exigido pela regência do verbo “comparar-se”, que pede complemento preposicionado com “a”. Portanto, a forma correta é “compara-se a algo”, e não “compara-se algo”. A alternativa “C) Em “[...] mobilizou gente da esquerda à direita e foi bater forte no Congresso, [...]” (1º§), o termo destacado demonstra obrigatoriedade de crase considerando-se o termo regente “esquerda”.” não pode ser indicada como correta. A expressão “da esquerda à direita” é uma locução adverbial feminina de lugar. Usa-se crase nas locuções adverbiais femininas (de tempo, lugar ou modo) iniciadas por “a”. Exemplos: à tarde, à noite, à esquerda, à direita, às pressas, à distância. Portanto, o “à” é usado porque se trata de uma locução adverbial feminina de lugar, formada por substantivos femininos precedidos de artigo “a”. O termo “esquerda” não exige preposição “a” — o que confirma que a crase não decorre da regência, mas da formação da locução adverbial. A alternativa “D) Em “[...] mostrando como o vídeo serviu para reforçar junto à sociedade [...]” (2º§), o termo destacado poderia ser substituído por “a”, demonstrando ser facultativo o emprego do acento nesse caso.” não pode ser indicada como correta. O uso de “à” em “junto à sociedade” é obrigatório, pois decorre da regência de “junto”, que exige preposição “a”. A fusão da preposição com o artigo definido “a” do substantivo “sociedade” gera o acento grave indicativo de crase.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A medida de ampliar o horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e integrar os serviços de saúde mental à Atenção Primária está diretamente relacionada ao princípio da Integralidade da assistência, previsto na Lei nº 8.080/1990 e nas diretrizes do SUS. Ao oferecer atendimento ampliado e consolidar a atenção às diversas necessidades de saúde do usuário, a estratégia promove ações articuladas que abrangem a prevenção, o tratamento e a reabilitação de forma contínua.
A ampliação do horário possibilita maior acessibilidade e acompanhamento sistemático dos usuários, essenciais para o cuidado integral. A inclusão dos serviços de saúde mental na atenção primária garante uma abordagem mais abrangente às questões psiquiátricas, integrando cuidado preventivo, assistência e reabilitação em um só espaço, promovendo redução de barreiras ao acesso.
Portanto, a proposta reflete de forma clara e direta a implementação do princípio da Integralidade da assistência, que é um dos pilares do SUS, e que visa assegurar ações coordenadas, completas e contínuas no cuidado à saúde da população, em consonância com as orientações nacionais.
A ampliação do horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a integração dos serviços de saúde mental à Atenção Primária representam ações que se alinham diretamente ao princípio da Integralidade da assistência, conforme previsto na Lei nº 8.080/1990 e nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Integralidade refere-se à necessidade de oferecer ações de saúde que abrangem todos os níveis de atenção (primária, secundária e terciária) e que sejam articuladas de forma a atender às diversas necessidades do usuário, incluindo prevenção, tratamento, reabilitação e promoção da saúde.
Ao ampliar o horário de funcionamento, a Unidade de Saúde passa a oferecer maior acessibilidade, possibilitando acompanhamento contínuo e de qualidade à população, especialmente as que possuem maior vulnerabilidade ou dificuldades de acesso em horários restritos. A integração dos serviços de saúde mental na atenção primária garante uma abordagem mais abrangente e integral às questões de saúde mental, promovendo a atenção precoce, a redução do estigma, e a possibilidade de ações interdisciplinares coordenadas para promoção do bem-estar.
Portanto, essa estratégia evidencia o compromisso com a oferta de uma assistência mais completa, coordenada e contínua, características essenciais do princípio da integralidade do SUS, que busca garantir um cuidado de saúde que considere todas as dimensões do indivíduo, articulando ações de prevenção, tratamento e reabilitação de forma integrada.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021. 118 p. : il. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
  Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_2017.pdf

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A paciente apresenta uma sequência clínica compatível com o LGV: lesão genital inicial indolor e autolimitada, seguida, após duas semanas, de linfadenopatia inguinal unilateral, dolorosa, com sinais de flutuação, febre baixa e mal-estar. A donovanose, embora possa iniciar com lesão indolor, tem evolução crônica, com úlcera granulomatosa e sem sintomas sistêmicos. Além disso, não causa linfadenopatia supurativa verdadeira, mas sim pseudobubão, resultado da extensão subcutânea da lesão, o que não corresponde ao quadro descrito. A presença de flutuação linfonodal e febre afasta o diagnóstico de donovanose.
Segundo o PCDT-IST (2022), o diagnóstico presuntivo do LGV pode ser feito clinicamente, mesmo sem confirmação laboratorial, quando o quadro é típico. À luz do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para IST (2022) e de referências como o CDC (2021), o gabarito está correto. O recurso parte de hipótese teórica que não se aplica ao caso clínico descrito, e não caracteriza ambiguidade diagnóstica. Assim, requer-se o indeferimento do recurso, com manutenção da alternativa D como correta.

Fonte:

- Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022

Cargo: Médico - Nefrologista

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância" indica:", a alternativa "A) Termos sintaticamente subordinados." foi adequadamente indicada como correta. Em "O alerta das redes chega ao Congresso", temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, "ao Congresso" exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em "à infância", a expressão é subordinada ao termo "ameaças", exemplificando a regência nominal. A alternativa "B) Equivalência quanto à função sintática." não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância", o termo "à infância" exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo "ameaças" exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição "a" + o artigo definido "a", formando "à". Portanto, "à infância" completa o sentido de "ameaças", sem exercer ação. A alternativa "D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente." não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Pode-se afirmar que o período "Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção." (1º§):", a alternativa "D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior." foi adequadamente indicada como correta. Em "O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção." é possível confirmar a informação da alternativa "D" . O conector adversativo "mas" indica oposição ou contraste em relação à ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de

algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com “Mas nada se compara…”, o enunciador introduz um fato novo (“o que ocorreu no último dia 6”); e realça sua importância e impacto (“em termos de alcance e repercussão”). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa “A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior.” não pode ser indicada como correta. O conector “mas” é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, “mas” é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto, esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que “mas” pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) “Ele é rico, mas infeliz.” Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): “Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas.”
A segunda ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: “Mas nada se compara...” introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O “mas” funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: “Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.”, isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho “demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior” porque o “mas” não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante é de ênfase e destaque, não de oposição. “Mas nada se compara...” não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa “C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para a afirmativa anterior.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior.” não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da

prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa "B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações." não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida" (1° parágrafo), "explanou, de forma didática e incisiva" (1° parágrafo), "conteúdos que alimentam..." (1° parágrafo), "ecossistema lucrativo..." (1° parágrafo), " incendiou as redes sociais" (1° parágrafo), "foi bater forte no Congresso" (1° parágrafo), "onde atropelou..." (1° parágrafo), "na onda da escalada..." (2° parágrafo), "a onda de indignação" (3° parágrafo), "fúria legislativa" (3° parágrafo) e "vista grossa" (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: "Vi o homem com o telescópio.", pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões "colocou o dedo na ferida", "explanou, de forma didática e incisiva", "conteúdos que alimentam...", "ecossistema lucrativo", "incendiou as redes sociais", "foi bater forte no Congresso", "onde atropelou...", "na onda da escalada", "a onda de indignação", "fúria legislativa" e "vista grossa" não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. "Colocou o dedo na ferida" = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. "Explanou, de forma didática e incisiva" Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. "Conteúdos que alimentam..." = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). "Ecossistema lucrativo" = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. "Incendiou as redes sociais" = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. "Foi bater forte no Congresso" = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. "Onde atropelou..." = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. "Na onda da escalada" = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. "A onda de indignação" = Metáfora Movimento coletivo de revolta. "Fúria legislativa" = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. "Vista grossa" = Expressão idiomática. A alternativa "D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto." não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju:
- 2003.

- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão " O título atribuído ao texto se relaciona à(ao): I. Tema desenvolvido no texto. II. Posicionamento de entidade pública. III. Possível compreensão de posicionamento do enunciador. IV. Ocorrência de fato de importante repercussão. Está correto o que se afirma em", a alternativa "C) I, III e IV, apenas." foi adequadamente indicada como correta. Tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. O item "II. Posicionamento de entidade pública." é incorreto. O sujeito do enunciado é: "O alerta das redes", ou seja, o agente da ação ("chega ao Congresso") e não uma instituição oficial. O verbo "chega" indica movimento simbólico: o debate que começou nas redes passa a alcançar o Congresso. O Congresso aparece como destinatário da ação, não como agente: Ele recebe o alerta, é o local onde o debate chega. Portanto, o Congresso não se manifesta, não toma posição, nem emite opinião. Não há, portanto, posição institucional expressa por nenhuma entidade pública. O título tem um caráter informativo e avaliativo, típico de manchetes jornalísticas: "O alerta das redes chega ao Congresso" informa que o tema saiu do ambiente digital e alcançou a esfera política. "O urgente debate sobre ameaças digitais à infância" introduz o tema da pauta, reforçando sua relevância e urgência (avaliação do jornalista, não de uma entidade pública). Portanto, o enunciado apenas relata que uma discussão das redes sociais ganhou visibilidade política, sem revelar posição de nenhuma entidade pública.

Fonte:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ática, 2008.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA
28

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa D.
Após análise técnica detalhada pela comissão de especialistas, constatou-se que a questão apresenta uma inconsistência com as diretrizes internacionais e nacionais para o manejo da glomeruloesclerose segmentar e focal (GESF) primária.
A alternativa B (Dapagliflozina) não constitui tratamento de primeira linha para GESF primária, conforme estabelecido pelas Diretrizes KDIGO 2021 e Sociedade Brasileira de Nefrologia (2023); O tratamento inicial estabelecido pelas diretrizes é a corticoterapia com prednisona na dose de 1 mg/kg/dia por período de 6 a 16 semanas, associada a medidas de suporte como restrição salina.

A alternativa D apresenta a conduta clinicamente correta e em total conformidade com as evidências científicas atuais e recomendações das sociedades especializadas;
O uso de dapagliflozina, embora com benefícios nefroprotetores demonstrados em outros contextos, é considerado off-label para o tratamento inicial da GESF primária e não substitui a corticoterapia como primeira escolha.
Esta decisão baseia-se no edital do concurso e nas diretrizes médicas reconhecidas internacionalmente (KDIGO 2021) e nacionalmente (SBN 2023), que estabelecem a corticoterapia como tratamento inicial padrão para GESF primária.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O artigo 73 do Código de Ética Médica (CEM), da Resolução CFM nº 2.217/2018, estabelece:
"É vedado ao médico: revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por justa causa, dever legal ou autorização expressa do paciente."
Parágrafo único: "Permanece essa proibição:
b) quando de seu depoimento como testemunha.
Nessa hipótese, o médico comparecerá perante a autoridade e declarará seu impedimento."
Além disso, o art. 89 do CEM reforça que o médico deve manter o sigilo mesmo após a morte do paciente, evidenciando o caráter absoluto e protetivo dessa obrigação ética.
O enunciado descreve de forma inequívoca que o médico foi convocado a depor como testemunha e que, durante a audiência, o juiz solicita verbalmente informações do prontuário.
Portanto, o contexto apresentado não se refere a uma ordem judicial formal por escrito, mas sim a uma solicitação oral imediata em audiência — o que se enquadra exatamente na situação prevista no artigo 73, parágrafo único, alínea "b".
Nessa hipótese, o CEM é expresso e taxativo: o médico deve comparecer e declarar seu impedimento, mantendo o sigilo profissional.

Cargo: Médico - Neurologista

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado da questão remete expressamente ao Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Acidente Vascular Cerebral Isquêmico Agudo – Ministério da Saúde, 2021, documento que orienta o manejo de forma oficial no território nacional e constitui o referencial normativo.
Quando o protocolo estabelece que a isquemia envolvendo mais de 1/3 do território da artéria cerebral média é contraindicação ao uso do rt-PA, trata-se de um ponto de corte. Assim, a alternativa D, ao mencionar "50% do território", representa apenas um cenário hipotético que, de modo evidente, ultrapassa o limiar de 1/3, configurando-se, portanto, como uma contraindicação ao tratamento — exatamente como previsto pelo PCDT. A redação não implica que somente áreas acima de 50% seriam excludentes, mas sim que tal acometimento expressa um caso clínico inequivocamente contraindicado.
De modo análogo, a alternativa A, que descreve "hemorragia gastrointestinal há 10 dias", também deve ser interpretada dentro da mesma lógica de exemplificação. O PCDT e outras diretrizes consideram sangramento gastrointestinal recente (em geral até 21 dias) uma contraindicação, de modo que o período de 10 dias está dentro do intervalo de risco, não fora dele. Portanto, essa alternativa não representa exceção às contraindicações, mas um exemplo de situação que requer contraindicação ou precaução aumentada.

A única alternativa que não configura contraindicação conforme o PCDT 2021 é a alternativa B, que descreve um paciente com pontuação NIHSS de 19. O próprio protocolo esclarece que o NIHSS elevado não é contraindicação absoluta, devendo apenas ser considerado um fator de risco maior para complicações hemorrágicas, sem excluir o tratamento trombolítico.
Dessa forma, a questão está correta e coerente com o protocolo citado. O uso dos números “50%” e “10 dias” representa exemplos clínicos compatíveis com o raciocínio diagnóstico exigido. Não há ambiguidade nem mais de uma resposta possível, sendo a alternativa B a única que expressa situação não impeditiva para trombólise.

Fonte:

- Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Acidente Vascular Cerebral Isquêmico Agudo - Ministério da Saúde - 2021

Cargo: Médico - Neuropediatra

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “ O título atribuído ao texto se relaciona à(ao): I. Tema desenvolvido no texto. II. Posicionamento de entidade pública. III. Possível compreensão de posicionamento do enunciador. IV. Ocorrência de fato de importante repercussão. Está correto o que se afirma em”, a alternativa “C) I, III e IV, apenas.” foi adequadamente indicada como correta. Tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. O item “II. Posicionamento de entidade pública.” é incorreto. O sujeito do enunciado é: “O alerta das redes”, ou seja, o agente da ação (“chega ao Congresso”) e não uma instituição oficial. O verbo “chega” indica movimento simbólico: o debate que começou nas redes passa a alcançar o Congresso. O Congresso aparece como destinatário da ação, não como agente: Ele recebe o alerta, é o local onde o debate chega. Portanto, o Congresso não se manifesta, não toma posição, nem emite opinião. Não há, portanto, posição institucional expressa por nenhuma entidade pública. O título tem um caráter informativo e avaliativo, típico de manchetes jornalísticas: “O alerta das redes chega ao Congresso” informa que o tema saiu do ambiente digital e alcançou a esfera política. “O urgente debate sobre ameaças digitais à infância” introduz o tema da pauta, reforçando sua relevância e urgência (avaliação do jornalista, não de uma entidade pública). Portanto, o enunciado apenas relata que uma discussão das redes sociais ganhou visibilidade política, sem revelar posição de nenhuma entidade pública.

Fonte:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ática, 2008.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O referido protocolo estabelece de forma clara que a quimioprofilaxia está indicada para "todos os contatos próximos", e define exatamente quem se enquadra nesse grupo. São considerados contatos próximos: pessoas que residem na mesma casa do caso confirmado, colegas de creche ou pré-escola, contatos diretos com secreções respiratórias do paciente e profissionais de saúde expostos de forma desprotegida a gotículas respiratórias. Portanto, o termo "todos os contatos próximos" está plenamente alinhado com o vocabulário técnico do protocolo, e não representa generalização indevida.

Fonte:

- Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022.

Cargo: Médico - Oftalmologista

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância” indica:”, a alternativa “A) Termos sintaticamente subordinados.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O alerta das redes chega ao Congresso”, temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, “ao Congresso” exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em “à infância”, a expressão é subordinada ao termo “ameaças”, exemplificando a regência nominal. A alternativa “B) Equivalência quanto à função sintática.” não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância”, o termo “à infância” exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo “ameaças” exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição “a” + o artigo definido “a”, formando “à”. Portanto, “à infância” completa o sentido de “ameaças”, sem exercer ação. A alternativa “D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente.” não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho “Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet.” (1º§), assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “A) O termo destacado em “É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.”, promove sentido equivalente.” foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa “D) Produz o mesmo sentido visto em “Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu ‘pequeno’ império”.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Uma opção de reescrita seria: “[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]”” não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. “Convencer quase 6 milhões de inscritos” sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. “Amealhar quase 6 milhões de inscritos” significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com “convencido” destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela “convenceu” milhões a segui-la. A frase com “amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fonte:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” (1º§):”, a alternativa “D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” é possível confirmar a informação da alternativa “D” . O conector adversativo “mas” indica oposição ou contraste em relação à

ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com “Mas nada se compara…”, o enunciador introduz um fato novo (“o que ocorreu no último dia 6”); e realça sua importância e impacto (“em termos de alcance e repercussão”). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa “A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior.” não pode ser indicada como correta. O conector “mas” é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, “mas” é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto, esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que “mas” pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) “Ele é rico, mas infeliz.” Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): “Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas.” A segunda ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: “Mas nada se compara...” introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O “mas” funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: “Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.”, isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho “demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior” porque o “mas” não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante é de ênfase e destaque, não de oposição. “Mas nada se compara...” não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa “C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para a afirmativa anterior.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior.” não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal

pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa "B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações." não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida" (1° parágrafo), "explanou, de forma didática e incisiva" (1° parágrafo), "conteúdos que alimentam..." (1° parágrafo), "ecossistema lucrativo..." (1° parágrafo), " incendiou as redes sociais" (1° parágrafo), "foi bater forte no Congresso" (1° parágrafo), "onde atropelou..." (1° parágrafo), "na onda da escalada..." (2° parágrafo), "a onda de indignação" (3° parágrafo), "fúria legislativa" (3° parágrafo) e "vista grossa" (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: "Vi o homem com o telescópio.", pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões "colocou o dedo na ferida", "explanou, de forma didática e incisiva", "conteúdos que alimentam...", "ecossistema lucrativo", "incendiou as redes sociais", "foi bater forte no Congresso", "onde atropelou...", "na onda da escalada", "a onda de indignação", "fúria legislativa" e "vista grossa" não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. "Colocou o dedo na ferida" = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. "Explanou, de forma didática e incisiva" Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. "Conteúdos que alimentam..." = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). "Ecossistema lucrativo" = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. "Incendiou as redes sociais" = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. "Foi bater forte no Congresso" = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. "Onde atropelou..." = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. "Na onda da escalada" = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. "A onda de indignação" = Metáfora Movimento coletivo de revolta. "Fúria legislativa" = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. "Vista grossa" = Expressão idiomática. A alternativa "D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto." não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: 2003.

- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão " O título atribuído ao texto se relaciona à(ao): I. Tema desenvolvido no texto. II. Posicionamento de entidade pública. III. Possível compreensão de posicionamento do enunciador. IV. Ocorrência de fato de importante repercussão. Está correto o que se afirma em", a alternativa "C) I, III e IV, apenas." foi adequadamente indicada como correta. Tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. O item "II. Posicionamento de entidade pública." é incorreto. O sujeito do enunciado é: "O alerta das redes", ou seja, o agente da ação ("chega ao Congresso") e não uma instituição oficial. O verbo "chega" indica movimento simbólico: o debate que começou nas redes passa a alcançar o Congresso. O Congresso aparece como destinatário da ação, não como agente: Ele recebe o alerta, é o local onde o debate chega. Portanto, o Congresso não se manifesta, não toma posição, nem emite opinião. Não há, portanto, posição institucional expressa por nenhuma entidade pública. O título tem um caráter informativo e avaliativo, típico de manchetes jornalísticas: "O alerta das redes chega ao Congresso" informa que o tema saiu do ambiente digital e alcançou a esfera política. "O urgente debate sobre ameaças digitais à infância" introduz o tema da pauta, reforçando sua relevância e urgência (avaliação do jornalista, não de uma entidade pública). Portanto, o enunciado apenas relata que uma discussão das redes sociais ganhou visibilidade política, sem revelar posição de nenhuma entidade pública.

Fonte:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ática, 2008.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão é clara ao solicitar que sejam seguidas as orientações da Diretriz da Sociedade Brasileira de Diabetes (2023) sobre as recomendações específicas para o uso adequado de diferentes tipos de insulina.
Este documento é voltado à prática clínica e não restrito ao contexto de políticas públicas ou protocolos do SUS. O PCDT do Ministério da Saúde (2022), citado pelo recorrente, tem natureza distinta: trata-se de um protocolo de custeio e padronização terapêutica para o SUS, que prioriza custo-efetividade e disponibilidade na rede pública, e não recomendações clínicas individualizadas — escopo claramente diferente daquele previsto na questão.
A própria SBD reconhece que, embora as insulinas humanas (NPH e regular) apresentem eficácia comparável quanto ao controle da glicemia, os análogos de insulina são superiores, pois:

apresentam perfil de ação mais fisiológico,
menor variabilidade de absorção,
reduzem episódios de hipoglicemia, especialmente noturna,
e favorecem melhor controle glicêmico pós-prandial e adesão terapêutica.
Na diretriz citada, é exposto, ipsis litteris: "Apesar das insulinas NPH e regular terem menor custo, os análogos de insulina são superiores em farmacocinética e apresentam menor risco de hipoglicemia, melhor controle pós-prandial e maior adesão. Deve-se priorizar análogos sempre que possível."
Embora estudos demonstrem controle glicêmico semelhante (HbA1c) entre insulinas humanas e análogas quando bem ajustadas, o risco de hipoglicemia e a variabilidade glicêmica são parâmetros clínicos relevantes e repetidamente destacados nas diretrizes como favoráveis aos análogos.
Assim, não se trata apenas de eficácia metabólica, mas de segurança e adesão, que são determinantes na escolha terapêutica em DM1.
A afirmativa III afirma categoricamente que as insulinas NPH e regular "devem ser preferidas" aos análogos. Tal expressão contraria a recomendação das principais diretrizes clínicas, que indicam o uso preferencial dos análogos em condições ideais e não o inverso.
A questão avalia corretamente o conhecimento sobre o uso clínico individualizado da insulinoterapia intensiva, conforme preconizado pela SBD 2023–2024.
A afirmativa III contém erro conceitual, pois inverte a prioridade recomendada entre análogos e insulinas humanas.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O artigo 73 do Código de Ética Médica (CEM), da Resolução CFM nº 2.217/2018, estabelece:
"É vedado ao médico: revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por justa causa, dever legal ou autorização expressa do paciente."
Parágrafo único: "Permanece essa proibição:
b) quando de seu depoimento como testemunha.
Nessa hipótese, o médico comparecerá perante a autoridade e declarará seu impedimento."
Além disso, o art. 89 do CEM reforça que o médico deve manter o sigilo mesmo após a morte do paciente, evidenciando o caráter absoluto e protetivo dessa obrigação ética.
O enunciado descreve de forma inequívoca que o médico foi convocado a depor como testemunha e que, durante a audiência, o juiz solicita verbalmente informações do prontuário.
Portanto, o contexto apresentado não se refere a uma ordem judicial formal por escrito, mas sim a uma solicitação oral imediata em audiência — o que se enquadra exatamente na situação prevista no artigo 73, parágrafo único, alínea "b".
Nessa hipótese, o CEM é expresso e taxativo: o médico deve comparecer e declarar seu impedimento, mantendo o sigilo profissional.

Cargo: Médico - Ortopedista

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "O termo "adultização" (4º§) equivale, de acordo com o texto, a:" a alternativa "D) Práticas que envolvem crianças e adolescentes em exposição em ambiente virtual de forma inadequada." foi adequadamente indicada como correta de acordo com o trecho ""As plataformas fazem vista grossa para conteúdos problemáticos que elas têm condição de detectar, desmonetizar e tirar do ar, mas não o fazem porque não são obrigadas", afirma Débora Salles, coordenadora do NetLab UFRJ. Em junho, o STF avançou na regulação ao tornar as

big techs responsáveis por pornografia infantil e sexualização de menores, mas a norma se restringe aos casos flagrantemente ilegais e não abrange práticas mais subjetivas, como a "adultização", termo usado para definir a superexposição de uma criança na internet. "É necessária uma legislação mais explícita", defende Alexandre Pacheco, doutor em política científica e tecnológica e professor da FGV." A alternativa "B) Procedimentos que normatizam excessos expostos na internet por crianças e adolescentes." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "A) Pornografia infantil explícita e sexualização de menores." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente, por não haver especificação quanto ao ambiente da internet, conforme citado no texto. A alternativa "C) Plataformas virtuais cuja monetização é uma das principais motivações para suas atividades." não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente, não há especificação quanto a referência a crianças.

Fontes:

- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância" indica:", a alternativa "A) Termos sintaticamente subordinados." foi adequadamente indicada como correta. Em "O alerta das redes chega ao Congresso", temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, "ao Congresso" exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em "à infância", a expressão é subordinada ao termo "ameaças", exemplificando a regência nominal. A alternativa "B) Equivalência quanto à função sintática." não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância", o termo "à infância" exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo "ameaças" exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição "a" + o artigo definido "a", formando "à". Portanto, "à infância" completa o sentido de "ameaças", sem exercer ação. A alternativa "D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente." não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho “Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet.” (1º§), assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “A) O termo destacado em “É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.”, promove sentido equivalente.” foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa “D) Produz o mesmo sentido visto em “Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu ‘pequeno’ império”.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Uma opção de reescrita seria: “[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]”” não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. “Convencer quase 6 milhões de inscritos” sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. “Amealhar quase 6 milhões de inscritos” significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com “convencido” destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela “convenceu” milhões a segui-la. A frase com “amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fonte:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Como recurso estilístico, pode-se reconhecer o emprego de figura de linguagem em EXCETO:”, a alternativa “A) “‘É necessária uma legislação mais explícita’, defende Alexandre Pacheco, doutor em política científica e tecnológica e professor da FGV.” (4º§)” foi adequadamente indicada como correta. Na frase: “‘É necessária uma legislação mais explícita’, defende Alexandre Pacheco, doutor em política científica e tecnológica e professor da FGV.”, não há figura de linguagem porque o enunciado é objetivo, denotativo e informativo, sem qualquer uso de recursos expressivos que alterem o sentido literal das palavras. A linguagem é denotativa, ou seja, as palavras estão empregadas em seu sentido literal: “legislação” = conjunto de leis; “mais explícita” = mais clara, mais detalhada; “defende” = sustenta uma opinião. Nada é usado de modo figurado, simbólico ou metafórico. Não há: metáfora (comparação implícita entre ideias); metonímia (substituição de um termo por outro); antítese, hipérbole,

ironia, personificação etc. O trecho apenas informa o que Alexandre Pacheco disse, é uma fala técnica e direta, comum em textos jornalísticos de caráter expositivo. A função da linguagem aqui é referencial (ou informativa) — típica de reportagens e textos científicos, pois tem como objetivo transmitir dados e opiniões especializadas, sem intenção estética ou emotiva. O enunciado requer a alternativa que não apresenta figura de linguagem e não aquela que apresenta conforme afirma o recorrente.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Rio, 2019.
- COSTA, Eugênio. Gramática normativa da língua portuguesa. São Paulo: Moderna, 2016.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. São Paulo: Lexikon, 2001.
- FERRARI, Denilson. Figuras de linguagem: estudo e análise. São Paulo: Contexto, 2010.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Embora a ação de ampliar o horário de funcionamento das UBS e integrar serviços de saúde mental à Atenção Primária possa, de fato, estar relacionada à diretriz da Descentralização, conforme bem demonstrado no recurso, a banca considera que a Integralidade da assistência é o princípio do SUS que mais diretamente se relaciona à medida proposta.

A integralidade da assistência, conforme preconizada na Lei nº 8.080/90, pressupõe a oferta de um cuidado abrangente e contínuo aos usuários do SUS, considerando todas as suas necessidades de saúde, em todos os níveis de atenção. A ampliação do horário de funcionamento das UBS e a integração de serviços de saúde mental à Atenção Primária visam justamente ampliar o acesso da população a serviços de saúde mais próximos de suas necessidades, oferecendo um cuidado mais completo e coordenado.

O fato de a medida ser implementada em nível municipal, com autonomia para adaptação às necessidades locais, não invalida a sua relação intrínseca com a integralidade da assistência. A descentralização é um meio para alcançar a integralidade, permitindo que os municípios planejem e executem ações de saúde que atendam às particularidades de suas populações.

Ademais, a integração dos serviços de saúde mental à Atenção Primária representa um avanço na garantia do cuidado integral à saúde, uma vez que reconhece a importância da saúde mental como parte integrante da saúde geral dos indivíduos. Essa integração permite que os usuários do SUS tenham acesso a serviços de saúde mental mais próximos de suas casas e de suas comunidades, facilitando o acesso ao tratamento e promovendo a reabilitação.

Em resumo, a banca entende que, embora a Descentralização seja uma diretriz fundamental do SUS e possa estar relacionada à medida descrita na questão, a Integralidade da assistência é o princípio que mais diretamente se relaciona à ação proposta, justificando a manutenção do gabarito oficial na alternativa C.

Fonte:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.
- BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2017.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O Pacto de Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pela Portaria nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006, foi criado com o objetivo de fortalecer a gestão do SUS por meio de uma série de diretrizes que promovem maior alinhamento, eficiência e transparência na administração do sistema.
As principais metas do Pacto de Gestão consistem em:
Descentralização: Transferir competências e responsabilidades para os entes federados, promovendo autonomia gerencial e administrativa nos níveis estadual e municipal, em consonância com o princípio federativo do SUS.
Regionalização: Organizar a rede de atenção à saúde de forma equilibrada, promovendo o acesso universal e equitativo, além de assegurar a integração dos serviços em regiões geográficas de abrangência comum.
Financiamento: Garantir recursos adequados e eficientes aos três níveis de gestão, promovendo o uso racional, transparente e contínuo dos recursos públicos.
Planejamento: Estabelecer ações estratégicas e metas consensuadas entre os níveis de gestão, baseadas em dados epidemiológicos e prioridades de saúde da população, articulando ações concretas para a melhoria contínua do sistema.
Controle Social: Reforçar a participação da sociedade na formulação, acompanhamento e fiscalização das ações de saúde, garantindo transparência e legitimidade às políticas efetuadas.
Gestão do Trabalho: Orientar a organização do quadro de recursos humanos, promovendo capacidade técnica, motivação, qualificação e melhorias na assistência prestada.
Dessa forma, o item B apresenta de forma completa e correta as diretrizes essenciais para a gestão do SUS, de acordo com as orientações da Portaria nº 399/2006. Essas ações conjuntas visam aprimorar a eficiência, a participação social e a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde no Brasil.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do referido pacto. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 fev. 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html. Acesso em: 13 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 76 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PactosPelaVida_Vol1DiretOperDefesaSUSeGestao.pdf.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Após avaliação rigorosa do conteúdo normativo, da literatura de referência e dos documentos oficiais, a banca examinadora reafirma seu entendimento e manteve o gabarito em letra B.
O conceito de DSS, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) e pela Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS, Brasil, 2008), abrange um amplo conjunto de fatores que influenciam o estado de saúde e o bem-estar das populações. Essa definição inclui condições sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais, psicológicas e comportamentais — abrangendo indicadores como renda, nível de escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, fatores ambientais, além de comportamentos ligados à alimentação, atividade física e uso de serviços de saúde e vacinação.

A alternativa B, ao citar influências como renda, escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, além de gênero e etnia, alinhando-se às referências oficiais, contempla fatores diretamente relacionados à estrutura social e econômica que moldam a saúde da população, como destacado nos documentos do Ministério da Saúde e da OMS. A alternativa A, embora também reconheça fatores ambientais, educação, alimentação, trabalho, atividade física e vacinação, apresenta-se de modo mais abrangente, porém, ela não captura toda a dimensão dos determinantes sociais estruturais, aspectos que os principais documentos reconhecem como essenciais na compreensão do tema.
Assim, a decisão da banca de manter o gabarito na letra B baseia-se na reputação das referências oficiais, que atribuem primordialidade aos determinantes econômicos e sociais, e na interpretação do conteúdo programático como prioridade, especialmente pelos critérios de objetividade e alinhamento às fontes protocoladas.

Cargo: Médico - Otorrinolaringologista

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância” indica:”, a alternativa “A) Termos sintaticamente subordinados.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O alerta das redes chega ao Congresso”, temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, “ao Congresso” exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em “à infância”, a expressão é subordinada ao termo “ameaças”, exemplificando a regência nominal. A alternativa “B) Equivalência quanto à função sintática.” não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância”, o termo “à infância” exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo “ameaças” exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição “a” + o artigo definido “a”, formando “à”. Portanto, “à infância” completa o sentido de “ameaças”, sem exercer ação. A alternativa “D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente.” não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho “Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet.” (1º§), assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “A) O termo destacado em “É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.”, promove sentido equivalente.” foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa “D) Produz o mesmo sentido visto em “Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu ‘pequeno’ império”.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Uma opção de reescrita seria: “[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]”” não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. “Convencer quase 6 milhões de inscritos” sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. “Amealhar quase 6 milhões de inscritos” significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com “convencido” destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela “convenceu” milhões a segui-la. A frase com “amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fonte:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos.

É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa “B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações.” não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida” (1° parágrafo), “explanou, de forma didática e incisiva” (1° parágrafo), “conteúdos que alimentam...” (1° parágrafo), “ecossistema lucrativo...” (1° parágrafo), “ incendiou as redes sociais” (1° parágrafo), “foi bater forte no Congresso” (1° parágrafo), “onde atropelou...” (1° parágrafo), “na onda da escalada...” (2° parágrafo), “a onda de indignação” (3° parágrafo), “fúria legislativa” (3° parágrafo) e “vista grossa” (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: “Vi o homem com o telescópio.”, pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões “colocou o dedo na ferida”, “explanou, de forma didática e incisiva”, “conteúdos que alimentam...”, “ecossistema lucrativo”, “incendiou as redes sociais”, “foi bater forte no Congresso”, “onde atropelou...”, “na onda da escalada”, “a onda de indignação”, “fúria legislativa” e “vista grossa” não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. “Colocou o dedo na ferida” = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. “Explanou, de forma didática e incisiva” Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. “Conteúdos que alimentam...” = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). “Ecossistema lucrativo” = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. “Incendiou as redes sociais” = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. “Foi bater forte no Congresso” = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. “Onde atropelou...” = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. “Na onda da escalada” = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. “A onda de indignação” = Metáfora Movimento coletivo de revolta. “Fúria legislativa” = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. “Vista grossa” = Expressão idiomática. A alternativa “D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto.” não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju:
- 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.

- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão " O título atribuído ao texto se relaciona à(ao): I. Tema desenvolvido no texto. II. Posicionamento de entidade pública. III. Possível compreensão de posicionamento do enunciador. IV. Ocorrência de fato de importante repercussão. Está correto o que se afirma em", a alternativa "C) I, III e IV, apenas." foi adequadamente indicada como correta. Tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. O item "II. Posicionamento de entidade pública." é incorreto. O sujeito do enunciado é: "O alerta das redes", ou seja, o agente da ação ("chega ao Congresso") e não uma instituição oficial. O verbo "chega" indica movimento simbólico: o debate que começou nas redes passa a alcançar o Congresso. O Congresso aparece como destinatário da ação, não como agente: Ele recebe o alerta, é o local onde o debate chega. Portanto, o Congresso não se manifesta, não toma posição, nem emite opinião. Não há, portanto, posição institucional expressa por nenhuma entidade pública. O título tem um caráter informativo e avaliativo, típico de manchetes jornalísticas: "O alerta das redes chega ao Congresso" informa que o tema saiu do ambiente digital e alcançou a esfera política. "O urgente debate sobre ameaças digitais à infância" introduz o tema da pauta, reforçando sua relevância e urgência (avaliação do jornalista, não de uma entidade pública). Portanto, o enunciado apenas relata que uma discussão das redes sociais ganhou visibilidade política, sem revelar posição de nenhuma entidade pública.

Fonte:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ática, 2008.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A abordagem integral e contínua das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) na Atenção Primária à Saúde, conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e do Protocolo de Linha de Cuidado, enfatiza a necessidade de ações que promovam a participação ativa do indivíduo e da comunidade no cuidado à saúde, integrando ações educativas, prevenções, monitoramento e acompanhamento clínico.
A realização de grupos educativos e ações comunitárias permite promover autonomia, mudanças de comportamento e adesão ao tratamento, além de fortalecer o vínculo com a equipe de saúde. Essas ações promovem um cuidado contínuo e multiprofissional, essenciais na gestão de DCNT, sobretudo em condições como hipertensão e diabetes, que requerem monitoramento constante e ações de promoção da saúde.
A) Apesar de importante, o acompanhamento periódico deve ser realizado de forma planejada e contínua, e priorizar pacientes de maior risco, embora essencial, não contempla totalmente a dimensão comunitária e educativa fundamental na abordagem das DCNT.

B) O rastreamento na população idosa é relevante, mas isoladamente não garante o cuidado integral, principalmente em populações mais jovens ou com múltiplos fatores de risco.
C) Acesso a medicamentos e renovação de receitas são aspectos importantes, porém, sem ações educativas e de acompanhamento, não se garante uma abordagem completa e eficaz na gestão das DCNT.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021. 118 p. : il. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_2017.pdf

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Após avaliação rigorosa do conteúdo normativo, da literatura de referência e dos documentos oficiais, a banca examinadora reafirma seu entendimento e manteve o gabarito em letra B.
O conceito de DSS, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) e pela Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS, Brasil, 2008), abrange um amplo conjunto de fatores que influenciam o estado de saúde e o bem-estar das populações. Essa definição inclui condições sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais, psicológicas e comportamentais — abrangendo indicadores como renda, nível de escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, fatores ambientais, além de comportamentos ligados à alimentação, atividade física e uso de serviços de saúde e vacinação.
A alternativa B, ao citar influências como renda, escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, além de gênero e etnia, alinhando-se às referências oficiais, contempla fatores diretamente relacionados à estrutura social e econômica que moldam a saúde da população, como destacado nos documentos do Ministério da Saúde e da OMS.
A alternativa A, embora também reconheça fatores ambientais, educação, alimentação, trabalho, atividade física e vacinação, apresenta-se de modo mais abrangente, porém, ela não captura toda a dimensão dos determinantes sociais estruturais, aspectos que os principais documentos reconhecem como essenciais na compreensão do tema.
Assim, a decisão da banca de manter o gabarito na letra B baseia-se na reputação das referências oficiais, que atribuem primordialidade aos determinantes econômicos e sociais, e na interpretação do conteúdo programático como prioridade, especialmente pelos critérios de objetividade e alinhamento às fontes protocoladas.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão é clara ao solicitar que sejam seguidas as orientações da Diretriz da Sociedade Brasileira de Diabetes (2023) sobre as recomendações específicas para o uso adequado de diferentes tipos de insulina.
Este documento é voltado à prática clínica e não restrito ao contexto de políticas públicas ou protocolos do SUS. O PCDT do Ministério da Saúde (2022), citado pelo recorrente, tem natureza distinta: trata-se de um protocolo de custeio e padronização terapêutica para o SUS, que prioriza custo-efetividade e disponibilidade na rede pública, e não recomendações clínicas individualizadas — escopo claramente diferente daquele previsto na questão.

A própria SBD reconhece que, embora as insulinas humanas (NPH e regular) apresentem eficácia comparável quanto ao controle da glicemia, os análogos de insulina são superiores, pois:
apresentam perfil de ação mais fisiológico,
menor variabilidade de absorção,
reduzem episódios de hipoglicemia, especialmente noturna,
e favorecem melhor controle glicêmico pós-prandial e adesão terapêutica.
Na diretriz citada, é exposto, ipsis litteris: "Apesar das insulinas NPH e regular terem menor custo, os análogos de insulina são superiores em farmacocinética e apresentam menor risco de hipoglicemia, melhor controle pós-prandial e maior adesão. Deve-se priorizar análogos sempre que possível."
Embora estudos demonstrem controle glicêmico semelhante (HbA1c) entre insulinas humanas e análogas quando bem ajustadas, o risco de hipoglicemia e a variabilidade glicêmica são parâmetros clínicos relevantes e repetidamente destacados nas diretrizes como favoráveis aos análogos.
Assim, não se trata apenas de eficácia metabólica, mas de segurança e adesão, que são determinantes na escolha terapêutica em DM1.
A afirmativa III afirma categoricamente que as insulinas NPH e regular “devem ser preferidas” aos análogos. Tal expressão contraria a recomendação das principais diretrizes clínicas, que indicam o uso preferencial dos análogos em condições ideais e não o inverso.
A questão avalia corretamente o conhecimento sobre o uso clínico individualizado da insulinoterapia intensiva, conforme preconizado pela SBD 2023–2024.
A afirmativa III contém erro conceitual, pois inverte a prioridade recomendada entre análogos e insulinas humanas.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O artigo 73 do Código de Ética Médica (CEM), da Resolução CFM nº 2.217/2018, estabelece:
“É vedado ao médico: revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por justa causa, dever legal ou autorização expressa do paciente.”
Parágrafo único: “Permanece essa proibição:
b) quando de seu depoimento como testemunha.
Nessa hipótese, o médico comparecerá perante a autoridade e declarará seu impedimento.”
Além disso, o art. 89 do CEM reforça que o médico deve manter o sigilo mesmo após a morte do paciente, evidenciando o caráter absoluto e protetivo dessa obrigação ética.
O enunciado descreve de forma inequívoca que o médico foi convocado a depor como testemunha e que, durante a audiência, o juiz solicita verbalmente informações do prontuário.
Portanto, o contexto apresentado não se refere a uma ordem judicial formal por escrito, mas sim a uma solicitação oral imediata em audiência — o que se enquadra exatamente na situação prevista no artigo 73, parágrafo único, alínea “b”.
Nessa hipótese, o CEM é expresso e taxativo: o médico deve comparecer e declarar seu impedimento, mantendo o sigilo profissional.

Cargo: Médico - Pediatra

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância” indica:”, a alternativa “A) Termos sintaticamente subordinados.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O

alerta das redes chega ao Congresso", temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, "ao Congresso" exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em "à infância", a expressão é subordinada ao termo "ameaças", exemplificando a regência nominal. A alternativa "B) Equivalência quanto à função sintática." não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância", o termo "à infância" exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo "ameaças" exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição "a" + o artigo definido "a", formando "à". Portanto, "à infância" completa o sentido de "ameaças", sem exercer ação. A alternativa "D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente." não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho "Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet." (1º§), assinale a afirmativa correta.", a alternativa "A) O termo destacado em "É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.", promove sentido equivalente." foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa "D) Produz o mesmo sentido visto em "Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu 'pequeno' império"." não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "C) Uma opção de reescrita seria: "[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]"" não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. "Convencer quase 6 milhões de inscritos" sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. "Amealhar quase 6 milhões de inscritos" significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com "convencido" destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela "convenceu" milhões a segui-la. A frase com "amealhado" muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de

persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fonte:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” (1º§):”, a alternativa “D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” é possível confirmar a informação da alternativa “D” . O conector adversativo “mas” indica oposição ou contraste em relação à ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com “Mas nada se compara…”, o enunciador introduz um fato novo (“o que ocorreu no último dia 6”); e realça sua importância e impacto (“em termos de alcance e repercussão”). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa “A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior.” não pode ser indicada como correta. O conector “mas” é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, “mas” é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto, esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que “mas” pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) “Ele é rico, mas infeliz.” Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): “Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas.” A segunda ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: “Mas nada se compara...” introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O “mas” funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: “Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.”, isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho “demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior” porque o “mas” não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante

é de ênfase e destaque, não de oposição. “Mas nada se compara...” não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa “C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para a afirmativa anterior.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior.” não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “ O título atribuído ao texto se relaciona à(ao): I. Tema desenvolvido no texto. II. Posicionamento de entidade pública. III. Possível compreensão de posicionamento do enunciador. IV. Ocorrência de fato de importante repercussão. Está correto o que se afirma em”, a alternativa “C) I, III e IV, apenas.” foi adequadamente indicada como correta. Tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. O item “II. Posicionamento de entidade pública.” é incorreto. O sujeito do enunciado é: “O alerta das redes”, ou seja, o agente da ação (“chega ao Congresso”) e não uma instituição oficial. O verbo “chega” indica movimento simbólico: o debate que começou nas redes passa a alcançar o Congresso. O Congresso aparece como destinatário da ação, não como agente: Ele recebe o alerta, é o local onde o debate chega. Portanto, o Congresso não se manifesta, não toma posição, nem emite opinião. Não há, portanto, posição institucional expressa por nenhuma entidade pública. O título tem um caráter informativo e avaliativo, típico de manchetes jornalísticas: “O alerta das redes chega ao Congresso” informa que o tema saiu do ambiente digital e alcançou a esfera política. “O urgente debate sobre ameaças digitais à infância” introduz o tema da pauta, reforçando sua relevância e urgência (avaliação do jornalista, não de uma entidade pública). Portanto, o enunciado apenas relata que uma discussão das redes sociais ganhou visibilidade política, sem revelar posição de nenhuma entidade pública.

Fonte:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ática, 2008.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Após avaliação rigorosa do conteúdo normativo, da literatura de referência e dos documentos oficiais, a banca examinadora reafirma seu entendimento e manteve o gabarito em letra B.
O conceito de DSS, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) e pela Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS, Brasil, 2008), abrange um amplo conjunto de fatores que influenciam o estado de saúde e o bem-estar das populações. Essa definição inclui condições sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais, psicológicas e comportamentais — abrangendo indicadores como renda, nível de escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, fatores ambientais, além de comportamentos ligados à alimentação, atividade física e uso de serviços de saúde e vacinação.
A alternativa B, ao citar influências como renda, escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, além de gênero e etnia, alinhando-se às referências oficiais, contempla fatores diretamente relacionados à estrutura social e econômica que moldam a saúde da população, como destacado nos documentos do Ministério da Saúde e da OMS.
A alternativa A, embora também reconheça fatores ambientais, educação, alimentação, trabalho, atividade física e vacinação, apresenta-se de modo mais abrangente, porém, ela não captura toda a dimensão dos determinantes sociais estruturais, aspectos que os principais documentos reconhecem como essenciais na compreensão do tema.
Assim, a decisão da banca de manter o gabarito na letra B baseia-se na reputação das referências oficiais, que atribuem primordialidade aos determinantes econômicos e sociais, e na interpretação do conteúdo programático como prioridade, especialmente pelos critérios de objetividade e alinhamento às fontes protocoladas.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A nitroglicerina exerce papel fundamental na rápida redução da pré-carga e pós-carga em um paciente com pressão arterial significativamente elevada (190 x 120 mmHg), contribuindo para a descompressão hemodinâmica e alívio da congestão pulmonar. Ademais, a ventilação não invasiva proporciona melhora da oxigenação e redução do trabalho respiratório, sendo recomendada como primeira linha no manejo da insuficiência respiratória associada ao edema pulmonar.
Tal abordagem está amplamente respaldada pelas diretrizes e literatura especializada, que enfatizam a necessidade de estabilização rápida e eficaz do paciente para evitar agravamento do quadro clínico. Dessa forma, a conduta indicada pelo gabarito inicial demonstra-se adequada, condizente com os protocolos estabelecidos para o tratamento do edema agudo de pulmão cardiogênico hipertensivo.

- Fonte:
  BEDET, A.; DESSAP, A. Mekontso. Edema pulmonar. EMC-Tratado de Medicina, v. 24, n. 2, p. 1-6, 2020.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A Síndrome de Eisenmenger representa a evolução natural de cardiopatias congênitas acianóticas com shunt esquerda-direita não corrigidas, como a comunicação interatrial (CIA), comunicação interventricular (CIV) e persistência do canal arterial (PCA).
Com o tempo, o aumento crônico do fluxo sanguíneo pulmonar leva a hipertensão arterial pulmonar progressiva e remodelamento vascular irreversível. Quando a pressão pulmonar se iguala ou supera a sistêmica, ocorre inversão do shunt (direita → esquerda), permitindo que sangue desoxigenado alcance a circulação sistêmica, o que resulta em cianose tardia.

Clinicamente, esses pacientes apresentam dispneia, cianose progressiva, baqueteamento digital, policitemia secundária e complicações tromboembólicas ou hemorrágicas. O tratamento é complexo, podendo envolver vasodilatadores pulmonares específicos e, em casos avançados, transplante cardiopulmonar.

A) Doença renal crônica:

Embora pacientes com cardiopatias complexas possam apresentar repercussões renais secundárias à hipóxia crônica, não é uma complicação direta ou característica do shunt esquerda-direita não corrigido. A lesão renal seria uma consequência tardia e indireta, e não o evento fisiopatológico descrito.

B) Insuficiência hepática:

A sobrecarga de volume nas cardiopatias acianóticas afeta principalmente o território pulmonar e o ventrículo esquerdo, não o sistema venoso hepático. A insuficiência hepática congestiva ocorre em insuficiência cardíaca direita terminal, mas não é o desfecho esperado primário de um shunt não tratado.

D) Hipotireoidismo congênito:

Trata-se de uma doença endócrina não relacionada à fisiopatologia cardiovascular. Não há correlação entre o fluxo sanguíneo pulmonar aumentado e a função tireoidiana. Essa alternativa é completamente incorreta dentro do contexto proposto.

Fontes:

- BRUNWALD, Eugene; FAUCI, Anthony S.; KASPER, Dennis L.; HAUSER, Stephen L.; LONGO, Dan L.; JAMESON, J. Larry. *Harrison: Medicina Interna*. 21ª ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2022. Cap. 232 – Cardiopatias Congênitas.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA (SBC). *Diretriz Brasileira de Cardiopatias Congênitas no Adulto – 2023. Arq. Bras. Cardiol.* 2023;120(3):e20230041.
- MOSS & ADAMS. *Heart Disease in Infants, Children, and Adolescents.* 10th ed. Philadelphia: Wolters Kluwer, 2021.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A cintilografia renal com DMSA (ácido dimercaptossuccínico marcado com tecnécio-99m) é considerada o exame-padrão (“gold standard”) para detecção de cicatrizes renais, principalmente após episódios de pielonefrite ou em crianças com suspeita de refluxo vesicoureteral (RVU).

O radiofármaco DMSA se acumula nos túbulos proximais dos néfrons funcionantes, permitindo avaliar a função cortical e a integridade do parênquima renal. Áreas de hipocaptação indicam lesões cicatriciais permanentes ou processo inflamatório ativo, dependendo do momento do exame (fase aguda ou tardia).

O exame é altamente sensível e específico para a avaliação da extensão e localização das cicatrizes, sendo essencial para o seguimento de pacientes pediátricos com pielonefrite recorrente e avaliação prognóstica da função renal a longo prazo.

A) Ultrassonografia de rins:

Embora seja o exame inicial de escolha para triagem de anomalias estruturais do trato urinário (hidronefrose, duplicidades, alterações de volume renal), a ultrassonografia não tem sensibilidade suficiente para detectar cicatrizes corticais pequenas. Pode sugeri-las indiretamente (assimetria ou irregularidade cortical), mas não substitui a cintilografia com DMSA.

B) Uretrocistografia miccional:

Esse exame é o método de eleição para diagnóstico de refluxo vesicoureteral, e não de cicatrizes renais. Ele avalia o fluxo retrógrado da urina da bexiga para os ureteres, importante fator predisponente à pielonefrite e cicatrizes. No entanto, não identifica as lesões parenquimatosas já formadas.

C) Tomografia computadorizada (TC):

A TC pode visualizar o parênquima renal com boa resolução, mas envolve alta dose de radiação e baixo valor adicional em relação ao DMSA para avaliar função e cicatrização renal. Por isso, não é recomendada rotineiramente em crianças.

Fontes:

- BRUENWALD, Eugene; FAUCI, Anthony S.; KASPER, Dennis L.; HAUSER, Stephen L.; LONGO, Dan L.; JAMESON, J. Larry. *Harrison: Medicina Interna.* 21ª ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2022. Cap. 302 – Doenças do Trato Urinário e Pielonefrite.
- SILVERMAN, M.; et al. *Nelson Textbook of Pediatrics.* 22ª ed. Philadelphia: Elsevier, 2023. Cap. 543 – Urinary Tract Infections.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). *Recomendações para o diagnóstico e acompanhamento de infecção do trato urinário na infância.* Departamento de Nefrologia, 2022.
- NICE Guidelines (UK). *Urinary tract infection in under 16s: diagnosis and management (NG224).* National Institute for Health and Care Excellence, 2023.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O artigo 73 do Código de Ética Médica (CEM), da Resolução CFM nº 2.217/2018, estabelece:
"É vedado ao médico: revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por justa causa, dever legal ou autorização expressa do paciente."
Parágrafo único: "Permanece essa proibição:
b) quando de seu depoimento como testemunha.
Nessa hipótese, o médico comparecerá perante a autoridade e declarará seu impedimento."
Além disso, o art. 89 do CEM reforça que o médico deve manter o sigilo mesmo após a morte do paciente, evidenciando o caráter absoluto e protetivo dessa obrigação ética.
O enunciado descreve de forma inequívoca que o médico foi convocado a depor como testemunha e que, durante a audiência, o juiz solicita verbalmente informações do prontuário.
Portanto, o contexto apresentado não se refere a uma ordem judicial formal por escrito, mas sim a uma solicitação oral imediata em audiência — o que se enquadra exatamente na situação prevista no artigo 73, parágrafo único, alínea "b".
Nessa hipótese, o CEM é expresso e taxativo: o médico deve comparecer e declarar seu impedimento, mantendo o sigilo profissional.

Cargo: Médico - Pneumologista

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância" indica:", a alternativa "A) Termos sintaticamente subordinados." foi adequadamente indicada como correta. Em "O alerta das redes chega ao Congresso", temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, "ao Congresso" exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em "à infância", a expressão é subordinada ao termo "ameaças", exemplificando a regência nominal. A alternativa "B) Equivalência quanto à função sintática." não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais

à infância", o termo "à infância" exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo "ameaças" exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição "a" + o artigo definido "a", formando "à". Portanto, "à infância" completa o sentido de "ameaças", sem exercer ação. A alternativa "D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente." não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:", a alternativa "A) Ausência formal do enunciador de modo predominante." foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa "B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações." não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida" (1° parágrafo), "explanou, de forma didática e incisiva" (1° parágrafo), "conteúdos que alimentam..." (1° parágrafo), "ecossistema lucrativo..." (1° parágrafo), " incendiou as redes sociais" (1° parágrafo), "foi bater forte no Congresso" (1° parágrafo), "onde atropelou..." (1° parágrafo), "na onda da escalada..." (2° parágrafo), "a onda de indignação" (3° parágrafo), "fúria legislativa" (3° parágrafo) e "vista grossa" (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: "Vi o homem com o telescópio.", pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões "colocou o dedo na ferida", "explanou, de forma didática e incisiva", "conteúdos que alimentam...", "ecossistema lucrativo", "incendiou as redes sociais", "foi bater forte no Congresso", "onde atropelou...", "na onda da escalada", "a onda de indignação", "fúria legislativa" e "vista grossa" não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito

expressivo, não ambíguo. “Colocou o dedo na ferida” = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. “Explanou, de forma didática e incisiva” Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. “Conteúdos que alimentam...” = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). “Ecossistema lucrativo” = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. “Incendiou as redes sociais” = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. “Foi bater forte no Congresso” = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. “Onde atropelou...” = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. “Na onda da escalada” = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. “A onda de indignação” = Metáfora Movimento coletivo de revolta. “Fúria legislativa” = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. “Vista grossa” = Expressão idiomática. A alternativa “D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto.” não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju:
- 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

Cargo: Médico - Reumatologista

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Embora a ação de ampliar o horário de funcionamento das UBS e integrar serviços de saúde mental à Atenção Primária possa, de fato, estar relacionada à diretriz da Descentralização, conforme bem demonstrado no recurso, a banca considera que a Integralidade da assistência é o princípio do SUS que mais diretamente se relaciona à medida proposta.

A integralidade da assistência, conforme preconizada na Lei nº 8.080/90, pressupõe a oferta de um cuidado abrangente e contínuo aos usuários do SUS, considerando todas as suas necessidades de saúde, em todos os níveis de atenção. A ampliação do horário de funcionamento das UBS e a integração de serviços de saúde mental à Atenção Primária visam justamente ampliar o acesso da população a serviços de saúde mais próximos de suas necessidades, oferecendo um cuidado mais completo e coordenado.
O fato de a medida ser implementada em nível municipal, com autonomia para adaptação às necessidades locais, não invalida a sua relação intrínseca com a integralidade da assistência. A descentralização é um meio para alcançar a integralidade, permitindo que os municípios planejem e executem ações de saúde que atendam às particularidades de suas populações.
Ademais, a integração dos serviços de saúde mental à Atenção Primária representa um avanço na garantia do cuidado integral à saúde, uma vez que reconhece a importância da saúde mental como parte integrante da saúde geral dos indivíduos. Essa integração permite que os usuários do SUS tenham acesso a serviços de saúde mental mais próximos de suas casas e de suas comunidades, facilitando o acesso ao tratamento e promovendo a reabilitação.
Em resumo, a banca entende que, embora a Descentralização seja uma diretriz fundamental do SUS e possa estar relacionada à medida descrita na questão, a Integralidade da assistência é o princípio que mais diretamente se relaciona à ação proposta, justificando a manutenção do gabarito oficial na alternativa C.

Fonte:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.
- BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2017.

Cargo: Médico - Trabalho

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” (1º§):”, a alternativa “D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” é possível confirmar a informação da alternativa “D” . O conector adversativo “mas” indica oposição ou contraste em relação à ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com “Mas nada se compara…”, o enunciador introduz um fato novo (“o que ocorreu no último dia 6”); e realça sua importância e impacto (“em termos de alcance e repercussão”). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa “A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior.” não pode ser indicada como correta. O conector “mas” é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, “mas” é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto,

esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que "mas" pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) "Ele é rico, mas infeliz." Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): "Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas." A segunda ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: "Mas nada se compara..." introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O "mas" funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: "Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.", isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho "demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior" porque o "mas" não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante é de ênfase e destaque, não de oposição. "Mas nada se compara..." não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa "C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para a afirmativa anterior." não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior." não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:", a alternativa "A) Ausência formal do enunciador de modo predominante." foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa "B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações." não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar

mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida" (1° parágrafo), "explanou, de forma didática e incisiva" (1° parágrafo), "conteúdos que alimentam..." (1° parágrafo), "ecossistema lucrativo..." (1° parágrafo), " incendiou as redes sociais" (1° parágrafo), "foi bater forte no Congresso" (1° parágrafo), "onde atropelou..." (1° parágrafo), "na onda da escalada..." (2° parágrafo), "a onda de indignação" (3° parágrafo), "fúria legislativa" (3° parágrafo) e "vista grossa" (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: "Vi o homem com o telescópio.", pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões "colocou o dedo na ferida", "explanou, de forma didática e incisiva", "conteúdos que alimentam...", "ecossistema lucrativo", "incendiou as redes sociais", "foi bater forte no Congresso", "onde atropelou...", "na onda da escalada", "a onda de indignação", "fúria legislativa" e "vista grossa" não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. "Colocou o dedo na ferida" = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. "Explanou, de forma didática e incisiva" Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. "Conteúdos que alimentam..." = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). "Ecossistema lucrativo" = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. "Incendiou as redes sociais" = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. "Foi bater forte no Congresso" = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. "Onde atropelou..." = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. "Na onda da escalada" = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. "A onda de indignação" = Metáfora Movimento coletivo de revolta. "Fúria legislativa" = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. "Vista grossa" = Expressão idiomática. A alternativa "D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto." não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju:
- 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

BRANCA
28

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.
Após análise do recurso interposto em relação à questão que aborda a classificação de Schilling nas doenças relacionadas ao trabalho, informamos que o pleito foi deferido, com alteração do gabarito da alternativa B para a alternativa C, pelos motivos a seguir expostos.
O enunciado descreve um caso clínico de paciente com diagnóstico prévio de asma brônquica, que apresentou agravamento do quadro após início de atividade profissional com exposição à poeira de farinha. Tal descrição é compatível com a categoria III da Classificação de Schilling, que, conforme o Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde – Doenças Relacionadas ao Trabalho (Ministério da Saúde, 2001), contempla:
"Situações em que o trabalho provoca um distúrbio latente ou agrava uma doença já estabelecida ou pré-existente."
Durante a revisão, verificou-se que a alternativa B, embora corretamente identificasse a categoria III, continha em sua descrição a definição correspondente à categoria II da mesma classificação — "trabalho como fator contributivo, mas não necessário". Essa inconsistência compromete a precisão da alternativa.
Por outro lado, a alternativa C apresenta o pareamento correto entre a categoria (Schilling III) e sua respectiva definição oficial, conforme consta no capítulo 2 do referido manual (p. 28).
Dessa forma, reconhecendo a pertinência dos argumentos apresentados e em conformidade com a bibliografia oficial indicada no edital, a banca decide pela correção do gabarito para a alternativa C, retificando o resultado da questão.

Cargo: Médico - Vascular

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O paciente apresenta pé diabético infectado com osteomielite e cultura positiva para Pseudomonas aeruginosa e MRSA (Staphylococcus aureus resistente à meticilina).
Portanto, o esquema antibiótico deve cobrir Gram-positivos resistentes (MRSA) e Gram-negativos incluindo Pseudomonas, além de considerar a função renal comprometida (creatinina 2,0 mg/dL).
Vancomicina IV é a droga de escolha para MRSA em infecções ósseas e de partes moles, ajustando-se a dose conforme a função renal e o nível sérico do fármaco.
Piperacilina-tazobactam IV é um antibiótico beta-lactâmico de amplo espectro com excelente cobertura contra Pseudomonas, anaeróbios e a maioria dos bacilos Gram-negativos, sendo indicado em infecções graves de pé diabético.
Essa combinação cobre todos os patógenos isolados, tem perfil seguro (com ajuste renal) e é recomendada pelas diretrizes IDSA 2023 (Infectious Diseases Society of America) e pela Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) para osteomielite infecciosa associada a pé diabético.

A) Vancomicina IV + ceftazidima IV - A ceftazidima cobre Pseudomonas, mas não cobre anaeróbios nem Gram-positivos não MRSA. Além disso, essa combinação tem lacuna na cobertura de anaeróbios, importante em infecções profundas de pé diabético.
B) Vancomicina IV + meropenem IV - O meropenem cobre Pseudomonas e anaeróbios, mas seu uso deve ser reservado para infecções multirresistentes, devido ao potencial de induzir resistência. Em cultura já conhecida (sem patógenos produtores de carbapenemase), o uso de piperacilina-tazobactam é preferível.
C) Daptomicina IV + ciprofloxacino oral - A daptomicina cobre MRSA, mas não tem ação em infecções pulmonares e deve ser usada com cautela em insuficiência renal. Além disso, o uso de ciprofloxacino oral isoladamente para Pseudomonas em osteomielite é inadequado, devido à menor penetração tecidual e risco de resistência — tratamento intravenoso é indicado.

Fontes:

- LIPSY, R. J. et al. *Infectious Diseases Society of America Clinical Practice Guideline for the Diagnosis and Treatment of Diabetic Foot Infections. Clin Infect Dis.* 2023;76(7):e1449–e1472.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFECTOLOGIA (SBI). *Diretrizes para o tratamento de infecções de pé diabético.* São Paulo, 2022.
- BRUENWALD, Eugene; FAUCI, Anthony S.; KASPER, Dennis L.; et al. *Harrison: Medicina Interna.* 21ª ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2022. Cap. 136 – Infecções do Pé Diabético.
- NELSON, R. E. et al. *Antibiotic therapy for diabetic foot infections and osteomyelitis: Evidence and controversies. Curr Opin Infect Dis.* 2023;36(4):271–281.

Cargo: Médico da Família

BRANCA	VERDE
01	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os textos, independentemente do gênero a que pertençam, se constituem de sequências com determinadas características linguísticas, como classe gramatical predominante, estrutura sintática, predomínio de determinados tempos e modos verbais, relações lógicas. Assim, dependendo dessas características, temos os diferentes tipos textuais.

Os gêneros textuais são inúmeros, dependendo da função de cada texto e das diferentes situações comunicacionais. O texto “Entre o bizarro e o extraordinário” se enquadra no gênero “artigo”.

Já a dissertação é uma tipologia textual, que pode ser subdividida em expositiva ou argumentativa. A primeira tem como principal característica apresentar dados sobre um determinado assunto. Já a segunda tem como foco, além da exposição de informações, a defesa de um ponto de vista. A dissertação expositiva consiste em demonstrar dados, fatos e interpretações sobre um determinado tema, sem a necessidade de apresentar argumentos que corroboram para um ponto de vista. A dissertação expositiva apenas expõe uma série de elementos que compõem uma ideia, sem posicionamentos.

A dissertação argumentativa possui elementos expositivos que se somam a argumentos em defesa de uma opinião. Ela é muito comum em gêneros como o artigo de opinião e o editorial, em que são apresentados dados que contribuem para a composição de uma tese no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que o objetivo principal do texto é convencer o leitor de que pesquisas aparentemente “inúteis” podem revelar importantes descobertas científicas. Assim, ao mesmo tempo que o texto expõe informações, também tem o objetivo de persuadir. Portanto, o gabarito é a letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais & Ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA	VERDE
02	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Um texto, em geral, traz informações que se situam na sua superfície – e são, assim, explícitas – ou traz informações apenas implícitas ou subentendidas.
Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e identifique informações que constam no texto apenas com uma roupagem diferente, ou seja, a mesma informação veiculada por meio de paráfrases. Nesse sentido, o candidato deve perceber que o adjetivo "bizarro" se refere às pesquisas aparentemente estranhas, incomuns ou mesmo "inúteis" e o adjetivo "extraordinário" se refere às descobertas advindas desses estudos esdrúxulos. Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- _____. Introdução à Semântica: brincando com a gramática. 8ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA	VERDE
03	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Entre os recursos que contribuem para a construção de sentidos no texto, estão os sinais de pontuação. Além de estarem vinculados intimamente à coerência do texto, esses sinais podem acumular outras funções discursivas, como aquelas ligadas à ênfase, à reformulação ou à justificação de certos segmentos. Nessa perspectiva, a pontuação tem de ser vista muito mais além; isto é, não são simples sinais para separar ou marcar segmentos da superfície do texto.
A questão em análise propõe que o candidato verifique a função das aspas no adjetivo "inúteis". No contexto, fica claro que o adjetivo inúteis foi utilizado com um sentido diferente do usual, uma vez que o autor argumenta que algumas pesquisas podem, em um primeiro momento, parecer estranhas ou irrelevantes para a sociedade. No entanto, ao longo da exposição de estudos já realizados, o autor comprova que pesquisas aparentemente absurdas levaram os cientistas a descobertas incríveis. Assim, o uso das aspas em "inúteis" serve para ironizar, ou seja, mostrar que essas pesquisas não são nenhum pouco inúteis; ao contrário, são altamente relevantes e produtivas, pois podem trazer enormes benefícios para a humanidade. Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- _____. Introdução à Semântica: brincando com a gramática. 8ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA	VERDE
04	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Diferentemente do que ocorre na matemática, na língua portuguesa a ordem dos fatores pode alterar o produto. Isso ocorre porque a ordem das palavras no enunciado obedece a princípios de organização do sistema linguístico. Dessa forma, em alguns contextos, a mudança de posição de uma palavra em relação a outra pode provocar mudança de sentido.

Considerando o enunciado original do texto “Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos também podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...”, compreende-se que pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem gerar uma variedade de coisas. Além disso, podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...

Seguem as análises dos enunciados das alternativas, de acordo com a posição do termo “também”.

A. *Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem também gerar aplicações que vão da psicologia à economia...*

Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos, dentre outras coisas, podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...

B. *Pesquisas estranhas que também tratam de hábitos humanos podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...*

Pesquisas estranhas podem tratar de hábitos humanos e também de outras coisas.

C. *Pesquisas estranhas que tratam de hábitos também humanos podem gerar aplicações que vão da psicologia à economia...*

Pesquisas estranhas tratam de hábitos de outros seres e também de hábitos humanos.

D. *Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem gerar aplicações que também vão da psicologia à economia...*

Pesquisas estranhas que tratam de hábitos humanos podem gerar aplicações em outras áreas da ciência. O foco da informação nesse enunciado está na abrangência de aplicações das pesquisas estranhas, que perpassam os mais diversificados campos da ciência, inclusive o da psicologia e o da economia.

Assim, ao analisar os quatro fragmentos apresentados, apenas em A a mudança de posição da palavra também” não acarretou profunda alteração de sentido em relação ao enunciado original. Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- _____. Introdução à Semântica: brincando com a gramática. 8ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA	VERDE
05	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Convém esclarecer que o enunciado da questão exige a análise do termo "ignóbil" em seu sentido mais básico, literal, ou seja, denotativo e não obrigatoriamente contextualizado no termo "IgNobel" mencionado no texto. Nessa perspectiva, o sentido que mais se aproxima de "ignóbil", de acordo com o dicionário Houaiss, é "indecoroso", que significa "infame", "desprezível", "vergonhoso". Portanto, o gabarito é a letra D.
Em A, "supérfluo" significa "demasiado, exagerado". Em B, estupendo significa "admirável, esplêndido". Em C, excêntrico significa "esquisito, estranho".

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de. Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANCA	VERDE
06	01

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.
Essa questão exige o conhecimento sobre o uso dos "porquês".
No contexto em análise, a expressão "O motivo pelo qual" poderá ser substituída corretamente por "por que". A frase ficaria: "...por que pica-paus não têm dor de cabeça...".

Segue uma breve explicação sobre o emprego dos “porquês”.
1. Por que (separado e sem acento)
Usado em perguntas, tanto diretas quanto indiretas. Também pode ser substituído por "pelo qual", "pela qual", "pelos quais", "pelas quais".
Exemplos: Por que você não veio ontem? / Não sei por que ele fez isso. / A estrada por que passamos está em más condições.
2. Por quê (separado e com acento)
Usado no final de frases, indicando pergunta ou dúvida. Também pode ser usado no final de frases com o mesmo sentido de "por qual razão" ou "por qual motivo".
Exemplos: Você não vai à festa, por quê? / Ele não quis sair, por quê?
3. Porque (junto e sem acento)
Usado para responder perguntas, explicar ou dar motivos. Pode ser substituído pela conjunção "pois".
Exemplos: Fui ao médico porque estava doente. / Não fui à festa porque estava cansado. / Ela não veio porque estava doente.
4. Porquê (junto e com acento):
Usado como substantivo, com sentido de "motivo", "razão", "causa". Pode ser precedido por artigo, pronome ou numeral.
Exemplos: Não sei o porquê de tanta confusão. / Quero entender o porquê dessa atitude. / Existem vários porquês para essa decisão.
Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE
07	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão em análise explora o conhecimento do candidato sobre a substituição de complementos verbais por pronomes, de acordo com a norma culta escrita.
Os pronomes o, a, os e as são empregados como objetos diretos.
Exemplos: Fechou-a e saiu. (fechar algo - objeto direto)
Nunca as vi. (ver alguém - objeto direto)
Às vezes os convidamos para jantar. (convidar alguém - objeto direto)
Os pronomes lhe e lhes são empregados como objetos indiretos. Exemplos:
Devolverei se estas coisas lhes pertencerem. (pertencer a alguém - objeto indireto)
Mandem-lhe o recado. (mandar o recado a alguém - objeto indireto)
Dê-lhes os presentes que pedem. (dar os presentes a alguém - objeto indireto)
Quando seguidos de verbos que terminam em -z, -s ou -r, os pronomes o, a, os, as assumem as formas lo, la, los, las. Neste caso, a terminação verbal é retirada: faz + o = fá-lo, comes + os = comê-los, estudar + a = estudá-la.

Mas, quando seguidos de verbos que terminam em som nasal, os pronomes assumem as formas no, na, nos, nas: leram + o = leram-no, retém + a = retém-na, põe + os = põe-nos, ouvem + as = ouvem-nas.
Assim, as alternativas A, B e C tiveram seus objetos adequadamente substituídos pelos pronomes lhe, la e lo. No entanto, em d, como a forma verbal "compreenderam" termina em som nasal, o pronome adequado para substituir seu objeto é "na" e não "a". Portanto, o gabarito é a letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE
08	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O termo "que" é um importante recurso para a promoção da coesão textual, pois trabalha para a articulação sintático-semântica dos enunciados em um texto. Ele pode fazer isso de duas maneiras: como pronome relativo ou como conjunção integrante. Se exercer a função de pronome relativo, atuará nos processos de referenciação como um elemento coesivo-remissivo que auxilia na construção de sentido lógico das orações, a partir da retomada do termo anterior. Por isso, todo pronome relativo é considerado um termo anafórico (retoma o elemento antecedente).
Por outro lado, se o "que" atuar como conjunção integrante, não terá a função de retomar nenhum termo anterior, mas estabelecerá a ligação de uma oração com outra (elemento sequenciador).
Cabe destacar que o "que", como pronome relativo, sempre será um elemento coesivo referencial, que recuperará um termo antecedente (coesão anafórica). Como conjunção integrante, será elemento coesivo sequenciador.
Assim, "que" é pronome relativo, ou seja, é um elemento coesivo anafórico, pois retoma, respectivamente, em A, "pesquisadores; em B, "pesquisas aparentemente bizarras" e em D, "pesquisas estranhas". Somente em C "que" é conjunção integrante, pois introduz uma oração subordinada substantiva subjetiva, ou seja, "que" se comporta apenas como elemento de conexão. Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. 2ed. São Paulo: Atual, 2005.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.

- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de. Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE
09	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A crase é a fusão do "a" preposição com o "a" artigo. Portanto, considerando os casos mais comuns, só há ocorrência de crase quando o verbo ou o nome exigir preposição e o substantivo for feminino, pois poderá ser antecedido por um artigo também feminino. O acento que indica que houve fusão entre o artigo e a preposição é o acento grave (`).

INCORRETO: I. Na passagem "...em algo que à primeira vista não traz retorno..." (1º§), a supressão da crase não altera semanticamente o fragmento.

A supressão do acento grave altera o sentido do enunciado, pois a expressão adverbial de tempo "à primeira vista" passaria a exercer função de sujeito. Com isso, algo que não traria retorno inicialmente, sem o acento grave, daria a ideia de que a primeira vista é que não daria retorno para alguém ou para alguma coisa.

CORRETO: II. No fragmento "...que vão da psicologia à economia..." (7º§), se a preposição "até" for anteposta ao substantivo "economia", a crase será facultativa.

A crase com a preposição "até" será facultativa quando seguida de um termo feminino. Isso significa que tanto a forma com crase ("até à") quanto a forma sem crase ("até a") são consideradas corretas.

Faz-se necessário esclarecer que o foco de análise do excerto II incide sobre a preposição "até" ANTES da palavra "economia" e considerando, é claro, o artigo "a" posposto à preposição "até": "até à economia" ou "até a economia".

CORRETO: III. No excerto "...células que respondiam às cócegas..." (4º§), caso o verbo "responder" fosse substituído por "reagir", o acento grave deveria ser mantido.

Se houvesse substituição do verbo "responder" por "reagir", o acento grave deveria ser mantido porque ambos os verbos apresentam a mesma regência, ou seja, são transitivos indiretos, regidos pela preposição "a". Assim, a crase permaneceria obrigatória: "...células que reagiam às cócegas..."

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE
10	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Orações reduzidas são aquelas que não são introduzidas por conjunções e que possuem verbos nas suas formas nominais: infinitivo, gerúndio e particípio.
São, assim, diferentes das orações desenvolvidas, que são introduzidas por um pronome ou conjunção e que são formadas por um verbo no indicativo ou no subjuntivo.
No período em análise, o sujeito da oração subordinada está implícito – os cientistas –, mas pode ser facilmente recuperado pelo contexto, pois se encontra na oração principal. Esse mesmo sujeito estabelece concordância com o verbo da oração principal, que é "identificaram". Como esse verbo está flexionado no pretérito perfeito do indicativo, quando a oração reduzida é desenvolvida, a forma nominal passa a ser flexionada no mesmo tempo e modo verbal do verbo da oração principal. Dessa forma, o período ficará da seguinte maneira: "Quando investigaram o córtex somatossensorial dos ratos, responsável por receber e processar informações sensoriais, os cientistas identificaram células que respondiam às cócegas e a outros estímulos, como brincadeiras". Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE
12	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A alternativa C apresenta a definição correta e fundamentada do indicador de incidência, cuja finalidade é mensurar o número de casos novos de uma determinada doença em uma população durante um período específico, sendo uma medida essencial para avaliar o risco de ocorrência de novas doenças e orientar ações de prevenção.
As demais alternativas apresentam equívocos conceituais, que podem comprometer uma análise adequada e a elaboração de políticas estratégicas na saúde pública:
Alternativa A: Os indicadores de saúde não se limitam à mortalidade; incluem também aspectos relacionados à morbidade, qualidade de vida, acesso aos serviços, entre outros, desempenhando papel fundamental na avaliação do estado de saúde da população.
Alternativa B: É a definição de prevalência, que mede o número total de casos existentes de uma doença em uma população em um dado momento ou período. Portanto, essa descrição está incorreta, uma vez que se refere à prevalência, e não à incidência.
Alternativa D: Os indicadores de saúde são utilizados por diversos níveis de atenção e por diferentes atores do sistema de saúde, incluindo gestores, pesquisadores, acadêmicos e profissionais de saúde, sendo instrumentos essenciais para planejamento, avaliação e formulação de políticas em todos os níveis do sistema.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
  Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_epidemiologica_7ed.pdf
- Brasil. REDE Interagencial de Informação para a Saúde Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.349 p.: il.
  Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/indicadores_basicos_saude_brasil_2ed.pdf
- Medronho, Roberto A.; Bloch, Kátia Vergetti; Luiz, Ronir Raggio; Werneck, Guilherme Loureiro. Epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

BRANCA	VERDE
13	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A Vigilância Epidemiológica é uma das principais ações da saúde pública destinada a monitorar o estado de saúde da população. Sua função fundamental consiste em coletar, consolidar, analisar e interpretar dados epidemiológicos relacionados às doenças e agravos à saúde, com o objetivo de identificar padrões, tendências, fatores de risco e fatores determinantes. Essas informações fornecem subsídios essenciais para orientar a tomada de decisão, planejamento, implementação e avaliação de ações de intervenção e controle de doenças.
As demais alternativas não descrevem corretamente as funções específicas da Vigilância Epidemiológica:

- A) Atendimento clínico é atividade do serviço de assistência à saúde, não da Vigilância Epidemiológica.
- B) Fiscalização de estabelecimentos comerciais pertence à Vigilância Sanitária, não à Vigilância Epidemiológica.
- C) Implementar campanhas de vacinação faz parte da estratégia de imunização, que pode envolver vigilância, mas a Vigilância Epidemiológica não atua apenas em campanhas pontuais, e seu papel é o monitoramento contínuo de eventos em saúde.

Portanto, a alternativa D é a mais adequada, pois reflete exatamente o que constitui o núcleo das atividades da Vigilância Epidemiológica na promoção da saúde pública.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
  Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_epidemiologica_7ed.pdf
- Brasil. REDE Interagencial de Informação para a Saúde Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.349 p.: il.
  Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/indicadores_basicos_saude_brasil_2ed.pdf
- Medronho, Roberto A.; Bloch, Kátia Vergetti; Luiz, Ronir Raggio; Werneck, Guilherme Loureiro. Epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

BRANCA	VERDE
14	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Afirmativa A está incorreta porque “endemia” e “epidemia” não têm o mesmo significado; são conceitos distintos na vigilância epidemiológica.

A afirmativa B está correta, pois define adequadamente que endemia é a presença constante de uma doença em uma população, enquanto epidemia refere-se a um aumento rápido e inesperado do número de casos de uma doença.
A afirmativa C inverte os conceitos, confundindo a definição de epidemia e endemia.
A afirmativa D está incorreta porque a epidemia não ocorre somente quando toda a população mundial é atingida, e o aumento súbito de casos em uma população também caracteriza uma epidemia, independentemente do alcance geográfico.

- Fontes:
  BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- Brasil. REDE Interagencial de Informação para a Saúde Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.349 p.: il.
- Medronho, Roberto A.; Bloch, Kátia Vergetti; Luiz, Ronir Raggio; Werneck, Guilherme Loureiro. Epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

BRANCA	VERDE
15	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O Sistema Único de Saúde (SUS) é, de fato, um sistema descentralizado e regionalizado, com gestão compartilhada entre as esferas federal, estadual e municipal, conforme previsto no artigo 198 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 8.080/1990.
Dentro desse contexto, o distrito sanitário não representa uma instância centralizadora de decisões, mas sim uma unidade de gestão territorial, cujo objetivo é planejar, organizar e executar as ações de saúde de forma integrada ao território, considerando as especificidades locais, os indicadores epidemiológicos, a capacidade instalada dos serviços e a participação social.
Assim, a alternativa D reflete com precisão o princípio do planejamento participativo e territorializado do SUS, conforme as diretrizes da Política Nacional de Planejamento do SUS (Portaria GM/MS nº 2.135/2013) e da própria Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), que reforçam a importância da integração entre dados epidemiológicos, capacidade de serviços e envolvimento da comunidade no processo de definição de prioridades e ações.
As demais alternativas apresentam equívocos conceituais:
A alternativa A incorre em erro ao afirmar que as demandas do distrito são “centralizadas nas decisões do gestor municipal”, contrariando o princípio da descentralização e da gestão participativa do SUS.
A alternativa B ignora o diagnóstico situacional e a territorialização, elementos essenciais do planejamento local.
A alternativa C restringe de forma incorreta as ações à dimensão curativa, desconsiderando o enfoque integral e preventivo da atenção à saúde.
Portanto, reafirma-se que a alternativa D está correta, por expressar fielmente os fundamentos da gestão descentralizada, territorial e participativa do SUS.

BRANCA	VERDE
17	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão teve por objetivo avaliar o conhecimento atual sobre o perfil epidemiológico das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e sua relação com internações hospitalares evitáveis no contexto brasileiro, com base em dados oficiais do Ministério da Saúde, do DATASUS e de estudos reconhecidos internacionalmente, como os da Organização Mundial da Saúde.

A alternativa A afirma que as DCNTs são responsáveis por grande parte das internações hospitalares evitáveis e morbidade no país. Essa assertiva encontra respaldo em dados do Ministério da Saúde, que demonstram a elevada contribuição das DCNTs — como hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares — para internações, complicações clínicas e mortalidade, sobretudo na população adulta e idosa.
A alternativa D destaca que doenças respiratórias agudas — como gripe e pneumonia — permanecem entre as principais causas de internações evitáveis, especialmente em grupos vulneráveis, como crianças e idosos. Dados recentes do Vigitel 2023 e do sistema de registros hospitalares (SIH-SUS) confirmam a relevância dessas patologias na morbidade evitável na atenção primária e hospitalar.
Reconhecemos que, no contexto epidemiológico brasileiro, tanto as DCNTs quanto as doenças respiratórias agudas representam causas relevantes de internações evitáveis, cada uma com impacto significativo na saúde da população. No entanto, a questão foi elaborada de modo a que a alternativa correta fosse aquela que mais diretamente abordasse o papel predominante e atual das DCNTs na morbidade e internações evitáveis, de acordo com a tendência epidemiológica do país, que evidencia a elevada prevalência, mortalidade e impacto econômico dessas doenças.
Por esses motivos, a banca mantém o gabarito original, considerando que:
A alternativa A é a resposta mais adequada para a questão, pois reflete a relevância das DCNTs na morbidade e internações evitáveis, como destacado na literatura oficial e pelos dados epidemiológicos mais atuais.
A alternativa D refere-se a um aspecto específico de morbidade por doenças respiratórias, que, apesar de importante, não supre a abrangência do impacto global das DCNTs na morbidade geral do Brasil.
Assim, a questão permanece válida e o gabarito selecionado permanece inalterado.

- Fontes:
  BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- Brasil. REDE Interagencial de Informação para a Saúde Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.349 p.: il.
- Medronho, Roberto A.; Bloch, Kátia Vergetti; Luiz, Ronir Raggio; Werneck, Guilherme Loureiro. Epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

BRANCA	VERDE
18	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Quanto à afirmativa I – Descentralização:
A definição de descentralização como uma “transferência gradual de responsabilidades administrativas, financeiras e técnicas para estados e municípios” é uma descrição que, apesar de não utilizar explicitamente o termo “gradualidade” na legislação, é amplamente aceita na doutrina e na prática administrativa no contexto do SUS. A descentralização, na sua essência, envolve a transferência de responsabilidades de gestão, execução e financiamento de ações e serviços de saúde para os níveis estadual e municipal, buscando maior autonomia e efetividade na administração pública. A cronologia ou a “gradualidade” não são elementos condicionantes na definição jurídica de descentralização; ela pode ocorrer de forma progressiva ou simultânea, mas sua definição principal refere-se à transferência de responsabilidades, o que é corroborado por documentos oficiais, como a Lei nº 8.080/1990.
Quanto à afirmativa II – Regionalização:
A questão apresenta a regionalização como uma organização dos serviços de saúde em regiões específicas, buscando integração, acesso e eficiência, o que está de acordo com a definição do Ministério da Saúde e da legislação vigente. A sua argumentação de que a regionalização “não é uma relação hierárquica entre níveis de atenção, mas de articulação” está correta na sua essência conceitual, pois a regionalização promove a articulação dos serviços, não a hierarquia entre eles. Entretanto, o entendimento comum e oficial é que a regionalização envolve a organização em regiões de saúde que promovem a integração entre diferentes níveis de atenção, formando uma rede de cuidado que

busca a integralidade do processo assistencial. Essa definição é compatível com a descrição de que ela organiza ações e serviços de saúde em uma rede regional, não apenas hierarquicamente.
As definições presentes na questão refletiram conceitos amplamente aceitos na prática e na literatura técnica do SUS. A afirmação I, embora utilize uma expressão que poderia ser interpretada de diferentes formas, está alinhada com a ideia de que a descentralização não se limita a uma transferência pontual, podendo ocorrer de forma gradativa na implementação de políticas públicas. A afirmativa II, descrita como um processo de hierarquização, é uma simplificação, mas que na prática e na legislação, refere-se à organização regional de serviços em uma rede articulada, não como uma mera hierarquia.

- Fontes:
  BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
- BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2017.
  Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

BRANCA	VERDE
19	13

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.
A banca entende que a alternativa B é a mais adequada e correta, considerando o cenário epidemiológico e as políticas públicas vigentes.
Consta na documentação oficial, incluindo a Nota Técnica nº 01/2024, a introdução da vacina Qdenga (TAK-003) no Programa Nacional de Imunizações (PNI) como posicionamento estratégico para o enfrentamento da dengue, sendo considerada a principal medida de prevenção, acima de medidas vetoriais, como a eliminação de criadouros, que permanece como ação complementar, de menor impacto imediato na redução da morbidade.
Assim, a expressão “a eliminação de criadouros é medida secundária” na alternativa B, ao indicar que a vacinação é a principal ação, está alinhada com as políticas atuais.

BRANCA	VERDE
20	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Diante do caso apresentado, Josué apresenta fatores de risco cardiovascular, como sobrepeso, sedentarismo, consumo excessivo de sódio e gorduras, além de sinais de cansaço e episódios de palpitação. Sua pressão arterial de 152x84 mmHg caracteriza hipertensão arterial, embora ainda não esteja em faixa de crise, mas sim na fase inicial ou estágio 1.
De acordo com as diretrizes da Atenção Primária e as recomendações do Ministério da Saúde, a abordagem inicial na gestão de hipertensão deve incluir a orientação sobre mudanças no estilo de vida, como alimentação saudável, prática regular de atividade física, controle do peso, redução do consumo de sal e gorduras, além de promover o acompanhamento clínico periódico. Essa conduta é fundamental para controlar fatores de risco e prevenir complicações cardiovasculares a longo prazo.
A solicitação de avaliação médica é imprescindível para o diagnóstico preciso, estabelecimento de metas terapêuticas e potencial início de farmacoterapia, se necessário, após esse diagnóstico. Essa abordagem integrada, focando na promoção de hábitos saudáveis e na avaliação médica, é o procedimento mais indicado na atenção básica, promovendo cuidado preventivo, educação em saúde e diagnóstico precoce.

Portanto, a alternativa C reflete a conduta mais alinhada às diretrizes atuais e ao princípio de cuidado integral na Atenção Primária, priorizando ações de promoção da saúde e o acompanhamento clínico adequado.

Fontess:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021. 118 p. : il. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRANCA	VERDE
21	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O próprio enunciado delimita a fonte normativa: a Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC). Em provas de concursos, deve prevalecer a bibliografia e o marco científico definidos no comando da questão, e não leituras históricas ou versões superadas de diretrizes. Mesmo tomando por base a Diretriz SBC de 2018 — documento ainda amplamente referenciado em exames e concursos —, o caso clínico descrito (paciente com fração de ejeção de 32%, classe funcional NYHA II, em uso de IECA, betabloqueador e diurético de alça) enquadra-se claramente na recomendação de introdução de antagonista do receptor mineralocorticoide (ARM), como espironolactona ou eplerenona, como o passo seguinte obrigatório na otimização terapêutica. Tal conduta possui recomendação Classe I, Nível de Evidência A, fundamentada nos ensaios RALES e EMPHASIS-HF, ambos reconhecidos por modificarem desfechos de mortalidade e hospitalização. Assim, a alternativa A, ao restringir indevidamente o uso dos inibidores de SGLT2 aos pacientes diabéticos, não reflete a conduta mais adequada nem o conteúdo normativo solicitado pelo comando da questão.

A partir dos estudos DAPA-HF (2019) e EMPEROR-Reduced (2020), os inibidores de SGLT2 demonstraram benefício inequívoco em pacientes com ICFER, independentemente da presença de diabetes mellitus, levando à incorporação dessa classe de fármacos como componente universal do tratamento da insuficiência cardíaca nas principais diretrizes internacionais (ESC, AHA/ACC/HFSA) e também na Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca da SBC 2022. Portanto, a expressão “apenas se diabético” está equivocada do ponto de vista técnico e desatualizada em relação à literatura científica que orienta a prática clínica atual e os exames de certificação médica.

No conjunto das alternativas, observa-se que apenas a alternativa B expressa corretamente a conduta esperada para o caso apresentado, conforme descrito na própria Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica: “O uso de antagonistas dos receptores mineralocorticoides, como espironolactona ou eplerenona, é recomendado para pacientes com fração de ejeção ≤ 35% que permaneçam sintomáticos, mesmo com IECA e betabloqueador, desde que não haja contraindicações (hipercalemia ou disfunção renal avançada).”

(Rohde LEP et al., Arq Bras Cardiol. 2018;111(3):436–539.)

As demais alternativas são tecnicamente incorretas: a alternativa C, que propõe aumento de diurético por “melhora de sobrevida”, erra por atribuir efeito prognóstico a uma medida puramente sintomática; e a alternativa D, que sugere substituir o IECA por hidralazina associada a nitrato sob alegada “superioridade”, incorre em erro conceitual, visto que essa associação é reservada a pacientes afrodescendentes sintomáticos em terapia otimizada ou àqueles intolerantes a IECA/BRA — não havendo superioridade geral desse esquema.

Em síntese, a ausência de data no enunciado não autoriza o candidato a basear-se em entendimentos históricos ou desatualizados, devendo prevalecer o conteúdo da diretriz expressamente citada. A alternativa A está incorreta, pois restringe indevidamente o uso dos inibidores de SGLT2 ao paciente diabético, contrariando tanto as evidências mais recentes quanto as próprias diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia. A conduta mais adequada, e

corretamente representada pelo gabarito oficial, é a introdução de antagonista do receptor mineralocorticoide (espironolactona) como o próximo passo terapêutico indicado para o caso clínico apresentado.

Fonte:

- Rohde LEP, Montera MW, Bocchi EA, Clausell NO, Albuquerque DC, Rassi S, Colafranceschi AS, et al. Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica e Aguda. Arq. Bras. Cardiol. 2018;111(3):436-59.

BRANCA	VERDE
22	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A conduta proposta na alternativa D encontra respaldo direto nas Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020 que orienta que, em pacientes com risco cardiovascular elevado ou muito elevado e IMC < 25 kg/m², a combinação de IECA com BCC di-hidropiridínico é preferencial em relação à associação com diuréticos tiazídicos. Trata-se de associação de primeira linha, eficaz no controle da pressão arterial e na redução de desfechos cardiovasculares.
O paciente descrito apresenta hipertensão não controlada (PA média 154x94 mmHg), uso isolado de IECA, IIAM há 6 meses, função renal preservada (TFG > 45 mL/min/1,73m²) e potássio normal — condições que não contraindicam a manutenção do IECA nem impõem necessidade de substituí-lo por BRA.
A introdução de betabloqueadores pode ser considerada como medida adicional em contexto de prevenção secundária, mas isso não invalida a associação de IECA + BCC como conduta adequada e respaldada pela diretriz para o controle pressórico — foco central do comando da questão.

Fonte:

- BARROSO, W.K.S. et al. **Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020.** *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 116, n. 3, p. 516-658, 2021. Disponível em: https://abccardiol.org/diretrizes/2020-hipertensao-arterial/

BRANCA	VERDE
23	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado delimita de forma inequívoca o documento a ser utilizado: Diretrizes da SBD. No capítulo Tratamento farmacológico do pré-diabetes, a SBD estabelece que o uso de metformina “deve ser considerado” (Classe IIa, Nível de Evidência B) nos subgrupos de alto risco, definidos por: idade inferior a 60 anos, IMC ≥ 35 kg/m², história prévia de diabetes gestacional, glicemia de jejum ≥ 110 mg/dL e/ou hemoglobina glicada ≥ 6,0%. Já outras terapias “podem ser consideradas” (Classe IIb, Nível B) conforme perfil clínico, com destaque para os agonistas do receptor de GLP-1 (como a liraglutida 3 mg), especialmente em pacientes com obesidade e dificuldade de adesão às mudanças de estilo de vida.
A paciente descrita no enunciado preenche integralmente os critérios do subgrupo de alto risco: 45 anos, IMC de 37 kg/m², antecedente de diabetes gestacional, glicemia de jejum de 118 mg/dL e HbA1c de 6,3%. Portanto, segundo a SBD 2023, a metformina é a conduta que possui a maior força de recomendação (Classe IIa) para reduzir o risco de progressão para diabetes mellitus tipo 2 nesse perfil clínico. Esse grau de evidência é justamente o que atende ao comando da questão, que solicita “a conduta farmacológica mais indicada”. Em concursos, quando o comando pede a conduta “mais indicada de acordo com a diretriz”, prevalece a hierarquia da força de recomendação — ou seja, condutas de Classe IIa (“deve ser considerada”) se sobrepõem a opções de Classe IIb (“pode ser considerada”).
Quanto à liraglutida, reconhece-se que há evidência de benefício metabólico em obesidade e pré-diabetes, com redução da progressão para diabetes tipo 2 e melhora da normoglicemia. A própria SBD cita essa evidência e admite o uso de liraglutida como opção (Classe IIb) em casos de obesidade e dificuldade com as medidas comportamentais. Contudo, essa indicação não a torna a conduta “mais indicada” segundo o documento, pois a hierarquia da diretriz é clara: para o perfil de alto risco clássico, a metformina mantém a recomendação prioritária (Classe IIa), enquanto a

liraglutida é uma alternativa possível (Classe IIb), voltada principalmente ao manejo do peso. Assim, não há duplo gabarito — há uma conduta preferencial e outra opcional, como expressamente previsto pela SBD.
Segundo a própria Diretriz citada, a respeito da Liraglutida (além de Acarbose, Pioglitazona e Orlistate), temos, ipsis litteris: "Medicações eficazes na prevenção de DM2 no pré-diabetes, porém ainda sem análise de custo-efetividade, PODEM SER CONSIDERADAS, de acordo com os seus respectivos riscos, custos e efeitos colaterais."- Classe IIb
Vale destacar que o caso clínico trata de PRÉ-diabetes, não de obesidade isolada nem de diabetes tipo 2 estabelecido. Mesmo nas versões internacionais mais recentes, a metformina continua sendo o fármaco de primeira linha para prevenção da progressão para diabetes em indivíduos com alto risco clássico, enquanto os agonistas de GLP-1 permanecem como opções complementares, e não substitutas de primeira linha, medicamentos de escolha e nem como conduta farmacológica MAIS indicada.
Não há ambiguidade ou dupla correção possível. A metformina é a única alternativa que satisfaz o comando da questão ("conduta farmacológica mais indicada, segundo a SBD") por reunir o grau mais elevado de recomendação para o perfil descrito. A liraglutida é uma opção válida, mas de força inferior (Classe IIb) e, portanto, não substitui a prioridade da metformina como conduta MAIS indicada. A alternativa de apenas manter mudanças de estilo de vida também não corresponde à orientação formal da diretriz para o caso em questão.

BRANCA	VERDE
24	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
As principais diretrizes internacionais, como as Tokyo Guidelines 2018, estabelecem como indicação formal e clara a colecistectomia em pacientes assintomáticos que apresentem pólipos maiores que 1 cm associados à colelitíase, devido ao risco aumentado de malignidade. As demais situações mencionadas no recurso demandam avaliação individualizada, não configurando indicação formal ou obrigatória. As principais indicações absolutas ou relativas de colecistectomia em pacientes assintomáticos incluem: Pólipo de vesícula >1 cm, especialmente se associado a cálculos, vesícula em porcelana, cálculos >2–3 cm, anomalias congênitas como vesícula em fundo largo ou junção pancreatobiliar anômala, pacientes com anemias hemolíticas crônicas, e candidatos a transplante de órgãos ou bariátrica com cálculos detectados.

Fonte:

- Yokoe M, Hata J, Takada T, Strasberg SM, Asbun HJ, Wakabayashi G, et al. Tokyo Guidelines 2018: diagnostic criteria and severity grading of acute cholecystitis (with videos). *J Hepatobiliary Pancreat Sci.* 2018;25(1):41–54. doi:10.1002/jhbp.515

BRANCA	VERDE
26	29

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
A questão deve ser anulada por não estar de acordo com as diretrizes atuais.

BRANCA	VERDE
27	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão foi elaborada com base direta no PCDT de ISTs, documento normativo e oficial do Ministério da Saúde, o qual estabelece as condutas de profilaxia empírica imediata em casos de violência sexual. No Quadro 50 desse protocolo, intitulado "Profilaxia das IST não virais em situação de violência sexual", encontra-se explicitado que adultos e adolescentes com mais de 45 kg, incluindo gestantes, devem receber profilaxia empírica para sífilis, gonorreia, clamídia e tricomoníase. As medicações indicadas são: benzilpenicilina benzatina (2,4 milhões UI IM, dose única), ceftriaxona (500 mg IM, dose única), azitromicina (1 g VO, dose única) e metronidazol (2 g VO, dose única). Além disso,

o mesmo protocolo complementa o esquema com profilaxia antirretroviral (PEP-HIV por 28 dias), contracepção de emergência (levonorgestrel 1,5 mg VO em dose única) e vacinação contra o HPV, a ser ofertada já no atendimento inicial a vítimas dentro da faixa etária recomendada. No caso apresentado no enunciado, a paciente possui vacinação completa e soroconversão adequada para hepatite B, razão pela qual não há indicação de imunoglobulina ou reforço vacinal, conduta igualmente condizente com o gabarito oficial.

A alegação de que a penicilina benzatina não deveria ser incluída na profilaxia empírica decorre de interpretações baseadas em diretrizes antigas ou internacionais, como o PCDT de 2015, as recomendações da Organização Mundial da Saúde (2019) e as do CDC (2021), que sugeriam rastreamento sorológico antes da administração de penicilina. Contudo, o Ministério da Saúde, em suas versões mais recentes, modificou expressamente essa orientação, reincluindo a penicilina benzatina entre as medicações de escolha para a profilaxia empírica pós-violência sexual, devido ao elevado risco de exposição e à dificuldade de garantir seguimento sorológico adequado nessas situações. Assim, o PCDT é inequívoco ao determinar: "Sífilis – Benzilpenicilina benzatina 2,4 milhões UI IM, dose única (1,2 milhão em cada glúteo)". Dessa forma, a inclusão da penicilina na alternativa D não apenas é válida, mas também obrigatória à luz da diretriz oficial vigente no Brasil.

Quanto à ausência do metronidazol, o próprio PCDT 2024 (nota b do Quadro 50) esclarece que a administração profilática desse medicamento deve ser postergada nos casos em que houver prescrição de contracepção de emergência e de PEP (profilaxia pós-exposição de risco à Infecção pelo HIV), como é o caso descrito na questão. Portanto, a omissão do metronidazol na alternativa D não torna a resposta incorreta, uma vez que a própria diretriz prevê essa conduta como adequada ao cenário clínico apresentado.

Em relação à vacina contra o HPV, cabe destacar que o mesmo PCDT de ISTs orienta de forma expressa que a vacinação deve ser ofertada já no atendimento inicial às vítimas de violência sexual, dentro da faixa etária recomendada, especialmente para aquelas com esquema incompleto ou DESCONHECIDO. Embora a vacina não atue como medida de profilaxia pós-exposição imediata, ela é considerada parte integrante da conduta inicial por representar uma oportunidade de prevenção secundária, devendo ser incluída entre as medidas de escolha. Portanto, sua presença na alternativa D está de acordo com as diretrizes nacionais e não constitui equívoco técnico.

Ao comparar as alternativas, verifica-se que a letra A é incorreta por omitir cobertura para gonorreia e sífilis e incluir vacina tríplice viral, que não faz parte do protocolo; a letra B contém medroxiprogesterona, que não é contraceptivo de emergência; e a letra C inclui imunoglobulina anti-hepatite B, indevida no caso de paciente com soroconversão comprovada. Apenas a alternativa D contempla, de maneira coerente, todas as medidas profiláticas recomendadas: cobertura antibiótica completa para as principais ISTs bacterianas (gonorreia, clamídia e sífilis), profilaxia antirretroviral para HIV, contracepção de emergência e vacinação contra o HPV. Além disso, exclui corretamente a profilaxia para hepatite B, já que a paciente apresenta imunidade comprovada.

Diante de todo o exposto, conclui-se que a questão nº 27 encontra-se tecnicamente correta, clara e plenamente compatível com os protocolos brasileiros mais recentes. A alternativa D reflete fielmente o conjunto de medidas preconizadas pelo Ministério da Saúde para o atendimento inicial de vítimas de violência sexual, conforme o PCDT de ISTs. Os pedidos de anulação se baseiam em diretrizes superadas ou em interpretações incompletas de documentos internacionais que não têm aplicação normativa no SUS. Assim, requer-se a manutenção do gabarito oficial, com a confirmação da alternativa D como resposta correta.

Fonte:

- Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022

BRANCA	VERDE
28	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em primeiro lugar, quanto ao contexto da lactação, é importante reafirmar que a conduta de primeira linha para o tratamento da trombose venosa profunda (TVP) aguda em mulheres que amamentam permanece sendo a

anticoagulação com heparina de baixo peso molecular (HBPM), associada ao antagonista da vitamina K (varfarina). Essa conduta é respaldada por evidências robustas de segurança durante o aleitamento materno e consolidada por décadas de experiência clínica. As diretrizes do American College of Chest Physicians (CHEST) para tromboembolismo venoso estabelecem que, em puérperas lactantes, deve-se preferir HBPM para o tratamento inicial e varfarina para manutenção, evitando-se os DOACs durante a amamentação pela ausência de dados consistentes de segurança para o lactente. Essa mesma orientação é reiterada em documentos nacionais, como nas diretrizes conjuntas da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular (SBACV) e da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) para o manejo do tromboembolismo venoso, que reforçam a HBPM como tratamento de escolha no puerpério e reconhecem a compatibilidade da varfarina com o aleitamento. O Tratado de Cirurgia Vascular de Maffei (6ª edição, 2024), referência acadêmica consolidada, também corrobora essa mesma conduta. Portanto, em lactantes, o esquema HBPM associado à varfarina apresenta o melhor perfil de segurança e grau de recomendação, enquanto rivaroxabana e dabigatrana continuam não recomendadas durante a amamentação, conforme todas as diretrizes de maior peso utilizadas em concursos e protocolos clínicos brasileiros.

No que se refere à alegação de ambiguidade do termo “associada à varfarina”, tal interpretação não se sustenta. No contexto técnico da anticoagulação, “associar HBPM à varfarina” é a forma consagrada de descrever a fase de sobreposição terapêutica, também conhecida como bridging. Nessa etapa, a varfarina é iniciada concomitantemente à heparina, mantendo-se a HBPM até que o RNI alcance o alvo terapêutico (geralmente entre 2,0 e 3,0). Após essa transição, suspende-se a heparina e o tratamento segue apenas com varfarina. Essa descrição é universal em diretrizes internacionais e livros-texto, e a questão avaliava a conduta terapêutica mais apropriada para o contexto clínico apresentado — não a descrição pormenorizada de cada fase de ajuste. Portanto, a formulação “HBPM associada à varfarina” está tecnicamente correta e reflete a prática clínica padronizada.

A crítica quanto ao “risco hemorrágico” no puerpério precoce também é improcedente. A introdução da varfarina alguns dias após o parto — tipicamente a partir do 7º dia, quando há hemostasia adequada — é uma prática aceita e respaldada pelas diretrizes, inclusive com o uso concomitante da heparina até estabilização do RNI. O equívoco dos recursos decorre de confundir a contraindicação da varfarina durante a gestação, devido ao risco teratogênico, com sua segurança na lactação. Durante o aleitamento, a varfarina é considerada compatível, sendo inclusive a opção preferida para manutenção de longo prazo em pacientes com TVP que estão amamentando.

Da mesma forma, a sugestão de substituição por DOACs (rivaroxabana ou dabigatrana) não procede. Embora em mulheres não lactantes as diretrizes mais recentes indiquem preferência crescente pelos DOACs, essa recomendação não se estende às lactantes. As principais entidades internacionais — American Society of Hematology (ASH), CHEST e American College of Obstetricians and Gynecologists (ACOG) — mantêm orientação clara no sentido de evitar DOACs durante a amamentação, por falta de evidências robustas que garantam sua segurança para o lactente. Relatos isolados em bases de dados como LactMed ou NHS Medicines Information não substituem o peso das recomendações formais, amplamente seguidas em concursos e protocolos oficiais nacionais. Dessa forma, as alternativas que envolvem dabigatrana (B) ou rivaroxabana (C) não representam condutas aceitáveis nesse cenário clínico.

Por fim, as demais críticas apresentadas — como a ausência de menção ao tempo total de terapia ou a inclusão de medidas conservadoras — não têm relevância suficiente para alterar o gabarito. A questão avaliava a escolha do anticoagulante mais apropriado no contexto da lactação, e não a descrição completa do plano terapêutico. Ainda assim, vale lembrar que o tempo mínimo de anticoagulação para TVP no puerpério é bem estabelecido nas diretrizes: pelo menos três meses de duração, com manutenção por pelo menos seis semanas após o parto. Já a alternativa A, que propunha manejo conservador com repouso e meias compressivas, é insuficiente para o tratamento de uma trombose venosa profunda proximal aguda, sendo incorreta.

Em síntese, o gabarito D está integralmente alinhado às diretrizes nacionais e internacionais de referência. A conduta de anticoagulação plena com heparina de baixo peso molecular associada à varfarina, com ajuste por RNI, é o regime mais seguro e indicado para o tratamento de TVP em mulheres lactantes. As drogas orais diretas (DOACs) permanecem contraindicadas na amamentação, o termo “associada” reflete a fase de sobreposição terapêutica consagrada (bridging), e não há vício técnico ou ambiguidade que justifique alteração do gabarito. Assim, os pedidos de anulação são improcedentes.

BRANCA	VERDE
29	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
As Diretrizes Europeias de 2024 para o manejo da fibrilação atrial (ESC Guidelines for the Management of Atrial Fibrillation, 2024) mantêm o uso do escore CHA2DS2-VASc como ferramenta padrão para estratificação do risco tromboembólico em pacientes com fibrilação atrial não valvar. A sigla permanece inalterada, considerando os seguintes componentes:
C: insuficiência cardíaca congestiva (1 ponto)
H: hipertensão (1 ponto)
A2: idade ≥75 anos (2 pontos)
D: diabetes mellitus (1 ponto)
S2: AVC, AIT ou tromboembolismo prévio (2 pontos)
V: doença vascular (1 ponto)
A: idade 65–74 anos (1 ponto)
Sc: sexo feminino (1 ponto)
Ainda segundo essas diretrizes, a pontuação de 0 em homens é considerada sem indicação formal de anticoagulação, o que valida como correta a alternativa que descreve um homem de 58 anos sem comorbidades pontuadas no escore (alternativa A). Os demais casos apresentam pontuações ≥1 (em homens) ou ≥2 (em mulheres), com indicação clara de anticoagulação, conforme as mesmas recomendações.
Portanto, o gabarito está de acordo com a terminologia e prática clínica atuais, e não há respaldo técnico para a alegação de mudança na sigla ou critério do escore. O recurso deve ser indeferido.

Cargo: Médico Plantonista - Pediatra

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância” indica:”, a alternativa “A) Termos sintaticamente subordinados.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O alerta das redes chega ao Congresso”, temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, “ao Congresso” exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em “à infância”, a expressão é subordinada ao termo “ameaças”, exemplificando a regência nominal. A alternativa “B) Equivalência quanto à função sintática.” não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância”, o termo “à infância” exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo “ameaças” exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição “a” + o artigo definido “a”, formando “à”. Portanto, “à infância” completa o sentido de “ameaças”, sem exercer ação. A alternativa “D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente.” não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho “Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet.” (1º§), assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “A) O termo destacado em “É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.”, promove sentido equivalente.” foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa “D) Produz o mesmo sentido visto em “Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu ‘pequeno’ império”.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Uma opção de reescrita seria: “[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]”” não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. “Convencer quase 6 milhões de inscritos” sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. “Amealhar quase 6 milhões de inscritos” significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com “convencido” destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela “convenceu” milhões a segui-la. A frase com “amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fonte:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA
28

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa D.
O início da marcha independente é um marco fundamental do desenvolvimento motor infantil. Embora a média populacional situe-se entre 12 e 14 meses, considera-se dentro do limite de normalidade até os 18 meses de idade.
O desenvolvimento motor segue o padrão céfalo-caudal (do controle da cabeça ao tronco e, posteriormente, aos membros inferiores) e próximo-distal (dos músculos centrais aos periféricos). Antes de andar, a criança deve alcançar marcos progressivos, como rolar (4-6 meses), sentar sem apoio (6-8 meses), ficar em pé com apoio (9-11 meses) e andar com apoio (10-14 meses).
O atraso na aquisição da marcha após os 18 meses é um sinal de alerta para investigação de distúrbios neuromotores, hipotonia, paralisia cerebral, atraso global do desenvolvimento ou causas ortopédicas. O acompanhamento regular na puericultura permite identificar precocemente alterações e intervir com estimulação precoce e fisioterapia.
A) 9 meses: Aos 9 meses a maioria das crianças apenas engatinha ou fica em pé com apoio. Andar nessa idade é considerado muito precoce e fora da média populacional.
B) 12 meses: Embora muitas crianças comecem a andar em torno de 1 ano, esse é o valor médio esperado, não o limite superior. Portanto, andar somente após 12 meses ainda pode ser normal.
C) 15 meses: Aos 15 meses a maioria já anda, mas ainda é aceitável atraso leve. O limite para definir atraso motor é 18 meses, não 15.

Fontes:

- BRUENWALD, Eugene; FAUCI, Anthony S.; KASPER, Dennis L.; HAUSER, Stephen L.; LONGO, Dan L.; JAMESON, J. Larry. *Harrison: Medicina Interna.* 21ª ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2022. Cap. 358 – Desenvolvimento Infantil e Transtornos do Neurodesenvolvimento.
- NELSON Textbook of Pediatrics. 22ª ed. Philadelphia: Elsevier, 2023. Cap. 33 – Developmental and Behavioral Pediatrics.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (BRASIL). *Caderneta da Criança: Saúde da Criança – Acompanhamento do Crescimento e Desenvolvimento.* 5ª ed., Brasília: MS, 2022.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). *Manual de Puericultura: Seguimento do Crescimento e Desenvolvimento.* 2023.

Cargo: Motorista

BRANCA	VERDE
01	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O conto “Rosas na cabeceira, de Marina Colasanti, interpreta-se como uma reflexão sobre a condição feminina e a busca por autonomia e realização. As rosas representam a beleza, a delicadeza e o universo do feminino, mas também o desejo de transcender as expectativas sociais impostas às mulheres, buscando um lugar próprio e a liberdade de ser. A obra explora o conflito entre o mundo maravilhoso e a realidade, evidenciando a forma como as mulheres lidam com a identidade e o poder em meio a um contexto social que muitas vezes as limita. A autora, através de elementos do maravilhoso, aborda a tensão entre o idealizado (como as rosas representam a beleza e o encanto) e a dura realidade do cotidiano, que pode limitar as aspirações da mulher. O conto, dentro de um contexto de literatura que aborda a feminilidade, tece uma crítica sutil à forma como a sociedade e a cultura impõem modelos e expectativas sobre o que é ser mulher, limitando sua liberdade.

BRANCA	VERDE
02	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O texto apresenta características próprias do gênero narrativo, com foco em um único acontecimento simbólico que revela o conflito interno da personagem, sem estrutura argumentativa ou expositiva. Assim, a alternativa C é a correta, pois descreve com precisão uma narrativa literária concisa centrada em um evento significativo.

BRANCA	VERDE
03	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O pretérito perfeito do indicativo indica uma ação que ocorreu e foi concluída num momento específico do passado, sendo pontual e não rotineira. Dessa forma, a ação verbal “enterrou” não transmite uma ideia de continuidade, mais de uma ação concluída. As demais afirmativas apresentadas para análise estão corretas e de acordo com a norma culta da língua portuguesa.
Em relação aos questionamentos da opção de resposta C, afirma-se que é correta, pois O significado de "mulher de cadeiras largas" remete a um ideal de beleza histórica onde quadris mais largos eram associados à fertilidade e harmonia.
Embora a expressão possa ser usada de forma mais geral para descrever uma mulher com um corpo mais robusto ou com os quadris proeminentes, também pode ser associada a conotações culturais ou históricas de beleza, maturidade e até mesmo a figuras femininas que transmitem força e estabilidade. O contexto histórico, como o ideal de beleza egípcio que valorizava o quadril largo, a beleza e a harmonia, é crucial para entender o significado completo da expressão.

Fontes:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA	VERDE
04	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A única informação incorreta é a opção de resposta C, pois a cama estava na família da mulher de cadeiras largas desde a época da sua avó; por isso era tão importante para ela.
As demais opções de respostas estão corretas. Observe:
A profecia da vizinha se realizou, pois o marido da mulher de cadeiras largas derrubou a árvore que nasceu no lugar das moedas, que ela enterrou e, com intenção de dar conforto a ela, fez uma cama e, para agradá-la, entalhou quatro rosas na cabeceira (opção de resposta A).
Em “E a mulher teve outros filhos [...]”, o termo “outros” trata-se de um determinante indefinido, quando antecede o substantivo, tendo valor adjetival (opção de resposta B).
E, por fim, a repetição de palavras em “Definhou, definhou” significa uma redundância proposital com o objetivo específico de enfatizar uma ideia (opção de resposta D).

Fontes:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA	VERDE
05	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
"Quatro" é um numeral cardinal, uma classe gramatical que indica a quantidade de um substantivo. No entanto, as demais palavras destacadas se referem a adjetivos. O adjetivo é a palavra que qualifica ou caracteriza o substantivo, atribuindo-lhe um estado, qualidade ou defeito. Observe: "bela" caracteriza o substantivo "cama"; "escura" caracteriza o substantivo "terra"; e "lustrada" caracteriza o substantivo "madeira".

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA	VERDE
06	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A palavra "quando" pode pertencer a diferentes classes gramaticais, sendo mais frequentemente um advérbio (interrogativo ou não, indicando tempo ou circunstância) ou uma conjunção temporal (introduzindo orações subordinadas de tempo). A sua classificação depende do contexto específico em que é usada na frase, pois ela pode modificar um verbo, um adjetivo ou advérbio, ou ligar orações, indicando o tempo. "Quando" é uma conjunção para ligar orações; como conjunção temporal, inicia uma oração subordinada que expressa uma circunstância de tempo.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA	VERDE
08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O pretérito imperfeito é um tempo verbal do modo indicativo que descreve ações passadas, habituais, contínuas, ou que estavam em andamento sem um limite de tempo definido. Ele é usado para criar narrativas e descrições, contrastando com o pretérito perfeito, que indica ações concluídas no passado. São ações verbais que se encontram no pretérito imperfeito: era; infiltravam; e oferecia. A única ação verbal que se encontra no pretérito perfeito é: esperou.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA	VERDE
09	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Tendo em vista o contexto em que se encontra empregada, a palavra "entalhou" são poderá ser substituída, sem prejuízo semântico, pela expressão "atear". "Atear" significa: expor ao calor; afoguear; abrasar; esquentar.

Fontes:

- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA	VERDE
11	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Vamos analisar a questão e as possíveis proporções:
3 bombas → 8h para encher → trabalho total = 1 reservatório.
Em 1h, 3 bombas = 1/8 do reservatório.
Em 2h, fazem 2/8 = 1/4 do reservatório.
Restante = 3/4 do reservatório.
Depois, 2 bombas ativas → em 1h fazem (2/24) = 1/12.
Para 3/4 → (3/4) ÷ (1/12) = 9 horas.
Total = 2h + 9h = 11h.
São 11 horas para encher totalmente o reservatório.

Fontes:

- IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar – Vol. 2. Atual, 2018.
- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

BRANCA	VERDE
12	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Primeiro devemos analisar a quantidade de pessoas para cada atividade, logo:
Total de alunos = 400

- Participam de esportes: 62% → 248 alunos
- Participam de música: 29% → 116 alunos
- Participam de ambos: 18% → 72 alunos

Agora separamos os grupos sem sobreposição:

- Só esportes = 248 − 72 = 176
- Só música = 116 − 72 = 44
- Ambos = 72
- Nenhum = 400 − (176 + 44 + 72) = 400 − 292 = 108 alunos

Probabilidade = 108/400 = 0,27 x 100% = 27%

Fontes:

- IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar – Vol. 2. Atual, 2018.
- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

BRANCA	VERDE
13	18

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
A banca retornou a questão para análise, a questão apresenta duas compras de cadernos e canetas. Contudo, o segundo valor informado no enunciado (R$ 115,00) contém erro numérico que inviabiliza a solução correta do sistema, levando o valor do caderno a 20,26, valor não coincidente com nenhuma alternativa.
O item apresenta erro material de digitação, comprometendo a validade da resposta. Dessa forma, solicita-se a anulação da questão, por não permitir a obtenção de alternativa correta com base no enunciado apresentado.

BRANCA	VERDE
14	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Produção é proporcional ao número de máquinas e ao tempo, podemos resolver com os seguintes passos:
Primeiro, relação com máquinas (diretamente proporcional):

Se 8 máquinas → 12.000 folhetos
Então 10 máquinas → x folhetos
X =10×12.000/ 8 =15.000

Ou seja, em 6 horas, 10 máquinas fariam 15.000 folhetos.
Agora, relação com o tempo (diretamente proporcional) sabendo a quantidade de folhetos:

Se em 6 horas → 15.000 folhetos
Então em 9 horas → y folhetos
Y = 9×15.000/6 = 22.500

Sendo assim a produção seria de 22.500 folhetos.

Fontes:

- IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar – Vol. 2. Atual, 2018.
- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

BRANCA	VERDE
16	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Vamos verificar cada momento e situação de retirada para cada cor e para o total de bolas, logo temos as seguintes situações:
Total de bolas = 10
Número total de maneiras de escolher 3 bolas = C(10,3) = 120.
Casos favoráveis (um par + uma diferente):
- Par vermelho + 1 diferente: C(4,2) × C(6,1) = 6 × 6 = 36
- Par azul + 1 diferente: C(4,2) × C(6,1) = 6 × 6 = 36
- Par verde + 1 diferente: C(2,2) × C(8,1) = 1 × 8 = 8
Total favoráveis = 36 + 36 + 8 = 80
Probabilidade = 80/120 = 2/3

Fontes:

- IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar – Vol. 2. Atual, 2018.
- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

BRANCA	VERDE
19	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Perímetro do retângulo original:
O retângulo mede 20 m por 15 m.
P=2×(20+15)=70 m
Efeito do recorte:
Ao retirar um quadrado de 5 m × 5 m de um canto, não diminuímos o perímetro, mas alteramos seu contorno:
O lado de 5 m retirado adiciona dois novos segmentos ao perímetro:

- um de 5 m na vertical
- outro de 5 m na horizontal

mantendo assim os 70 m de perímetro

Fonte**:**

- IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar – Vol. 2. Atual, 2018.
- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

BRANCA	VERDE
21	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
As ações colaborativas entre diferentes marcas são uma estratégia comercial de longa data, que tem ganhado mais espaço nos últimos anos, diante das possibilidades de marketing suscitadas pelo encontro de grandes corporações. Assim, CIMED e Fini; Kopenhagem e Nescafé são apenas alguns exemplos dos lançamentos colaborativos que tem gerado lucros aos CEOs e desejo pelo consumo nos clientes. Dessa forma, a alternativa à venda tradicional das marcas consolidadas, se apresenta como lucrativa, pois promove o crescimento da clientela, aumento no número de vendas e lucratividades dos produtos, pois as colaborações geram desejo de compra, apoiadas no *marketing* eficiente em diferentes plataforma e redes sociais. Os produtos em questão não tem sido distribuído, e sim, comercializados. Para alcançar êxito nesse empreendimento, é necessário estabelecer acordos multilaterais, que beneficiem os parceiros comerciais envolvidos, uma vez que ao encarecer os produtos, as vendas podem atingir um público menor do que o esperado. Ainda que a curiosidade colabore com o interesse de compra, o Estado não tem participação direta nos investimentos para aumentar os ganhos das grandes empresas e setor privado. Mesmo que um novo padrão de consumo seja estabelecido pelos clientes, os itens não são restritos apenas ao mercado de luxo, e sim, tem se espalhado pelas redes de supermercados e farmácias, bem como outras instituições.

Fonte:

- PILAR, Ana Flávia. *Beijo de bala, café com chocolate:* como as ‘collabs’ entre marcas ajudam empresas a ampliar mercado. O Globo Negócios. 05 ago 2025.
- MEIO & MENSAGEM. *Co-branding*: o que é, vantagens e exemplos de sucesso. Meio & Mensagem. 13 nov 2022.
- VALOR ECONÔMICO. Collab é estratégia para fortalecer marcas e elevar alcance. Dino, São Paulo. 11 nov. 2024.

BRANCA	VERDE
22	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A tecnologia tem se tornado cada vez mais comum às tarefas diárias, sobretudo, destaca-se o desempenho bem aceito das Inteligências Artificiais, como Gemini e ChatGPT. Por sua linguagem acessível, agilidade na geração de respostas e

capacidade de personalização das experiências, as IAs vem se tornando as principais ferramentas de busca rápida na internet. Porém, é preciso pensar no panorama que envolve essa questão: a criticidade humana, criatividade e capacidade inventiva, diante dos rápidos códigos de programação. Assim, seu funcionamento tem se destacado entre as ferramentas de busca, pois, contribui com o refinamento do senso crítico dos usuários, visto que as Inteligências Artificias são personalizadas com base em comandos, aliados a bancos de dados, que proporcionam a geração de respostas a partir da probabilidade, mas que precisam da verificação das pessoas que utilizam os serviços para melhorar seu desempenho. Nesse sentido, as probabilidades citadas tem relação com a forma como modelos de linguagem generativos organizam seu funcionamento, que se baseiam na entrada e *tokens*; análise de padrões do usuários; previsão do próximo *token*; seleção e repetição. Logo, ainda que sejam chamadas de "inteligências", não possuem a capacidade de raciocínio humana, mas sim, se utilizam de estatísticas para entender a melhor resposta a um determinado comando, de acordo com a base de dados disponível e preferências dos usuários. Ainda, o desempenho citado na alternativa diz respeito à forma como as IAs respondem aos *prompts,* que se tornam mais eficientes a partir da personalização constante. O fim das expressões criativas humanas diante do avanço das IAs pode ser um pensamento que permeia diferentes rodas de conversa, porém, além do tom taxativo, é preciso destacar que as IAs se alimentam dos condicionamentos e dados humanos, logo, não se desenvolve sem a sua curadoria. Ainda que muitas pessoas tenham adotado uma postura de total confiança diante das respostas geradas a partir de prompts, sem conferência posterior, o ideal não seria o abandono do senso crítico e apenas repasse de informações, mas sim, seu desenvolvimento de maneira mais dedicada. Por fim, mesmo que os avanços tecnológicos e conectividade proporcionem a manutenção de relações à distância, bem como a utilização de serviços de forma remota, as IAs não devem ser encaradas como “vilãs” que promovem o isolamento social e abandono completo das interações humanas, pelo contrário, quando usadas de forma consciente, podem proporcionar novas dinâmicas nas relações sociais, trabalho e educação, por exemplo.

Fontes:

- SAMPAIO, Raphael; CRESCENCIO, Fernando*. A tecnologia por trás dos grandes modelos de linguagem*. Exame. 04 ago 2025.
- DATA SCIENCE ACADEMY. *Guia Completo sobre Inteligência Artificial Generativa. Data Science Academy*. 11 jun. 2025.
- DO MICRO AO MACRO. *Tecnologia muda as relações: veja como a inteligência artificial já transforma conexões humanas e de trabalho.* Carta Capital. 16 mai 2025.

Cargo: Professor Docente II - Arte

BRANCA	VERDE
01	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O termo “adultização” (4º§) equivale, de acordo com o texto, a:” a alternativa “D) Práticas que envolvem crianças e adolescentes em exposição em ambiente virtual de forma inadequada.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com o trecho ““As plataformas fazem vista grossa para conteúdos problemáticos que elas têm condição de detectar, desmonetizar e tirar do ar, mas não o fazem porque não são obrigadas”, afirma Débora Salles, coordenadora do NetLab UFRJ. Em junho, o STF avançou na regulação ao tornar as big techs responsáveis por pornografia infantil e sexualização de menores, mas a norma se restringe aos casos flagrantemente ilegais e não abrange práticas mais subjetivas, como a “adultização”, termo usado para definir a superexposição de uma criança na internet. “É necessária uma legislação mais explícita”, defende Alexandre Pacheco, doutor em política científica e tecnológica e professor da FGV.” A alternativa “B) Procedimentos que normatizam excessos expostos na internet por crianças e adolescentes.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “A) Pornografia infantil explícita e sexualização de menores.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente, por não haver especificação quanto ao ambiente da internet, conforme citado no texto. A alternativa “C) Plataformas virtuais cuja monetização é uma das principais

motivações para suas atividades.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente, não há especificação quanto a referência a crianças.

Fonte:

- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANCA	VERDE
02	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância” indicam:”, a alternativa “A) Termos sintaticamente subordinados.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O alerta das redes chega ao Congresso”, temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, “ao Congresso” exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em “à infância”, a expressão é subordinada ao termo “ameaças”, exemplificando a regência nominal. A alternativa “B) Equivalência quanto à função sintática.” não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância”, o termo “à infância” exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo “ameaças” exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição “a” + o artigo definido “a”, formando “à”. Portanto, “à infância” completa o sentido de “ameaças”, sem exercer ação. A alternativa “D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente.” não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.
Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA	VERDE
04	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho “Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet.” (1º§), assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “A) O termo destacado em “É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.”, promove sentido equivalente.” foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma

fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa “D) Produz o mesmo sentido visto em “Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu ‘pequeno’ império”.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Uma opção de reescrita seria: “[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]”” não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. “Convencer quase 6 milhões de inscritos” sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. “Amealhar quase 6 milhões de inscritos” significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com “convencido” destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela “convenceu” milhões a segui-la. A frase com “amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fonte:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA	VERDE
06	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” (1º§):”, a alternativa “D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” é possível confirmar a informação da alternativa “D” . O conector adversativo “mas” indica oposição ou contraste em relação à ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com “Mas nada se compara…”, o enunciador introduz um fato novo (“o que ocorreu no último dia 6”); e realça sua importância e impacto (“em termos de alcance e repercussão”). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa “A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior.” não pode ser indicada como correta. O conector “mas” é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, “mas” é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto,

esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que “mas” pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) “Ele é rico, mas infeliz.” Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): “Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas.”
A segunda ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: “Mas nada se compara...” introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O “mas” funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: “Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.”, isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho “demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior” porque o “mas” não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante é de ênfase e destaque, não de oposição. “Mas nada se compara...” não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa “C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para a afirmativa anterior.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior.” não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA	VERDE
07	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa “B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações.” não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar

mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida" (1° parágrafo), "explanou, de forma didática e incisiva" (1° parágrafo), "conteúdos que alimentam..." (1° parágrafo), "ecossistema lucrativo..." (1° parágrafo), " incendiou as redes sociais" (1° parágrafo), "foi bater forte no Congresso" (1° parágrafo), "onde atropelou..." (1° parágrafo), "na onda da escalada..." (2° parágrafo), "a onda de indignação" (3° parágrafo), "fúria legislativa" (3° parágrafo) e "vista grossa" (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: "Vi o homem com o telescópio.", pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões "colocou o dedo na ferida", "explanou, de forma didática e incisiva", "conteúdos que alimentam...", "ecossistema lucrativo", "incendiou as redes sociais", "foi bater forte no Congresso", "onde atropelou...", "na onda da escalada", "a onda de indignação", "fúria legislativa" e "vista grossa" não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. "Colocou o dedo na ferida" = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. "Explanou, de forma didática e incisiva" Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. "Conteúdos que alimentam..." = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). "Ecossistema lucrativo" = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. "Incendiou as redes sociais" = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. "Foi bater forte no Congresso" = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. "Onde atropelou..." = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. "Na onda da escalada" = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. "A onda de indignação" = Metáfora Movimento coletivo de revolta. "Fúria legislativa" = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. "Vista grossa" = Expressão idiomática. A alternativa "D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto." não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.

BRANCA	VERDE
08	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Considerando as estruturas linguísticas destacadas a seguir, assinale a afirmativa correta.", a altenativa "B) Em "Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, [...]" (1º§), o termo destacado se deve à exigência de "compara".", foi adequadamente considerada correta. O termo "a" ("ao") em "Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6" se deve, gramaticalmente, à regência verbal do verbo comparar-se. O verbo comparar, quando usado na forma pronominal (comparar-se), exige preposição "a" para introduzir o termo de comparação: comparar-se + a + termo comparado. Na frase: "Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6" temos: Verbo: compara; Pronome reflexivo: se; Complemento verbal: ao que ocorreu no último dia 6. O "a" vem da regência do verbo (compara-se a algo). O "o" é o artigo definido que antecede "que ocorreu...". A fusão de a + o forma a contração "ao". O termo "a (ao)" é exigido pela regência do verbo "comparar-se", que pede complemento preposicionado com "a". Portanto, a forma correta é "compara-se a algo", e não "compara-se algo". A alternativa "C) Em "[...] mobilizou gente da esquerda à direita e foi bater forte no Congresso, [...]" (1º§), o termo destacado demonstra obrigatoriedade de crase considerando-se o termo regente "esquerda"." não pode ser indicada como correta. A expressão "da esquerda à direita" é uma locução adverbial feminina de lugar. Usa-se crase nas locuções adverbiais femininas (de tempo, lugar ou modo) iniciadas por "a". Exemplos: à tarde, à noite, à esquerda, à direita, às pressas, à distância. Portanto, o "à" é usado porque se trata de uma locução adverbial feminina de lugar, formada por substantivos femininos precedidos de artigo "a". O termo "esquerda" não exige preposição "a" — o que confirma que a crase não decorre da regência, mas da formação da locução adverbial. A alternativa "D) Em "[...] mostrando como o vídeo serviu para reforçar junto à sociedade [...]" (2º§), o termo destacado poderia ser substituído por "a", demonstrando ser facultativo o emprego do acento nesse caso." não pode ser indicada como correta. O uso de "à" em "junto à sociedade" é obrigatório, pois decorre da regência de "junto", que exige preposição "a". A fusão da preposição com o artigo definido "a" do substantivo "sociedade" gera o acento grave indicativo de crase.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

BRANCA	VERDE
09	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão " O título atribuído ao texto se relaciona à(ao): I. Tema desenvolvido no texto. II. Posicionamento de entidade pública. III. Possível compreensão de posicionamento do enunciador. IV. Ocorrência de fato de importante repercussão. Está correto o que se afirma em", a alternativa "**C)** I, III e IV, apenas." foi adequadamente indicada como correta. Tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. O item "**II.** Posicionamento de entidade pública." é incorreto. O sujeito do enunciado é: "O alerta das redes", ou seja, o agente da ação ("chega ao Congresso") e não uma instituição oficial. O verbo "chega" indica movimento simbólico: o debate que começou nas redes passa a alcançar o Congresso. O Congresso aparece como destinatário da ação, não como agente: Ele recebe o alerta, é o local onde o debate chega. Portanto, o Congresso não se manifesta, não toma posição, nem emite opinião. Não há, portanto, posição institucional expressa por nenhuma entidade pública. O título tem um caráter informativo e avaliativo, típico de manchetes jornalísticas: "O alerta das redes chega ao Congresso" informa que o tema saiu do ambiente digital e alcançou a esfera política. "O urgente debate sobre ameaças digitais à infância" introduz o tema da pauta, reforçando sua relevância e urgência (avaliação do jornalista, não de uma entidade pública). Portanto, o enunciado apenas relata que uma discussão das redes sociais ganhou visibilidade política, sem revelar posição de nenhuma entidade pública.

Fonte:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ática, 2008.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA	VERDE
12	15

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
O comando do item não corresponde às alternativas apresentadas, gerando invalidade do item.

BRANCA	VERDE
17	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O gabarito D (I, II e III, apenas) é mantido com base na seguinte análise conceitual:
Afirmativa I (ODS 4 – Educação de Qualidade): CORRETA. O projeto visa investigar o "acesso desigual à tecnologia" e promover "competências digitais" de forma equitativa entre meninos e meninas. Isso se alinha diretamente ao ODS 4, que busca assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.
Afirmativa II (ODS 5 – Igualdade de Gênero): CORRETA. O tema central do projeto é explicitamente "Igualdade de Gênero e Uso de Tecnologias", investigando como o acesso desigual afeta "meninas e meninos". Este é o cerne do ODS 5, que visa eliminar barreiras e discriminações contra mulheres e meninas, incluindo as barreiras tecnológicas.
Afirmativa III (ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura): CORRETA. O ODS 9 não se limita à indústria pesada; ele aborda fundamentalmente a infraestrutura e a inovação. A Meta 9.c da Agenda 2030 (ONU) prevê "aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação" (TICs). Ao propor "parcerias comunitárias" para investigar e promover o "acesso desigual à tecnologia", o projeto atua diretamente na dimensão de infraestrutura digital acessível e inovação social, justificando a correlação com o ODS 9.
Afirmativa IV (ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis): INCORRETA. Esta afirmativa está incorreta por afirmar que o "foco principal" do projeto é o ODS 12. O foco principal do projeto, conforme descrito no enunciado, é a intersecção entre Educação (ODS 4) e Igualdade de Gênero (ODS 5) no acesso à Infraestrutura de TICs (ODS 9). O ODS 12 refere-se a padrões de consumo e produção, o que incluiria a gestão de lixo eletrônico (e-waste) e a reutilização de dispositivos. Embora a reutilização pudesse ser *uma das soluções* possíveis, o enunciado não a define como o "foco principal" da investigação ou das ações propostas (que são campanhas, oficinas e parcerias).
Conclusão
As afirmativas I, II e III descrevem alinhamentos diretos e conceituais do projeto aos respectivos ODS. A afirmativa IV apresenta um desvio do foco principal do projeto. Portanto, o gabarito D está correto e fica mantido.

Fonte:

- Organização das Nações Unidas (ONU). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

BRANCA	VERDE
20	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A Afirmativa I é INCORRETA, conforme o gabarito preliminar. A Perspectiva Tecnicista, com base em autores como Saviani e em referências como a citada (Eyng), concebe o professor como executor de planos e materiais instrucionais, cujo papel é arranjar contingências de reforço para maximizar a eficiência, não para fomentar a pesquisa e a investigação autônoma do aluno, que são características de pedagogias ativas ou progressistas. A leitura de que o professor tecnicista "cria situações desafiadoras" por meio de "pesquisa" é uma interpretação que desvirtua a teoria, confundindo planejamento estruturado com o estímulo à autonomia cognitiva. Decisão: Recurso improcedente. A Afirmativa I permanece INCORRETA. 2. Sobre a Afirmativa IV (Pedagogia Escolanovista): Alegação dos Recursos: A Afirmativa IV está incorreta, pois a Escola Nova promove uma ruptura com o ensino conteudista. Afirmar que "o currículo continua enfatizando conteúdos" contradiz a essência de autores como Dewey e Sacristán. Resposta da Banca: A Banca ratifica que a Afirmativa IV é CORRETA, conforme o gabarito preliminar. A Pedagogia Escolanovista (Teoria Curricular Tradicional) não rompe totalmente com o conteúdo, mas sim com a sua centralidade e com a forma tradicional de sua transmissão (memorização). Embora a Escola Nova descentralize o professor e valorize a atividade do aluno, ela mantém a estrutura curricular de conteúdos a serem aprendidos. Conforme (Eyng), o currículo da Escola Nova é descrito como "ativo sem deixar de ser conteudista", pois, apesar de valorizar a experiência do aluno, ele "mantém forte presença da 'grade curricular' como pauta de conteúdos". A Escola Nova prioriza o método (o *como* se aprende), mas não nega a importância dos *conteúdos* (o *que* se aprende). A crítica ao currículo conteudista como um todo é mais característica das Teorias Críticas e Pós-críticas (diferentes da Escolanovista). Decisão: Recurso Improcedente. A Afirmativa IV permanece CORRETA. 3. Sobre as Afirmativas II e III: A Banca confirma que as afirmativas II (Teoria Tradicional) e III (Concepção Pós-Crítica) estão CORRETAS, pois descrevem fielmente a natureza de cada teoria, conforme a literatura educacional. Conclusão Final: A análise técnica comprova que as afirmativas II, III e IV são corretas, e a afirmativa I é incorreta.

BRANCA	VERDE
25	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Análise da Afirmativa I (Finalidade do SARESP): CORRETA. A afirmativa está em total conformidade com o Art. 1º da Resolução SEDUC nº 50/2024. A finalidade do SARESP é, de fato, "fornecer indicadores importantes para subsidiar políticas públicas educacionais, (re)orientar práticas pedagógicas, fortalecer a formação continuada de professores e apoiar ações de recuperação e aprofundamento".
Análise da Afirmativa II (Aplicação e Áreas nos Anos Finais): CORRETA. A descrição está correta. A aplicação é censitária para a rede estadual, e o Art. 5º da Resolução SEDUC nº 50/2024 especifica que o SARESP nos anos finais avalia competências e habilidades nas áreas de "Linguagens, Ciências Humanas, Matemática e Ciências da Natureza".
Análise da Afirmativa III (Provão Paulista - Redação): INCORRETA. A afirmativa contém um erro factual. O Art. 8º (Parágrafo único) da Resolução SEDUC nº 50/2024 é explícito ao determinar que a "prova de redação será aplicada para os alunos da 3ª (terceira) série do Ensino Médio". A afirmativa erra ao incluir a 1ª série na aplicação da redação.
Análise da Afirmativa IV (Adesão Municipal e Custos): CORRETA. A afirmativa descreve corretamente a divisão de responsabilidades de custeio, conforme o Art. 3º (Parágrafo único) da Resolução SEDUC nº 50/2024. A norma estabelece que a SEDUC custeia a aplicação para os 2º e 5º anos do EF e o Provão Paulista Seriado. Para os "demais anos do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)", a adesão da rede municipal implica que o município assuma os custos e a infraestrutura, validando a distinção feita no item.
Estando corretas as afirmativas I, II e IV, e incorreta a afirmativa III, o gabarito preliminar C é mantido.

Fonte:

- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Resolução SEDUC nº 50, de 22 de julho de 2024. Documento normativo referente ao Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e do Provão Paulista Seriado em 2024.

BRANCA	VERDE
37	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
As obras contidas no caderno de questões estão visiveis, além de se tratar de artistas conhecidos, facilitando o entendimento do que foi solicitado na questão: O sono (1937), de Salvador Dali, que foi um dos mais conhecidos artistas do movimento surrealista; Violino e cântaro (1910), de Georges Braque, que foi um dos fundadores do cubismo ao lado de Pablo Picasso; Sobre a cidade (1915, de Marc Chagall, o artista apesar de ter assimilado tendências do fauvismo, cubismo e expressionismo, em obras anteriores, foi um dos artistas mais importantes do surrealismo. Em relação a obra Sobre a Cidade: "[...] Na tela de Chagall reconhecemos perfeitamente tudo o que esta representado; o aspecto fantasioso está no casal que voa sobre a cidadezinha." (PROENÇA, 2008, P. 187). Com o exposto acima, a

Fontes:

- PROENÇA, Graça. Descobrindo a História da Arte. 1. Ed. - Saõ Paulo: Ática, 2008, p.182 a 187.
- FRAZÃO, Dilva. e biografia. By Toda matéria. Marc Chagall.

BRANCA	VERDE
39	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão pede a alternativa incorreta em relação a videoarte, o artista Nan June Paik é considerado criador da videoarte, por isso citado no enunciado da questão, não tendo a resposta, do que foi pedido na questão, nenhuma relação com a data de morte do artista. De acordo com o exposto a Banca considera o recurso Improcedente e mantém o gabarito.

Fontes:

- UTUARI, Solange. et. al. Por toda parte: volume único, 1. Ed. - São Paulo: FTD, 2013, p. 76 a 78.
- Arte: uma visão sem fronteiras. Nan June Paik.

Cargo: Professor Docente II - Educação Física

BRANCA	VERDE
01	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “O termo “adultização” (4º§) equivale, de acordo com o texto, a:” a alternativa “D) Práticas que envolvem crianças e adolescentes em exposição em ambiente virtual de forma inadequada.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com o trecho ““As plataformas fazem vista grossa para conteúdos problemáticos que elas têm condição de detectar, desmonetizar e tirar do ar, mas não o fazem porque não são obrigadas”, afirma Débora Salles, coordenadora do NetLab UFRJ. Em junho, o STF avançou na regulação ao tornar as big techs responsáveis por pornografia infantil e sexualização de menores, mas a norma se restringe aos casos flagrantemente ilegais e não abrange práticas mais subjetivas, como a “adultização”, termo usado para definir a superexposição de uma criança na internet. “É necessária uma legislação mais explícita”, defende Alexandre Pacheco, doutor em política científica e tecnológica e professor da FGV.” A alternativa “B) Procedimentos que normatizam excessos expostos na internet por crianças e adolescentes.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “A) Pornografia infantil explícita e sexualização de menores.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente, por não haver especificação quanto ao ambiente da internet, conforme citado no texto. A alternativa “C) Plataformas virtuais cuja monetização é uma das principais

motivações para suas atividades.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente, não há especificação quanto a referência a crianças.

Fonte:

- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANCA	VERDE
02	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância” indicam:”, a alternativa “A) Termos sintaticamente subordinados.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O alerta das redes chega ao Congresso”, temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, “ao Congresso” exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em “à infância”, a expressão é subordinada ao termo “ameaças”, exemplificando a regência nominal. A alternativa “B) Equivalência quanto à função sintática.” não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância”, o termo “à infância” exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo “ameaças” exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição “a” + o artigo definido “a”, formando “à”. Portanto, “à infância” completa o sentido de “ameaças”, sem exercer ação. A alternativa “D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente.” não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.
Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA	VERDE
04	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho “Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet.” (1º§), assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “A) O termo destacado em “É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.”, promove sentido equivalente.” foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma

fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa “D) Produz o mesmo sentido visto em “Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu ‘pequeno’ império”.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Uma opção de reescrita seria: “[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]”” não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. “Convencer quase 6 milhões de inscritos” sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. “Amealhar quase 6 milhões de inscritos” significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com “convencido” destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela “convenceu” milhões a segui-la. A frase com “amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fonte:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA	VERDE
05	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “É possível identificar, entre os fragmentos destacados a seguir, trecho de caráter subjetivo, diferentemente dos demais, indicado em:”, a alternativa “A) “[...] a partir do vídeo de Felca denunciando o problema resultou em uma fúria legislativa sem precedentes.” (3º§)”” foi adequadamente indicada como correta. O trecho tem caráter subjetivo porque traz uma avaliação pessoal e um juízo de valor sobre o fato narrado. O termo “fúria legislativa” apresenta conotação emocional e crítica, sugerindo que os legisladores reagiram de forma exagerada, impulsiva ou desmedida; e não apenas que “aprovaram muitos projetos” ou “iniciaram um debate intenso”. A frase não se limita a informar um fato, mas também interpreta o comportamento dos agentes políticos, atribuindo reprovação. O trecho é subjetivo porque o autor expressa uma opinião ao empregar uma linguagem figurada (“fúria legislativa”), em vez de apenas relatar os fatos de forma neutra. A alternativa “C) “A ONG SaferNet, que há tempos monitora a questão, recebeu 1.651 novos relatos em apenas uma semana, [...]” (2º§)” não pode ser considerada correta. O trecho não tem caráter subjetivo porque apresenta dados e informações verificáveis, sem emitir opiniões, julgamentos ou emoções. O enunciado comunica um fato concreto, a quantidade de relatos recebidos pela ONG, sem recorrer a adjetivos avaliativos ou metáforas. A informação “1.651 novos relatos em apenas uma semana” é quantitativa, o que reforça o caráter objetivo e impessoal da frase. O autor não expressa juízo de valor sobre o número de relatos nem sobre a atuação da ONG; apenas relata o acontecimento sendo a função do trecho informar o leitor sobre um fato, não convencê-lo de um ponto de vista. Assim, o trecho é objetivo, pois comunica um dado factual e verificável, sem uso de termos avaliativos, figurativos ou expressivos que indiquem a subjetividade do autor. A alternativa “D) “[...] a norma se restringe aos casos flagrantemente ilegais e não abrange práticas mais subjetivas, como a ‘adultização’ [...]” (4º§)” não pode ser indicada como correta. O trecho apresenta uma análise

descritiva e informativa sobre o alcance da norma, sem expressar opinião pessoal ou julgamento de valor do autor. O autor usa termos próprios do discurso jurídico e analítico (“norma”, “casos flagrantemente ilegais”, “abrange práticas”), o que mostra intenção de explicar um fato normativo, não de avaliá-lo. O trecho informa os limites de aplicação da norma, o que ela cobre e o que não cobre, de forma descritiva e objetiva. Embora mencione o termo “subjetivas”, o autor o utiliza no sentido técnico (isto é, “de interpretação pessoal”), não como forma de julgar a norma ou criticar seu conteúdo. Não há adjetivos opinativos, metáforas nem expressões de emoção. O trecho é objetivo porque descreve limites e características de uma norma jurídica, sem expressar juízo de valor. A linguagem é informativa e técnica, não opinativa.

Fonte:

- FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BRANCA	VERDE
06	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” (1º§):”, a alternativa “D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” é possível confirmar a informação da alternativa “D” . O conector adversativo “mas” indica oposição ou contraste em relação à ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com “Mas nada se compara…”, o enunciador introduz um fato novo (“o que ocorreu no último dia 6”); e realça sua importância e impacto (“em termos de alcance e repercussão”). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa “A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior.” não pode ser indicada como correta. O conector “mas” é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, “mas” é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto, esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que “mas” pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) “Ele é rico, mas infeliz.” Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): “Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas.”
A segunda ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: “Mas nada se compara...” introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O “mas” funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: “Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.”, isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho “demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior” porque o “mas” não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante é de ênfase e destaque, não de oposição. “Mas nada se compara...” não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa “C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para

a afirmativa anterior.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior.” não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA	VERDE
07	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa “B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações.” não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida” (1° parágrafo), “explanou, de forma didática e incisiva” (1° parágrafo), “conteúdos que alimentam...” (1° parágrafo), “ecossistema lucrativo...” (1° parágrafo), “ incendiou as redes sociais” (1° parágrafo), “foi bater forte no Congresso” (1° parágrafo), “onde atropelou...” (1° parágrafo), “na onda da escalada...” (2° parágrafo), “a onda de indignação” (3° parágrafo), “fúria legislativa” (3° parágrafo) e “vista grossa” (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: “Vi o homem com o telescópio.”, pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões “colocou o dedo na ferida”, “explanou, de forma didática e incisiva”, “conteúdos que alimentam...”, “ecossistema lucrativo”, “incendiou as redes sociais”, “foi bater forte no Congresso”, “onde atropelou...”, “na onda da escalada”, “a onda de indignação”, “fúria legislativa” e “vista grossa” não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. “Colocou o dedo na ferida” = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. “Explanou, de forma didática e incisiva” Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. “Conteúdos que alimentam...” = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou

sustentam algo (ideias, comportamentos). “Ecossistema lucrativo” = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. “Incendiou as redes sociais” = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. “Foi bater forte no Congresso” = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. “Onde atropelou...” = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. “Na onda da escalada” = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. “A onda de indignação” = Metáfora Movimento coletivo de revolta. “Fúria legislativa” = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. “Vista grossa” = Expressão idiomática. A alternativa “D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto.” não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

BRANCA	VERDE
08	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando as estruturas linguísticas destacadas a seguir, assinale a afirmativa correta.”, a altenativa “B) Em “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, [...]” (1º§), o termo destacado se deve à exigência de “compara”.”, foi adequadamente considerada correta. O termo “a” (“ao”) em “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6” se deve, gramaticalmente, à regência verbal do verbo comparar-se. O verbo comparar, quando usado na forma pronominal (comparar-se), exige preposição “a” para introduzir o termo de comparação: comparar-se + a + termo comparado. Na frase: “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6” temos: Verbo: compara; Pronome reflexivo: se; Complemento verbal: ao que ocorreu no último dia 6. O “a” vem da regência do verbo (compara-se a algo). O “o” é o artigo definido que antecede “que ocorreu...”. A fusão de a + o forma a contração “ao”. O termo “a (ao)” é exigido pela regência do verbo “comparar-se”, que pede complemento preposicionado com “a”. Portanto, a forma correta é “compara-se a algo”, e não “compara-se algo”. A alternativa “C)

Em “[...] mobilizou gente da esquerda à direita e foi bater forte no Congresso, [...]” (1º§), o termo destacado demonstra obrigatoriedade de crase considerando-se o termo regente “esquerda”.” não pode ser indicada como correta. A expressão “da esquerda à direita” é uma locução adverbial feminina de lugar. Usa-se crase nas locuções adverbiais femininas (de tempo, lugar ou modo) iniciadas por “a”. Exemplos: à tarde, à noite, à esquerda, à direita, às pressas, à distância. Portanto, o “à” é usado porque se trata de uma locução adverbial feminina de lugar, formada por substantivos femininos precedidos de artigo “a”. O termo “esquerda” não exige preposição “a” — o que confirma que a crase não decorre da regência, mas da formação da locução adverbial. A alternativa “D) Em “[...] mostrando como o vídeo serviu para reforçar junto à sociedade [...]” (2º§), o termo destacado poderia ser substituído por “a”, demonstrando ser facultativo o emprego do acento nesse caso.” não pode ser indicada como correta. O uso de “à” em “junto à sociedade” é obrigatório, pois decorre da regência de “junto”, que exige preposição “a”. A fusão da preposição com o artigo definido “a” do substantivo “sociedade” gera o acento grave indicativo de crase.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

BRANCA	VERDE
09	04

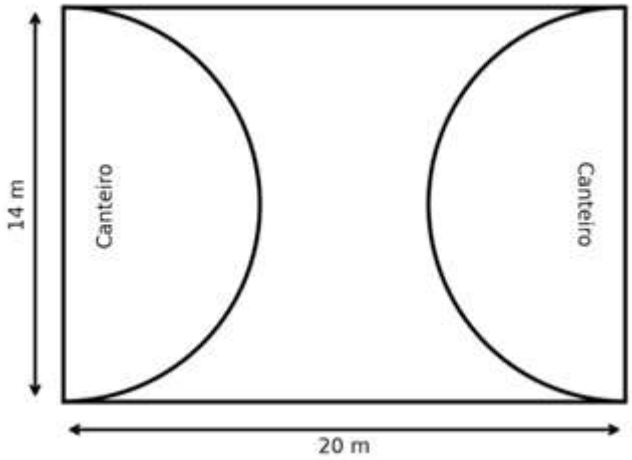
Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “ O título atribuído ao texto se relaciona à(ao): I. Tema desenvolvido no texto. II. Posicionamento de entidade pública. III. Possível compreensão de posicionamento do enunciador. IV. Ocorrência de fato de importante repercussão. Está correto o que se afirma em”, a alternativa “**C)** I, III e IV, apenas.” foi adequadamente indicada como correta. Tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. O item “**II.** Posicionamento de entidade pública.” é incorreto. O sujeito do enunciado é: “O alerta das redes”, ou seja, o agente da ação (“chega ao Congresso”) e não uma instituição oficial. O verbo “chega” indica movimento simbólico: o debate que começou nas redes passa a alcançar o Congresso. O Congresso aparece como destinatário da ação, não como agente: Ele recebe o alerta, é o local onde o debate chega. Portanto, o Congresso não se manifesta, não toma posição, nem emite opinião. Não há, portanto, posição institucional expressa por nenhuma entidade pública. O título tem um caráter informativo e avaliativo, típico de manchetes jornalísticas: “O alerta das redes chega ao Congresso” informa que o tema saiu do ambiente digital e alcançou a esfera política. “O urgente debate sobre ameaças digitais à infância” introduz o tema da pauta, reforçando sua relevância e urgência (avaliação do jornalista, não de uma entidade pública). Portanto, o enunciado apenas relata que uma discussão das redes sociais ganhou visibilidade política, sem revelar posição de nenhuma entidade pública.

Fonte:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ática, 2008.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA	VERDE
11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado cria uma situação em que o candidato deve calcular a quantidade de lajotas necessárias para cobrir uma determinada área de uma praça, indicada na figura:



Uma vez que as lajotas são quadradas com 50 centímetros de lado, para fazer o contorno arredondado dos canteiros (e não invadi-los), será necessário recortar pequenas partes das lajotas para que estas se encaixem nesta parte curva da figura, ficando apenas a parte central coberta por lajotas. Dessa forma, entende-se que não há ambiguidade no item, pois a área a ser coberta será especificamente a área restante desconsiderando-se os dois semicírculos formados pelo canteiro.
Apresenta-se uma proposta de solução que explicita que todas as informações necessárias constam no enunciado, cabendo ao candidato fazer pequenas inferências para solucionar o item:
Área do retângulo total: 20 x 14 = 280 m²
Os canteiros possuem diâmetro 14 metros, logo, seu raio é 7 metros (metade do diâmetro). Assim, a área do semicírculo (cada canteiro) é: ½ x 22/7 x 7² = 22*7 = 77 m². Como há dois canteiros, a área total será: 77x2 = 154 m² de canteiro.
Assim, a área a ser preenchida é dada por: 280 – 154 = 126 m².
Cada lajota é um quadrado com 50 cm de lado. Logo, cada unidade será capaz de preencher: 0,5x0,5 = 0,25 m².
Portanto, para se preencher 126 m² serão necessárias: 126/0,25 = 504 lajotas, número que corresponde à alternativa C.

BRANCA	VERDE
12	15

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
O comando do item não corresponde às alternativas apresentadas, gerando invalidade do item.

BRANCA	VERDE
16	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Alternativa B (I e III, apenas). A decisão fundamenta-se na análise conceitual das afirmativas à luz da legislação e dos princípios da Educação Antirracista, conforme demonstrado a seguir: Afirmativa I (Correta): A intervenção 1 (revisão autônoma do acervo didático) está em plena consonância com os pilares da Educação Antirracista, que exige a descolonização do currículo e a valorização das contribuições africanas e indígenas, sendo, portanto, VERDADEIRA. Afirmativa II (Incorreta): A intervenção 2 (foco em eventos comemorativos isolados) é insuficiente para o combate ao racismo. A Lei nº 10.639/2003 e o Parecer CNE/CP nº 003/2004 exigem uma política pedagógica permanente e transversal, não meramente pontual. A afirmativa, ao considerá-la "suficiente", está FALSA. Afirmativa

III (Correta): A intervenção 3 (formação continuada, gestão e protocolos) reflete a abordagem sistêmica e estrutural do antirracismo, demandando articulação e envolvimento de toda a comunidade escolar, sendo, portanto, VERDADEIRA. Afirmativa IV (Incorreta): O ponto de análise da afirmativa IV é a avaliação da abordagem da intervenção 4, que propõe concentrar a temática em conteúdos isolados (um único capítulo) e afirma que esta é a mais eficaz. A afirmação de que o isolamento de conteúdos é a forma mais eficaz CONTRARIA DIRETAMENTE o princípio pedagógico fundamental da TRANSVERSALIDADE da Educação Antirracista. A transversalidade é o eixo central para garantir que a relevância e complexidade do tema não sejam diluídas, conforme defendem as diretrizes curriculares e o material de referência sobre Ensino Antirracista. Sobre a ambiguidade do termo "NÃO": Embora o advérbio de negação "NÃO" na oração subordinada gere uma construção complexa, a interpretação da afirmativa IV deve se basear na sua oração principal: "A abordagem demonstrada na intervenção 4, ao concentrar a temática em conteúdos isolados, é a mais eficaz...". A essência da afirmativa é a valorização do isolamento ("concentrar a temática em conteúdos isolados") como a abordagem mais eficaz. Conceitualmente, esta premissa é FALSA à luz dos fundamentos da Educação Antirracista, que priorizam a integração e a transversalidade para combater o caráter estrutural do racismo. O candidato deve julgar a eficácia da prática apresentada (isolamento de conteúdos), e esta prática é tida como INEFICAZ e CONTRÁRIA às diretrizes. A questão avalia o conhecimento dos candidatos sobre a necessidade de transversalidade (Intervenções 1 e 3) *versus* a insuficiência de ações isoladas (Intervenções 2 e 4). Portanto, a afirmativa IV é INCORRETA/FALSA em sua premissa fundamental, o que valida a exclusão das alternativas C e D. Conclusão: Apenas as afirmativas I e III estão corretas. O gabarito preliminar (B) I e III, apenas, está tecnicamente correto.

BRANCA	VERDE
17	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O gabarito D (I, II e III, apenas) é mantido com base na seguinte análise conceitual:
Afirmativa I (ODS 4 – Educação de Qualidade): CORRETA. O projeto visa investigar o "acesso desigual à tecnologia" e promover "competências digitais" de forma equitativa entre meninos e meninas. Isso se alinha diretamente ao ODS 4, que busca assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.
Afirmativa II (ODS 5 – Igualdade de Gênero): CORRETA. O tema central do projeto é explicitamente "Igualdade de Gênero e Uso de Tecnologias", investigando como o acesso desigual afeta "meninas e meninos". Este é o cerne do ODS 5, que visa eliminar barreiras e discriminações contra mulheres e meninas, incluindo as barreiras tecnológicas.
Afirmativa III (ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura): CORRETA. O ODS 9 não se limita à indústria pesada; ele aborda fundamentalmente a infraestrutura e a inovação. A Meta 9.c da Agenda 2030 (ONU) prevê "aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação" (TICs). Ao propor "parcerias comunitárias" para investigar e promover o "acesso desigual à tecnologia", o projeto atua diretamente na dimensão de infraestrutura digital acessível e inovação social, justificando a correlação com o ODS 9.
Afirmativa IV (ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis): INCORRETA. Esta afirmativa está incorreta por afirmar que o "foco principal" do projeto é o ODS 12. O foco principal do projeto, conforme descrito no enunciado, é a intersecção entre Educação (ODS 4) e Igualdade de Gênero (ODS 5) no acesso à Infraestrutura de TICs (ODS 9). O ODS 12 refere-se a padrões de consumo e produção, o que incluiria a gestão de lixo eletrônico (e-waste) e a reutilização de dispositivos. Embora a reutilização pudesse ser *uma das soluções* possíveis, o enunciado não a define como o "foco principal" da investigação ou das ações propostas (que são campanhas, oficinas e parcerias).
Conclusão
As afirmativas I, II e III descrevem alinhamentos diretos e conceituais do projeto aos respectivos ODS. A afirmativa IV apresenta um desvio do foco principal do projeto. Portanto, o gabarito D está correto e fica mantido.

Fonte:

- Organização das Nações Unidas (ONU). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

BRANCA	VERDE
18	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A análise técnica das afirmativas, com base no texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), confirma o acerto do gabarito preliminar (Letra D).
Análise das Afirmativas I, II e III (Corretas):
A Banca ratifica que as três primeiras afirmativas estão corretas e descrevem com precisão os preceitos da BNCC:
I (Correta): Apresenta o conceito de transversalidade e a articulação entre conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, que é central na definição de competência da BNCC.
II (Correta): Confirma a aplicação das competências nas três etapas da Educação Básica (Infantil, Fundamental e Médio) e a necessidade de mediação pedagógica contextualizada.
III (Correta): Define corretamente a abordagem por competências como a mobilização de saberes para solucionar demandas complexas da vida real, indo além da mera aquisição de conteúdo.
Análise da Afirmativa IV (Incorreta):
IV. Por terem caráter orientador, as competências gerais não precisam necessariamente ser evidenciadas no planejamento pedagógico, desde que contempladas no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição.
Esta afirmativa está conceitualmente incorreta. O princípio fundamental da BNCC é que as dez competências gerais sejam o eixo estruturante de *toda* a prática educacional.
Intencionalidade e Sistematicidade: A implementação da BNCC exige que o desenvolvimento das competências seja *intencional* e *sistemático*. Isso não ocorre se elas estiverem presentes apenas no nível macro (PPP).
Planejamento Docente: Para que as competências sejam efetivamente desenvolvidas e avaliadas em sala de aula, elas devem ser explicitadas no "planejamento pedagógico" em seu nível micro, ou seja, no planejamento docente (plano de ensino, plano de aula). O professor precisa planejar quais objetivos de aprendizagem, metodologias e práticas avaliativas estão alinhados ao desenvolvimento de determinada competência.
Erro Conceitual: A afirmativa IV comete um erro ao sugerir que a presença no PPP desobriga a evidenciação no planejamento da prática docente. Na verdade, uma coisa *exige* a outra. O PPP orienta o planejamento pedagógico do professor, que deve evidenciar como as competências serão trabalhadas.
Conclusão
Estando as afirmativas I, II e III corretas, e a afirmativa IV incorreta, a única alternativa que reflete a análise técnica é a D (I, II e III, apenas).

Fonte:

- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Ministério da Educação.

BRANCA	VERDE
19	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão exige a identificação da única alternativa alinhada à LDB:
Alternativa C (Correta): "O regimento escolar pode admitir a progressão parcial do aluno, desde que a sequência do currículo seja preservada..."
Justificativa: Esta alternativa está em estrita conformidade com o Art. 24, Inciso III, da LDB. A lei confere à escola (via regimento) a autonomia para adotar a "progressão parcial", permitindo que o aluno avance de série mesmo com pendências em alguns componentes, desde que preservada a sequência curricular e garantida a recuperação.
Alternativa A (Incorreta): Afirma a "obrigação de reprovar" o aluno.
Justificativa: A LDB adota uma lógica flexível, focada na aprendizagem, e prevê mecanismos como recuperação (Art. 24, V, 'e') e a própria progressão parcial (Art. 24, III), contrariando a ideia de uma "obrigação" de retenção imediata.
Alternativa B (Incorreta): Afirma que a LDB garante a "progressão contínua" e "aprovação automática".

Justificativa: Esta alternativa confunde os conceitos. A LDB permite a organização em *progressão continuada* (geralmente por ciclos), mas isso não significa "aprovação automática" desconsiderando o rendimento. A progressão parcial (Alternativa C) é o mecanismo legal correto para o modelo seriado descrito (7º ano).
Alternativa D (Incorreta): Afirma a "prevalência dos aspectos quantitativos (notas) sobre os qualitativos".
Justificativa: Esta alternativa contraria frontalmente a LDB. O Art. 24, V, 'a', estabelece exatamente o oposto: a avaliação deve garantir a "prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais".
A Alternativa C é a única que apresenta uma solução correta e fundamentada na LDB (Art. 24, III) para a situação-problema. As demais alternativas contêm erros factuais ou interpretações opostas à legislação.

Fonte:

- BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

BRANCA	VERDE
20	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A Afirmativa I é INCORRETA, conforme o gabarito preliminar. A Perspectiva Tecnicista, com base em autores como Saviani e em referências como a citada (Eyng), concebe o professor como executor de planos e materiais instrucionais, cujo papel é arranjar contingências de reforço para maximizar a eficiência, não para fomentar a pesquisa e a investigação autônoma do aluno, que são características de pedagogias ativas ou progressistas. A leitura de que o professor tecnicista "cria situações desafiadoras" por meio de "pesquisa" é uma interpretação que desvirtua a teoria, confundindo planejamento estruturado com o estímulo à autonomia cognitiva. Decisão: Recurso improcedente. A Afirmativa I permanece INCORRETA. 2. Sobre a Afirmativa IV (Pedagogia Escolanovista): Alegação dos Recursos: A Afirmativa IV está incorreta, pois a Escola Nova promove uma ruptura com o ensino conteudista. Afirmar que "o currículo continua enfatizando conteúdos" contradiz a essência de autores como Dewey e Sacristán. Resposta da Banca: A Banca ratifica que a Afirmativa IV é CORRETA, conforme o gabarito preliminar. A Pedagogia Escolanovista (Teoria Curricular Tradicional) não rompe totalmente com o conteúdo, mas sim com a sua centralidade e com a forma tradicional de sua transmissão (memorização). Embora a Escola Nova descentralize o professor e valorize a atividade do aluno, ela mantém a estrutura curricular de conteúdos a serem aprendidos. Conforme (Eyng), o currículo da Escola Nova é descrito como "ativo sem deixar de ser conteudista", pois, apesar de valorizar a experiência do aluno, ele "mantém forte presença da 'grade curricular' como pauta de conteúdos". A Escola Nova prioriza o método (o *como* se aprende), mas não nega a importância dos *conteúdos* (o *que* se aprende). A crítica ao currículo conteudista como um todo é mais característica das Teorias Críticas e Pós-críticas (diferentes da Escolanovista). Decisão: Recurso Improcedente. A Afirmativa IV permanece CORRETA. 3. Sobre as Afirmativas II e III: A Banca confirma que as afirmativas II (Teoria Tradicional) e III (Concepção Pós-Crítica) estão CORRETAS, pois descrevem fielmente a natureza de cada teoria, conforme a literatura educacional. Conclusão Final: A análise técnica comprova que as afirmativas II, III e IV são corretas, e a afirmativa I é incorreta.

BRANCA	VERDE
22	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A afirmativa IV está CORRETA. O pensamento pós-moderno, ao desconfiar de metanarrativas, como aponta o referencial (Libâneo), leva, de fato, a propostas pedagógicas que, em sua radicalização ou interpretação, se centram na vivência pessoal, nas experiências afetivas e subjetivas, relativizando o papel hegemônico do saber científico sistematizado na escola. O termo "tende a relativizar" reflete a crítica levantada pelo próprio autor sobre as consequências ou riscos dessa corrente para o currículo escolar, que pode ser levado a um foco excessivo na subjetividade em detrimento da mediação do saber sistematizado. A crítica dos recorrentes não anula essa interpretação teórica sobre o risco de relativização do papel da escola e a priorização da subjetividade, que é uma das

características das pedagogias influenciadas pelo pensamento pós-crítico e pós-moderno. 3. Em Relação às Outras Imprecisões (Afirmativa II): Afirmativa II: "Correntes pedagógicas influenciadas pelo pensamento pós-moderno rejeitam princípios universais da formação humana, defendendo que o conhecimento escolar deve priorizar experiências subjetivas e culturais particulares, excluindo mediações teóricas ou cognitivas." Decisão: RECURSO IMPROCEDENTE. Fundamentação: A afirmativa II está INCORRETA devido à afirmação de que o conhecimento escolar deve priorizar experiências subjetivas "excluindo mediações teóricas ou cognitivas". O pensamento pós-moderno, mesmo valorizando a pluralidade e a subjetividade, não pressupõe a exclusão de todas as mediações teóricas/cognitivas. Conforme Libâneo, a radicalização dessa postura é que pode levar ao comprometimento do papel da escola como mediadora. A afirmativa II contém um erro de generalização ao usar o termo "excluindo", o que a torna falsa. Conclusão Final: Considerando que as afirmativas I, III e IV foram confirmadas como teoricamente CORRETAS e que a afirmativa II é INCORRETA, a única opção que atende ao comando da questão é a Alternativa D.

BRANCA	VERDE
23	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A análise técnica das afirmativas, fundamentada nos referenciais teóricos da Educação Inclusiva (como Mantoan, 2003) e na legislação vigente (Lei Brasileira de Inclusão - LBI, 2015), confirma a correção do gabarito preliminar.
Análise da Afirmativa I: CORRETA
"A inclusão implica reestruturar a escola... deslocando o foco da adaptação do aluno para a adaptação do sistema escolar."
Esta afirmativa define corretamente a mudança de paradigma central da inclusão. Diferente da integração (onde o aluno se adapta à escola), a inclusão exige que o *sistema escolar* se modifique e se torne flexível (física, pedagógica e organizacionalmente) para acolher *todos* os estudantes. A responsabilidade primária da adaptação é da escola, e não do indivíduo (Mantoan, 2003, p. 27).
Análise da Afirmativa II: CORRETA
"A educação especial, na perspectiva inclusiva, atua como modalidade transversal... prestando apoio por meio do atendimento educacional especializado..."
Esta descrição está alinhada à Política Nacional de Educação Especial. A Educação Especial é uma modalidade que *perpassa* todos os níveis de ensino (transversal), atuando de forma complementar ou suplementar ao ensino regular (via AEE) e colaborando com o professor da sala comum, sem substituí-lo.
Análise da Afirmativa III: INCORRETA
"...a inclusão implica a supressão das modalidades de ensino especial e regular."
O item contém um erro conceitual grave. A inclusão não *suprime* ou extingue as modalidades; ela as *articula*. A modalidade "Educação Especial" atua em conjunto com a modalidade "Ensino Regular" para garantir o direito à educação inclusiva.
Análise da Afirmativa IV: CORRETA
"A avaliação... deve... contemplar flexibilização... sem reduzir objetivos de forma a promover aprovação automática."
A afirmativa está correta e em estrita conformidade com a legislação. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), em seu Art. 27, § 1º, é explícita ao determinar que a oferta de educação inclusiva "não deve resultar em aprovação automática, mas sim em aprendizagem efetiva". A ressalva feita na afirmativa ("sem... promover aprovação automática") reitera esse princípio legal, afirmando que a flexibilização visa garantir a avaliação justa e a aprendizagem efetiva, e não a promoção sem critério.
Conclusão
Estando as afirmativas I, II e IV corretas, e a afirmativa III incorreta, o gabarito preliminar C é mantido.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

BRANCA	VERDE
25	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Análise da Afirmativa I (Finalidade do SARESP): CORRETA. A afirmativa está em total conformidade com o Art. 1º da Resolução SEDUC nº 50/2024. A finalidade do SARESP é, de fato, "fornecer indicadores importantes para subsidiar políticas públicas educacionais, (re)orientar práticas pedagógicas, fortalecer a formação continuada de professores e apoiar ações de recuperação e aprofundamento".
Análise da Afirmativa II (Aplicação e Áreas nos Anos Finais): CORRETA. A descrição está correta. A aplicação é censitária para a rede estadual, e o Art. 5º da Resolução SEDUC nº 50/2024 especifica que o SARESP nos anos finais avalia competências e habilidades nas áreas de "Linguagens, Ciências Humanas, Matemática e Ciências da Natureza".
Análise da Afirmativa III (Provão Paulista - Redação): INCORRETA. A afirmativa contém um erro factual. O Art. 8º (Parágrafo único) da Resolução SEDUC nº 50/2024 é explícito ao determinar que a "prova de redação será aplicada para os alunos da 3ª (terceira) série do Ensino Médio". A afirmativa erra ao incluir a 1ª série na aplicação da redação.
Análise da Afirmativa IV (Adesão Municipal e Custos): CORRETA. A afirmativa descreve corretamente a divisão de responsabilidades de custeio, conforme o Art. 3º (Parágrafo único) da Resolução SEDUC nº 50/2024. A norma estabelece que a SEDUC custeia a aplicação para os 2º e 5º anos do EF e o Provão Paulista Seriado. Para os "demais anos do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)", a adesão da rede municipal implica que o município assuma os custos e a infraestrutura, validando a distinção feita no item.
Estando corretas as afirmativas I, II e IV, e incorreta a afirmativa III, o gabarito preliminar C é mantido.

Fonte:

- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Resolução SEDUC nº 50, de 22 de julho de 2024. Documento normativo referente ao Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e do Provão Paulista Seriado em 2024.

BRANCA	VERDE
26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) A avaliação será por meio de metas específicas, traçadas individualmente, que são registradas no PDI, com atribuição de notas e registro no boletim ou no histórico escolar.
Julgamento: O Regimento Interno esclarece que, para estudantes da Educação Especial, a avaliação é realizada a partir de metas específicas, traçadas individualmente, registradas no PDI. No entanto, o Art. 152 determina que, nesses casos, "não terá registro no campo de notas do boletim e do Histórico Escolar", e não que terá notas sem registro. A afirmação de que há atribuição de notas para esses estudantes é equivocada.
B) Será realizada a atribuição de notas bimestrais e o registro no histórico escolar, pois a avaliação de estudantes com deficiência deve ser a mesma dos estudantes sem deficiência.
Julgamento: O Regimento Interno de Indaiatuba distingue a forma de avaliação entre os estudantes da Educação Especial Exclusiva e os estudantes em classes regulares. O Art. 137, alínea "d", estabelece que, para a Educação Especial Exclusiva, "não cabendo atribuição de menções/conceitos", o que invalida a afirmação de que todos os estudantes são avaliados da mesma forma.
C) Ao final de cada bimestre, após análise do Conselho de Classe, a síntese da avaliação do estudante será expressa em notas, em uma escala numérica de zero a dez em todos os documentos escolares que utilizam esses dados.
Julgamento: Conforme art. 147, I, não haverá atribuição de notas.
D) O processo de avaliação será expresso por meio do Relatório de Avaliação que compõe o PDI, que deverá ser disponibilizado aos pais/responsáveis, após cada Conselho de Classe, não cabendo atribuição de menções/conceitos, mas análise contínua do desenvolvimento e da aprendizagem do estudante.

Julgamento: correto. O Art. 137, alínea "d", da Lei Complementar nº 47/2018 especifica que o processo de avaliação dos estudantes da Educação Especial Exclusiva "será expresso por meio do Relatório de Avaliação que compõe o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) que deverá ser disponibilizado aos pais/responsáveis, após cada Conselho de Classe, não cabendo atribuição de menções/conceitos, mas análise contínua do desenvolvimento e da aprendizagem do estudante".
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Regimento Interno das Escolas Municipais - https://www.educmunicipal.indaiatuba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/REGIMENTO-INTERNO-HOMOLOGADO-CMEI_VERSAO-FINAL-1.pdf

BRANCA	VERDE
27	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
( ) A legislação federal estabelece Política Nacional de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), porém se mostra desatualizada por ainda não ter disposto sobre o necessário acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).
Julgamento: Falso. Vide Lei n.º 14254/21 - Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.
O erro está no trecho “ainda não ter disposto”, visto que existe sim lei federal em vigor sobre o assunto, a qual é objeto do conteúdo programático do edital do concurso.
( ) A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2017 como documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da educação básica escolar, e que orienta sua implementação pelos sistemas de ensino das diferentes instâncias federativas, bem como pelas instituições ou redes escolares.
Julgamento: Verdadeiro. Art. 1º da Resolução CNE/CP nº 2/2017.
( ) Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.
Julgamento: Verdadeiro. Art. 1º da Lei n.º 11645/08 – trata-se da redação literal do art. 26-A, §2º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em vigor.
A sequência correta, portanto, é “F, V, V”.

Fontes::

- Lei n.º 11645/08: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
- Resolução CNE/CP n.º 2, DE 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.
- Lei n.º 12.764/12 - Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei n.º 14254/21 - Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

BRANCA	VERDE
32	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A alternativa C traz: “Análise: vincula-se ao conhecimento conceitual que permite entender o funcionamento e as características das práticas corporais, como a classificação dos esportes ou os sistemas táticos.”
A BNCC define a dimensão “Análise” como o conhecimento que está associado aos conceitos necessários para entender as características e o funcionamento das práticas corporais (saber sobre) (p. 221). O documento exemplifica que esta dimensão reúne conhecimentos como a classificação dos esportes, os sistemas táticos de uma modalidade e o efeito de determinado exercício físico no desenvolvimento de uma capacidade física, entre outros.
A descrição da alternativa C - que se vincula ao conhecimento conceitual para entender o funcionamento e as características das práticas corporais, como a classificação dos esportes ou os sistemas táticos - é uma transcrição precisa e fiel dos exemplos dados no excerto do parágrafo que define a dimensão “Análise”. Portanto, não há incorreção ou redução indevida no conceito apresentado, pois a alternativa espelha os exemplos nucleares fornecidos pelo próprio documento para a dimensão, ora em análise.
A alternativa B, por sua vez, traz: “Fruição: relaciona-se ao conhecimento que possibilita ao estudante a realização autônoma de uma prática corporal para além do contexto escolar, seja para o lazer ou para a saúde.”
A BNCC define as dimensões “Uso e Apropriação” e “Fruição” da seguinte forma:
Uso e Apropriação: "refere-se ao conhecimento que possibilita ao estudante ter condições de realizar de forma autônoma uma determinada prática corporal. [...] possibilitar ao estudante a competência [necessária] para potencializar o seu envolvimento com práticas corporais no lazer ou para a saúde.".
Fruição: "implica a apreciação estética das experiências sensíveis geradas pelas vivências corporais, bem como das diferentes práticas corporais oriundas das mais diversas épocas, lugares e grupos. Essa dimensão está vinculada com a apropriação de um conjunto de conhecimentos que permita ao estudante desfrutar da realização de uma determinada prática corporal e/ou apreciar essa e outras tantas quando realizadas por outros.".
A descrição da alternativa B (realização autônoma para além do contexto escolar, seja para o lazer ou para a saúde) corresponde integralmente à definição da dimensão “Uso e Apropriação”, que é a dimensão que trata da competência para a prática autônoma e duradoura no lazer e para a saúde. A dimensão “Fruição” é definida pela BNCC como a apreciação estética e o deleite/prazer em participar ou assistir.
Portanto, a alternativa B associa a dimensão “Fruição” ao conceito de “Uso e Apropriação”, o que a torna conceitualmente incorreta.
A questão solicita a alternativa que associa corretamente a dimensão ao seu conceito na BNCC. A alternativa de letra C apresenta uma associação direta e representativa dos exemplos fornecidos pelo próprio documento oficial para a dimensão “Análise”. As demais alternativas não apresentam a associação correta, conforme a taxonomia das dimensões do conhecimento definida na BNCC (p. 221). Assim, diante da fundamentação exclusiva no documento normativo apresentado, o gabarito preliminar (Alternativa C) é o único correto.

Fonte:

- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

BRANCA	VERDE
33	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Diante análise da Alternativa B, que é a correta (O objeto de conhecimento “lutas do Brasil” é abordado no bloco dos 6º e 7º anos, enquanto “lutas do mundo” é o foco nos anos posteriores, permitindo uma expansão do repertório cultural e motor dos estudantes.), nota-se conformidade Documental, haja vista que o Objeto de Conhecimento "Lutas do Brasil" está explicitamente listado na BNCC para o bloco 6º e 7º anos, e "Lutas do mundo" para o bloco 8º e 9º anos.
A progressão das temáticas ensinadas reflete um princípio didático essencial na Educação Física, pertinente à coerência pedagógica, que implica em partir do contexto mais próximo e familiar ao aluno (Lutas do Brasil) para o

contexto mais amplo (Lutas do mundo). Isso permite a expansão gradual do repertório cultural e motor, o que está diretamente alinhado com o conhecimento exigido sobre a Pedagogia do Esporte - o ensino de jogos coletivos para crianças e os Conceitos sobre a Cultura Corporal do Movimento.
No que diz respeito à Alternativa D e as alegações recursais que a defendem, propõem a seguinte sequência: "Ginástica de conscientização corporal" nos 6º e 7º anos, evoluindo para "ginástica de condicionamento físico" nos 8º e 9º anos. A BNCC lista o OC "Ginástica de conscientização corporal" *apenas* no bloco dos 8º e 9º anos, enquanto "Ginástica de condicionamento físico" aparece em ambos os blocos (6º-7º e 8º-9º). A alternativa D, diante disso, contraria diretamente a distribuição dos objetos de conhecimento no documento oficial.
Quanto à progressão esperada da BNCC em Ginástica nos Anos Finais foca em:
6º-7º: Ginástica de condicionamento físico (aspectos mais objetivos e visíveis da prática).
8º-9º: Inclusão da Ginástica de conscientização corporal (aspectos mais introspectivos e subjetivos, exigindo maior capacidade de abstração e percepção corporal, coerente com a fase de desenvolvimento do adolescente).
A progressão na BNCC se dá pela inclusão de um tema mais complexo e abstrato (conscientização corporal) no segundo bloco, mantendo o tema inicial (condicionamento físico). O recurso sugere uma progressão inversa e incorreta.
Quanto aos demais distratores:
Alternativa A (Danças): Ocorre uma inversão. "Danças urbanas" (6º-7º) precede "Danças de salão" (8º-9º).
Alternativa C (Esportes): Incorreta. O OC "Esportes de campo e taco" está listado para o bloco 8º e 9º anos (junto com rede/parede, invasão e combate). O OC "Esportes de marca" é listado para o bloco 6º e 7º anos (junto com precisão, invasão e técnico-combinatórios). A associação de "campo e taco" ser introduzido no bloco 8º e 9º e o restante da descrição está incorreta.
Assim, a alternativa B é a única que apresenta a articulação exata dos Objetos de Conhecimento e seus respectivos blocos, conforme a organização da Unidade Temática Lutas na BNCC (p. 231). Os questionamentos levantados nos recursos não se sustentam na análise do texto normativo, que é a fonte primária de conhecimento para a questão e um dos pilares do conteúdo programático exigido.

Fontes:

- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.
- INDAIATUBA, EDITAL Nº 1, DE 14 DE JULHO DE 2025: Prefeitura Municipal de Indaiatuba/sp concurso público. Disponível em: https://www.consulplan.net/concurso/index/1770. Acesso em: 17 de outubro de 2025.

BRANCA	VERDE
39	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão exige a identificação correta do plano e eixo para o movimento de abdução e adução dos membros (movimento lateral clássico, como o do polichinelo). O movimento de abdução/adução ocorre, por definição, no Plano Frontal (ou Coronal). A regra fundamental da Cinesiologia e da Biomecânica é que o Eixo de Rotação é sempre perpendicular (90°) ao Plano de Movimento (NEUMANN, 2017; HALL, 2019). O eixo que é perpendicular ao Plano Frontal é o Eixo Anteroposterior (que atravessa o corpo da frente para trás). O Eixo Laterolateral é perpendicular ao Plano Sagital e rege os movimentos de flexão e extensão. O Plano Frontal é perpendicular ao eixo que atravessa o corpo da frente para trás, que é o Eixo Anteroposterior (também denominado Eixo Sagital). Portanto, a abdução e adução têm como eixo de rotação o Eixo Anteroposterior. A alternativa sugerida pelo candidato, o Eixo Laterolateral (ou Transverso), é, na verdade, o eixo perpendicular ao Plano Sagital, sendo o responsável pelos movimentos de flexão e extensão. Dessa forma, a associação Plano frontal e Eixo anteroposterior, apresentada na alternativa C, está técnica e cientificamente correta, respeitando o Princípio da Perpendicularidade que rege a análise do movimento humano. Assim, em face da análise rigorosa, verificou-se que a grafia "anteroposterior" é a forma preconizada pelo Novo Acordo Ortográfico brasileiro e que a associação Plano Frontal e Eixo Anteroposterior é a única correta de acordo com os princípios da Biomecânica para os movimentos de abdução e adução. Não há, portanto, qualquer erro gramatical, ortográfico ou conceitual que justifique a anulação da alternativa C e a consequente anulação da questão, ou a alteração do gabarito.

Fontes

- BRASIL. Decreto n. 6.583, de 29 de setembro de 2008. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 set. 2008.
- DRAKE, Ricardo. Anatomia Básica de Gray. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2013.
- HALL, S. J. *Biomechanics of Human Movement*. 5. ed. New York: McGraw-Hill Education, 2019.
- NEUMANN, D. A. *Kinesiology of the Musculoskeletal System: Foundations for Rehabilitation*. 3. ed. St. Louis: Elsevier, 2017.

BRANCA	VERDE
40	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A análise aprofundada da questão e dos constructos teóricos de Gallahue e Ozmun (2017) demonstra que o enunciado descreve, de forma coesa, a principal característica e a importância central da Fase de Movimentos Fundamentais (FMF), tornando a alternativa B a única resposta cientificamente correta e a alternativa D improcedente. O enunciado lista movimentos como "correndo, saltando, arremessando e chutando uma bola". Estes movimentos são a definição canônica das Habilidades Motoras Fundamentais (HMFs): Locomotoras (correr, saltar) e Manipulativas/Controle de Objetos (arremessar, chutar) (GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, 2017; HAGA, 2021). A alternativa B espelha exatamente esta lista taxonômica: "A criança aprender e refinar as habilidades locomotoras... manipulativas... e estabilizadoras."

O trecho: "...ações voluntárias e coordenadas que formam a base para o aprendizado de atividades físicas mais complexas." e "...nesse período que se desenvolvem os blocos de construção para a maioria das futuras habilidades esportivas" não sugere a aplicação especializada, mas sim o desenvolvimento do alicerce para essa aplicação futura.

A aquisição proficiente das HMFs é cientificamente reconhecida como o pré-requisito e o bloco de construção para as habilidades especializadas. Se as HMFs não forem desenvolvidas na FMF (dos 2 aos 7 anos, aproximadamente), a participação em esportes complexos (Fase Especializada) será dificultada ou limitada (LUBANS *et al.*, 2020; OKELY; RIOS; BATTERHAM, 2017).

Quanto à alegação de que a alternativa D ("A criança combinar e aplicar as habilidades básicas em atividades esportivas específicas e complexas, como jogar futebol ou praticar ginástica artística.") seja a alternativa correta, tem-se que esta alternativa descreve claramente a Fase das Habilidades Motoras Especializadas (Estágio de Aplicação e Estágio de Utilização Permanente), que ocorre posteriormente à Fase de Movimentos Fundamentais (GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, 2017), exigida pela questão.

Se a criança já está "combinando e aplicando" as habilidades em "esportes específicos e complexos (futebol, ginástica artística)", ela já transcendeu a fase de "desenvolvimento dos blocos de construção" para a fase de *uso* desses blocos em um contexto específico. A questão solicita a principal característica da fase em que os blocos de construção se desenvolvem, e não a fase de sua aplicação final.

Nesse sentido, a questão é objetiva, pois solicita a principal característica da fase de desenvolvimento em que ocorre a aquisição e o refinamento dos padrões motores básicos (correr, saltar, arremessar, chutar). O enunciado usa termos-chave ("blocos de construção", "formam a base") que, na teoria de Gallahue e Ozmun, são sinônimos da Fase de Movimentos Fundamentais. A alternativa de letra B é a única que descreve o conteúdo dessa fase (Locomotoras, Manipulativas e Estabilizadoras), enquanto a alternativa de letra D descreve a fase subsequente (Especializada).

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Educação. *Manual de Elaboração de Itens: Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/INEP, 2010. (Citado pelo candidato, mantido para contextualização).
- GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. *Understanding motor development: infants, children, adolescents, adults*. 8. ed. New York: McGraw-Hill Education, 2017.

Cargo: Professor Docente II - Filosofia

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância" indicam:", a alternativa "A) Termos sintaticamente subordinados." foi adequadamente indicada como correta. Em "O alerta das redes chega ao Congresso", temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, "ao Congresso" exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em "à infância", a expressão é subordinada ao termo "ameaças", exemplificando a regência nominal. A alternativa "B) Equivalência quanto à função sintática." não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância", o termo "à infância" exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo "ameaças" exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição "a" + o artigo definido "a", formando "à". Portanto, "à infância" completa o sentido de "ameaças", sem exercer ação. A alternativa "D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente." não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.
Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Pode-se afirmar que o período "Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção." (1º§):", a alternativa "D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior." foi adequadamente indicada como correta. Em "O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção." é possível confirmar a informação da alternativa "D" . O conector adversativo "mas" indica oposição ou contraste em relação à ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com "Mas

nada se compara…", o enunciador introduz um fato novo ("o que ocorreu no último dia 6"); e realça sua importância e impacto ("em termos de alcance e repercussão"). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa "A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior." não pode ser indicada como correta. O conector "mas" é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, "mas" é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto, esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que "mas" pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) "Ele é rico, mas infeliz." Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): "Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas."
A segunda ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: "Mas nada se compara..." introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O "mas" funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: "Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.", isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho "demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior" porque o "mas" não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante é de ênfase e destaque, não de oposição. "Mas nada se compara..." não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa "C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para a afirmativa anterior." não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior." não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
12

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
O comando do item não corresponde às alternativas apresentadas, gerando invalidade do item.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A alternativa correta é a letra D. A filosofia pode ser entendida tanto como um substantivo quanto como um verbo. Como substantivo, refere-se ao conjunto de conhecimentos e reflexões sobre questões fundamentais da existência humana, como a verdade, o conhecimento, a moral e a linguagem. Como verbo, "filosofar" descreve a ação de refletir criticamente sobre essas questões, buscando aprofundamento e compreensão. Definição: A filosofia como substantivo representa o corpo de conhecimento acumulado ao longo da história, com suas diversas áreas (metafísica, epistemologia, ética, etc.) e correntes de pensamento (platônica, aristotélica, kantiana, etc.). Exemplos: A filosofia medieval, a filosofia moderna, a filosofia contemporânea. Características: Organizada em sistemas e disciplinas, busca responder a perguntas fundamentais sobre a realidade e o ser humano. Filosofia como verbo: Definição: Filosofar é a ação de pensar de forma crítica e reflexiva, questionando as bases do conhecimento, da moral e da própria existência. Exemplos: "Ele passou a tarde filosofando sobre o sentido da vida", "A prática de filosofar nos ajuda a compreender melhor o mundo". Características: uma atividade contínua e pessoal, que envolve a busca pela verdade e a análise crítica do discurso e da prática. A filosofia como substantivo oferece o corpo teórico que serve de base para o ato de filosofar. Ao mesmo tempo, o ato de filosofar contribui para a construção e aprimoramento do conhecimento filosófico. Em resumo, a filosofia é tanto um corpo de conhecimento acumulado quanto uma atividade contínua de reflexão e busca por sentido na existência. Em português, "filosofia" pode ser usada tanto como substantivo quanto como verbo, embora com nuances diferentes. Como substantivo, refere-se ao campo do conhecimento que investiga questões fundamentais sobre a existência, o conhecimento, a verdade, a moralidade, etc., utilizando a razão e a reflexão crítica. Como verbo, "filosofar" descreve a ação de praticar a filosofia, ou seja, de refletir criticamente sobre a vida, o mundo e suas questões.

Fonte:

- https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5172-perfil:-franklin-leopoldo-e-silva
- https://www.coluni.ufv.br/wp-content/uploads/2019/08/PPP_FILOSOFIA.pdf
- https://nepo.com.br/2013/11/18/quem-se-diz-filosofo-nao-o-e/
- https://brasilescola.uol.com.br/filosofia/a-filosofia-grega.htm
- https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/filosofia/nao-se-ensina-filosofia-mas-filosofar.htm
- https://www.reddit.com/r/philosophy/comments/wqrkk/fundamental_difference_between_philosophizing_and/?tl=pt-br

Cargo: Professor Docente III - Educação Inclusiva

BRANCA	VERDE
01	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “O termo “adultização” (4º§) equivale, de acordo com o texto, a:” a alternativa “D) Práticas que envolvem crianças e adolescentes em exposição em ambiente virtual de forma inadequada.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com o trecho ““As plataformas fazem vista grossa para conteúdos problemáticos que elas têm condição de detectar, desmonetizar e tirar do ar, mas não o fazem porque não são obrigadas”, afirma Débora Salles, coordenadora do NetLab UFRJ. Em junho, o STF avançou na regulação ao tornar as big techs responsáveis por pornografia infantil e sexualização de menores, mas a norma se restringe aos casos flagrantemente ilegais e não abrange práticas mais subjetivas, como a “adultização”, termo usado para definir a superexposição de uma criança na internet. “É necessária uma legislação mais explícita”, defende Alexandre Pacheco, doutor em política científica e tecnológica e professor da FGV.” A alternativa “B) Procedimentos que normatizam excessos expostos na internet por crianças e adolescentes.” não pode ser indicada como correta de acordo com o

exposto anteriormente. A alternativa “A) Pornografia infantil explícita e sexualização de menores.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente, por não haver especificação quanto ao ambiente da internet, conforme citado no texto. A alternativa “C) Plataformas virtuais cuja monetização é uma das principais motivações para suas atividades.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente, não há especificação quanto a referência a crianças.

Fonte:

- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANCA	VERDE
02	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância” indicam:”, a alternativa “A) Termos sintaticamente subordinados.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O alerta das redes chega ao Congresso”, temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, “ao Congresso” exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em “à infância”, a expressão é subordinada ao termo “ameaças”, exemplificando a regência nominal. A alternativa “B) Equivalência quanto à função sintática.” não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase “O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância”, o termo “à infância” exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo “ameaças” exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição “a” + o artigo definido “a”, formando “à”. Portanto, “à infância” completa o sentido de “ameaças”, sem exercer ação. A alternativa “D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente.” não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.
Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA	VERDE
03	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando o conteúdo e a estrutura textual apresentados, pode-se afirmar que a intenção comunicativa predominante do texto está indicada em:”, a alternativa “A) Expor informações sobre o

assunto abordado para informar o seu interlocutor.” foi adequadamente indicada como correta. A reportagem é um gênero textual jornalístico não literário veiculado nos meios de comunicação: jornais, revistas, televisão, internet, rádio, dentre outros. Esse tipo de texto tem o intuito de informar, ao mesmo tempo que prevê criar uma opinião nos leitores. Portanto, ela possui uma função social muito importante como formadora de opinião. Embora a reportagem possa ser expositiva, informativa, descritiva, narrativa ou opinativa, ela não deve ser confundida com a notícia ou os artigos opinativos. Assim, uma reportagem é expositiva e informativa, pois tem o propósito de expor informações sobre um determinado assunto para informar o leitor. Vale lembrar que o repórter é a pessoa que está responsável por apresentar a reportagem que aborda temas da sociedade em geral. A reportagem, gênero textual cujas esferas de circulação são jornais, revistas (impresso ou digital), portais na internet, tem como objetivo informar fatos de interesse público. Para isso, as reportagens são escritas com base em diferentes tipos de informação e podem ser aprofundadas por meio de entrevistas, gráficos, infográficos, tabelas, para apresentar versões ou informações sobre um mesmo fato, de modo a orientar e contribuir para formar a opinião do leitor. A alternativa “C) Alertar adolescentes e jovens sobre os perigos da internet na contemporaneidade.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- Disponível em: http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/generos-do-discurso
- Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=21372
- Disponível em: https://www.infoescola.com/jornalismo/reportagem/
- Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/7726/como-ensinar-os-alunos-a-escrever-de-verdade

BRANCA	VERDE
04	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho “Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet.” (1º§), assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “A) O termo destacado em “É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.”, promove sentido equivalente.” foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa “D) Produz o mesmo sentido visto em “Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu ‘pequeno’ império”.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Uma opção de reescrita seria: “[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]”” não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. “Convencer quase 6 milhões de inscritos” sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. “Amealhar quase 6 milhões de inscritos” significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com “convencido” destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela “convenceu” milhões a segui-la. A frase com “amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fonte:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA	VERDE
05	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "É possível identificar, entre os fragmentos destacados a seguir, trecho de caráter subjetivo, diferentemente dos demais, indicado em:", a alternativa "A) "[...] a partir do vídeo de Felca denunciando o problema resultou em uma fúria legislativa sem precedentes." (3º§)"" foi adequadamente indicada como correta. O trecho tem caráter subjetivo porque traz uma avaliação pessoal e um juízo de valor sobre o fato narrado. O termo "fúria legislativa" apresenta conotação emocional e crítica, sugerindo que os legisladores reagiram de forma exagerada, impulsiva ou desmedida; e não apenas que "aprovaram muitos projetos" ou "iniciaram um debate intenso". A frase não se limita a informar um fato, mas também interpreta o comportamento dos agentes políticos, atribuindo reprovação. O trecho é subjetivo porque o autor expressa uma opinião ao empregar uma linguagem figurada ("fúria legislativa"), em vez de apenas relatar os fatos de forma neutra. A alternativa "C) "A ONG SaferNet, que há tempos monitora a questão, recebeu 1.651 novos relatos em apenas uma semana, [...]" (2º§)" não pode ser considerada correta. O trecho não tem caráter subjetivo porque apresenta dados e informações verificáveis, sem emitir opiniões, julgamentos ou emoções. O enunciado comunica um fato concreto, a quantidade de relatos recebidos pela ONG, sem recorrer a adjetivos avaliativos ou metáforas. A informação "1.651 novos relatos em apenas uma semana" é quantitativa, o que reforça o caráter objetivo e impessoal da frase. O autor não expressa juízo de valor sobre o número de relatos nem sobre a atuação da ONG; apenas relata o acontecimento sendo a função do trecho informar o leitor sobre um fato, não convencê-lo de um ponto de vista. Assim, o trecho é objetivo, pois comunica um dado factual e verificável, sem uso de termos avaliativos, figurativos ou expressivos que indiquem a subjetividade do autor. A alternativa "D) "[...] a norma se restringe aos casos flagrantemente ilegais e não abrange práticas mais subjetivas, como a 'adultização' [...]" (4º§)" não pode ser indicada como correta. O trecho apresenta uma análise descritiva e informativa sobre o alcance da norma, sem expressar opinião pessoal ou julgamento de valor do autor. O autor usa termos próprios do discurso jurídico e analítico ("norma", "casos flagrantemente ilegais", "abrange práticas"), o que mostra intenção de explicar um fato normativo, não de avaliá-lo. O trecho informa os limites de aplicação da norma, o que ela cobre e o que não cobre, de forma descritiva e objetiva. Embora mencione o termo "subjetivas", o autor o utiliza no sentido técnico (isto é, "de interpretação pessoal"), não como forma de julgar a norma ou criticar seu conteúdo. Não há adjetivos opinativos, metáforas nem expressões de emoção. O trecho é objetivo porque descreve limites e características de uma norma jurídica, sem expressar juízo de valor. A linguagem é informativa e técnica, não opinativa.

Fonte:

- FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BRANCA	VERDE
06	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Pode-se afirmar que o período "Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para

ser tratada com atenção.” (1º§):”, a alternativa “D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior.” foi adequadamente indicada como correta. Em “O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção.” é possível confirmar a informação da alternativa “D” . O conector adversativo “mas” indica oposição ou contraste em relação à ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com “Mas nada se compara…”, o enunciador introduz um fato novo (“o que ocorreu no último dia 6”); e realça sua importância e impacto (“em termos de alcance e repercussão”). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa “A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior.” não pode ser indicada como correta. O conector “mas” é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, “mas” é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto, esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que “mas” pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) “Ele é rico, mas infeliz.” Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): “Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas.”
A segunda ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: “Mas nada se compara...” introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O “mas” funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: “Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.”, isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho “demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior” porque o “mas” não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante é de ênfase e destaque, não de oposição. “Mas nada se compara...” não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa “C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para a afirmativa anterior.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior.” não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA	VERDE
07	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:”, a alternativa “A) Ausência formal do enunciador de modo predominante.” foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa “B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações.” não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida” (1° parágrafo), “explanou, de forma didática e incisiva” (1° parágrafo), “conteúdos que alimentam...” (1° parágrafo), “ecossistema lucrativo...” (1° parágrafo), “ incendiou as redes sociais” (1° parágrafo), “foi bater forte no Congresso” (1° parágrafo), “onde atropelou...” (1° parágrafo), “na onda da escalada...” (2° parágrafo), “a onda de indignação” (3° parágrafo), “fúria legislativa” (3° parágrafo) e “vista grossa” (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: “Vi o homem com o telescópio.”, pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões “colocou o dedo na ferida”, “explanou, de forma didática e incisiva”, “conteúdos que alimentam...”, “ecossistema lucrativo”, “incendiou as redes sociais”, “foi bater forte no Congresso”, “onde atropelou...”, “na onda da escalada”, “a onda de indignação”, “fúria legislativa” e “vista grossa” não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. “Colocou o dedo na ferida” = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. “Explanou, de forma didática e incisiva” Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. “Conteúdos que alimentam...” = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). “Ecossistema lucrativo” = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. “Incendiou as redes sociais” = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. “Foi bater forte no Congresso” = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. “Onde atropelou...” = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. “Na onda da escalada” = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. “A onda de indignação” = Metáfora Movimento coletivo de revolta. “Fúria legislativa” = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. “Vista grossa” = Expressão idiomática. A alternativa “D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto.” não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

BRANCA	VERDE
08	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Considerando as estruturas linguísticas destacadas a seguir, assinale a afirmativa correta.”, a altenativa “B) Em “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, [...]” (1º§), o termo destacado se deve à exigência de “compara”.”, foi adequadamente considerada correta. O termo “a” (“ao”) em “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6” se deve, gramaticalmente, à regência verbal do verbo comparar-se. O verbo comparar, quando usado na forma pronominal (comparar-se), exige preposição “a” para introduzir o termo de comparação: comparar-se + a + termo comparado. Na frase: “Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6” temos: Verbo: compara; Pronome reflexivo: se; Complemento verbal: ao que ocorreu no último dia 6. O “a” vem da regência do verbo (compara-se a algo). O “o” é o artigo definido que antecede “que ocorreu...”. A fusão de a + o forma a contração “ao”. O termo “a (ao)” é exigido pela regência do verbo “comparar-se”, que pede complemento preposicionado com “a”. Portanto, a forma correta é “compara-se a algo”, e não “compara-se algo”. A alternativa “C) Em “[...] mobilizou gente da esquerda à direita e foi bater forte no Congresso, [...]” (1º§), o termo destacado demonstra obrigatoriedade de crase considerando-se o termo regente “esquerda”.” não pode ser indicada como correta. A expressão “da esquerda à direita” é uma locução adverbial feminina de lugar. Usa-se crase nas locuções adverbiais femininas (de tempo, lugar ou modo) iniciadas por “a”. Exemplos: à tarde, à noite, à esquerda, à direita, às pressas, à distância. Portanto, o “à” é usado porque se trata de uma locução adverbial feminina de lugar, formada por substantivos femininos precedidos de artigo “a”. O termo “esquerda” não exige preposição “a” — o que confirma que a crase não decorre da regência, mas da formação da locução adverbial. A alternativa “D) Em “[...] mostrando como o vídeo serviu para reforçar junto à sociedade [...]” (2º§), o termo destacado poderia ser substituído por “a”, demonstrando ser facultativo o emprego do acento nesse caso.” não pode ser indicada como correta. O uso de “à” em “junto à sociedade” é obrigatório, pois decorre da regência de “junto”, que exige preposição “a”. A fusão da preposição com o artigo definido “a” do substantivo “sociedade” gera o acento grave indicativo de crase.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

BRANCA	VERDE
09	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão " O título atribuído ao texto se relaciona à(ao): I. Tema desenvolvido no texto. II. Posicionamento de entidade pública. III. Possível compreensão de posicionamento do enunciador. IV. Ocorrência de fato de importante repercussão. Está correto o que se afirma em", a alternativa "**C)** I, III e IV, apenas." foi adequadamente indicada como correta. Tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. O item "**II.** Posicionamento de entidade pública." é incorreto. O sujeito do enunciado é: "O alerta das redes", ou seja, o agente da ação ("chega ao Congresso") e não uma instituição oficial. O verbo "chega" indica movimento simbólico: o debate que começou nas redes passa a alcançar o Congresso. O Congresso aparece como destinatário da ação, não como agente: Ele recebe o alerta, é o local onde o debate chega. Portanto, o Congresso não se manifesta, não toma posição, nem emite opinião. Não há, portanto, posição institucional expressa por nenhuma entidade pública. O título tem um caráter informativo e avaliativo, típico de manchetes jornalísticas: "O alerta das redes chega ao Congresso" informa que o tema saiu do ambiente digital e alcançou a esfera política. "O urgente debate sobre ameaças digitais à infância" introduz o tema da pauta, reforçando sua relevância e urgência (avaliação do jornalista, não de uma entidade pública). Portanto, o enunciado apenas relata que uma discussão das redes sociais ganhou visibilidade política, sem revelar posição de nenhuma entidade pública.

Fonte:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ática, 2008.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA	VERDE
10	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Como recurso estilístico, pode-se reconhecer o emprego de figura de linguagem em EXCETO:", a alternativa "A) "'É necessária uma legislação mais explícita', defende Alexandre Pacheco, doutor em política científica e tecnológica e professor da FGV." (4º§)" foi adequadamente indicada como correta. Na frase: "'É necessária uma legislação mais explícita', defende Alexandre Pacheco, doutor em política científica e tecnológica e professor da FGV.", não há figura de linguagem porque o enunciado é objetivo, denotativo e informativo, sem qualquer uso de recursos expressivos que alterem o sentido literal das palavras. A linguagem é denotativa, ou seja, as palavras estão empregadas em seu sentido literal: "legislação" = conjunto de leis; "mais explícita" = mais clara, mais detalhada; "defende" = sustenta uma opinião. Nada é usado de modo figurado, simbólico ou metafórico. Não há: metáfora (comparação implícita entre ideias); metonímia (substituição de um termo por outro); antítese, hipérbole, ironia, personificação etc. O trecho apenas informa o que Alexandre Pacheco disse, é uma fala técnica e direta, comum em textos jornalísticos de caráter expositivo. A função da linguagem aqui é referencial (ou informativa) — típica de reportagens e textos científicos, pois tem como objetivo transmitir dados e opiniões especializadas, sem intenção estética ou emotiva. O enunciado requer a alternativa que não apresenta figura de linguagem e não aquela que apresenta conforme afirma o recorrente.

Fontes:

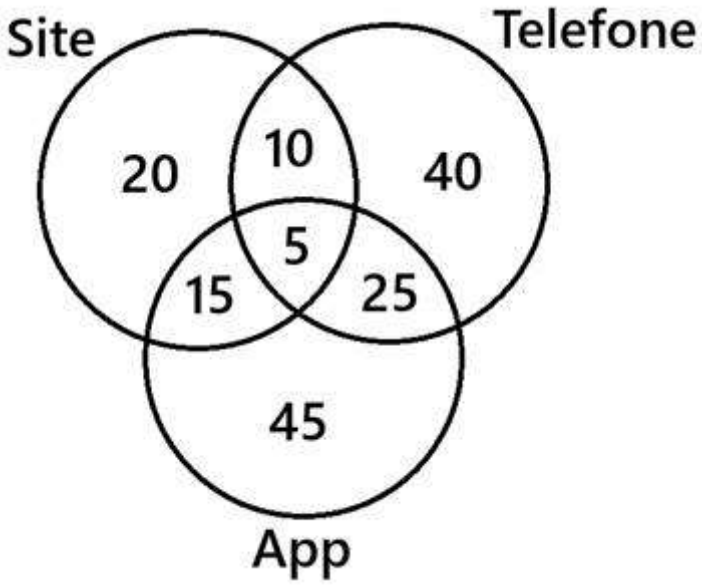
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Rio, 2019.
- COSTA, Eugênio. Gramática normativa da língua portuguesa. São Paulo: Moderna, 2016.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. São Paulo: Lexikon, 2001.
- FERRARI, Denilson. Figuras de linguagem: estudo e análise. São Paulo: Contexto, 2010.

BRANCA	VERDE
12	15

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
O comando do item não corresponde às alternativas apresentadas, gerando invalidade do item.

BRANCA	VERDE
15	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A primeira informação que se deve destacar é que existem intersecções entre os conjuntos. O diagrama de Venn a seguir representa e confirma a exatidão das informações do enunciado:



Diante o exposto, pode-se calcular quantas solicitações foram feitas em um único canal: 45 + 40 + 20 = 105.
Cabe destacar, ainda, que o enunciado informa que foram 200 solicitações realizadas, sendo que a apuração constatou apenas 160 nos canais de registro. Uma vez que o comando da questão pede que se escolha entre as 200 solicitações existentes (constadas ou não), deve-se incluir as que não estão registradas nos canais, isto é, o total de 200 solicitações informado.
Assim, a probabilidade será dada por: P = 105/200 = 52,5%

BRANCA	VERDE
17	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O gabarito D (I, II e III, apenas) é mantido com base na seguinte análise conceitual:
Afirmativa I (ODS 4 – Educação de Qualidade): CORRETA. O projeto visa investigar o "acesso desigual à tecnologia" e promover "competências digitais" de forma equitativa entre meninos e meninas. Isso se alinha diretamente ao ODS 4, que busca assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

Afirmativa II (ODS 5 – Igualdade de Gênero): CORRETA. O tema central do projeto é explicitamente "Igualdade de Gênero e Uso de Tecnologias", investigando como o acesso desigual afeta "meninas e meninos". Este é o cerne do ODS 5, que visa eliminar barreiras e discriminações contra mulheres e meninas, incluindo as barreiras tecnológicas.
Afirmativa III (ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura): CORRETA. O ODS 9 não se limita à indústria pesada; ele aborda fundamentalmente a infraestrutura e a inovação. A Meta 9.c da Agenda 2030 (ONU) prevê "aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação" (TICs). Ao propor "parcerias comunitárias" para investigar e promover o "acesso desigual à tecnologia", o projeto atua diretamente na dimensão de infraestrutura digital acessível e inovação social, justificando a correlação com o ODS 9.
Afirmativa IV (ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis): INCORRETA. Esta afirmativa está incorreta por afirmar que o "foco principal" do projeto é o ODS 12. O foco principal do projeto, conforme descrito no enunciado, é a intersecção entre Educação (ODS 4) e Igualdade de Gênero (ODS 5) no acesso à Infraestrutura de TICs (ODS 9). O ODS 12 refere-se a padrões de consumo e produção, o que incluiria a gestão de lixo eletrônico (e-waste) e a reutilização de dispositivos. Embora a reutilização pudesse ser *uma das soluções* possíveis, o enunciado não a define como o "foco principal" da investigação ou das ações propostas (que são campanhas, oficinas e parcerias).
Conclusão
As afirmativas I, II e III descrevem alinhamentos diretos e conceituais do projeto aos respectivos ODS. A afirmativa IV apresenta um desvio do foco principal do projeto. Portanto, o gabarito D está correto e fica mantido.

Fonte:

- Organização das Nações Unidas (ONU). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

BRANCA	VERDE
20	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A Afirmativa I é INCORRETA, conforme o gabarito preliminar. A Perspectiva Tecnicista, com base em autores como Saviani e em referências como a citada (Eyng), concebe o professor como executor de planos e materiais instrucionais, cujo papel é arranjar contingências de reforço para maximizar a eficiência, não para fomentar a pesquisa e a investigação autônoma do aluno, que são características de pedagogias ativas ou progressistas. A leitura de que o professor tecnicista "cria situações desafiadoras" por meio de "pesquisa" é uma interpretação que desvirtua a teoria, confundindo planejamento estruturado com o estímulo à autonomia cognitiva. Decisão: Recurso improcedente. A Afirmativa I permanece INCORRETA. 2. Sobre a Afirmativa IV (Pedagogia Escolanovista): Alegação dos Recursos: A Afirmativa IV está incorreta, pois a Escola Nova promove uma ruptura com o ensino conteudista. Afirmar que "o currículo continua enfatizando conteúdos" contradiz a essência de autores como Dewey e Sacristán. Resposta da Banca: A Banca ratifica que a Afirmativa IV é CORRETA, conforme o gabarito preliminar. A Pedagogia Escolanovista (Teoria Curricular Tradicional) não rompe totalmente com o conteúdo, mas sim com a sua centralidade e com a forma tradicional de sua transmissão (memorização). Embora a Escola Nova descentralize o professor e valorize a atividade do aluno, ela mantém a estrutura curricular de conteúdos a serem aprendidos. Conforme (Eyng), o currículo da Escola Nova é descrito como "ativo sem deixar de ser conteudista", pois, apesar de valorizar a experiência do aluno, ele "mantém forte presença da 'grade curricular' como pauta de conteúdos". A Escola Nova prioriza o método (o *como* se aprende), mas não nega a importância dos *conteúdos* (o *que* se aprende). A crítica ao currículo conteudista como um todo é mais característica das Teorias Críticas e Pós-críticas (diferentes da Escolanovista). Decisão: Recurso Improcedente. A Afirmativa IV permanece CORRETA. 3. Sobre as Afirmativas II e III: A Banca confirma que as afirmativas II (Teoria Tradicional) e III (Concepção Pós-Crítica) estão CORRETAS, pois descrevem fielmente a natureza de cada teoria, conforme a literatura educacional. Conclusão Final: A análise técnica comprova que as afirmativas II, III e IV são corretas, e a afirmativa I é incorreta.

BRANCA	VERDE
21	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão avalia o conhecimento do candidato sobre o foco formativo central do componente "Computação" no Ensino Fundamental, conforme estabelecido pelo Complemento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
A alternativa D é a única que reflete com precisão essa diretriz:
D) Desenvolver, também de forma cooperativa, projetos baseados em problemas reais, utilizando conceitos e ferramentas computacionais para promover soluções contextualizadas e socialmente relevantes.
Esta redação está em estrita consonância com o documento oficial (Complemento da BNCC - Computação). A Competência 6 do Ensino Fundamental, citada no documento, orienta exatamente a:
"Desenvolver projetos, baseados em problemas, desafios e oportunidades que façam sentido ao contexto (socialmente relevantes)... de maneira individual e/ou cooperativa, fazendo uso da Computação e suas tecnologias".
As demais alternativas divergem desse foco central:
A: Foca no entretenimento (lúdico/jogos) como fim em si, e não na resolução de problemas.
B: Foca na reprodução de modelos prontos, o que contraria a ideia de criação de soluções.
C: Foca na priorização individual de alunos com maior familiaridade, o que contraria a abordagem cooperativa e inclusiva da BNCC.
A alternativa D é a única que expressa corretamente o foco formativo do ensino de Computação preconizado pela BNCC, justificando a manutenção do gabarito.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular – Complemento da Área de Computação*. Brasília: MEC, 2023.

BRANCA	VERDE
22	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A afirmativa IV está CORRETA. O pensamento pós-moderno, ao desconfiar de metanarrativas, como aponta o referencial (Libâneo), leva, de fato, a propostas pedagógicas que, em sua radicalização ou interpretação, se centram na vivência pessoal, nas experiências afetivas e subjetivas, relativizando o papel hegemônico do saber científico sistematizado na escola. O termo "tende a relativizar" reflete a crítica levantada pelo próprio autor sobre as consequências ou riscos dessa corrente para o currículo escolar, que pode ser levado a um foco excessivo na subjetividade em detrimento da mediação do saber sistematizado. A crítica dos recorrentes não anula essa interpretação teórica sobre o risco de relativização do papel da escola e a priorização da subjetividade, que é uma das características das pedagogias influenciadas pelo pensamento pós-crítico e pós-moderno. 3. Em Relação às Outras Imprecisões (Afirmativa II): Afirmativa II: "Correntes pedagógicas influenciadas pelo pensamento pós-moderno rejeitam princípios universais da formação humana, defendendo que o conhecimento escolar deve priorizar experiências subjetivas e culturais particulares, excluindo mediações teóricas ou cognitivas." Decisão: RECURSO IMPROCEDENTE. Fundamentação: A afirmativa II está INCORRETA devido à afirmação de que o conhecimento escolar deve priorizar experiências subjetivas "excluindo mediações teóricas ou cognitivas". O pensamento pós-moderno, mesmo valorizando a pluralidade e a subjetividade, não pressupõe a exclusão de todas as mediações teóricas/cognitivas. Conforme Libâneo, a radicalização dessa postura é que pode levar ao comprometimento do papel da escola como mediadora. A afirmativa II contém um erro de generalização ao usar o termo "excluindo", o que a torna falsa. Conclusão Final: Considerando que as afirmativas I, III e IV foram confirmadas como teoricamente CORRETAS e que a afirmativa II é INCORRETA, a única opção que atende ao comando da questão é a Alternativa D.

BRANCA	VERDE
23	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A análise técnica das afirmativas, fundamentada nos referenciais teóricos da Educação Inclusiva (como Mantoan, 2003) e na legislação vigente (Lei Brasileira de Inclusão - LBI, 2015), confirma a correção do gabarito preliminar.
Análise da Afirmativa I: CORRETA
"A inclusão implica reestruturar a escola... deslocando o foco da adaptação do aluno para a adaptação do sistema escolar."
Esta afirmativa define corretamente a mudança de paradigma central da inclusão. Diferente da integração (onde o aluno se adapta à escola), a inclusão exige que o *sistema escolar* se modifique e se torne flexível (física, pedagógica e organizacionalmente) para acolher *todos* os estudantes. A responsabilidade primária da adaptação é da escola, e não do indivíduo (Mantoan, 2003, p. 27).
Análise da Afirmativa II: CORRETA
"A educação especial, na perspectiva inclusiva, atua como modalidade transversal... prestando apoio por meio do atendimento educacional especializado..."
Esta descrição está alinhada à Política Nacional de Educação Especial. A Educação Especial é uma modalidade que *perpassa* todos os níveis de ensino (transversal), atuando de forma complementar ou suplementar ao ensino regular (via AEE) e colaborando com o professor da sala comum, sem substituí-lo.
Análise da Afirmativa III: INCORRETA
"...a inclusão implica a supressão das modalidades de ensino especial e regular."
O item contém um erro conceitual grave. A inclusão não *suprime* ou extingue as modalidades; ela as *articula*. A modalidade "Educação Especial" atua em conjunto com a modalidade "Ensino Regular" para garantir o direito à educação inclusiva.
Análise da Afirmativa IV: CORRETA
"A avaliação... deve... contemplar flexibilização... sem reduzir objetivos de forma a promover aprovação automática."
A afirmativa está correta e em estrita conformidade com a legislação. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), em seu Art. 27, § 1º, é explícita ao determinar que a oferta de educação inclusiva "não deve resultar em aprovação automática, mas sim em aprendizagem efetiva". A ressalva feita na afirmativa ("sem... promover aprovação automática") reitera esse princípio legal, afirmando que a flexibilização visa garantir a avaliação justa e a aprendizagem efetiva, e não a promoção sem critério.
Conclusão
Estando as afirmativas I, II e IV corretas, e a afirmativa III incorreta, o gabarito preliminar C é mantido.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

BRANCA	VERDE
25	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Análise da Afirmativa I (Finalidade do SARESP): CORRETA. A afirmativa está em total conformidade com o Art. 1º da Resolução SEDUC nº 50/2024. A finalidade do SARESP é, de fato, "fornecer indicadores importantes para subsidiar políticas públicas educacionais, (re)orientar práticas pedagógicas, fortalecer a formação continuada de professores e apoiar ações de recuperação e aprofundamento".
Análise da Afirmativa II (Aplicação e Áreas nos Anos Finais): CORRETA. A descrição está correta. A aplicação é censitária para a rede estadual, e o Art. 5º da Resolução SEDUC nº 50/2024 especifica que o SARESP nos anos finais avalia competências e habilidades nas áreas de "Linguagens, Ciências Humanas, Matemática e Ciências da Natureza".

Análise da Afirmativa III (Provão Paulista - Redação): INCORRETA. A afirmativa contém um erro factual. O Art. 8º (Parágrafo único) da Resolução SEDUC nº 50/2024 é explícito ao determinar que a "prova de redação será aplicada para os alunos da 3ª (terceira) série do Ensino Médio". A afirmativa erra ao incluir a 1ª série na aplicação da redação.
Análise da Afirmativa IV (Adesão Municipal e Custos): CORRETA. A afirmativa descreve corretamente a divisão de responsabilidades de custeio, conforme o Art. 3º (Parágrafo único) da Resolução SEDUC nº 50/2024. A norma estabelece que a SEDUC custeia a aplicação para os 2º e 5º anos do EF e o Provão Paulista Seriado. Para os "demais anos do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)", a adesão da rede municipal implica que o município assuma os custos e a infraestrutura, validando a distinção feita no item.
Estando corretas as afirmativas I, II e IV, e incorreta a afirmativa III, o gabarito preliminar C é mantido.

Fonte:

- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Resolução SEDUC nº 50, de 22 de julho de 2024. Documento normativo referente ao Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e do Provão Paulista Seriado em 2024.

BRANCA	VERDE
27	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
( ) A legislação federal estabelece Política Nacional de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), porém se mostra desatualizada por ainda não ter disposto sobre o necessário acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).
Julgamento: Falso. Vide Lei n.º 14254/21 - Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.
O erro está no trecho “ainda não ter disposto”, visto que existe sim lei federal em vigor sobre o assunto, a qual é objeto do conteúdo programático do edital do concurso.
( ) A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2017 como documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da educação básica escolar, e que orienta sua implementação pelos sistemas de ensino das diferentes instâncias federativas, bem como pelas instituições ou redes escolares.
Julgamento: Verdadeiro. Art. 1º da Resolução CNE/CP nº 2/2017.
( ) Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.
Julgamento: Verdadeiro. Art. 1º da Lei n.º 11645/08 – trata-se da redação literal do art. 26-A, §2º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em vigor.
A sequência correta, portanto, é “F, V, V”.

Fontes::

- Lei n.º 11645/08: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
- Resolução CNE/CP n.º 2, DE 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.
- Lei n.º 12.764/12 - Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei n.º 14254/21 - Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

BRANCA	VERDE
28	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) A Secretaria Municipal da Educação instituirá e manterá seu sistema próprio de avaliação, sendo que no máximo a cada dois anos tal sistema produzirá o Índice de Desenvolvimento da Educação Municipal de Indaiatuba (IDEMI).
Julgamento: Correta, conforme redação da Lei nº 6.459/2015, art. 9º, caput e §1º, I.
B) A divulgação dos resultados individuais dos alunos e dos indicadores calculados para cada turma serão públicos e receberão ampla divulgação, com as informações necessárias aos segmentos diretamente interessados e à sociedade.
Julgamento: incorreta. Conforme a Lei nº 6.459/2015, art. 9º, §3º, I e II, a divulgação dos resultados individuais dos alunos e dos indicadores calculados para cada turma ficará restrita à unidade escolar. Somente os resultados das unidades escolares e da rede municipal de ensino serão públicos e receberão ampla divulgação, com as informações necessárias aos segmentos diretamente interessados e à sociedade.
C) A Secretaria Municipal da Educação, em colaboração com a União, utilizará como base de avaliação da qualidade da educação básica e orientação das suas políticas públicas de seu nível de ensino, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.
Julgamento: Correta, conforme redação da Lei nº 6.459/2015, art. 9º, caput.
D) O sistema próprio de avaliação do rendimento escolar da rede municipal de ensino deverá assegurar a compatibilidade metodológica com os sistemas estadual e nacional, especialmente no que se refere às escalas de proficiência e calendário de aplicação.
Julgamento: Correta, conforme redação da Lei nº 6.459/2015, art. 9º, §5º. Veja-se que a alternativa reproduz literalmente o conteúdo da lei, sendo que a questão busca justamente aferir se o candidato conhece o texto da legislação municipal.

Fonte:

- Lei nº 6.459, de 24 de junho de 2015. Institui o Plano Municipal de Educação de Indaiatuba - PMEI, e dá outras providências. [S. l.]: Leis Municipais. Disponível em: < https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-ordinaria/2015/645/6459/lei-ordinaria-n-6459-2015-institui-o-plano-municipal-de-educacao-de-indaiatuba-pmei-e-da-outras-providencias >. Acesso em: 17 out. 2025.

BRANCA	VERDE
37	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A alternativa correta é a que apresenta que o AEE é um serviço complementar e não substitutivo à escolarização regular. A legislação brasileira assegura que todos os alunos com deficiência têm o direito de frequentar a classe comum e que o AEE deve ser ofertado no contraturno ou fora do horário das aulas, com o objetivo de promover a acessibilidade e a aprendizagem, nunca como substituto da escolarização. Esse preceito está previsto na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e nos demais instrumentos que regulam o AEE. Nesse sentido, a equipe escolar deve orientar suas ações respeitando os dispositivos legais.
As demais alternativas estão incorretas, visto que: o AEE não deve substituir as aulas da classe comum, mesmo que o aluno tenha um ritmo diferente de aprendizagem; a exclusão temporária das aulas comuns fere o direito à educação inclusiva e à convivência escolar; a matrícula apenas no AEE não garante o direito à educação prevista na Base Nacional Comum Curricular e na LBI.
Diante do exposto, e considerando a coerência teórica, legal e prática da questão apresentada, o recurso foi julgado improcedente, mantendo-se inalterado o resultado originalmente publicado no gabarito oficial.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.

Cargo: Psicólogo Escolar

BRANCA	VERDE
01	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "O termo "adultização" (4º§) equivale, de acordo com o texto, a:" a alternativa "D) Práticas que envolvem crianças e adolescentes em exposição em ambiente virtual de forma inadequada." foi adequadamente indicada como correta de acordo com o trecho ""As plataformas fazem vista grossa para conteúdos problemáticos que elas têm condição de detectar, desmonetizar e tirar do ar, mas não o fazem porque não são obrigadas", afirma Débora Salles, coordenadora do NetLab UFRJ. Em junho, o STF avançou na regulação ao tornar as big techs responsáveis por pornografia infantil e sexualização de menores, mas a norma se restringe aos casos flagrantemente ilegais e não abrange práticas mais subjetivas, como a "adultização", termo usado para definir a superexposição de uma criança na internet. "É necessária uma legislação mais explícita", defende Alexandre Pacheco, doutor em política científica e tecnológica e professor da FGV." A alternativa "B) Procedimentos que normatizam excessos expostos na internet por crianças e adolescentes." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "A) Pornografia infantil explícita e sexualização de menores." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente, por não haver especificação quanto ao ambiente da internet, conforme citado no texto. A alternativa "C) Plataformas virtuais cuja monetização é uma das principais motivações para suas atividades." não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente, não há especificação quanto a referência a crianças.

Fonte:

- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANCA	VERDE
02	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Considerando a estrutura linguística, as expressões destacadas no título atribuído ao texto "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância" indicam:", a alternativa "A) Termos sintaticamente subordinados." foi adequadamente indicada como correta. Em "O alerta das redes chega ao Congresso", temos: O alerta das redes = sujeito; chega = verbo intransitivo (núcleo do predicado); ao Congresso = indica a direção/destino do movimento expresso pelo verbo chegar, portanto, "ao Congresso" exerce a função sintática de adjunto adverbial de lugar (mais precisamente de direção/destino). Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Já em "à infância", a expressão é subordinada ao termo "ameaças", exemplificando a regência nominal. A alternativa "B) Equivalência quanto à função sintática." não pode ser considerada correta de acordo com o expresso anteriormente. Na frase "O alerta das redes chega ao Congresso: o urgente debate sobre ameaças digitais à infância", o termo "à infância" exerce a função sintática de complemento nominal. O substantivo "ameaças" exige um complemento que indique a quem ou a que se dirige a ameaça. Esse complemento é introduzido pela preposição

“a” + o artigo definido “a”, formando “à”. Portanto, “à infância” completa o sentido de “ameaças”, sem exercer ação. A alternativa “D) Termos que exigem o emprego de preposição antecedente.” não pode ser indicada como correta, pois, não são os termos regidos que exigem o emprego da preposição, mas sim, os termos regentes.
Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2020.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA	VERDE
04	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão “Quanto à produção de sentido do termo destacado no trecho “Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet.” (1º§), assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “A) O termo destacado em “É notório que tenha acumulado conhecimento ao longo dos anos.”, promove sentido equivalente.” foi adequadamente indicada como correta. Dicionário Definições de Oxford Languages: amealhado adjetivo 1. que foi economizado, poupado pouco a pouco (diz-se de dinheiro). "uma fortuna a. com muito trabalho" 2. Antigo 3. Figurado que se acumulou; que se tornou maior, mais profundo, mais rico. "conhecimentos a. ao longo dos anos" 4. concedido ou distribuído em pequenas parcelas ou mealhas. A alternativa “D) Produz o mesmo sentido visto em “Possivelmente, as evidências revelam que ele tenha amealhado alguns milhões de reais desde o início de seu ‘pequeno’ império”.” não pode ser indicada como correta, de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “C) Uma opção de reescrita seria: “[...] havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e convencido quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, [...]”” não pode ser indicada como correta, pois não são equivalentes em termos de semântica. “Convencer quase 6 milhões de inscritos” sugere persuasão ativa: o sujeito conseguiu conquistar o público, convencê-lo de algo (da qualidade, da importância, da credibilidade do conteúdo). Esse verbo traz uma ideia de influência e de adesão consciente por parte dos inscritos. “Amealhar quase 6 milhões de inscritos” significa juntar, acumular, reunir algo ao longo do tempo, geralmente sem foco na persuasão, mas no resultado quantitativo. É mais neutro e objetivo, e até um pouco distanciado emocionalmente: trata-se de um acúmulo, não de um convencimento. A frase com “convencido” destaca a capacidade de influência da pessoa — uma característica relevante quando se fala de celebridades digitais. Ela “convenceu” milhões a segui-la. A frase com “amealhado” muda o foco para o crescimento numérico do canal, sem necessariamente atribuir carisma ou poder de persuasão ao criador. Ela “juntou” milhões de seguidores, mas não necessariamente os “conquistou”. A alternativa “B) A escolha linguística da expressão irônica destacada indica crítica às atividades desprovidas de normatização na internet.” não pode ser indicada como correta. O termo “amealhado” não critica a falta de regras ou de normas na internet (isto é, não fala sobre “atividades desprovidas de normatização”).

Fonte:

- Dicionário Definições de Oxford Languages
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Cortez, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de discurso e suas funções no texto. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA	VERDE
06	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o enunciado da questão "Pode-se afirmar que o período "Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção." (1º§):", a alternativa "D) Inicia-se a partir da exposição de um fato que é realçado em relação à ideia anterior." foi adequadamente indicada como correta. Em "O paranaense Felipe Bressanim Pereira, 27 anos, já era bastante popular no ambiente digital. Felca, como ele é mais conhecido, havia publicado mais de 100 vídeos desde 2017 e amealhado quase 6 milhões de inscritos em seu canal do YouTube, basicamente falando de celebridades e acontecimentos do mundo da internet. Mas nada se compara em termos de alcance e repercussão ao que ocorreu no último dia 6, quando ele colocou o dedo em uma ferida que há tempos pedia para ser tratada com atenção." é possível confirmar a informação da alternativa "D" . O conector adversativo "mas" indica oposição ou contraste em relação à ideia anterior, ele introduz um novo fato que se destaca frente ao que vinha sendo descrito. Antes, o texto falava de algo habitual (os vídeos anteriores, a popularidade constante); de uma situação conhecida e estável. Depois, com "Mas nada se compara…", o enunciador introduz um fato novo ("o que ocorreu no último dia 6"); e realça sua importância e impacto ("em termos de alcance e repercussão"). O trecho introduz uma mudança de foco: sai da descrição da fama prévia e passa a enfatizar um acontecimento marcante, superior aos anteriores. Isso é uma estratégia comum em textos narrativos e jornalísticos: apresentar o contexto (o histórico de popularidade) e, depois, realçar o episódio mais relevante. O trecho inicia-se com a apresentação de um novo fato, que é posto em destaque (realçado) em contraste com as ações anteriores de Felca. A alternativa "A) Demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior." não pode ser indicada como correta. O conector "mas" é adversativo, mas nem toda adversidade é oposição de sentido. De fato, "mas" é uma conjunção adversativa, e normalmente marca contraste entre ideias. No entanto, esse contraste nem sempre equivale a uma oposição de sentido, isto é, a uma negação ou contrariedade da ideia anterior. Há dois tipos principais de oposição em que "mas" pode expressar: Oposição propriamente dita (contrariedade) "Ele é rico, mas infeliz." Uma ideia anula ou contrasta fortemente a outra e contraste de intensificação ou ressalva (realce): "Ele sempre foi bom aluno, mas dessa vez superou todas as expectativas."
A segunda ideia não nega a primeira — realça, destaca algo ainda maior. No texto de Felca, o uso é do segundo tipo. O trecho não contradiz o anterior, ele realça um novo fato. Vamos observar o encadeamento: Antes: o texto apresenta que Felca já era popular e tinha milhões de inscritos. Depois: "Mas nada se compara..." introduz um acontecimento ainda mais impactante, que ultrapassa tudo o que ele já havia feito, ou seja, não há oposição (ele não deixou de ser popular nem perdeu inscritos). O que há é um realce, uma ênfase: algo novo ocorreu que supera o anterior. O efeito de sentido predominante é de destaque comparativo, não de oposição. O "mas" funciona aqui como marcador de transição: do geral (sua fama anterior) para o particular (um fato extraordinário). O sentido é: "Apesar de já ser popular, este novo fato foi muito maior.", isso não é oposição; é realce de grau. Assim, não se pode afirmar que o trecho "demonstra efeitos de sentido que indicam oposição ao período anterior" porque o "mas" não expressa contrariedade entre as ideias, o novo enunciado não nega o anterior, apenas o ultrapassa em importância. O efeito de sentido predominante é de ênfase e destaque, não de oposição. "Mas nada se compara..." não se opõe ao fato anterior, apenas o supera e o destaca. A alternativa "C) Promove efeito positivo por meio de uma compensação para a afirmativa anterior." não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "B) Apresenta-se opositivo pela negação da comparação como o período anterior." não pode se indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:
- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA	VERDE
07	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Identificada como uma característica pertencente ao gênero textual apresentado, indica-se corretamente:", a alternativa "A) Ausência formal do enunciador de modo predominante." foi adequadamente indicada como correta. A "ausência formal do enunciador" numa reportagem refere-se à ausência de uma pessoa ou entidade claramente identificável como o autor da informação no texto, o que resulta numa comunicação mais objetiva e impessoal, comum em gêneros jornalísticos como a reportagem. Esta ausência formal pode manifestar-se através da utilização de uma linguagem impessoal, da ausência de um discurso direto e da prioridade à apresentação de fatos, características que criam uma percepção de imparcialidade e neutralidade. O objetivo principal do texto deve ser o de informar. A reportagem cumpre uma função social, qualquer fenômeno pode virar pauta para esse gênero textual. A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. A alternativa "B) Exposição dos fatos assumida pelo enunciador enquanto narrador." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa "C) Utilização de expressões ambíguas com objetivo de elucidar as informações." não pode ser indicada como correta. Expressões ambíguas são aquelas que possuem mais de um sentido ou interpretação possível, o que pode causar confusão e dificultar a comunicação. Essa ambiguidade geralmente surge da escolha das palavras (semântica) ou da estrutura da frase (sintaxe). Para resolver a ambiguidade, é preciso reestruturar a frase ou adicionar mais informações contextuais para deixar claro o significado pretendido. Expressões como "colocou o dedo na ferida" (1° parágrafo), "explanou, de forma didática e incisiva" (1° parágrafo), "conteúdos que alimentam..." (1° parágrafo), "ecossistema lucrativo..." (1° parágrafo), " incendiou as redes sociais" (1° parágrafo), "foi bater forte no Congresso" (1° parágrafo), "onde atropelou..." (1° parágrafo), "na onda da escalada..." (2° parágrafo), "a onda de indignação" (3° parágrafo), "fúria legislativa" (3° parágrafo) e "vista grossa" (4° parágrafo) não são ambíguas no contexto do texto, mas sim figuradas (metafóricas, conotativas, expressivas). Uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de duas ou mais maneiras possíveis dentro do mesmo contexto, gerando dúvida real de sentido como por exemplo: "Vi o homem com o telescópio.", pode significar que eu usei o telescópio ou que o homem tinha o telescópio. Ou seja, a ambiguidade é um duplo sentido involuntário, que compromete a clareza. As expressões "colocou o dedo na ferida", "explanou, de forma didática e incisiva", "conteúdos que alimentam...", "ecossistema lucrativo", "incendiou as redes sociais", "foi bater forte no Congresso", "onde atropelou...", "na onda da escalada", "a onda de indignação", "fúria legislativa" e "vista grossa" não criam dúvida de sentido. Todas são figuras de linguagem, usadas para intensificar o discurso jornalístico. Essas expressões pertencem ao campo da linguagem conotativa (não literal), e produzem efeito expressivo, não ambíguo. "Colocou o dedo na ferida" = Metáfora / expressão idiomática Abordou um tema delicado, expôs um problema sensível. "Explanou, de forma didática e incisiva" Valor avaliativo, explicou com clareza e força argumentativa. "Conteúdos que alimentam..." = Metáfora Conteúdos que fortalecem ou sustentam algo (ideias, comportamentos). "Ecossistema lucrativo" = Metáfora Conjunto interligado de práticas econômicas que geram lucro. "Incendiou as redes sociais" = Hipérbole / metáfora Gerou intensa repercussão e debate. "Foi bater forte no Congresso" = Metáfora coloquial O tema chegou com impacto ao Congresso Nacional. "Onde atropelou..." = Metáfora / ironia Ocorreu de maneira precipitada, sem cuidado. "Na onda da escalada" = Metáfora No contexto de aumento ou crescimento de algo. "A onda de indignação" = Metáfora Movimento coletivo de revolta. "Fúria legislativa" = Personificação / hipérbole Ação impulsiva e intensa dos legisladores. "Vista grossa" = Expressão idiomática. A alternativa "D) Emprego do discurso direto promovendo a identificação do enunciador em todo o texto." não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. O discurso direto reproduz a fala de um personagem de maneira exata, geralmente usando travessões ou aspas para introduzir a fala. Ele é usado em textos narrativos para apresentar

diálogos de forma dinâmica e fiel, sendo acompanhado por verbos de elocução como "disse", "perguntou" e "respondeu".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIJK, Teun A. van. Algunos princípios de uma teoria Del contexto. In.: ALEAD, Revista latinoamericana de estudos del discurso, 2001.
- FRANCISCO SÁNCHEZ, José; LÓPEZ PAN, Fernando. Tipologías de géneros periodísticos
- em España. Hacia um nuevo paradigma. Universidade de Navarra. Comunicação e Estudos
- Universitários, n. 8, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e
- relevância como parâmetros de qualidade jornalísticos. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- LAJE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.
- MAINGUENAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1985.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação.
- Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt . LabCom Books, 2009.

BRANCA	VERDE
09	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão " O título atribuído ao texto se relaciona à(ao): I. Tema desenvolvido no texto. II. Posicionamento de entidade pública. III. Possível compreensão de posicionamento do enunciador. IV. Ocorrência de fato de importante repercussão. Está correto o que se afirma em", a alternativa "**C)** I, III e IV, apenas." foi adequadamente indicada como correta. Tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. O item "**II.** Posicionamento de entidade pública." é incorreto. O sujeito do enunciado é: "O alerta das redes", ou seja, o agente da ação ("chega ao Congresso") e não uma instituição oficial. O verbo "chega" indica movimento simbólico: o debate que começou nas redes passa a alcançar o Congresso. O Congresso aparece como destinatário da ação, não como agente: Ele recebe o alerta, é o local onde o debate chega. Portanto, o Congresso não se manifesta, não toma posição, nem emite opinião. Não há, portanto, posição institucional expressa por nenhuma entidade pública. O título tem um caráter informativo e avaliativo, típico de manchetes jornalísticas: "O alerta das redes chega ao Congresso" informa que o tema saiu do ambiente digital e alcançou a esfera política. "O urgente debate sobre ameaças digitais à infância" introduz o tema da pauta, reforçando sua relevância e urgência (avaliação do jornalista, não de uma entidade pública). Portanto, o enunciado apenas relata que uma discussão das redes sociais ganhou visibilidade política, sem revelar posição de nenhuma entidade pública.

Fonte:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ática, 2008.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

- MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA	VERDE
12	15

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
O comando do item não corresponde às alternativas apresentadas, gerando invalidade do item.

BRANCA	VERDE
16	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Alternativa B (I e III, apenas). A decisão fundamenta-se na análise conceitual das afirmativas à luz da legislação e dos princípios da Educação Antirracista, conforme demonstrado a seguir: Afirmativa I (Correta): A intervenção 1 (revisão autônoma do acervo didático) está em plena consonância com os pilares da Educação Antirracista, que exige a descolonização do currículo e a valorização das contribuições africanas e indígenas, sendo, portanto, VERDADEIRA. Afirmativa II (Incorreta): A intervenção 2 (foco em eventos comemorativos isolados) é insuficiente para o combate ao racismo. A Lei nº 10.639/2003 e o Parecer CNE/CP nº 003/2004 exigem uma política pedagógica permanente e transversal, não meramente pontual. A afirmativa, ao considerá-la "suficiente", está FALSA. Afirmativa III (Correta): A intervenção 3 (formação continuada, gestão e protocolos) reflete a abordagem sistêmica e estrutural do antirracismo, demandando articulação e envolvimento de toda a comunidade escolar, sendo, portanto, VERDADEIRA. Afirmativa IV (Incorreta): O ponto de análise da afirmativa IV é a avaliação da abordagem da intervenção 4, que propõe concentrar a temática em conteúdos isolados (um único capítulo) e afirma que esta é a mais eficaz. A afirmação de que o isolamento de conteúdos é a forma mais eficaz CONTRARIA DIRETAMENTE o princípio pedagógico fundamental da TRANSVERSALIDADE da Educação Antirracista. A transversalidade é o eixo central para garantir que a relevância e complexidade do tema não sejam diluídas, conforme defendem as diretrizes curriculares e o material de referência sobre Ensino Antirracista. Sobre a ambiguidade do termo "NÃO": Embora o advérbio de negação "NÃO" na oração subordinada gere uma construção complexa, a interpretação da afirmativa IV deve se basear na sua oração principal: "A abordagem demonstrada na intervenção 4, ao concentrar a temática em conteúdos isolados, é a mais eficaz...". A essência da afirmativa é a valorização do isolamento ("concentrar a temática em conteúdos isolados") como a abordagem mais eficaz. Conceitualmente, esta premissa é FALSA à luz dos fundamentos da Educação Antirracista, que priorizam a integração e a transversalidade para combater o caráter estrutural do racismo. O candidato deve julgar a eficácia da prática apresentada (isolamento de conteúdos), e esta prática é tida como INEFICAZ e CONTRÁRIA às diretrizes. A questão avalia o conhecimento dos candidatos sobre a necessidade de transversalidade (Intervenções 1 e 3) *versus* a insuficiência de ações isoladas (Intervenções 2 e 4). Portanto, a afirmativa IV é INCORRETA/FALSA em sua premissa fundamental, o que valida a exclusão das alternativas C e D. Conclusão: Apenas as afirmativas I e III estão corretas. O gabarito preliminar (B) I e III, apenas, está tecnicamente correto.

BRANCA	VERDE
20	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A Afirmativa I é INCORRETA, conforme o gabarito preliminar. A Perspectiva Tecnicista, com base em autores como Saviani e em referências como a citada (Eyng), concebe o professor como executor de planos e materiais instrucionais, cujo papel é arranjar contingências de reforço para maximizar a eficiência, não para fomentar a pesquisa e a investigação autônoma do aluno, que são características de pedagogias ativas ou progressistas. A leitura de que o professor tecnicista "cria situações desafiadoras" por meio de "pesquisa" é uma interpretação que desvirtua a teoria, confundindo planejamento estruturado com o estímulo à autonomia cognitiva. Decisão: Recurso improcedente. A

Afirmativa I permanece INCORRETA. 2. Sobre a Afirmativa IV (Pedagogia Escolanovista): Alegação dos Recursos: A Afirmativa IV está incorreta, pois a Escola Nova promove uma ruptura com o ensino conteudista. Afirmar que "o currículo continua enfatizando conteúdos" contradiz a essência de autores como Dewey e Sacristán. Resposta da Banca: A Banca ratifica que a Afirmativa IV é CORRETA, conforme o gabarito preliminar. A Pedagogia Escolanovista (Teoria Curricular Tradicional) não rompe totalmente com o conteúdo, mas sim com a sua centralidade e com a forma tradicional de sua transmissão (memorização). Embora a Escola Nova descentralize o professor e valorize a atividade do aluno, ela mantém a estrutura curricular de conteúdos a serem aprendidos. Conforme (Eyng), o currículo da Escola Nova é descrito como "ativo sem deixar de ser conteudista", pois, apesar de valorizar a experiência do aluno, ele "mantém forte presença da 'grade curricular' como pauta de conteúdos". A Escola Nova prioriza o método (o *como* se aprende), mas não nega a importância dos *conteúdos* (o *que* se aprende). A crítica ao currículo conteudista como um todo é mais característica das Teorias Críticas e Pós-críticas (diferentes da Escolanovista). Decisão: Recurso Improcedente. A Afirmativa IV permanece CORRETA. 3. Sobre as Afirmativas II e III: A Banca confirma que as afirmativas II (Teoria Tradicional) e III (Concepção Pós-Crítica) estão CORRETAS, pois descrevem fielmente a natureza de cada teoria, conforme a literatura educacional. Conclusão Final: A análise técnica comprova que as afirmativas II, III e IV são corretas, e a afirmativa I é incorreta.

BRANCA	VERDE
22	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A afirmativa IV está CORRETA. O pensamento pós-moderno, ao desconfiar de metanarrativas, como aponta o referencial (Libâneo), leva, de fato, a propostas pedagógicas que, em sua radicalização ou interpretação, se centram na vivência pessoal, nas experiências afetivas e subjetivas, relativizando o papel hegemônico do saber científico sistematizado na escola. O termo "tende a relativizar" reflete a crítica levantada pelo próprio autor sobre as consequências ou riscos dessa corrente para o currículo escolar, que pode ser levado a um foco excessivo na subjetividade em detrimento da mediação do saber sistematizado. A crítica dos recorrentes não anula essa interpretação teórica sobre o risco de relativização do papel da escola e a priorização da subjetividade, que é uma das características das pedagogias influenciadas pelo pensamento pós-crítico e pós-moderno. 3. Em Relação às Outras Imprecisões (Afirmativa II): Afirmativa II: "Correntes pedagógicas influenciadas pelo pensamento pós-moderno rejeitam princípios universais da formação humana, defendendo que o conhecimento escolar deve priorizar experiências subjetivas e culturais particulares, excluindo mediações teóricas ou cognitivas." Decisão: RECURSO IMPROCEDENTE. Fundamentação: A afirmativa II está INCORRETA devido à afirmação de que o conhecimento escolar deve priorizar experiências subjetivas "excluindo mediações teóricas ou cognitivas". O pensamento pós-moderno, mesmo valorizando a pluralidade e a subjetividade, não pressupõe a exclusão de todas as mediações teóricas/cognitivas. Conforme Libâneo, a radicalização dessa postura é que pode levar ao comprometimento do papel da escola como mediadora. A afirmativa II contém um erro de generalização ao usar o termo "excluindo", o que a torna falsa. Conclusão Final: Considerando que as afirmativas I, III e IV foram confirmadas como teoricamente CORRETAS e que a afirmativa II é INCORRETA, a única opção que atende ao comando da questão é a Alternativa D.

BRANCA	VERDE
26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) A avaliação será por meio de metas específicas, traçadas individualmente, que são registradas no PDI, com atribuição de notas e registro no boletim ou no histórico escolar.
Julgamento: O Regimento Interno esclarece que, para estudantes da Educação Especial, a avaliação é realizada a partir de metas específicas, traçadas individualmente, registradas no PDI. No entanto, o Art. 152 determina que, nesses

casos, "não terá registro no campo de notas do boletim e do Histórico Escolar", e não que terá notas sem registro. A afirmação de que há atribuição de notas para esses estudantes é equivocada.
B) Será realizada a atribuição de notas bimestrais e o registro no histórico escolar, pois a avaliação de estudantes com deficiência deve ser a mesma dos estudantes sem deficiência.
Julgamento: O Regimento Interno de Indaiatuba distingue a forma de avaliação entre os estudantes da Educação Especial Exclusiva e os estudantes em classes regulares. O Art. 137, alínea "d", estabelece que, para a Educação Especial Exclusiva, "não cabendo atribuição de menções/conceitos", o que invalida a afirmação de que todos os estudantes são avaliados da mesma forma.
C) Ao final de cada bimestre, após análise do Conselho de Classe, a síntese da avaliação do estudante será expressa em notas, em uma escala numérica de zero a dez em todos os documentos escolares que utilizam esses dados.
Julgamento: Conforme art. 147, I, não haverá atribuição de notas.
D) O processo de avaliação será expresso por meio do Relatório de Avaliação que compõe o PDI, que deverá ser disponibilizado aos pais/responsáveis, após cada Conselho de Classe, não cabendo atribuição de menções/conceitos, mas análise contínua do desenvolvimento e da aprendizagem do estudante.
Julgamento: correto. O Art. 137, alínea "d", da Lei Complementar nº 47/2018 especifica que o processo de avaliação dos estudantes da Educação Especial Exclusiva "será expresso por meio do Relatório de Avaliação que compõe o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) que deverá ser disponibilizado aos pais/responsáveis, após cada Conselho de Classe, não cabendo atribuição de menções/conceitos, mas análise contínua do desenvolvimento e da aprendizagem do estudante".
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Regimento Interno das Escolas Municipais - https://www.educmunicipal.indaiatuba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/REGIMENTO-INTERNO-HOMOLOGADO-CMEI_VERSAO-FINAL-1.pdf

BRANCA	VERDE
31	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A análise da questão e da literatura de referência confirma o acerto do gabarito preliminar (Letra C). A controvérsia se concentra na validade da Afirmativa I, que é considerada correta.
Análise da Afirmativa I:
I. No Brasil, até a metade do século XX, a psicologia escolar inicialmente se configurou como um campo de aplicação na medicina e na educação, possuindo um caráter clínico, com enfoque psicométrico e classificatório no tratamento dos problemas de aprendizagem.
Esta afirmativa está factualmente correta. A expressão "até a metade do século XX" delimita o período em que essa configuração *inicial* se estabeleceu e predominou. A redação não implica, em nenhum momento, que tais características (caráter clínico, enfoque psicométrico) cessaram exatamente após esse marco temporal, mas sim que elas definiram a configuração *inicial* da área no Brasil naquele período.
A formulação do item encontra respaldo direto na literatura acadêmica utilizada como referência, como Barbosa e Marinho-Araújo (2010). A obra esclarece:
"a principal característica da atuação em psicologia escolar durante a primeira metade do século XX foi o caráter remediativo com o qual se tratavam os problemas de desenvolvimento e aprendizagem. Esse fato evidencia a forte influência da medicina e a consolidação de uma atuação clínica no trabalho do psicólogo escolar junto aos contextos educacionais, nos quais se privilegiava o enfoque psicométrico por meio da avaliação da prontidão escolar, da organização de classes para alunos considerados especiais, dos diagnósticos e dos encaminhamentos para serviços especializados (Campos & Jucá, 2006; Guzzo, 2001)."
Como a citação demonstra, a Afirmativa I descreve com precisão as características centrais da psicologia escolar em sua fase inicial no Brasil (influência médica, clínica, enfoque psicométrico), conforme consolidado pela fonte.
Conclusão
Afirmativa I: Correta (conforme justificado acima).

Afirmativa II: Correta (reflete a mudança de paradigma e as críticas dos anos 1980, passando a ver o problema de aprendizagem como um fenômeno complexo e contextualizado).
Afirmativa III: Correta (cita marcos institucionais importantes para a consolidação da área, como a ABRAPEE).
Afirmativa IV: Incorreta (a participação na elaboração do PPP é, de fato, uma das atribuições contemporâneas esperadas do psicólogo escolar).
Estando corretas as afirmativas I, II e III, o gabarito preliminar C é mantido.

Fonte:

- BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. *Estudos de Psicologia*. Campinas. v. 27, n.3, p.393-402, jul. 2010.

BRANCA	VERDE
32	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De fato, na parte inicial do enunciado indica a palavra prospectiva foi digitada errada, tendo a ausência do C. Entretanto, o comando da questão indica expressamente que a análise das afirmativas apresentadas seja feita com base na avaliação prospectiva, utilizada no psicodiagnóstico infantil.
Nesse sentido, apesar do erro na digitação na palavra prospectiva em uma das três vezes em que a terminologia é utilizada na questão, não causa prejuizo na compreensão do enunciado e das afirmativas, uma vez que estão condizentes com a concepção de avaliação prospectiva. Ressalta-se que a terminologia correta, ou seja, avaliação prospectiva, foi utilizada no comando da questão ao solicitar a escolha da alternativa correta e também na terceira afirmativa a ser analisada.

BRANCA	VERDE
33	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão foi formulada com fundamento na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e alterações posteriores, ainda vigente e, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em especial no Capítulo V, que versa sobre a Educação Especial, definida no art. 58 como:
Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)
Cabe destacar que o enunciado solicita que as alternativas sejam analisadas com base Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no que se refere à Educação Especial. Dessa forma, com base nesse fundamento, a única alternativa INCORRETA possível é a (A), pois o atendimento de educandos da educação especial é feito preferencialmente nas classes comuns, sendo o atendimento feito em equipamentos especializados quando por características e condições especifica dos alunos, não for possível a integração em classes comuns do ensino regular, como previsto no § 2º do art. 58 da LDB, que afirma que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (grifos nossos)
A alternativa (B) também está correta conforme disposto no § 1º do art. 58 da LDB:
§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
A alternativa (C) está correta e em conformidade ao estabelecido no inciso III do art. 59 da LDB
III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (grifos nossos)

Assim como a alternativa (D) está correta, uma vez que a apresenta condições que devem ser garantidas aos educandos da educação especial, em conformidade com o inciso I do art. 59 da LDB, que versa que currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

Fonte

- BRASIL (1996) Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: L9394

BRANCA	VERDE
36	32

Recurso Procedente. Atera-se a questão para a alternativa D.
No Brasil, a perspectiva da psicologia escolar tem se sustentado na compreensão da dificuldade de aprendizagem de modo multifacetado, desvinculadando-se dessa lógica patologizante que a avaliação de personalidade pode assumir ao buscar respostas para, dentre outras questões, os problemas de aprendizagem. Nesete sentido, o próprio Conselho Federal de Psicologia, conforme Resolução CPF 23/2022, não inclui nas atribuições do psicólogo escolar e educacional a avaliação de personalidade . Dessa forma, por equívoco foi apontado que todas as afirmativas estavam corretas, mas o gabarito correto é o D, uma vez que apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

BRANCA	VERDE
38	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A análise técnica das afirmativas confirma o acerto do gabarito preliminar (Letra C). As afirmativas I, III e IV estão corretas, enquanto a afirmativa II apresenta um erro conceitual.
Análise da Afirmativa I (Correta):
I. A teoria da autodeterminação evidencia dois tipos de motivação: intrínseca e extrínseca. A primeira é considerada uma tendência inerente ao ser humano para buscar novidades e desafios, ampliar e exercitar suas capacidades, explorar e aprender. A segunda está vinculada a comportamentos desencadeados com o objetivo de obter algum ganho ou recompensa sem necessariamente guardar relação com a atividade-fim.
Esta afirmativa apresenta uma distinção conceitual correta e fundamental da Teoria da Autodeterminação (TAD). Ela define adequadamente a motivação intrínseca (ligada ao interesse na própria atividade) e a motivação extrínseca (ligada a um resultado externo). A expressão "sem necessariamente guardar relação com a atividade-fim" descreve com precisão a natureza da motivação extrínseca.
A formulação encontra respaldo direto na literatura, como em Tardeli et al. (2016):
"A motivac¸a~o intri´nseca tem sido considerada uma tende^ncia inerente do ser humano para buscar novidades e desafios, ampliar e exercitar suas capacidades, explorar e aprender (Ryan e Deci, 2000). Por sua vez, a motivac¸a~o extri´nseca tem sido associada a condutas ou comportamentos desencadeados com o propo´sito de obter um resultado independente da atividade fim, ou seja, a execuc¸a~o de uma atividade tem como objetivo alcanc¸ar algum ganho ou alguma recompensa que na~o guarda relac¸o~es com a atividade realizada."
A afirmativa I não esgota a complexidade da teoria (como os diferentes tipos de regulação da motivação extrínseca), mas apresenta os conceitos básicos de forma precisa e correta.
Análise da Afirmativa II (Incorreta):
II. Para a teoria da autodeterminação, a motivação intrínseca e extrínseca são antagônicas, sendo a autodeterminação orientada pela motivação intrínseca.
Esta afirmativa está incorreta. Um dos pontos centrais da Teoria da Autodeterminação é que as motivações intrínseca e extrínseca não são vistas como antagônicas (opostas), mas sim como partes de um *continuum* de autodeterminação. A motivação extrínseca pode variar em seu grau de autonomia (desde a regulação externa até a regulação integrada), aproximando-se da motivação intrínseca. Portanto, é errado afirmar que são antagônicas.
Análise da Afirmativa III (Correta):

III. Caso as atividades propostas no âmbito escolar não apresentem um atrativo natural, que permita aos alunos realizarem o que lhes é proposto com interesse e entusiasmo, elas não serão realizadas de modo espontâneo por grande parte dos alunos, sendo, provavelmente, realizadas a partir de motivos extrínsecos.
Esta afirmativa está correta. Ela descreve uma realidade comum no contexto educacional. Quando a tarefa em si não é intrinsecamente motivadora (sem "atrativo natural"), a adesão dos alunos frequentemente depende de motivadores extrínsecos (ex: notas, prazos, evitar punição, obter aprovação).
Análise da Afirmativa IV (Correta):
IV. O papel do professor é atuar como um mediador entre aluno e conhecimento, assumindo a tarefa de criar um ambiente de aprendizagem que favoreça a autonomia e o envolvimento interpessoal, ao invés de criar um ambiente altamente controlador.
Esta afirmativa está correta e alinhada com os preceitos da TAD aplicados à educação. A teoria defende que ambientes que apoiam as necessidades psicológicas básicas (autonomia, competência e pertencimento/envolvimento) promovem uma motivação mais autodeterminada (intrínseca ou extrínseca integrada), em oposição a ambientes controladores que prejudicam essa motivação.

Fonte:

- D'Aurea-Tardeli, D e outros (org). *Motivação, atitudes e habilidades: recursos para a aprendizagem*. São Paulo: Cengage Learning, 2016. – (Coleção Escola e contemporaneidade / temas emergentes a` psicologia da educação).

Cargo: Secretário Escolar

BRANCA	VERDE
01	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O início do texto denota: “Minha querida dona, sei que você anda se queixando de mim, publicamente, até. Você não pode imaginar o sofrimento que isto me causa, mesmo porque você provavelmente acha que rádios são objetos inanimados, sem vida própria”. Dessa forma, observa-se que há uma premissa inusitada em que o narrador é um rádio de carro que possui sentimentos e emoções, contrariando a percepção de sua dona de que ele é apenas um objeto inanimado.
As demais opções de respostas apresentam informações com incorreções: uma suposição, fundamentada em evidências imprecisas; um acontecimento que fez o rádio se sentir vivo e despertar sua paixão; e um fato real usado para expressar frustração e ciúmes.

BRANCA	VERDE
06	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
No trecho “Senti um verdadeiro choque, eu que já deveria estar acostumado com eletricidade”, observa-se que a significação correta se trata de uma “redução de eletrochoque” tendo em vista o fragmento “com eletricidade”. Dessa forma, está incoerente indicar “baque” e “esbarrão” como significados, tendo em vista o contexto textual. Os significados corretos são: “eletrochoque” e “descarga”. Os termos indicados para análise estão relacionados à colisão e embate. As demais associações estabelecidas para análise estão corretas, considerando a conjuntura textual; observe: queixando (reclamando; lamentando-se); facultado (permitido; autorizado); e desconfigurado (alterado; modificado).
Fontes:

- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA	VERDE
07	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conjunção é um termo que liga duas orações ou duas palavras de mesmo valor gramatical, estabelecendo uma relação entre elas. Conjunções adversativas: mas, porém, contudo, entretanto, no entanto, todavia, não obstante. As conjunções adversativas exprimem oposição, contraste, compensação de pensamentos.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA	VERDE
10	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O futuro do pretérito, também conhecido como condicional, é um tempo verbal do modo indicativo que expressa uma ação que poderia ter acontecido no passado, mas não se concretizou, ou indica uma consequência condicionada a algo. Pode também transmitir incerteza, surpresa, indignação e ser usado para fazer pedidos polidos. No trecho "[...] e que você contaria com um som maravilhoso para lhe ajudar no estresse que é esse trânsito", a ação verbal "contaria" indica que a ação se trata de uma possibilidade remota, uma ideia hipotética.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA	VERDE
15	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Segue a questão para análise "Duas unidades de saúde de determinado município mantêm estoques de máscaras para atender à população. O controle de estoque indica que a soma das máscaras nas duas unidades é 500 e que a diferença entre os estoques das unidades é 100. Sejam x e y as quantidades de máscaras na primeira e na segunda unidade, respectivamente, qual é a quantidade de máscaras em cada unidade?"
O enunciado deixa claro que as quantidades de máscaras devam ser consideradas pelas variáveis x e y "RESPECTIVAMENTE", que deixa claro a ordem das unidades de saúde e o uso das variáveis de forma correta para análise e montagem do desenvolvimento matemático da questão como segue na resolução abaixo.
Solução:
Somando as equações: $2x = 600 \rightarrow x = 300$. Substituindo: $300 + y = 500 \rightarrow y = 200$.
Portanto, a questão foi formulada de forma clara e objetiva para atender ao comando da questão e desenvolvimento correto.

Fontes:

- TELLES, Suzana de Abreu Oliveira Souza Seizen Yamashiro Dirceu D. Matemática com aplicações tecnológicas. Vol.2. Editora Blucher, 2014. São Paulo.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.
- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Rio de Janeiro. Editora Saraiva, 2018.

BRANCA	VERDE
17	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Segue a resolução da questão,
Solução:
Para solução aplica-se a fórmula de combinação:

A fórmula da combinação é usada para calcular o número de maneiras de escolher p elementos de um conjunto com $n$elementos, sem importar a ordem.
Fórmula:

$$C(n,p) = \frac{n!}{p!\,(n-p)!}$$

onde:

- $n!$= fatorial de n;
- $p!$= fatorial de p;
- $(n-p)!$= fatorial da diferença entre ne p.

Logo,

Número de combinações: $C(8,3) = \frac{8!}{3!5!} = \frac{8\times7\times6\times5!}{3\times2\times1!5!} = 56$.

Fontes:

- TELLES, Suzana de Abreu Oliveira Souza Seizen Yamashiro Dirceu D. Matemática com aplicações tecnológicas. Vol.3. Editora Blucher, 2014. São Paulo.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.
- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Rio de Janeiro. Editora Saraiva, 2018.

BRANCA	VERDE
23	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
É importante mencionar a clareza apresentada no comando da questão ao abordar o Sistema Operacional Micorosoft Windows 11, especificamente na sua configuração padrão no idioma Português-Brasil, abordando a utilização de teclas de atalho dentro de um escopo limitado, que foi o explorador de arquivos; limitado a esse cenário, definido no comando do item, e a documentação oficial do fabricante do Sistema Operacional (Microsoft), será apresentada em seguida a análise detalhada de cada assertiva:
“Alt + E seleciona a barra de endereços”
Item falso, pois o atalho responsável por selecionar a barra de endereços é Alt + D.
“Alt + P mostra ou oculta o painel de visualização”
Item verdadeiro, pois Alt + P é utilizado para mostrar ou ocultar o painel de visualização.
“Ctrl + N abre uma nova janela”
Item verdadeiro, pois Ctrl + N tem a capacidade de abrir uma nova janela.
Conforme pode-se observar, à luz da documentação oficial, temos apenas as assertivas II e III com teclas de atalho correspondentes as funcionalidades descritas, portanto a banca julga o recurso improcedente mantendo o gabarito preliminar.

Fonte:

- https://support.microsoft.com/pt-br/windows/atalhos-do-teclado-no-windows-dcc61a57-8ff0-cffe-9796-cb9706c75eec

BRANCA	VERDE
24	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O item aborda os conhecimentos sobre a utilização de função de pesquisa e referência utilizando a ferramenta Microsoft Office Excel. Para o contexto apresentado na situação hipotética do item é a utilização da fórmula PROCV que possui como parâmetros, respectivamente, o valor a ser procurado, a matriz de pesquisa e o número do índice da coluna a ser retornado.
Nesse sentido, foi apresentada a seguinte imagem da planilha:

	A	B	C
1	Código	Cidade	Processos
2	1	Bauru	300
3	2	Campinas	800
4	3	Diadema	700
5	4	Indaiatuba	600
6	5	Santos	500
7	6	São Paulo	1200
8			
9			

Considerando a explicação técnica da utilização do comando PROCV, com a sua devida carga de parâmetros, e a solicitação do comando da questão de digitar na célula A9 uma fórmula onde seja informado o código de Indaiatuba para que seja retornado o nome desse município, nota-se que a única opção, dentre as alternativas apresentadas como opção de resposta, que realiza corretamente essa operação é a aplicação da fórmula =PROCV(A5;A2:C7;2). A5 recupera o valor 4 da planilha; A2:A7 define a matriz de pesquisa e, por fim, 2 indica que será retornado o valor da segunda coluna que é onde consta os nome do município.
Ao aplicar as outras fórmulas apresentadas nas demais opções de resposta serão obtidos os seguintes resultados:
=PROCV(4;A2:C7;1) => 4
=PROCH(4;A3:C7;2) => 3
=PROCH(A5;A3:C7;1) => 2
É importante ressaltar que outras fórmulas ou mecanismos, que extrapolam as opções apresentadas como alternativas de resposta, não fazem parte do contexto de resolução do item.
Com base nos recursos apresentados a banca julga o recurso improcedente mantendo o gabarito preliminar.

Fonte:

- https://support.microsoft.com/pt-br/office/fun%C3%A7%C3%B5es-do-excel-ordem-alfab%C3%A9tica-b3944572-255d-4efb-bb96-c6d90033e188#bm16

BRANCA	VERDE
26	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz da Lei Orgânica do Município. A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) A proposta é considerada aprovada e será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, pois obteve a maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara em ambas as votações.
Julgamento: Incorreto. A Lei Orgânica de Indaiatuba exige o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara para aprovação de uma emenda.
B) A emenda que trata de direitos fundamentais, como é o caso, exige quórum de quatro quintos do total de membros da Câmara, tanto para propositura quanto para aprovação.
Julgamento: Incorreto. A Lei Orgânica de Indaiatuba não menciona o quórum de quatro quintos em seus dispositivos sobre emendas. Ela especifica que a proposta de emenda à Lei Orgânica deve ser subscrita por no mínimo um terço dos vereadores. A aprovação exige o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, em dois turnos.
C) A proposta sequer deveria ter sido recebida para votação, pois a Lei Orgânica do Município somente poderá ser emendada mediante proposta de dois terços dos membros da Câmara.
Julgamento: Incorreto. Conforme a Lei Orgânica, a proposta de emenda pode ser apresentada por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal. O quórum de dois terços (2/3) é exigido apenas para a aprovação da emenda, não para a sua proposição.
D) Embora tenha atingido o quórum necessário de assinaturas para sua propositura, a emenda é considerada rejeitada, pois não obteve o quórum necessário para aprovação em ambas as votações.
Julgamento: Correto. A proposição de emenda à Lei Orgânica pode ser de no mínimo um terço dos membros da Câmara Municipal. No caso hipotético, 6 vereadores assinaram a proposta, o que está acima do quórum mínimo de 4 vereadores (1/3 de 12). No entanto, para ser aprovada, a emenda precisa do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara em dois turnos. O quórum de 2/3 de 12 vereadores é 8. Como a proposta obteve apenas 7 votos na primeira votação e 6 na segunda, ela não foi aprovada em nenhum dos turnos e, portanto, é considerada rejeitada.

Fontes:

- Lei Orgânica do Município de Indaiatuba. [1990].
  Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-organica. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA	VERDE
27	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) A CPI não poderia ter sido criada, pois a Lei Orgânica exige o requerimento de, no mínimo, oito vereadores (dois terços do total de vereadores).
Julgamento: incorreta. A Lei Orgânica de Indaiatuba estabelece que as comissões parlamentares de inquérito serão criadas mediante requerimento de "um terço dos seus membros". Com uma Câmara composta por 12 vereadores, um terço seria 4 (12 / 3 = 4). O caso hipotético menciona que 4 vereadores iniciaram a CPI, o que está de acordo com a lei.
B) As conclusões da CPI se equiparam à decisão judicial, de modo que a responsabilidade civil da empresa poderá ser apurada e julgada pela própria Câmara.
Julgamento: incorreta. As conclusões de uma CPI, se for o caso, devem ser "encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores". A Lei Orgânica não confere à Câmara Municipal o poder de julgar e apurar a responsabilidade civil de uma empresa, mas sim o de encaminhar as conclusões da investigação para o órgão competente, no caso o Ministério Público, para que a apuração e o julgamento sejam feitos.
C) A quebra de sigilo bancário determinada pela CPI é um ato ilegal, pois a Lei Orgânica não lhe confere tal poder, e tal medida somente pode ser realizada pelo Poder Judiciário.
Julgamento: incorreta. A Lei Orgânica de Indaiatuba afirma que as comissões parlamentares de inquérito "terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais". Essa disposição legal, embora não cite explicitamente a quebra de sigilo bancário, confere à CPI poderes amplos, semelhantes aos do Poder Judiciário, para conduzir suas investigações. Essa medida também está de acordo com a jurisprudência do STF sobre o assunto (nesse sentido: STF, MS 23452, Rel. Min. CELSO DE MELLO, PLENÁRIO, julgado em 16/09/1999, DJ 12/05/2000).

D) O ato de convocação do Secretário é legítimo, pois, no exercício de suas atribuições, a CPI poderá, por intermédio de seu Presidente, requerer a convocação de Secretário Municipal para prestar informações pessoalmente perante a Comissão.
Julgamento: correta. O Art. 39, § 2º, alínea "b", da Lei Orgânica de Indaiatuba, é claro ao afirmar que as comissões parlamentares de inquérito, por intermédio de seu Presidente, podem "requerer a convocação de Secretário Municipal para prestar informações pessoalmente perante a Comissão". O fato de não haver acusação contra o Secretário não o exime de prestar as informações solicitadas.
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Indaiatuba. [1990]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-organica. Acesso em: 16 out. 2025.
- STF, MS 23452, Rel. Min. CELSO DE MELLO, PLENÁRIO, julgado em 16/09/1999, DJ 12/05/2000.

BRANCA	VERDE
28	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
I. O estágio probatório para um servidor nomeado em cargo de provimento efetivo, também chamado de período de experiência, tem duração de noventa dias.
Julgamento: incorreto. Conforme o Artigo 20 da Lei Complementar nº 45, de 20 de dezembro de 2018, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo deverá cumprir estágio probatório por um período de 3 (três) anos.
II. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
Julgamento: correto, conforme redação do art. 129.
III. Dá-se a reincidência quando a infração disciplinar é cometida antes de decorrido um ano do término do cumprimento da pena imposta por infração anterior.
Julgamento: correto, conforme redação do art. 137, §5º. A inclusão de “disciplinar” após infração em nada desqualifica a assertiva, visto que o dispositivo legal se insere justamente na regulação do regime disciplinar dos servidores; a correspondência literal à lei não é requisito a ser considerado isoladamente para que a afirmativa seja considerada certa ou errada, devendo o candidato se ater às informações trazidas no item.

Fonte:

- Lei Complementar nº 45, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Indaiatuba. [2018]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-complementar/2018/4/45/lei-complementar-n-45-2018-dispoe-sobre-o-regime-juridico-dos-servidores-publicos-do-municipio-de-indaiatuba. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA	VERDE
30	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão aborda a Lei Complementar nº 47, de 20 de dezembro de 2018, que reorganiza o Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal e o Plano de Carreiras e Vencimentos da administração direta e indireta. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.
Apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) A progressão horizontal ocorre por merecimento, a cada dois anos.

Julgamento: Incorreta. A progressão horizontal ocorre por antiguidade (art. 15), não por merecimento, e é realizada a cada 3 anos de interstício na carreira, não a cada 2 anos. A progressão por merecimento é a progressão vertical.
B) A progressão horizontal é o enquadramento de um nível para outro, no mesmo grau, e ocorre anualmente.
Julgamento: Incorreta. A progressão de um nível para outro, no mesmo grau, é a definição de progressão vertical, não de progressão horizontal. Além disso, a progressão horizontal ocorre a cada 3 anos de interstício na carreira, e não anualmente.
C) O primeiro interstício para a progressão horizontal será considerado cumprido dois anos após a data de aprovação no estágio probatório.
Julgamento: Incorreta. O Art. 15, § 2º, da Lei Complementar nº 47/2018 estabelece que o primeiro interstício para a progressão horizontal será considerado cumprido "na data da aprovação no estágio probatório". O estágio probatório, por sua vez, tem duração de 3 anos. A afirmação de que o interstício será cumprido dois anos após o estágio probatório está incorreta.
D) A progressão horizontal é o enquadramento do cargo de que é titular o servidor de um grau para outro, imediatamente posterior, no mesmo nível da respectiva referência.
Julgamento: Correta. Conforme o Art. 11, inciso VI, da Lei Complementar nº 47/2018, "progressão horizontal: enquadramento do cargo de que é titular o servidor de um grau para outro, imediatamente posterior, no mesmo nível da respectiva referência".
Note-se que a afirmativa se preocupa em conceituar a progressão horizontal, tão somente; a forma e requisitos da referida progressão não são objeto de avaliação da alternativa, como querem fazer crer algumas das razões recursais. Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Complementar nº 47, de 20 de dezembro de 2018. Reorganiza o Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal e o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da administração direta e indireta do Município, e dá outras providências. [2018]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-complementar/2018/4/47/lei-complementar-n-47-2018-reorganiza-o-quadro-geral-de-pessoal-da-prefeitura-municipal-e-o-plano-de-cargos-carreiras-e-vencimentos. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA	VERDE
32	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O texto estabelece que compete ao secretário escolar “manter atualizados e organizados os arquivos de legislação e da vida da escola” e “manter os quadros estatísticos da escola em dia”, assegurando a fidedignidade e validade dos atos escolares.
Segundo Reckziegel (2005), a boa execução das ações relacionadas à escrituração escolar depende do domínio técnico e legal do secretário, o que o torna responsável por garantir o bom funcionamento administrativo e documental da unidade de ensino. Assim, a atualização correta dos registros é um dever funcional que sustenta a credibilidade institucional e o cumprimento das normas educacionais.
A) Solicitar à direção que autorize o arquivamento dos dados incompletos, priorizando os documentos exigidos pelo órgão superior de ensino.
Incorreta, pois arquivar dados incompletos viola a obrigação de organização e sistematização de todos os fatos escolares, conforme destacado no texto: “a organização, sistematização, registro e documentação de todos os fatos que aconteçam no âmbito da unidade escolar [...] garantem o funcionamento e a validade dos seus atos”. Isso comprometeria a legitimidade administrativa da escola.
B) Acionar a coordenação pedagógica para reformular os instrumentos avaliativos e corrigir os registros conforme os critérios pedagógicos definidos.
Incorreta, pois confunde a função administrativo-documental da secretaria com a função pedagógica da coordenação. Conforme o texto, cabe ao secretário manter os registros atualizados e não alterar critérios avaliativos, que são de competência pedagógica. A articulação entre setores pode ocorrer, mas sem delegar responsabilidades indevidas.

C) Propor o adiamento do fechamento dos registros até que haja orientação expressa da Secretaria Municipal de Educação, resguardando-se de eventuais responsabilidades.
Incorreta porque demonstra omissão funcional. O texto enfatiza que o secretário deve atuar com proatividade e conhecimento técnico, não dependendo exclusivamente de orientações externas. Reckziegel (2005) ressalta que o domínio das legislações educacionais e dos trâmites internos é essencial justamente para que o secretário conduza essas ações de forma autônoma e eficiente, evitando atrasos ou irregularidades administrativas.

BRANCA	VERDE
33	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Afirmativa I — Correta:
Conforme o texto e o inciso VII do Art. 24 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), compete à instituição de ensino expedir certificados e diplomas. O texto ainda reforça que, após a conclusão do Ensino Médio, a escola deverá imediatamente expedir e autenticar os certificados, sendo essa uma atribuição exclusiva da unidade escolar, segundo também a Resolução CEE nº 258/98.
Assim, a competência para expedição e autenticação dos certificados do Ensino Médio é privativa da escola, não podendo ser delegada a outro órgão.
Afirmativa III — Correta:
O texto dispõe expressamente que "após a conclusão do Ensino Fundamental, a unidade escolar deve expedir o Histórico Escolar [...] independente de solicitação", o que demonstra o caráter obrigatório e automático da emissão. Essa obrigação decorre do princípio da continuidade e integralidade dos registros escolares previsto no Art. 24, inciso VII, da LDB, que garante o direito do aluno à comprovação formal de sua trajetória escolar.
Afirmativa II — Incorreta:
A afirmativa afirma que o Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental deve ser emitido somente mediante solicitação do aluno, o que contraria o texto.
O documento informa que a expedição e o registro dos certificados e históricos devem ocorrer independentemente de solicitação dos concluintes.
Além disso, a Resolução CEE nº 258/98 e o Art. 24, VII, da LDB reforçam que a emissão de documentos escolares é responsabilidade da escola, sem necessidade de requerimento do estudante.
Afirmativa IV — Incorreta:
Embora o texto afirme que a emissão do Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental pode ocorrer "a critério da instituição", essa escolha se refere apenas à decisão de emitir ou não o certificado como documento complementar ao histórico, e não à faculdade de negar sua emissão ao aluno.
A escola não pode deixar de expedir o Histórico Escolar, e caso decida emitir também o Certificado, este deve ser incluído na pasta do aluno independentemente de solicitação.
Portanto, a afirmativa distorce o sentido do texto, pois transforma uma prerrogativa administrativa em uma possibilidade de omissão documental, o que contraria o disposto na LDB, art. 24, VII, que assegura a regularidade e autenticidade dos registros escolares.

BRANCA	VERDE
34	31

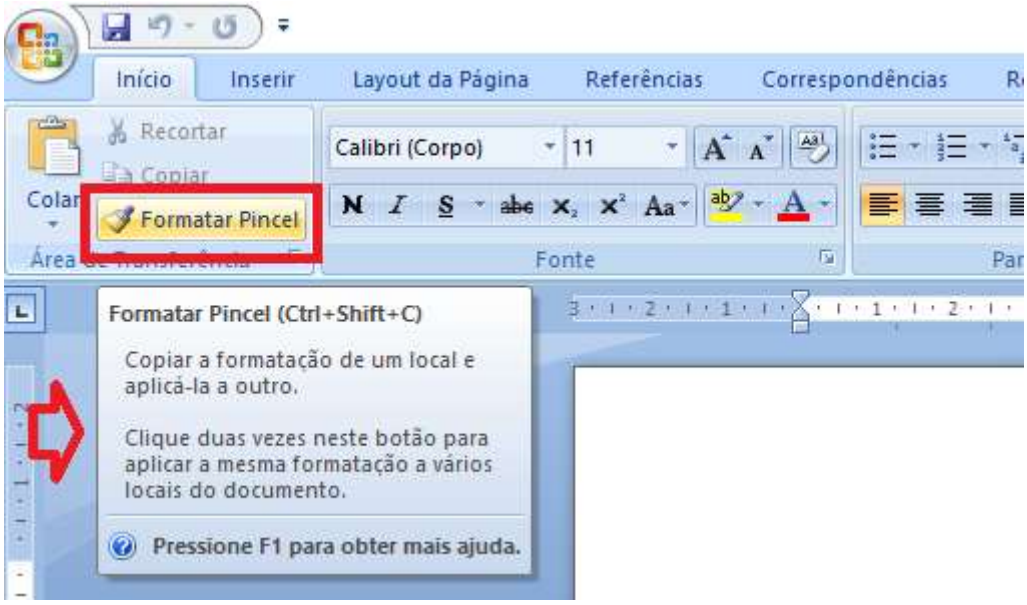
Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o Art. 24, §1º da LDB determina que a verificação do rendimento escolar incluirá a frequência mínima de 75% do total de horas letivas. Cabe ao estabelecimento manter esses registros atualizados e acessíveis. Já o Art. 13, inciso IV, estabelece que é atribuição do docente colaborar com a administração escolar no registro da frequência e no controle da aprendizagem. Assim, o secretário escolar, como responsável pelos registros administrativos, deve garantir a acessibilidade e confiabilidade das informações, fornecendo os dados ao professor que solicita apoio para fins pedagógicos. As demais alternativas apresentam interpretações distorcidas da função do secretário, transferindo responsabilidades ou criando procedimentos desnecessários que não estão previstos na legislação.

BRANCA	VERDE
35	34

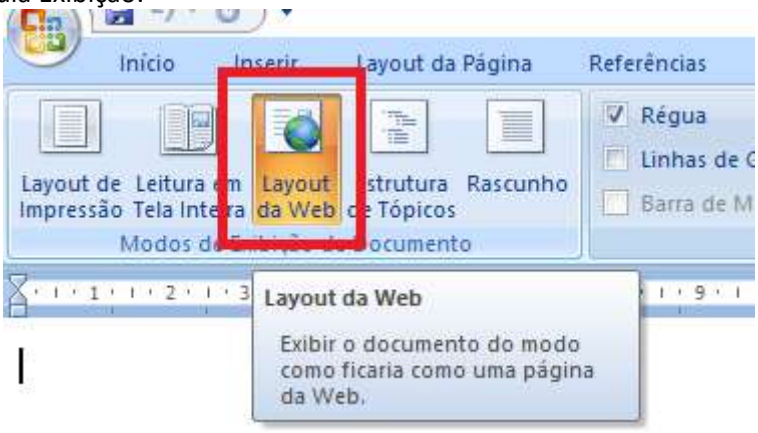
Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conforme o Art. 72, § 2º, Indicação é o ato por meio do qual o Conselho Municipal de Educação propõe medidas para a expansão e melhoria do ensino, ou apresenta sugestões justificadas de estudo sobre qualquer matéria de interesse do colegiado. Trata-se, portanto, de um instrumento propositivo, com foco no aperfeiçoamento do sistema educacional e na análise de temas relevantes para a atuação do Conselho.

BRANCA	VERDE
39	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A banca apresenta o racional de resolução da questão abordando cada afirmativa de forma detalhada:
"A caixa de diálogo "Imprimir" é exibida ao utilizar as teclas de atalho Ctrl + P."
O item é verdadeiro, pois na configuração padrão e no idioma informado, as teclas de atalho Ctrl + P, são utilizadas para abrir a caixa de diálogo de impressão.
"O recurso "Clonar Formatação" copia a formatação de um local para aplicar em outro."
O item é falso, pois o recurso de copiar a formatação de um local para aplicar em outro no Word 2007 é o "Formatar Pincel".



"O modo de exibição "Estrutura da Web" exibe o documento do modo que ficaria como uma página da web."
O item é falso, pois o recurso que exibe o documento do modo que ficaria com uma página da web é o "Layout da Web" que fica dentro da guia Exibição.



Conforme pode-se observar no racional de resolução das questões, os nomes dos recursos apresentados nas afirmativas II e III estão em desacordo com a ferramenta utilizada como referência do item (imagens em destaque), portanto a banca julga o recurso improcedente mantendo o gabarito preliminar.

Fontes:

- https://support.microsoft.com/pt-br/office/atalhos-de-teclado-do-word-95ef89dd-7142-4b50-afb2-f762f663ceb2
- https://support.microsoft.com/en-us/office/use-the-format-painter-4bb415a9-d4e4-42b7-b579-170adc594e40

Cargo: Técnico de Enfermagem

BRANCA	VERDE
01	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O início do texto denota: "Minha querida dona, sei que você anda se queixando de mim, publicamente, até. Você não pode imaginar o sofrimento que isto me causa, mesmo porque você provavelmente acha que rádios são objetos inanimados, sem vida própria". Dessa forma, observa-se que há uma premissa inusitada em que o narrador é um rádio de carro que possui sentimentos e emoções, contrariando a percepção de sua dona de que ele é apenas um objeto inanimado.
As demais opções de respostas apresentam informações com incorreções: uma suposição, fundamentada em evidências imprecisas; um acontecimento que fez o rádio se sentir vivo e despertar sua paixão; e um fato real usado para expressar frustração e ciúmes.

BRANCA	VERDE
04	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Analogia é uma comparação entre duas coisas diferentes para mostrar uma semelhança ou correspondência entre elas. É um recurso utilizado para explicar algo desconhecido ou complexo, comparando-o com algo mais familiar ou conhecido. A analogia é, portanto, uma forma de raciocínio que parte de semelhanças observadas para inferir outras semelhanças. Nesse caso, a analogia criou metáfora e comparação que tornam a linguagem mais expressiva e vívida.

BRANCA	VERDE
07	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conjunção é um termo que liga duas orações ou duas palavras de mesmo valor gramatical, estabelecendo uma relação entre elas. Conjunções adversativas: mas, porém, contudo, entretanto, no entanto, todavia, não obstante. As conjunções adversativas exprimem oposição, contraste, compensação de pensamentos.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA	VERDE
09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Considerando o contexto textual, é possível concluir que a expressão “quando” denota, ou seja, manifesta ideia de “tempo”. Uma conjunção de tempo, ou conjunção temporal, é uma palavra ou locução que liga duas orações, estabelecendo uma relação de tempo entre elas, onde a oração subordinada expressa a circunstância temporal da oração principal. Exemplos comuns incluem “quando”, “depois que”, “antes que”, “assim que”, “logo que”, “até que”, “sempre que” e “enquanto”.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA	VERDE
11	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o comando da questão “Um servidor efetivo, que ocupa o cargo de auxiliar administrativo, recebe um reajuste salarial de R$ 80,00 a cada ano. Sabe-se que, em 2021, o salário desse servidor era de R$ 2.000,00. Qual será o salário desse servidor no ano de 2026?” O reajuste é anual portanto o argumento apresentado não possui fundamentação que caracterize erro no enunciado. Segue a resolução da questão.
Solução:
Número de aumentos de 2021 até 2026 = 5 (aplicados em 2022,23,24,25,26). Aumento total = 5 × 80 = 400. Salário = 2000 + 400 = R$ 2.400,00.

Fontes:

- TELLES, Suzana de Abreu Oliveira Souza Seizen Yamashiro Dirceu D. Matemática com aplicações tecnológicas. Vol.1,2. Editora Blucher, 2014. São Paulo.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.

BRANCA	VERDE
15	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Segue a questão para análise “Duas unidades de saúde de determinado município mantêm estoques de máscaras para atender à população. O controle de estoque indica que a soma das máscaras nas duas unidades é 500 e que a diferença entre os estoques das unidades é 100. Sejam x e y as quantidades de máscaras na primeira e na segunda unidade, respectivamente, qual é a quantidade de máscaras em cada unidade?”
O enunciado deixa claro que as quantidades de máscaras devam ser consideradas pelas variáveis x e y “RESPECTIVAMENTE”, que deixa claro a ordem das unidades de saúde e o uso das variáveis de forma correta para análise e montagem do desenvolvimento matemático da questão como segue na resolução abaixo.
Solução:
Somando as equações: $2x = 600 \rightarrow x = 300$. Substituindo: $300 + y = 500 \rightarrow y = 200$.
Portanto, a questão foi formulada de forma clara e objetiva para atender ao comando da questão e desenvolvimento correto.

Fontes:

- TELLES, Suzana de Abreu Oliveira Souza Seizen Yamashiro Dirceu D. Matemática com aplicações tecnológicas. Vol.2. Editora Blucher, 2014. São Paulo.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.
- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Rio de Janeiro. Editora Saraiva, 2018.

BRANCA	VERDE
27	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) A CPI não poderia ter sido criada, pois a Lei Orgânica exige o requerimento de, no mínimo, oito vereadores (dois terços do total de vereadores).
Julgamento: incorreta. A Lei Orgânica de Indaiatuba estabelece que as comissões parlamentares de inquérito serão criadas mediante requerimento de "um terço dos seus membros". Com uma Câmara composta por 12 vereadores, um terço seria 4 (12 / 3 = 4). O caso hipotético menciona que 4 vereadores iniciaram a CPI, o que está de acordo com a lei.
B) As conclusões da CPI se equiparam à decisão judicial, de modo que a responsabilidade civil da empresa poderá ser apurada e julgada pela própria Câmara.
Julgamento: incorreta. As conclusões de uma CPI, se for o caso, devem ser "encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores". A Lei Orgânica não confere à Câmara Municipal o poder de julgar e apurar a responsabilidade civil de uma empresa, mas sim o de encaminhar as conclusões da investigação para o órgão competente, no caso o Ministério Público, para que a apuração e o julgamento sejam feitos.
C) A quebra de sigilo bancário determinada pela CPI é um ato ilegal, pois a Lei Orgânica não lhe confere tal poder, e tal medida somente pode ser realizada pelo Poder Judiciário.
Julgamento: incorreta. A Lei Orgânica de Indaiatuba afirma que as comissões parlamentares de inquérito "terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais". Essa disposição legal, embora não cite explicitamente a quebra de sigilo bancário, confere à CPI poderes amplos, semelhantes aos do Poder Judiciário, para conduzir suas investigações. Essa medida também está de acordo com a jurisprudência do STF sobre o assunto (nesse sentido: STF, MS 23452, Rel. Min. CELSO DE MELLO, PLENÁRIO, julgado em 16/09/1999, DJ 12/05/2000).
D) O ato de convocação do Secretário é legítimo, pois, no exercício de suas atribuições, a CPI poderá, por intermédio de seu Presidente, requerer a convocação de Secretário Municipal para prestar informações pessoalmente perante a Comissão.
Julgamento: correta. O Art. 39, § 2º, alínea "b", da Lei Orgânica de Indaiatuba, é claro ao afirmar que as comissões parlamentares de inquérito, por intermédio de seu Presidente, podem "requerer a convocação de Secretário Municipal para prestar informações pessoalmente perante a Comissão". O fato de não haver acusação contra o Secretário não o exime de prestar as informações solicitadas.
Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Indaiatuba. [1990].
  Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-organica. Acesso em: 16 out. 2025.
- STF, MS 23452, Rel. Min. CELSO DE MELLO, PLENÁRIO, julgado em 16/09/1999, DJ 12/05/2000.

BRANCA	VERDE
30	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:
A) A progressão horizontal ocorre por merecimento, a cada dois anos.
Julgamento: Incorreta. A progressão horizontal ocorre por antiguidade (art. 15), não por merecimento, e é realizada a cada 3 anos de interstício na carreira, não a cada 2 anos. A progressão por merecimento é a progressão vertical.
B) A progressão horizontal é o enquadramento de um nível para outro, no mesmo grau, e ocorre anualmente.
Julgamento: Incorreta. A progressão de um nível para outro, no mesmo grau, é a definição de progressão vertical, não de progressão horizontal. Além disso, a progressão horizontal ocorre a cada 3 anos de interstício na carreira, e não anualmente.
C) O primeiro interstício para a progressão horizontal será considerado cumprido dois anos após a data de aprovação no estágio probatório.
Julgamento: Incorreta. O Art. 15, § 2º, da Lei Complementar nº 47/2018 estabelece que o primeiro interstício para a progressão horizontal será considerado cumprido "na data da aprovação no estágio probatório". O estágio probatório, por sua vez, tem duração de 3 anos. A afirmação de que o interstício será cumprido dois anos após o estágio probatório está incorreta.
D) A progressão horizontal é o enquadramento do cargo de que é titular o servidor de um grau para outro, imediatamente posterior, no mesmo nível da respectiva referência.
Julgamento: Correta. Conforme o Art. 11, inciso VI, da Lei Complementar nº 47/2018, "progressão horizontal: enquadramento do cargo de que é titular o servidor de um grau para outro, imediatamente posterior, no mesmo nível da respectiva referência".
Note-se que a afirmativa se preocupa em conceituar a progressão horizontal, tão somente; a forma e requisitos da referida progressão não são objeto de avaliação da alternativa, como querem fazer crer algumas das razões recursais. Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Complementar nº 47, de 20 de dezembro de 2018. Reorganiza o Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal e o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da administração direta e indireta do Município, e dá outras providências. [2018]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/indaiatuba/lei-complementar/2018/4/47/lei-complementar-n-47-2018-reorganiza-o-quadro-geral-de-pessoal-da-prefeitura-municipal-e-o-plano-de-cargos-carreiras-e-vencimentos. Acesso em: 16 out. 2025.

BRANCA	VERDE
31	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A documentação de enfermagem deve seguir princípios de clareza, objetividade, precisão e validade legal. A anotação feita pela técnica de enfermagem apresenta aspectos considerados inadequados na prática de registros de enfermagem:
Termos subjetivos: Expressões como "paciente bem, tranquilo" são subjetivas e dependem da interpretação da pessoa que lê, o que pode gerar ambiguidades na avaliação do estado do paciente.
Dados não mensuráveis: Descrever sinais vitais como "ok" não fornece informações quantitativas que possam ser monitoradas ao longo do tempo, como valores específicos de pressão arterial, frequência cardíaca, temperatura, etc.
Aspecto da lesão: Não há descrição detalhada da condição da lesão, como tamanho, aspecto, sinais de infecção, evolução, que são essenciais para uma avaliação adequada.
Assinatura e carimbo: A ausência de assinatura, identidade legível ou carimbo compromete a validade legal do registro, além de dificultar a identificação do profissional responsável pelo cuidado.

Portanto, a resposta D reforça a importância de registros precisos, objetivos, detalhados e acompanhados de assinatura, critérios essenciais para a segurança do paciente, continuidade do cuidado e validade legal dos registros de enfermagem.

Fontes:

- Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). Resolução COFEN nº 736, de 17 de janeiro de 2024. Dispõe sobre a implementação do Processo de Enfermagem em todo contexto socioambiental onde ocorre o cuidado de enfermagem. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-736-de-17-de-janeiro-de-2024/.
- Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). Resolução COFEN nº 754, de 16 de maio de 2024. Normatiza o uso do prontuário eletrônico e plataformas digitais no âmbito da Enfermagem: digitalização, utilização de sistemas informatizados para guarda e armazenamento nesta tecnologia.
  Disponível em: https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-754-de-16-de-maio-de-2024/.
- CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO (Coren-SP). Anotações de enfermagem. São Paulo: Coren-SP, 2022. Disponível em: https://portal.coren-sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/anotacao-de-enfermagem.pdf.

BRANCA	VERDE
36	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão analisada aborda aspectos essenciais das transmissões e manifestações clínicas de três doenças de interesse epidemiológico na Vigilância em Saúde e na Atenção Básica: leishmaniose tegumentar americana, cisticercose e hanseníase.
A alternativa C apresenta a descrição correta e fundamentada de cada uma delas:
Leishmaniose tegumentar americana: é transmitida pela picada do mosquito-palha (*Lutzomyia* spp.), vetor responsável por transmitir o parasita *Leishmania*.
Cisticercose: ocorre pela ingestão de ovos de *Taenia solium*, principalmente através de alimentos ou água contaminados, ou por higienização inadequada, sendo uma das formas de manifestação da infecção cerebral e de tecidos moles.
Hanseníase: caracteriza-se por manchas na pele, muitas vezes com perda de sensibilidade ao toque, calor ou dor, sendo a sua principal manifestação clínica.
As demais alternativas apresentam informações incorretas ou inconsistentes com a epidemiologia, transmissão e aspectos clínicos dessas doenças:
A) Errada ao atribuir transmissão fecal-oral à leishmaniose, que é transmitida por vetor, e erroneamente relaciona a hanseníase a febre alta e diarreia, que não são manifestações típicas.
B) Errada, pois a leishmaniose não se transmite por gotículas respiratórias; a cisticercose não causa urticária generalizada; e a hanseníase não manifesta com secreção purulenta em feridas agudas.
D) Incorreta ao relacionar leishmaniose com arranhadura de felinos e há ausência de secreção purulenta nas lesões de hanseníase, que geralmente são manchas ou nódulos com perda sensitiva, sem secreção purulenta.
Portanto, a alternativa C reflete, de forma adequada e técnica, as formas de transmissão e os aspectos clínicos mais característicos dessas doenças, justificando sua manutenção como resposta correta.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/zoonose/manual-zoonoses-tecnicas-e-operacionais.pdf/view

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS DA HANSENÍASE. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeuticas_hanseniase.pdf

Cargo: Técnico de Serviços Administrativos

BRANCA	VERDE
01	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Ao utilizar perguntas para iniciar o texto, a autora se aproxima do leitor, pois desperta sua curiosidade ao abordar questões físicas – dor de barriga, dificuldade de evacuar ou "intestino solto" – ligadas ao emocional – estresse, ansiedade e nervosismo. Tais questões são mencionadas, mesmo que de forma imperceptível, por muitas pessoas, pois afetam diariamente grande parte da população, como mencionado ainda no primeiro parágrafo: "Essa ligação entre emoções e corpo é tão comum e fisiológica que praticamente todo mundo já passou por experiências do tipo. O que muitas vezes não se percebe é que há ciência por trás desses episódios – eles não são fruto de coincidência nem de simples 'mania'." De acordo com o dicionário Michaelis, instigar é "levar uma ou mais pessoas a praticar uma ação". Nesse sentido, como a autora não instiga questionamentos, ela logo os apresenta, a alternativa A é inválida, pois o interlocutor não produz suas próprias perguntas através do que foi explanado.
Fontes:

- https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/instigar/.

BRANCA	VERDE
02	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o texto, os estudos realizados na Universidade de Aarhus, na Dinamarca, liderados pela pesquisadora Leah Banellis, foram "Uma pesquisa recém-publicada na Nature Mental Health amplia essa história ao apurar como essa sensação subjetiva lá na barriga está envolvida nas emoções e se traduz através de medidas objetivas na conversa entre o intestino e o cérebro. O trabalho foi liderado pela pesquisadora Leah Banellis, da Universidade de Aarhus, na Dinamarca. Para investigar o papel do sistema digestivo nessa engrenagem, ela e seus colegas analisaram 243 voluntários." (4º§). Ou seja, foi verificada, como explicitado na alternativa B, "a forma com que as emoções se desencadeiam no eixo intestino-cérebro.". Ressalta-se, ainda, que a afirmativa C restringe o estudo a "sensações emocionais sentidas na barriga", ignorando o cérebro; enquanto o "mapeamento da atividade cerebral" não faz parte direta da pesquisa, ele integra a bateria de testes que foram realizados.

BRANCA	VERDE
03	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com o Dicionário Online de Português, paradoxo significa contradição ou oposição aparente; enquanto ambiguidade expressa mais de um sentido possível. Dessa forma, após os dois-pontos há a apresentação de tal contradição, pois, a grosso modo, espera-se que "mais diálogo entre corpo e cérebro signifique um resultado melhor", fato que não acontece, devido ao fato de que "(...) no caso do estômago, os cientistas observaram o contrário. Pessoas cujo cérebro estava mais sincronizado com as ondas estomacais (que acontecem a cada 20 segundos, mesmo sem comida envolvida) relataram mais sintomas de ansiedade, depressão, estresse e fadiga. Já aqueles com comunicação mais fraca apresentaram maior bem-estar e qualidade de vida. Um paradoxo instigante: nem sempre mais diálogo entre corpo e cérebro significa um resultado melhor.". Logo, pode-se afirmar que o trecho foi construído a partir de uma ideia de contradição, não tendo mais de um sentido, como configura a ambiguidade.

Fontes:

- https://www.dicio.com.br/paradoxo/;
- https://www.dicio.com.br/ambiguidade/.

BRANCA	VERDE
05	09

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.
A crase pode ser usada nas seguintes situações: antes de palavras femininas; quando acompanham verbos que indicam destino (ir, voltar, vir); nas locuções adverbiais, prepositivas e conjuntivas; antes dos pronomes demonstrativos aquilo, aquela, aquele; antes da locução “à moda de” quando ela estiver subentendida; na indicação de horas exatas. O uso antes de pronomes demonstrativos é facultativo. No trecho “No dia a dia, costumamos associar o estômago e o intestino ao nervosismo e à ansiedade [...]”, o acento indicativo de crase foi utilizado devido à regência do verbo associar, como também pode ser observado em “ao nervosismo”. Caso “associar” seja substituído por “vincular”, o acento grave será mantido devido à regência do verbo. Caso “ansiedade” seja substituída por “emoções”, conforme afirmativa III, o acento grave será mantido, devido à regência do verbo “associar”, que pede a preposição “a” (regência) para se ligar ao seu complemento: associar a algo ou alguém. Dessa forma, as afirmativas I, III e IV estão corretas, devendo a opção de resposta ser alterada para letra C.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 40ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2024. p. 337-340.

BRANCA	VERDE
06	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A palavra “bem-estar” é formada pelo processo de composição por justaposição, ou seja, pela junção das palavras “bem” (advérbio de intensidade) e “estar” (verbo). Ambas mantêm seus sentidos e permanecem com suas formas inalteradas. Salienta-se, ainda, que “bem” não integra a relação de prefixos utilizados na língua portuguesa falada no Brasil.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 97-119.

BRANCA	VERDE
07	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conforme as regras de acentuação, “todas as palavras proparoxítonas devem ser acentuadas graficamente; recebem acento as que têm na antepenúltima sílaba a vogal semiaberta, como é o caso dos vocábulos fisiológica e médicos.” As demais palavras são acentuadas devido aos seguintes motivos: “cardíacos” devido ao “i”; “história” devido ao “o” semiaberto; “ciência” devido ao “e” semifechado; “estômago” devido ao “o” semifechado; “gástrico” devido ao “a” aberto; “música” devido ao “u”.
Salienta-se, ainda, que, segundo a classificação tradicional, de base fundamentalmente articulatória, as vogais da língua portuguesa (a, e, i, o e u) podem ser, quanto ao grau de abertura, abertas, semiabertas, semifechadas e fechadas.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p.84-88.

BRANCA	VERDE
09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
São nasais as vogais que, em sua produção, ressoam nas fossas nasais. Dígrafo é o encontro de duas letras que formam um único fonema, ou seja, um único som. Dígrafo nasal é a combinação de duas letras que representam um único som nasal na língua portuguesa – como em “am”, “em”, “im”, “om”, “um”, “an”, “en”, “in”, “on” e “un”, justificando, assim, as palavras “importante” e “estressante”. Na pronúncia normal brasileira, soam quase sempre como nasais as vogais seguidas de “m”, “n” e principalmente “nh”. No caso do dígrafo “nh”, que se encontra na palavra “banheiro”, a combinação de “n” e “h” produz um som palatal nasal característico. Trata-se de um dígrafo fundamental na língua portuguesa, sendo sempre tratado como indivisível na divisão silábica. Sendo assim, a única palavra que não possui dígrafo para representar vogal nasal é “barriga”.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2024. p. 75-79.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 60-66.

BRANCA	VERDE
10	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O enunciado é enfático ao solicitar a análise do “advérbio”. Dessa forma, a palavra destacada “além”, advérbio de lugar, indica uma posição ou situação que se encontra fora dos limites de um determinado espaço ou contexto. Exemplificando: ao afirmar que algo está “além do horizonte”, estamos nos referindo a algo que não é visível ou que está fora do alcance imediato da visão. Os vocábulos “então” e “agora” possuem a mesma classificação, ambos são advérbios de tempo. Nos trechos não há advérbio de modo. “tão” é advérbio de intensidade, dessa forma não tem função de comparação.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 555-557.

BRANCA	VERDE
11	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I) Seja $x \in A \cap (B \cup C)$. Então,

$$x \in A \cap (B \cup C) \Leftrightarrow x \in A \; e \; x \in (B \cup C) \Leftrightarrow$$
$$(x \in A \; e \; x \in B) \; ou \; (x \in A \; e \; x \in C) \Leftrightarrow (x \in A \cap B) \; ou \; (x \in A \cap C) \Leftrightarrow$$
$$(x \in A \cap B) \cup (x \in A \cap C)$$

Portanto, a alternativa é verdadeira.

II) Seja $x \in A \cap B$. Então,

$$x \in A \cap B \Leftrightarrow x \in A \; e \; x \in B$$

A negação de $x \in A \; e \; x \in B$ é

$$x \notin A \; ou \; x \notin B$$

Portanto, a alternativa é verdadeira.

Assim, as afirmações I e II são verdadeiras.

Referências bibliográficas: IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
12	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso não procede. A questão está corretamente formulada e permite interpretação única quanto ao cálculo da probabilidade. O fato de a palavra apresentar letras repetidas não gera ambiguidade, pois é implícito que todos os anagramas possíveis são formados considerando-se as repetições existentes. Assim, a resolução segue o procedimento padrão de permutações com elementos repetidos, não havendo motivo para anulação. A resolução da questão é apresentada a seguir.

A palavra INDAIATUBA tem 10 letras, das quais 4 são consoantes (N-D-T-B) e 6 são vogais (I-A-I-A-U-A), em que a letra I aparece duas vezes e a letra A aparece três vezes. Primeiramente, vamos contar os anagramas que começam e terminam com consoante. Para escolher uma consoante para o início tem-se 4 opções e uma consoante para o fim são 3 opções restantes. Depois basta permutar as 8 letras restantes, com as repetições de A (3x) e I (2x), ou seja,

$$casos \; favoráveis = \frac{4 \cdot 8! \cdot 3}{2! \cdot 3!} = \frac{4 \cdot 8! \cdot 3}{2 \cdot 3 \cdot 2} = 8!$$

O total de anagramas possíveis da palavra INDAIATUBA é dado por:

$$casos \; possíveis = \frac{10!}{2! \cdot 3!} = \frac{10 \cdot 9 \cdot 8!}{2 \cdot 3 \cdot 2} = \frac{5 \cdot 3 \cdot 8!}{2} = \frac{15 \cdot 8!}{2}$$

Portanto, a probabilidade pedida é:

$$P = \frac{casos \; favoráveis}{casos \; possíveis} = \frac{8!}{\frac{15 \cdot 8!}{2}} = 8! \cdot \frac{2}{15 \cdot 8!} = \frac{2}{15}$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
13	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A área do retângulo é dada pela multiplicação dos comprimentos $\overline{AB} = 2 \times 0{,}8 = 1{,}6$ e $\overline{BC} = 0{,}3 + 0{,}9 = 1{,}2$:

$$Área\ retângulo = \overline{AB} \times \overline{BC} = 1{,}6 \times 1{,}2 = 1{,}92$$

Considerando $\pi = 3$, a área do semicírculo de raio $\frac{\overline{AB}}{2} = \frac{1{,}6}{2} = 0{,}8$ é dada por

$$Área\ semicírculo = \frac{\pi \cdot r^2}{2} = \frac{\pi \cdot (0{,}8)^2}{2} = \frac{0{,}64\pi}{2} = 0{,}32\pi = 0{,}32 \times 3 = 0{,}96$$

Assim,

$$Área\ interna\ logo = Área\ retângulo + Área\ semicírculo$$

$$Área\ interna\ logo = 1{,}92 + 0{,}96 = 2{,}88$$

BRANCA	VERDE
14	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A seguir a resolução da questão, com a resposta correta, conforme gabarito oficial.

Os códigos são múltiplos de 5 e têm 3 ou 4 algarismos distintos. Logo, o último algarismo deve ser 0 ou 5.

Caso 1: Códigos com 3 algarismos (100 a 999)

Forma: ABC, com $A \in \{ 1 , \dots , 9 \}$, $C \in \{ 0 , 5 \}$ C∈{0,5}, e todos os algarismos distintos.

Se C=0:
A: 9 opções (1–9)
B: 8 opções (0–9, exceto A e 0)

9×8=72

Se C=5:
A: 8 opções (1–9, exceto 5)
B: 8 opções (0–9, exceto A e 5)

8×8=64

Total (3 algarismos): 72+64=136

Caso 2: Códigos com 4 algarismos (1000 a 9999)

Forma: ABCD, com $A \in \{ 1 , \dots , 9 \}$, $D \in \{ 0 , 5 \}$, e todos os algarismos distintos.

Se D=0:
A: 9 opções (1–9)
B: 8 opções (exclui A e 0)
C: 7 opções (exclui A,B,0)
9×8×7=504

Se D=5:
A: 8 opções (1–9, exceto 5)
B: 8 opções (exclui A e 5)
C: 7 opções (exclui A,B,5)
8×8×7=448

Total (4 algarismos): 504 + 448 = 952

Total geral: 136+952= 1088

BRANCA	VERDE
15	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão trata-se de propriedades básicas de determinante, conforme resolução a seguir.

Como M é uma matriz quadrada de ordem 2 e invertível, $\det M \neq 0$, $\det(aM) = a^2 \det M$ e $\det(M^n) = (\det M)^n$. Assim,

$$2 \cdot \det(2\sqrt{2}x \cdot M) + \det(\sqrt{x} \cdot M^3) = \det M^2 \Leftrightarrow$$
$$2 \cdot (2\sqrt{2}x)^2 \det M + (\sqrt{x})^2 \det M^3 = \det M^2 \Leftrightarrow$$
$$16x^2 \cdot \det M + x \cdot (\det M)^3 = (\det M)^2 \Leftrightarrow$$
$$16 \det M \cdot x^2 + (\det M)^3 \cdot x - (\det M)^2 = 0 \Leftrightarrow$$

Como existe um único x real, tem-se que $\Delta = b^2 - 4 \cdot a \cdot c = 0$, ou seja,

$$((\det M)^3)^2 - 4 \cdot 16 \det M \cdot (-(\det M)^2) = 0$$
$$(\det M)^6 + 64 \cdot (\det M)^3 = 0$$
$$(\det M)^3[(\det M)^3 + 64] = 0 \Rightarrow (\det M)^3 + 64 = 0$$
$$(\det M)^3 = -64$$
$$\det M = \sqrt[3]{-64} = -4$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
16	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Segue a resposta correta, exata, sem arredondamento ou erro de impressão:

A área de um triângulo equilátero de lado l é dada por $\frac{l^2 \cdot \sqrt{3}}{4}$. A sequência infinita das áreas dos triângulos cujos lados foram dados é

$$\left(2^2 \cdot \frac{\sqrt{3}}{4}, \left(\frac{2}{\sqrt{7}}\right)^2 \cdot \frac{\sqrt{3}}{4}, \left(\frac{2}{\sqrt{7^2}}\right)^2 \cdot \frac{\sqrt{3}}{4}, \dots\right) = \left(\sqrt{3}, \frac{\sqrt{3}}{7}, \frac{\sqrt{3}}{49}, \dots\right)$$

Que é uma progressão geométrica cujo primeiro termo é $a_1 = \sqrt{3}$ e a razão é $q = \frac{a_2}{a_1} = \frac{\frac{\sqrt{3}}{7}}{\sqrt{3}} = \frac{1}{7}$ com $-1 < q <$ 1. Portando, a soma dos infinitos termos é dada por

$$S_\infty = \frac{a_1}{1-q} = \frac{\sqrt{3}}{1-\frac{1}{7}} = \frac{\sqrt{3}}{\frac{7-1}{7}} = \frac{\sqrt{3}}{\frac{6}{7}} = \frac{7\sqrt{3}}{6}.$$

BRANCA	VERDE
17	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão trata-se da divisão de polinômios, conteúdo do nível fundamental/médio.
Dividindo-se o polinômio P(x) pelo polinômio Q(x), tem-se

$$\begin{array}{r|l} x^3 + a\,x^2 + b\,x + 8 & x^2 - x + 1 \\ \hline -x^3 + x^2 - x & x + (a+1) \\ \hline (a+1)x^2 + (b-1)x + 8 & \\ -(a+1)x^2 + (a+1)x - (a+1) & \\ \hline (a+b)x + 7 - a & \end{array}$$

Como o polinômio P(x) é divisível por Q(x), então devemos igualar o resto ao polinômio nulo, ou seja,

$$\begin{cases} a + b = 0 \\ 7 - a = 0 \end{cases}$$

Portanto, $a = 7$ e $b = -7$. Assim, a soma é $a + b = 7 + (-7) = 0$.

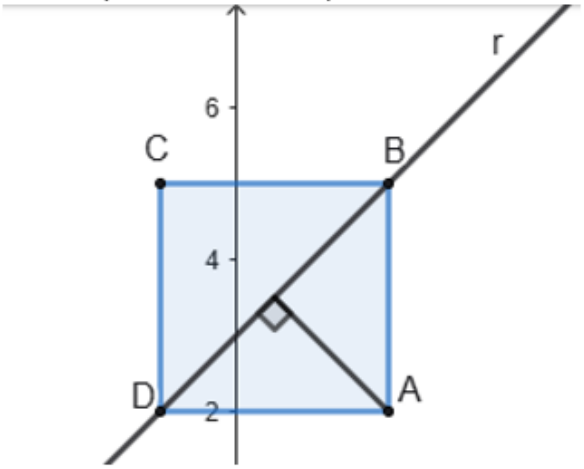
Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
18	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Seja d a diagonal do quadrado. Sabe-se que a distância do ponto A à reta r mede a metade da diagonal:



Aplicando a fórmula da distância do ponto $(x_0, y_0) = (2, 2)$ na reta $r: y = x + 3 \Rightarrow -x + y - 3 = 0$, tem-se que

$$dist(P, r) = \frac{|Ax_0 + By_0 + C|}{\sqrt{A^2 + B^2}}$$

$$\frac{d}{2} = \frac{|-1 \cdot 2 + 1 \cdot 2 - 3|}{\sqrt{(-1)^2 + 1^2}}$$

$$\frac{d}{2} = \frac{|-3|}{\sqrt{2}}$$

$$d = 2 \cdot \frac{3}{\sqrt{2}} = \frac{6}{\sqrt{2}}$$

Sabemos que a diagonal d de um quadrado de lado l é dada por $d = l\sqrt{2}$. Assim,

$$d = l\sqrt{2}$$

$$\frac{6}{\sqrt{2}} = l\sqrt{2}$$

$$\frac{6}{(\sqrt{2})^2} = l$$

$$l = \frac{6}{2} = 3$$

Portanto, o perímetro é $4 \cdot l = 4 \cdot 3 = 12$.

Referências bibliográficas: IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
19	17

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O item contém erro técnico de digitação quanto à unidade de medida de área. Portanto faz-se necessária a anulação da questão.

BRANCA	VERDE
20	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A função $f(x)$ é par, pois $f(-x) = (-x)^2 + 5 = x^2 + 5 = f(x)$ e a função $g(x)$ é ímpar, já que $g(-x) = 8(-x) = -8x = -g(x)$.

I) $g \circ f(-x) = g[f(-x)] = g[f(x)] = g \circ f(x) \Leftrightarrow g \circ f$ é par. ALTERNATIVA FALSA
II) $f \circ g(-x) = f[g(-x)] = f[-g(x)] = f[g(x)] = f \circ g(x) \Leftrightarrow g \circ f$ é par. ALTERNATIVA FALSA
III) $f(-x) \cdot g(-x) = f(x) \cdot [-g(x)] = -f(x) \cdot g(x) \Leftrightarrow f \cdot g$ é ímpar. ALTERNATIVA FALSA

Referências bibliográficas: IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
29	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 45, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Indaiatuba. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) A pena de suspensão não implica a perda da remuneração durante o período de suspensão e tampouco a perda de licença-prêmio.

Julgamento: O Art. 138, § 1º, inciso I, alínea "a" e "d" da Lei Complementar nº 45/2018 estabelece que a pena de suspensão implica a "perda da remuneração durante o período de suspensão" e "na perda da licença prêmio, na forma desta lei complementar".

B) A penalidade de suspensão não pode exceder trinta dias e a conversão desta em multa só é aplicável em casos em que estejam presentes circunstâncias atenuantes.

Julgamento: O Art. 140 da Lei Complementar nº 45/2018 define que a penalidade de suspensão não pode exceder 90 (noventa) dias. Além disso, a lei não condiciona a conversão da suspensão em multa à presença de circunstâncias atenuantes, mas sim à "conveniência para o serviço".

C) A penalidade de suspensão pode ser convertida em multa, na base de cinquenta por cento por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço, caso haja conveniência para a administração.

Julgamento: correto. O Art. 140, § 2º, da Lei Complementar nº 45/2018 prevê que "Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.".

D) A penalidade de suspensão somente pode ser aplicada em casos em que seja configurada reincidência de condutas irregulares do servidor, assim entendida quando é cometida infração antes de decorridos seis meses do término do cumprimento da pena imposta por infração anterior.

Julgamento: A suspensão é aplicada em caso de reincidência de faltas punidas com advertência, mas também é cabível em caso de "violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão". Dá-se a reincidência quando a infração é cometida antes de decorrido um ano do término do cumprimento da pena imposta por infração anterior (art. 137, §5º).

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Complementar nº 45, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Indaiatuba. [2018].

BRANCA	VERDE
31	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O presente item está inserido no bloco que exigiu do candidato conhecimento sobre os temas: Licitações e contratos conforme a Lei Federal nº 14.133/2021
O item III é falso, uma vez que a definição trazida na alternativa é de empreitada integral (artigo 6º, inciso XXX, da Lei nº 14.133, de 2021). Empreitada global é contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total (artigo 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133, de 2021). A definição do artigo 6º, II ("entidade") e do artigo 6º, XLVI ("ata de registro de preços"), trazidas no recurso, não possuem relação com a alternativa. O artigo 46, §3º, por sua vez, trata de contratação integrada, que igualmente não é o caso da alternativa.

Fonte:

- artigo 6º, inciso XXIX e XXX, da Lei nº 14.133, de 2021

BRANCA	VERDE
32	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A matéria exigida na questão está compatível com o edital, sendo que todas as alternativas se referiam à responsabilidade civil do estado. A exigência da questão mostra-se compatível com o cargo. Ademais, o item I é falso, uma vez que a regra é a responsabilidade objetiva do Estado, nos termos do artigo 37, §6º, da Constituição Federal. Nesse sentido: "Conforme foi dito, vigora no Brasil e em grande parte dos ordenamentos jurídicos ocidentais a responsabilidade objetiva do Estado" (CABRAL, Flávio Garcia; SARAI, Leandro. Manual de Direito Administrativo. 4.ed. Leme: Mizuno, 2025, p.971).

Fonte:

- artigo 37, §6, da CF; CABRAL, Flávio Garcia; SARAI, Leandro. Manual de Direito Administrativo. 4.ed. Leme: Mizuno, 2025, p.971.

BRANCA	VERDE
33	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
O presente item está inserido no bloco que exigiu do candidato conhecimento sobre os temas: Noções de organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada.
A alternativa C reproduz previsão do artigo 3º, parágrafo único, da Lei nº 13.303, de 2016, estando, portanto, correta.

Fonte:

- artigo 3º, parágrafo único, da Lei nº 13.303, de 2016

BRANCA	VERDE
35	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
A questão tem como comando identificar as assertivas corretas. Diante disso, o gabarito está correto ao apontar a alternativa D, posto que apenas as afirmativas I, II e III encontram-se em conformidade com o texto da Constituição Federal.

A assertiva I está correta, pois está de acordo com o art. 37, inciso XVI, alínea "a", da Constituição Federal, que dispõe ser vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI, sendo permitida a de dois cargos de professor. Dessa forma, a assertiva I reconhece corretamente a possibilidade de acumulação de dois cargos de professor quando houver compatibilidade de horários.
A assertiva II também está correta, pois está em conformidade com o art. 38, inciso II, da Constituição Federal, segundo o qual o servidor público investido no mandato de Prefeito será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
A assertiva III igualmente está correta, por estar de acordo com os incisos II e III do art. 38 da Constituição Federal. O texto constitucional prevê que o servidor investido no mandato de Prefeito será afastado do cargo, podendo optar pela remuneração, e que o servidor investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, aplicar-se-á a regra anterior. Assim, a assertiva III está correta ao retratar de forma precisa ambas as hipóteses previstas no texto constitucional.
Por outro lado, a assertiva IV está incorreta, pois contraria a literalidade do art. 38, inciso IV, da Constituição Federal, que determina que, em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento. A assertiva IV desconsidera essa ressalva expressa quanto à promoção por merecimento, indo em total desencontro à redação literal do referido dispositivo constitucional.
Dessa forma, resta demonstrado que a alternativa D é a correta, visto que apenas as afirmativas I, II e III estão em conformidade com a Constituição Federal. Em contrapartida, a alternativa B não encontra respaldo jurídico, pois inclui a assertiva IV, que vai de desencontro à literalidade do art. 38, inciso IV, da Constituição Federal, conforme já demonstrado, razão pela qual deve ser considerada incorreta.

BRANCA	VERDE
37	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Afirmativa 1. Novo serviço de atendimento móvel (inovação em serviços).
Afirmativa 2. Programa educativo (inovação conceitual, pois questiona concepções prévias).
Afirmativa 3. Comitê intersetorial (inovação em governança, pois é uma nova arquitetura de interação decisória, com participação de diversos atores).
Afirmativa 4. Protocolo eletrônico integrado (inovação em processos administrativos, pois o foco é uma nova forma de gestão/fluxo administrativo).
Diante das explicações, a questão é configurada da seguinte maneira:
1. Serviços 2. Conceitual 3. Governança 4. Processos administrativos.
Portanto, não há qualquer incompatibilidade no gabarito publicado, sendo o recurso improcedente.

Fonte:

- SANO, H. Laboratórios de inovação no setor público: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais. Brasília: ENAP, 2020.

BRANCA	VERDE
38	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conforme Matias-Pereira (2018), no modelo patrimonialista não havia um controle sistemático nem uma racionalização das ações, características que foram incorporadas posteriormente pelo modelo burocrático. O modelo patrimonialista foi marcado pela confusão entre o público e o privado, em que o Estado era visto como uma extensão do poder do monarca. Os cargos públicos eram distribuídos como favores, por meio de nepotismo e compadrio, sem

critérios técnicos ou meritocráticos. Não existiam procedimentos de controle institucionalizados, prevalecendo uma estrutura voltada aos interesses pessoais do soberano.

Fonte:

- Matias-Pereira, J. Administração Pública. Foco nas instituições e ações governamentais. 5ª edição. São Paulo: Editoria Atlas S.A, 2018.

BRANCA	VERDE
39	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
De acordo com Chiavenato (2025), a função controle envolve diferentes ações, dentre elas: seguir normas e procedimentos de trabalho; comunicar qualquer problema de trabalho ao seu superior imediato; impor normas ou correção de condutas. Com base nesta definição, a questão se configura da seguinte maneira:
Afirmativa A. Incorreta. Quando menciona questões de descontentamento dos munícipes, o acolhimento dessas reclamações, por parte do servidor, não configura controle, pois não há imposição de normas, comunicar problemas ao superior ou correção de condutas. O foco é oferecer espaço para que os cidadãos expressem emoções e insatisfações, característica típica da função de expressão emocional.
Afirmativa B. Correta. O superior reforça a necessidade de seguir normas e procedimentos formais, assegurando que o trabalho seja executado dentro dos padrões esperados, o que caracteriza controle.
Afirmativa C. Correta. A comunicação formal (registro no sistema) é usada para garantir que as regras e prazos sejam cumpridos, com aplicação de medidas corretivas em caso de falhas.
Afirmativa D. Correta. O foco está em fiscalizar o cumprimento de normas internas (horários) e comunicar desvios para correção, caracterizando o controle do comportamento dentro da organização.
Diante dessas explicações, observa-se que a única alternativa em que não há quaisquer mecanismos de controle é a alternativa A. Sendo assim, o recurso é improcedente.

Fonte:

- CHIAVENATO, I. Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2025.

Cargo: Guarda-Vidas

BRANCA
07

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
O sujeito simples é aquele que possui apenas um núcleo, ou seja, uma única palavra principal que indica quem realiza ou sofre a ação na oração. Trata-se de um termo essencial da oração que contém apenas um núcleo. O núcleo pode ser um substantivo, um pronome, um numeral ou até mesmo um substantivo próprio. Dessa forma, na frase “E tudo isso a gente faz com muita competência”, “gente” é o núcleo do sujeito simples. O sujeito, portanto, é “a gente”, que foi grafado incorretamente.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Lições do Português pela análise sintática. 21. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2023. p. 33-34.

Cargo: Operador de Máquinas - Máquina Pesada – Munck

BRANCA
07

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
O sujeito simples é aquele que possui apenas um núcleo, ou seja, uma única palavra principal que indica quem realiza ou sofre a ação na oração. Trata-se de um termo essencial da oração que contém apenas um núcleo. O núcleo pode ser um substantivo, um pronome, um numeral ou até mesmo um substantivo próprio. Dessa forma, na frase “E tudo isso a gente faz com muita competência”, “gente” é o núcleo do sujeito simples. O sujeito, portanto, é “a gente”, que foi grafado incorretamente.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Lições do Português pela análise sintática. 21. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2023. p. 33-34.

Cargo: Mecânico

BRANCA
07

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
O sujeito simples é aquele que possui apenas um núcleo, ou seja, uma única palavra principal que indica quem realiza ou sofre a ação na oração. Trata-se de um termo essencial da oração que contém apenas um núcleo. O núcleo pode ser um substantivo, um pronome, um numeral ou até mesmo um substantivo próprio. Dessa forma, na frase “E tudo isso a gente faz com muita competência”, “gente” é o núcleo do sujeito simples. O sujeito, portanto, é “a gente”, que foi grafado incorretamente.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Lições do Português pela análise sintática. 21. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2023. p. 33-34.

Cargo: Analista de Arquivo

BRANCA
06

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.
Essa questão exige o conhecimento sobre o uso dos “porquês”.
No contexto em análise, a expressão “O motivo pelo qual” poderá ser substituída corretamente por “por que”. A frase ficaria: “...por que pica-paus não têm dor de cabeça...”.
Segue uma breve explicação sobre o emprego dos “porquês”.
1. Por que (separado e sem acento)
Usado em perguntas, tanto diretas quanto indiretas. Também pode ser substituído por "pelo qual", "pela qual", "pelos quais", "pelas quais".

Exemplos: Por que você não veio ontem? / Não sei por que ele fez isso. / A estrada por que passamos está em más condições.
2. Por quê (separado e com acento)
Usado no final de frases, indicando pergunta ou dúvida. Também pode ser usado no final de frases com o mesmo sentido de "por qual razão" ou "por qual motivo".
Exemplos: Você não vai à festa, por quê? / Ele não quis sair, por quê?
3. Porque (junto e sem acento)
Usado para responder perguntas, explicar ou dar motivos. Pode ser substituído pela conjunção "pois".
Exemplos: Fui ao médico porque estava doente. / Não fui à festa porque estava cansado. / Ela não veio porque estava doente.
4. Porquê (junto e com acento):
Usado como substantivo, com sentido de "motivo", "razão", "causa". Pode ser precedido por artigo, pronome ou numeral.
Exemplos: Não sei o porquê de tanta confusão. / Quero entender o porquê dessa atitude. / Existem vários porquês para essa decisão.
Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- NEVES, M. H. M. A gramática do português revelada em textos. São Paulo: Unesp, 2000.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA
24

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma apresenta erro na redação do comando da questão, a partir do que, passa a haver três alternativas que atendem ao enunciado e comando da questão.
A questão aborda a Constituição da República em seu Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo II – Dos Direitos Sociais. Trata-se de conteúdo programático constante do edital do certame.
No comando da questão 24 deveria constar o critério da “exceção” dentre as afirmativas corretas, de modo que alcançaria a única alternativa que realmente destoa das regras e princípios dos direitos sociais: a alternativa B. Mas, por erro material, o termo “exceto” não constou do comando da questão e a afirmativa B, que deveria formar o gabarito, se tornou a única que não atende ao enunciado. Desse modo, restaram três respostas corretas que atendem ao enunciado constante da questão (alternativas A, C e D), o que causa inequívoca nulidade da questão.
Assim, a questão de prova não apresenta uma única alternativa que atenda ao seu enunciado e comando, motivo pelo qual delibera-se pela PROCEDÊNCIA dos recursos e consequente anulação da Questão.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988. Título III – Da Organização do Estado. Capítulo VII – Da Administração Pública. Seção I – Disposições Gerais.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 46 ed. Editora Juspodivm, 2025.

III
DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

CONSULPLAN